

RELATÓRIO DO 4º CICLO
DE MONITORAMENTO
DAS METAS DO
PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO
2022

República Federativa do Brasil

Ministério da Educação | **MEC**

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educaçionais Anísio Teixeira | **Inep**

Diretoria de Estudos Educacionais | **Dired**



.....

**RELATÓRIO DO 4º CICLO DE
MONITORAMENTO DAS METAS
DO PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO – 2022**

.....

Brasília-DF
Inep/MEC
2022

GOVERNO FEDERAL

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy Veiga

PRESIDENTE DO INEP

Danilo Dupas Ribeiro

DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Michele Cristina Silva Melo

DIRETOR DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Alvaro Luis Kohn Parisi

DIRETOR DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

DIRETOR DE ESTUDOS EDUCACIONAIS

Luís Filipe de Miranda Grochocki

DIRETOR DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Jófran Lima Roseno

DIRETOR DE TECNOLOGIA E DISSEMINAÇÃO

DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Fernando Szimanski

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Fernanda Falcão Malaquias Cabizuca (Substituta)

Publicada on-line em junho de 2022.

DISTRIBUIÇÃO

**Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira**

Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 04 - Lote 327,
Térreo, Ala B

CEP 70.610-908 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2022-3070

dired.publicacoes@inep.gov.br - <http://publicacoes.inep.gov.br>

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA.
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira.

Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do
Plano Nacional de Educação – 2022. – Brasília : Instituto
Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

572 p. : il.

ISBN 978-65-5801-005-0

1. Educação - Brasil 2. Plano Nacional de Educação. I. Título.

CDU 37(81)

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

Coordenação Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais
(CGIME)

Gustavo Henrique Moraes

EQUIPE TÉCNICA DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS:

Adolfo Samuel de Oliveira

Adriano Souza Senkevics

Alexandre Ramos de Azevedo

Alvana Maria Bof

Ana Elizabeth Maia de Albuquerque

Armando Amorim Simões

Bolívar Alves Oliveira

Edna Alessandra Pereira

Edison Flavio Fernandes

Fabiana de Assis Alves

Fabiano Cavalcanti Mundim

Flávia Viana Basso

Gustavo Henrique Moraes

Luiz Carlos Zalaf Caseiro

Marcelo Lopes de Souza

Marcio Alexandre Barbosa Lima

Priscila Pereira Santos

Robson dos Santos

Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (COEP)

Priscila Pereira Santos

ASSISTENTE TÉCNICO

Ricardo César Blezer

APOIO EDITORIAL

Janaina da Costa Santos

REVISÃO

Linguística:

Aline Ferreira de Souza

Andréa Silveira de Alcântara

Jair Santana Moraes

Josiane Cristina da Costa Silva

Gráfica:

Daniel Fonseca e Caixeta

Lilian Lopes Santos

NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Aline do Nascimento Pereira

Clarice Rodrigues da Costa

Nathany Brito Rodrigues

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO

Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

Raphael C. Freitas



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	5
APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE.....	21
NOTAS METODOLÓGICAS	27
META 1.....	31
META 2.....	61
META 3.....	87
META 4.....	109
META 5.....	133
META 6.....	157
META 7.....	173
META 8.....	195
META 9.....	213
META 10.....	229
META 11.....	245
META 12.....	263

META 13.....	283
META 14.....	303
META 15.....	321
META 16.....	341
META 17.....	357
META 18.....	375
META 19.....	391
META 20.....	409
FICHAS TÉCNICAS.....	439
Meta 1.....	441
Meta 2.....	445
Meta 3.....	455
Meta 4.....	463
Meta 5.....	475
Meta 6.....	479
Meta 7.....	487
Meta 8.....	491
Meta 9.....	499
Meta 10.....	503
Meta 11.....	507
Meta 12.....	513
Meta 13.....	519
Meta 14.....	523
Meta 15.....	527
Meta 16.....	533
Meta 17.....	539
Meta 18.....	545
Meta 19.....	549
Meta 20.....	561



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AC	– Atividade Complementar
AEE	– Atendimento Educacional Especializado
APM	– Associação de Pais e Mestres
ANA	– Avaliação Nacional da Alfabetização
Aneb	– Avaliação Nacional da Educação Básica
Anresc	– Avaliação Nacional do Rendimento Escolar/Prova Brasil
BNCC	– Base Nacional Comum Curricular
Capes	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	– Câmara de Educação Básica
Cefet	– Centro Federal de Educação Tecnológica
CES	– Censo da Educação Superior
Cacs	– Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb
CAE	– Conselho de Alimentação Escolar
CEE	– Conselho Estadual de Educação
CF	– Constituição Federal
CGU	– Controladoria-Geral da União
CME	– Conselho Municipal de Educação
CNE	– Conselho Nacional de Educação
COD	– Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares
Covid-19	– Corona Virus Disease 19
CTE	– Conselho de Transporte Escolar
DE	– Dedicção Exclusiva
Deed	– Diretoria de Estatísticas Educacionais
DF	– Distrito Federal

Dired	– Diretoria de Estudos Educacionais
EaD	– Educação a Distância
EB	– Educação Básica
EF	– Ensino Fundamental
EI	– Educação Infantil
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
EM	– Ensino Médio
EPT	– Educação Profissional e Tecnológica
Estadic	– Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
ETI	– Educação em Tempo Integral
FGEDUC	– Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FIC	– Formação Inicial e Continuada
Fies	– Fundo de Financiamento Estudantil
Finbra	– Finanças do Brasil
FPE	– Fórum Permanente de Educação
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GeoCapes	– Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	– Instituição de Ensino Superior
IF	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IIQ	– Intervalo Interquartil
Inep	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inse	– Indicador de Nível Socioeconômico
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LP	– Língua Portuguesa
MDE	– Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
ME	– Ministério da Economia
MEC	– Ministério da Educação
Mod.	– Modalidade de Aplicação
Munic	– Pesquisa de Informações Básicas Municipais
ND	– Não Disponível
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCG	– Programa de Comprometimento e Gratuidade
PCR	– Plano de Carreira e Remuneração
PIB	– Produto Interno Bruto
PME	– Pesquisa Mensal de Emprego
Pnad	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual
Pnad-c	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Pnate	– Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	– Plano Nacional de Educação
p.p.	– Pontos Percentuais

ProUni	– Programa Universidade para Todos
PSNP	– Piso Salarial Nacional Profissional
RAP	– Restos a Pagar
RFB	– Receita Federal do Brasil
RGPS	– Regime Geral da Previdência Social
RLCC	– Receita Líquida de Contribuição Compulsória
RPPS	– Regime Próprio da Previdência Social
RREO	– Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Saeb	– Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB	– Secretaria de Educação Básica
Secap	– Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria
Senac	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesc	– Serviço Social do Comércio
Sesi	– Serviço Social da Indústria
Setec	– Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Siafi	– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siconfi	– Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
Simec	– Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
Siope	– Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SPPREV	– São Paulo Previdência
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
TBM	– Taxa Bruta de Matrícula
TG	– Tesouro Gerencial
TGD	– Transtornos Globais do Desenvolvimento
TLE	– Taxa Líquida de Escolarização
TLM	– Taxa Líquida de Matrícula
UF	– Unidade da Federação



APRESENTAÇÃO

Com a publicação do *Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2022*, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresenta à sociedade brasileira mais um relevante produto de seu trabalho, com subsídios à avaliação e ao planejamento de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

A Lei do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, incumbiu ao Inep a responsabilidade de publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE. Este Relatório é parte desse conjunto maior de publicações responsivas ao prescrito no Plano: *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base; Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016; Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018; e Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*. Além desses, o Inep, por meio de sua Diretoria de Estudos Educacionais (Direde), desenvolve estudos específicos relacionados ao monitoramento do Plano e à avaliação de políticas públicas educacionais, que se encontram publicados nos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais* (atualmente no volume 6), disponíveis no portal do Instituto.

A referida lei também definiu instituições responsáveis pelo monitoramento contínuo e pela realização de avaliações periódicas da execução do PNE e do cumprimento de suas metas: o Ministério da Educação (MEC); a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; o Conselho Nacional de Educação (CNE); e o Fórum Nacional de Educação (FNE).

É com muito apreço que o Inep vê cumprida sua missão institucional, que representa um valoroso esforço em prol da educação brasileira. Assim, entregamos à sociedade o presente Relatório, um valoroso esforço de produzir evidências educacionais com vistas à garantia de educação de qualidade para todos.

Danilo Dupas
Presidente do Inep



INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresenta à sociedade brasileira o *Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022*. Trata-se de uma entrega responsiva às determinações da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e destinou ao Inep a tarefa de publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Plano.

Para concretizar essa determinação legal, a Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), por meio da Coordenação-Geral de Instrumentos e Medidas Educacionais (Cgime), dedica-se a garantir a construção, o cálculo, a atualização e a divulgação periódica dos indicadores definidos para o monitoramento dos objetivos traçados pela lei, de modo a fornecer evidências para uma compreensão mais detalhada sobre as tendências de cada uma das metas. Os resultados desse esforço seguem expressos neste Relatório e também são registrados no Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação, abrigado no portal do Inep (Brasil. Inep, 2022).

A elaboração deste Relatório é embasada em um conjunto de 56 indicadores, que abarcam todas as etapas e modalidades da educação brasileira. Eles possibilitam que se reúnam dados e informações para cada uma das 20 metas, com vistas a oferecer o acompanhamento em uma série histórica iniciada com a aprovação do Plano Nacional de Educação, em junho de 2014.

O processo de monitoramento do PNE se inicia no mesmo ano com a definição de indicadores, em conjunto com instituições e pesquisadores do campo educacional. Em 2015, é publicado um documento preliminar, *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 – Linha de Base*, que apresenta a proposição preliminar dos indicadores a serem empregados. Esse documento foi seguido pela publicação bianual de relatórios de monitoramento em 2016, 2018 e 2020. A publicação em tela dá continuidade a esse esforço.

No decorrer do último biênio, intensificaram-se os desafios para garantir um acompanhamento acurado das metas. Previamente, o novo contexto gerado em função da

pandemia de covid-19 ocasionou medidas sanitárias de isolamento social e fez muitas instituições restringirem suas atividades presenciais, exigindo formas alternativas de organização do trabalho.

Além disso, esse contexto pandêmico impactou a coleta de dados por parte das instituições produtoras, que precisaram adotar, em caráter de urgência, novas maneiras de captação da informação e restrições quanto a coletas previamente programadas. Tal questão surge, com destaque, no que diz respeito aos dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De um lado, não foi possível aplicar o Censo Demográfico em 2020, como previsto. De outro, a aplicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua também foi significativamente afetada. Essas situações, como se destaca nas Notas Metodológicas deste Relatório, afetaram a produção de estatísticas educacionais de maneira geral. De todo modo, o trabalho de monitoramento buscou empregar, com as ressalvas necessárias, os dados disponíveis mais atuais e consistentes.

Mais do que produzir impactos nas estatísticas educacionais, a pandemia tem afetado sobremaneira a qualidade e o direito à educação. O fechamento de escolas, a adoção urgente de novas formas de ensino, a interrupção de projetos em curso e a restrição do convívio comunitário e social são alguns dos aspectos trazidos pela pandemia ao campo educacional. Eles ocorreram em um cenário que já comportava inúmeras desigualdades no tocante ao acesso, à conclusão, ao aprendizado, ao nível socioeconômico, à infraestrutura e às oportunidades de ensino. A pandemia pode ter aprofundado os hiatos que já cindiam a educação nacional, em que pesem os avanços das últimas décadas, e adiciona desafios vultosos à concretização de uma educação de qualidade para todos e todas no País. Compreender a dimensão de seus efeitos é um processo que deve mobilizar inúmeros esforços de pesquisas.

Do ponto de vista das políticas educacionais, o trabalho de monitoramento do PNE reforçou, na equipe, a compreensão de que ele é imprescindível para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Como tem sido a compreensão ao longo do trabalho de acompanhamento das metas do Plano, entende-se que ele aponta objetivos e caminhos e oferece um conjunto de orientações às políticas públicas educacionais em uma perspectiva de longo prazo (2014-2024). Mesmo a pandemia tendo prejudicado sua consecução, o PNE abrange diversas ações e estratégias que podem ser referências de partida para o delineamento de ações para o enfrentamento das perdas educacionais trazidas.

Em defesa de tal argumento, é importante retomar também a atualidade e o caráter imprescindível das dez diretrizes adotadas pelo Plano em 2014, diante das condições impostas atualmente: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos(as) profissionais da educação; X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Em que pese o fato de este Relatório se referir às metas do Plano Nacional, restando aos estados e municípios o monitoramento detalhado de seus respectivos planos, os horizontes que as diretrizes miram só poderão ser alcançados a partir de um conjunto articulado de medidas,

de um esforço coordenado entre os entes federativos e os seus sistemas de ensino, com apoio da União. O PNE registra, em seu artigo 13, a necessidade de que seja instituído um sistema nacional de educação, de modo a garantir a articulação entre os entes. Essa demanda histórica ganha, perante as situações excepcionais que todos passaram a enfrentar com a pandemia, ainda mais urgência.

O PNE abarca, como dito, todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional. Para uma síntese dos principais achados contidos neste Relatório, o conjunto de metas está enquadrado em tipologias assim definidas: i) acesso à educação básica; ii) qualidade da educação básica; iii) educação de jovens e adultos; iv) educação profissional e tecnológica; v) educação superior; vi) formação e valorização dos profissionais da educação básica; vii) gestão democrática; e viii) financiamento da educação.

ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA

A evolução no acesso à educação básica observada durante o período do PNE 2014-2024 sofre um sobressalto entre os anos de 2020 e 2021 – reflexo da crise causada pela pandemia de covid-19. O Brasil retrocedeu, na cobertura educacional da população de 6 a 14 anos de idade, de 98,0% em 2020 para 95,9% em 2021, o que representa um recuo de cerca de dez anos no indicador, visto que, para 2011, ele foi estimado em 96,1% (Brasil. Inep, 2018). Tal retrocesso coloca o indicador de cobertura em um patamar inferior ao da linha de base do PNE em 2013, quando o índice foi de 96,9%. O contingente de crianças e jovens fora da escola, em 2021, é estimado em cerca de um milhão, o dobro do que havia em 2020.

As regiões Norte e Nordeste foram as mais afetadas, mas todas ficaram, em 2021, abaixo da linha de base do PNE, e houve ainda aumento da desigualdade entre as regiões mais e menos desenvolvidas do País. O mesmo retrocesso ocorreu nas unidades da Federação, com 21 delas atingindo cobertura na faixa etária de 6 a 14 anos inferior à que possuíam em 2013, ano-base do PNE 2014-2024.

O percentual de jovens de 16 anos com o ensino fundamental concluído também é afetado em 2021, com inversão da trajetória de crescimento observada durante o período do PNE. Para que o índice de 95% definido no Plano seja atingido em 2024, será preciso que esse indicador cresça, em média, 4,6 pontos percentuais (p.p.) ao ano, o que parece improvável, dada a média de variação de 1,2 p.p. ao ano constatada no período 2013-2021.

Na educação infantil, os efeitos da pandemia podem ser ainda mais significativos; contudo, os dados para a população de 0 a 4 anos não foram coletados pelo IBGE nos anos de 2020-2021. O indicador de desigualdade de acesso à creche entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos da população de 0 a 3 anos chega, em 2019, a 27,3 p.p., muito acima, portanto, do que estabelece a Estratégia 1.2 do PNE (10,0 p.p.).

Para se atingir a Meta 1 do Plano, é necessária a inclusão de cerca de 1,4 milhão de crianças de 0 a 3 anos em creches e de cerca de 300 mil crianças de 4 a 5 anos na pré-escola. Permanece a necessidade de políticas para estimular os municípios a atenderem com prioridade, em creches, as crianças do grupo de renda mais baixa, em virtude da maior demanda nesse grupo.

No que diz respeito ao acesso à escola para a população de 15 a 17 anos, decorridos cinco anos do prazo (2016) estipulado na Meta 3 para a universalização, o objetivo ainda não foi alcançado: em 2021, o indicador era de 95,3%, isto é, 4,7 p.p. abaixo da meta. No mesmo ano,

a universalização do acesso à escola para a referida população ainda não tinha sido atingida em nenhuma das grandes regiões e unidades da Federação.

Em relação à ampliação do acesso ao ensino médio, a situação é mais desafiadora: em 2021, 74,5% da população de 15 a 17 anos frequentava a etapa ou já havia concluído a educação básica, número que era 10,5 p.p. inferior à meta de 85%, estabelecida para 2024.

A ausência do Censo Demográfico em 2020 impede que se disponha de informações atualizadas acerca da universalização do acesso à escola para a população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação, objetivo traçado pela Meta 4. No que tange ao acesso à educação básica em classes comuns para o público-alvo da Meta 4, os dados mostram que se manteve o crescimento das matrículas em relação ao último relatório, alcançando-se 93,5% das matrículas do público-alvo em 2021. No que se refere ao atendimento educacional especializado (AEE), o percentual, no mesmo ano, era menor: 46,2% das matrículas do referido grupo.

Na edição deste Relatório também são apresentadas informações sobre o percentual de matrículas em classes comuns e que, ao mesmo tempo, receberam atendimento educacional especializado (Indicadores 4B e 4C). Nesses casos, entre o público-alvo da Meta 4, em 2021, 49,5% das matrículas receberam o AEE e estavam em classes comuns de educação básica.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O acesso à educação básica de forma equitativa é requisito necessário, mas não suficiente, para que a garantia do direito à educação seja integral: é preciso que ele seja seguido por um fluxo adequado, que inclua aprendizado e conclusão com qualidade.

No que concerne à alfabetização das crianças, foco da Meta 5, os resultados da avaliação do 2º ano do ensino fundamental do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) refletem desigualdades nos níveis de alfabetização dos estudantes brasileiros entre as regiões e as unidades federativas. Enquanto a concentração de alunos nos níveis 5 e 6 da escala de proficiência de Língua Portuguesa foi de cerca de 47,5% na região Sul, representa cerca de 31% no Norte e 36% no Nordeste. São também as regiões Norte e Nordeste que apresentam os maiores percentuais de alunos nos níveis mais baixos da escala (1 e 2) de Língua Portuguesa: 16,9% e 13,6%, respectivamente, o que corresponde a quase o dobro do percentual registrado na região Sul (6,7%). Disparidades similares são verificadas também nos resultados em Matemática, entre as unidades da Federação e considerando as zonas urbanas e rurais.

Uma das apostas para a melhoria da qualidade é a oferta de educação em tempo integral. A ampliação do modelo tem se mostrado um desafio para o País e para a maioria dos seus estados, pois as metas para escolas e para alunos, cujo horizonte é 2024, ainda não foram alcançadas. Em 2021, o indicador referente à escola chegou a 22,4% e se encontra a 27,6 p.p. da meta de 50%; o indicador de alunos atingiu 15,1% e está a 9,9 p.p. dos 25% estabelecidos pelo PNE.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), importante referência para o monitoramento da qualidade desse nível, ele segue crescente nos anos iniciais do ensino fundamental, no período de 2007 a 2019, superando as metas intermediárias fixadas no PNE. Já o Ideb dos anos finais do ensino fundamental, embora também crescente, não atinge

as metas estabelecidas no Plano desde 2013. Quanto ao Ideb do ensino médio, observa-se em 2019 o maior crescimento na série histórica desde 2007. Não obstante, o índice permanece abaixo da meta determinada no PNE para aquele ano.

Os resultados relativos aos níveis de aprendizagem alcançados pelos estudantes do 5º e do 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio do Saeb 2019 evidenciam grandes desigualdades no aprendizado, revelando um número significativo de estudantes que apresentam desempenho situado nos níveis mais baixos das escalas de proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática. De modo geral, esses resultados apontam que, em que pesem os progressos efetuados, segue desigual o aprendizado dos estudantes brasileiros do ensino fundamental e do ensino médio, em desfavor de um conjunto expressivo de alunos que demonstram baixo nível de aprendizado.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação constitui direito de todos e todas, inclusive daqueles que não puderam concluir a educação básica na idade apropriada, tornando essencial a educação de jovens e adultos (EJA). O PNE dedica três metas especificamente para a questão.

A Meta 8 se volta para a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade. O monitoramento informa que ela tem passado por ampliação ao longo dos anos: em 2013 era de 10,8 anos, atingiu 11,5 em 2019 e passou para 11,7 anos em 2021. Entretanto, isso tem ocorrido de maneira lenta, de modo que pode não ser o suficiente para o alcance de uma média de 12 anos de estudo, especialmente para as populações das regiões Norte e Nordeste, os residentes no campo e os 25% mais pobres. Ainda no que diz respeito às desigualdades, em 2021, a escolaridade dos negros (pretos e pardos) no referido grupo etário era de 11,3 anos de estudo e a dos não negros era de 12,4 anos, o que resulta em uma razão de 91,1% – 8,9 p.p. distante da meta de equiparação dos anos de estudo.

A Meta 9 pretende alcançar a redução em 50% do analfabetismo funcional e erradicar o analfabetismo absoluto até 2024. Os dados apresentados no texto relativo a essa meta mostram que o objetivo intermediário de elevar a taxa de alfabetização para 93,5% foi alcançado em 2017, apesar de significativas desigualdades regionais e sociais ainda persistirem. Em relação à erradicação do analfabetismo adulto até 2024, os dados mostram que o intento se encontrava a 5,0 p.p. de ser atingido, enquanto o analfabetismo funcional, embora em queda, ainda diste 2,5 p.p. da meta.

Um consenso entre os pesquisadores do campo da EJA é que a integração entre educação, trabalho e formação profissional é requisito para o sucesso das políticas na área. Assim, os esforços de universalização da educação básica e de ampliação da escolarização da população brasileira para os jovens e adultos ganharam destaque no Plano, com o estabelecimento pela Meta 10 de que, no mínimo, 25% das matrículas da EJA sejam ofertadas de forma integrada à educação profissional. Todavia, em 2021, apenas 2,2% das matrículas de EJA foram ofertadas de forma integrada à educação profissional, percentual bem distante da meta. Contudo, o indicador no ensino fundamental (1,0%) significou o dobro do verificado em 2020 (0,5%). No ensino médio, também foi registrada uma evolução para 3,8%, em 2021, representando o melhor resultado desde o início da série histórica, em 2013.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional é tema da Meta 10, em sua oferta integrada à EJA, e também ganha destaque na Meta 11, que trata da expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade de oferta e propondo triplicar o número de matrículas até 2024, com pelo menos 50% dessa expansão no segmento público. Nesse sentido, de 1.602.946 matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em 2013, passou-se a 1.851.541, em 2021, totalizando um crescimento de aproximadamente 15,5% no período. O acréscimo corresponde a 248.595 matrículas, o que representa 7,7% da expansão necessária para o atingimento da meta estabelecida para o ano de 2024. Desse total, 251.624 matrículas estão no segmento público, o que corresponde a 101,2% do aumento verificado e à superação do percentual de 50% de participação prevista no PNE. A expansão das matrículas exclusivamente no segmento público atingiu 27,9%, em 2021.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

No que diz respeito ao nível superior, o PNE conta com três metas que se voltam para a expansão e a melhoria da qualidade na graduação e na pós-graduação.

A Meta 12 almeja a expansão do acesso aos cursos de graduação, com a elevação da taxa bruta de matrículas (TBM) para 50% e da taxa líquida de escolarização (TLE) para 33% da população de 18 a 24 anos. Prevê, ainda, a garantia da qualidade da oferta, com no mínimo 40% da expansão de matrículas no segmento público. Na série histórica do monitoramento do PNE, entre 2012 e 2021, nota-se a tendência de avanço nas taxas de cobertura populacional dos cursos de graduação, porém, em ritmo aquém do necessário para atingir os alvos do Plano. A TBM aumentou de 30,0% para 37,4%, enquanto a TLE apresentou crescimento de 19,5% para 25,5%. Já a participação do segmento público na expansão das matrículas – terceiro indicador de monitoramento da Meta 12 – oscilou com tendência de queda entre 2012 e 2020. Nesse período, o segmento público foi responsável por apenas 3,6% do aumento das matrículas nos cursos de graduação.

A elevação da qualidade na educação superior e a ampliação do percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nesse nível para 75%, com no mínimo 35% de doutores, são os objetivos da Meta 13. Nesse caso, os dois objetivos da meta foram alcançados já em 2015, no segundo ano da vigência do PNE. Em 2020, ano da última informação disponível, o percentual de docentes com ao menos mestrado chegou a 83,8%, enquanto o percentual de docentes com doutorado foi de 48,9%. A despeito do sucesso no cumprimento dessa meta, a qualificação dos docentes na educação superior brasileira é marcada por desigualdades regionais e, principalmente, relacionadas às categorias administrativas das instituições de ensino superior (IES). Nota-se ainda uma tendência recente de diminuição no número total de docentes na educação superior, que foi agravada no último ano da série histórica.

No tocante à pós-graduação *stricto sensu*, a Meta 14 objetiva elevar o número de títulos em cursos de mestrado e doutorado concedidos em todo o Brasil, de modo a atingir 60 mil títulos de mestres e 25 mil títulos de doutores anualmente. Desde 2017, o País já vem atingindo a meta referente à titulação em mestrado, tendo alcançado o maior patamar em 2019, quando

se titularam 70,1 mil mestres. Em 2020, no entanto, observou-se uma queda e o País voltou a titular, no ano em questão, 60,0 mil mestres. Tendências similares podem ser descritas para o doutorado, isto é, o maior patamar também foi alcançado em 2019, quando se titularam 24,4 mil doutores – número recorde na série histórica, mas ainda inferior à meta estabelecida pelo PNE. Em 2020, porém, houve um recuo para 20,1 mil titulações de doutorado, patamar similar ao verificado em 2016.

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Na dimensão da formação dos professores da educação básica, há avanços a serem observados tanto na formação inicial quanto na continuada. É um objetivo da Meta 15 do PNE, para a totalidade dos professores e professoras, a titulação obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento específica em que lecionam. Desde 2013, em todas as etapas da educação básica, notam-se avanços nesse indicador. Em 2021, 71,2% das docências nos anos iniciais do ensino fundamental – etapa que apresenta os melhores resultados – possuíam formação específica obtida em licenciatura. No ensino médio, essa mesma proporção é de 66,6%; na educação infantil, 60,7%; e nos anos finais do ensino fundamental, 58,5%. Os dados também indicam um crescimento maior da adequação da formação docente para a educação infantil e para os anos iniciais. Apesar disso, ainda estamos distantes de alcançar uma formação adequada para a totalidade do corpo docente brasileiro em todas as etapas da educação básica.

O acompanhamento dos indicadores da Meta 16 permite verificar que houve avanço também na formação em nível de pós-graduação para professores. O Relatório revela que, tomando 2021 como base, 44,7% dos docentes são pós-graduados em programas *lato sensu* ou *stricto sensu*. Esse crescimento ocorreu, sobretudo, em nível de especialização. Os indicadores mostram uma elevação da titulação docente, desde 2013, nas redes públicas de ensino, nas quais mais da metade dos docentes são pós-graduados. Percebe-se ainda a crescente participação de professores em cursos de formação continuada, que alcança, no mesmo ano, 40,0% do corpo docente. Apesar do crescimento, esse percentual revela que mais esforços precisam ser feitos para que a totalidade dos docentes tenha pelo menos um curso de formação continuada.

Em conjunto com a formação docente, o PNE contempla metas de valorização de professores e profissionais da educação, seja em termos salariais, seja em condições de trabalho e carreiras adequadas.

Nesse sentido, a Meta 17 visa valorizar a remuneração dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica. Ela propõe equiparar, até o final do sexto ano de vigência do PNE, o rendimento médio desses profissionais ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente. Os resultados mostram, de um lado, que o rendimento médio dos profissionais do magistério teve um acréscimo real de 6,2% entre 2012 e 2021. De outro lado, os demais profissionais assalariados com formação equivalente tiveram uma perda real de 16,0% no poder de compra de seus salários.

O indicador da Meta 17 apresentou, então, um avanço de 17,3 p.p. no período, passando de 65,2% em 2012 para 82,5% em 2021. Muito embora tenha ocorrido um avanço no Indicador 17A, nota-se que esse se deve em maior medida à retração dos salários dos demais profissionais

do que à valorização salarial dos profissionais do magistério. Além disso, percebe-se que a meta não foi atendida no prazo previsto, sendo necessário um acréscimo de 17,5 p.p. e, mesmo tomando como referência o último ano de vigência do Plano (2024), ainda é preciso um grande esforço para seu atingimento.

No que diz respeito à valorização dos profissionais da educação, o monitoramento da Meta 18 informa que, em 2018, 23 unidades da Federação (85,2%) possuíam legislação prevendo o limite máximo de dois terços da carga horária dos profissionais do magistério para atividades de interação com os educandos; no caso dos municípios, esse valor era de 74,2%. Sobre o percentual de docentes das redes municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, em 2021, nas redes municipais, 70,6% dos vínculos docentes referem-se à ocupação desses cargos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é alvo da Meta 19 do PNE. Entre as medidas adotadas para acompanhar esse constructo complexo, os dados do Censo Escolar, coletados desde 2019, demonstram uma pequena redução no percentual de diretores selecionados por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar em 2021 (redução de 0,6 p.p.) e um crescimento no percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis) nas escolas públicas brasileiras (1,4 p.p.).

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O monitoramento da Meta 20, voltada à questão do financiamento, é realizado pela análise da evolução de dois indicadores: Gasto público em educação pública (Indicador 20A) e Gasto público em educação (Indicador 20B). Esses indicadores permanecem estagnados em torno de 5,0% e 5,5% do PIB e bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação. Considerando que esse aumento precisa ocorrer em um prazo relativamente curto, o esforço anual necessário para o atingimento desses objetivos pode ser considerado bastante elevado, mesmo tomando como referência a meta intermediária. Para atingir a meta intermediária, teria sido necessário ampliar o gasto em educação em torno de R\$ 140 bilhões (1,9% do PIB de 2020, corrigida a inflação do período). Já para o alcance da meta final, a qual prevê que o gasto público em educação pública atinja 10% do PIB até 2024, seria necessário praticamente dobrar, em termos reais, os recursos aplicados em educação pública, considerando um cenário hipotético de estabilidade real do PIB.

NÍVEL DE ALCANCE E NÍVEL DE EXECUÇÃO

Como visto, o desenvolvimento de cada um dos indicadores do monitoramento do PNE tem uma dinâmica própria, com evolução e métricas distintas. Compreender os seus resultados

exige a realização de estudos particularizados. Para a maior parte deles, no entanto, é possível inferir algumas métricas comuns, que visem comunicar o quanto se está próximo ou distante das metas estabelecidas pelo Plano. A construção desse entendimento é o objeto dos índices Nível de alcance e Nível de execução do PNE¹.

O Nível de alcance trabalha com uma perspectiva de longa duração, relacionando-se com a evolução histórica da educação brasileira. Ele busca retratar, em termos percentuais, o quanto o setor educacional – no decurso dos séculos – já conseguiu se aproximar das metas determinadas pelo Plano. O Nível de execução, por sua vez, trabalha com a perspectiva de curta duração, estando restrito ao período de vigência do PNE. Ele busca retratar, em termos percentuais, quanto da tarefa prevista para aquele decênio foi efetivamente realizada.

Exemplificando, a Meta 3 do PNE determina a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos. As pesquisas realizadas em 2021 revelaram que 95,3% dos jovens dessa faixa etária estão na escola ou já concluíram a educação básica. Logo, o Nível de alcance para esse indicador é igual a 95,3%. É preciso reconhecer, entretanto, que no início de vigência do PNE esse indicador já registrava o índice de 88,7%. A tarefa que se colocou para o decênio, portanto, foi elevar essa taxa em 11,3 p.p. Considerando a taxa atual, infere-se que esse indicador avançou 6,6 p.p., cumprindo 58,4% da tarefa projetada. Assim, o Nível de execução para esse indicador é igual a 58,4%.

Dentre os indicadores de Monitoramento do PNE, 52 permitem o cálculo do Nível de alcance. Desses, seis já atingiram Nível de alcance igual a 100%, enquanto o Nível de alcance médio é de 76,7%. O Nível de alcance mediano, por sua vez, registrou o expressivo índice de 81,1%. Tais números confrontam a visão simplista de que “nada se aproveita” na educação brasileira. Ao contrário, testemunham os avanços históricos e reconhecem os esforços daqueles que, apesar das dificuldades, ajudam a construir a educação nacional.

Reduzindo o escopo à implementação do atual PNE (2014-2024), é possível calcular o Nível de execução para 41 indicadores. De imediato, deve-se registrar que cinco indicadores já superaram a marca de 100%, enquanto sete deles apresentam retrocesso em relação à linha de base. Considerando que o PNE está no seu oitavo ano de execução, a expectativa era que os níveis médios estivessem em torno de 80%. De forma contrária, contudo, verificou-se que 35 indicadores têm Nível de execução menor do que 80%. O Nível de execução médio está em 45,1%, enquanto o mediano não ultrapassa 39,0%. Assim, é forçoso reconhecer que a execução do atual PNE é insuficiente para o alcance das metas até o ano de 2024, encontrando-se, aproximadamente, na metade do caminho ideal.

Desse modo, o Inep entrega o *Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação*, com dados coletados e analisados com vistas à formulação e ao aprimoramento de políticas públicas. Que as evidências aqui apresentadas subsidiem os processos de tomada de decisão no Ministério da Educação (MEC); na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; no Conselho Nacional de Educação (CNE); e no Fórum Nacional de Educação (FNE), que são as instituições responsáveis pelo monitoramento contínuo e pela realização de avaliações periódicas da execução do PNE e do cumprimento de suas metas. Esta publicação se destina também a gestores educacionais nas três esferas administrativas, secretarias estaduais e municipais

1 Para mais informações sobre os índices, ver o Quadro-Resumo dos Indicadores, incluído neste documento.

de educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), conselhos estaduais de educação, associações e institutos de pesquisa, técnicos, pesquisadores, profissionais da educação, instituições de ensino, organizações não governamentais e sociedade em geral. Que os esforços à suplantação dos desafios evidenciados sejam conhecidos e compartilhados por toda a sociedade brasileira e o direito à educação de todos e todas seja assumido como valor e motor de ações no sentido da superação das desigualdades educacionais, da promoção da equidade e da garantia de educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2018*. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Painel de Monitoramento do PNE*. Brasília, DF, 30 maio 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(continua)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta				Execução do PNE						
		Meta ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância para Cumprimento da Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e	Valor de Referência PNE ^f	Ano de Referência ^g	Esforço PNE ^h	Progresso PNE ⁱ	Progresso PNE [%] ^j	Nível de Execução do PNE ^k
1	Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche (Segundo o PNE, a universalização dessa etapa deveria ocorrer até 2016)	100%	94,1%	2019	5,9 p.p.	94,1%	87,9%	2013	12,1 p.p.	6,2 p.p.	7,1%	51,2%
2	Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche	50%	37,0%	2019	13,0 p.p.	74,0%	27,9%	2013	22,1 p.p.	9,1 p.p.	32,6%	41,2%
3	Indicador 2A: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)	100%	95,9%	2021	4,1 p.p.	95,9%	96,9%	2013	3,1 p.p.	-1,0 p.p.	-1,0%	-32,3%
4	Indicador 2B: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído	95%	81,1%	2021	13,9 p.p.	85,4%	71,2%	2013	23,8 p.p.	9,9 p.p.	13,9%	41,6%
5	Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica (Segundo o PNE, a universalização dessa etapa deveria ocorrer até 2016)	100%	95,3%	2021	4,7 p.p.	95,3%	88,7%	2013	11,3 p.p.	6,6 p.p.	7,4%	58,4%
6	Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa	85%	74,5%	2021	10,5 p.p.	87,6%	64,8%	2013	20,2 p.p.	9,7 p.p.	15,0%	48,0%
7	Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola	100%	82,5%	2010	17,5 p.p.	82,5%	82,5%	2010	17,5 p.p.	NA	NA	NA
8	Indicador 4B: Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação	NA	93,5%	2021	NA	NA	85,5%	2013	NA	8 p.p.	9,4%	NA
9	Indicador 4C: Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado	100%	46,2%	2021	53,8 p.p.	46,2%	49,7%	2013	50,3 p.p.	-3,5 p.p.	-7,0%	-7,0%
10	Indicador 5A*: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa no Saeb	100,0%	NA	2019	NA	NA	NA	2017	NA	NA	NA	NA
11	Indicador 5B*: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Matemática no Saeb	100,0%	NA	2019	NA	NA	NA	2017	NA	NA	NA	NA
12	Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral	25%	15,1%	2021	9,9 p.p.	60,4%	17,6%	2014	7,4 p.p.	-2,5 p.p.	-14,2%	-33,8%
13	Indicador 6B: Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral	50%	22,4%	2021	27,6 p.p.	44,8%	29,0%	2014	21,0 p.p.	-6,6 p.p.	-22,8%	-31,4%

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(continuação)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta					Execução do PNE					
		Meta ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância para Cumprimento da Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e	Valor de Referência PNE ^f	Ano de Referência ^g	Esforço PNE ^h	Progresso PNE ⁱ	Progresso PNE [%] ^j	Nível de Execução do PNE ^k
14	Indicador 7A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental	6,0	5,9	2019	0,1	98,3%	5,2	2013	0,8	0,7	13,5%	87,5%
15	Indicador 7B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental	5,5	4,9	2019	0,6	89,1%	4,2	2013	1,3	0,7	16,7%	53,8%
16	Indicador 7C: Ideb do ensino médio	5,2	4,2	2019	1,0	80,8%	3,7	2013	1,5	0,5	13,5%	33,3%
17	Indicador 8A: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade	12	11,7	2021	0,3 anos de estudo	97,5%	10,8	2013	1,2 anos de estudo	0,9 ano de estudo	7,9%	75,0%
18	Indicador 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural	12	10,4	2021	1,6 anos de estudo	86,7%	8,8	2013	3,2 anos de estudo	1,6 anos de estudo	17,9%	50,0%
19	Indicador 8C: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)	12	9,9	2019	2,1 anos de estudo	82,5%	9,4	2016	2,6 anos de estudo	0,5 ano de estudo	5,5%	19,2%
20	Indicador 8D: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos	100%	91,1%	2021	8,9 p.p.	91,1%	86,3%	2013	13,7 p.p.	4,8 p.p.	5,6%	35,0%
21	Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (Segundo o PNE, a meta deveria ser atingida até 2015)	100%	95,0%	2021	5,0 p.p.	95,0%	91,8%	2012	8,2 p.p.	3,2 p.p.	3,5%	39,0%
22	Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	8,9%	11,4%	2021	2,5 p.p.	97,3%	17,7%	2012	8,8 p.p.	6,3 p.p.	35,6%	71,6%
23	Indicador 10A: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional	25%	2,2%	2021	22,8 p.p.	8,8%	2,8%	2013	22,2 p.p.	-0,6 p.p.	-21,4%	-2,7%
24	Indicador 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio	4.808.838	1.851.541	2021	2.957.297	38,5%	1.602.946	2013	3.205.892	248.595	15,5%	7,8%
25	Indicador 11B: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio	50%	101,2%	2021	-	202,4%	0,0%	2013	50,0 p.p.	101,2 p.p.	NA	202,4%
26	Indicador 11C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública	NA	27,9%	2021	NA	NA	0,0%	2013	NA	27,9 p.p.	NA	NA
27	Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM)	50%	37,4%	2021	12,6 p.p.	74,8%	30,0%	2012	20,0 p.p.	7,4 p.p.	24,7%	37,0%
28	Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na educação superior (TLE)	33%	25,5%	2021	7,5 p.p.	77,3%	19,5%	2012	13,5 p.p.	6,0 p.p.	30,8%	44,4%

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(continuação)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta				Execução do PNE						
		Meta ¹	Último Resultado ²	Ano do Resultado ³	Distância para Cumprimento da Meta ⁴	Nível de Alcance da Meta ⁵	Valor de Referência PNE ⁶	Ano de Referência ⁷	Esforço PNE ⁸	Progresso PNE ⁹	Progresso PNE [%] ¹⁰	Nível de Execução do PNE ¹¹
29	Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação	40%	3,6%	2020	36,4 p.p.	9,0%	0,0%	2012	40,0 p.p.	3,6 p.p.	NA	NA
30	Indicador 13A: Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado	75%	83,8%	2020	-	111,7%	70,1%	2012	4,9 p.p.	13,7 p.p.	19,5%	279,6%
31	Indicador 13B: Percentual de docentes da educação superior com doutorado	35%	48,9%	2020	-	139,7%	32,6%	2012	2,4 p.p.	16,3 p.p.	50,0%	679,2%
32	Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano no País	60.000	60.039	2020	-	100,1%	51.535	2013	8.465	8.504	16,5%	100,5%
33	Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos por ano no País	25.000	20.075	2020	4.925	80,3%	15.650	2013	9.350	4.425	28,3%	47,3%
34	Indicador 15A: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	60,7%	2021	39,3 p.p.	60,7%	42,2%	2013	57,8 p.p.	18,5 p.p.	43,8%	32,0%
35	Indicador 15B: Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	71,2%	2021	28,8 p.p.	71,2%	54,0%	2013	46,0 p.p.	17,2 p.p.	31,9%	37,4%
36	Indicador 15C: Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	58,5%	2021	41,5 p.p.	58,5%	48,0%	2013	52,0 p.p.	10,5 p.p.	21,9%	20,2%
37	Indicador 15D: Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam	100%	66,6%	2021	33,4 p.p.	66,6%	57,8%	2013	42,2 p.p.	8,8 p.p.	15,2%	20,9%
38	Indicador 16A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu	50%	44,7%	2021	5,3 p.p.	89,4%	30,2%	2013	19,8 p.p.	14,5 p.p.	48,0%	73,2%
39	Indicador 16B: Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada	100%	40,0%	2021	60,0 p.p.	40,0%	30,6%	2013	69,4 p.p.	9,4 p.p.	30,7%	13,5%
40	Indicador 17A: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo. (Segundo o PNE, a equiparação dessas categorias deveria ocorrer até 2020)	100%	82,5%	2021	17,5 p.p.	82,5%	70,5%	2013	29,5 p.p.	12,0 p.p.	17,0%	40,7%
41	Indicador 18A: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais do magistério	100%	100%	2018	-	100,0%	100,0%	2014	0,0 p.p.	0,0 p.p.	0,0%	100,0%
42	Indicador 18B: Percentual de UFs que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos	100%	85,2%	2018	14,8 p.p.	85,2%	85,2%	2018	14,8 p.p.	NA	NA	NA
43	Indicador 18C: Percentual de UFs que atendem ao PSNP	100%	70,4%	2018	29,6 p.p.	70,4%	70,4%	2018	29,6 p.p.	NA	NA	NA

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(continuação)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta					Execução do PNE					
		Meta ³	Último Resultado ⁶	Ano do Resultado ⁶	Distância para Cumprimento da Meta ⁴	Nível de Alcance da Meta ⁵	Valor de Referência PNE ⁷	Ano de Referência ⁸	Esforço PNE ⁹	Progresso PNE ¹⁰	Progresso PNE [%] ¹¹	Nível de Execução do PNE ¹²
44	Indicador 18D: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério	100%	81,5%	2018	18,5 p.p.	81,5%	81,5%	2018	18,5 p.p.	NA	NA	NA
45	Indicador 18E: Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério	100%	95,7%	2018	4,3 p.p.	95,7%	89,2%	2014	10,8 p.p.	6,5 p.p.	7,3%	60,2%
46	Indicador 18F: Percentual de municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos	100%	74,2%	2018	25,8 p.p.	74,2%	74,2%	2018	25,8 p.p.	NA	NA	NA
47	Indicador 18G: Percentual de municípios que atendem ao PSNP	100%	74,2%	2018	25,8 p.p.	74,2%	74,2%	2018	25,8 p.p.	NA	NA	NA
48	Indicador 18H: Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério	100%	38,8%	2018	61,2 p.p.	38,8%	38,8%	2018	61,2 p.p.	NA	NA	NA
49	Indicador 19A: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar	100%	6,0%	2021	94,0 p.p.	6,0%	6,6%	2019	93,4 p.p.	-0,6 p.p.	NA	-0,6%
50	Indicador 19B: Percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantil) nas escolas públicas brasileiras	100%	39,0%	2021	61,0 p.p.	39,0%	37,9%	2019	62,1 p.p.	1,1 p.p.	NA	1,8%
51	Indicador 19C: Percentual de existência de colegiados extraescolares (conselho estadual de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação) nas unidades federativas	100%	100,0%	2018	-	100,0%	100,0%	2018	0 p.p.	NA	NA	NA
52	Indicador 19D: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar pelas unidades federativas	100%	79,1%	2018	20,9 p.p.	79,1%	79,1%	2018	20,9 p.p.	NA	NA	NA
53	Indicador 19E: Percentual de existência de colegiados extraescolares (conselho municipal de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação) nos municípios	100%	83,9%	2018	16,1 p.p.	83,9%	83,9%	2018	16,1 p.p.	NA	NA	NA

QUADRO RESUMO DOS INDICADORES DO PNE

(conclusão)

Ordem	Indicador	Alcance da Meta				Execução do PNE						
		Meta ^a	Último Resultado ^b	Ano do Resultado ^c	Distância para Cumprimento da Meta ^d	Nível de Alcance da Meta ^e	Valor de Referência PNE ^f	Ano de Referência ^g	Esforço PNE ^h	Progresso PNE ⁱ	Progresso PNE [%] ^j	Nível de Execução do PNE ^k
54	Indicador 19F: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros do conselho municipal de educação, dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e dos conselhos de alimentação escolar pelos municípios	100%	60,4%	2018	37,6 p.p.	60,4%	60,4%	2018	39,6 p.p.	NA	NA	NA
55	Indicador 20A: Gasto Público em Educação Pública em proporção ao PIB (Segundo o PNE, o Gasto Público em Educação Pública deveria ser de 7,0% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024)	10%	5,1%	2020	4,9 p.p.	51,0%	5,1%	2015	4,9 p.p.	0 p.p.	0,0%	0,0%
56	Indicador 20B: Gasto Público em Educação em proporção ao PIB	10%	5,4%	2020	4,6 p.p.	54,0%	5,5%	2015	4,5 p.p.	-0,1 p.p.	-1,8%	-2,2%

Fonte: elaboração própria.

* NA = Não se aplica. Utilizado quando não há meta definida para o indicador ou quando não se pode calcular o Nível de Alcance ou de Execução, por falta de um valor de referência ou de mais de uma mensuração.

^(a) Definida pela Lei 13.005/14.

^(b) Resultado do Indicador para o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE.

^(c) Ano do Último Resultado disponível para o indicador.

^(d) d= a-b.

^(e) e= b/a [%].

^(f) Resultado do Indicador no Ano de Referência.

^(g) Ano de referência inicial para o monitoramento da meta.

^(h) Esforço exigido para o alcance da Meta durante a execução do PNE (2014-2024) (h= a-f).

⁽ⁱ⁾ Variação atual do indicador (i= b-f);

^(j) Variação percentual atual do indicador (j=(b-f)/f) [%].

^(k) k= i/h [%].



NOTAS METODOLÓGICAS

Algumas mudanças e adequações metodológicas foram realizadas para o cálculo dos indicadores deste *Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2022*. Destacam-se as condições sob as quais certas informações aqui apresentadas devem ser compreendidas, especialmente em função dos impactos da pandemia de covid-19 sobre a produção de estatísticas e avaliações educacionais no Brasil.

As adequações feitas visam garantir o uso de dados atualizados e que os indicadores sejam capazes de refletir acuradamente as mudanças na realidade educacional à qual eles se referem. Elas realizam ajustes na composição dos indicadores e adaptações diante das alterações metodológicas nas bases utilizadas ou em decorrência da ausência de dados que permitam a tessitura de medidas significativas.

Um primeiro ajuste a salientar diz respeito à alfabetização infantil. Em função da descontinuidade da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a partir de 2017, foi necessária a adoção de outro instrumento e fonte de dados para garantia do monitoramento da Meta 5 do PNE. Buscou-se, desse modo, assegurar continuidade ao monitoramento permanente da meta, em linha com as preconizações do § 2º do artigo 5º da Lei do Plano. Nesse sentido, o corrente Relatório respaldou-se no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que, a partir de 2019, reinseriu um instrumento diagnóstico voltado especificamente ao ciclo de alfabetização nacional, com foco no 2º ano do ensino fundamental, conforme diretrizes da Resolução CNE/CP nº 2/2017¹.

No tocante à ausência de dados, até a finalização do texto deste Relatório de monitoramento, as informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) relativas ao ano de

¹ Para mais detalhes, ver o texto da Meta 5 neste Relatório.

2021 ainda não estavam disponíveis, não sendo possível reportar a situação do indicador para o monitoramento da Meta 7 no referido ano.

Ainda em relação à indisponibilidade de dados, deve-se registrar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não pôde realizar em 2020 o Censo Demográfico, como anteriormente previsto, e a coleta ocorrerá apenas este ano (2022). Por isso, o monitoramento da Meta 4, no que diz respeito à universalização do acesso à escola para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, não poderá ser atualizado, de modo que se mantiveram, nesse caso, apenas as informações existentes no Censo Demográfico anterior (2010).

É importante ressaltar que a ausência de dados também afetou a possibilidade de atualizar os indicadores concernentes ao acesso à creche e à pré-escola. Em função das limitações associadas a impactos da pandemia nas estatísticas educacionais, o Suplemento Anual de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, o qual traz informações sobre frequência à escola/creche para crianças de 0 a 5 anos de idade, não foi disponibilizado para os anos de 2020 e 2021. Assim, os dados aqui apresentados se restringiram aos anos de 2016 a 2019, que eram os mais atuais disponíveis para a temática na data de conclusão deste Relatório. A mesma limitação se impôs às desagregações dos indicadores por rendimento domiciliar *per capita*, visto que as informações sobre tal dimensão também são disponibilizadas pela Pnad Contínua apenas no referido Suplemento².

O presente Relatório apresenta alterações em relação à sua edição anterior (Brasil. Inep, 2020), de forma a responder às mudanças metodológicas aplicadas pela Pnad Contínua. A pesquisa, implantada pelo IBGE desde janeiro de 2012, visa coletar dados sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada às características demográficas e de educação. Seu método de coleta consiste na realização trimestral de entrevistas domiciliares (IBGE, 2021a). O contexto pandêmico, no entanto, obrigou o Instituto a substituir, em 17 de março de 2020, as visitas presenciais aos domicílios por entrevistas telefônicas (IBGE, 2020a, 2020b). Tal decisão repercutiu nos resultados da pesquisa, levando o IBGE a investigar os problemas introduzidos pelo método de coleta por telefone, como aqueles relacionados à cobertura de acesso aos números de telefone das pessoas a serem entrevistadas, ao viés de não resposta e ao viés de disponibilidade, isto é, ao maior número de entrevistados com determinado perfil de sexo e idade (IBGE, 2021b, 2021c, 2021d).

A fim de contornar tais dificuldades, a partir de julho de 2021, o IBGE começou a adotar um método híbrido de coleta, envolvendo entrevistas presenciais e por telefone (IBGE, 2021c). No final de novembro de 2021, foram republicadas todas as estimativas, desde 2012, recalculadas por meio de novas técnicas de ponderação da Pnad Contínua (IBGE, 2021b, 2021c, 2021d, 2021e).

A Pnad Contínua reponderada, entretanto, não solucionou completamente as questões metodológicas que surgiram durante a pandemia (IBGE, 2021c), por exemplo, o problema do tamanho amostral que provocou a exclusão de determinados indicadores e inviabilizou a divulgação de algumas desagregações (IBGE, 2021d). Ainda assim, o IBGE disponibilizou os seus resultados na forma de microdados, deixando a cargo dos usuários a responsabilidade por sua utilização “da forma que julguem melhor para atender os seus objetivos” (IBGE, 2021e, p. 2).

² Para mais detalhes sobre tais questões, ver os textos das Metas 1, 2, 3, 8, 9 e 12 neste Relatório.

Ressalte-se que os dados da Pnad Contínua são de suma importância para o monitoramento do PNE, pois, desde 2018, o Inep os utiliza para calcular os indicadores das Metas 1, 2, 3, 8, 9, 12 e 17 (Brasil. Inep, 2018). Sem poder prescindir de tais informações, o presente Relatório de monitoramento utiliza a Pnad Contínua reponderada de 2012 a 2021, publicada em 30 de novembro de 2021. Alerta-se, com isso, que as séries históricas dos indicadores aqui apresentados que usam a pesquisa foram recalculadas, o que pode gerar algumas diferenças em relação aos valores disponibilizados nos Relatórios anteriores.

Diante do exposto, recomenda-se que se considerem tais situações na análise dos resultados provenientes dessa pesquisa, evitando comparações conclusivas com as informações dos anos anteriores. Destaca-se que é fundamental a consulta à ficha técnica de cada indicador a fim de compreender em detalhes sua composição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018*. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Alteração no calendário de divulgação da PNAD Contínua em função da pandemia da covid 19*. Rio de Janeiro, 2020a. Nota técnica. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101809.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): informações referentes à coleta do mês de abril de 2020*. Rio de Janeiro, 2020b. Nota técnica. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101810.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): nota técnica - informações referentes à divulgação dos dados do 2º trimestre de 2020*. Rio de Janeiro, 2020c. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101808.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas técnicas: versão 1.9*. Rio de Janeiro, 2021a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101868_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua*: nota técnica 02/2021: sobre o processo de ponderação da PNAD Contínua. Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101803.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua*: nota técnica 03/2021: sobre a divulgação da reponderação da PNAD Contínua em 2021. Rio de Janeiro, 2021c. Acesso em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101866.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua*: nota técnica 04/2021: sobre a alteração do método de calibração dos fatores de expansão da PNAD Contínua. Rio de Janeiro, 2021d. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101882.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua*: nota técnica 06/2021: sobre o conjunto e a forma de disponibilização dos indicadores mensais e trimestrais divulgados. Rio de Janeiro, 2021e. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101883.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.



META 1

.....

UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016, A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PRÉ-ESCOLA PARA AS CRIANÇAS DE 4 (QUATRO) A 5 (CINCO) ANOS DE IDADE E AMPLIAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRECHES DE FORMA A ATENDER, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS CRIANÇAS DE ATÉ 3 (TRÊS) ANOS ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PNE.

.....



A Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que a cobertura de educação infantil no Brasil deve ser ampliada de modo que, até o final da vigência do plano, seja alcançada a universalização do atendimento na faixa etária de 4 a 5 anos de idade e, de outro, a cobertura de, pelo menos, 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade.

A evolução da Meta 1 é avaliada por meio da taxa de atendimento escolar aplicada aos dois grupos etários considerados:

– *Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche.*

– *Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche.*

A estimativa dos dois indicadores lança mão dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que cobre o período de 2013 a 2015, e os microdados da Pnad Contínua (Pnad-c) para estimar os mesmos indicadores para os anos de 2016 a 2019¹. As estimativas feitas com base nas duas pesquisas são apresentadas em continuidade na série histórica 2013-2019. Dessa forma, é possível avaliar a tendência dos indicadores apresentando as estimativas mais atuais disponíveis a partir da Pnad Contínua. Embora os indicadores descrevam a mesma população, há que se ter em mente que se trata de duas pesquisas distintas, com desenhos amostrais específicos e, portanto, variações estimadas entre os anos de 2015 e 2016 devem ser tomadas com cautela.

Nesta seção, serão apresentados os indicadores nacionais da Meta 1, bem como desagregações por grandes regiões geográficas, unidades da Federação, sexo, localização de residência, raça/cor e quintil de renda domiciliar *per capita*.

¹ O suplemento de educação da Pnad-c para os anos de 2020 e 2021 não foi aplicado pelo IBGE, impossibilitando a produção dos indicadores da Meta 1 para os referidos anos. Impossibilita, também, a desagregação por renda domiciliar *per capita* nas demais metas do PNE.

POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA/CRECHE

Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche.

Meta: pelo menos 50% de cobertura desta população até 2024.

O Gráfico 1 mostra o percentual de cobertura de 0 a 3 anos de idade aferida pelo Indicador 1B no período de 2013 a 2019, bem como a estimativa do número de crianças de 0 a 3 anos atendidas e não atendidas em creche/escola. Em 2019, o Brasil alcançou a cobertura de 37,0% das crianças, o que representa cerca de 3,9 milhões de crianças atendidas. A Meta 1 do PNE, para ser alcançada, implica que cerca de 1,4 milhões de crianças de 0 a 3 precisam ser incluídas em creche no Brasil até 2024 (considerando a população existente na coorte de 2019²), quando então o País teria metade de suas crianças de 0 a 3 atendidas por creches.

Embora o Indicador 1B aponte para um crescimento da cobertura durante o período do PNE, não é possível saber como a pandemia de covid-19 terá afetado a frequência escolar da população de 0 a 3 anos em 2020 e 2021, visto não existirem dados da Pnad-c sobre a frequência escolar da população nessa faixa etária para aquele biênio³.

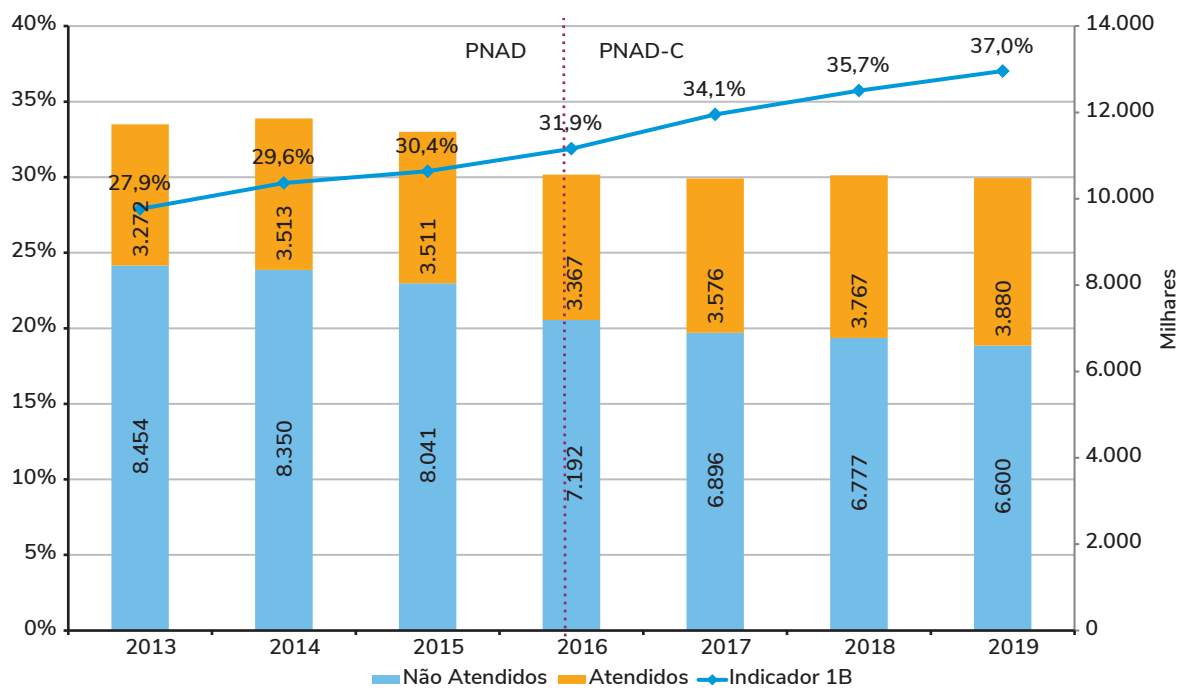


GRÁFICO 1

NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

As desigualdades regionais na cobertura da educação infantil de 0 a 3 anos são marcantes (Gráfico 2), notadamente entre as regiões Norte e Sul-Sudeste. Enquanto a região Norte apresentava, em 2019, cobertura de 18,7%, a região Sudeste alcançava 43,9% das crianças de 0 a 3 anos, uma diferença de 25,2 p.p. O maior avanço observado na região Sudeste (10,8 p.p.) e o menor progresso observado na região Norte (6,0 p.p.) no período contribuíram para o aumento da

² Essa coorte é estimada em 10,5 milhões de crianças.

³ Apenas a população de 5 anos ou mais teve dado de frequência escolar coletado pelo IBGE nos anos de 2020 e 2021.

desigualdade entre essas regiões. A região Norte retomou o crescimento da cobertura em 2013, após um período de retrocesso entre 2008 e 2012⁴. Esse crescimento se acentua a partir de 2016, mas o indicador recua entre 2018 e 2019. A região Sul tem cobertura e evolução próxima do Sudeste, e as regiões Nordeste e Centro-Oeste avançam de forma equivalente, mas com o Nordeste apresentando melhor indicador durante todo o período do PNE.

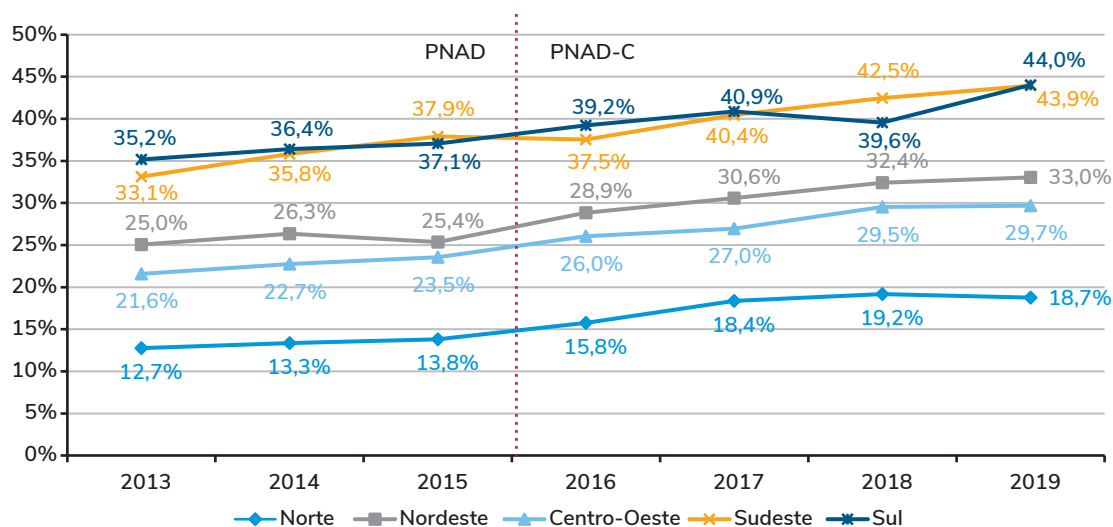


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR GRANDE REGIÃO – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A Tabela 1 apresenta o número e percentual de crianças de 0 a 3 anos atendidas em escola/creche por grande região e unidades da Federação para o período entre 2013 e 2019, bem como a variação ocorrida no período em pontos percentuais e em números absolutos. O Brasil passou a ter cerca de 600 mil crianças a mais no atendimento em escola/creche, correspondendo uma variação de 9,1 p.p. na taxa de cobertura.

Contudo, há grandes disparidades entre as unidades da Federação. As que apresentavam maior cobertura em 2019 eram: Santa Catarina (52,4%), São Paulo (50,7%) e Paraná (41,5%). Os estados com menor cobertura são todos da região Norte: Roraima (11,8%), Amapá (13,1%) e Amazonas (14,1%). Os maiores avanços no período 2013-2019 quanto à cobertura de 0 a 3 anos foram observados nos estados de Tocantins (14,6 p.p.), Acre (14,6 p.p.) e São Paulo (14,1 p.p.). Os estados com menor progresso foram: Amapá (2,0 p.p.), Rio de Janeiro (2,5 p.p.) e Sergipe (3,9 p.p.). Dois estados apresentam recuo no indicador no período analisado: Roraima (-1,5 p.p.) e Distrito Federal (-1,4 p.p.).

No contexto de cada região, os estados que mais avançaram na cobertura foram: Acre e Tocantins (14,6 p.p.) no Norte; Paraíba (11,4 p.p.) no Nordeste; São Paulo (14,1 p.p.) no Sudeste; Santa Catarina (10,7 p.p.) no Sul; e Mato Grosso (11,7 p.p.) no Centro-Oeste.

Chama atenção o enorme recuo do Indicador 1B nos estados de Rondônia e Roraima, ocorrido entre 2017 e 2019. Rondônia caiu de 21,5% para 15,9% de cobertura, e Roraima, de 20,6% para 11,8%, colocando este último com o índice mais baixo de atendimento para a população de 0 a 3 anos entre as unidades da Federação (Tabela 1).

⁴ Como mostra o Relatório do 2o ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2018).

TABELA 1

NÚMERO E PERCENTUAL DE PESSOAS DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE,
POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

(continua)

Regiões/UF	Frequenta Escola ou Creche	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	Varição 2013-2019 (N) e (p.p.)
Brasil	N	3.271.734	3.513.164	3.510.835	3.366.545	3.591.153	3.767.464	3.879.681	607.947
	%	27,9%	29,6%	30,4%	31,9%	34,1%	35,7%	37,0%	9,1
Norte	N	159.635	171.585	166.178	184.804	209.955	210.204	208.487	48.852
	%	12,7%	13,3%	13,8%	15,8%	18,4%	19,2%	18,7%	6,0
Rondônia	N	12.903	24.181	24.045	19.938	20.712	21.047	16.252	3.349
	%	11,6%	19,9%	20,4%	19,4%	21,5%	18,7%	15,9%	4,3
Acre	N	6.621	5.879	9.463	8.983	10.421	12.671	14.140	7.519
	%	10,4%	8,2%	13,9%	16,0%	19,1%	21,7%	25,0%	14,6
Amazonas	N	26.427	28.844	30.925	36.562	32.633	35.686	38.052	11.625
	%	8,3%	9,1%	9,7%	12,8%	11,5%	14,2%	14,1%	5,8
Roraima	N	4.971	7.415	6.408	6.619	8.043	6.688	4.151	-820
	%	13,3%	17,7%	17,6%	17,5%	20,6%	19,5%	11,8%	-1,5
Pará	N	87.236	83.506	70.083	83.586	109.312	101.397	103.306	16.070
	%	15,4%	14,6%	13,7%	15,3%	20,7%	20,1%	20,3%	4,9
Amapá	N	5.628	6.195	4.993	7.570	4.419	5.725	6.457	829
	%	11,1%	9,8%	8,7%	12,8%	7,6%	10,8%	13,1%	2,0
Tocantins	N	15.849	15.565	20.261	21.547	24.415	26.989	26.129	10.280
	%	14,8%	15,8%	21,7%	25,1%	29,6%	32,8%	29,4%	14,6
Nordeste	N	878.498	933.865	873.038	889.003	911.993	976.221	992.665	114.167
	%	25,0%	26,3%	25,4%	28,9%	30,6%	32,4%	33,0%	8,0
Maranhão	N	110.068	136.438	123.261	130.641	132.119	130.016	132.629	22.561
	%	21,4%	26,0%	23,2%	28,9%	29,5%	32,0%	31,8%	10,4
Piauí	N	49.579	58.854	40.528	41.754	49.713	50.344	59.193	9.614
	%	23,3%	27,3%	21,4%	24,5%	28,4%	28,8%	32,4%	9,1
Ceará	N	148.860	176.043	169.931	171.679	164.329	175.234	167.762	18.902
	%	29,1%	33,5%	33,4%	36,0%	35,6%	37,3%	34,0%	4,9
Rio Grande do Norte	N	68.078	58.023	68.524	58.495	59.422	67.514	66.115	-1.963
	%	33,1%	27,7%	32,5%	33,4%	37,0%	36,9%	39,2%	6,1

TABELA 1

NÚMERO E PERCENTUAL DE PESSOAS DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE,
POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

(continua)

Regiões/UF	Frequenta Escola ou Creche	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	Varição 2013-2019 (N) e (p.p.)
Paraíba	N	57.641	69.757	71.756	61.466	68.188	64.906	73.966	16.325
	%	23,1%	27,5%	28,5%	29,0%	32,3%	31,2%	34,5%	11,4
Pernambuco	N	148.313	143.362	122.061	134.171	125.252	155.476	161.876	13.563
	%	25,8%	25,2%	24,1%	26,9%	27,7%	32,1%	33,5%	7,7
Alagoas	N	54.485	50.853	44.042	46.064	44.248	54.063	53.144	-1.341
	%	24,1%	23,2%	21,7%	25,4%	25,0%	31,2%	30,6%	6,5
Sergipe	N	36.518	33.609	36.659	31.275	31.541	36.139	39.056	2.538
	%	27,9%	23,7%	25,9%	24,3%	26,9%	28,7%	31,8%	3,9
Bahia	N	204.956	206.926	196.276	213.457	237.183	242.528	238.924	33.968
	%	23,2%	23,3%	21,8%	27,1%	30,4%	30,9%	31,9%	8,7
Sudeste	N	1.497.604	1.640.939	1.683.250	1.512.133	1.626.444	1.757.409	1.797.629	300.025
	%	33,1%	35,8%	37,9%	37,5%	40,4%	42,5%	43,9%	10,8
Minas Gerais	N	294.113	351.928	349.506	320.758	352.424	356.367	371.341	77.228
	%	26,3%	30,8%	31,3%	30,6%	33,9%	36,0%	36,8%	10,5
Espírito Santo	N	66.272	76.395	64.164	66.571	63.886	80.209	81.140	14.868
	%	30,4%	34,5%	31,0%	33,3%	33,1%	37,3%	37,7%	7,3
Rio de Janeiro	N	265.609	256.391	280.436	209.212	222.169	242.714	255.858	-9.751
	%	33,0%	30,4%	33,2%	29,7%	32,0%	33,2%	35,5%	2,5
São Paulo	N	871.610	956.225	989.144	915.592	987.965	1.078.119	1.089.289	217.679
	%	36,6%	40,2%	43,5%	44,1%	47,1%	49,0%	50,7%	14,1
Sul	N	539.160	558.406	571.771	557.919	590.968	572.570	635.874	96.714
	%	35,2%	36,4%	37,1%	39,2%	40,9%	39,6%	44,0%	8,8
Paraná	N	217.473	220.903	226.436	210.038	209.949	218.417	243.348	25.875
	%	33,8%	35,2%	36,3%	36,8%	37,3%	38,2%	41,5%	7,7
Santa Catarina	N	141.412	151.610	141.873	149.575	163.049	166.957	181.748	40.336
	%	41,7%	44,6%	41,5%	46,4%	47,1%	48,7%	52,4%	10,7
Rio Grande do Sul	N	180.275	185.893	203.462	198.306	217.970	187.196	210.778	30.503
	%	32,7%	32,8%	35,2%	37,5%	40,6%	35,1%	41,2%	8,5

TABELA 1

NÚMERO E PERCENTUAL DE PESSOAS DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE,
POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

(conclusão)

Regiões/UF	Frequenta Escola ou Creche	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	Varição 2013-2019 (N) e (p.p.)
Centro-Oeste	N	196.837	208.369	216.598	222.686	236.844	251.060	245.025	48.188
	%	21,6%	22,7%	23,5%	26,0%	27,0%	29,5%	29,7%	8,1
Mato Grosso do Sul	N	45.529	49.307	54.790	49.745	49.858	61.400	55.165	9.636
	%	25,4%	31,2%	31,1%	34,1%	32,8%	38,2%	35,7%	10,3
Mato Grosso	N	41.079	44.988	49.042	56.127	57.789	56.123	59.897	18.818
	%	20,0%	21,2%	22,2%	28,7%	29,1%	29,7%	31,7%	11,7
Goiás	N	65.043	67.724	74.155	81.227	96.301	95.809	89.334	24.291
	%	17,3%	17,6%	19,7%	21,9%	25,2%	26,4%	26,3%	9,0
Distrito Federal	N	45.186	46.350	38.611	35.586	32.896	37.729	40.629	-4.557
	%	29,8%	28,7%	26,5%	25,0%	22,7%	27,6%	28,4%	-1,4

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

* Estimativa realizada com a PNAD contínua

Nota: A Tabela 3 no Anexo apresenta o número de pessoas de 0 a 3 anos que não frequentava escola ou creche, por Brasil, grande região e unidade da Federação para o período 2013-2019.

Conforme mostra o Gráfico 3, seis estados e duas regiões apresentam taxas de cobertura da população de 0 a 3 anos acima da taxa nacional de 37%. Os estados são, em ordem, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Santa Catarina. As regiões são o Sudeste e o Sul. São Paulo e Santa Catarina estão isolados na liderança da cobertura de 0 a 3 anos, sendo os dois primeiros estados a alcançarem índices de cobertura superiores à meta nacional em 2019.

A maior parte das unidades da Federação (16) se encontra com taxa de cobertura entre 30% e 40% em 2019. Cinco estados estão com índice entre 10% e 20%, seis com índice entre 20% e 30%, outros quatro entre 40% e 50%, e dois acima de 50%.

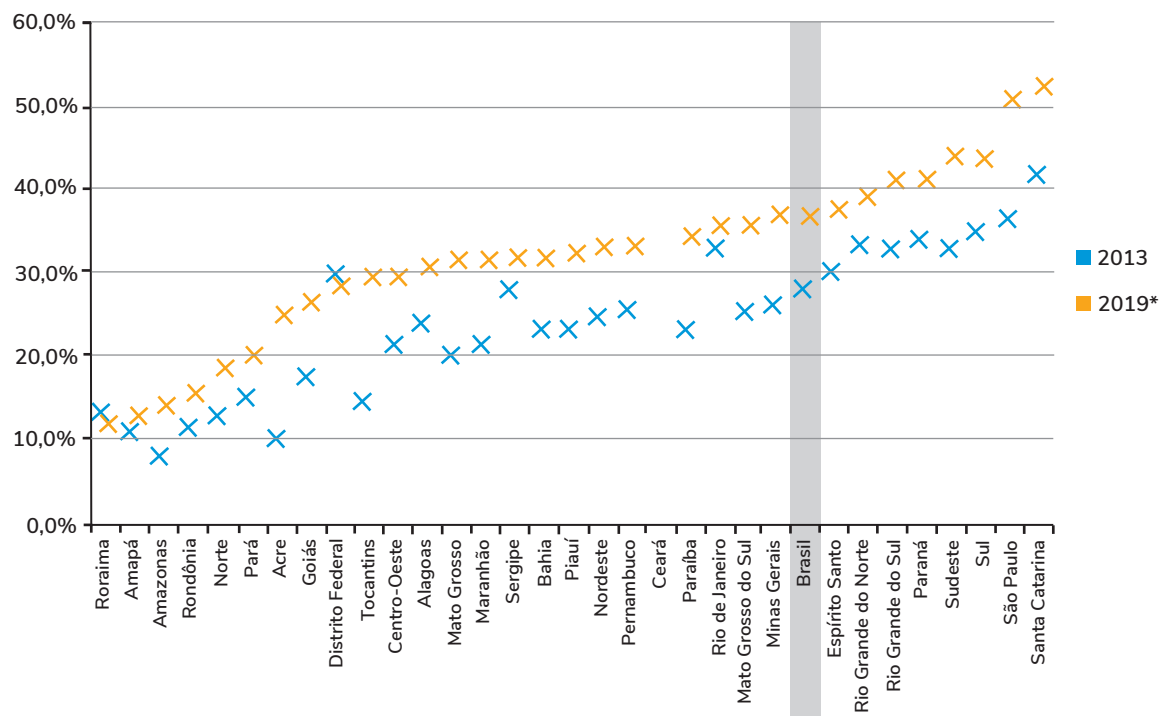


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013/2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

Quanto ao progresso no indicador de cobertura, o Gráfico 4 mostra que os avanços foram muito desiguais no período 2013-2019 entre as unidades da Federação. Um grupo pequeno de três estados obteve avanço superior a 14 p.p. (SP, AC e TO). Em contrapartida, três estados apresentaram avanços pequenos, entre 2,0 p.p. e 4,0 p.p. (AP, RJ e SE), e duas unidades da Federação regrediram no indicador (RR e DF).

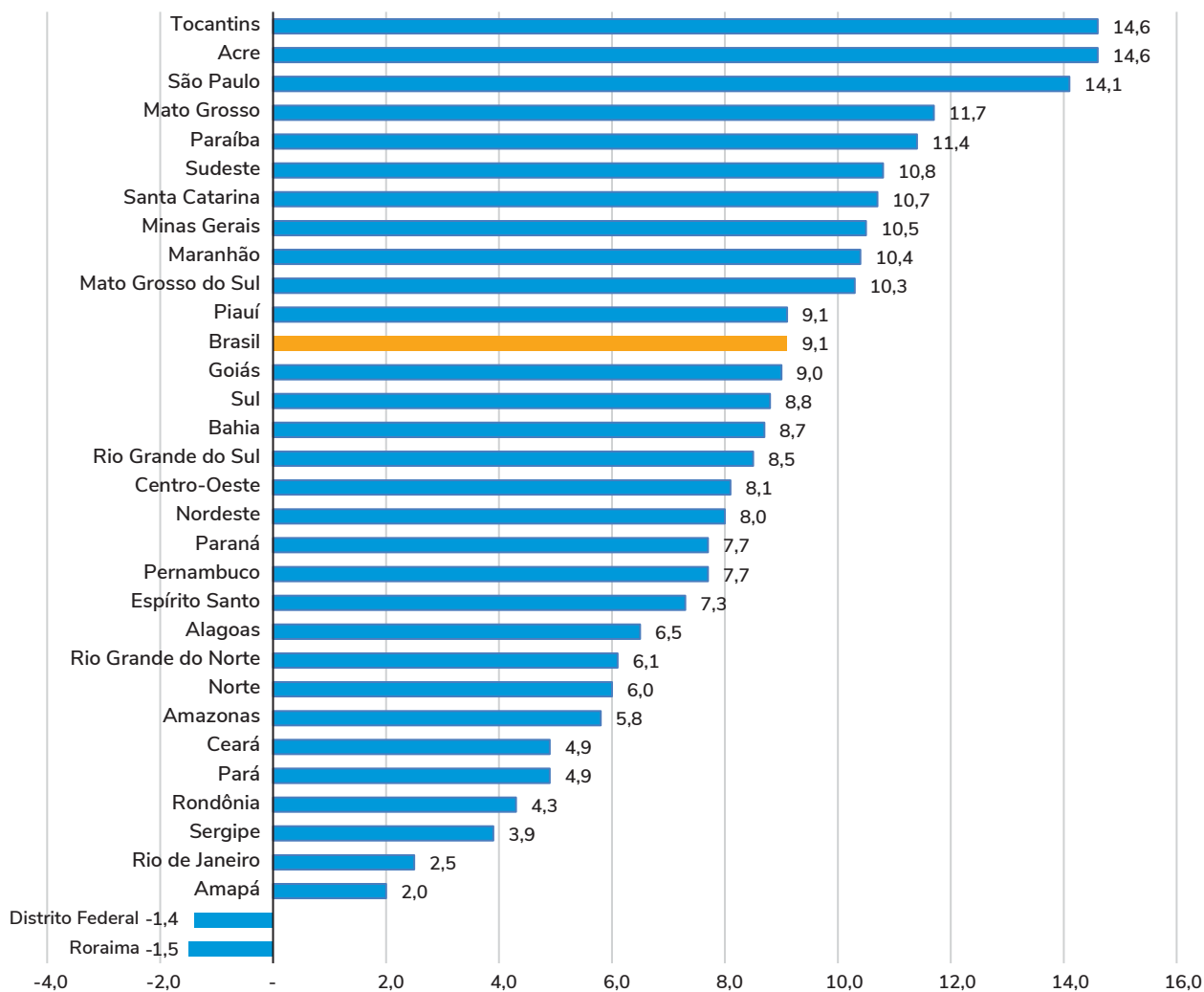


GRÁFICO 4

VARIAÇÃO NO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013/2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A desigualdade de cobertura de crianças de 0 a 3 anos entre as áreas rural e urbana apresenta crescimento a partir de 2018, chegando a 19,6 p.p. em 2019, com a área urbana alcançando 40,0% de cobertura e a área rural, 20,4% (Gráfico 5). A volta do crescimento da desigualdade após um curto período de estabilidade desafia o alcance da Meta 1 do PNE, considerando que esse aumento se deve, em parte, ao recuo da cobertura na área rural, ocorrido entre 2018 e 2019.

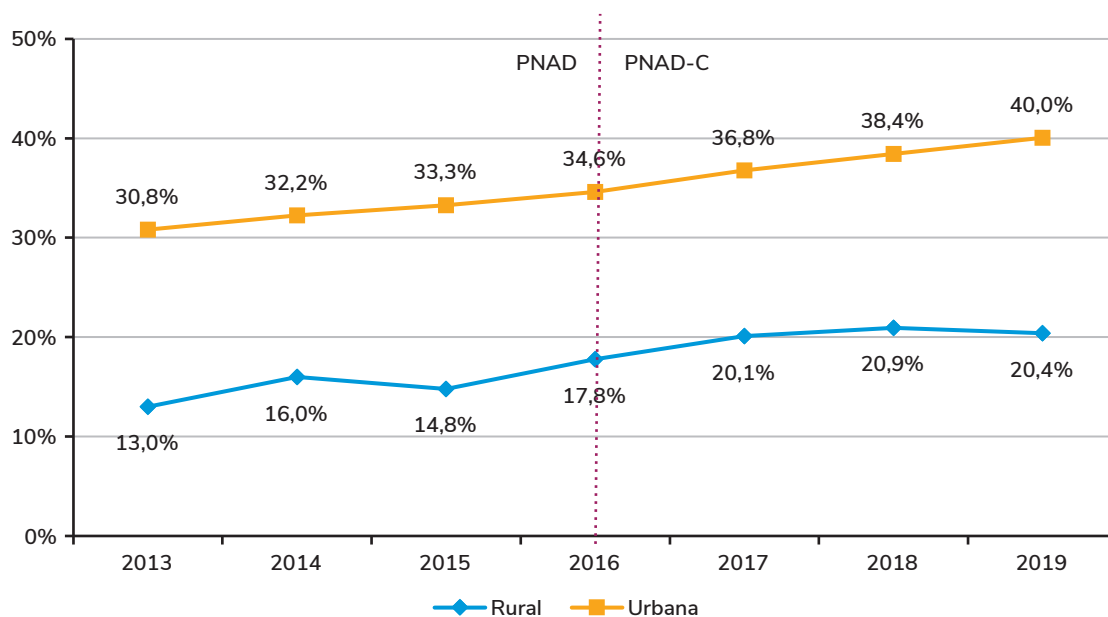


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad (2013-2015) e Pnad-c (2016-2019).

A desagregação do indicador por sexo mostra que no Brasil não houve desigualdades significativas entre meninos e meninas no acesso à creche/escola para a população de 0 a 3 anos durante o período analisado, a maior brecha ocorrendo em 2019 (1,1 p.p.). Em 2019, 37,6% das meninas de 0 a 3 anos de idade frequentavam a escola ou creche, assim como 36,5% dos meninos (Gráfico 6). No período do PNE, a cobertura de meninos cresceu 8,3 p.p. e de meninas, 10,0 p.p.

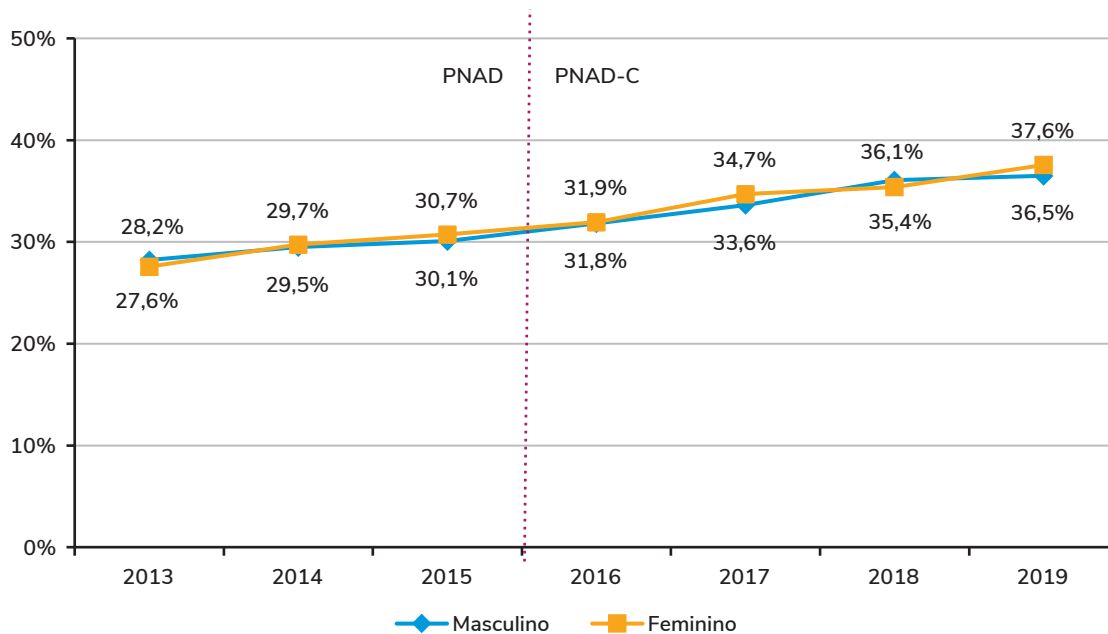


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR SEXO – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A desigualdade de acesso da população de 0 a 3 anos à creche ou escola entre negros e brancos cresceu entre 2013 e 2019, alcançando 6,7 p.p. em 2019. O crescimento da cobertura foi maior entre os brancos (10,0 p.p.) do que entre os negros (8,7 p.p.) nesse período, elevando o acesso entre os brancos para 40,7% em 2019 e, entre os negros, para 34,0% (Gráfico 7).

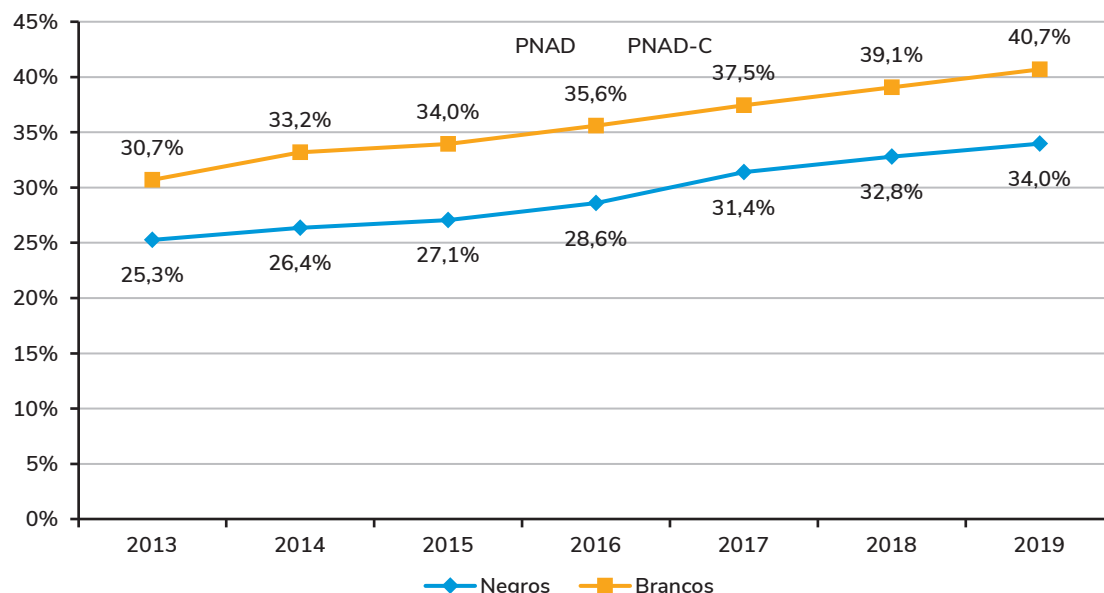


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR RAÇA/COR – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A maior desigualdade na cobertura das crianças de 0 a 3 anos se manifesta ao se desagregar o indicador por renda domiciliar per capita. Enquanto os 20% mais pobres alcançaram 26,9% de cobertura em 2019, os 20% mais ricos chegaram a 54,2%, portanto ultrapassando a meta nacional estabelecida no PNE para 2024 (Gráfico 8). A desigualdade entre os dois grupos de renda ficou em 27,3 p.p. em 2019.

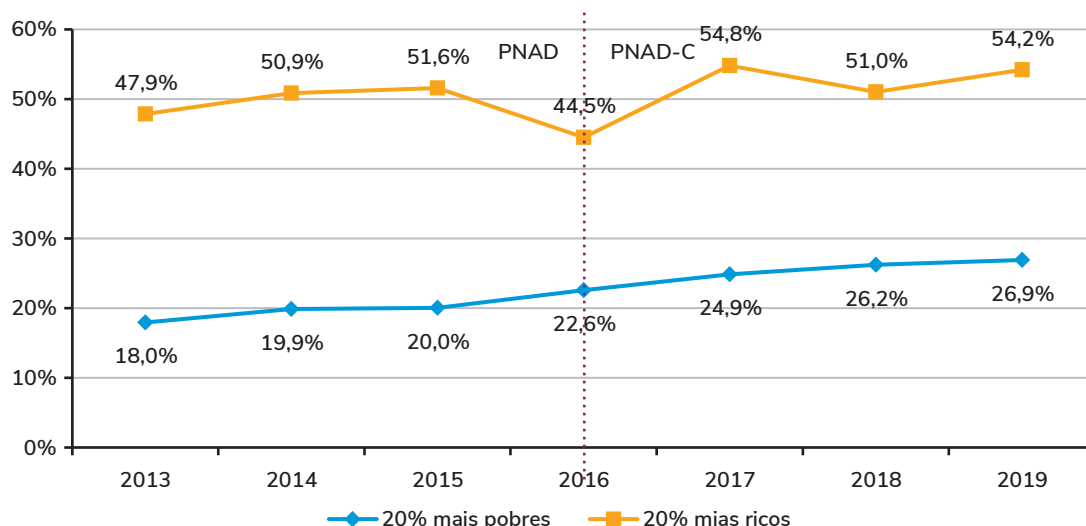


GRÁFICO 8

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR QUINTIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A desigualdade de acesso ao atendimento para crianças de 0 a 3 anos entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos observada no período está longe de atender à Estratégia 1.2 do PNE. Essa estratégia estabelece, de fato, uma meta de redução dessa desigualdade para 10 p.p. até 2024. O indicador de desigualdade chega, em 2019, a 27,3 p.p., portanto, muito acima da meta estabelecida (Gráfico 9). Não há tendência de queda no indicador da desigualdade de acesso entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos como preconiza a Estratégia 1.2. Contudo, a partir de 2016, as estimativas dessa desigualdade ficaram abaixo do pico da série histórica, alcançado em 2015 (31,6 p.p.).

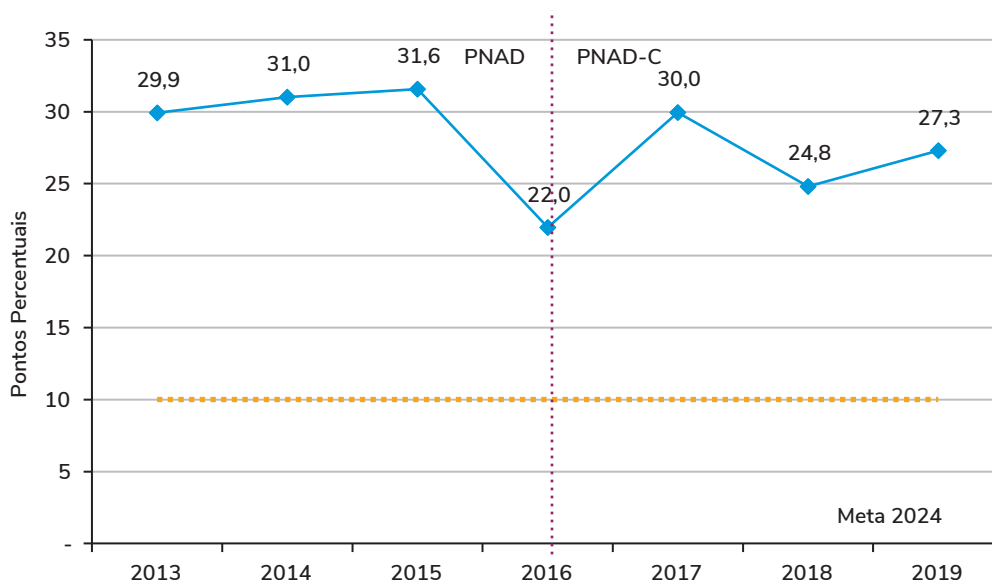


GRÁFICO 9

BRECHA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS DE IDADE ENTRE OS 20% MAIS POBRES E OS 20% MAIS RICOS – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA/CRECHE

Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche.

Meta: 100% de cobertura até 2016.

Considerada etapa obrigatória da educação infantil, a matrícula de crianças de 4 a 5 anos no Brasil precisa incluir ainda 316 mil crianças para que a Meta 1 do PNE seja alcançada para esse grupo etário (considerando a coorte de 2019). Em 2019, a taxa de cobertura medida pelo Indicador 1A alcançou 94,1%, mostrando que ainda não se atingiu a universalização do atendimento para a população de 4 a 5 anos, meta estabelecida para o ano de 2016 no PNE (Gráfico 10).

Embora o Indicador 1A apresente progresso contínuo, há que se considerar que essa melhora é devida, em grande parte, à redução da demanda observada até 2017, ou seja, a queda do número de crianças de 4 a 5 anos estimado na população. Uma clara indicação disso é o número total de crianças atendidas, que, em 2019, é praticamente o mesmo que em 2013, cerca de 5 milhões. A partir de 2018, o número total de crianças volta a crescer no Brasil.

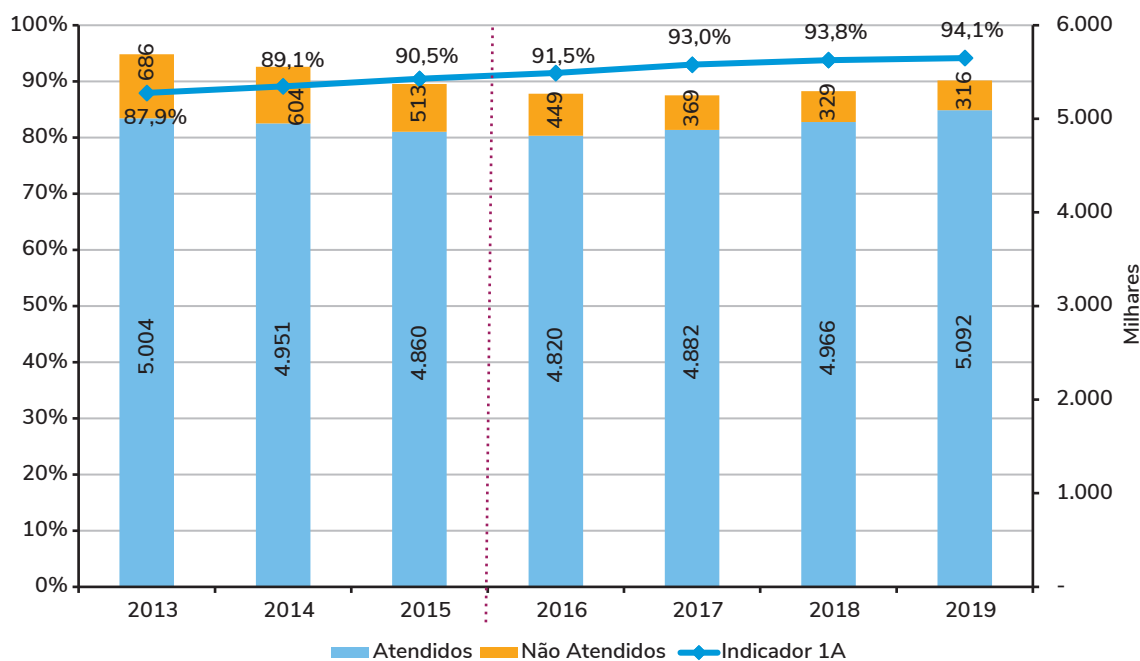


GRÁFICO 10

NÚMERO E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A ausência de dados de escolarização para a população de 0 a 4 anos de idade para os anos de 2020 e 2021 não permite que os indicadores de cobertura da Meta 1 sejam aferidos para aqueles anos. Contudo, é possível verificar o que ocorreu com a escolarização das crianças de 5 anos durante a pandemia e, assim, avaliar o provável impacto da pandemia para os demais grupos no indicador de cobertura.

O Gráfico 11 mostra que a cobertura no atendimento de crianças de 5 anos caiu dramaticamente, chegando a 84,9% em 2021, patamar muito inferior ao estimado em 2019 (97,2%) e abaixo da linha de base do PNE em 2013 (90,9%). É de se esperar que o mesmo tenha ocorrido para o grupo de 0 a 4 anos, impactando, assim, negativamente a trajetória de crescimento dos Indicadores 1A e 1B.

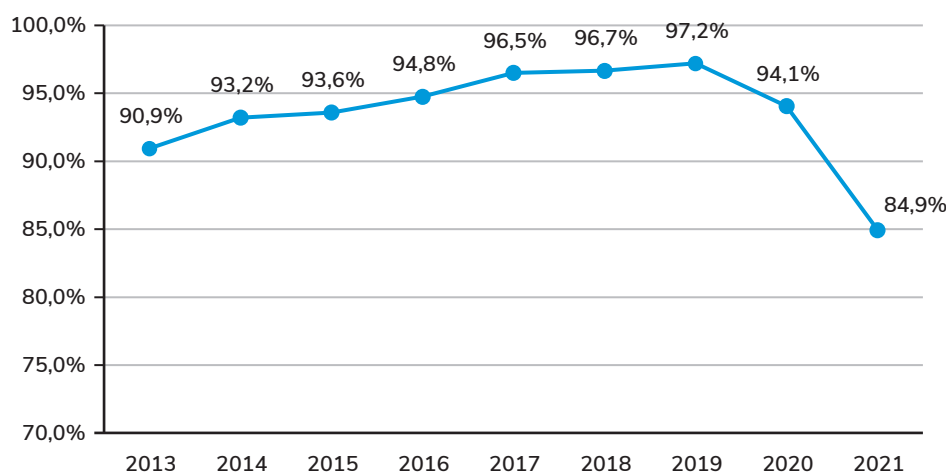


GRÁFICO 11

**PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE
– BRASIL – 2013-2021**

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2021).

O Gráfico 12 com a desagregação por região geográfica do indicador mostra a redução da desigualdade regional no Brasil em relação à cobertura de crianças de 4 a 5 anos no período do PNE, saindo de uma diferença de 13,8 p.p. entre as regiões Norte e Nordeste, em 2013, para 8,5 p.p. em 2019. A região Nordeste é a que mais se destaca, estando acima de todas as demais regiões, com 96,7% de cobertura em 2019. A região Norte apresenta a menor cobertura (88,2%), embora apresente o segundo maior progresso (9,4 p.p.) no período depois da região Sul (13,1 p.p.), ficando próxima da região Centro-Oeste (89,6%). Já a região Sudeste é a segunda em cobertura, chegando a 95,2% das crianças de 4 a 5 anos, e a região Sul, a terceira, com 93,5%.

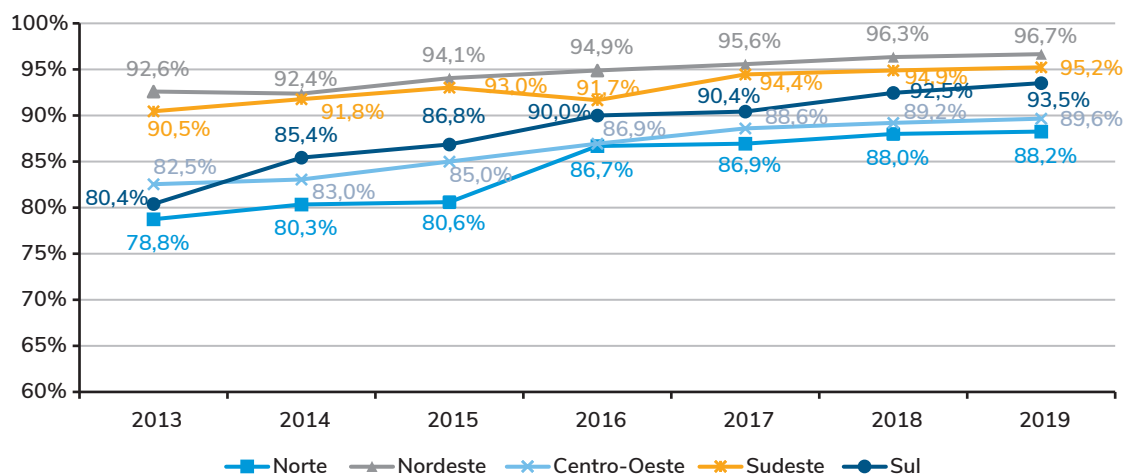


GRÁFICO 12

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR REGIÃO – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A Tabela 2 mostra os indicadores de cobertura das crianças de 4 a 5 anos de idade entre 2013 e 2019 para o Brasil, as grandes regiões e as unidades da Federação.

Os estados com as maiores coberturas de educação infantil de 4 a 5 anos em 2019 são todos do Nordeste: Piauí (99,1%), Rio Grande do Norte (98,0%) e Maranhão (97,6%). Já os que apresentam as menores coberturas são Amapá (75,1%), Acre (79,5%) e Goiás (86,6%). Os maiores progressos na cobertura de 4 a 5 anos no período 2013-2019 ocorreram no Rio Grande do Sul (19,9 p.p.), em Rondônia (17,1 p.p.) e no Mato Grosso (13,8 p.p.). Os menores avanços se deram na Paraíba (0,2 p.p.), em Sergipe (0,2 p.p.) e no Distrito Federal (0,4 p.p.). Um estado, o Amapá, apresenta recuo no indicador em relação à linha de base de 2,0 p.p. em 2019, apresentando o menor índice de cobertura da população de 4 a 5 anos.

O Piauí se destaca, apresentando um índice de cobertura superior a 99%, sendo, portanto, o único estado a ter universalizado o acesso para a população de 4 a 5 anos⁵.

No contexto de cada região, os estados com a maior cobertura são: Tocantins (93,9%) no Norte, Piauí (99,1%) no Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais (96,1%) no Sudeste, Santa Catarina (96,5%) no Sul, e Mato Grosso (94,1%) no Centro-Oeste. Já os de menor cobertura no contexto de sua região são: Amapá (75,1%) no Norte, Alagoas (93,5%) no Nordeste, Rio de Janeiro (92,6%) no Sudeste, Rio Grande do Sul (90,5%) no Sul, e Goiás (86,6%) no Centro-Oeste.

⁵ Em 2016, o Piauí já havia registrado índice superior a 99%, mas recuou nos anos seguintes, voltando à marca em 2019.

TABELA 2

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, BRASIL – 2013-2019

(continua)

Regiões/UF	Frequenta Escola ou Creche	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	Variação 2013-2019 (N) e (p.p.)
Brasil	N	5.004.404	4.951.162	4.860.402	4.820.495	4.881.794	4.965.783	5.091.931	87.527
	%	87,9%	89,1%	90,5%	91,5%	93,0%	93,8%	94,1%	6,2
Norte	N	489.021	501.872	507.385	509.259	499.907	487.618	543.216	54.195
	%	78,8%	80,3%	80,6%	86,7%	86,9%	88,0%	88,2%	9,4
Rondônia	N	33.111	46.853	46.214	51.821	45.102	39.121	50.431	17.320
	%	69,7%	83,8%	81,8%	85,0%	87,8%	89,6%	86,8%	17,1
Acre	N	22.301	21.335	23.126	21.732	23.680	23.799	25.350	3.049
	%	69,6%	73,4%	74,2%	77,7%	81,7%	79,9%	79,5%	9,9
Amazonas	N	120.386	110.031	113.246	113.213	118.157	115.237	126.844	6.458
	%	75,9%	74,4%	75,8%	83,0%	81,6%	87,8%	87,6%	11,7
Roraima	N	17.923	18.634	15.080	15.421	15.672	15.271	18.739	816
	%	82,1%	89,9%	91,2%	93,5%	93,1%	91,6%	89,9%	7,8
Pará	N	235.925	243.826	241.761	234.849	234.965	229.025	250.886	14.961
	%	82,3%	83,7%	82,2%	89,7%	90,7%	89,7%	90,3%	8,0
Amapá	N	21.488	19.870	22.868	25.772	22.992	18.623	24.875	3.387
	%	77,1%	70,0%	70,2%	76,3%	72,7%	67,8%	75,1%	-2,0
Tocantins	N	37.887	41.323	45.090	46.450	39.339	46.541	46.090	8.203
	%	81,3%	80,6%	91,3%	92,7%	92,8%	93,5%	93,9%	12,6
Nordeste	N	1.621.113	1.559.457	1.483.544	1.524.155	1.492.515	1.466.011	1.496.241	-124.872
	%	92,6%	92,4%	94,1%	94,9%	95,6%	96,3%	96,7%	4,1
Maranhão	N	251.672	221.572	224.747	232.174	225.547	208.682	205.627	-46.045
	%	92,7%	93,8%	94,6%	97,0%	97,2%	97,4%	97,6%	4,9
Piauí	N	102.006	96.403	95.134	95.252	87.922	85.121	96.605	-5.401
	%	96,8%	96,6%	97,1%	99,2%	97,7%	97,1%	99,1%	2,3
Ceará	N	248.545	248.598	221.683	245.565	241.460	221.955	223.456	-25.089
	%	96,8%	97,3%	95,7%	97,0%	98,0%	98,5%	97,4%	0,6
Rio Grande do Norte	N	90.765	83.659	87.599	96.032	91.321	83.538	96.263	5.498
	%	92,5%	89,2%	96,1%	96,6%	96,9%	97,2%	98,0%	5,5

TABELA 2

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, BRASIL – 2013-2019

(continua)

Regiões/UF	Frequenta Escola ou Creche	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	Varição 2013-2019 (N) e (p.p.)
Paraíba	N	110.214	114.604	98.906	103.898	101.945	100.699	97.986	-12.228
	%	95,1%	93,4%	91,6%	92,1%	97,0%	94,0%	95,3%	0,2
Pernambuco	N	230.960	238.348	234.157	233.301	214.321	230.875	240.345	9.385
	%	88,0%	90,2%	94,6%	94,6%	91,4%	93,5%	94,5%	6,5
Alagoas	N	87.173	87.962	75.512	86.708	87.239	78.588	86.884	-289
	%	83,7%	87,5%	83,3%	88,7%	90,2%	92,5%	93,5%	9,8
Sergipe	N	63.269	60.730	60.851	52.689	54.111	62.134	61.357	-1.912
	%	96,2%	91,8%	93,3%	92,2%	94,2%	95,2%	96,4%	0,2
Bahia	N	436.509	407.581	384.955	378.537	388.649	394.418	387.717	-48.792
	%	92,7%	90,7%	94,5%	93,7%	95,9%	97,6%	97,3%	4,6
Sudeste	N	1.948.750	1.891.868	1.914.900	1.794.266	1.901.980	1.978.781	1.965.233	16.483
	%	90,5%	91,8%	93,0%	91,7%	94,4%	94,9%	95,2%	4,7
Minas Gerais	N	463.127	478.808	448.020	439.470	461.067	494.253	484.272	21.145
	%	88,7%	90,1%	91,7%	94,0%	95,1%	94,6%	96,1%	7,4
Espírito Santo	N	94.837	99.905	97.753	96.117	101.277	97.652	106.373	11.536
	%	91,2%	92,4%	91,1%	95,5%	93,8%	96,3%	96,1%	4,9
Rio de Janeiro	N	354.164	354.747	348.432	346.956	316.162	329.154	332.565	-21.599
	%	89,8%	90,4%	93,2%	87,1%	91,3%	92,3%	92,6%	2,8
São Paulo	N	1.036.622	958.408	1.020.695	911.723	1.023.474	1.057.722	1.042.023	5.401
	%	91,4%	93,1%	93,8%	92,0%	95,2%	95,7%	95,6%	4,2
Sul	N	590.142	632.116	594.597	619.363	629.208	651.168	692.870	102.728
	%	80,4%	85,4%	86,8%	90,0%	90,4%	92,5%	93,5%	13,1
Paraná	N	258.974	271.383	242.377	251.469	241.342	253.646	279.137	20.163
	%	85,1%	87,5%	89,3%	92,5%	91,3%	94,8%	94,4%	9,3
Santa Catarina	N	140.741	148.843	151.201	153.672	162.769	163.279	173.769	33.028
	%	87,8%	89,9%	94,2%	92,8%	93,3%	94,3%	96,5%	8,7
Rio Grande do Sul	N	190.427	211.890	201.019	214.222	225.097	234.243	239.965	49.538
	%	70,6%	80,1%	79,6%	85,5%	87,5%	88,9%	90,5%	19,9

TABELA 2

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, BRASIL – 2013-2019

(conclusão)

Regiões/UF	Frequenta Escola ou Creche	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	Varição 2013-2019 (N) e (p.p.)
Centro-Oeste	N	355.378	365.849	359.976	373.453	358.183	382.204	394.371	38.993
	%	82,5%	83,0%	85,0%	86,9%	88,6%	89,2%	89,6%	7,1
Mato Grosso do Sul	N	69.320	77.110	61.864	70.668	74.868	73.337	75.287	5.967
	%	84,9%	88,8%	86,4%	89,0%	91,4%	91,0%	91,8%	6,9
Mato Grosso	N	81.701	74.972	76.631	73.622	83.296	89.110	110.682	28.981
	%	80,3%	84,1%	83,7%	85,4%	89,1%	93,0%	94,1%	13,8
Goiás	N	140.626	149.725	152.360	162.188	142.451	160.131	152.449	11.823
	%	81,0%	80,0%	84,0%	89,1%	88,1%	87,5%	86,6%	5,6
Distrito Federal	N	63.731	64.042	69.121	66.974	57.567	59.625	55.952	-7.779
	%	86,6%	82,7%	87,3%	81,7%	85,8%	86,3%	87,0%	0,4

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

Nota: A Tabela 4 no Anexo apresenta o número de pessoas de 4 a 5 anos que não frequentava escola ou creche, por Brasil, grande região e unidade da Federação para o período 2013-2019.

Conforme mostra o Gráfico 13, com exceção do Amapá e Acre na região Norte, os demais estados apresentam taxas de cobertura da população de 4 a 5 anos acima de 80% em 2019, a grande maioria deles (20) tem taxas acima de 90%. As regiões Nordeste e Sudeste estão acima da média nacional, enquanto as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte estão abaixo dessa média. Cinco estados do Nordeste se destacam nesse indicador, com índices superiores a 97% de cobertura: Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí.

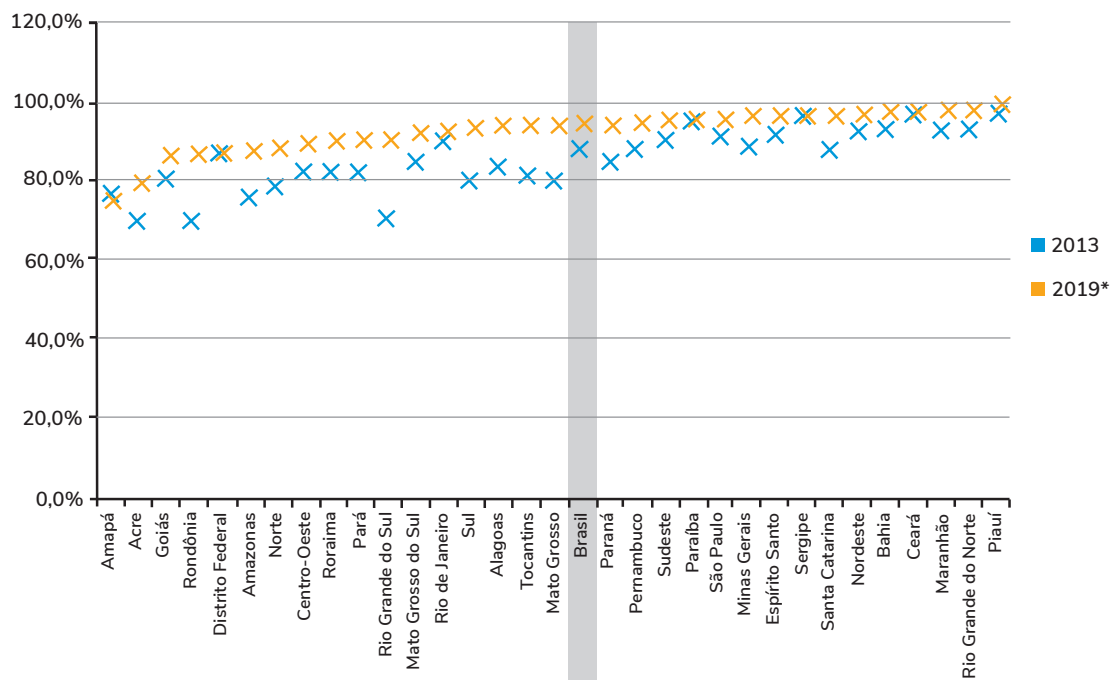


GRÁFICO 13

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013/2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

Quanto à evolução no indicador de cobertura da população de 4 a 5 anos entre 2013 e 2019, o Gráfico 14 mostra que dois estados se destacam, Rio Grande do Sul (19,9 p.p.) e Rondônia (17,1 p.p.); dez estados obtiveram avanço de até 5,0 p.p.; onze estados progrediram entre 5,0 e 10,0 p.p.; e três estados avançaram entre 10,0 p.p. e 15 p.p.

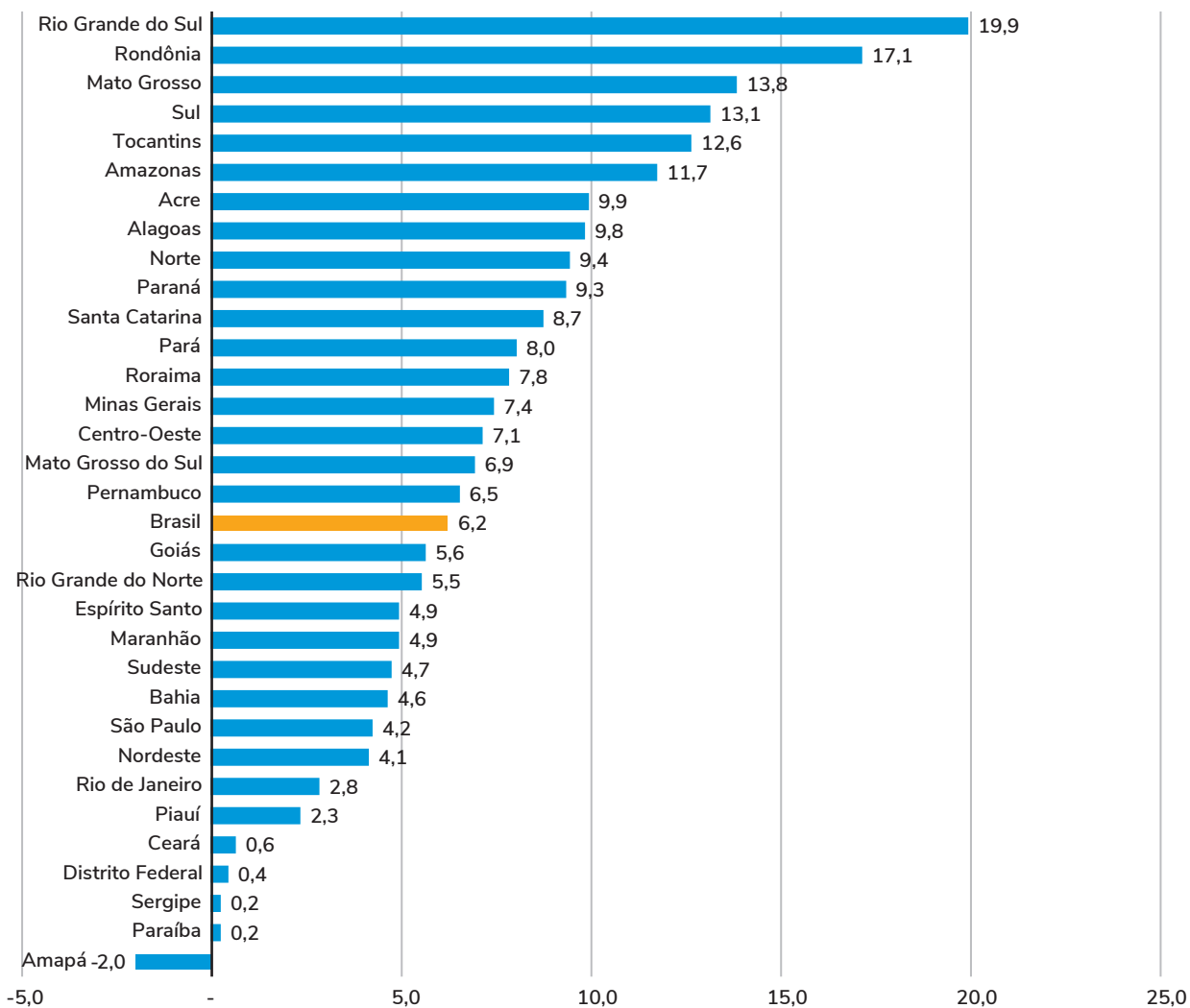


GRÁFICO 14

VARIAÇÃO NO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013/2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A desagregação por sexo mostra convergência do indicador de cobertura da população de 4 a 5 anos entre meninos e meninas (Gráfico 15), praticamente não existindo diferença na cobertura em 2019 entre esses grupos.

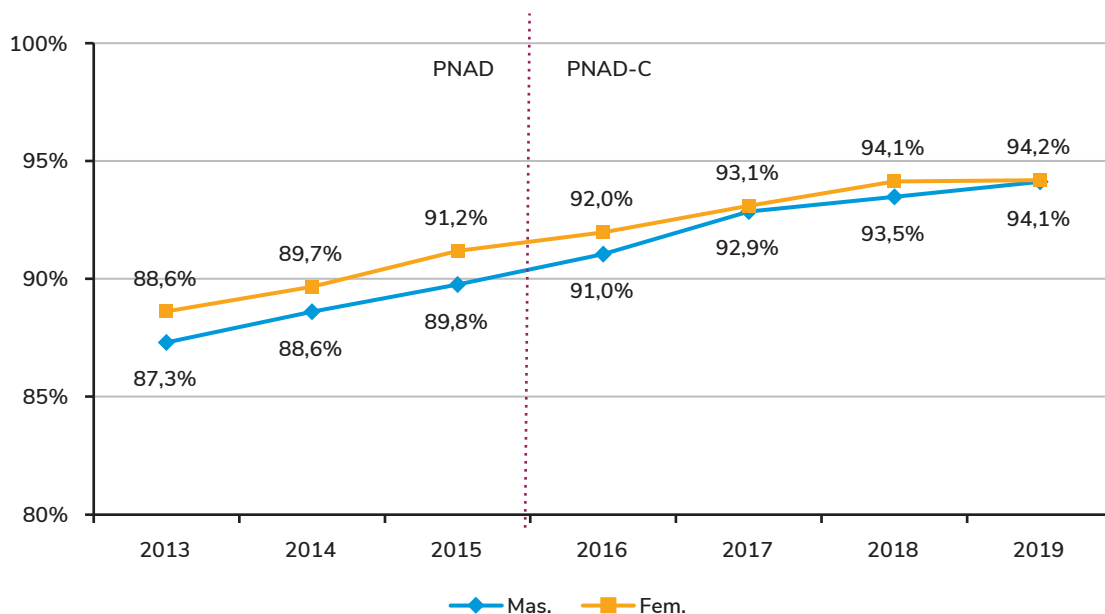


GRÁFICO 15

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR SEXO – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

O progresso na cobertura escolar de crianças de 4 a 5 anos observado no período 2013-2019 na zona rural (9,1 p.p.) foi maior que o observado na zona urbana (5,6 p.p.), contribuindo para a redução da desigualdade entre a área urbana e rural, que caiu de 6,7 p.p. em 2013 para 3,2 p.p. em 2019 (Gráfico 16), mas com aumento em relação a 2018.

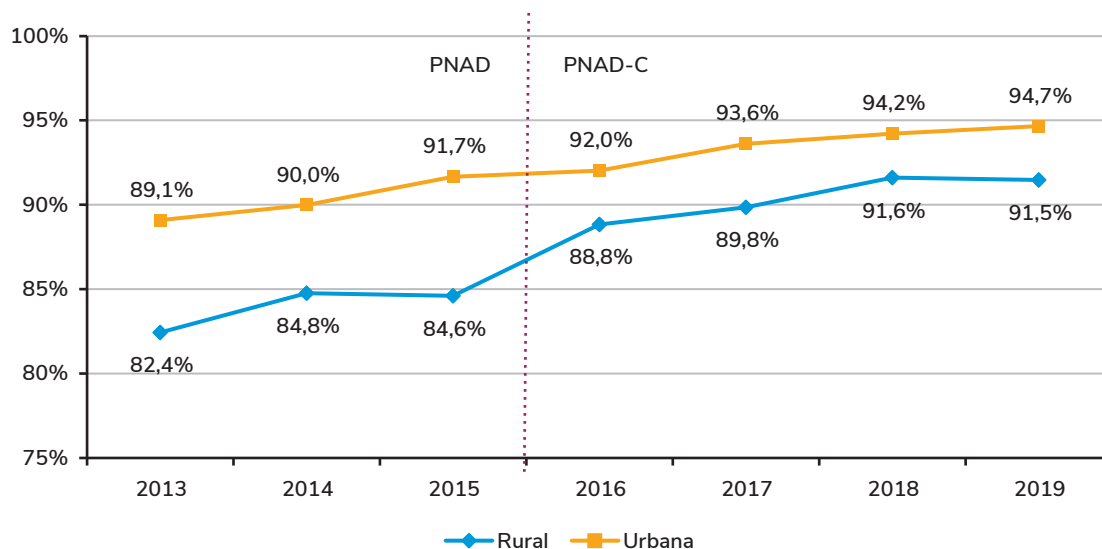


GRÁFICO 16

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

O ganho de cobertura para os negros (6,4 p.p.) foi maior do que para os brancos (6,0 p.p.) entre 2013 e 2019, o que levou a uma redução na desigualdade racial no acesso ao atendimento de crianças de 4 a 5 anos de 2,2 p.p. em 2013 para 1,8 p.p. em 2019 (Gráfico 17), mas com aumento em relação a 2018.

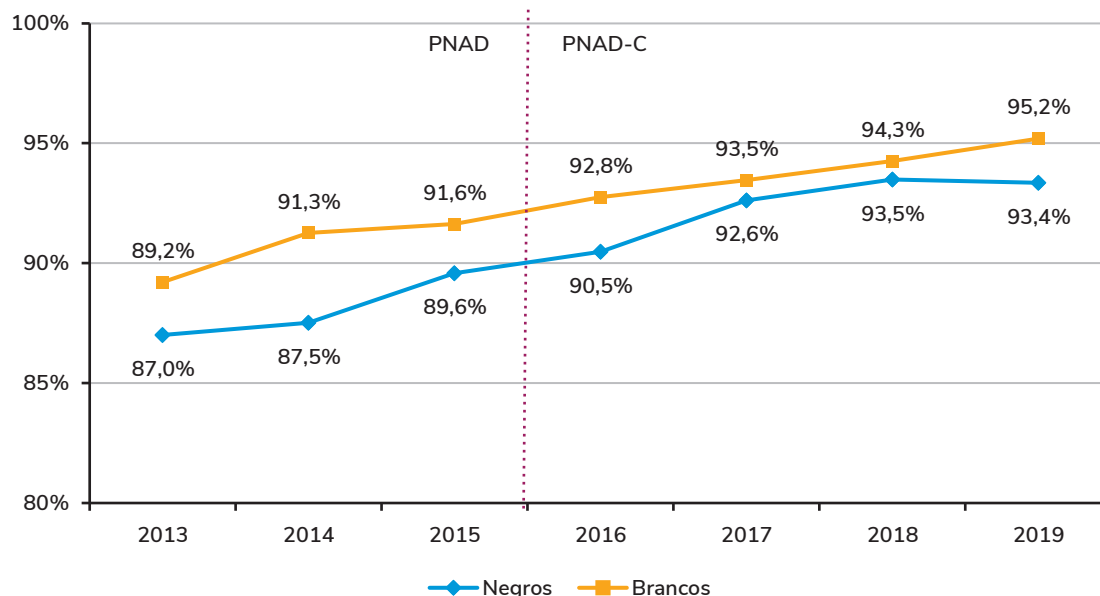


GRÁFICO 17

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR RAÇA/COR – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

A desigualdade na cobertura devido à renda domiciliar per capita, que vinha caindo entre 2013 e 2017, volta a subir em 2018, como mostra o Gráfico 18. A cobertura para as crianças das famílias situadas entre os 20% mais pobres da população avançou 8,1 p.p., enquanto para as crianças dos 20% mais ricos o avanço estimado foi de 2,7 p.p. Em consequência, a desigualdade de cobertura entre os quintis de renda caiu de 11,7 p.p. em 2013 para 6,3 p.p. em 2019, acima portanto do índice alcançado em 2017 (5,3 p.p.). Em 2019, o quintil superior de renda alcançou 98,4% de cobertura de 4 a 5 anos, o que representa praticamente a universalização do acesso para esse grupo. Já os 20% mais pobres alcançaram cobertura de 92,1%, distando ainda da meta de universalização.

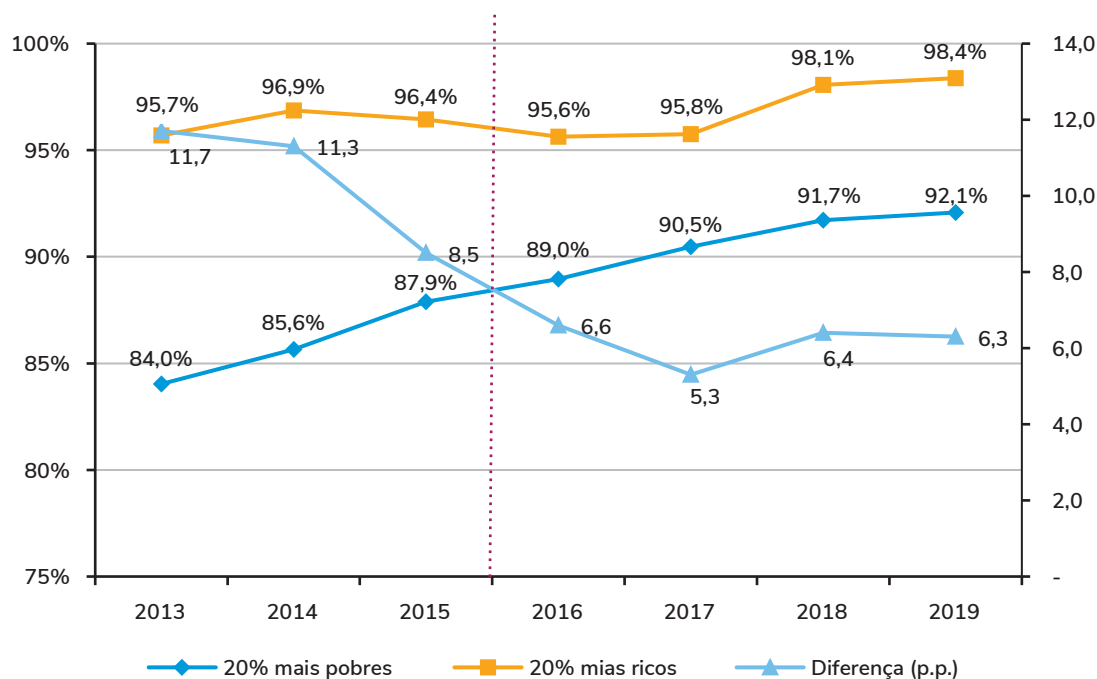


GRÁFICO 18

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU CRECHE, POR QUINTIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA E DESIGUALDADE INTERQUINTIL – BRASIL – 2013-2019

Fonte: Elaborado pela Direção de Indicadores e Pesquisas do Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2013-2015) e Pnad-c/IBGE (2016-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados nesta seção, as seguintes conclusões podem ser extraídas acerca da evolução dos Indicadores 1A e 1B, para fins de monitoramento da Meta 1 do PNE:

1. O Brasil tem apresentado progressos em relação à cobertura da educação infantil para crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos de idade, embora parte desse progresso se deva à redução da demanda em função da queda na população em idade pré-escolar no Brasil.
2. O Brasil passou a ter cerca de 600 mil crianças de 0 a 3 anos a mais no atendimento em escola/creche entre 2013 e 2019, correspondendo uma variação de 9,1 p.p. na taxa de cobertura, que atinge 37,0% em 2019.

3. Já na faixa de 4 a 5 anos, o número de crianças frequentando escola ou creche entre 2013 e 2019 praticamente não variou, ficando em torno de 5 milhões de atendidos. Portanto, a melhora da taxa de atendimento, que alcançou 94,1% em 2019, se deve mais à queda na população de 4 a 5 anos do que ao aumento da oferta.
4. Não é possível saber como a pandemia de covid-19 afetou a frequência escolar da população de 0 a 4 anos em 2020 e 2021, visto não existirem dados da Pnad-c sobre a frequência escolar da população nessa faixa etária para aquele biênio. Contudo, a avaliação da frequência escolar para a população de 5 anos de idade estimada nos anos de 2020 e 2021 mostra que houve enorme impacto na frequência escolar desse grupo. É de se esperar que esse impacto tenha ocorrido também para o grupo de 0 a 4 anos, afetando negativamente a trajetória de crescimento dos Indicadores 1A e 1B.
5. Para se atingir a Meta 1 do PNE, é necessária a inclusão de cerca de 1,4 milhão de crianças de 0 a 3 anos em creche e cerca de 300 mil crianças de 4 a 5 anos em pré-escola.
6. A cobertura de crianças de 0 a 3 anos apresentou tendência de crescimento na desigualdade entre as regiões Sudeste e Norte, e entre as zonas urbana e rural, desde 2004, atingindo o maior índice de desigualdade em 2019.
7. Em 2019, dois estados pela primeira vez alcançaram índice de cobertura de 0 a 3 anos acima da meta nacional: Santa Catarina (52,4%) e São Paulo (50,7%).
8. A desigualdade na cobertura de 0 a 3 anos entre negros e brancos, e entre os 20% mais pobres e os 20% ricos cresceu durante o período que antecedeu o PNE, sem clara tendência de reversão dessas desigualdades durante o período do PNE.
9. O quadro da cobertura da educação infantil de 0 a 3 anos, embora progressivo em relação à Meta 1, sugere a necessidade de políticas para estimular os municípios a atenderem com prioridade, em creche, as crianças do grupo de renda mais baixa, dada a maior demanda nesse grupo.
10. A cobertura de 4 a 5 anos apresenta contínua redução das desigualdades em todas as desagregações do indicador, sendo a renda familiar a variável que ainda responde pela maior desigualdade de acesso à pré-escola.
11. A Meta 1 de universalização da pré-escola para o ano de 2016 não foi alcançada. A análise tendencial do Indicador 1A entre 2004 e 2019 sugere que a meta pode ser alcançada entre 2020 e 2024. Contudo o impacto da pandemia nos anos de 2020 e 2021 pode ter revertido os avanços, como sugerem as estimativas de frequência escolar da população de 5 anos para os anos de 2020 e 2021.
12. Já a análise tendencial do Indicador 1B sugere que, até 2024, o Brasil não deve ultrapassar o índice de 45% de cobertura de 0 a 3 anos, ficando aquém do que estabelece a Meta 1 do PNE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição Extra.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base*. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2018*. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara da Educação Básica (CEB). Resolução nº 6, de 20 de outubro de 2010. Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 de outubro de 2010. Seção 1, p. 17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Dicionário de variáveis da Pnad: microdados*. [Rio de Janeiro, 2022a]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Documentacao>. Acesso em: 4 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-c): microdados*. [Rio de Janeiro, 2022b]. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 3 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-c): microdados*. [Rio de Janeiro, 2022c]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 3 maio 2022.



.....

APÊNDICE

.....

TABELA 3

NÚMERO DE PESSOAS DE 0 A 3 ANOS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA OU CRECHE – POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

Brasil/ Regiões/UF	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	Varição 2013 - 2021 (p.p.)
Brasil	8.454.345	8.349.991	8.040.962	7.192.427	6.896.094	6.776.567	6.599.982	-1.854.363
Norte	1.092.591	1.114.208	1.037.652	987.512	933.410	885.996	903.563	-189.028
Rondônia	98.342	97.227	93.758	82.669	75.645	91.276	86.226	-12.116
Acre	56.787	65.683	58.685	46.997	44.155	45.799	42.444	-14.343
Amazonas	290.395	287.184	287.051	248.679	251.266	215.164	231.721	-58.674
Roraima	32.318	34.406	29.956	31.174	31.037	27.606	31.084	-1.234
Pará	478.328	489.777	442.721	462.071	419.418	403.340	406.741	-71.587
Amapá	45.024	57.032	52.288	51.565	53.745	47.470	42.664	-2.360
Tocantins	91.397	82.899	73.193	64.358	58.144	55.342	62.683	-28.714
Nordeste	2.628.590	2.610.665	2.570.553	.192.337	2.069.781	2.035.371	2.011.192	-617.398
Maranhão	405.007	387.909	408.877	320.979	315.011	276.871	284.456	-120.551
Piauí	163.548	156.392	148.595	128.488	125.377	124.755	123.576	-39.972
Ceará	362.180	349.337	339.430	305.412	297.650	294.932	325.126	-37.054
Rio Grande do Norte	137.482	151.142	142.001	116.403	101.290	115.466	102.553	-34.929
Paraíba	191.936	184.360	180.358	150.468	143.008	143.063	140.245	-51.691
Pernambuco	426.040	424.864	383.386	364.097	327.255	328.138	322.014	-104.026
Alagoas	171.312	168.713	158.575	135.162	132.605	119.116	120.348	-50.964
Sergipe	94.357	108.432	104.843	97.242	85.568	89.955	83.661	-10.696
Bahia	676.728	679.516	704.488	574.086	542.017	543.075	509.213	-167.515
Sudeste	3.023.684	2.941.168	2.758.103	2.515.343	2.395.864	2.381.248	2.296.005	-727.679
Minas Gerais	825.232	790.457	766.006	728.849	687.085	634.869	636.738	-188.494
Espírito Santo	151.412	145.168	142.739	133.131	129.200	134.752	133.943	-17.469
Rio de Janeiro	538.154	585.998	564.055	494.810	471.242	488.898	464.702	-73.452
São Paulo	1.508.886	1.419.545	1.285.303	1.158.553	1.108.337	1.122.729	1.060.622	-448.264
Sul	994.554	976.078	971.465	865.052	855.190	874.966	808.927	-185.627
Paraná	426.105	406.955	396.797	361.247	353.388	353.251	342.901	-83.204
Santa Catarina	197.308	188.479	199.926	172.820	183.244	175.722	165.043	-32.265
Rio Grande do Sul	371.141	380.644	374.742	330.984	318.558	345.993	300.983	-70.158
Centro- Oeste	714.926	707.872	703.189	632.184	641.849	598.986	580.295	-134.631
Mato Grosso do Sul	133.723	108.726	121.519	96.255	102.182	99.488	99.319	-34.404
Mato Grosso	164.308	167.514	172.096	139.460	141.050	132.967	128.859	-35.449
Goiás	310.671	316.357	302.467	289.933	286.457	267.675	249.799	-60.872
Distrito Federal	106.224	115.275	107.107	106.536	112.159	98.856	102.319	-3.905

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad (2013-2015) e Pnad-c (2016-2019).

* Estimativa realizada com a PNAD contínua

TABELA 4

NÚMERO DE PESSOAS DE 4 A 5 ANOS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA OU CRECHE – POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

Brasil/ Regiões/UF	2013	2014	2015	2016*	2017*	2018*	2019*	Varição 2013 - 2021 (p.p.)
Brasil	686.408	604.448	512.957	448.649	369.078	328.594	316.453	-369.955
Norte	131.947	122.934	122.220	78.231	75.039	66.465	72.390	-59.557
Rondônia	14.367	9.067	10.266	9.154	6.287	4.530	7.650	-6.717
Acre	9.757	7.728	8.059	6.243	5.303	5.987	6.519	-3.238
Amazonas	38.168	37.938	36.127	23.179	26.596	16.056	18.029	-20.139
Roraima	3.909	2.090	1.447	1.080	1.153	1.396	2.099	-1.810
Pará	50.622	47.646	52.293	26.888	24.008	26.407	26.882	-23.740
Amapá	6.395	8.516	9.720	8.026	8.629	8.861	8.235	1.840
Tocantins	8.729	9.949	4.308	3.661	3.064	3.228	2.975	-5.754
Nordeste	129.807	128.955	93.666	82.144	69.225	55.691	51.632	-78.175
Maranhão	19.816	14.569	12.779	7.190	6.430	5.510	5.032	-14.784
Piauí	3.419	3.363	2.815	803	2.114	2.510	866	-2.553
Ceará	8.145	6.907	10.061	7.586	4.835	3.404	6.069	-2.076
Rio Grande do Norte	7.340	10.124	3.532	3.384	2.887	2.368	1.952	-5.388
Paraíba	5.700	8.098	9.052	8.910	3.147	6.472	4.878	-822
Pernambuco	31.464	25.948	13.419	13.424	20.148	16.115	13.957	-17.507
Alagoas	16.953	12.565	15.099	11.035	9.530	6.391	6.019	-10.934
Sergipe	2.532	5.422	4.402	4.470	3.310	3.109	2.281	-251
Bahia	34.438	41.959	22.507	25.342	16.824	9.810	10.578	-23.860
Sudeste	205.597	170.053	143.398	163.285	112.026	107.044	98.812	-106.785
Minas Gerais	58.969	52.793	40.563	28.179	23.748	28.346	19.524	-39.445
Espírito Santo	9.140	8.225	9.596	4.572	6.718	3.767	4.273	-4.867
Rio de Janeiro	40.175	37.565	25.614	51.336	30.161	27.309	26.646	-13.529
São Paulo	97.313	71.470	67.625	79.199	51.399	47.622	48.368	-48.945
Sul	143.846	107.832	90.066	68.879	66.804	53.095	48.069	-95.777
Paraná	45.190	38.605	29.182	20.477	22.860	13.997	16.586	-28.604
Santa Catarina	19.528	16.689	9.314	11.947	11.718	9.894	6.212	-13.316
Rio Grande do Sul	79.128	52.538	51.570	36.455	32.226	29.204	25.271	-53.857
Centro-Oeste	75.211	74.674	63.607	56.110	45.984	46.299	45.550	-29.661
Mato Grosso do Sul	12.302	9.689	9.721	8.742	7.020	7.236	6.733	-5.569
Mato Grosso	20.082	14.133	14.886	12.594	10.177	6.740	6.890	-13.192
Goiás	32.953	37.433	28.933	19.743	19.228	22.849	23.542	-9.411
Distrito Federal	9.874	13.419	10.067	15.030	9.559	9.473	8.385	-1.489

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Pnad (2013-2015) e Pnad-c (2016-2019).

* Estimativa realizada com a PNAD contínua



META 2

.....

**UNIVERSALIZAR O ENSINO
FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS
PARA TODA A POPULAÇÃO DE 6
(SEIS) A 14 (QUATORZE) ANOS E
GARANTIR QUE PELO MENOS 95%
(NOVENTA E CINCO POR CENTO)
DOS ALUNOS CONCLUAM ESSA
ETAPA NA IDADE RECOMENDADA,
ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA
DESTE PNE.**

.....



O acesso universal ao ensino fundamental de nove anos e a sua conclusão na idade recomendada é o foco da Meta 2 do PNE, na qual se estabelece que, até o fim da vigência do Plano, em 2024, o Brasil universalize o acesso para toda a população de 6 a 14 anos de idade e que a conclusão dessa etapa na idade recomendada ocorra para, pelo menos, 95% dos adolescentes. Para aferir o alcance da Meta 2, o Inep utiliza dois indicadores:

- *Indicador 2A: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada);¹*
- *Indicador 2B: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.*

Nas estimativas dos dois indicadores são utilizados os microdados da Pnad contínua (Pnad-c) para o período 2013-2021, de modo a fornecer o dado mais atual disponível e suas desagregações. A exceção ocorre para a desagregação dos indicadores segundo a variável de renda domiciliar per capita, visto que tal variável só está disponível nos microdados da Pnad-c a datar de 2016. Ainda, a pandemia de Covid-19 afetou a coleta e a divulgação de dados da Pnad-c pelo IBGE no que tange ao Suplemento Anual de Educação, aplicado normalmente na coleta do 2º trimestre de cada ano, não tendo sido aplicado em 2020 e 2021. Assim, os dados

¹ Esse indicador faz uso da taxa ajustada, ou seja, são contabilizados também como tendo acessado o ensino fundamental os adolescentes que estudam em etapa posterior ao ensino fundamental ou os que não estudam, mas já o concluíram. São considerados, ainda, aqueles que foram declarados como alunos da educação de jovens e adultos, embora essa modalidade para o ensino fundamental só possa ser legalmente acessada a partir dos 15 anos de idade.

da desagregação da renda domiciliar per capita divulgados anualmente junto com os dados do suplemento de educação se limitarão nesta análise ao período de 2016 a 2019.

Nesta seção serão apresentados os indicadores nacionais da Meta 2, bem como as desagregações por grandes regiões, unidades da Federação, sexo, localização de residência, raça/cor e quartis de renda domiciliar per capita.

POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTA OU QUE JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL

Indicador 2A: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)

Meta: 100% de cobertura até 2024.

O Brasil retrocedeu na cobertura educacional da população de 6 a 14 anos de idade de 98%, em 2020, para 95,9%, em 2021, reflexo da crise escolar causada pela pandemia de Covid-19 (Gráfico 1). Esse recuo ocorrido em apenas um ano, representa, em perspectiva histórica, um retrocesso de cerca de dez anos no indicador, visto que, para 2011, ele foi estimado em 96,1% (Brasil. Inep, 2019). Observa-se no período analisado um avanço gradativo do indicador, que é interrompido em 2021, sendo acompanhado do aumento do contingente da população na faixa etária de 6 a 14 anos de idade fora da escola sem ter completado o ensino fundamental. Esse contingente, estimado em cerca de um milhão de crianças e jovens, representa o dobro do que havia em 2020.

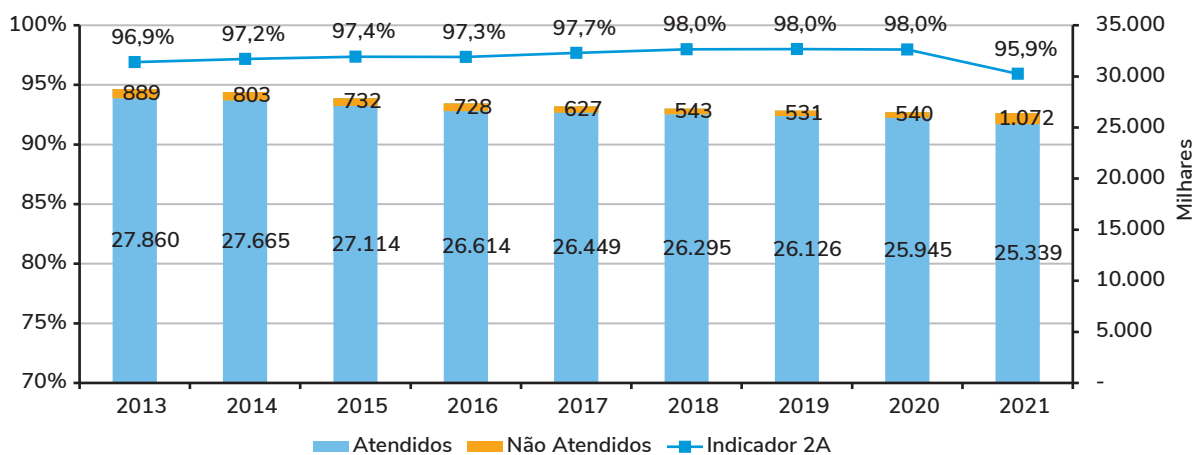


GRÁFICO 1

NÚMERO E PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVAM OU JÁ HAVIAM CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

O mesmo recuo do indicador 2A, em 2021, pode ser observado em todas as regiões do País, com destaque para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Gráfico 2). As Regiões Norte e Nordeste permanecem com a menor cobertura durante todo o período analisado, chegando a recuar para 95% em 2021, a menor taxa de todo o período do PNE. Tal retrocesso foi acompanhado de um aumento da desigualdade entre as regiões que, até 2017, vinha seguindo uma trajetória de redução. Em 2021 a desigualdade entre as Regiões Norte e Sudeste atinge 1,6 p.p., quando havia sido de 0,6 p.p. em 2017. Já entre as Regiões Nordeste e Sudeste, a desigualdade em 2021 foi de 1,4 p.p., enquanto, em 2017, havia sido de 0,4 p.p. No primeiro caso, a desigualdade mais que dobrou e, no segundo caso, mais que triplicou.

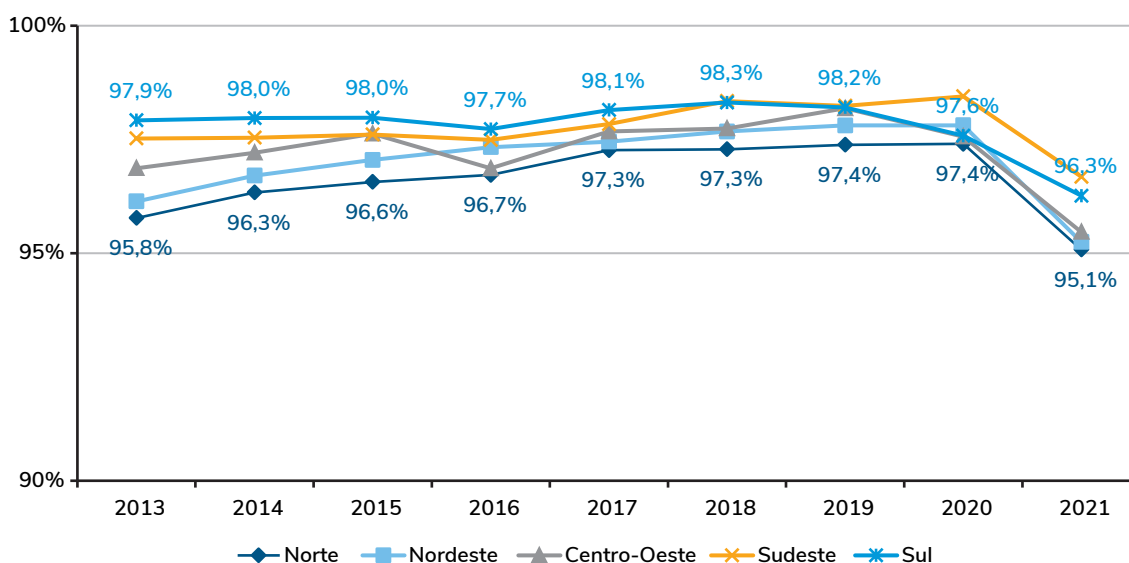


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVAM OU JÁ HAVIAM CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL, POR GRANDE REGIÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

Os efeitos da pandemia sobre a cobertura escolar no ensino fundamental foram sentidos em todas as regiões e estados da Federação como mostram a Tabela 1 e o Gráfico 3. Entre as 27 unidades da Federação, 21 obtiveram, em 2021, indicador de cobertura inferior ao da linha de base estimada em 2013. O estado que observou o menor impacto no indicador em relação à linha de base foi o Amapá, mesmo assim recuando para o patamar em que estava em 2014. O estado mais afetado foi Roraima, que atingiu em 2021 taxa de cobertura de 88,1%, índice 9,5 p.p. abaixo da linha de base em 2013. Entre as regiões, a que mais recuou em relação à linha de base foi a Região Sul (1,6 p.p.)

TABELA 1

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA OU JÁ HAVIA CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

Brasil/ Regiões/UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2013 - 2021 (p.p.)
Brasil	96,9%	97,2%	97,4%	97,3%	97,7%	98,0%	98,0%	98,0%	95,9%	-1,0
Norte	95,8%	96,3%	96,6%	96,7%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	95,1%	-0,7
Rondônia	96,8%	97,5%	97,8%	97,8%	98,7%	98,5%	98,3%	98,2%	94,8%	-2,0
Acre	95,7%	97,0%	97,2%	97,1%	96,2%	97,6%	97,3%	98,0%	93,5%	-2,2
Amazonas	96,0%	96,1%	96,0%	95,3%	96,6%	97,1%	97,6%	97,2%	94,7%	-1,3
Roraima	97,6%	97,0%	97,3%	96,3%	96,5%	95,8%	95,6%	93,9%	88,1%	-9,5
Pará	95,6%	96,1%	96,5%	97,3%	97,4%	97,0%	97,2%	97,3%	95,8%	0,2
Amapá	92,5%	95,2%	96,1%	95,8%	95,6%	97,0%	96,9%	97,9%	95,3%	2,8
Tocantins	96,7%	97,4%	96,7%	96,6%	98,5%	98,6%	97,7%	98,3%	95,9%	-0,8
Nordeste	96,1%	96,7%	97,1%	97,3%	97,5%	97,7%	97,8%	97,8%	95,2%	-0,9
Maranhão	96,0%	96,5%	96,7%	97,0%	97,1%	97,0%	97,4%	96,5%	96,0%	0,0
Piauí	96,5%	97,9%	98,7%	98,0%	98,8%	98,6%	98,1%	98,1%	97,6%	1,1
Ceará	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%	97,7%	98,7%	98,5%	98,3%	96,0%	-1,2
Rio Grande do Norte	97,4%	98,0%	98,7%	97,5%	98,2%	98,3%	98,6%	98,9%	97,2%	-0,2
Paraíba	96,7%	97,2%	96,4%	98,1%	97,7%	97,8%	97,7%	97,8%	95,5%	-1,2
Pernambuco	95,5%	96,0%	96,5%	97,6%	97,1%	97,8%	97,7%	98,4%	95,1%	-0,4
Alagoas	95,4%	97,1%	96,7%	96,5%	96,9%	97,6%	97,6%	96,2%	95,9%	0,5
Sergipe	96,2%	97,3%	96,7%	97,8%	98,4%	97,5%	97,4%	96,6%	96,6%	0,4
Bahia	95,6%	96,1%	97,1%	97,2%	97,1%	97,1%	97,6%	98,2%	92,9%	-2,7
Sudeste	97,5%	97,5%	97,6%	97,5%	97,8%	98,3%	98,2%	98,4%	96,7%	-0,8
Minas Gerais	98,1%	98,5%	98,4%	98,0%	98,0%	98,4%	98,9%	98,8%	97,6%	-0,5
Espírito Santo	97,4%	97,5%	97,9%	97,2%	98,5%	98,1%	97,4%	97,9%	95,9%	-1,5
Rio de Janeiro	95,8%	95,8%	95,8%	96,5%	97,2%	97,3%	97,4%	96,8%	93,1%	-2,7
São Paulo	97,9%	97,7%	97,8%	97,6%	97,9%	98,7%	98,3%	98,9%	97,5%	-0,4
Sul	97,9%	98,0%	98,0%	97,7%	98,1%	98,3%	98,2%	97,6%	96,3%	-1,6
Paraná	97,9%	97,7%	97,7%	97,3%	97,5%	98,3%	98,3%	97,6%	96,5%	-1,4
Santa Catarina	98,0%	98,0%	98,4%	98,1%	98,6%	98,4%	97,9%	97,7%	94,6%	-3,4
Rio Grande do Sul	97,9%	98,3%	98,1%	98,0%	98,6%	98,3%	98,3%	97,5%	97,1%	-0,8
Centro-Oeste	96,9%	97,2%	97,6%	96,9%	97,7%	97,7%	98,2%	97,6%	95,5%	-1,4
Mato Grosso do Sul	97,6%	97,1%	97,8%	97,9%	98,9%	98,3%	98,2%	98,4%	97,4%	-0,2
Mato Grosso	95,7%	96,5%	96,9%	97,4%	98,0%	97,7%	97,7%	97,3%	93,9%	-1,8
Goiás	97,1%	97,9%	98,1%	96,3%	97,2%	97,7%	98,4%	97,5%	95,4%	-1,7
Distrito Federal	97,0%	96,3%	97,3%	96,5%	97,1%	97,4%	98,2%	97,1%	95,7%	-1,3

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

Nota: A Tabela 1 no Apêndice apresenta o número de pessoas de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam o ensino fundamental e não o haviam concluído, por Brasil, grande região e unidade da Federação no período de 2013-2021.

Fica evidente no Gráfico 3 a queda generalizada da taxa de cobertura em 2021 comparada a 2013, bem como a desigualdade entre as unidades da Federação em 2021. O intervalo da taxa de cobertura em 2021 vai de 88,1% em Roraima a 97,6% em Minas Gerais, compreendendo uma distância de 9,5 p.p. Essa desigualdade em 2019 era de 3,3 p.p., quando Roraima tinha taxa de cobertura de 95,6% e Minas Gerais de 98,9%.

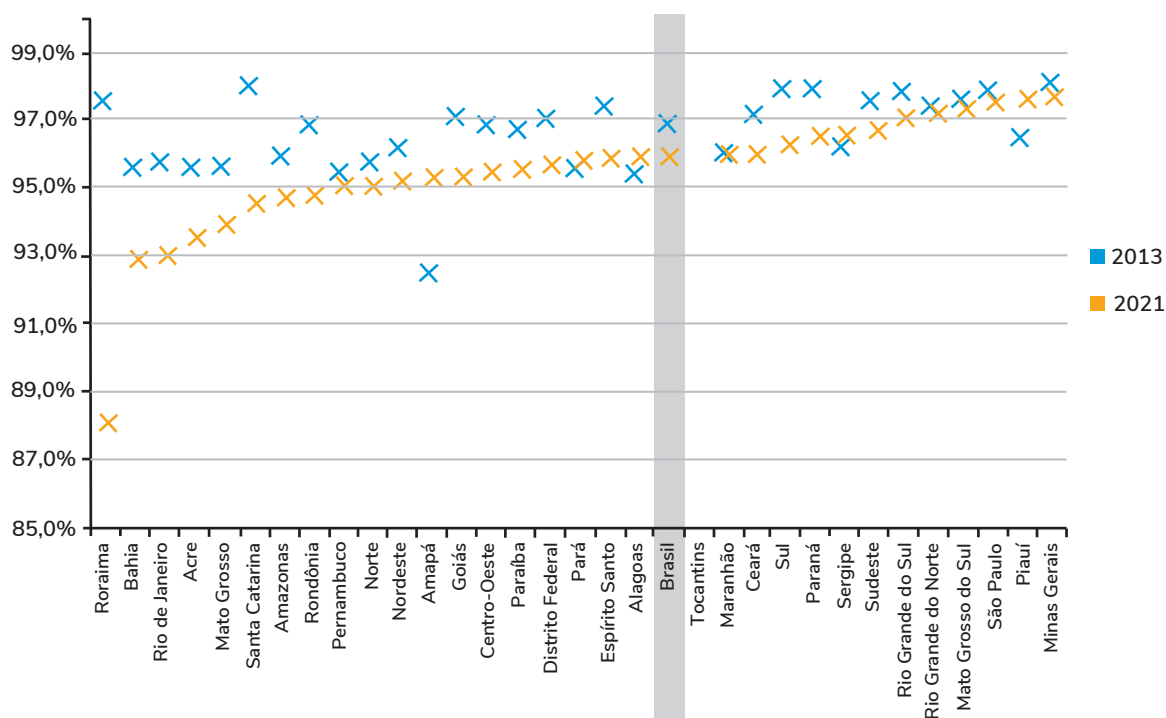


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA OU JÁ HAVIA CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS, POR REGIÃO E UF – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

O Gráfico 4 apresenta a variação no percentual de cobertura da população de 6 a 14 anos no ensino fundamental entre os anos de 2013 e 2021. Os estados que se mantiveram acima da linha de base em 2021 foram apenas cinco: Amapá, Piauí, Alagoas, Sergipe e Pará. O Maranhão voltou ao índice de 2013 e os demais recuaram no indicador 2A em relação à linha de base.

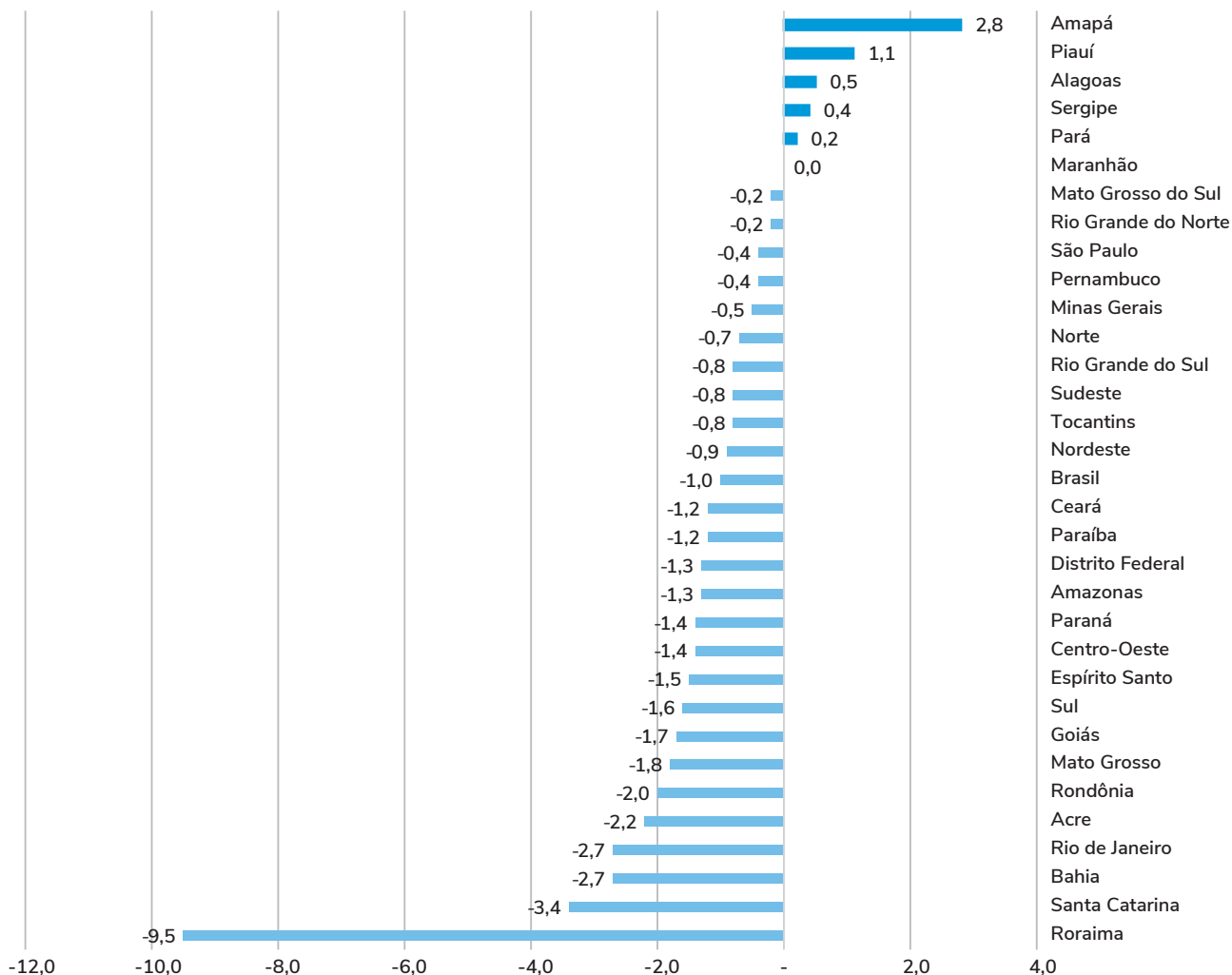


GRÁFICO 4

VARIAÇÃO NO PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA OU JÁ HAVIA CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS, POR REGIÃO E UF - BRASIL - 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

O atendimento à população de 6 a 14 anos no ensino fundamental teve redução nas áreas urbanas e rurais de forma equivalente entre 2020 e 2021, ficando ambas com indicador abaixo da linha de base como mostra o Gráfico 5.

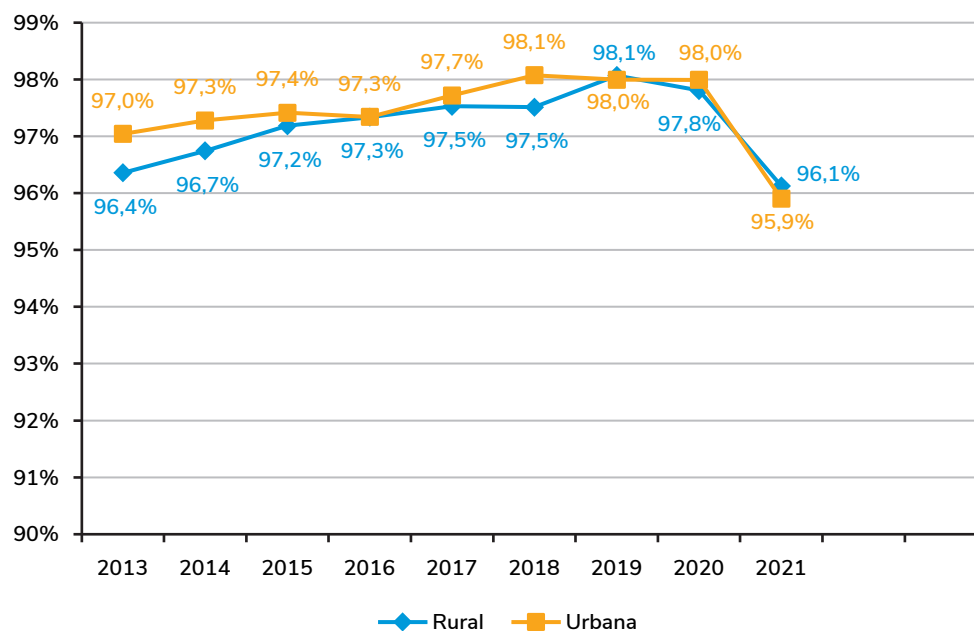


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAVA OU QUE JÁ HAVIA CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL, POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

A desagregação por sexo do indicador de cobertura mostra forte queda entre 2020 e 2021, sendo maior para os meninos, o que faz ressurgir a desigualdade que havia sido neutralizada em 2019. O indicador em 2021 também fica abaixo da linha de base para ambos os grupos, como mostra o Gráfico 6.

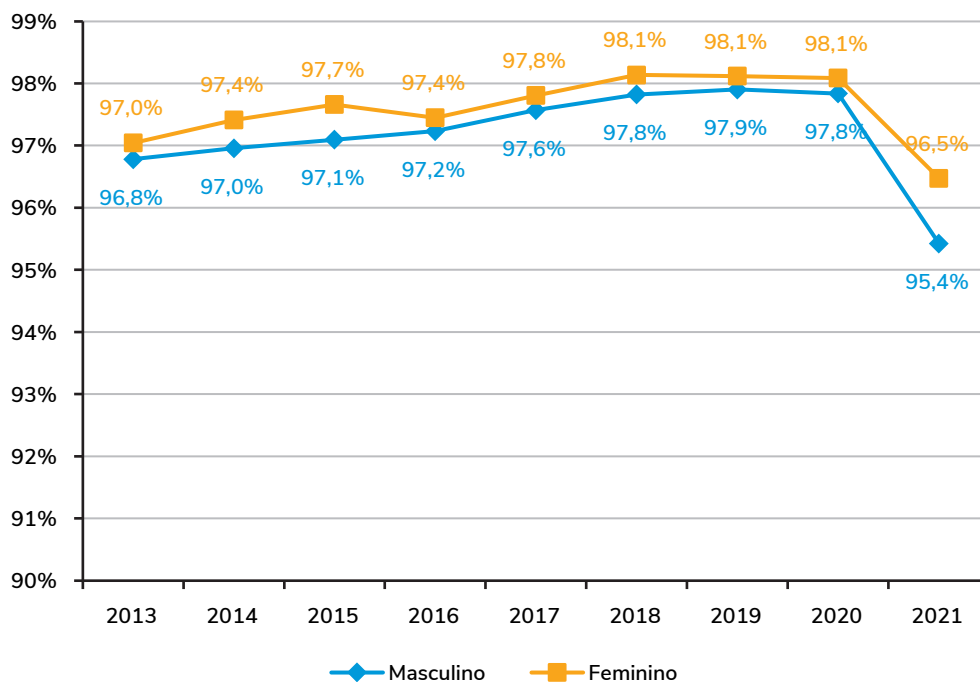


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAVA OU QUE JÁ HAVIA CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL, POR SEXO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

O indicador de cobertura segundo raça/cor também mostra a redução ocorrida entre 2020 e 2021 para ambos os grupos, brancos e negros (Gráfico 7). A queda ocorrida trouxe os dois grupos para índices de cobertura abaixo da linha de base.

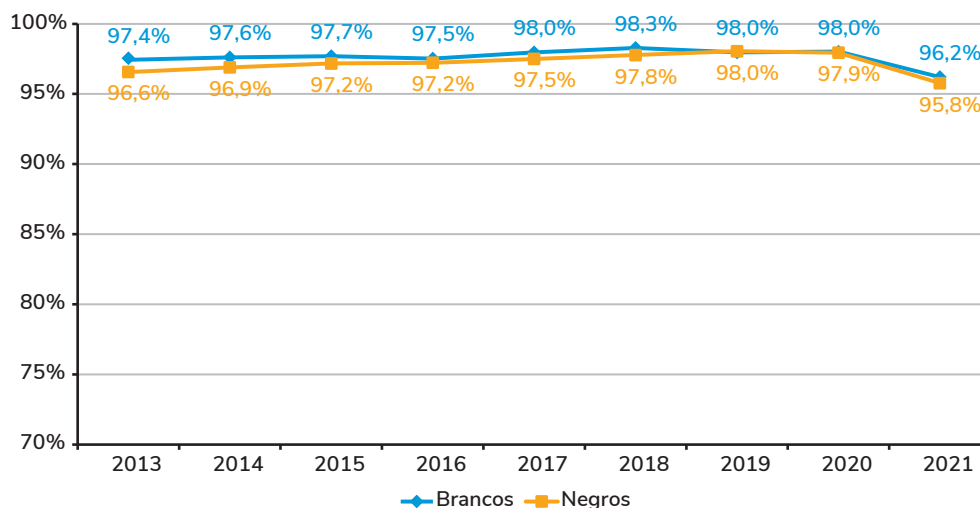


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAVA OU QUE JÁ HAVIA CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL, POR RAÇA/COR – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

A desagregação da série histórica do indicador 2A por faixa de renda domiciliar per capita faz uso da Pnad contínua no período 2016-2019 apenas, uma vez que a variável de renda não está disponível na Pnad contínua para o período entre 2020 e 2021². Como mostra o Gráfico 8, a desigualdade no atendimento entre os 25% mais pobres e os 25% mais ricos estimada em 2019 era de 0,9 p.p., representando uma redução em relação a 2018. Contudo, a inobservância dos dados de 2020 e 2021 não permite avaliar o impacto da pandemia na desigualdade de cobertura segundo o fator renda.

Os 25% mais pobres do grupo de 6 a 14 anos tiveram um aumento de participação no ensino fundamental bastante expressivo nos últimos quinze anos, saindo de 88,9% em 2004 (Brasil. Inep, 2019) para 97,8% em 2019. O quanto desse ganho foi perdido entre 2020 e 2021 ainda não é conhecido.

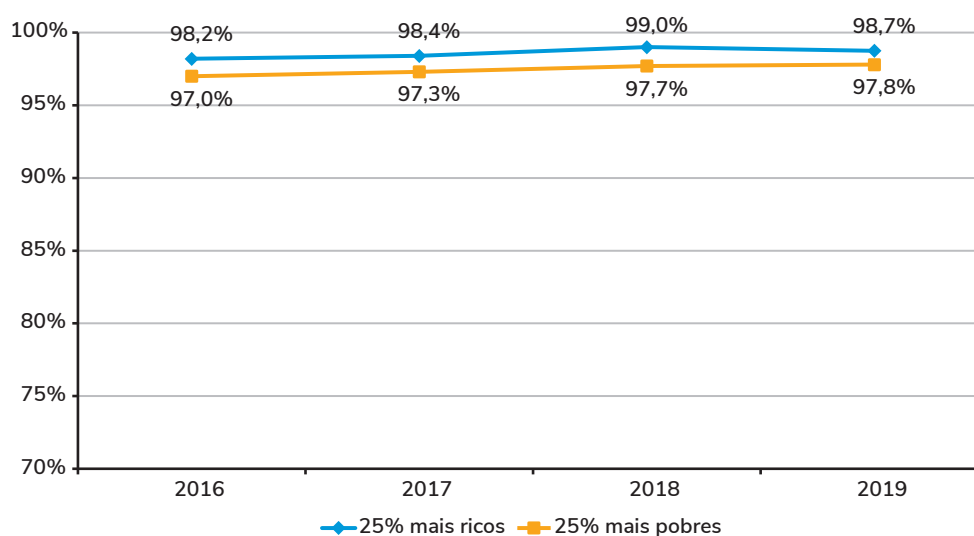


GRÁFICO 8

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVAM OU JÁ HAVIAM CONCLUÍDO O ENSINO FUNDAMENTAL, POR RENDA DOMICILIAR PER CAPITA – BRASIL – 2016-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados Pnad-c/IBGE (2016-2019).

² O Suplemento Anual de Educação não foi a campo em 2020 e 2021; a Pnad-c só foi a campo com o núcleo básico do questionário.

POPULAÇÃO DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO

Indicador 2B: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Meta: 95% até 2024.

A Meta 2 estabelece que, até 2024, o Brasil deve alcançar, no mínimo, a marca de 95% dos jovens de 16 anos com o ensino fundamental concluído. O indicador 2B apresentado no Gráfico 9 mostra uma trajetória de crescimento do indicador no período 2013-2020, seguido de um recuo entre 2020 e 2021. Para a meta ser atingida em 2024, será preciso que esse indicador retome a trajetória de crescimento. No período 2013-2019, a variação no indicador foi, em média, de 1,2 p.p. ao ano, o que era insuficiente para que a meta fosse alcançada no prazo previsto. No entanto, foi notável o crescimento estimado nos biênios 2018-2019 e 2019-2020, quando o indicador progrediu, respectivamente, 2,7 p.p e 3,7p.p. Contudo, o recuo observado em 2021 preocupa e aumenta o desafio para o alcance da meta. Para se atingir a meta de 95% é necessário que nos próximos três anos haja crescimento médio no indicador 2B de 4,6 p.p.

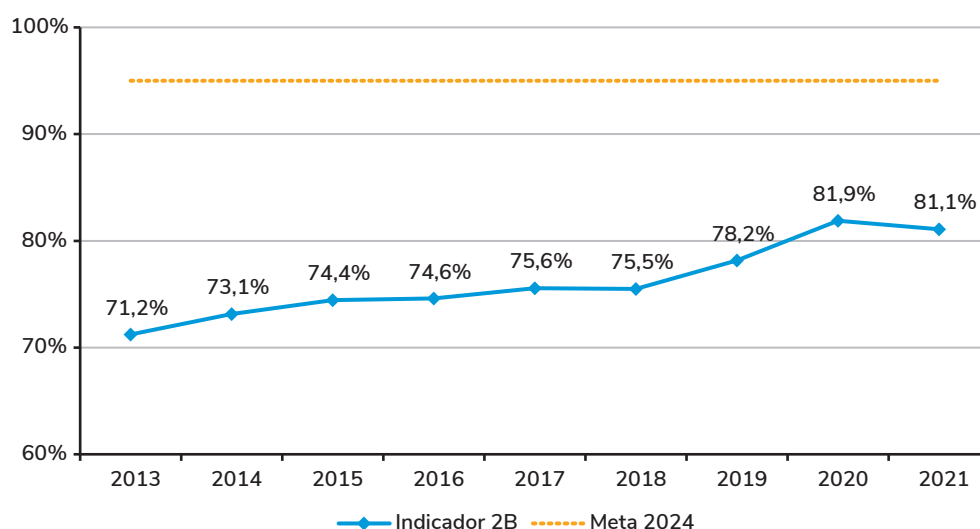


GRÁFICO 9

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS DE IDADE COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Phad-c/IBGE (2013-2021).

Entre as regiões há desigualdades no indicador 2B, como mostra o Gráfico 10. A Região Sudeste se destaca das demais, tendo alcançado 87,1% dos jovens de 16 anos com o ensino fundamental concluído em 2021, contrastando com as Regiões Norte e Nordeste, com índices de

76,2% e 73,8%, respectivamente. As Regiões Norte e Nordeste, embora apresentem os índices mais baixos para o indicador 2B, mostram uma trajetória de crescimento consistente no período 2013-2021, sendo as regiões que mais avançaram no período, com 17,2 p.p. e 13,4 p.p. de variação, nessa ordem. A tendência de redução da desigualdade entre as Regiões Sudeste-Norte e Sudeste-Nordeste caminhou lentamente, mas de forma consistente no período 2013-2021, dado o crescimento do indicador também observado na Região Sudeste. No período, a redução da desigualdade entre essas regiões foi, de modo recíproco, de 9,8 e 6,1 pontos percentuais. Contudo, há um recuo do indicador, em 2021, nas Regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, o que impacta o índice nacional, como visto anteriormente (Gráfico 9).

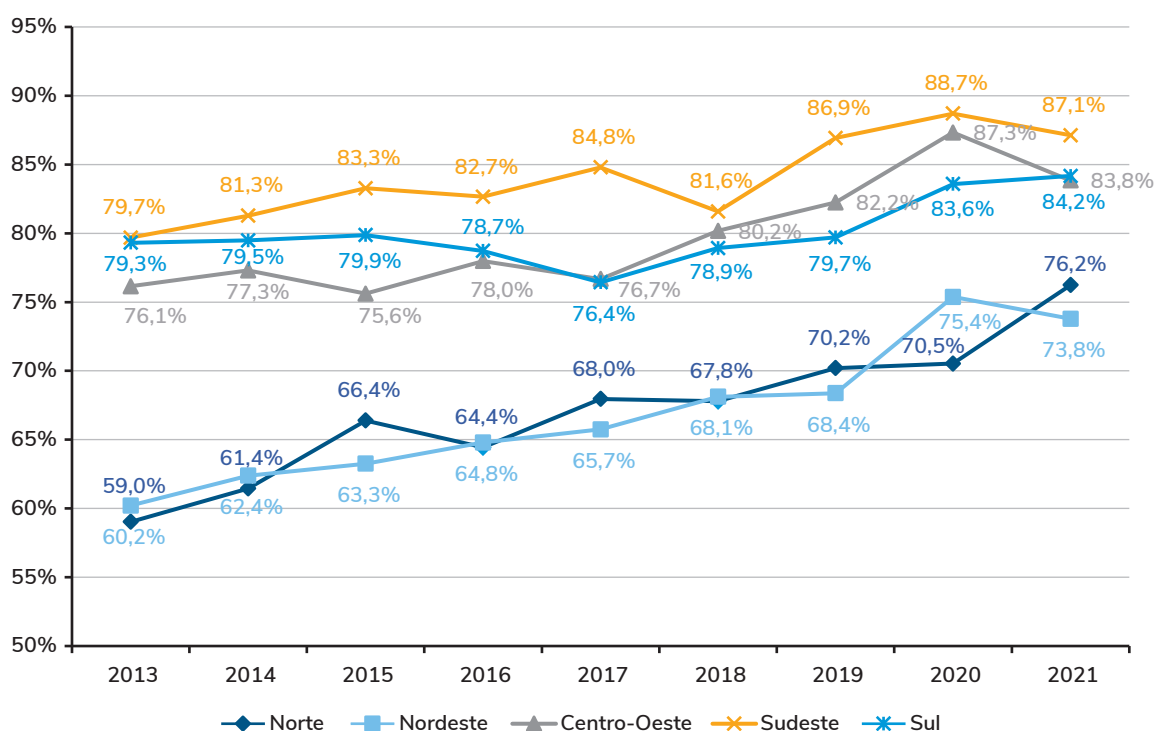


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS DE IDADE COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR REGIÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Phad-c/IBGE (2013-2021).

O Gráfico 11 mostra o indicador 2A por regiões e unidades da Federação nos anos de 2013 e 2021. Nota-se que, em relação à linha de base (2013), houve melhora do indicador em todas as regiões e unidades da Federação, com grandes diferenças de performance entre os estados não correlacionada com o patamar do indicador na linha de base, ou seja, há estados com baixo progresso, tendo baixo e alto índice inicial, como Sergipe e Santa Catarina. Assim como há estados com alto progresso tendo baixo e alto índice inicial, como Alagoas e Rio Grande do Norte.

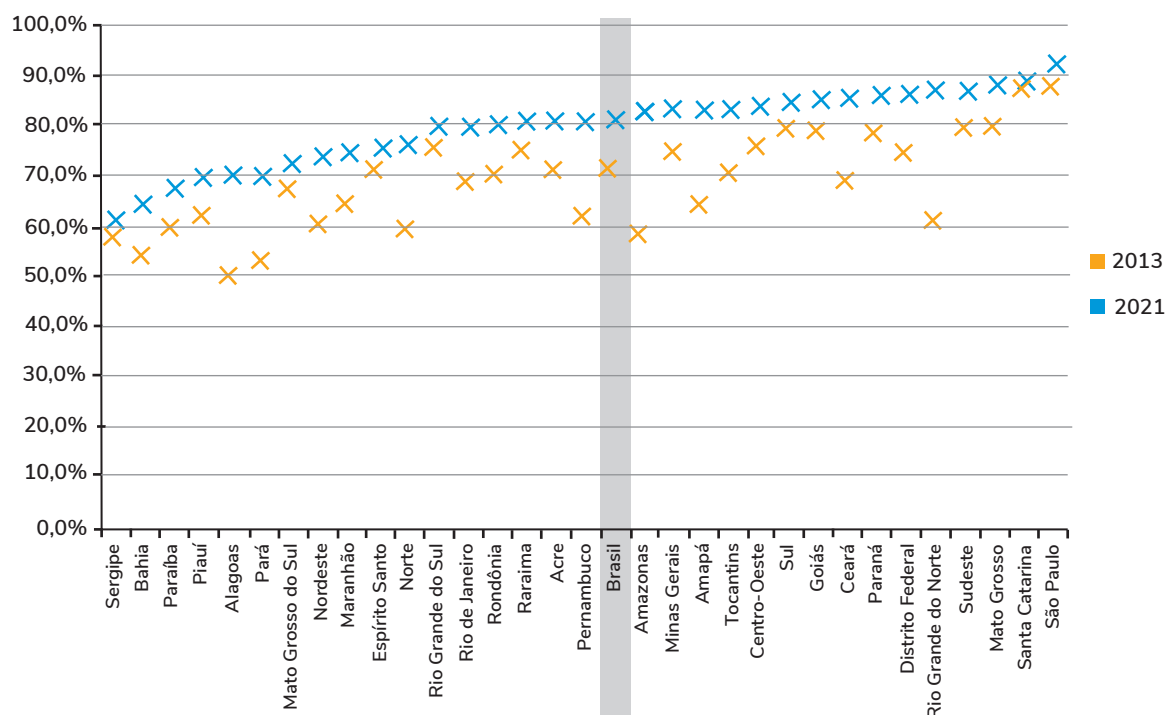


GRÁFICO 11

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS DE IDADE COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Phad-c/IBGE (2013-2021).

A Tabela 2 apresenta o indicador 2B entre 2013 a 2021 e a diferença observada no período. As desigualdades entre as unidades da Federação são significativas, estando os extremos demarcados entre Sergipe (61,4%) e São Paulo (92,6%), considerando os índices estimados para 2021. Regionalmente, destacam-se os Estados de Tocantins (83,3%), no Norte; Rio Grande do Norte (86,8%); no Nordeste; São Paulo (92,6%), no Sudeste; Santa Catarina (88,6%), no Sul; e Mato Grosso (88,4%), no Centro-Oeste.

TABELA 2

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS DE IDADE COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

(continua)

Brasil/ Regiões/UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2013 - 2021 (p.p.)
Brasil	71,2%	73,1%	74,4%	74,6%	75,6%	75,5%	78,2%	81,9%	81,1%	9,9
Norte	59,0%	61,4%	66,4%	64,4%	68,0%	67,8%	70,2%	70,5%	76,2%	17,2
Rondônia	70,4%	63,9%	73,1%	66,9%	72,3%	67,0%	78,4%	73,1%	80,0%	9,6
Acre	71,2%	70,8%	76,7%	69,9%	75,1%	72,5%	73,0%	77,5%	81,0%	9,8
Amazonas	58,2%	64,1%	66,0%	67,8%	77,0%	68,4%	74,1%	78,8%	82,5%	24,3
Roraima	75,0%	75,3%	78,0%	75,0%	77,7%	79,8%	82,6%	72,1%	80,9%	5,9
Pará	52,8%	55,6%	60,5%	57,9%	62,5%	64,0%	63,7%	70,4%	69,8%	17,0
Amapá	64,0%	68,1%	74,4%	75,5%	53,2%	73,2%	75,4%	52,2%	83,1%	19,1
Tocantins	70,5%	71,4%	78,0%	73,9%	74,3%	79,6%	81,0%	54,3%	83,3%	12,8

TABELA 2

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS DE IDADE COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

(conclusão)

Brasil/ Regiões/UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2013 - 2021 (p.p.)
Nordeste	60,2%	62,4%	63,3%	64,8%	65,7%	68,1%	68,4%	75,4%	73,8%	13,6
Maranhão	64,1%	67,0%	67,7%	69,6%	66,4%	74,5%	75,5%	75,2%	74,9%	10,8
Piauí	61,6%	58,9%	60,2%	60,2%	63,7%	68,9%	66,9%	83,5%	69,5%	7,9
Ceará	68,9%	71,6%	71,7%	76,8%	75,6%	82,8%	79,7%	90,6%	85,5%	16,6
Rio Grande do Norte	60,8%	62,2%	62,8%	67,2%	67,9%	59,9%	65,5%	84,7%	86,8%	26,0
Paraíba	59,7%	58,8%	56,1%	61,9%	64,3%	60,7%	62,8%	72,1%	67,3%	7,6
Pernambuco	61,7%	67,4%	67,0%	70,1%	65,8%	70,9%	72,9%	79,3%	81,1%	19,4
Alagoas	50,3%	54,5%	57,2%	59,6%	67,0%	63,6%	63,3%	69,6%	69,7%	19,4
Sergipe	57,6%	51,6%	55,0%	58,3%	54,1%	52,6%	58,5%	59,1%	61,4%	3,8
Bahia	54,4%	55,9%	58,8%	56,0%	61,1%	61,5%	60,4%	63,6%	64,1%	9,7
Sudeste	79,7%	81,3%	83,3%	82,7%	84,8%	81,6%	86,9%	88,7%	87,1%	7,4
Minas Gerais	75,0%	79,5%	78,0%	77,9%	83,4%	81,1%	83,0%	86,6%	83,0%	8,0
Espírito Santo	71,2%	72,6%	72,1%	71,4%	68,2%	67,7%	73,5%	77,7%	75,2%	4,0
Rio de Janeiro	68,6%	70,0%	70,2%	70,6%	72,8%	73,8%	74,7%	82,7%	79,6%	11,0
São Paulo	87,6%	88,1%	91,7%	90,0%	91,1%	85,5%	94,6%	92,7%	92,6%	5,0
Sul	79,3%	79,5%	79,9%	78,7%	76,4%	78,9%	79,7%	83,6%	84,2%	4,9
Paraná	78,2%	78,7%	81,0%	78,0%	77,6%	81,9%	85,1%	89,9%	85,5%	7,3
Santa Catarina	86,9%	89,5%	89,1%	86,0%	82,2%	83,9%	84,7%	82,4%	88,6%	1,7
Rio Grande do Sul	75,6%	74,2%	73,7%	75,0%	72,1%	72,6%	71,4%	77,2%	79,3%	3,7
Centro- Oeste	76,1%	77,3%	75,6%	78,0%	76,7%	80,2%	82,2%	87,3%	83,8%	7,7
Mato Grosso do Sul	67,3%	65,5%	65,8%	62,6%	70,5%	75,8%	75,8%	78,5%	72,0%	4,7
Mato Grosso	79,5%	89,3%	84,7%	92,1%	88,6%	87,1%	83,1%	90,3%	88,4%	8,9
Goiás	78,6%	76,8%	78,1%	77,8%	76,0%	77,8%	85,5%	88,9%	85,3%	6,7
Distrito Federal	74,5%	74,9%	68,4%	76,8%	71,4%	80,9%	78,4%	88,9%	85,9%	11,4

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

Nota: A Tabela 2 no Apêndice apresenta o número de pessoas de 16 anos sem o ensino fundamental concluído, por Brasil, grande região e unidade da Federação no período de 2013-2021.

O Gráfico 12 dispõe as regiões e unidades da Federação em ordem segundo a variação estimada do percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído, para o período de 2013 a 2021. Os estados que mais avançaram no indicador foram Rio Grande do Norte (26,0 p.p.), Amazonas (24,3 p.p.), Alagoas e Pernambuco (19,4 p.p.). Os que apresentaram o menor progresso foram Santa Catarina (1,7 p.p.), Rio Grande do Sul (3,7 p.p.) e Sergipe (3,8 p.p.). A região de maior progresso no período foi a Região Norte (17,2 p.p.) e a de menor progresso foi a Região Sudeste, (7,4 p.p.) que já é a região com melhor índice para o indicador 2B (87,1%). Nenhuma região ou unidade da Federação apresentou recuo no indicador no período.

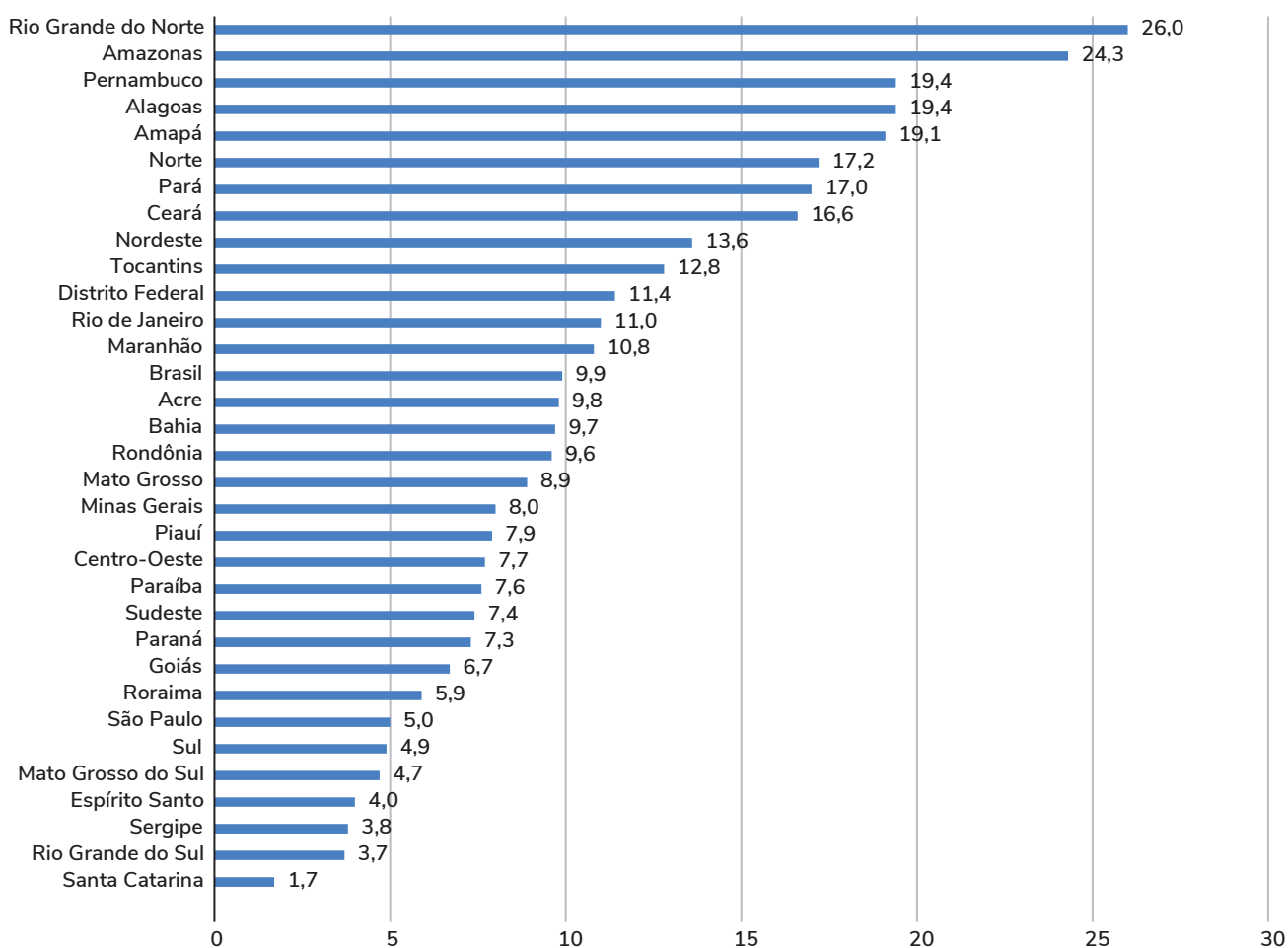


GRÁFICO 12

VARIAÇÃO NO PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS DE IDADE COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

O indicador 2B por local de residência mostra uma forte desigualdade entre as zonas urbanas e rurais do País, que chega a 11,0 p.p. em 2021, embora com ligeira tendência de queda desde 2013, quando a diferença era de 16,6 p.p. (Gráfico 13). Entre 2020 e 2021, há uma interrupção na trajetória de melhoria do indicador, que apresenta pequeno recuo tanto na área urbana quanto rural.

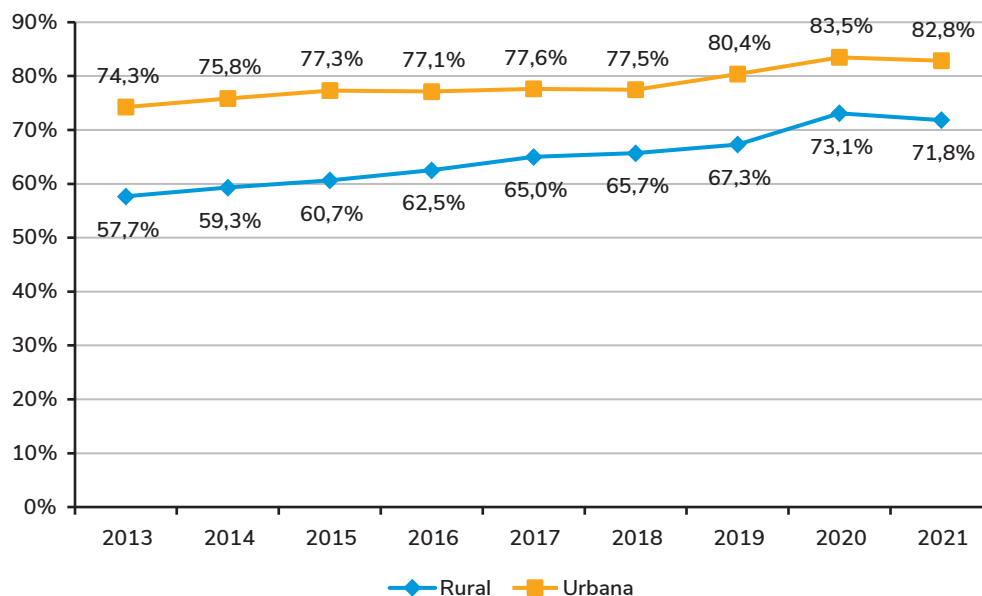


GRÁFICO 13

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

Também se observa desigualdade no indicador de conclusão do ensino fundamental, por sexo, na idade recomendada. Em 2021, as meninas apresentavam vantagem (86,1%) em relação aos meninos (76,7%). Essa desigualdade se manteve praticamente constante com pequenas oscilações durante o período de 2013 a 2021 (Gráfico 14). Em 2021, há um pequeno recuo do indicador para ambos os grupos.

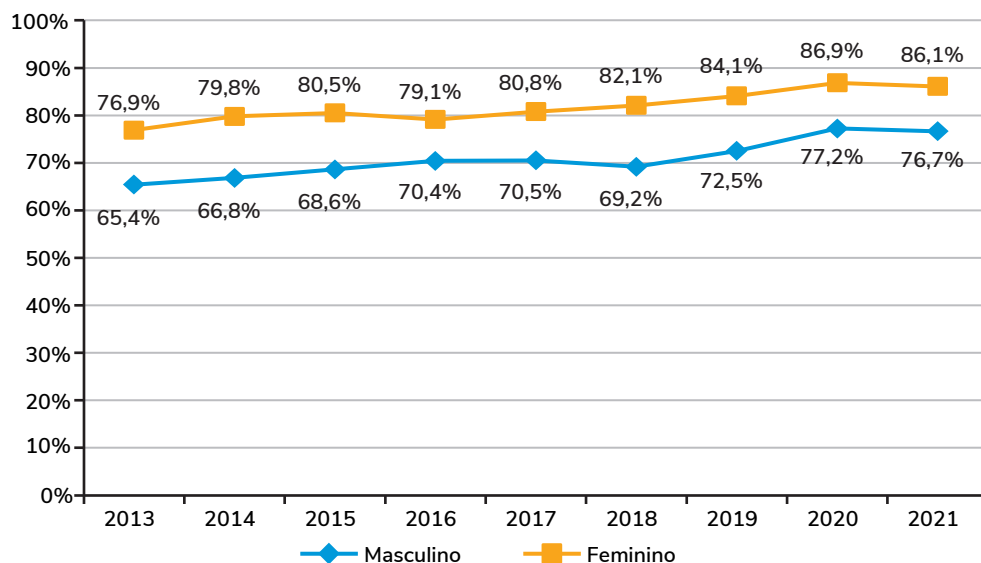


GRÁFICO 14

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR SEXO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

O exame do indicador 2B por raça/cor mostra a vantagem dos autodeclarados brancos em relação aos autodeclarados negros, mas com uma tendência de queda entre 2013 e 2021, tendo a diferença entre os dois grupos atingido 9,4 p.p em 2021, enquanto em 2013 era de 17,0 p.p. (Gráfico 15).

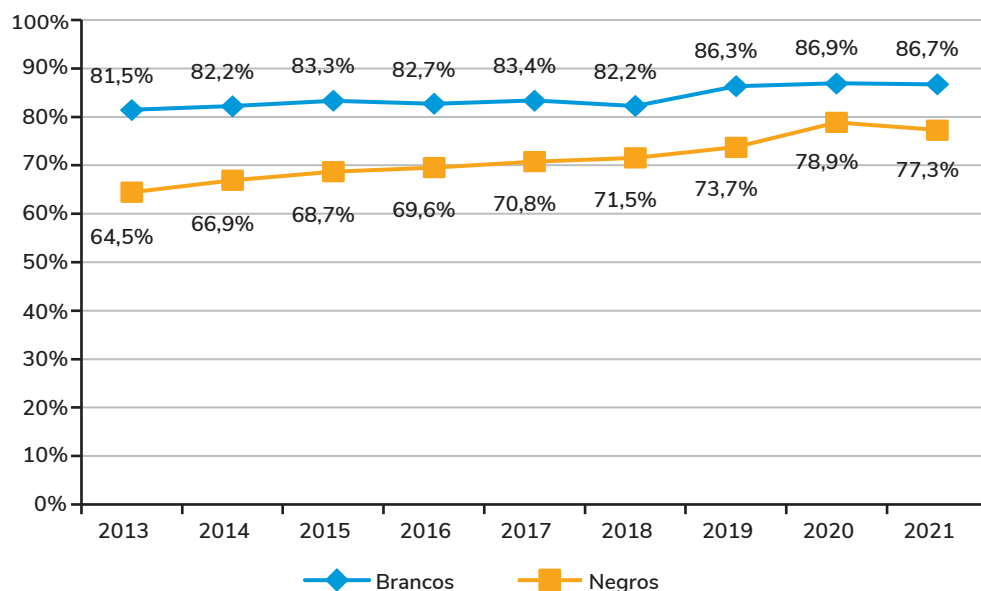


GRÁFICO 15

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR RAÇA/COR – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

A maior desigualdade observada no percentual de concluintes do ensino fundamental na idade recomendada ocorre em função da renda das famílias. O Gráfico 16 mostra a desagregação do indicador 2B para os 25% mais pobres e os 25% mais ricos, entre 2016 e 2019. Em 2019, a desigualdade chega a 27,4 p.p., apresentando queda em relação a 2016, quando era de 27,9 p.p.

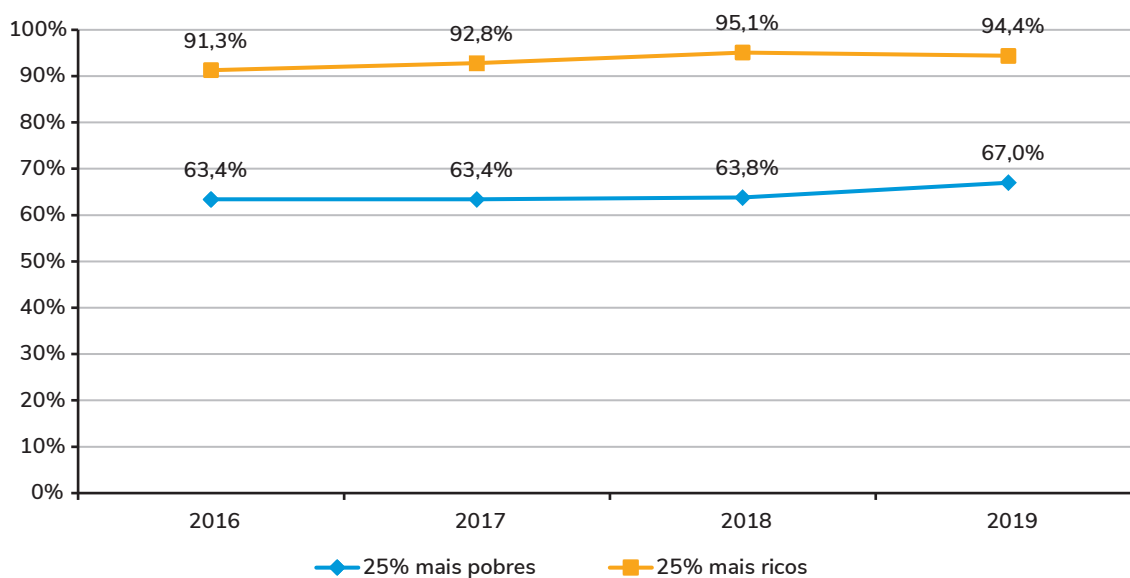


GRÁFICO 16

PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR RENDA DOMICILIAR PER CAPITA – BRASIL – 2016-2019

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE – Suplemento de Educação (2016-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados nesta seção, as seguintes conclusões podem ser extraídas acerca da evolução do indicador 2A, que mede a cobertura da população de 6 a 14 nos de idade no ensino fundamental:

1. A cobertura no ensino fundamental de nove anos sofreu grande impacto entre 2020 e 2021, período de forte retração na frequência escolar presencial devida à pandemia de Covid-19. Em 2021, o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentava ou já havia concluído o ensino fundamental atingiu 95,9%, representando um retrocesso de dez anos no indicador de cobertura, visto que, em 2011, este foi estimado em 96,1%. Tal retrocesso coloca o indicador de cobertura em um patamar inferior à linha de base do PNE de 2013, quando o índice estimado foi de 96,9%. Em números absolutos, o quantitativo de crianças e jovens de 6 a 14 anos fora da escola sem o ensino fundamental concluído alcança, em 2021, a marca de pouco mais de um milhão, um patamar próximo ao estimado para o ano de 2011.
2. O mesmo recuo ocorreu em todas as regiões do País, sendo o Nordeste a região que observou o maior retrocesso na cobertura entre 2020 e 2021 (2,6 p.p.), seguida da

Região Norte (2,3 p.p.): ambas recuaram ao patamar de 95% de cobertura em 2021, abaixo da linha de base do PNE. As demais regiões também recuaram para índices inferiores aos da linha de base.

3. O retrocesso na cobertura entre 2020 e 2021 fez aumentar as desigualdades regionais entre o Sudeste e o Norte/Nordeste, passando de 0,6 a 1,4 p.p. a diferença Sudeste-Nordeste, e de 1,0 a 1,6 a diferença Sudeste-Norte.
4. Entre as unidades da Federação, o maior recuo em relação à linha de base do PNE (2013) no indicador de cobertura é observado em Roraima, que retrocedeu 9,5 p.p., chegando a 88,1% em 2021, contrastando com o índice de 97,6% em 2013. Entre as 27 unidades da Federação, 21 retrocederam no indicador de cobertura em relação à linha de base do PNE, com apenas cinco apresentando índice ligeiramente superior à linha de base e uma sem alteração (Maranhão).
5. As áreas urbana e rural apresentam índices de cobertura para a população de 6 a 14 anos, em 2021, praticamente iguais, de 96%, mas com retrocesso em relação a 2020, quando alcançaram 98% e inferior à linha de base do PNE.
6. Em 2021, a taxa de cobertura dada pelo indicador 2A entre meninos e meninas não só recuou para patamar inferior à linha de base do PNE, mas houve também aumento da desigualdade entre os grupos, que, em 2020, praticamente inexistia, chegando a 1,1 p.p.
7. A cobertura do acesso escolar de negros e brancos recua, em 2021, para abaixo da linha de base do PNE, e a desigualdade, que em 2020 era praticamente nula, volta a se expressar, embora ainda em valor pequeno (0,4 p.p.).
8. Em 2019, a diferença na cobertura entre os 25% mais pobres e os 25% mais ricos atingiu o menor patamar (1,0 p.p.). Mas a desagregação por renda não capta o efeito da pandemia, visto que a série histórica estimada neste relatório finda em 2019, último ano da aplicação do Suplemento de Educação da Pnad-c.

Com base nos dados apresentados nesta seção, as seguintes conclusões podem ser extraídas acerca da evolução do indicador 2B, que mede o percentual de pessoas de 16 anos de idade com o ensino fundamental concluído.

1. Quanto à conclusão do ensino fundamental na idade recomendada, os dados apontam que o Brasil alcançou, em 2021, um índice de 81,1% de pessoas de 16 anos com o ensino fundamental concluído. Esse índice representa um recuo em relação a 2020, de 0,8 p.p. Embora menor do que o recuo estimado para o indicador 2A, essa variação representa uma inversão da trajetória observada durante o período do PNE, que era de melhoria crescente do indicador, principalmente a partir de 2018, quando cresceu 6,4 p.p. até 2020. A Meta 2 estabelece, para 2024, o índice de 95%. Para que ela seja atingida em 2024, será preciso que esse indicador cresça, em média, 4,6 p.p. ao ano, o que parece improvável dada a média de variação de 1,2 p.p. ao ano observada no período 2013-2021.
2. Entre as regiões, observa-se avanço no indicador 2B durante o período do PNE, mas há recuo em 2021 para as Regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. A desigualdade

entre as Regiões Norte e Nordeste e as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são marcantes, mas com tendência de redução no período 2013-2021, havendo recuo de 9,8 p.p. entre as Regiões Sudeste e Norte, e de 6,1 p.p. entre as Regiões Sudeste e Nordeste. Esse recuo na desigualdade se deve ao maior avanço observado no indicador 2B para as Regiões Norte e Nordeste, que progrediram, respectivamente, 17,2 p.p. e 13,6 p.p. entre 2013 e 2021.

3. As desigualdades no indicador de conclusão na idade recomendada entre os estados são significativas, estando os extremos demarcados entre Sergipe (61,4%) e São Paulo (92,6%), considerando os índices estimados para 2021. As variações mais expressivas no período 2013-2021 ocorreram no Rio Grande do Norte (26,0 p.p) e no Amazonas (24,3 p.p.). Não ocorreram recuos no indicador em relação à linha de base do PNE, embora se observem recuos em algumas unidades da Federação entre 2020 e 2021, tendo sido maior no Piauí, onde o indicador recuou 13,9 p.p.
4. Entre 2013 e 2018, a desigualdade no indicador de conclusão na idade recomendada entre as áreas urbanas e rurais apresenta tendência de queda, oscilando entre 2018 e 2021, quando atinge 11,0 p.p. As duas áreas apresentam recuo do indicador entre 2020 e 2021, que atinge, respectivamente, 82,8% e 71,8%.
5. Entre meninos e meninas, a desigualdade no indicador 2B apresenta redução no período entre 2013 e 2021, com vantagem ainda para as meninas, de 9,4 p.p em 2021.
6. Entre negros e brancos, há também redução da desigualdade no período de 2013 e 2012, caindo de 17,0 p.p. em 2013 para 9,4 em 2021. Contudo, entre 2020 e 2021, observa-se aumento da desigualdade, passando de 8,0 para 9,4 pontos percentuais.
7. As estimativas mostram um aumento da desigualdade devido à renda domiciliar *per capita* para o indicador de conclusão na idade recomendada entre 2016 e 2018, invertendo a tendência observada entre 2004 e 2015, mas com queda em 2019, quando chega a 27,4 p.p.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base*. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2018*. 2. ed. Brasília, DF: Inep, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução nº 6, de 20 de outubro de 2010. Define diretrizes operacionais para a matrícula no ensino fundamental e na educação infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 2010. Seção 1, p. 17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Downloads*. [Rio de Janeiro, 2022]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Documentacao>. Acesso em: 19 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad - c): microdados*. [Rio de Janeiro, 2022]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 18 abr. 2022.



.....

APÊNDICE

.....

TABELA 1

NÚMERO DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS QUE NÃO FREQUENTAVAM O ENSINO FUNDAMENTAL E NÃO O HAVIAM CONCLUÍDO, POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Brasil/ Regiões/UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2013 - 2021 (p.p.)
Brasil	888.527	802.514	731.955	727.770	626.828	543.254	531.113	540.258	1.072.358	183.831
Norte	130.950	113.738	106.287	98.201	80.723	79.451	76.364	74.344	136.510	5.560
Rondônia	8.492	6.537	5.736	5.669	3.371	3.528	3.960	4.597	11.740	3.248
Acre	6.835	4.716	4.631	4.719	5.845	3.706	3.945	3.141	8.737	1.902
Amazonas	28.423	27.568	28.486	31.696	22.830	19.205	15.894	18.584	35.479	7.056
Roraima	1.945	2.400	2.135	2.994	2.822	3.477	4.079	5.554	10.549	8.604
Pará	65.993	59.344	51.116	38.813	36.068	42.158	39.025	35.708	54.500	-11.493
Amapá	10.900	7.045	6.049	6.021	5.939	4.257	4.096	2.852	6.058	-4.841
Tocantins	8.364	6.128	8.135	8.289	3.847	3.119	5.364	3.907	9.447	1.084
Nordeste	342.788	289.742	251.010	223.388	208.818	187.349	174.798	172.091	368.130	25.342
Maranhão	51.294	44.722	43.786	37.512	35.081	36.641	30.452	40.349	46.050	-5.244
Piauí	17.398	10.202	6.432	9.852	5.663	6.541	8.466	8.836	10.678	-6.720
Ceará	37.629	37.783	37.009	37.190	28.350	16.612	18.508	20.465	47.915	10.285
Rio Grande do Norte	12.638	9.434	6.317	11.531	8.364	7.688	6.569	4.887	13.087	449
Paraíba	19.507	17.083	20.826	10.711	13.178	12.116	12.784	12.233	25.863	6.356
Pernambuco	63.718	55.857	45.521	30.687	37.966	27.876	29.495	20.251	63.753	34
Alagoas	25.544	16.505	17.644	18.178	15.080	11.807	11.629	19.128	19.272	-6.272
Sergipe	12.858	9.428	11.071	7.059	5.253	8.357	8.386	10.770	10.539	-2.319
Bahia	102.201	88.730	62.403	60.668	59.883	59.712	48.509	35.173	130.975	28.774
Sudeste	268.327	264.831	251.128	259.514	223.102	169.557	178.717	157.009	342.510	74.183
Minas Gerais	51.904	41.337	42.232	49.480	49.340	38.715	27.287	30.394	60.416	8.513
Espírito Santo	13.640	12.927	10.428	13.603	7.367	9.316	13.356	9.921	21.151	7.511
Rio de Janeiro	89.892	86.373	80.592	68.914	52.771	49.777	47.199	58.676	127.901	38.009
São Paulo	112.892	124.195	117.876	127.516	113.625	71.749	90.876	58.018	133.042	20.150
Sul	78.322	74.503	72.701	79.256	64.537	59.008	61.587	82.668	129.853	51.531
Paraná	30.936	34.072	33.830	37.955	35.435	24.523	23.748	34.216	49.151	18.215
Santa Catarina	17.254	17.330	13.693	15.510	11.393	12.708	16.989	18.576	45.186	27.932
Rio Grande do Sul	30.133	23.101	25.178	25.792	17.709	21.777	20.850	29.876	35.517	5.384
Centro-Oeste	68.139	59.700	50.829	67.411	49.648	47.890	39.647	54.146	95.354	27.215
Mato Grosso do Sul	9.200	11.191	8.156	7.730	3.762	6.171	6.888	5.949	9.994	794
Mato Grosso	20.693	15.719	15.460	12.676	9.896	10.662	11.080	13.529	28.528	7.835
Goiás	26.835	19.395	17.465	33.308	25.038	21.548	14.921	23.601	39.970	13.135
Distrito Federal	11.410	13.395	9.749	13.696	10.953	9.508	6.758	11.067	16.861	5.451

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em microdados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).

TABELA 2

NÚMERO DE PESSOAS DE 16 ANOS SEM O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO, POR BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Brasil/ Regiões/UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2013 - 2021 (p.p.)
Brasil	1.000.053	928.616	872.337	907.684	830.821	786.335	687.943	595.267	568.743	-431.310
Norte	138.585	133.942	116.361	131.205	114.212	108.972	103.555	106.768	77.748	-60.836
Rondônia	7.667	12.101	7.965	11.151	7.934	10.172	5.952	8.975	6.744	-923
Acre	5.077	4.447	4.095	5.914	4.945	4.228	4.831	3.725	2.891	-2.186
Amazonas	31.325	27.214	26.624	25.164	17.001	20.878	20.845	15.674	14.326	-16.999
Roraima	2.265	2.521	2.648	3.027	2.327	1.971	1.302	2.246	1.496	-769
Pará	77.012	74.118	64.563	72.138	65.660	61.386	60.579	54.241	46.417	-30.595
Amapá	6.580	4.373	4.016	4.487	8.447	3.978	4.628	7.633	1.671	-4.908
Tocantins	8.658	9.167	6.450	9.324	7.899	6.359	5.418	14.276	4.202	-4.456
Nordeste	436.332	386.664	380.885	373.370	354.684	319.386	305.034	247.873	248.598	-187.734
Maranhão	49.617	47.296	43.198	44.172	45.369	34.559	33.911	35.494	36.100	-13.518
Piauí	24.972	25.965	23.881	21.170	20.940	18.857	16.406	10.021	15.967	-9.005
Ceará	53.684	47.130	47.711	38.626	39.747	25.531	29.833	15.311	21.190	-32.495
Rio Grande do Norte	25.842	21.518	21.819	19.656	19.145	23.142	14.715	10.396	6.185	-19.657
Paraíba	29.814	27.026	28.006	24.916	26.084	29.006	25.213	16.692	21.866	-7.948
Pernambuco	73.255	56.677	54.493	48.468	60.396	50.116	42.315	32.170	30.313	-42.942
Alagoas	35.264	29.408	26.833	26.679	22.246	23.869	22.713	20.692	18.249	-17.016
Sergipe	19.252	20.137	18.267	18.244	19.129	17.912	15.012	17.131	15.920	-3.332
Bahia	124.631	111.507	116.678	131.439	101.630	96.394	104.916	89.965	82.809	-41.822
Sudeste	270.163	255.903	218.386	243.792	201.590	228.767	158.264	143.623	142.125	-128.038
Minas Gerais	88.970	75.498	73.055	77.502	57.418	63.677	53.412	40.763	48.961	-40.009
Espírito Santo	17.362	19.507	17.893	17.971	19.547	19.258	15.896	12.623	13.105	-4.257
Rio de Janeiro	83.153	83.718	71.730	74.144	63.559	51.963	55.888	41.396	36.988	-46.165
São Paulo	80.677	77.180	55.708	74.175	61.066	93.868	33.069	48.840	43.070	-37.608
Sul	95.117	94.551	94.744	104.041	101.463	82.235	76.399	65.899	60.775	-34.342
Paraná	37.504	38.234	36.965	41.156	36.323	28.328	21.737	15.879	22.088	-15.416
Santa Catarina	14.731	11.145	10.517	16.275	17.448	14.500	12.805	19.213	11.360	-3.371
Rio Grande do Sul	42.881	45.173	47.262	46.610	47.692	39.407	41.857	30.807	27.326	-15.555
Centro-Oeste	59.857	57.555	61.961	55.276	58.871	46.976	44.690	31.104	39.498	-20.359
Mato Grosso do Sul	14.255	14.473	13.865	15.859	11.534	8.772	9.568	9.263	11.579	-2.676
Mato Grosso	12.891	5.865	7.647	4.020	5.661	6.640	9.698	4.601	6.229	-6.662
Goiás	21.976	25.690	25.484	24.299	26.592	22.094	16.510	10.230	15.435	-6.540
Distrito Federal	10.735	11.526	14.965	11.098	15.085	9.469	8.913	7.009	6.255	-4.480

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em microdados da Pnad-c/IBGE (2013-2021).



META 3

.....

**UNIVERSALIZAR, ATÉ 2016,
O ATENDIMENTO ESCOLAR PARA
TODA A POPULAÇÃO DE 15
(QUINZE) A 17 (DEZESSETE) ANOS E
ELEVAR, ATÉ O FINAL DO PERÍODO
DE VIGÊNCIA DESTE PNE, A TAXA
LÍQUIDA DE MATRÍCULAS NO ENSINO
MÉDIO PARA 85% (OITENTA E CINCO
POR CENTO).**

.....



APRESENTAÇÃO

A Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) conta com dois objetivos educacionais voltados à população de 15 a 17 anos de idade: i) garantir que, até 2016, seja universalizado o acesso à escola; e ii) que a taxa líquida de matrículas no ensino médio atinja 85%, até o ano de 2024.

Para o monitoramento de tais objetivos são utilizados dois indicadores:

- *Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.*
- *Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.*

Os indicadores de monitoramento da Meta 3 do PNE também são apresentados em desagregações por unidade da Federação, grandes regiões, local de residência, raça/cor, sexo e grupos de renda domiciliar per capita, com a finalidade de compreender as desigualdades que caracterizam o acesso à educação no País.

Em relação aos dados utilizados, a pandemia de Covid-19 limitou a coleta feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e reduziu o tamanho da amostra em 2020 e 2021. Isso acarretou impactos no cálculo dos indicadores e, conseqüentemente, no monitoramento do PNE. Assim, podem ter sido afetadas as estimativas de acesso à escola, especialmente em desagregações por unidades da Federação. De tal modo, é importante considerar, na avaliação dos dados, que são os melhores disponíveis, tais fatores.

A segunda situação, também associada a efeitos da pandemia no sistema de informações estatísticas, diz respeito às reponderações aplicadas na Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (Pnad-c). Como não foi possível a realização do Censo Demográfico em 2020, o IBGE teve que realizar ajustes na definição dos pesos amostrais da Pesquisa em todas as suas edições¹. Por isso, a série histórica dos indicadores aqui apresentados foi recalculada, o que pode gerar algumas diferenças em relação aos valores anteriormente apresentados.

Por fim, no que se refere às desagregações para rendimento domiciliar per capita, não foi disponibilizado o Suplemento Anual de Educação para os anos de 2020 e 2021, em que a informação sobre renda era divulgada. Tal limitação também se associa a impactos da pandemia nas estatísticas educacionais. Nesse caso, os dados aqui apresentados se restringiram aos anos de 2016 a 2019, que eram os mais atuais disponíveis na data de conclusão do relatório.

POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA OU JÁ CONCLUIU A EDUCAÇÃO BÁSICA

Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.

Meta: 100% de cobertura dessa população até 2016.

O primeiro objetivo da Meta 3 é alcançar a universalização do acesso à escola para a população de 15 a 17 anos, o que deveria ter ocorrido até 2016. Cinco anos depois desse prazo, como é possível observar no Gráfico 1, isso ainda não foi concretizado: em 2021, 95,3% dos jovens de 15 a 17 anos de idade frequentavam a escola ou possuíam a educação básica completa. Em 2016, o indicador estimado era 90,8%, ou seja, 9,2 p.p. abaixo da meta; entre 2012 e 2021, o avanço no indicador foi de 6,5 p.p. O Brasil está, portanto, ainda 4,7 p.p. distante da meta fixada para 2016.

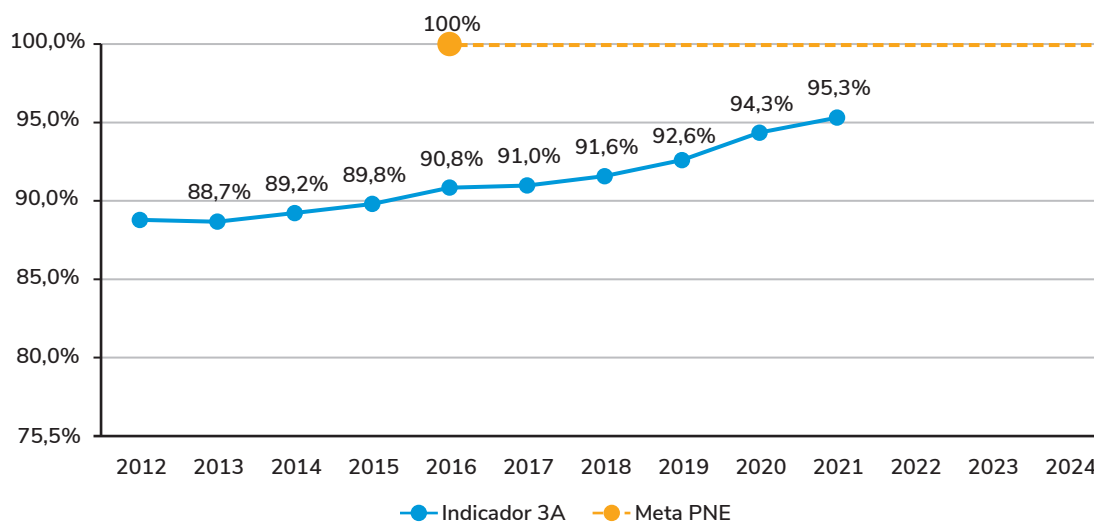


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Indicadores e Pesquisas (Dired/Inep) com base em dados da Pnad-c/IBGE.

¹ Para mais informações, consultar as notas técnicas disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=notas-tecnicas>>.

O indicador 3A apresenta pequenas diferenças entre as grandes regiões. As Regiões Sul e Sudeste apresentavam, em 2021, o valor de 95,9% para o indicador; na Região Norte, ele atingia 93,7%. (Gráfico 2). Considerando a desagregação regional, é possível afirmar que em nenhuma delas se concretizou a universalização do acesso à escola para a população de 15 a 17 anos de idade.

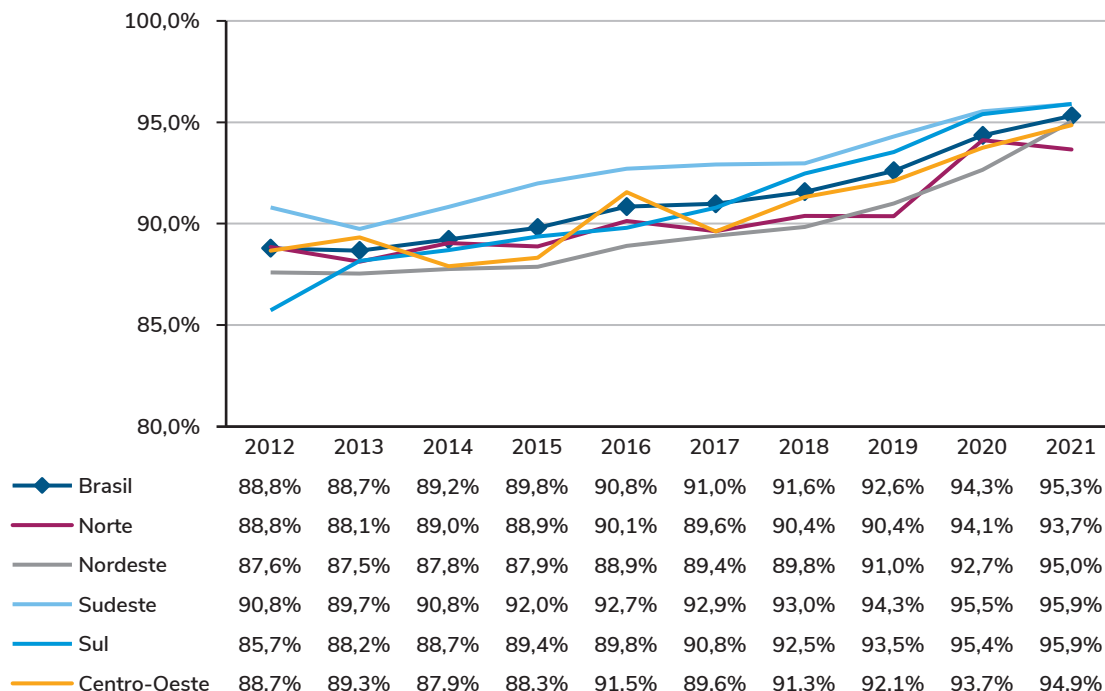


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR GRANDE REGIÃO – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

A análise do indicador 3A desagregado por unidade da Federação permite entender a desigualdade regional que caracteriza o acesso à educação no Brasil. Rondônia e Acre apresentavam, em 2021, aproximadamente, 90% da população de 15 a 17 anos de idade frequentando a escola ou com a educação básica completa; já o Rio de Janeiro e o Distrito Federal apresentavam, no mesmo ano, os maiores valores, ao redor de 97% (Tabela 1). Entretanto, em nenhuma das unidades, o objetivo de universalização foi atingido. Em termos de crescimento, entre 2012 e 2021, o Paraná apresentou o maior crescimento, 11 p.p., enquanto no Acre foi registrado o menor aumento: 1,4 p.p.

TABELA 1

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA
OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO
– BRASIL – 2012-2021

Brasil/ Regiões/ UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2012/2021 (p.p.)
Brasil	88,8%	88,7%	89,2%	89,8%	90,8%	91,0%	91,6%	92,6%	94,3%	95,3%	6,5
Norte	88,8%	88,1%	89,0%	88,9%	90,1%	89,6%	90,4%	90,4%	94,1%	93,7%	4,9
Rondônia	83,8%	85,2%	86,9%	87,9%	88,5%	89,5%	91,2%	88,6%	93,7%	90,7%	6,9
Acre	89,5%	89,6%	88,5%	87,7%	89,5%	86,6%	87,9%	87,8%	95,1%	90,9%	1,4
Amazonas	87,9%	88,3%	88,8%	88,7%	88,7%	91,6%	90,5%	91,6%	94,4%	95,3%	7,4
Roraima	91,3%	89,7%	91,2%	89,1%	92,2%	91,6%	91,6%	91,6%	91,9%	94,0%	2,7
Pará	89,2%	88,0%	89,2%	89,4%	91,1%	88,2%	89,5%	89,9%	93,5%	93,2%	4,0
Amapá	93,2%	88,2%	89,3%	87,5%	92,3%	89,2%	90,8%	90,8%	92,4%	94,9%	1,7
Tocantins	91,9%	90,0%	90,8%	88,9%	89,3%	94,6%	95,3%	92,6%	98,3%	95,8%	3,9
Nordeste	87,6%	87,5%	87,8%	87,9%	88,9%	89,4%	89,8%	91,0%	92,7%	95,0%	7,4
Maranhão	88,3%	87,1%	88,6%	87,9%	89,8%	88,7%	89,5%	90,3%	93,7%	95,4%	7,1
Piauí	92,2%	89,6%	87,5%	89,0%	90,2%	93,0%	93,1%	93,5%	96,0%	95,2%	3,0
Ceará	86,2%	87,7%	86,3%	86,1%	85,8%	88,2%	89,8%	89,6%	94,7%	94,6%	8,4
Rio Grande do Norte	87,1%	89,1%	83,9%	89,6%	90,1%	89,6%	90,4%	94,0%	94,3%	95,3%	8,2
Paraíba	85,6%	86,5%	85,4%	87,4%	89,5%	88,3%	90,9%	89,4%	92,8%	93,3%	7,7
Pernambuco	87,0%	87,7%	89,0%	87,6%	87,9%	89,3%	89,1%	91,9%	91,8%	94,9%	7,9
Alagoas	85,0%	83,5%	86,1%	85,5%	86,1%	86,2%	85,5%	86,2%	89,0%	92,6%	7,6
Sergipe	86,0%	86,9%	89,7%	88,8%	88,3%	90,3%	89,0%	91,2%	94,8%	94,4%	8,4
Bahia	89,1%	88,1%	89,1%	89,0%	91,0%	90,6%	90,5%	92,1%	90,7%	96,3%	7,2
Sudeste	90,8%	89,7%	90,8%	92,0%	92,7%	92,9%	93,0%	94,3%	95,5%	95,9%	5,1
Minas Gerais	89,7%	88,9%	88,0%	88,0%	89,7%	91,6%	91,6%	92,6%	93,4%	95,5%	5,8
Espírito Santo	87,8%	86,9%	88,4%	90,7%	88,9%	88,2%	88,7%	91,3%	89,2%	95,3%	7,5
Rio de Janeiro	91,9%	91,5%	91,7%	93,0%	92,1%	94,7%	94,6%	96,3%	96,2%	97,0%	5,1
São Paulo	91,1%	89,8%	92,2%	93,7%	94,7%	93,3%	93,5%	94,8%	96,9%	95,8%	4,7
Sul	85,7%	88,2%	88,7%	89,4%	89,8%	90,8%	92,5%	93,5%	95,4%	95,9%	10,2
Paraná	85,0%	87,1%	88,5%	88,6%	89,6%	90,4%	91,0%	92,3%	96,3%	96,0%	11,0
Santa Catarina	86,4%	87,8%	88,9%	89,0%	90,3%	92,7%	94,3%	94,9%	96,3%	95,8%	9,4
Rio Grande do Sul	86,1%	89,5%	88,8%	90,3%	89,7%	90,0%	92,9%	93,9%	93,8%	95,8%	9,7
Centro-Oeste	88,7%	89,3%	87,9%	88,3%	91,5%	89,6%	91,3%	92,1%	93,7%	94,9%	6,2
Mato Grosso do Sul	84,7%	84,4%	83,3%	83,7%	88,8%	90,0%	92,1%	89,0%	93,8%	92,8%	8,1
Mato Grosso	88,3%	89,1%	86,3%	86,8%	90,9%	88,9%	92,1%	90,7%	91,6%	94,0%	5,7
Goiás	89,9%	90,1%	88,7%	89,5%	91,9%	88,2%	90,2%	92,8%	95,1%	94,9%	5,0
Distrito Federal	89,9%	92,7%	92,4%	91,5%	93,6%	93,0%	92,5%	94,8%	93,1%	97,2%	7,3

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

Observação: Os valores com o número total da população com idade entre 15 e 17 anos de idade que não tem a educação básica completa ou não frequenta a escola encontram-se disponível na Tabela 1 do Anexo.

A desagregação por local de residência (urbano ou rural) aponta para a permanência de desigualdades no acesso à escola entre os grupos. Todavia, as estimativas apontavam para uma redução das diferenças, que eram de 5,2 pontos percentuais, em 2012, e caíram para 2,3 p.p., em 2021. Em 2021, 93,4% da população de 15 a 17 anos residente no campo frequentavam a escola ou já tinham a educação básica completa, o que aponta para um crescimento de quase 9 p.p. para o grupo em relação a 2012; nas áreas urbanas, o valor do indicador, em 2021, era de 95,7% (Gráfico 3).

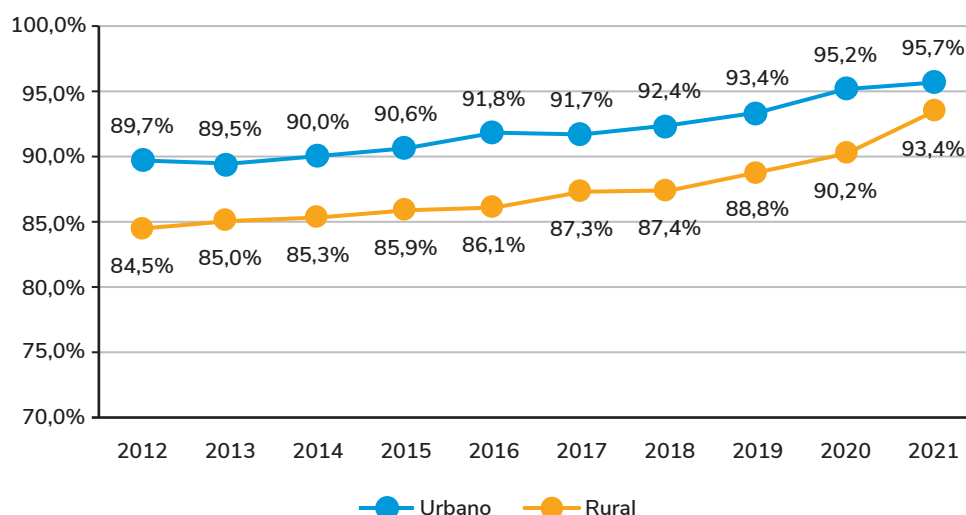


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Indicadores e Pesquisas (Dired/Inep) com base em dados da Pnad-c/IBGE.

No que se refere à comparação por sexo, é possível ver que, em 2021, 95,8% das pessoas do sexo feminino frequentavam a escola ou possuíam a educação básica completa; entre as do sexo masculino, o observado para o indicador 3A era de 94,9% (Gráfico 4). Se, por um lado, essa diferença era de 2 p.p. em 2012, ela se reduziu para 0,9 p.p., em 2021.

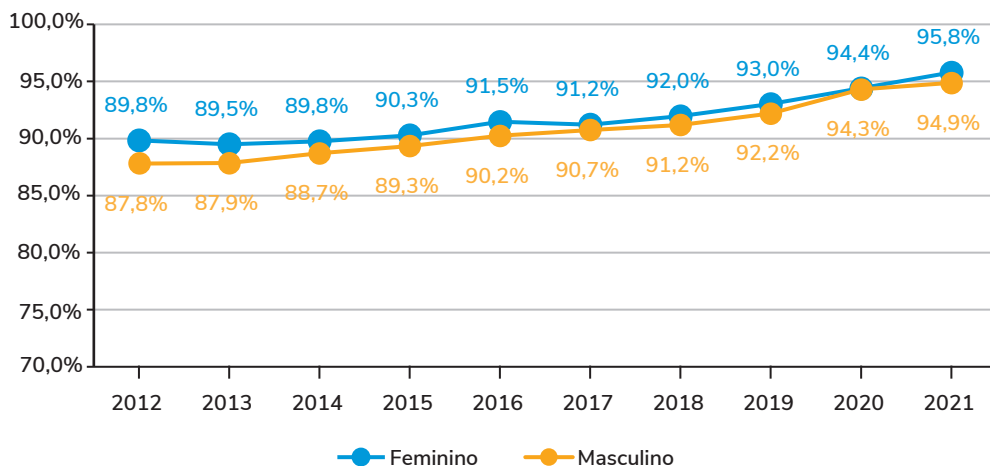


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU POSSUÍA EDUCAÇÃO BÁSICA COMPLETA, POR SEXO – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

No que diz respeito às diferenças entre negros e brancos, as estimativas apontam para uma redução das desigualdades. Em 2021, 94,6% dos jovens negros de 15 a 17 anos de idade frequentavam a escola ou possuíam a educação básica completa; entre os declarados brancos, o valor era de 96,6% (Gráfico 5) – diferença essa que se reduziu em ritmo lento ao longo da série observada.

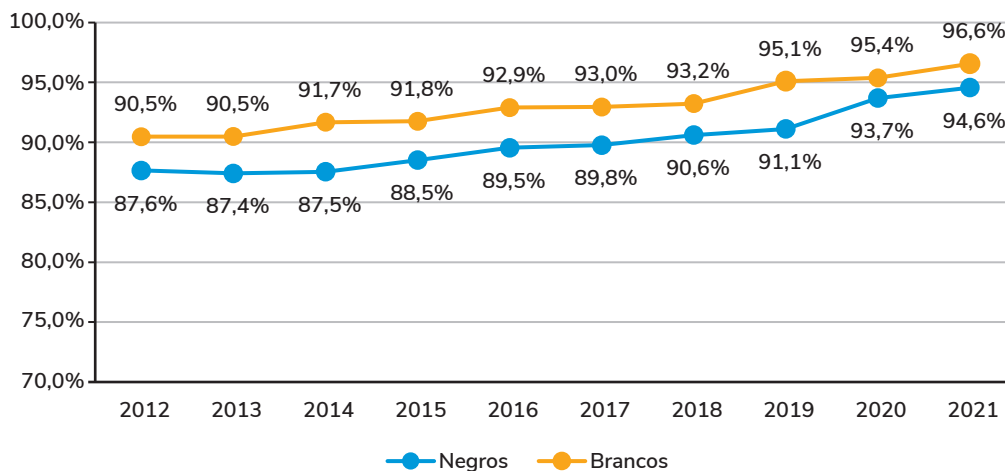


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR RAÇA/COR – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

O Indicador 3A também foi desagregado pelo rendimento domiciliar per capita, de modo a compreender diferenças entre os grupos de renda. Com os dados disponíveis, verifica-se que o acesso à escola ou a conclusão da educação básica entre os jovens de 15 a 17 anos

pertencentes aos 25% mais pobres era, em 2019, de 89,6%, 9,0 p.p. menor que o acesso dos jovens pertencentes aos 25% de maior renda, que apresentavam, no mesmo ano, um percentual de 98,6% (Gráfico 6).

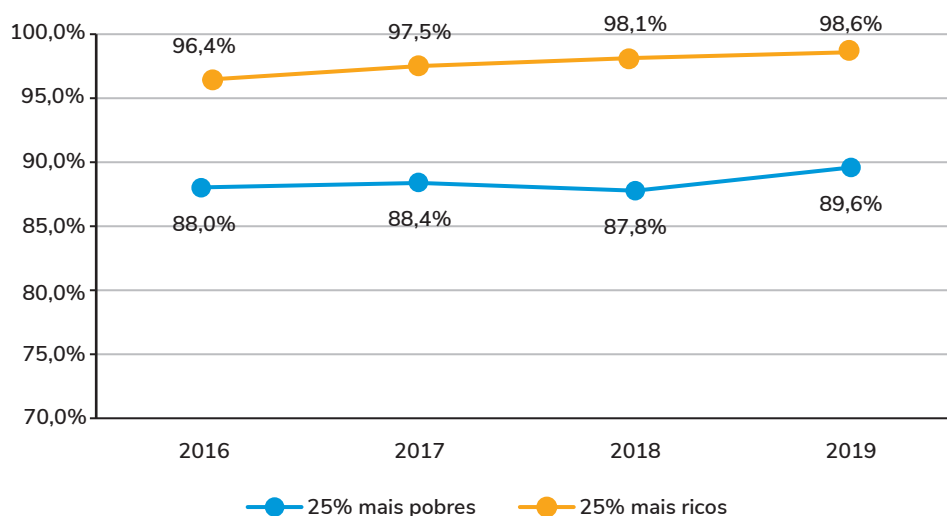


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR QUARTIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA – BRASIL – 2016-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTA O ENSINO MÉDIO OU POSSUI EDUCAÇÃO BÁSICA COMPLETA

Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.

Meta: 85% de matrícula líquida no ensino médio até 2024

Conforme artigo 4º da LDB, é obrigatória, entre 4 aos 17 anos de idade, a frequência à educação básica. Em uma situação ideal, na faixa de etária de 15 a 17, a expectativa é que o jovem esteja frequentando o ensino médio. O acesso à escola é uma condição necessária, mas não é suficiente para que o estudante de 15 a 17 anos de idade tenha seu direito à educação garantido integralmente.

Nessa direção, a Meta 3 estabelece que, até 2021, 85% dos jovens de 15 a 17 anos de idade frequentem o ensino médio. O caminho para o alcance de tal objetivo ainda é longo: em 2021, com base na Pnad Contínua, a estimativa para o indicador 3B é de que 74,5% dos jovens de 15 a 17 anos de idade estavam frequentando ou já tinham concluído a educação básica, índice 10,5 p.p. abaixo da meta de 85% (Gráfico 7).

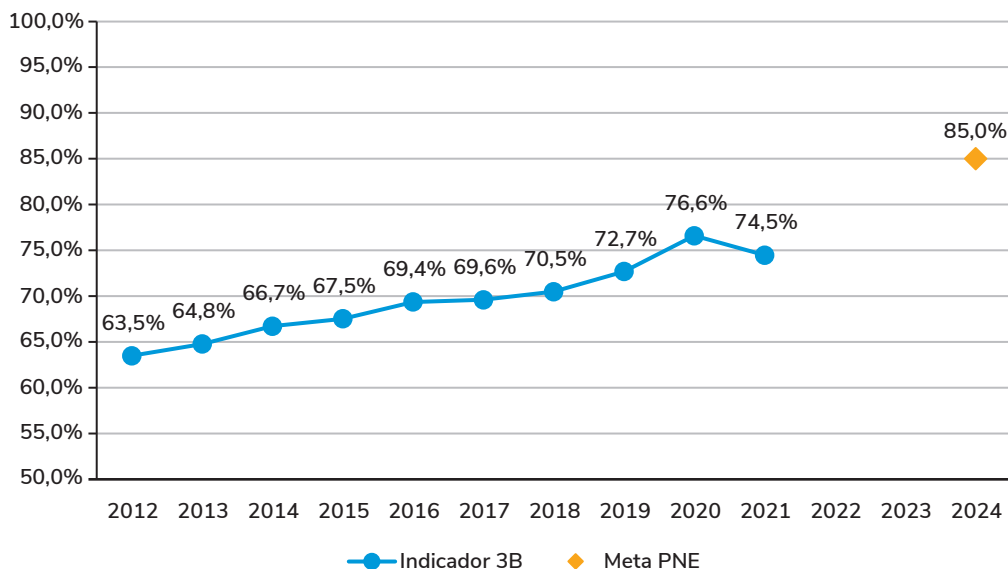


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

Ao se considerar o indicador 3B por grande região, é possível constatar que o acesso ao ensino médio é um fenômeno marcado por significativas diferenças regionais. Entre 2012 e 2021, ao mesmo tempo que se registra em todas as regiões um aumento no acesso, também se constata a permanência de desigualdades significativas entre elas: em 2021, na Região Sudeste, 80,6% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam o ensino médio ou haviam concluído a educação básica; na Região Norte, por sua vez, o índice era de 68,2%, uma diferença de 12,4 p.p. entre essas regiões (Gráfico 8).

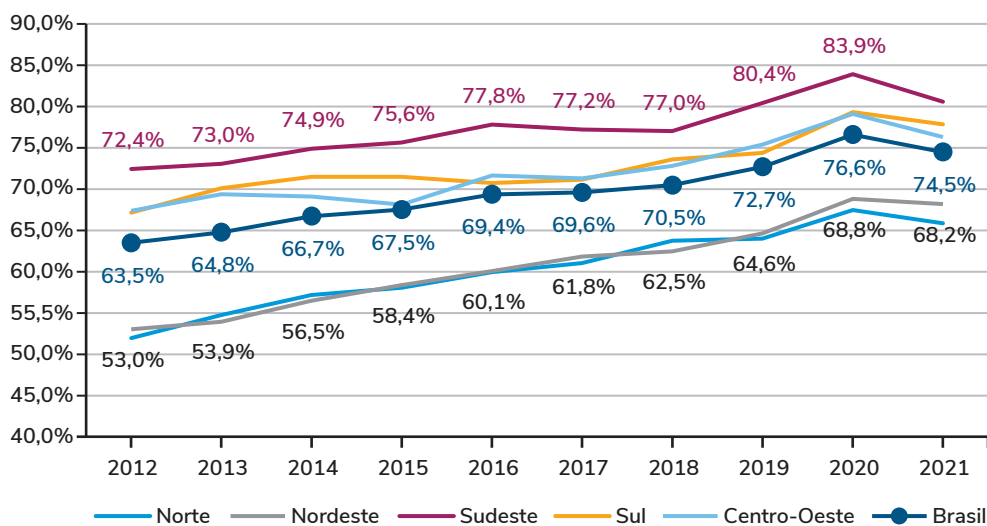


GRÁFICO 8

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

Para detalhar ainda mais as desigualdades regionais, é feita a desagregação do indicador 3B para as unidades da Federação (Tabela 2). Os dados permitem observar que, no que se refere ao acesso ao ensino médio, as unidades nas Regiões Norte e Nordeste apresentam os menores valores: em 2021, o Amapá apresentava o valor de 43,8% e Sergipe, 60,4%. Os Estados de São Paulo (85,0%) e Santa Catarina (81,2%) apresentavam os maiores percentuais de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentavam o ensino médio ou possuíam a educação básica completa (Tabela 2). De modo adicional, é relevante apontar as maiores variações no período, que ocorreram no Amazonas, com aumento de 20,7 p.p., e em Alagoas, com ampliação de 20,6 p.p.

TABELA 2

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(continua)

Brasil/ Regiões/ UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2012/2021 (p.p.)
Brasil	63,5%	64,8%	66,7%	67,5%	69,4%	69,6%	70,5%	72,7%	76,6%	74,5%	11,0
Norte	52,0%	54,8%	57,2%	58,1%	59,9%	61,1%	63,7%	64,0%	67,5%	65,9%	13,9
Rondônia	52,7%	56,0%	57,7%	61,9%	63,7%	59,6%	67,3%	68,2%	71,7%	68,4%	15,7
Acre	64,5%	68,8%	64,2%	67,8%	67,4%	67,3%	66,4%	67,6%	76,4%	70,0%	5,5
Amazonas	51,6%	54,1%	57,6%	57,9%	61,7%	66,4%	67,0%	66,9%	70,2%	72,3%	20,7
Roraima	72,5%	66,1%	71,0%	71,4%	71,7%	70,4%	74,6%	72,5%	66,7%	62,5%	-10,0
Pará	47,4%	49,6%	53,5%	52,8%	54,3%	55,7%	58,9%	59,2%	65,9%	62,5%	15,1
Amapá	61,0%	61,9%	60,6%	64,4%	70,3%	60,7%	64,3%	70,3%	49,1%	43,8%	-17,2
Tocantins	60,4%	67,0%	65,0%	69,4%	66,6%	72,5%	72,7%	70,8%	69,9%	75,1%	14,7
Nordeste	53,0%	53,9%	56,5%	58,4%	60,1%	61,8%	62,5%	64,6%	68,8%	68,2%	15,2
Maranhão	55,3%	57,0%	60,4%	61,0%	64,7%	63,3%	65,6%	68,1%	72,9%	70,0%	14,7
Piauí	58,7%	56,4%	58,9%	55,5%	59,4%	61,2%	63,0%	65,7%	71,4%	68,0%	9,3
Ceará	61,2%	64,0%	63,0%	64,6%	68,5%	69,9%	74,3%	75,0%	82,5%	79,9%	18,7
Rio Grande do Norte	53,6%	55,3%	54,3%	61,7%	59,9%	61,4%	57,4%	63,5%	77,0%	67,7%	14,1
Paraíba	53,9%	49,1%	53,5%	57,3%	57,1%	60,3%	60,8%	58,0%	67,4%	64,5%	10,6
Pernambuco	54,3%	57,3%	59,7%	60,4%	62,4%	63,2%	64,4%	70,6%	68,2%	70,3%	16,0
Alagoas	44,9%	45,1%	49,3%	51,6%	55,3%	59,2%	58,6%	59,2%	63,0%	65,5%	20,6
Sergipe	43,3%	47,4%	49,2%	52,2%	52,4%	53,4%	50,3%	49,5%	53,6%	60,4%	17,1
Bahia	47,2%	47,5%	51,9%	54,8%	54,6%	58,0%	56,6%	58,8%	60,0%	61,3%	14,1
Sudeste	72,4%	73,0%	74,9%	75,6%	77,8%	77,2%	77,0%	80,4%	83,9%	80,6%	8,2
Minas Gerais	68,0%	69,4%	70,6%	70,8%	71,7%	75,1%	76,2%	78,7%	79,8%	78,2%	10,2
Espírito Santo	65,0%	63,5%	63,2%	68,0%	67,3%	67,0%	63,9%	66,3%	68,3%	73,4%	8,4
Rio de Janeiro	62,3%	62,7%	64,4%	65,2%	65,6%	67,5%	69,7%	73,9%	79,9%	73,2%	10,9
São Paulo	79,2%	80,0%	82,5%	82,5%	86,0%	82,5%	81,2%	84,8%	88,6%	85,0%	5,8

TABELA 2

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(conclusão)

Brasil/ Regiões/ UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição 2012/2021 (p.p.)
Sul	67,1%	70,1%	71,5%	71,5%	70,7%	71,1%	73,6%	74,4%	79,3%	77,8%	10,7
Paraná	68,3%	67,8%	72,3%	72,9%	72,6%	75,2%	75,1%	77,8%	85,8%	78,9%	10,6
Santa Catarina	71,2%	76,9%	79,2%	75,8%	75,4%	75,9%	79,0%	77,3%	81,9%	81,2%	10,0
Rio Grande do Sul	63,5%	68,4%	66,0%	67,5%	65,8%	63,8%	68,6%	69,2%	70,6%	74,4%	10,9
Centro-Oeste	67,4%	69,4%	69,1%	68,1%	71,7%	71,3%	72,8%	75,4%	79,1%	76,3%	8,9
Mato Grosso do Sul	54,3%	58,8%	58,8%	55,8%	58,3%	61,8%	67,9%	68,5%	70,8%	69,8%	15,5
Mato Grosso	73,0%	73,0%	75,9%	77,0%	81,3%	78,7%	78,2%	78,5%	81,7%	76,6%	3,6
Goiás	69,2%	70,6%	69,3%	68,8%	71,7%	70,8%	72,0%	76,4%	81,8%	78,4%	9,2
Distrito Federal	68,9%	72,3%	70,0%	67,7%	71,3%	71,8%	73,0%	75,3%	77,5%	76,3%	7,4

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

Observação: Os valores com o número total da população com idade entre 15 e 17 anos de idade que não frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica encontram-se disponíveis na Tabela 2 do Anexo.

As populações residentes no campo acumulam desvantagens educacionais em diversas etapas e modalidades ao longo da história. No que se refere ao ensino médio, os dados da série histórica apontam para uma pequena redução das desigualdades entre os jovens do campo e os jovens das áreas urbanas. No ano de 2012, 48,3% dos jovens residentes no campo frequentavam o ensino médio ou possuíam a educação básica completa; nas áreas urbanas, o percentual era de 66,6%, o que representava uma diferença de 18,3 p.p. Em 2021, foi registrada redução no percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino médio ou com a educação básica completa: nas áreas urbanas, o indicador 3B era de 76,3%, o que significava uma queda de 2,3 p.p. frente ao ano anterior; nas áreas rurais, o percentual, em 2021, era de 64,9%, o que representava uma queda de 1,3 p.p. em relação a 2020 e colocava o grupo 11.4 p.p. abaixo das populações das áreas urbanas (Gráfico 9). As tendências recentes do indicador apontam para uma reversão do crescimento que se verificava em anos anteriores.

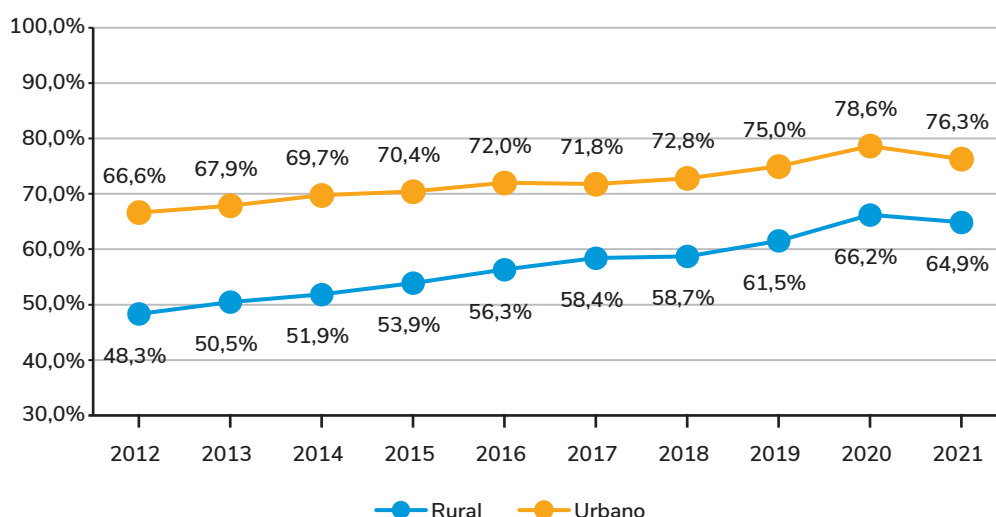


GRÁFICO 9

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/ IBGE.

Ao longo da série histórica, o acesso ao ensino médio foi maior entre as pessoas do sexo feminino de 15 a 17 anos. Em 2021, 79,1% das pessoas do sexo feminino frequentavam o ensino médio ou já havia concluído a educação básica; já entre os jovens, o índice foi estimado em 70,2%, uma diferença de 8,9 p.p. Essa desigualdade, porém, já foi maior: em 2012, era de 12,3 p.p. (Gráfico 10).

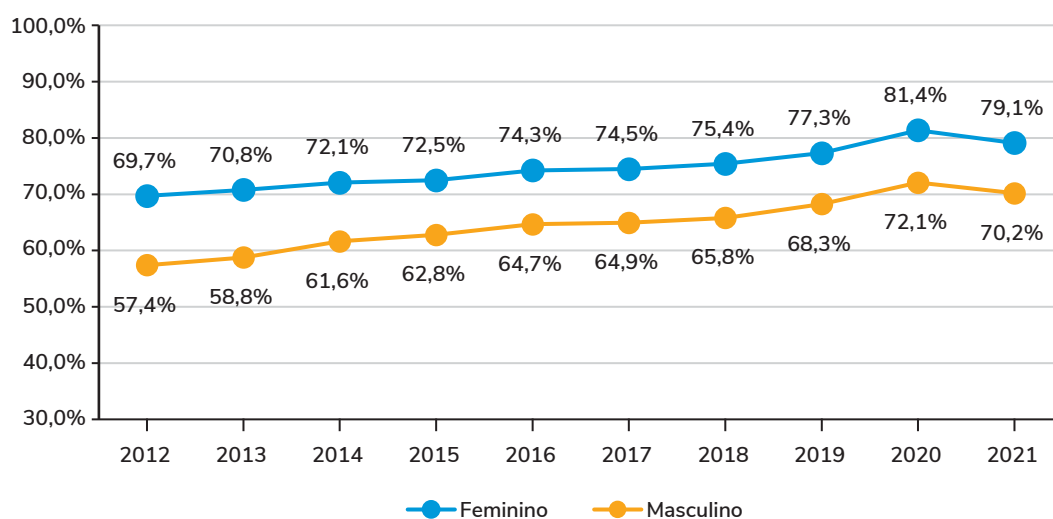


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR SEXO – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

Outra comparação relevante para compreender as desigualdades que caracterizam o acesso ao ensino médio no Brasil é a entre negros (pretos e pardos) e brancos. Em 2012, a diferença entre os dois grupos era de 16,1 p.p.: 56,9% dos negros frequentavam ou já haviam concluído o ensino médio, enquanto entre os brancos o índice era de 73,0%. Ao longo da série, é possível observar que houve uma redução nessa diferença, que atingiu 9,4 p.p., em 2021. Entretanto, a tendência de ampliação do acesso sofre recuo em 2021, com queda para ambos os grupos, levando o indicador 3B para os negros a 70,9% e para os brancos a 80,3% (Gráfico 11).

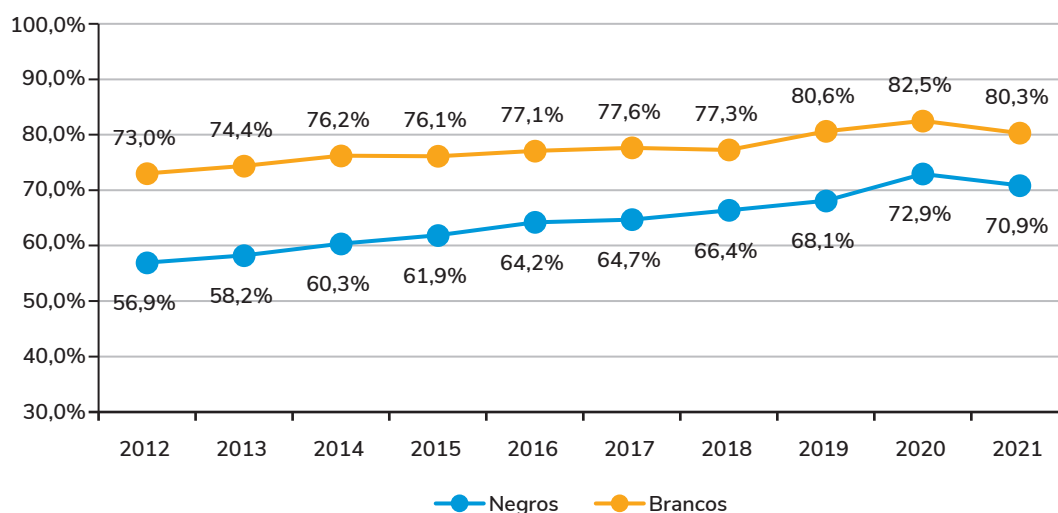


GRÁFICO 11

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR RAÇA/COR – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Phad-c/IBGE.

A ausência de dados para os anos de 2020 e 2021 sobre o rendimento domiciliar per capita não permite aferir como o acesso ao ensino médio variou entre grupos de renda, nem avaliar como a pandemia pode ter afetado de forma distinta os estudantes em função de seu estrato de renda. Os dados de 2019 permitem inferir que a desigualdade entre os jovens de 15 a 17 anos de idade pertencentes aos 25% de menor renda e os 25% de maior renda é elevada: a diferença era de 30,0 p.p. (Gráfico 12).

Observa-se que o índice de 85% previsto na Meta 3 para ser obtido nacionalmente em 2024 já havia sido alcançado pelos jovens de maior renda, em 2016, enquanto os mais pobres, em 2019, se posicionavam a 23,9 p.p. abaixo da meta.

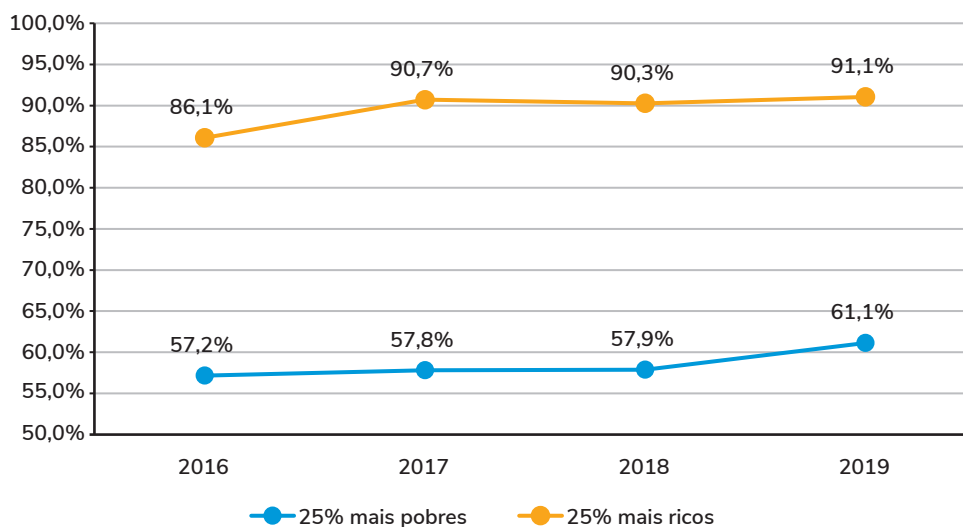


GRÁFICO 12

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE FREQUENTAVA O ENSINO MÉDIO OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR RENDA DOMICILIAR PER CAPITA – BRASIL – 2016-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Decorridos cinco anos do prazo (2016) estipulado para o alcance da meta de universalização do acesso à escola entre os jovens de 15 a 17 anos, o objetivo ainda não foi atingido: em 2021, o indicador era de 95,3%, 4,7 p.p. abaixo da meta;
2. Nenhuma das regiões brasileiras alcançou, em 2021, a universalização do acesso à escola para a população de 15 a 17 anos. O mesmo pode ser dito sobre as unidades da Federação, nas quais era possível observar uma diferença de até 7,0 p.p., com Rondônia e Acre apresentando, em 2021, aproximadamente 90,0% para o indicador e Rio de Janeiro e Distrito Federal apresentando estimativas ao redor de 97,0%;
3. Em 2021, 93,4% da população de 15 a 17 anos residente no campo frequentava a escola ou já tinha a educação básica completa; nas áreas urbanas, o valor era de 95,7%;
4. Em relação às desigualdades por raça/cor, ocorreu uma redução na diferença entre brancos e negros; ainda assim, os últimos apresentavam um percentual de acesso à escola ou de conclusão da educação básica que era de 2,0 p.p. menor que o dos brancos;
5. No ano de 2019, enquanto entre os 25% mais ricos o percentual dos que, com idade entre 15 e 17 anos, frequentava a escola era de 98,6%, entre os 25% mais pobres era de 89,6%;
6. No que se refere ao ensino médio, em 2021, 74,5% da população de 15 a 17 anos frequentava o ensino médio ou já havia concluído a educação básica, número que era 10,5 p.p. inferior à meta de 85% estabelecida para 2024;

7. O indicador 3B apresenta fortes desigualdades. Em relação às diferenças regionais, no Sudeste, em 2021, o percentual da população que frequentava ou já havia concluído o ensino médio era de 80,6%; já nas Regiões Norte e Nordeste o valor era de 65,9% e de 68,2%, respectivamente. Quando se considera a situação nas unidades da Federação, também se nota fortes desigualdades: enquanto nas Regiões Norte e Nordeste alguns estados apresentam valores na faixa de 60%, em outras regiões, como Sul e Sudeste, alguns estados já apresentavam valores na faixa de 80%. Ainda assim, em nenhuma unidade da Federação foi observado o alcance da meta de 85%;
8. Em 2021, o percentual dos residentes no campo, com idade entre 15 e 17 anos, que frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica era de 64,9%; entre os residentes nas áreas urbanas, era de 76,3%, uma diferença superior a 11,0 p.p.;
9. O acesso ao ensino médio entre as pessoas do sexo feminino (79,1%) era maior do que entre os do sexo masculino (70,2%): a diferença, em 2021, era de aproximadamente 9 p.p.;
10. A desigualdade de acesso ao ensino médio entre negros e brancos de 15 a 17 anos também é marcante. Em 2021, enquanto os brancos alcançaram índice de 80,3% de participação no ensino médio, os negros obtiveram participação bem inferior, de 70,9%. A distância em relação à meta de 85% era de 4,7 p.p. para os brancos e de 14,1 p.p. para os negros;
11. A desigualdade observada no indicador 3B segundo o rendimento domiciliar *per capita* era expressiva: em 2019, entre os 25% mais ricos, o percentual da população entre 15 e 17 anos de idade que frequentava o ensino médio ou havia concluído a educação básica era de 91,1%; entre os 25% mais pobres, o indicador era de 61,2%, o que implica uma diferença de aproximadamente 30,0 p.p.;
12. Em 2021, a estimativa do número de pessoas de 15 a 17 anos de idade, no Brasil, que não frequentava a escola ou não possuía a educação básica completa era de 433.153. Já a estimativa do número dos que não frequentavam o ensino médio ou ainda não possuíam a educação básica completa era ainda maior: 2.356.844 (Anexos);
13. Por fim, é importante frisar que o contexto da pandemia trouxe muitas consequências. Entre elas, afetou a coleta de dados e as estatísticas educacionais, o que tem efeitos sobre as estimativas de acesso à escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base*. Brasília, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016*. Brasília, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018*. Brasília, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara da Educação Básica (CEB). Resolução nº 6, de 20 de outubro de 2010. Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 out. 2010. Seção 1, p. 17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua)*: microdados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2022.



.....

APÊNDICE

.....

TABELA 1

NÚMERO DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE NÃO FREQUENTAVAM A ESCOLA E NÃO HAVIAM CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012/2021

	2012	2021
Brasil	1.196.723	433.153
Rondônia	16.253	9.426
Acre	5.369	4.118
Amazonas	28.508	10.510
Roraima	2.432	1.385
Pará	54.982	30.593
Amapá	3.231	2.287
Tocantins	6.808	3.189
Maranhão	49.550	20.065
Piauí	14.828	6.714
Ceará	76.420	24.026
Rio Grande do Norte	24.948	8.019
Paraíba	31.856	13.208
Pernambuco	64.869	24.676
Alagoas	30.798	13.061
Sergipe	17.959	6.338
Bahia	86.516	26.200
Minas Gerais	108.290	39.358
Espírito Santo	22.494	8.386
Rio de Janeiro	65.670	17.894
São Paulo	187.043	75.161
Paraná	85.994	19.217
Santa Catarina	45.260	12.538
Rio Grande do Sul	78.765	18.349
Mato Grosso do Sul	20.544	8.071
Mato Grosso	20.071	9.368
Goiás	33.903	16.822
Distrito Federal	13.362	4.174

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/ IBGE.

TABELA 2

NÚMERO DE PESSOAS DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE NÃO FREQUENTAVAM O ENSINO MÉDIO E NÃO HAVIAM CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA, POR BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012/2021

	2012	2021
Brasil	1.196.723	433.153
Rondônia	47.453	31.931
Acre	18.139	13.613
Amazonas	113.865	62.543
Roraima	7.713	8.668
Pará	267.605	169.794
Amapá	18.464	25.403
Tocantins	33.220	18.963
Maranhão	189.244	129.375
Piauí	78.207	44.935
Ceará	214.334	89.992
Rio Grande do Norte	89.389	55.357
Paraíba	101.695	70.139
Pernambuco	227.639	143.868
Alagoas	113.089	60.481
Sergipe	72.966	44.521
Bahia	419.539	273.038
Minas Gerais	338.136	191.149
Espírito Santo	64.367	47.042
Rio de Janeiro	307.003	161.393
São Paulo	438.685	266.878
Paraná	181.896	102.355
Santa Catarina	95.676	56.640
Rio Grande do Sul	205.985	111.667
Mato Grosso do Sul	61.557	34.000
Mato Grosso	46.376	36.481
Goiás	103.948	70.922
Distrito Federal	41.023	35.696

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/ IBGE.



META 4

.....

UNIVERSALIZAR, PARA A POPULAÇÃO DE 4 (QUATRO) A 17 (DEZESSETE) ANOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA E AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO, COM A GARANTIA DE SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO, DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, CLASSES, ESCOLAS OU SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PÚBLICOS OU CONVENIADOS.

.....



A Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem por objetivo universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. Para o monitoramento da evolução da meta, foram construídos três indicadores:

- *Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.*
- *Indicador 4B: Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação.*
- *Indicador 4C: Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado.*

O monitoramento da Meta 4 enfrenta duas limitações importantes. A primeira é a defasagem temporal dos dados do Censo Demográfico de 2010 utilizados para o monitoramento do Indicador 4A¹. A segunda limitação é de natureza metodológica, uma vez que o censo demográfico coleta informações sobre pessoas com deficiência intelectual e dificuldade ou incapacidade de enxergar, ouvir, caminhar e subir degraus, ao passo que o Censo da Educação Básica, utilizado para o monitoramento dos Indicadores 4B e 4C, identifica as pessoas com

1 A coleta do Censo Demográfico 2020 pelo IBGE foi adiada em função da pandemia de covid-19 e será realizada a partir de agosto de 2022. Detalhes em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>.

deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, o que gera bases de dados diferenciadas.

Ressalta-se, por fim, que o atendimento educacional especializado para o público-alvo da meta, analisado pelo Indicador 4C, é entendido de três formas: (1) alunos que recebem apoio por meio de AEE ou (2) recebem esse tipo de atendimento em instituições especializadas (classes especiais) ou (3) em escolas que ofertam exclusivamente a educação especial.

POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTA A ESCOLA

Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

Meta: 100% de cobertura até 2024.

Em 2010, de acordo com o respectivo Censo Demográfico, havia 1.087.617 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos com deficiência, dos quais 82,5% (897.116) frequentavam escola ou creche. As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentavam percentuais acima da média nacional, com 85,3%, 84,6% e 83,1%, respectivamente. Na região Nordeste, o percentual era de 80,9% do público-alvo da meta frequentando a escola. O menor resultado do indicador regional para o período foi o da região Norte, com uma taxa de cobertura de 77,9% do público-alvo da meta (Gráfico 1).

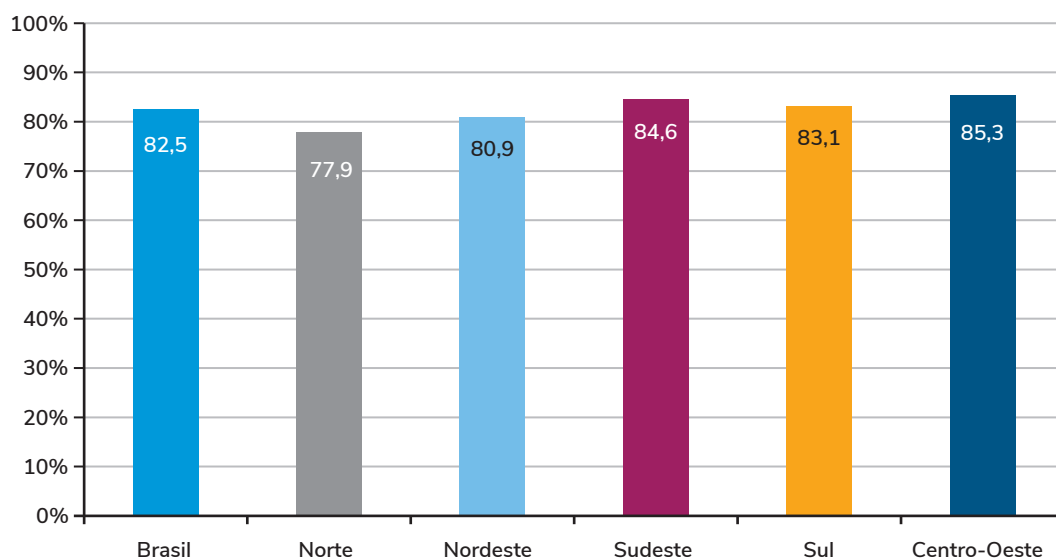


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTAVA A ESCOLA, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2010

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

Desagregando-se os dados do Censo Demográfico 2010 por unidades da Federação, os cinco entes com maior taxa de cobertura de crianças e adolescentes alvo da meta frequentando a escola são: o Distrito Federal, com 90,4% do público-alvo da meta nas escolas, seguido pelos estados de Santa Catarina (86,7%), São Paulo (85,5%), Rio de Janeiro (85,3%) e Mato Grosso (84,6%).

TABELA 1

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTAVA A ESCOLA, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2010

Brasil/Região/UF	População de 4 a 17 anos com deficiência			
	Frequentava a escola		Não frequentava a escola	
	n	%	n	%
Brasil	897.116	82,5	190.501	17,5
Norte	83.677	77,9	23.784	22,1
Acre	5.144	77,7	1.480	22,3
Amapá	3.889	81,5	885	18,5
Amazonas	19.450	75,5	6.304	24,5
Pará	39.315	78,0	11.115	22,0
Rondônia	6.828	79,5	1.760	20,5
Roraima	2.737	83,2	551	16,8
Tocantins	6.314	78,9	1.689	21,1
Nordeste	313.418	80,9	74.083	19,1
Alagoas	24.584	80,3	6.037	19,7
Bahia	77.271	80,8	18.392	19,2
Ceará	51.526	81,8	11.452	18,2
Maranhão	41.659	79,5	10.731	20,5
Paraíba	19.420	80,0	4.845	20,0
Pernambuco	51.826	81,9	11.480	18,1
Piauí	15.611	76,7	4.739	23,3
Rio Grande do Norte	18.834	82,8	3.919	17,2
Sergipe	12.687	83,6	2.488	16,4
Sudeste	328.909	84,6	59.791	15,4
Espírito Santo	14.866	83,0	3.038	17,0
Minas Gerais	84.959	82,8	17.683	17,2
Rio de Janeiro	62.743	85,3	10.795	14,7
São Paulo	166.341	85,5	28.275	14,5
Sul	111.011	83,1	22.512	16,9
Paraná	43.687	83,7	8.500	16,3
Rio Grande do Sul	42.740	80,7	10.247	19,3
Santa Catarina	24.584	86,7	3.765	13,3
Centro-Oeste	60.101	85,3	10.331	14,7
Distrito Federal	13.286	90,4	1.407	9,6
Goias	25.426	84,5	4.671	15,5
Mato Grosso	11.833	84,6	2.149	15,4
Mato Grosso do Sul	9.556	82,0	2.104	18,0

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

As menores taxas de cobertura do público-alvo da meta encontram-se nos estados do Amazonas (75,5%), Piauí (76,7%), Acre (77,7%), Pará (78%), Tocantins (78,9%), Rondônia (79,5%) e Maranhão (79,5%), com o menor percentual de frequência à educação básica do público-alvo da meta (Tabela 1).

A seguir, são apresentados os resultados do Censo Demográfico em diferentes recortes, tendo em vista a possibilidade de identificar desigualdades educacionais no País e possibilitar intervenções que visem à sua superação. Os dados desagregados pelo recorte raça/cor revelam que a menor taxa de cobertura do público-alvo da meta é entre indígenas (70,3%), seguida dos negros (82%), brancos (83,2%) e amarelos (85,5%). Enquanto amarelos e brancos apresentam cobertura acima da média, a população indígena possui 12,2 p.p. a menos em matrículas quando comparada à média nacional (Gráfico 2).

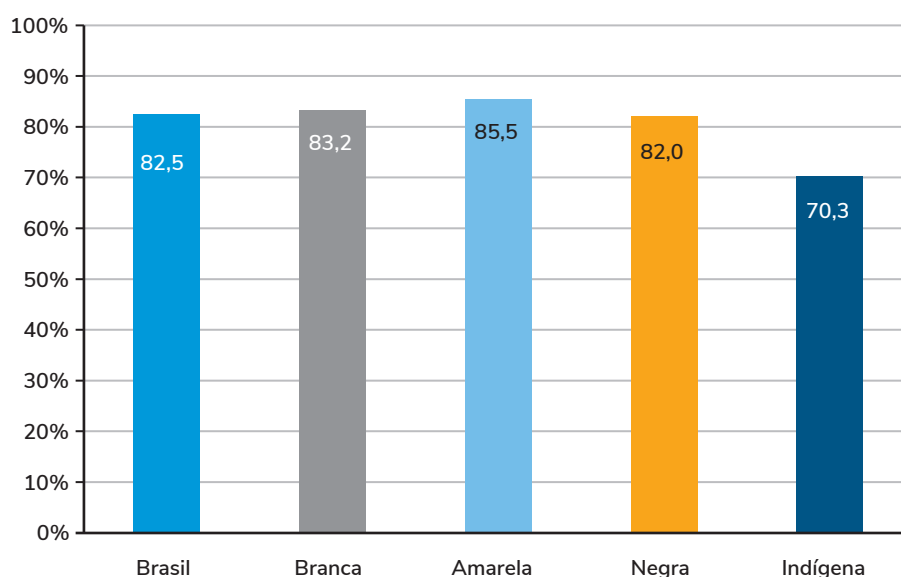


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTAVA A ESCOLA, POR BRASIL E RAÇA/COR – 2010

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

Além do recorte racial, os dados do Censo Demográfico de 2010 foram desagregados considerando a renda domiciliar per capita. O Gráfico 3 revela uma relação entre renda domiciliar per capita e frequência escolar. Entre os 25% dos domicílios mais pobres, o primeiro quartil do gráfico, a frequência escolar da população-alvo da meta é de 81,4% e, no quartil de renda seguinte, 81,2%. O percentual cresce no terceiro quartil para 84,5% e, no quinto quartil, entre os 25% mais ricos, alcança o maior percentual entre os quartis, 89,7% do público-alvo das escolas frequentando as escolas (Gráfico 3).

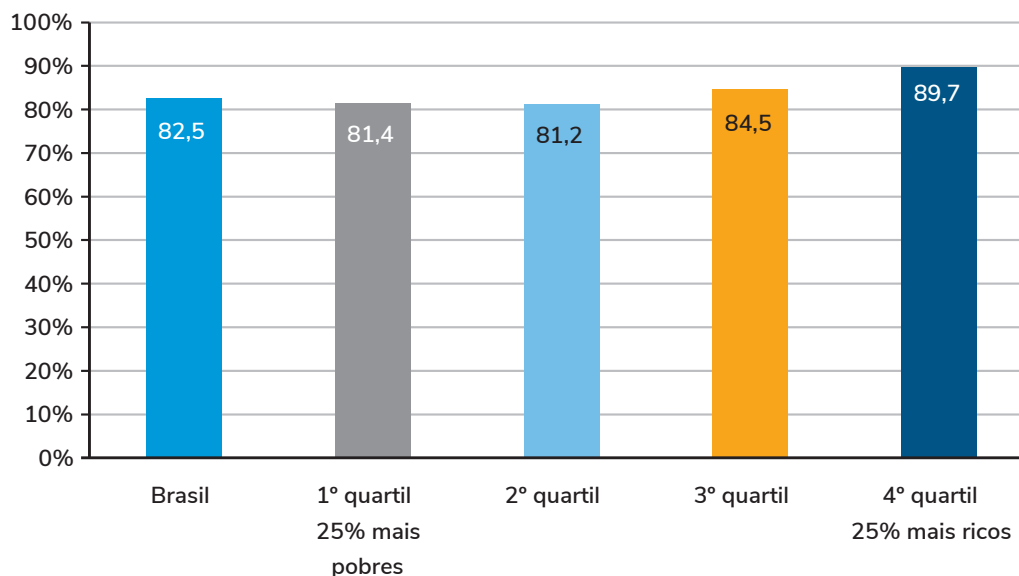


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTAVA A ESCOLA, POR BRASIL E QUARTIL DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* – 2010

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Demográfico 2010/IBGE.

POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE ESTUDA EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Indicador 4B: Percentual de matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação.

O Indicador 4B, apresentado no Gráfico 4, representa o percentual de matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, entre o período de 2013 a 2021. Em valores nominais, o percentual de 93,5% alcançado em 2021 representou 1.020.018 de matrículas em todo o País.

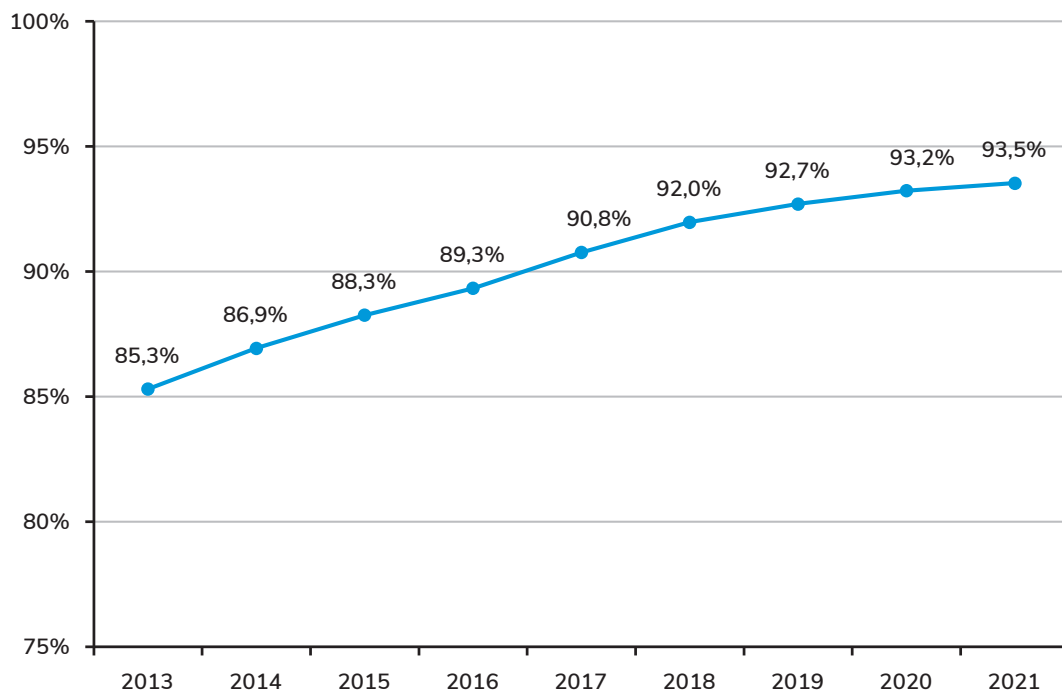


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A série histórica evidencia um crescimento constante no número de matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, público-alvo da Meta 4. Em 2013, 85,3% do público-alvo estava matriculado em classes comuns e esse percentual cresceu 8,2 p.p. no período analisado, alcançando 93,5% das matrículas em 2021 (Gráfico 4).

Nos Gráficos 5, 6, 7, 8 e 9 e na Tabela 2, são apresentados os resultados do Indicador 4B em diferentes recortes, permitindo um melhor entendimento das desigualdades implicadas em função de desagregações do indicador de nível nacional.

Em termos regionais, o Nordeste e Norte do País apresentaram os maiores percentuais de matrículas do público-alvo em classes comuns, representando quase a universalização prevista na Meta 4, com 99,2% e 98%, respectivamente (Gráfico 5).

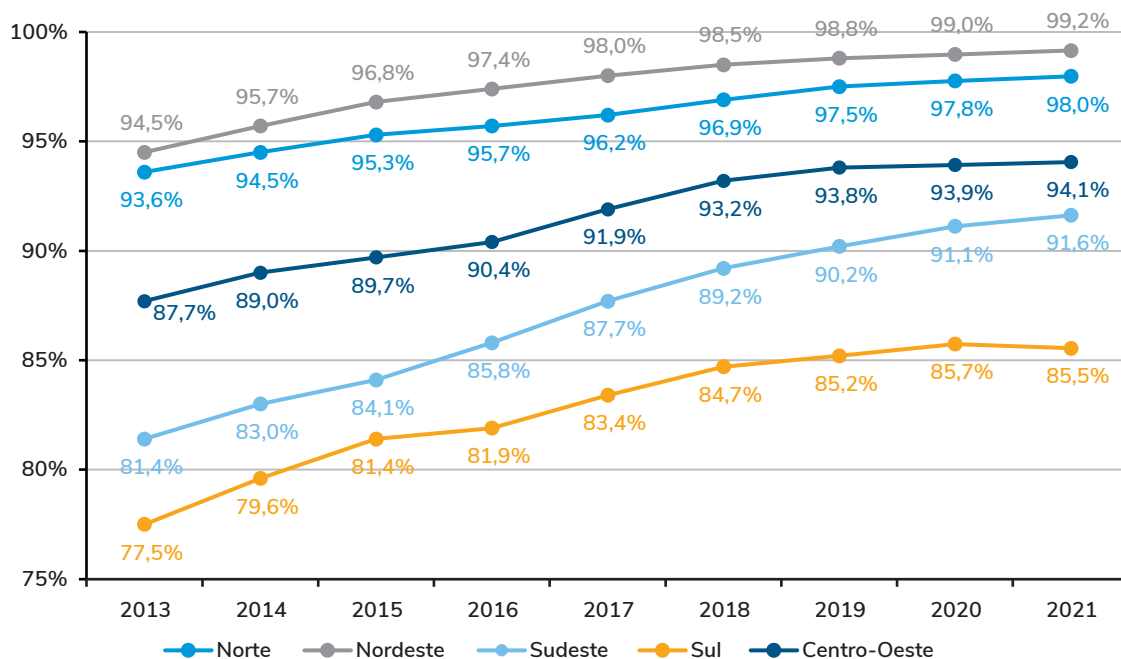


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO – GRANDE REGIÃO – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

As regiões Centro-Oeste e Sudeste também possuem percentuais de matrículas em classes comuns do público-alvo da meta acima de 90%, com 94,1% e 91,6%, respectivamente, enquanto a região Sul possui o menor percentual, 85,5% das matrículas do público-alvo em classes comuns, estabelecendo uma amplitude de 13,7 p.p. entre as regiões do País.

Os maiores crescimentos no período entre 2013 e 2021 ocorreram na região Sudeste, com aumento de 10,2 p.p., o maior percentual para o período entre todas as regiões analisadas, seguido das regiões Sul e Centro-Oeste, com crescimentos de 8 p.p. e 6,4 p.p., respectivamente.

A Tabela 2 apresenta o percentual de matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação desagregados por unidades da federação (UF). Em 2021, nos estados do Espírito Santo, Acre e Rio Grande do Norte, todas as crianças matriculadas entre 4 e 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação estavam matriculadas em classes comuns.

TABELA 2

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

Brasil/ Região/ UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição p.p (2013-2021)
Brasil	85,3%	86,9%	88,3%	89,3%	90,8%	92,0%	92,7%	93,2%	93,5%	8,2
Norte	93,6%	94,5%	95,3%	95,7%	96,2%	96,9%	97,5%	97,8%	98,0%	4,4
Rondônia	91,4%	92,1%	94,2%	95,0%	95,3%	96,2%	98,7%	98,7%	98,9%	7,5
Acre	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0
Amazonas	81,8%	82,3%	84,1%	85,3%	86,6%	88,5%	90,0%	90,8%	91,9%	10,1
Roraima	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	99,7%	-0,3
Pará	97,2%	98,8%	99,0%	99,3%	99,5%	99,7%	99,8%	99,7%	99,8%	2,6
Amapá	91,8%	92,4%	94,1%	94,3%	94,6%	98,3%	98,0%	99,4%	99,4%	7,6
Tocantins	91,5%	93,1%	94,1%	94,7%	95,3%	95,8%	96,1%	96,7%	96,6%	5,1
Nordeste	94,5%	95,7%	96,8%	97,4%	98,0%	98,5%	98,8%	99,0%	99,2%	4,7
Maranhão	89,0%	90,8%	92,1%	93,1%	94,9%	96,3%	96,8%	96,7%	97,5%	8,5
Piauí	98,8%	99,1%	99,3%	99,2%	99,5%	99,6%	99,7%	99,8%	99,8%	1,0
Ceará	95,9%	96,9%	98,0%	98,4%	98,7%	99,0%	99,2%	99,3%	99,4%	3,5
Rio Grande do Norte	99,8%	99,9%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,2
Paraíba	97,9%	98,7%	98,7%	99,0%	99,1%	99,3%	99,3%	99,5%	99,5%	1,6
Pernambuco	87,6%	89,6%	93,1%	94,4%	95,3%	96,9%	97,8%	98,4%	98,7%	11,1
Alagoas	98,1%	98,8%	99,6%	99,9%	99,7%	99,8%	99,8%	99,9%	99,8%	1,7
Sergipe	91,9%	93,5%	95,3%	96,5%	97,1%	97,4%	97,7%	98,1%	98,2%	6,3
Bahia	95,7%	97,0%	97,4%	98,0%	98,5%	98,8%	99,1%	99,3%	99,5%	3,8
Sudeste	81,4%	83,0%	84,1%	85,8%	87,7%	89,2%	90,2%	91,1%	91,6%	10,2
Minas Gerais	75,8%	78,6%	80,8%	82,6%	84,7%	86,4%	87,6%	88,9%	89,2%	13,4
Espírito Santo	100,0%	100,0%	100,0%	99,9%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0
Rio de Janeiro	80,3%	82,4%	84,6%	86,7%	88,6%	90,7%	92,2%	93,1%	94,0%	13,7
São Paulo	83,0%	84,0%	84,0%	85,8%	87,7%	89,0%	89,8%	90,6%	91,0%	8,0
Sul	77,5%	79,6%	81,4%	81,9%	83,4%	84,7%	85,2%	85,7%	85,5%	8,0
Paraná	61,5%	63,0%	64,9%	66,1%	69,3%	71,8%	71,1%	72,1%	70,6%	9,1
Santa Catarina	98,3%	98,7%	99,4%	99,1%	99,2%	99,0%	99,8%	99,9%	99,9%	1,6
Rio Grande do Sul	86,3%	88,2%	89,3%	89,8%	90,5%	91,2%	91,7%	91,9%	91,9%	5,6
Centro-Oeste	87,7%	89,0%	89,7%	90,4%	91,9%	93,2%	93,8%	93,9%	94,1%	6,4
Mato Grosso do Sul	81,6%	83,6%	85,7%	86,4%	86,2%	86,7%	87,2%	87,9%	87,9%	6,3
Mato Grosso	86,2%	87,8%	89,1%	90,6%	91,9%	93,2%	92,7%	93,5%	93,3%	7,1
Goiás	96,2%	97,3%	97,1%	95,9%	96,8%	97,1%	97,0%	96,0%	96,1%	-0,1
Distrito Federal	81,2%	80,8%	81,1%	84,0%	87,1%	90,3%	95,0%	95,7%	96,4%	15,2

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Próximo do cumprimento do Indicador 4B da Meta 4, com percentuais de matrículas acima de 98%, estão os estados de Santa Catarina (99,9%), Alagoas (99,8%), Pará (99,8%), Piauí (99,8%), Roraima (99,7%), Paraíba (99,5%), Bahia (99,5%), Ceará (99,4%), Amapá (99,4%), Rondônia (98,9), Pernambuco (98,7%) e Sergipe (98,2%).

No período, entre as unidades da Federação, o maior crescimento do indicador ocorreu no Distrito Federal, com uma variação de 15,2 p.p., seguido de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Amazonas, todos com crescimento acima de 10 p.p. no período. Os estados de Goiás e Roraima apresentaram uma pequena redução percentual no período, de 0,2 e 0,3 p.p., respectivamente.

Quando desagregadas por localização, o percentual das matrículas do público-alvo da meta apresentou crescimento ao longo do período analisado, sendo um acréscimo de 0,9 p.p. entre escolas rurais e de 9,1 p.p. entre as escolas localizadas em áreas urbanas (Gráfico 6).

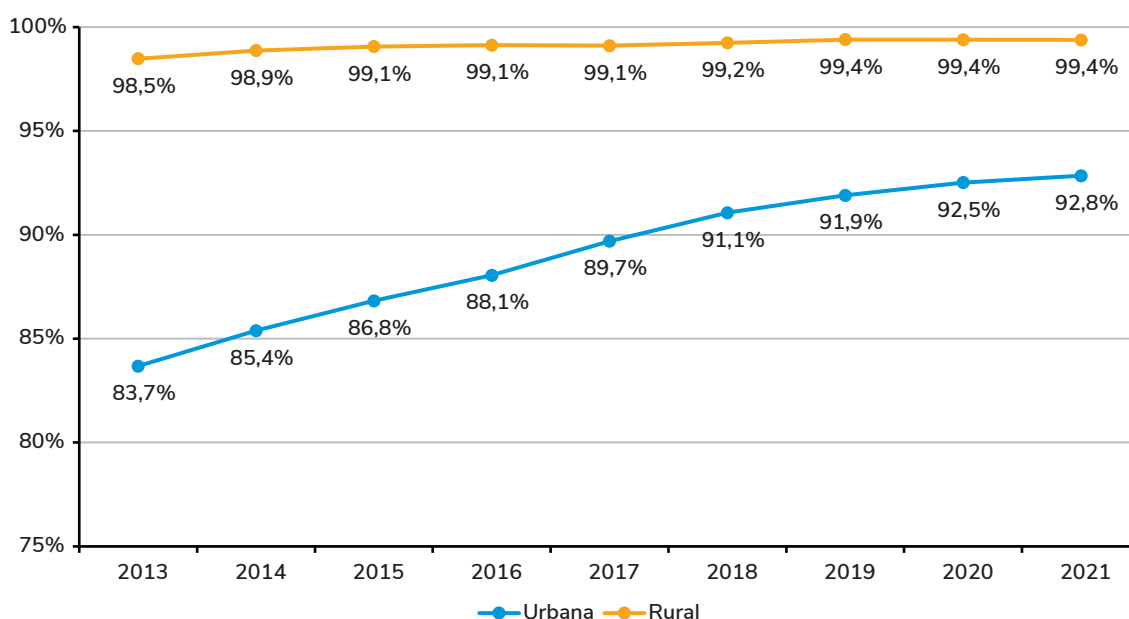


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, POR LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

O maior crescimento das matrículas nas áreas urbanas permitiu a redução da diferença entre as duas categorias para 6,6 p.p em 2021, 8,2 p.p. a menos do que a diferença de 14,8 p.p. em 2013.

Na sequência, desagregaram-se por dependência administrativa as matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação. As curvas de crescimento das redes estaduais e municipais apresentam movimento semelhante, alcançando, em 2021, 98,7% e 97,6% das matrículas, respectivamente, e redução de ritmo de crescimento nos últimos anos (Gráfico 7).

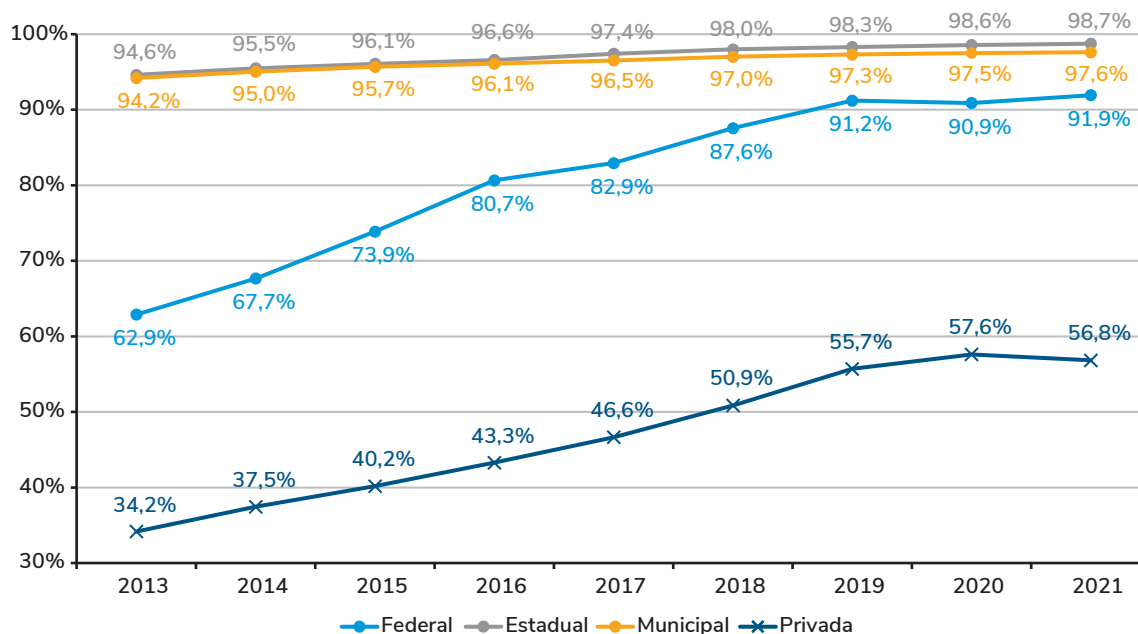


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2009-2021).

Entre as redes de ensino, a rede federal obteve o maior crescimento dentro do período analisado, seguido das redes privadas. De 2013 a 2021, na rede federal, houve um crescimento de 29 p.p. no percentual de matrículas do público-alvo. Para a rede privada, houve um crescimento de 22,6 p.p. no período (queda de 0,8 p.p. em relação a 2020). Apesar do crescimento no período, a rede privada possui o menor percentual de matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, com 56,8% das matrículas (Gráfico 7).

No Gráfico 8, as matrículas do público-alvo da meta foram desagregadas considerando o sexo dos estudantes. O aumento percentual de matrículas em classes comuns ocorreu para os alunos de ambos os sexos ao longo do período analisado. Em 2021, 93,8% das matrículas dos alunos estavam em classes comuns e, entre as alunas, o valor chegou a 92,9%. Comparado com o início da série histórica, é possível identificar um aumento de 8 p.p. entre as mulheres e de 8,3 p.p. entre os homens (Gráfico 8).

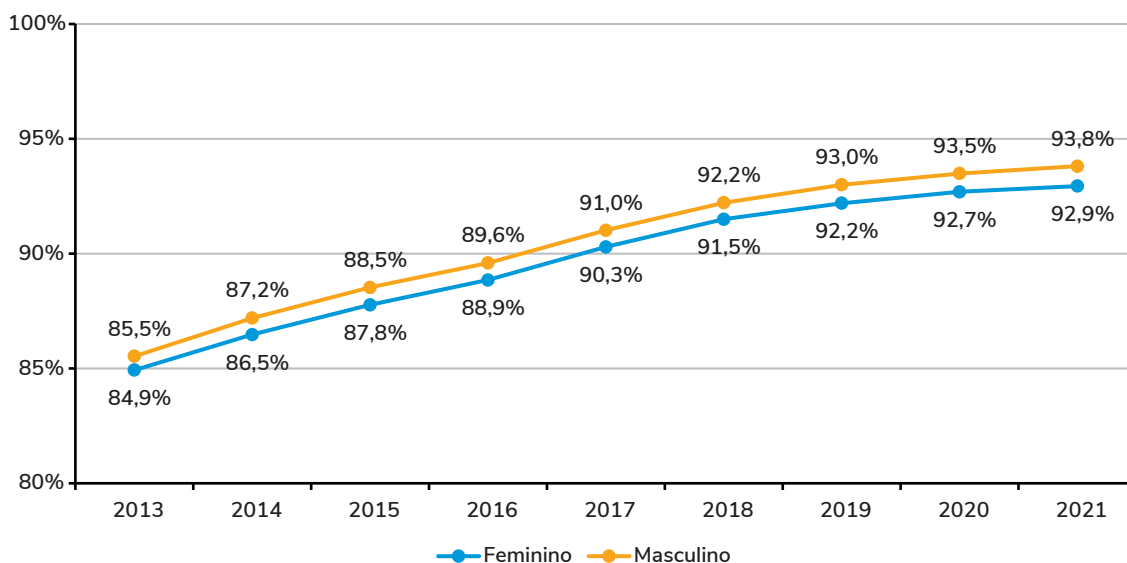


GRÁFICO 8

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, POR SEXO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

As matrículas do público-alvo da meta, quando observadas a partir do critério de raça/cor, apresentam um crescimento contínuo em todas as categorias, com uma maior variação entre os classificados como brancos, cujas matrículas cresceram 9 p.p. no período, seguidos dos classificados como amarelos, com um crescimento de 8,5 p.p. Apenas a porcentagem dos não declarados cresceu mais que essas duas categorias, passando de 85,8% em 2013 para 94,9% em 2021 (crescimento de 9,1 p.p.).

Entre os classificados como negros, houve um crescimento de 6,8 p.p. no período. Em 2013, os declarados pretos e pardos representavam 88,3%, atingindo um total de matrículas de 95,1% em 2021.

Com um aumento de 6,2 p.p. em relação a 2013, o menor entre as categorias, estão os indígenas, que, em 2021, representaram 94,9% das matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação (Gráfico 9).

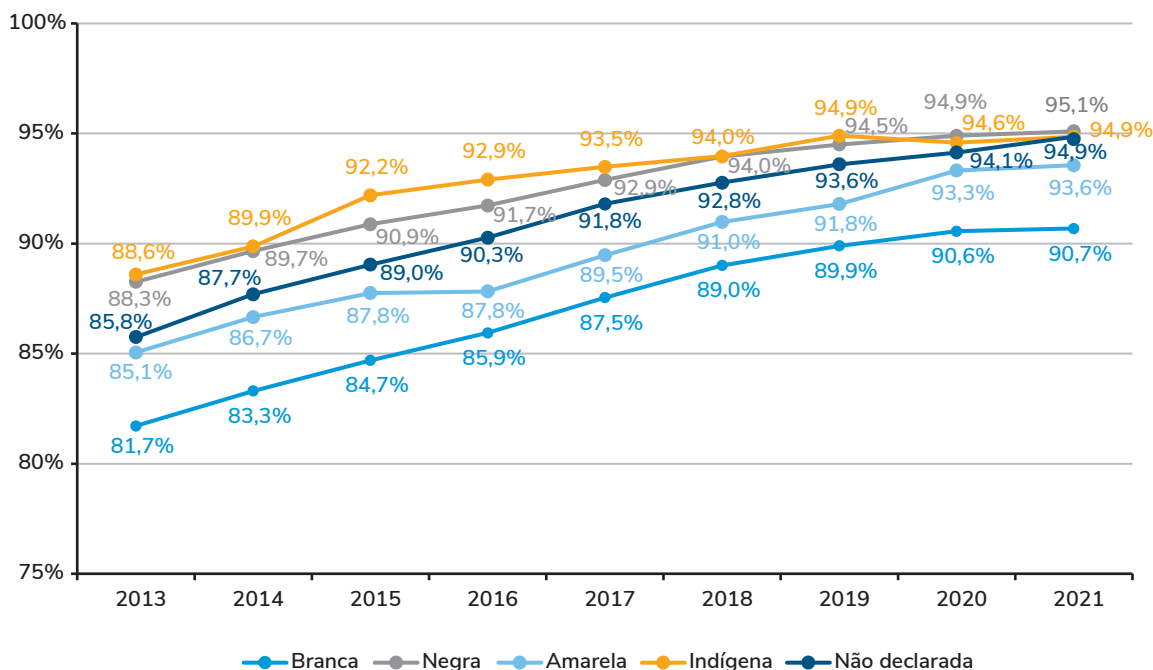


GRÁFICO 9

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO, POR RAÇA/COR – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, CLASSES ESPECIAIS, ESCOLAS EXCLUSIVAS NO ENSINO REGULAR E/OU EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Indicador 4C: Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que receberam atendimento educacional especializado.

A Tabela 3 apresenta a evolução histórica do percentual de matrículas do público-alvo da meta que recebe atendimento educacional especializado, segundo os dados do Censo Escolar. Em 2021, 46,2% das matrículas do público-alvo da meta receberam atendimento educacional especializado, o que, em termos nominais, representa 503.342 matrículas. No período entre 2013 e 2021, houve uma redução de 3,5 p.p. no indicador, sendo que os dois últimos anos apresentam os menores percentuais da série, 44% em 2013 e 46,2% em 2021 (Gráfico 10).

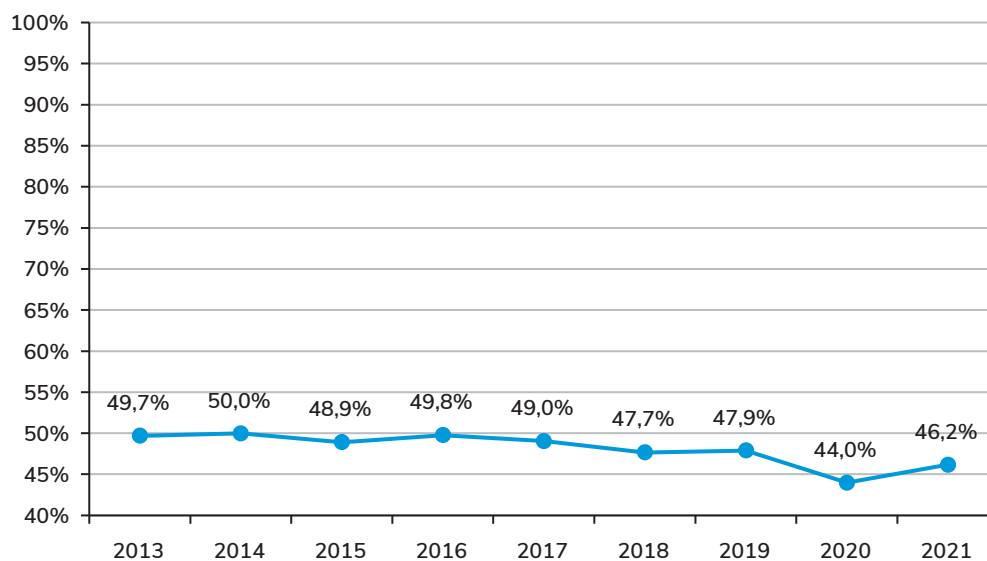


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Entre as regiões do País, há uma significativa diferenciação nos percentuais das matrículas do público-alvo em atendimento educacional especializado. Em 2021, na região Norte, 52,3% das matrículas do público-alvo receberam atendimento educacional especializado, apresentando um crescimento de 4,8 p.p. entre 2013 e 2021.

A região Nordeste também apresentou uma variação positiva no período e, em 2021, 43,8% das matrículas do público-alvo da meta recebiam atendimento educacional especializado nas escolas. Esse percentual é 6,9 p.p. maior que o de 2013, quando a região marcava 36,9% das matrículas em AEE.

Enquanto, no Norte e Nordeste, houve um aumento percentual das matrículas em atendimento especializado entre 2013 e 2021, nas demais regiões, reduziram-se os percentuais de matrículas. Na região Centro-Oeste, ocorreu a maior redução (12,3 p.p.), o que representou 45,5% das matrículas em AEE. A redução também ocorreu na região Sudeste, passando de 48,6% das matrículas em 2013 para 42,3% das matrículas em 2021, uma queda de 6,2 p.p. e uma amplitude de 10 p.p. entre as regiões. A região Sul, apesar de uma queda de 10,2 p.p. no período, ainda apresenta a maior cobertura, com 54,8% das matrículas do público-alvo recebendo atendimento educacional especializado em 2021, seguida, nessa ordem, das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste (Gráfico 11).

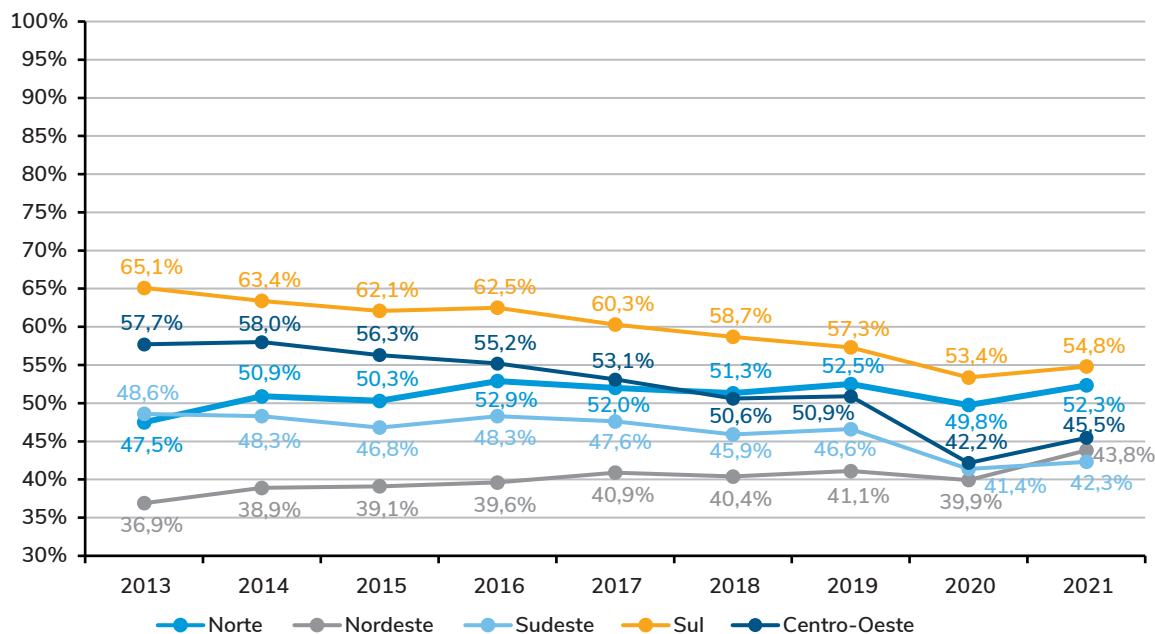


GRÁFICO 11

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – GRANDES REGIÕES – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Em 2020, quando comparado com o ano anterior, ocorreu uma queda percentual das matrículas em atendimento educacional especializado em todas as regiões, com maior intensidade nas regiões Centro-Oeste (8,7 p.p.), Sudeste (5,2 p.p.) e Sul (3,9 p.p.). Em 2021, ocorreu um aumento percentual em todas as regiões sem, contudo, alcançar os percentuais de 2019.

Na Tabela 3 e nos Gráficos 12, 13, 14 e 15, as matrículas do público-alvo da meta foram desagregadas a partir dos recortes apresentados nos indicadores anteriores. Considerando as unidades federativas, a Tabela 3 permite observar que, em 2021, a maior cobertura do público-alvo da meta ocorreu nos estados do Amapá (63,6%), Acre (62,4%) e Paraná (60,5%), todos acima de 60%. A menor cobertura ocorreu nos estados do Amazonas (33,6%), Piauí (37,8%), Pernambuco (38,4%) e Rio Grande do norte (38,7%), todos abaixo dos 30% (Tabela 3).

TABELA 3

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – BRASIL – GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

Brasil/ Região/ UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição p.p (2013-2021)
Brasil	49,7%	50,0%	48,9%	49,8%	49,0%	47,7%	47,9%	44,0%	46,2%	-3,5
Norte	47,5%	50,9%	50,3%	52,9%	52,0%	51,3%	52,5%	49,8%	52,3%	4,8
Rondônia	55,7%	57,7%	50,6%	53,0%	55,1%	53,2%	53,1%	51,0%	55,1%	-0,6
Acre	60,1%	62,1%	59,8%	62,3%	64,2%	61,2%	62,5%	59,2%	62,4%	2,3
Amazonas	40,8%	40,2%	34,8%	35,2%	35,0%	33,6%	36,0%	32,4%	33,6%	-7,2
Roraima	46,9%	50,7%	52,4%	53,9%	53,3%	55,7%	55,6%	55,8%	54,4%	7,5
Pará	39,0%	46,9%	50,4%	54,9%	52,1%	52,0%	53,8%	51,6%	54,7%	15,7
Amapá	62,3%	60,7%	61,0%	64,3%	65,5%	64,4%	63,5%	60,5%	63,6%	1,3
Tocantins	58,3%	56,4%	55,3%	56,4%	54,8%	55,9%	55,9%	52,7%	54,7%	3,6
Nordeste	36,9%	38,9%	39,1%	39,6%	40,9%	40,4%	41,1%	39,9%	43,8%	6,9
Maranhão	33,6%	33,5%	31,7%	33,5%	37,9%	35,6%	36,5%	36,0%	42,8%	9,2
Piauí	32,3%	33,3%	33,7%	39,4%	36,0%	36,4%	35,7%	34,2%	37,8%	5,5
Ceará	43,8%	46,2%	47,0%	47,7%	47,5%	47,9%	47,1%	47,3%	50,7%	6,9
Rio Grande do Norte	39,1%	41,1%	41,6%	41,6%	42,9%	40,8%	38,9%	37,0%	38,7%	-0,4
Paraíba	40,5%	41,7%	45,1%	46,9%	46,7%	45,2%	49,2%	46,9%	51,2%	10,7
Pernambuco	39,3%	38,6%	36,9%	36,6%	38,3%	36,5%	36,7%	34,6%	38,4%	-0,9
Alagoas	36,0%	39,7%	39,5%	44,3%	45,8%	46,8%	51,5%	47,5%	49,5%	13,5
Sergipe	42,9%	46,2%	44,3%	42,2%	42,0%	43,3%	44,9%	45,4%	48,7%	5,8
Bahia	31,9%	35,4%	36,2%	34,1%	36,5%	36,9%	37,8%	36,7%	40,7%	8,8
Sudeste	48,6%	48,3%	46,8%	48,3%	47,6%	45,9%	46,6%	41,4%	42,3%	-6,3
Minas Gerais	53,8%	52,0%	50,5%	51,6%	51,7%	47,5%	49,5%	39,9%	40,5%	-13,3
Espírito Santo	54,5%	56,8%	55,1%	54,7%	52,3%	52,2%	51,8%	47,7%	48,0%	-6,5
Rio de Janeiro	50,2%	49,6%	47,2%	46,4%	45,4%	43,9%	43,0%	39,4%	41,0%	-9,2
São Paulo	44,8%	45,0%	43,2%	46,0%	44,9%	44,6%	45,1%	42,1%	43,1%	-1,7
Sul	65,1%	63,4%	62,1%	62,5%	60,3%	58,7%	57,3%	53,4%	54,8%	-10,3
Paraná	74,7%	73,0%	71,5%	71,7%	67,3%	64,9%	63,4%	59,4%	60,5%	-14,2
Santa Catarina	52,3%	52,1%	49,9%	51,8%	49,3%	48,9%	50,2%	44,0%	43,3%	-9,0
Rio Grande do Sul	59,9%	58,6%	58,3%	58,1%	58,2%	56,6%	54,9%	52,0%	55,5%	-4,4
Centro-Oeste	57,7%	58,0%	56,3%	55,2%	53,1%	50,6%	50,9%	42,2%	45,5%	-12,2
Mato Grosso do Sul	65,1%	62,7%	58,8%	56,0%	52,3%	53,4%	53,2%	49,0%	47,9%	-17,2
Mato Grosso	58,9%	55,5%	60,0%	61,0%	56,8%	52,2%	53,1%	36,9%	47,5%	-11,4
Goiás	46,3%	51,6%	49,6%	48,5%	48,5%	45,5%	47,3%	38,5%	42,3%	-4,0
Distrito Federal	68,3%	66,9%	61,8%	61,4%	59,7%	58,2%	54,6%	51,3%	48,8%	-19,5

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Observando o período entre 2013 e 2021, 12 unidades federativas apresentaram crescimento no percentual de matrículas do público-alvo da meta com atendimento educacional especializado. As cinco unidades da Federação com maior crescimento no período foram Pará (15,7 p.p.), Alagoas (13,5 p.p.), Paraíba (10,7 p.p.), Maranhão (9,2 p.p.) e Bahia (8,8 p.p.).

No sentido oposto, 15 unidades federativas registraram redução no percentual de cobertura do público-alvo da meta que recebe atendimento educacional especializado, sendo que, no Distrito Federal, essa redução foi de 19,5 p.p., a maior da Federação, seguida dos estados de Mato Grosso do Sul (-17,2 p.p.), Paraná (-14,2 p.p.), Minas Gerais (-13,3 p.p.) e Mato Grosso (-11,4 p.p.), com uma redução no percentual de matrículas acima de 10 p.p.

Estão abaixo da média nacional em cobertura de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que receberam atendimento educacional especializado os estados Amazonas, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, São Paulo e Santa Catarina.

Considerando a localização das escolas ao longo do período analisado, houve uma redução na diferença de cobertura do atendimento especializado para o público-alvo da meta entre os matriculados em áreas rurais e urbanas. No período entre 2013 e 2021, houve o crescimento das matrículas em áreas rurais, passando de 30,7% para 41,3% e uma redução em áreas urbanas, que representavam 52,1% em 2013 e passaram a representar 46,7% em 2021, uma redução de 5,4 p.p. no período. Dessa forma, a diferença percentual entre matrículas em áreas urbanas e rurais, que era de 21,4 p.p. em 2013, foi reduzida para 5,4 p.p. em 2021 (Gráfico 12).

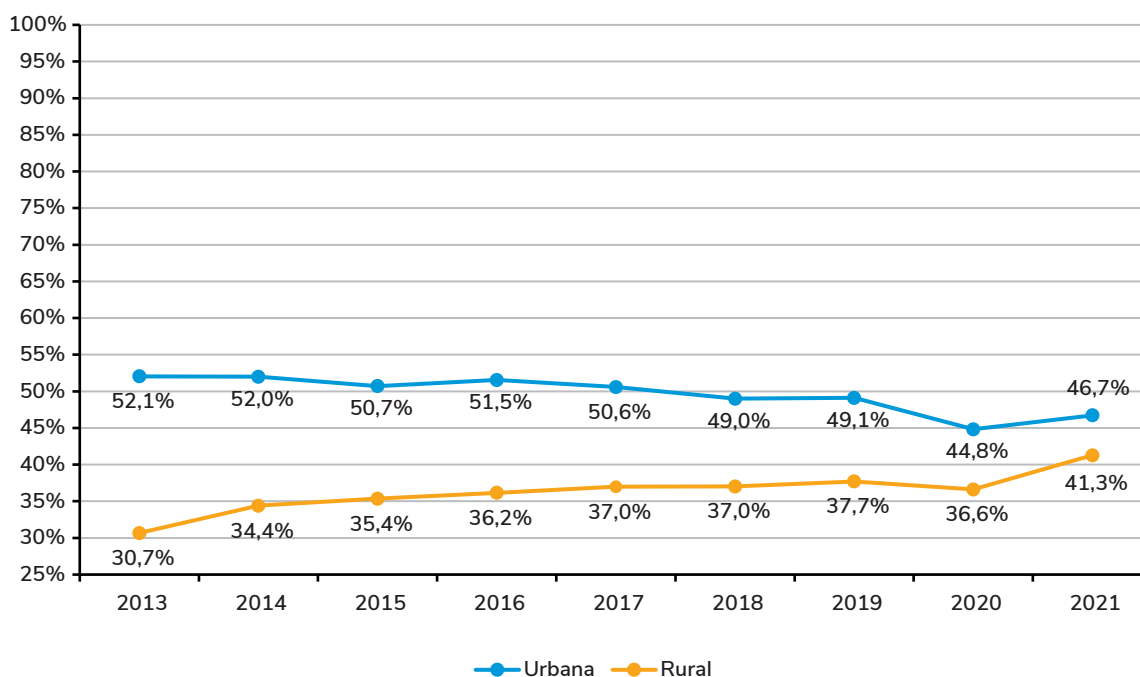


GRÁFICO 12

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, POR LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direde/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

As redes municipais de ensino cresceram em atendimento educacional especializado, enquanto as outras redes registraram decréscimo nos percentuais de matrículas do público-alvo. A rede municipal contava com 47,1% das matrículas com atendimento educacional especializado em 2013 e alcançou 50,9% das matrículas em 2021, um aumento de 3,8 p.p. no período (Gráfico 13).

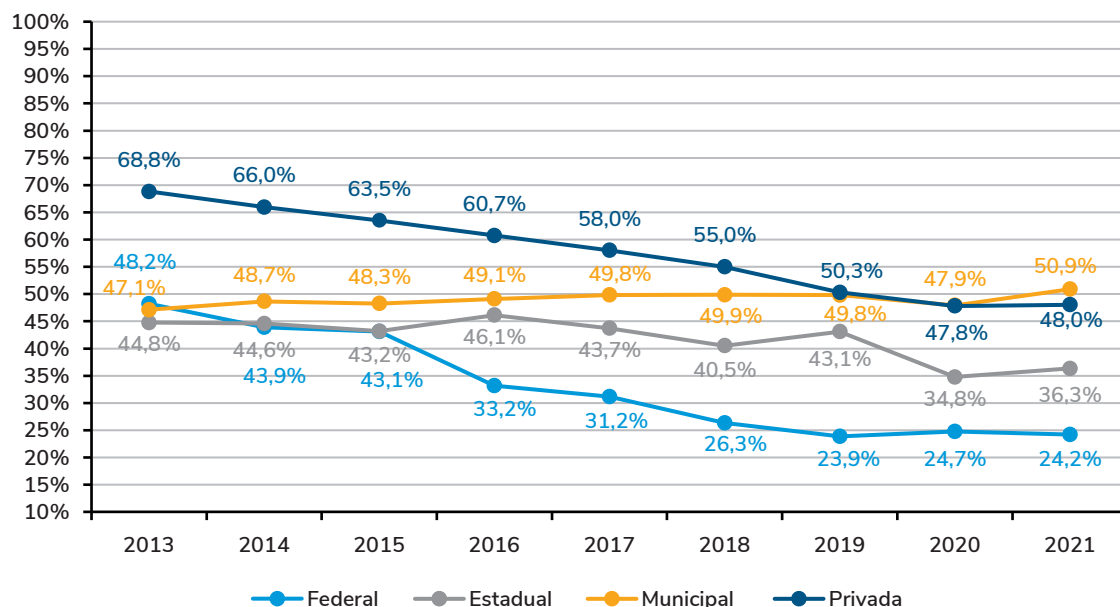


GRÁFICO 13

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Nas outras as redes, houve redução no percentual de matrícula do público-alvo da meta no período de 2013 e 2021, sendo mais expressiva na rede federal, com uma redução de 24,6 p.p., partindo de 48,8% em 2013 para 24,2% em 2021.

A rede privada, que no início da série representava 68,8% das matrículas, apresentou a segunda maior queda do período, com 48% das matrículas do público-alvo recebendo atendimento educacional especializado, uma redução de 20,8 p.p. Com uma redução de 8,5 p.p., estão as redes estaduais, que, em 2013, representavam 44,8% das matrículas e, em 2021, reduziram para 36,3%.

Nos Gráficos 14 e 15, as matrículas do público-alvo com atendimento educacional especializado foram desagregadas considerando-se as características dos estudantes em relação ao sexo e à raça.

A redução do percentual de matrículas em atendimento educacional especializado ocorre em ambos os sexos ao longo do período analisado. No ano de 2013, 49,3% dessas matrículas eram de mulheres e 49,9% eram de homens. Passados oito anos, o percentual de mulheres caiu para 45,9% e o de homens para 46,3% (Gráfico 14).

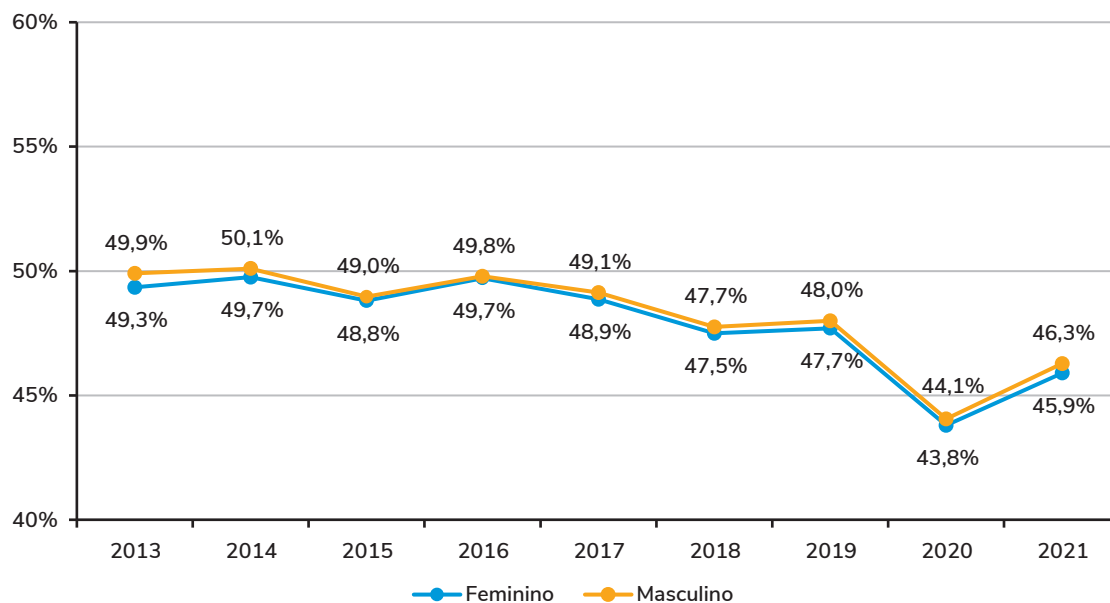


GRÁFICO 14

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, POR SEXO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A distribuição das matrículas do público-alvo da meta a partir dos critérios de classificação de raça/cor apresenta uma redução constante no período analisado, com queda maior entre os brancos, que reduziram 5,5 p.p., representando 47,9% em 2021, seguidos dos classificados como amarelos, com 42,3%, uma redução de 4,2 p.p. em relação a 2013 (Gráfico 15).

Entre os negros e indígenas, a redução foi menor, 2,1 p.p. e 1,5 p.p., respectivamente. Em 2021, 45,8% foram declarados pretos ou pardos e 40,1% foram declarados indígenas. As matrículas dos não declarados reduziram de 47,7% em 2013 para 44,4% em 2021, uma queda de 3,3 p.p. no período.

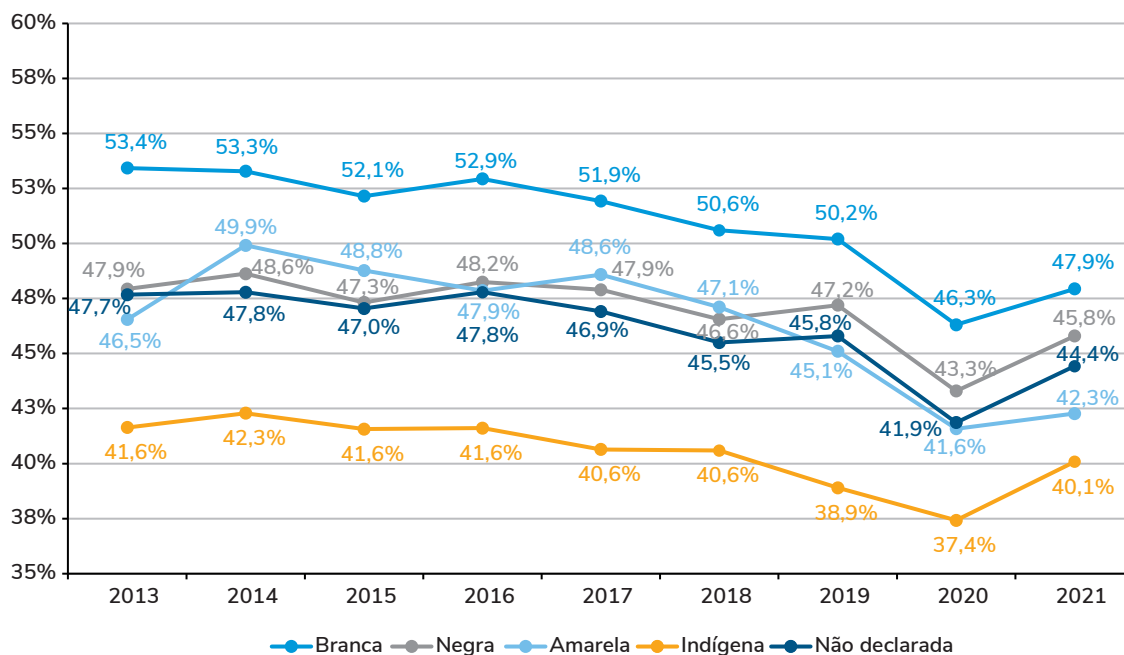


GRÁFICO 15

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, POR RAÇA/COR – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Os resultados encontrados nos Indicadores 4B e 4C revelam que, em 2021, 93,5% das matrículas de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação ocorreram em classes comuns e que 46,2% das matrículas do público-alvo da meta receberam atendimento educacional especializado.

No Gráfico 16, é apresentado o percentual de matrículas em classes comuns na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação e que recebem também atendimento educacional especializado. Verifica-se que, em 2021, 49,5% das matrículas de educação básica de alunos dessa população-alvo em classes comuns recebiam, ao mesmo tempo, o atendimento educacional especializado. Esse percentual era de 43,3% em 2013, no início da série histórica, e a partir de 2017 supera o de matrículas em AEE.

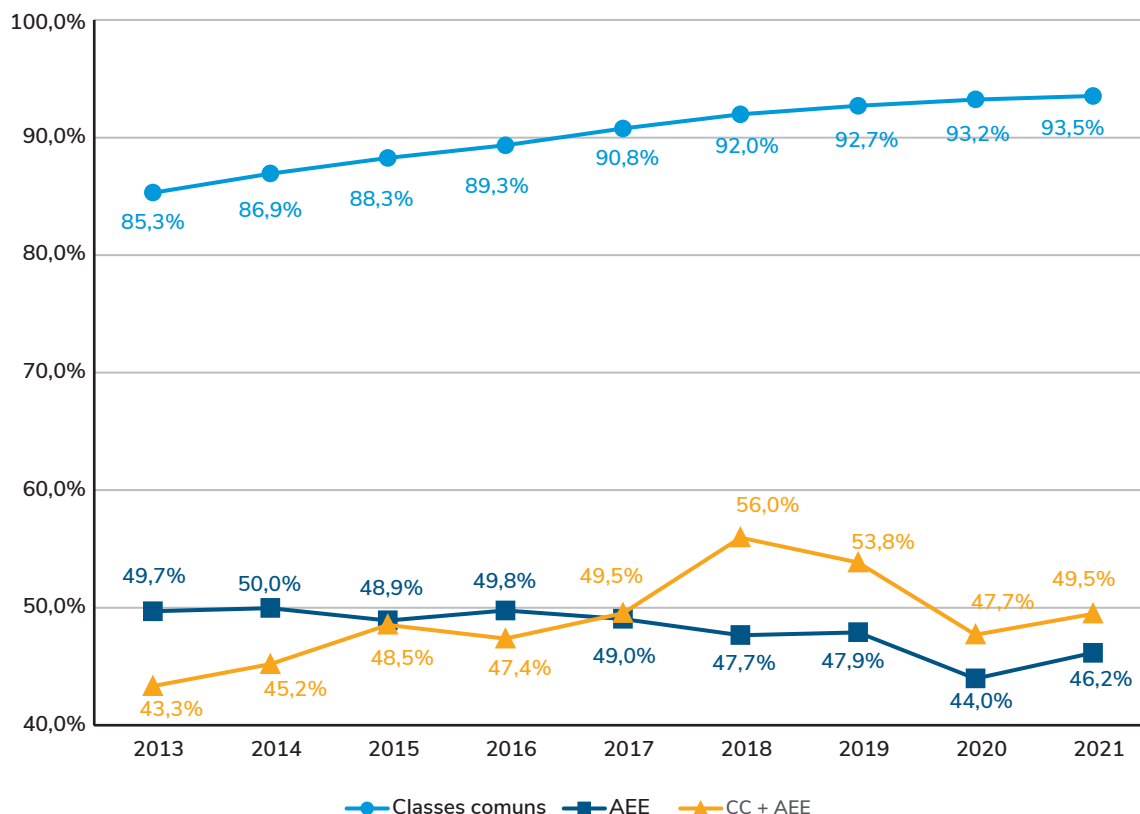


GRÁFICO 16

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO E QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2021).

No início da série histórica, 42% das matrículas em classes comuns na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação não recebiam atendimento educacional especializado. Em 2018, esse percentual é de 36%, registrando o menor percentual de matrículas em classes comuns sem AEE. A partir desse ano, no entanto, o percentual de matrículas em classes comuns sem AEE segue um período de crescimento, atingindo 45,5% em 2020, o maior percentual de matrículas de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação em classes comuns sem atendimento educacional especializado. Em 2021, esse percentual diminuiu para cerca de 44%.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Um total de 897.116 (82,5%) crianças e adolescentes com deficiência, em idade escolar, frequentavam a creche ou escola em 2010, quantitativo ainda distante da universalização do acesso à educação básica.
2. Em termos de acesso escolar de pessoas com deficiência, havia, em 2010, variabilidade entre as grandes regiões, encontrando-se o Centro-Oeste com o maior número (85,3%) e o Norte com o menor (77,9%).
3. A maior desigualdade entre as unidades da Federação no percentual de matrículas de pessoas com deficiência na educação básica, em 2010, deu-se entre o Distrito Federal (90,4%) e o Amazonas (75,5%).
4. Em 2010, o acesso à educação básica da população correspondente ao grupo dos 25% mais pobres (81,4%) era inferior em 8,3 p.p. em relação aos 25% mais ricos (89,7%), apontando que a renda domiciliar per capita influencia a escolarização da população com deficiência.
5. Quanto à raça/cor, os menores percentuais de matrículas de pessoas com deficiência na educação básica eram apresentados pelas categorias indígena (70,3%) e negra – preta e parda – (82,0%), e os maiores, pelas categorias amarela (85,5%) e branca (83,2%), em 2010.
6. Em 2021, 93,5% das matrículas de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação ocorreram em classes comuns, o que representou um acréscimo de 8,2 p.p. no período de 2013-2021.
7. As regiões Nordeste e Norte apresentam a quase universalização prevista na Meta 4, com 99,2% e 98% das matrículas do público-alvo em classes comuns, respectivamente. Os maiores crescimentos no período ocorreram na região Sudeste, que aumentou em 10,2 p.p., seguida das regiões Sul e Centro-Oeste, com crescimento de 8 p.p. e 6,4 p.p., respectivamente.
8. Nos estados Espírito Santo, Acre e Rio Grande do Norte, todas as crianças matriculadas com idade entre 4 e 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação estão matriculadas em classes comuns. Próximo do cumprimento da Meta 4, com percentuais de matrículas acima de 98%, estão Santa Catarina, Alagoas, Pará, Piauí, Roraima, Paraíba, Bahia, Ceará, Amapá, Rondônia, Pernambuco e Sergipe.
9. Entre as unidades da Federação, o maior crescimento do indicador ocorreu no Distrito Federal, com uma variação de 15,2 p.p. no período analisado, seguido de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Amazonas, todos com crescimento acima de 10 p.p. no período.
10. Devido ao aumento das matrículas nas cidades, reduziram-se as distâncias entre rural e urbano, pois, em 2013, a diferença era de 14,8 p.p. e, após oito anos, a diferença é de 6,6 p.p., ou seja, uma redução de 8,2 p.p. no período.
11. Apesar de a rede privada apresentar um crescimento de 22,6 p.p. no período, essa é a rede que possui o menor percentual de matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, com 56,8% das matrículas em classes comuns.

12. No período entre 2013 e 2021, houve uma redução de 3,5 p.p. nas matrículas do público-alvo da meta que recebeu atendimento educacional especializado. Em 2021, 46,2% das matrículas do público-alvo da meta receberam atendimento educacional especializado, o que representa 503.342 matrículas.
13. Entre as regiões do país, há uma significativa diferenciação nos percentuais de matrículas do público-alvo em atendimento educacional especializado. Em 2021, enquanto, na região Norte, 52,3% das matrículas do público-alvo receberam atendimento educacional especializado, um crescimento de 4,8 p.p. entre 2013 e 2021, na região Centro Oeste (45,5%), ocorreu a maior redução (12,2 p.p.), estabelecendo-se uma amplitude de 10 p.p. entre as regiões.
14. No período entre 2013 e 2021, 12 unidades federativas apresentaram crescimento no percentual de matrículas do público-alvo da meta com atendimento educacional especializado. Os cinco estados com maior crescimento no período foram Pará (15,7 p.p.), Alagoas (13,5 p.p.), Paraíba (10,7 p.p.), Maranhão (9,2 p.p.) e Bahia (8,8 p.p.).
15. Houve redução na diferença de cobertura do atendimento especializado para o público-alvo da meta entre os matriculados em áreas rurais e urbanas. A diferença percentual entre matrículas em áreas urbanas e rurais era de 21,4 p.p. em 2013 e foi reduzida para 5,4 p.p. em 2021.
16. Em 2021, havia 49,5% das matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação e que recebiam, ao mesmo tempo, atendimento educacional especializado.
17. Em 2021, 44% das matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação em classes comuns estavam sem atendimento educacional especializado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da educação básica (2009-2021)*. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Orientações de preenchimento do Censo Escolar 2021: programas e políticas federais*. Brasília, 2021. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/caderno_de_instrucoes/orientacoes_de_preenchimento_do_censo_escolar_2021_programas_e_politicas_federais.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estudos e tratamento da variável rendimento no censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Estudo_e_tratamento_rendimentos.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.



META
5

.....

**ALFABETIZAR TODAS AS CRIANÇAS,
NO MÁXIMO, ATÉ O FINAL DO
3º (TERCEIRO) ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL.**

.....



Visando dar cumprimento ao disposto no artigo 214 da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o atual Plano Nacional de Educação (PNE), definiu como quinta meta a alfabetização de todas as crianças no máximo até o final do 3º ano do ensino fundamental (EF). Para o monitoramento dessa meta, os três primeiros relatórios bianuais de monitoramento do PNE elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) alicerçaram-se no conjunto de resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) – desenvolvida em 2013 e existente até a edição de 2016 – para aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e de alfabetização em Matemática de crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental.

Mudanças normativas concernentes à alfabetização infantil e descontinuidade da ANA, a partir de 2017, levaram à adoção de outro instrumento e fonte de dados para garantia do monitoramento da Meta 5 do PNE. Buscou-se, então, assegurar continuidade ao monitoramento permanente da meta, em linha com as preconizações do § 2º do artigo 5º da lei do Plano. Nesse sentido, o corrente relatório respaldou-se na avaliação do 2º ano do ensino fundamental do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2019, cujas características técnicas são apresentadas na sequência.

Expõem-se, primeiramente, os fundamentos legais e técnicos que embasaram a adoção da avaliação do 2º ano do EF do Saeb 2019 como fonte diagnóstica à Meta 5. Pautando-se pelas determinações do inciso I do artigo 32 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017¹, em seu artigo 12, que o 1º e o 2º anos do ensino fundamental deveriam voltar-se centralmente à alfabetização da criança, de sorte que

¹ Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica (Brasil. MEC. CNE, 2017).

[...] se garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas. (Brasil. MEC. CNE, 2017).

Na mesma direção, a versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino fundamental explicita, no tocante ao processo de alfabetização, que: “nos anos iniciais (1º e 2º anos) do ensino fundamental que se espera que ela [a criança] se alfabetize” (Brasil. MEC, 2018, p. 89). Convergiram-se, portanto, os entendimentos dos referidos marcos normativos quanto à concentração do esforço pedagógico na alfabetização infantil nos dois anos iniciais da etapa escolar.

Segundo as orientações legais e curriculares supracitadas e considerando os termos do Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, que regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica, e da Portaria Inep nº 366, de 29 de abril de 2019, que estabelece as diretrizes de realização do Saeb para o ano de 2019, definiram-se, como instrumentos diagnósticos do ciclo de alfabetização infantil, provas de Língua Portuguesa e Matemática para estudantes de 2º ano do ensino fundamental, tomando-se por norte uma matriz referencial alinhada à BNCC (Brasil. MEC. CNE, 2017; Brasil. Inep, 2021). Nesse sentido, foi detalhado no volume 2 do Relatório de resultados do Saeb 2019 para o 2º ano do ensino fundamental:

Homologada em dezembro de 2017, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a BNCC estabeleceu que o foco da alfabetização se daria nos dois primeiros anos do ensino fundamental, mesmo que o ciclo de alfabetização ficasse mantido até o 3º ano. Diante disso, a população-alvo da avaliação do ciclo de alfabetização do Saeb foi alterada para escolas públicas e privadas com estudantes matriculados em turmas de 2º ano do ensino fundamental. Nesse contexto, foi criado o Saeb 2º ano, cuja primeira aplicação ocorreu em 2019. (Brasil. Inep, 2021, p. 16).

Dessa forma, a partir de 2019, o Saeb reinsere um instrumento diagnóstico voltado especificamente ao ciclo de alfabetização nacional, com foco no 2º ano do ensino fundamental, conforme diretrizes da Resolução CNE/CP nº 2/2017.²

Embora a ANA trouxesse correspondência direta à Meta 5 por sua população-alvo (3º ano do EF), o Saeb 2º ano, como fonte diagnóstica atualmente disponível, permite que se construam evidências da evolução da alfabetização das crianças no País, tendo como base o 2º ano do ensino fundamental, o que coincide com os dispositivos normativos correntes. Nesse sentido, acolheu-se essa avaliação para o vigente ciclo de monitoramento da Meta 5 do PNE.³

Enquanto característica do instrumento, o Saeb 2º ano adota uma amostra de escolas públicas e privadas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam dez ou mais estudantes matriculados em

² Para aprofundamentos acerca do histórico da avaliação do ciclo de alfabetização por meio do Saeb e de outras alterações trazidas pela Portaria Inep nº 366/2019, consultar o *Relatório de resultados do Saeb 2019: volume 2: 2º ano do ensino fundamental* (Brasil. Inep, 2021).

³ Importante esclarecer que o presente relatório se pauta por instrumentos diagnósticos (lastreados em suas normativas) orientados tão somente à análise técnica da evolução das metas pactuadas no âmbito do PNE 2014-2024. Estudos, pesquisas e discussões especificamente voltados à adoção do 2º ano do ensino fundamental enquanto marco referencial para a apropriação da alfabetização e do letramento infantil fogem do escopo deste relatório de monitoramento. Igualmente, este relatório não se debruça sobre definições conceituais de “criança alfabetizada”, ao passo que reconhece sua importância e premência.

turmas de 2º ano do ensino fundamental, distribuídas nas 27 unidades da Federação (UFs), conforme inciso IV do artigo 5º e inciso VI do artigo 11 da Portaria Inep nº 366/2019.⁴ Para a interpretação dos resultados do Saeb 2º ano, é necessário consultar suas escalas de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática,⁵ compostas de oito níveis, cuja descrição pedagógica elenca, de forma progressiva e cumulativa, nível a nível, as habilidades que os estudantes provavelmente dominam. Deve-se ter em conta, não obstante, que ainda não há uma definição oficialmente sedimentada quanto ao ponto de corte nas escalas de proficiência das avaliações de alfabetização no Brasil que revele, a rigor, se uma criança está ou não alfabetizada (Brasil. Inep, 2020b).⁶

Na perspectiva da definição do nível em que se considere que o estudante está alfabetizado e em conformidade com as normativas vigentes, este relatório emprega, para o monitoramento da Meta 5 do PNE, os seguintes indicadores baseados na avaliação do 2º ano do EF do Saeb 2019:

- *Indicador 5A*: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa no Saeb - indicador utilizado para o construto alfabetização, que converge, em uma mesma escala de proficiência, os três eixos estruturantes da nova matriz de referência em Língua Portuguesa empregada no instrumento: (1) apropriação do sistema de escrita alfabética, (2) leitura e (3) produção textual. O avanço da criança pelos eixos estruturantes da alfabetização no teste é compreendido, assim, do nível da escala de proficiência em que se encontra (Brasil. Inep, 2020a).*
- *Indicador 5B*: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Matemática no Saeb – indicador utilizado para acompanhar o letramento matemático relativo à série avaliada. No tocante à Matemática, a avaliação fundou-se em uma matriz referencial baseada na interlocução entre dois eixos cognitivos, (1) compreender e aplicar conceitos e procedimentos e (2) resolver problemas e argumentar, e cinco eixos de conhecimento: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas e probabilidade e estatística.*

Os resultados de alfabetização e letramento obtidos no Saeb 2019 – 2º ano do EF – que subsidiarão o presente estudo da Meta 5 do PNE são apontados detalhadamente na sequência. Como referido, o monitoramento da Meta 5 considera esses resultados, adaptando, assim, os indicadores nacionais utilizados nos relatórios de monitoramento do PNE anteriores. Importante notar que esses indicadores não são comparáveis aos calculados nos ciclos anteriores, uma vez que a avaliação e o ano escolar avaliado foram alterados.

⁴ Características conceituais e metodológicas da aplicação do Saeb 2019 2º ano, como população-alvo e critério avaliativo, suas matrizes referenciais, instrumentos, escala de proficiência e resultados, podem ser detalhadamente encontradas no *Relatório de resultados do Saeb 2019: volume 2: 2º ano do ensino fundamental* (Brasil. Inep, 2021).

⁵ O Inep disponibiliza, em seu portal, relatório do Saeb 2019 2º ano EF, com as escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática e suas descrições pedagógicas nível a nível (Brasil. Inep, [2020c]).

⁶ O fato, todavia, não nulifica a validade de se investigarem os resultados de avaliações sobre alfabetização infantil, como é o caso do Saeb 2º ano, de modo a assegurar evidências sobre os resultados do processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do EF no País (Brasil. Inep, 2020b).

Deve-se observar que, na falta da definição corrente do nível considerado “alfabetizado”, os resultados da alfabetização em Língua Portuguesa e em Matemática no Saeb 2019 são apresentados por meio da distribuição percentual dos estudantes pelos níveis das respectivas escalas de proficiência.

Finalmente, deve-se ressaltar que este relatório reconhece a pandemia do novo coronavírus e suas consequências em curto, médio e longo prazos como fatores contextuais de acentuado impacto e desafio ao avanço das metas do PNE. Nesse sentido, estudos fundados em novas evidências, a exemplo do Saeb 2021, deverão contribuir para a análise dos impactos da pandemia sobre a educação nacional.

INDICADOR 5A* – PERCENTUAL DE ESTUDANTES ALFABETIZADOS ATÉ O FINAL DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB

Os resultados da avaliação do 2º ano do ensino fundamental do Saeb 2019 mostram que a média de proficiência dos alunos em Língua Portuguesa para o Brasil é de 750 pontos, o que corresponde ao nível 5 da escala de proficiência de Língua Portuguesa do Saeb, apresentada no Quadro 1⁷. Nesse nível, os estudantes, além das habilidades descritas nos níveis anteriores da escala, são capazes de:

- *localizar informação explícita em textos curtos (quatro a seis linhas), como bilhete, crônica e fragmento de conto infantil;*
- *inferir assunto em cartaz;*
- *inferir informação em texto que articula linguagem verbal e não verbal, como cartaz e tirinha; e*
- *escrever, de forma ortográfica, palavras trissílabas com sílabas canônicas, com correspondências regulares contextuais entre letras e fonemas, a partir de ditado. (Brasil. Inep, 2021, p. 29).*

⁷ Importante frisar que não há ainda uma definição oficial sobre qual é o nível de alfabetização da escala a partir do qual se possa considerar que os alunos do 2º ano estão alfabetizados.

QUADRO 1

ESCALA DE PROFICIÊNCIA PARA INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – BRASIL – 2019

(continua)

Nível	Intervalo na escala	Descrição do nível
Abaixo de 1	Menor que 650	Os estudantes alocados no nível abaixo de 1 provavelmente não dominam qualquer uma das habilidades que compuseram o primeiro conjunto de testes para essa área e etapa escolar.
1	Maior ou igual a 650 e menor que 675	Nesse nível, os estudantes, provavelmente, são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> relacionar sons consonantais com regularidades diretas aos seus registros escritos em início de palavra ditada; relacionar o som de sílaba inicial de palavra dissílaba ou de sílaba intermediária de palavra trissílaba, com estrutura silábica canônica – ou com estrutura silábica canônica e não canônica –, a seu registro gráfico, a partir de palavra ditada; ler palavras dissílabas, com sílabas canônicas, ou com sílabas canônicas e não canônicas, a partir de palavra ditada, com apoio de imagem; e ler palavras trissílabas com sílabas canônicas, a partir de palavra ditada, com apoio de imagem.
2	Maior ou igual a 675 e menor que 700	Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes, provavelmente, são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> relacionar sons consonantais com regularidades contextuais aos seus registros escritos em início de palavra ditada; ler palavras trissílabas com sílabas canônicas e não canônicas, a partir de palavra ditada, com apoio de imagem; e ler palavras polissílabas com sílabas canônicas, ou com sílabas canônicas e não canônicas, a partir de palavra ditada, com apoio de imagem.
3	Maior ou igual a 700 e menor que 725	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> ler frases com período simples, na ordem direta e na voz ativa, relacionando frase ouvida ou cena apresentada na imagem com seu registro escrito; ler frases com período composto (duas orações), na ordem direta, relacionando a cena apresentada na imagem com seu registro escrito; e escrever, de forma alfabética, com troca, inversão ou acréscimo de grafemas, palavras com sílabas canônicas, ou com sílabas canônicas e não canônicas, com correspondências regulares diretas ou contextuais entre letras e fonemas, a partir de ditado.
4	Maior ou igual a 725 e menor que 750	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> localizar informação explícita no final de texto muito curto (duas linhas); escrever, de forma ortográfica, palavras trissílabas com sílabas canônicas e não canônicas, com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas, a partir de ditado; e escrever um texto adequado ao propósito comunicativo de convidar, embora sem especificar o evento (festa), ainda que apresente quaisquer outros elementos demandados (local, data, hora e destinatário). O texto pode ter apresentado desvios ortográficos, comprometendo ou não a sua compreensão, ou desvios de segmentação.

QUADRO 1

ESCALA DE PROFICIÊNCIA PARA INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – BRASIL – 2019

(conclusão)

Nível	Intervalo na escala	Descrição do nível
5	Maior ou igual a 750 e menor que 775	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • localizar informação explícita em textos curtos (quatro a seis linhas), como bilhete, crônica e fragmento de conto infantil; • inferir assunto em cartaz; • inferir informação em texto que articula linguagem verbal e não verbal, como cartaz e tirinha; e • escrever, de forma ortográfica, palavras trissílabas com sílabas canônicas, com correspondências regulares contextuais entre letras e fonemas, a partir de ditado.
6	Maior ou igual a 775 e menor que 800	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • reconhecer a finalidade de textos, a partir da observação dos elementos estruturais que compõem o gênero, como cartaz e lista de compras; e • escrever, de forma ortográfica, palavras polissílabas com sílabas canônicas, com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas, a partir de ditado.
7	Maior ou igual a 800 e menor que 825	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • inferir informação em textos de média extensão; • inferir assunto de textos de média extensão; • escrever, de forma ortográfica, palavra trissílaba com sílabas canônicas e não canônicas, com correspondências regulares contextuais entre letras e fonemas, a partir de ditado; e • escrever um texto adequado ao propósito comunicativo de convidar para uma festa, com uso de palavras ou expressões relacionadas à situação comunicativa e à apresentação do evento para o qual se convida, podendo inserir, ainda, os demais elementos demandados (local, data, hora e destinatário), segmentando corretamente todas as palavras e grafando-as de maneira que não comprometa a compreensão do texto.
8	Maior ou igual a 825	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • inferir informação em textos longos; e • inferir assunto de textos longos.

Fonte: Brasil. Inep, 2021, pp. 28-30.

O Gráfico 1 traz as médias de proficiência dos alunos na avaliação do 2º ano do EF em Língua Portuguesa para o Brasil e as grandes regiões. Observa-se que as médias de proficiência dos estudantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são menores do que a média nacional, sendo a região Sul a que apresenta a maior média de proficiência dos estudantes nessa avaliação. Considerando as unidades da Federação (Gráfico 2), verifica-se que, em 17 entes, a proficiência média dos estudantes em Língua Portuguesa para o 2º ano do EF está abaixo da média Brasil (linha laranja), sendo os estados de Amapá, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte

e Sergipe os que demonstram as menores médias. Superam a média nacional os estados das regiões Sul e Sudeste, Goiás e o Distrito Federal na região Centro-Oeste e o Ceará na região Nordeste. Este último estado chama a atenção por, mesmo apresentando Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) baixo, alcançar a mais alta média de proficiência em Língua Portuguesa do País (Brasil. Inep, 2021).

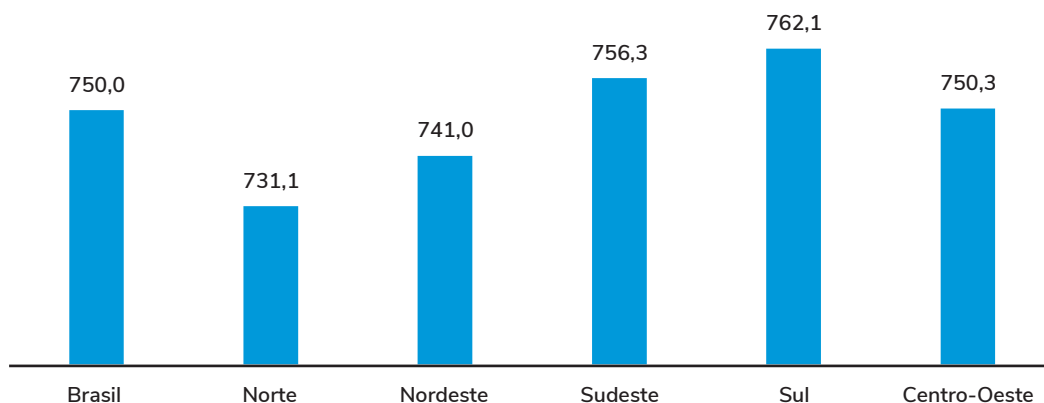


GRÁFICO 1

PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SAEB EM LÍNGUA PORTUGUESA – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Saeb 2019.

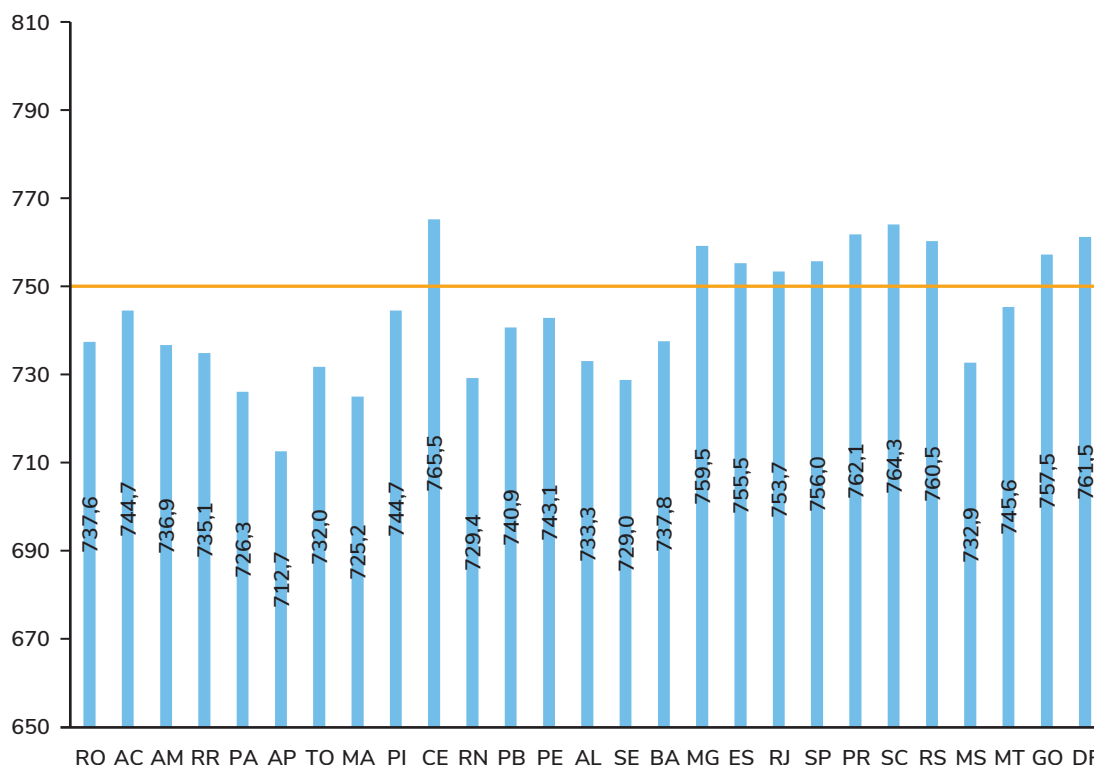


GRÁFICO 2

PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SAEB EM LÍNGUA PORTUGUESA – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Saeb 2019.

O Gráfico 3 retrata a distribuição percentual dos estudantes do 2º ano pelos níveis de proficiência da escala de Língua Portuguesa do Saeb 2019 para o Brasil e as grandes regiões. A análise dessa distribuição deve ser feita mediante a interpretação pedagógica da escala de proficiência de Língua Portuguesa (Quadro 1), que é composta por oito níveis progressivos e cumulativos. Em cada nível, são descritas habilidades aferidas na avaliação e demonstradas pelos estudantes situados na respectiva faixa de proficiência. No nível 1, localizam-se as habilidades menos complexas, mais elementares no processo de alfabetização até o 2º ano do EF, ao passo que, no nível 8, as mais complexas (Brasil. Inep, 2021). Necessário frisar que ainda não há uma definição oficial sobre qual é o nível de alfabetização da escala a partir do qual se possa considerar que os alunos do 2º ano estão alfabetizados.

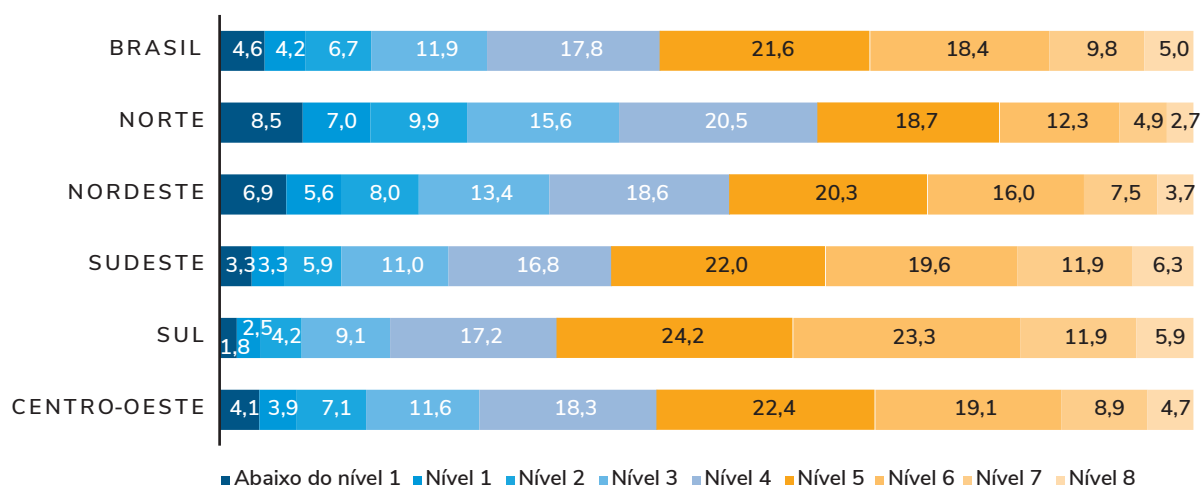


GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO SAEB – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Saeb 2019.

Como pode ser verificado no Gráfico 3, os resultados nacionais apontam que aproximadamente 40% dos estudantes do 2º ano avaliados apresentam proficiência em Língua Portuguesa localizada nos níveis 5 (nível da média nacional) e 6 da escala, demonstrando provavelmente possuírem as habilidades descritas nesses níveis. Cerca de 15% dos alunos avaliados tiveram a proficiência localizada nos dois níveis mais elevados da escala (7 e 8), em que, além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os alunos provavelmente são capazes

de inferir informação e assunto em textos de média extensão, escrever um texto adequado ao propósito comunicativo de convidar para uma festa e, no caso do nível 8, inferir informação e assunto em textos longos.

Ainda considerando os resultados nacionais, observa-se que aproximadamente 11% dos estudantes estão localizados nos dois primeiros níveis mais elementares da escala – nível 1 (4,2%) e nível 2 (6,7%), enquanto 11,9% se encontram no nível 3 e 17,8% no nível 4. Nota-se que há cerca de 4,6% de estudantes cuja proficiência em Língua Portuguesa está situada abaixo do nível 1, revelando que eles provavelmente não dominam qualquer uma das habilidades específicas do 2º ano do ensino fundamental que compuseram a avaliação, nem sequer aquelas de menor complexidade do nível 1.

Analisando a distribuição percentual dos estudantes do 2º ano do EF na escala de proficiência de Língua Portuguesa do Saeb por região (Gráfico 3) e unidades da Federação (Gráfico 4), percebem-se desigualdades no aprendizado. Enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste há um percentual de 47,5%, 41,6% e 41,5%, respectivamente, de estudantes com proficiência situada nos níveis 5 e 6, nas regiões Norte e Nordeste esses percentuais são menores: 31% e 36,4%, respectivamente. Nos níveis 7 e 8, os percentuais de alunos variam de cerca de 18% no Sudeste e Sul a 7,6% no Norte.

Observando-se o quantitativo de estudantes do 2º ano cuja proficiência está localizada abaixo do nível 1 e nos dois primeiros níveis mais elementares da escala de Língua Portuguesa do Saeb, percebe-se que a variação também é considerável entre as regiões. Enquanto o percentual de estudantes situados abaixo do nível 1 representa 1,8% no Sul, 3,3% no Sudeste e 4,1% no Centro-Oeste, eleva-se para cerca de 8,5% no Norte e 6,9% no Nordeste. Nos níveis 1 e 2, também são as regiões Norte e Nordeste que apresentam os maiores percentuais de alunos: 16,9% e 13,6%, respectivamente, o que corresponde a aproximadamente o dobro do percentual constatado na região Sul (6,7%).

No tocante às unidades federativas, as discrepâncias são grandes, como mostra o Gráfico 4. O percentual de alunos do 2º ano do EF situados abaixo do nível 1 varia de cerca de 1% no Paraná, 2% em Santa Catarina e 3% no Ceará e em Minas Gerais a cerca de 15% no Amapá e 11% no Maranhão, no Pará e em Sergipe. Por outro lado, enquanto o percentual daqueles situados nos níveis 5 e 6 representa cerca de 49% no Paraná, 47% no Rio Grande do Sul e 46% no Ceará, em Santa Catarina e em Goiás, consiste em cerca de 20% no Amapá e 28% no Maranhão e no Pará. Nos dois níveis mais elementares (1 e 2) da escala de Língua Portuguesa do Saeb, estão situados aproximadamente 24% e 19% dos alunos dos estados do Amapá e do Rio Grande do Norte, respectivamente, contrastando com os quantitativos de menos de 6% para os estados do Paraná e do Ceará.

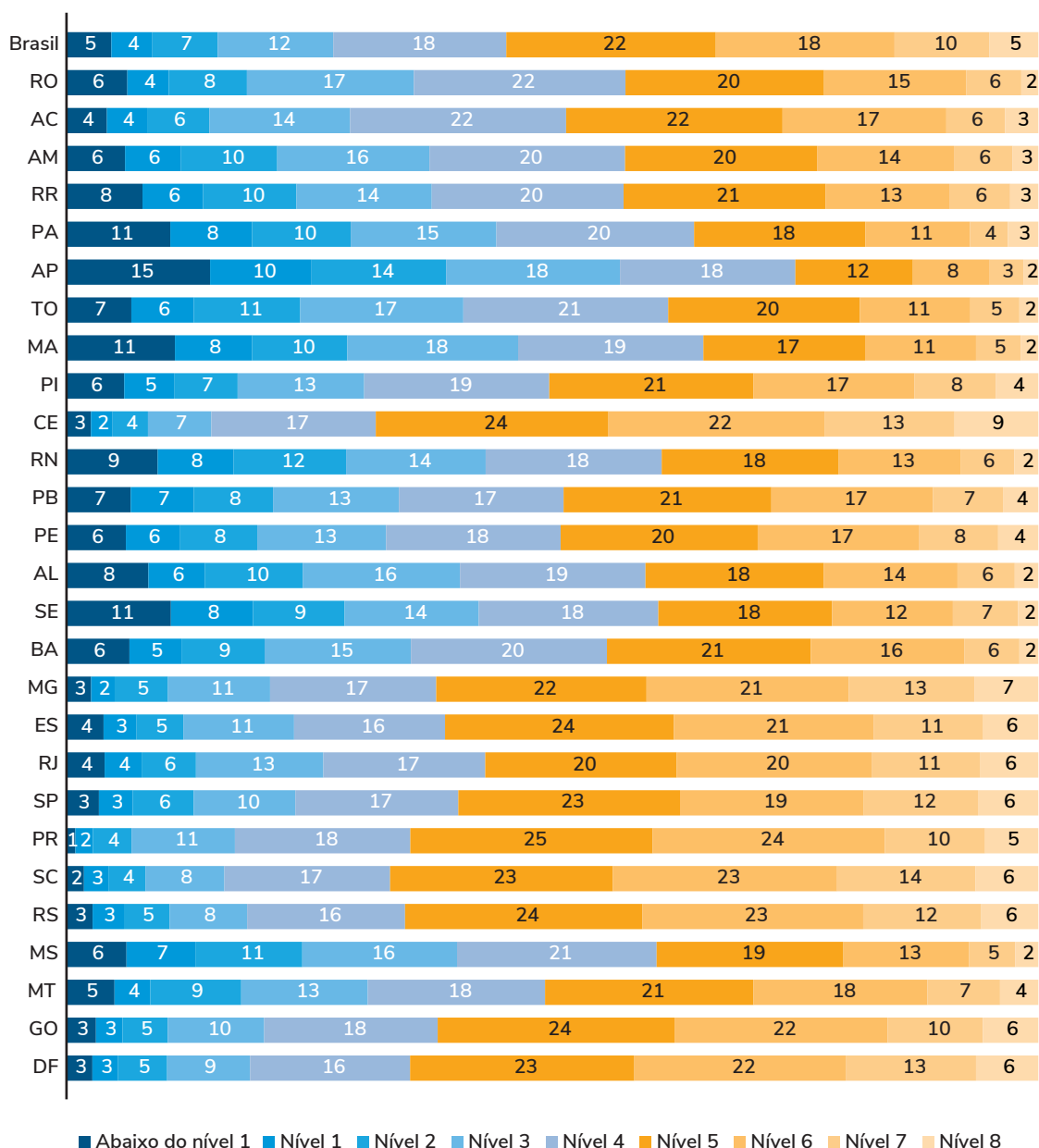


GRÁFICO 4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO SAEB – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção de Avaliação da Educação Básica (Dinep) com base em dados do Saeb 2019.

Quanto à distribuição dos alunos do 2º ano do EF pelos níveis da escala de proficiência em Língua Portuguesa do Saeb por localização da escola – urbana ou rural (Gráfico 5), verifica-se que o percentual de estudantes com proficiência situada nos níveis 5 e 6 é 8,8 pontos percentuais superior nas zonas urbanas (40,7%) em comparação às rurais (31,9%). Por outro lado, a zona rural apresenta quase o dobro de alunos situados abaixo do nível 1 (8,3%) quando comparada à urbana (4,3%). Aproximadamente 15% dos estudantes da zona rural se concentram nos dois níveis mais baixos da escala (1 e 2), enquanto, na zona urbana, esse percentual é de 10,6%.

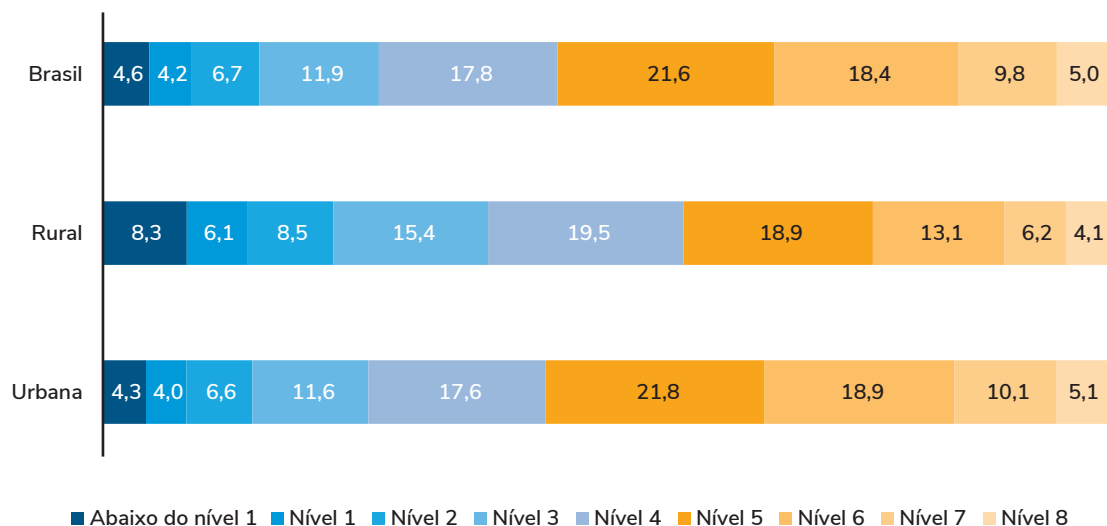


GRÁFICO 5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO SAEB, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Saeb 2019.

INDICADOR 5B* – PERCENTUAL DE ESTUDANTES ALFABETIZADOS ATÉ O FINAL DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MATEMÁTICA NO SAEB

Em Matemática, os resultados da avaliação do 2º ano do ensino fundamental do Saeb 2019 apontam média de proficiência nacional de 750 pontos e diferenciação entre as grandes regiões geográficas, como mostra o Gráfico 6. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as médias de proficiência em Matemática dos alunos avaliados são menores do que a média nacional, enquanto no Sul e no Sudeste são maiores.

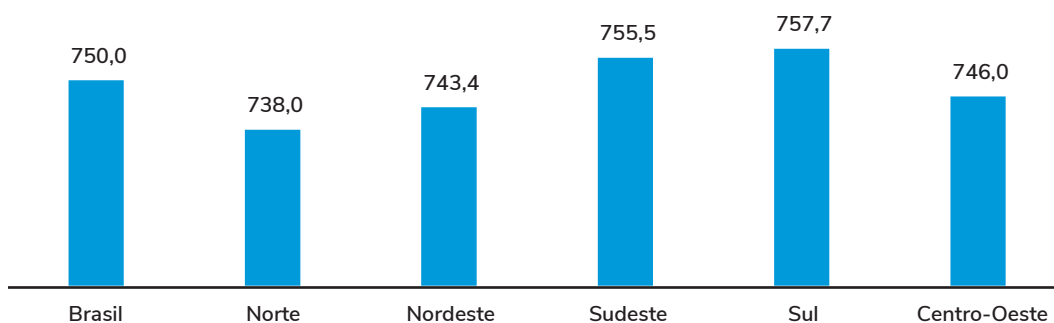


GRÁFICO 6

PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SAEB EM MATEMÁTICA – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Saeb 2019.

A média 750 de proficiência nacional em Matemática está localizada no nível 5 da escala de Matemática do Saeb, apresentada no Quadro 2. Os estudantes, além das habilidades descritas nos níveis anteriores da escala, provavelmente dominam as habilidades descritas no nível 5.

QUADRO 2

ESCALA DE PROFICIÊNCIA PARA INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2019

(continua)

Nível	Intervalo na escala	Descrição do nível
Abaixo de 1	Menor que 650	Os estudantes alocados no nível abaixo de 1 provavelmente não dominam qualquer uma das habilidades que compuseram o primeiro conjunto de testes para essa área e etapa escolar.
1	Maior ou igual a 650 e menor que 675	Os estudantes alocados nesse nível provavelmente são capazes de: NÚMEROS - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento. ÁLGEBRA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento. GEOMETRIA - Reconhecer um triângulo em posição usual (com a “ponta” para cima e base na horizontal), dado o nome dessa figura geométrica; Reconhecer a imagem de um objeto do mundo físico que tem o formato parecido com o de uma pirâmide em posição usual (com a “ponta” para cima e base na horizontal) ou de um cone também nessa posição usual, dado o nome dessas figuras geométricas. GRANDEZAS E MEDIDAS - Comparar comprimentos ou alturas (de maneira indireta) em que é imediato identificar o maior comprimento ou alturas iguais; Identificar a medida do comprimento de um objeto posicionado acima da imagem de uma régua com graduação principal de 1 em 1 centímetro e secundária de 1 em 1 milímetro, em que uma das extremidades do objeto está projetada sobre o zero e a outra sobre uma das graduações principais da régua. PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA - Identificar a categoria que apresenta a maior frequência em um gráfico de colunas simples; Identificar a categoria que apresenta uma frequência específica em uma tabela simples que envolve números de uma ordem; Identificar a categoria que apresenta a maior frequência em uma tabela simples, que envolve números de uma ou duas ordens (menores que 20).
2	Maior ou igual a 675 e menor que 700	Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes alocados nesse nível provavelmente são capazes de: NÚMEROS - Associar a denominação de um número de duas ordens à sua representação por algarismos; Comparar quatro números naturais de duas ordens, que indicam idades, a fim de identificar a pessoa mais velha. ÁLGEBRA Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento. GEOMETRIA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento. GRANDEZAS E MEDIDAS - Comparar o comprimento de imagens de cordas para identificar a mais curta, apenas por visualização, sem nenhuma unidade de medida envolvida; Reconhecer um instrumento utilizado para medir o tempo (relógio de ponteiro). PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA - Identificar a categoria que apresenta a menor frequência em um gráfico de colunas simples; Identificar a categoria que apresenta uma frequência específica em um gráfico de colunas simples; Identificar a categoria que apresenta a maior frequência em uma tabela simples, que envolve números de duas ordens.

QUADRO 2

ESCALA DE PROFICIÊNCIA PARA INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2019

(continua)

Nível	Intervalo na escala	Descrição do nível
3	Maior ou igual a 700 e menor que 725	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de:</p> <p>NÚMEROS - Associar a denominação de um número de três ordens que tem um zero intercalado à sua representação por algarismos; Resolver um problema do campo aditivo que envolve o significado de transformação (retirar) em que o estado inicial é desconhecido e números de uma ordem; Resolver parcialmente um problema do campo aditivo que envolve o significado de transformação (acrescentar) em que o estado final é desconhecido, números de duas ordens e reagrupamento nos cálculos, em um item de resposta construída.</p> <p>ÁLGEBRA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento.</p> <p>GEOMETRIA - Identificar o objeto que se encontra à direita em uma imagem, usando uma referência na mesma posição do estudante que vai resolver a questão; Reconhecer a figura geométrica plana (retângulo) que mais se parece com o formato da porta de um elevador, em uma composição com outras figuras.</p> <p>GRANDEZAS E MEDIDAS - Reconhecer a unidade de medida de capacidade de um balde.</p> <p>PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA - Identificar a frequência de uma das categorias em um gráfico de colunas simples. Representar parcialmente os dados de uma pesquisa em uma tabela simples, em um item de resposta construída.</p>
4	Maior ou igual a 725 e menor que 750	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes alocados nesse nível provavelmente são capazes de:</p> <p>NÚMEROS - Associar a denominação de um número de três ordens que tem um zero intercalado à sua representação por algarismos.</p> <p>Resolver um problema do campo aditivo que envolve o significado de transformação (retirar) em que o estado inicial é desconhecido e números de uma ordem.</p> <p>Resolver parcialmente um problema do campo aditivo que envolve o significado de transformação (acrescentar) em que o estado final é desconhecido, números de duas ordens e reagrupamento nos cálculos, em um item de resposta construída.</p> <p>ÁLGEBRA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento.</p> <p>GEOMETRIA - Identificar o objeto que se encontra à direita em uma imagem, usando uma referência na mesma posição do estudante que vai resolver a questão.</p> <p>Reconhecer a figura geométrica plana (retângulo) que mais se parece com o formato da porta de um elevador, em uma composição com outras figuras.</p> <p>GRANDEZAS E MEDIDAS - Reconhecer a unidade de medida de capacidade de um balde.</p> <p>PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA - Identificar a frequência de uma das categorias em um gráfico de colunas simples.</p> <p>Representar parcialmente os dados de uma pesquisa em uma tabela simples, em um item de resposta construída.</p>

QUADRO 2

ESCALA DE PROFICIÊNCIA PARA INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2019

(continua)

Nível	Intervalo na escala	Descrição do nível
5	Maior ou igual a 750 e menor que 775	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de:</p> <p>NÚMEROS - Calcular o resultado da subtração de um número de três ordens por outro de duas ordens em uma conta armada que não envolve reagrupamento. Resolver um problema do campo multiplicativo que envolve o significado de formação de grupos iguais em que o produto é desconhecido (proporcionalidade na relação de um para muitos), números de uma ordem e suporte de imagem da quantidade por grupo. Resolver um problema do campo multiplicativo que envolve o significado de formação de grupos iguais em que o produto é desconhecido (proporcionalidade na relação de um para muitos), números de uma ordem, sem suporte de imagem, em um item de resposta construída. Resolver um problema do campo multiplicativo que envolve o significado de formação de grupos iguais em que a quantidade de grupos é desconhecida (significado de medida da divisão), dividendo de duas ordens e divisor de uma ordem, com suporte de imagem do dividendo (o total a ser utilizado na formação dos grupos).</p> <p>ÁLGEBRA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento.</p> <p>GEOMETRIA - Reconhecer a imagem de um objeto do mundo físico que tem o formato parecido com o de uma esfera, dado o nome dessa figura geométrica.</p> <p>GRANDEZAS E MEDIDAS - Relacionar um conjunto de moedas (de valores de 5 ou 10 centavos) a uma única moeda de valor equivalente, sem envolver conversão de centavos em reais.</p> <p>PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA - Determinar a roleta em que há menor chance de o ponteiro parar em um setor circular indicado quando for acionada; Representar os dados de uma pesquisa em um gráfico de colunas simples já iniciado, com base em uma tabela simples que apresenta as frequências das categorias, em um item de resposta construída.</p>
6	Maior ou igual a 775 e menor que 800	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de:</p> <p>NÚMEROS - Identificar o valor posicional do algarismo das dezenas em um número de três ordens; Reconhecer um número que representa uma medida em uma imagem que apresenta portadores numéricos indicando ordem, código e medida; Associar a decomposição aditiva de um número de três ordens à sua representação no sistema de numeração decimal; Calcular o resultado de uma adição indicada em uma sentença matemática (horizontal) que envolve um número de três ordens e outro de duas ordens, sem reagrupamento; Resolver problema do campo aditivo que envolve o significado de transformação (acrescentar) em que o termo final é desconhecido, números de duas ordens e reagrupamento nos cálculos, em um item de resposta construída; Resolver problema do campo multiplicativo que envolve o significado de formação de grupos iguais em que a quantidade por grupo é desconhecida (significado de partição da divisão), dividendo de duas ordens e divisor de uma ordem, com suporte de imagem do dividendo (o total a ser utilizado na formação dos grupos).</p> <p>ÁLGEBRA - Inferir o critério de classificação de um conjunto de objetos dados; Inferir a posição de um número em uma sequência numérica decrescente que envolve números do intervalo de 7 a 14 e que decrescem de um em um; Inferir um termo ausente em uma sequência numérica crescente cujo padrão é adicionar 2 ao termo anterior.</p> <p>GEOMETRIA - Identificar, em uma imagem, o local de chegada de um carro que percorre um trajeto descrito, que envolve duas informações: uma relativa à lateralidade (direita) e outra à ordem (segunda).</p> <p>GRANDEZAS E MEDIDAS - Identificar, em um calendário de determinado mês, o dia da semana em que esse mês se inicia; Determinar um dia da semana com base em informações que usam a expressão “depois de amanhã”, sem auxílio de um calendário; Determinar o dia do mês em que uma pessoa retornará de uma viagem, dados o dia de ida, o dia da semana em que retornará e o calendário do mês.</p> <p>PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA - Representar os dados de uma pesquisa em uma tabela simples, em um item de resposta construída.</p>

QUADRO 2

ESCALA DE PROFICIÊNCIA PARA INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2019

(conclusão)

Nível	Intervalo na escala	Descrição do nível
7	Maior ou igual a 800 e menor que 825	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de:</p> <p>NÚMEROS - Reconhecer um número que representa uma quantidade em uma imagem que apresenta portadores numéricos indicando ordem, quantidade, código e medida; Ordenar, de maneira crescente, um conjunto de quatro números de duas ordens; Resolver problema do campo aditivo que envolve o significado de composição (juntar) em que uma das partes é desconhecida, números de duas ordens e reagrupamento nos cálculos.</p> <p>ÁLGEBRA - Inferir um atributo comum em uma sequência numérica crescente que inicia em 5 e cujo padrão é acrescentar 10 ao termo anterior; Inferir um termo ausente em uma sequência numérica crescente cujo padrão é adicionar 3 ao termo anterior; Inferir um termo ausente em uma sequência numérica decrescente cujo padrão é subtrair 3 do termo anterior, em um item de resposta construída; Inferir o padrão de uma sequência numérica crescente (adicionar 3), sendo apresentado os quatro primeiros termos.</p> <p>GEOMETRIA - Reconhecer a imagem de um objeto do mundo físico que tem o formato parecido com o de um cilindro, dado o nome dessa figura geométrica; Desenhar o deslocamento de uma personagem em uma malha quadriculada, dada a descrição do deslocamento, em um item de resposta construída.</p> <p>GRANDEZAS E MEDIDAS - Relacionar um conjunto de moedas (de valores de 25, 50 centavos ou 1 real) a uma única cédula de valor equivalente, envolvendo conversão de centavos em reais; Determinar o horário de início de um evento, dados a duração e o horário de término em horas inteiras (cheias); Determinar o tempo de duração de um evento, dados o horário de início e de término em horas inteiras (cheias).</p> <p>PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento."</p>
8	Maior ou igual a 825	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes, provavelmente, são capazes de:</p> <p>NÚMEROS - Resolver parcialmente um problema do campo aditivo que envolve o significado de transformação (acrescentar) em que o termo inicial é desconhecido, números de duas ordens e reagrupamento nos cálculos, em um item de resposta construída.</p> <p>ÁLGEBRA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento.</p> <p>GEOMETRIA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento.</p> <p>GRANDEZAS E MEDIDAS - Estimar a medida do comprimento de um objeto usando unidades não padronizadas.</p> <p>PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA - Ainda não há itens nesse nível que sejam desse eixo do conhecimento.</p>

Fonte: Brasil. Inep, 2021, pp. 50-55.

Observando as médias de proficiência em Matemática dos estudantes do 2º ano do EF nas unidades federativas (Gráfico 7), percebe-se que, em 17 entes, a proficiência média ficou abaixo da média nacional, enquanto em outros 10, acima. O estado com a maior média de proficiência em Matemática nessa avaliação foi o Ceará (769,3), seguido por Santa Catarina (767,5), São Paulo (759,9), Distrito Federal (755,6), Rio Grande do Sul (755,3), Paraná (753,5), Rio de Janeiro (752,3), Espírito Santo (752) e Goiás (751,3).

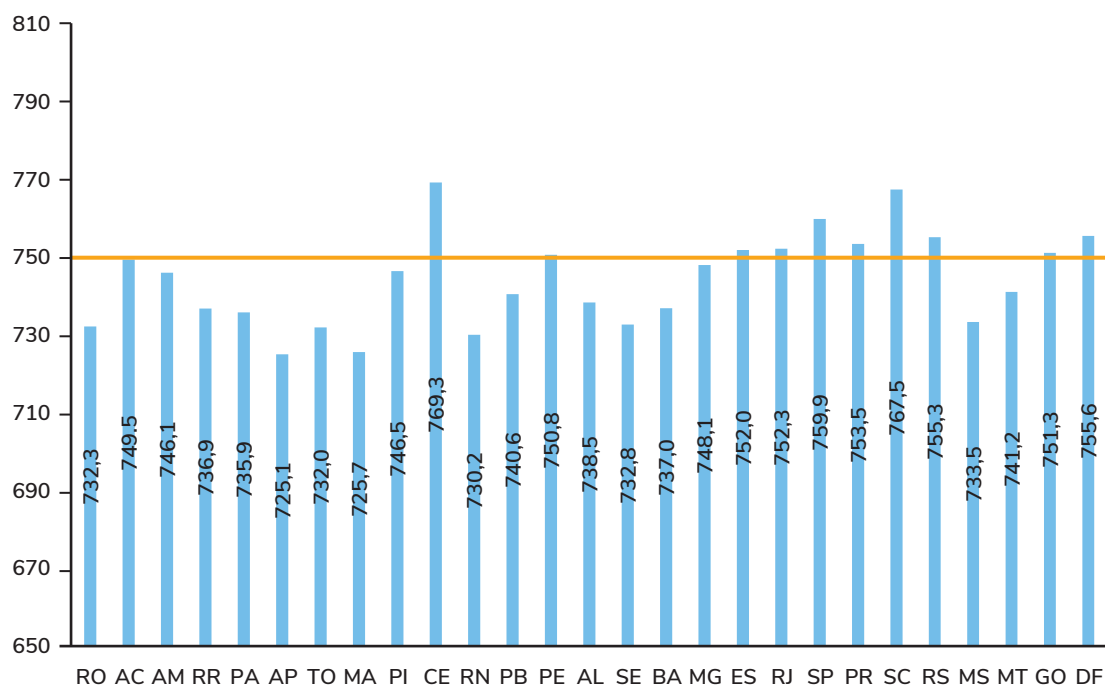


GRÁFICO 7

PROFICIÊNCIA MÉDIA NA AVALIAÇÃO DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SAEB EM MATEMÁTICA – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção de Avaliação da Educação Básica (Dinep) com base em dados do Saeb 2019.

Apresenta-se, a seguir, a distribuição percentual dos estudantes do 2º ano pelos níveis da escala de proficiência de Matemática do Saeb 2019. A interpretação dos resultados toma como base a escala de proficiência de Matemática do 2º ano do EF (Quadro 2), que é composta por oito níveis, sendo o nível 1 o mais básico e o nível 8 o mais elevado. No nível abaixo de 1, estão situados os estudantes com baixa probabilidade de dominar as habilidades aferidas no Saeb 2019 (Brasil. Inep, 2021).

O Gráfico 8 evidencia a distribuição dos estudantes do 2º ano do EF pelos níveis da escala de proficiência em Matemática do Saeb 2019 para o Brasil e suas grandes regiões. Verifica-se que, no País, aproximadamente 33% dos estudantes do 2º ano do EF avaliados se encontram nos níveis 5 e 6 e provavelmente dominam, assim, as habilidades descritas nos respectivos níveis e naqueles que os antecedem. Cerca de 17% dos estudantes têm proficiência localizada nos níveis 7 e 8, os mais elevados da escala, enquanto cerca de 13% apresentam proficiência localizada nos dois primeiros níveis da escala – 1 e 2. Nesses níveis iniciais, estão descritas habilidades mais elementares e os estudantes ainda não demonstram ter provavelmente desenvolvido habilidades

como resolver problemas simples no campo aditivo envolvendo o significado de composição (juntar) e reconhecer um círculo em uma composição com outras figuras geométricas planas, habilidades que compõem níveis mais elevados da escala.

Verifica-se ainda que 2,8% desses estudantes estão situados abaixo do nível 1, o que indica que eles provavelmente não dominam nenhuma das habilidades mensuradas por essa avaliação de Matemática do Saeb 2º ano.

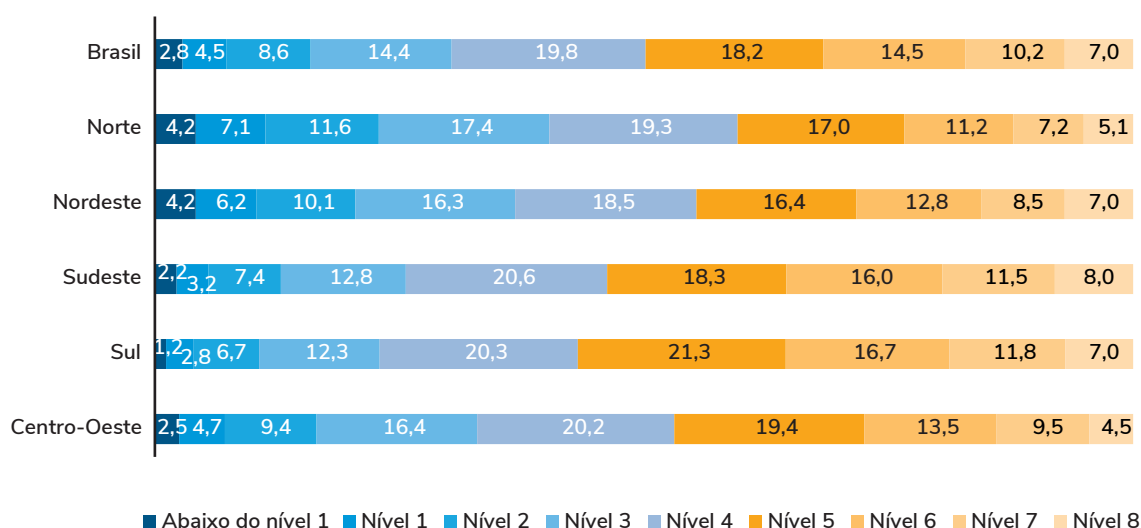


GRÁFICO 8

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DO SAEB – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Saeb 2019.

No Gráfico 8, percebem-se as diferenças entre as regiões brasileiras em relação à distribuição percentual dos estudantes pelos níveis da escala de proficiência de Matemática do Saeb 2019. Nas regiões Norte e Nordeste, o percentual de alunos cuja proficiência foi posicionada nos níveis 5 e 6 – cerca de 28% e 29%, respectivamente – foi menor do que o das regiões Sul (38%), Sudeste (34,3%) e Centro-Oeste (32,9%). Os percentuais de alunos posicionados nos níveis 7 e 8 foram maiores no Sudeste (19,5%) e no Sul (18,8%), seguidos por Nordeste (15,5%), Centro-Oeste (14%) e Norte (12,3%). Quanto aos alunos posicionados nos níveis mais baixos da escala (1 e 2), constata-se que a região com o maior percentual nesses níveis foi a região Norte (18,7%), que contabilizou quase o dobro do percentual da região Sul (9,5%). O percentual de alunos que foram posicionados abaixo do nível 1 por não terem demonstrado dominar provavelmente nenhuma das habilidades mensuradas pela avaliação foi de 4,2% nas regiões Norte e Nordeste, pouco mais de 2% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e 1,2% na região Sul.

Considerando-se as unidades da Federação, identificam-se significativas diferenças na distribuição dos alunos do 2º ano do EF pelos níveis da escala de proficiência de Matemática do Saeb (Gráfico 9). Enquanto em estados como Paraná e Santa Catarina o percentual de estudantes com proficiência abaixo do nível 1 é de cerca de 1%, no Amapá e no Maranhão é de aproximadamente 8% e 7%, respectivamente. Quanto aos percentuais de alunos situados

nos níveis mais baixos da escala (1 e 2), a variação entre as UFs vai de cerca de 7% em Santa Catarina a aproximadamente 25% no Maranhão.

No que tange ao percentual de estudantes cuja proficiência em Matemática está situada nos níveis 5 (nível da média nacional) e 6 da escala de proficiência, observa-se uma variabilidade de cerca de 39% nos estados do Paraná e de Santa Catarina a pouco mais de 21% no Amapá e no Maranhão. Nos níveis 7 e 8, estão posicionados 31% dos alunos do 2º ano do EF avaliados no Ceará e cerca de 26% em Santa Catarina, contrastando com os percentuais menores de Rondônia (7%) e do Rio Grande do Norte (cerca de 8%).

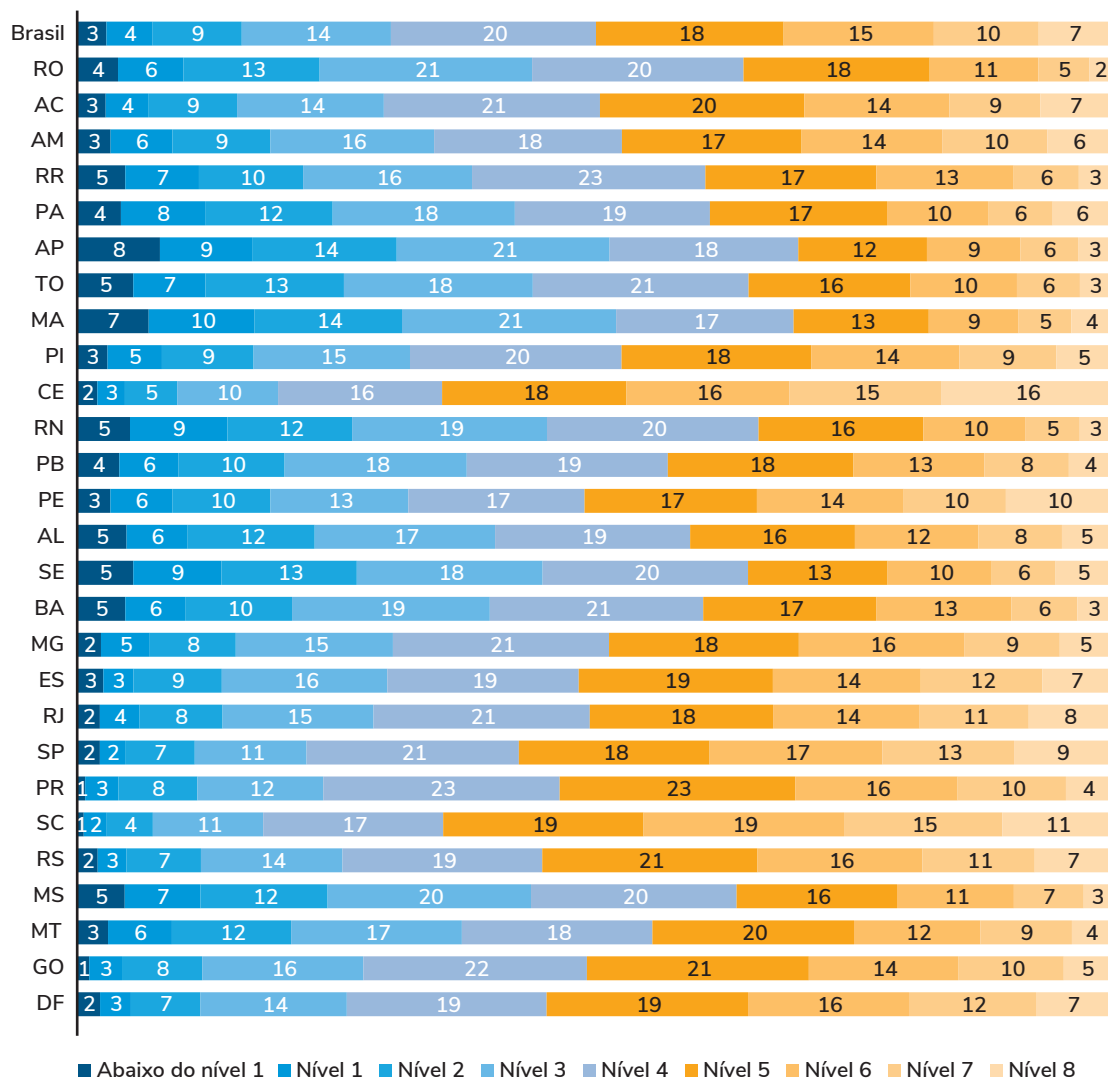


GRÁFICO 9
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA DO SAEB – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Saeb 2019.

Comparando-se a distribuição percentual dos estudantes do 2º ano do EF pelos níveis da escala de proficiência de Matemática nas zonas urbana e rural (Gráfico 10), nota-se que, na zona rural, o percentual de alunos com proficiência situada nos níveis 5 e 6 da escala de Matemática é cerca de 8 pontos percentuais menor do que o da zona urbana. A proporção de alunos situados nos níveis iniciais da escala (1 e 2) por sua vez é maior, cerca de 18,3%, comparado a 12,7% na zona urbana. Abaixo do nível 1, estão situados, na zona rural, mais do que o dobro (6%) de estudantes do que se verifica na zona urbana (2,5%). Esses resultados demonstram a desigualdade existente no desempenho dos estudantes do 2º ano do EF em desfavor das escolas da zona rural.

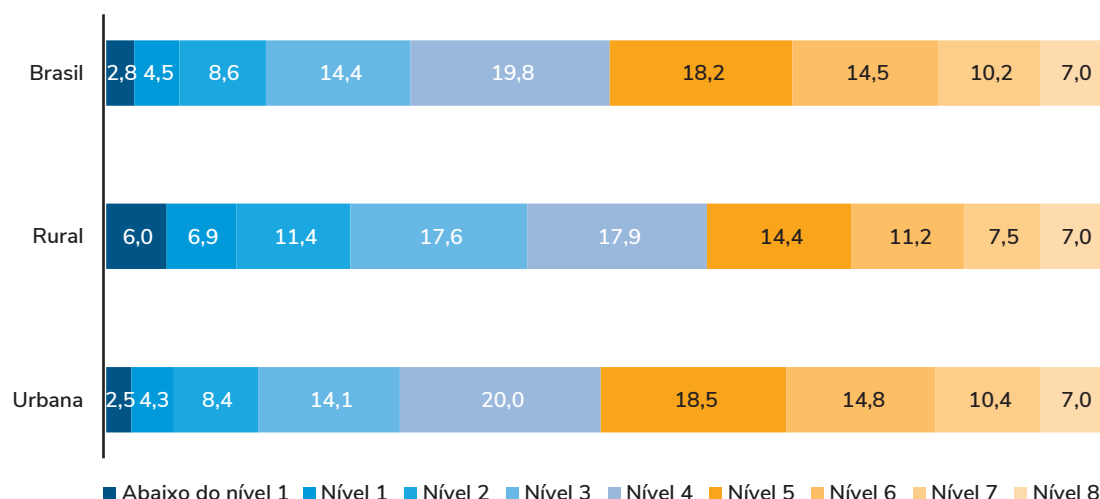


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA NA AVALIAÇÃO DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SAEB EM MATEMÁTICA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção de Avaliação da Educação Básica (Dinep) com base em dados do Saeb 2019.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Em relação à proficiência em Língua Portuguesa, os resultados da avaliação do 2º ano do ensino fundamental do Saeb 2019 apontam que cerca de 40% dos estudantes apresentam proficiência localizada nos níveis 5 (nível da média nacional) e 6 da escala, cerca de 15% nos dois níveis mais elevados (7 e 8) e aproximadamente 11% nos níveis mais elementares (1 e 2). Nota-se ainda que há cerca de 4,6% dos estudantes cuja proficiência em Língua Portuguesa está situada abaixo do nível 1, indicando que eles provavelmente não dominam qualquer uma das habilidades específicas do 2º ano do ensino fundamental que compuseram a avaliação, nem sequer aquelas de menor complexidade do nível 1.
2. Analisando-se os resultados pelas grandes regiões do País e suas unidades federativas, é possível observar significativas desigualdades. Enquanto a concentração de estudantes

nos níveis 5 e 6 da escala de Língua Portuguesa foi de cerca de 47,5%, 41,6% e 41,5% nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente, os resultados são menores nas regiões Norte (31%) e Nordeste (36,4%). Nos dois níveis mais elevados da escala (7 e 8), os percentuais de alunos variam de cerca de 18% no Sudeste e no Sul a 7,6% no Norte.

3. Considerando-se ainda o percentual de estudantes cuja proficiência está localizada abaixo do nível 1 e nos dois primeiros níveis mais elementares da escala de Língua Portuguesa do Saeb, verifica-se que, abaixo do nível 1, os percentuais são de 1,8% no Sul, 3,3% no Sudeste e 4,1% no Centro-Oeste, elevando-se para 8,5% no Norte e 6,9% no Nordeste. São também as regiões Norte e Nordeste que apresentam os maiores percentuais de alunos nos níveis 1 e 2 da escala (16,9% e 13,6%, respectivamente), o que corresponde a quase o dobro do percentual registrado na região Sul (6,7%).
4. Tomando-se as unidades federativas, constata-se que o percentual de alunos situados nos níveis 5 e 6 corresponde a cerca de 49% no Paraná, 47% no Rio Grande do Sul e 46% no Ceará, em Santa Catarina e em Goiás e em torno de 20% no Amapá e 28% no Maranhão e no Pará. Por outro lado, o percentual de estudantes situados nos dois níveis mais elementares da escala (1 e 2) representa aproximadamente 24% e 19% dos alunos dos estados do Amapá e do Rio Grande do Norte, respectivamente, contrastando com o percentual de menos de 6% nos estados do Paraná e do Ceará. Abaixo do nível 1, há uma variação de menos de 1% de estudantes no Paraná, 1,8% em Santa Catarina e 2,5% no Ceará e em Minas Gerais a cerca de 15% no Amapá e 11% no Maranhão, no Pará e em Sergipe.
5. Analisando-se os resultados pela localização da escola (urbana e rural), verifica-se que o percentual de estudantes com proficiência situada nos níveis 5 e 6 é maior nas zonas urbanas (40,7%) em comparação às rurais (31,9%). Por outro lado, enquanto aproximadamente 15% dos alunos da zona rural se concentram nos dois níveis mais baixos da escala (1 e 2), na zona urbana, esse percentual é de 10,6%. A zona rural apresenta também quase o dobro de alunos situados abaixo do nível 1 (8,3% comparado a 4,3% da zona urbana).
6. Quanto à proficiência em Matemática, a avaliação demonstrou que aproximadamente 33% dos estudantes se encontram nos níveis 5 e 6. Cerca de 17% têm proficiência localizada nos níveis 7 e 8, os mais elevados da escala, enquanto cerca de 13% apresentam proficiência localizada nos dois primeiros níveis (1 e 2). Verifica-se, ainda, que 2,8% desses estudantes estão situados abaixo do nível 1, o que indica que eles provavelmente não dominam nenhuma das habilidades mensuradas pela avaliação.
7. No tocante às regiões do País e às unidades federativas, observam-se significativas disparidades. O percentual de alunos situados nos níveis 5 e 6 nas regiões Sul (38%), Sudeste (34,3%) e Centro-Oeste (32,9%) foi superior ao das regiões Norte (28%) e Nordeste (29%). Nos níveis 7 e 8, o Sudeste (19,5%) e o Sul (18,8%) foram seguidos por Nordeste (15,5%), Centro-Oeste (14%) e Norte (12,3%). Já nos níveis mais baixos da escala (1 e 2), constata-se que a região Norte contabilizou o maior percentual de alunos (18,7%), quase o dobro da região Sul (9,5%). Abaixo do nível 1, estão posicionados 4,2% dos estudantes nas regiões Norte e Nordeste, pouco mais de 2% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e 1,2% na região Sul.

8. Entre as unidades da Federação, observa-se que posicionados nos níveis 5 e 6 da escala de proficiência de Matemática estão cerca de 39% dos estudantes no Paraná e em Santa Catarina e pouco mais de 21% no Amapá e no Maranhão. Os níveis 7 e 8 concentram 31% dos alunos no Ceará e 25,8% em Santa Catarina, contrastando com os percentuais menores de Rondônia (7%) e do Rio Grande do Norte (8,3%). Por outro lado, os percentuais de alunos situados nos níveis 1 e 2 da escala variam de 6,7% em Santa Catarina a 24,5% no Maranhão. Já abaixo do nível 1, estão situados menos de 1% dos estudantes no Paraná e em Santa Catarina, contrastando com os percentuais de cerca de 8% e 7% no Amapá e no Maranhão, respectivamente.
9. Verifica-se que, na zona rural, o percentual de alunos com proficiência situada nos níveis 5 e 6 da escala de Matemática é cerca de 8 pontos percentuais menor do que o da zona urbana, enquanto a proporção de alunos nos níveis 1 e 2 é maior na zona rural (18,3%) quando comparada à urbana (12,7%). Abaixo do nível 1, estão situados, na zona rural, mais do que o dobro (6%) de estudantes do que se verifica na zona urbana (2,5%).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jul. 2018. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico*. Brasília, DF: Inep, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019. Estabelece as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 maio 2019. Seção 1, p. 47.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Matriz de referência de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb: 2º ano do ensino fundamental*. Brasília, DF: Inep, 2020a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resultados [do Saeb]*. Brasília, DF, [2020c]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>>. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório de resultados do Saeb 2019: volume 2: 2º ano do ensino fundamental*. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2017.



META 6

.....

OFERECER EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM, NO MÍNIMO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS ESCOLAS PÚBLICAS, DE FORMA A ATENDER, PELO MENOS, 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DOS(AS) ALUNOS(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

.....



A Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) objetiva ampliar a oferta da educação em tempo integral (ETI), prevendo o aumento do período de permanência dos estudantes na escola ou em atividades escolares, visando oferecer atendimento a, pelo menos, 25% dos alunos dos estabelecimentos públicos de ensino da educação básica em, no mínimo, 50% das escolas públicas, até o final da vigência do Plano. Dois indicadores são utilizados para monitorar essa meta:

- *Indicador 6A: percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.*
- *Indicador 6B: percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral.*

Para compreender esses indicadores, faz-se necessária uma breve explicação sobre os conceitos adotados, os quais foram baseados nas Estratégias 6.1, 6.4, 6.5 e 6.6 da Meta 6, e nas informações disponíveis nos microdados do Censo da educação básica. Os conceitos são os seguintes:

- *Público-alvo da ETI:* são os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são presenciais, em escola pública, e não pertencem à educação de jovens e adultos nem à educação profissional técnica de nível médio oferecida na forma subsequente ou concomitante.
- *Jornada de tempo integral:* é a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias. Esta é contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarização do aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de atividade complementar (AC) e/ou de atendimento educacional especializado (AEE), realizadas em instituições públicas e/ou privadas.

- *Aluno de ETI*: é o aluno do público-alvo da ETI que está em jornada de tempo integral.
- *Escola de ETI*: é a escola que possui, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral.

Este relatório apresenta a série histórica dos Indicadores 6A e 6B, compreendendo o período de 2014 a 2021. As análises a respeito dos resultados dos indicadores são realizadas considerando tanto o Brasil quanto um conjunto de desagregações, com o intuito de mostrar a evolução da oferta da educação em tempo integral ao longo do tempo, com especial atenção às desigualdades existentes no território brasileiro no que diz respeito aos sistemas de ensino.

ALUNOS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Indicador 6A: percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.

Meta: oferta da ETI para, pelo menos, 25% dos alunos das escolas públicas, até 2024.

De acordo com o Gráfico 1, os resultados do Indicador 6A para o Brasil, no período de 2014 a 2021, mostram que o País ainda está distante de atingir a meta da oferta de jornada de tempo integral para 25% dos alunos do público-alvo da educação básica. Em 2021, esse percentual era de 15,1% dos alunos em jornada de ETI e, para atingir essa meta até 2024, é necessário que, nos próximos três anos, esse indicador aumente 9,9 pontos percentuais (p.p.), o que representa um crescimento médio de 3,3 p.p. por ano. Ao longo do período analisado, destaca-se um ligeiro aumento no percentual de alunos de ETI em 2021, em comparação com 2019, após uma queda em 2020, ano em que começou a pandemia de Covid-19, porém, ficando abaixo da marca de 17,6%, atingida no início da série temporal, em 2014.

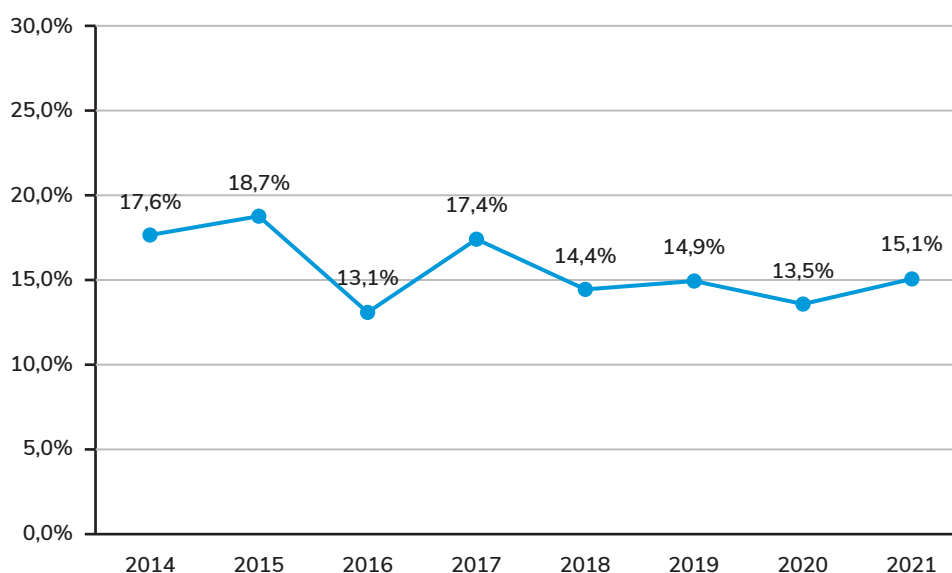


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE ALUNOS DE ETI – BRASIL – 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

Em relação às grandes regiões, verifica-se, no Gráfico 2, que a Região Nordeste é a que atendeu ao maior percentual de alunos de ETI (18,4%) em 2021, seguida pela Região Sudeste (16,7%). A Região Norte apresentou o menor percentual (6,7%), distanciando-se em 11,7 p.p. da região que obteve o maior percentual. Essa distância, em 2014, era de 9,4 p.p., o que indica um acréscimo na amplitude da desigualdade regional nesse período.

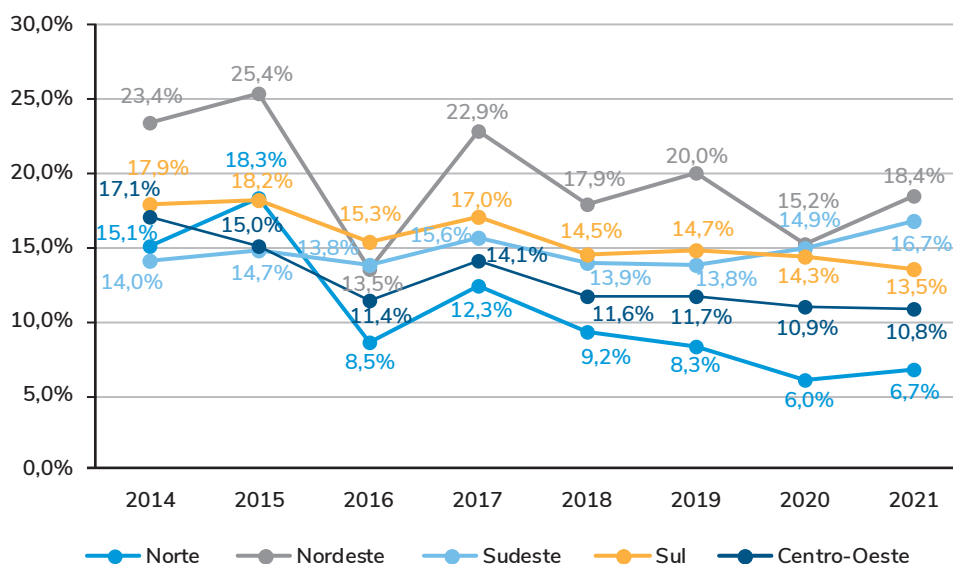


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE ALUNOS DE ETI POR GRANDE REGIÃO - BRASIL - 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

Em relação às unidades federativas brasileiras, constata-se, na Tabela 1, que os maiores percentuais, em 2021, se encontram no Ceará (31,2%), na Paraíba (25,4%), em Tocantins (22,1%), no Piauí (21,0%) e no Maranhão (19,2%). Os menores percentuais foram observados em Roraima (4,1%), seguido por Pará (4,9%), Rondônia (4,9%), Amapá (5,3%) e o Distrito Federal (6,0%). Em 2014, a diferença entre o maior e o menor percentual observado foi de 26,8 p.p. e, em 2021, 27,1 p.p., o que aponta ligeiro aumento na amplitude da desigualdade dessa oferta entre as unidades da Federação.

Tomando como referência a localização das escolas, observa-se, no Gráfico 3, um resultado maior na área urbana em 2021, totalizando 15,7%. Já na área rural, o percentual de alunos de ETI é menor, atingindo, no último ano, 11,2% dos alunos. Verifica-se também que, nesse período, a desigualdade em relação à localização das escolas foi de 4,9 p.p., em 2014, para 4,5 p.p., em 2021, ou seja, praticamente se manteve a diferença da oferta de ETI nessas duas áreas, porém invertendo as posições do início da série histórica.

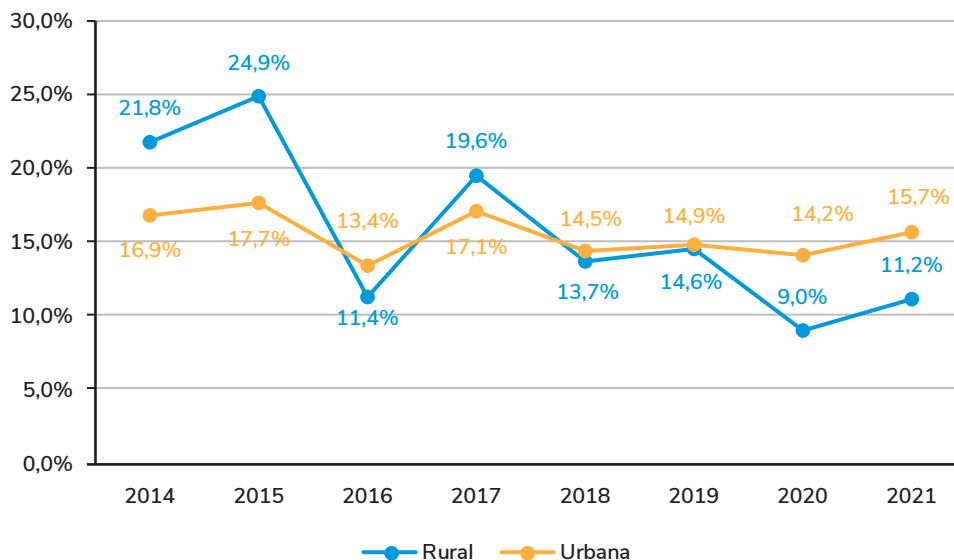


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DE ALUNOS DE ETI POR LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

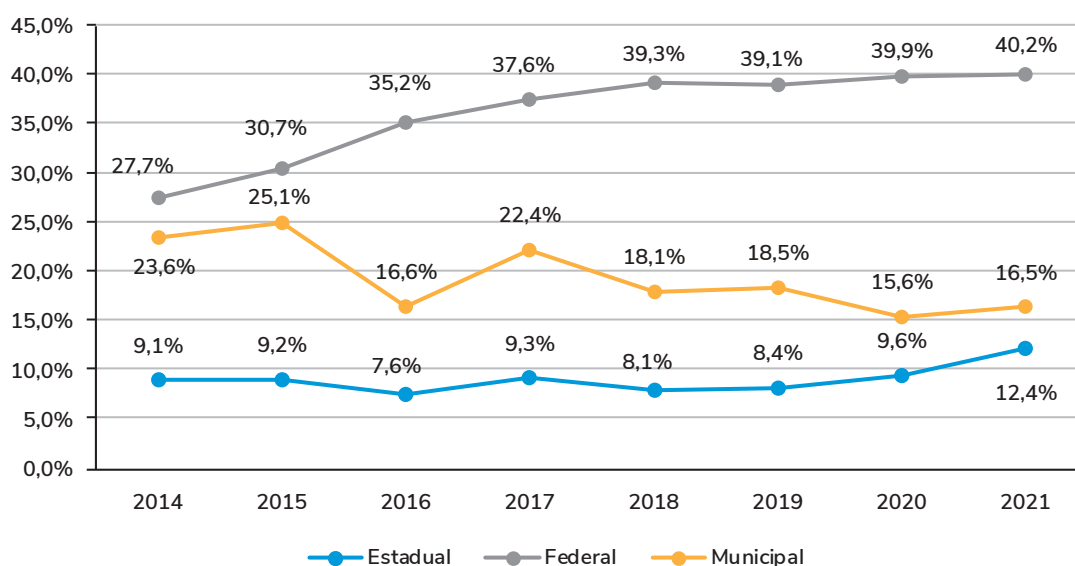


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DE ALUNOS DE ETI POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

Analisando a oferta da jornada de ETI por dependência administrativa, no Gráfico 4, nota-se que, de 2014 a 2021, a rede federal cresceu 12,5 p.p. (de 27,7% para 40,2%), representando um avanço significativo na oferta desse tipo de educação. A rede estadual também cresceu dentro desse período, saindo de 9,1%, em 2014, para 12,4%, em 2021. Já a rede municipal não conseguiu atingir o resultado do primeiro ano da série histórica, caindo de 23,6% para 16,5%. A diferença entre o maior e o menor valor percentual foi de 18,6 p.p., em 2014, e de 27,8 p.p., em 2019, o que representa considerável aumento na amplitude das desigualdades referentes às dependências administrativas no período em análise. Todavia, é importante ressaltar que o número de alunos atendidos pela rede federal é bem menor que o das demais redes públicas.

No que concerne às etapas de ensino, segundo o Gráfico 5, no período de 2014 a 2021, observa-se que a educação infantil é a que apresenta os maiores resultados, bem como certa estabilidade, mantendo-se, em 2021, quase a mesma marca de 2014: de 28,3% foi para 28,0%. No ensino médio, houve um aumento progressivo e relevante no percentual de alunos de ETI, atingindo no final desse período 16,7%, o melhor resultado da série histórica. Já nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, considerando o primeiro e o último ano analisado, ocorreu uma redução significativa no percentual de alunos de ETI, da ordem de 10,6 p.p., para os anos iniciais, e de 4,6 p.p., para os anos finais. Além disso, nessas etapas de ensino, a oscilação tem sido frequente, de modo que em 2021, comparando a 2020, ambos aumentaram, chegando o indicador dos anos iniciais a 10,6% e o dos anos finais a 11,3%. Em relação à amplitude das desigualdades, verifica-se uma diminuição não desprezível, visto que a diferença entre o maior e o menor percentual foi de 22,5 p.p., em 2014, e de 17,4 p.p., em 2021.

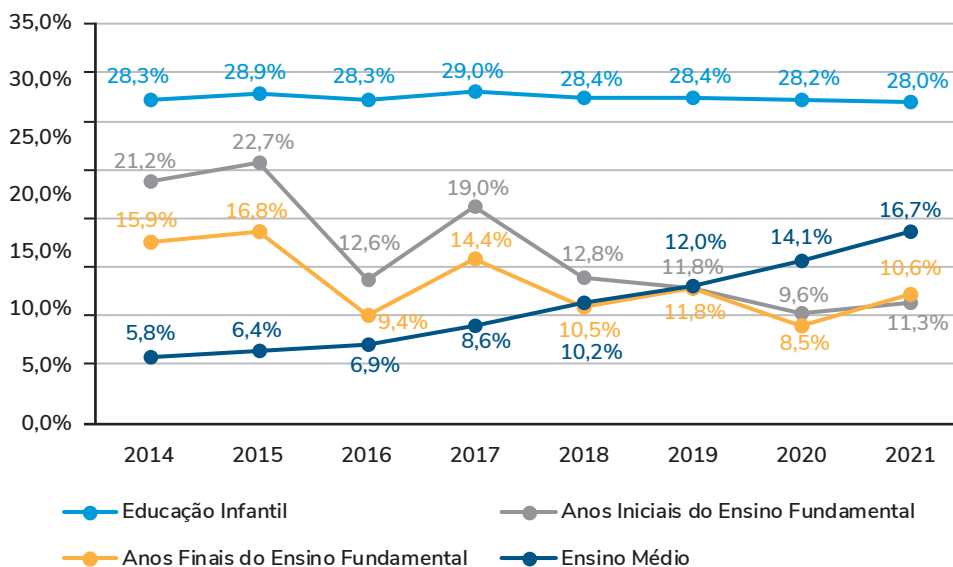


GRÁFICO 5
PERCENTUAL DE ALUNOS DE ETI POR ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Indicador 6B: percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral.

Meta: 50% das escolas públicas ofertando ETI até 2024.

De acordo com o Gráfico 6, em 2021, o Indicador 6B, referente ao percentual de escolas de ETI do País, era de 22,4%. Para que a meta de 50% das escolas públicas da educação básica com pelo menos 25% dos alunos do público-alvo da ETI, em jornada de tempo integral, seja atendida até 2024, será necessário um crescimento de 27,6 p.p. nos próximos três anos, equivalente a 9,2 p.p. por ano, em média. Também merece destaque a oscilação ocorrida no período analisado, pois há uma queda mais destacada no número de escolas de ETI em 2016 e em 2018, e uma com menos intensidade em 2020, ano marcado pelo início da pandemia de Covid-19. Em 2021, apesar da pequena melhora do indicador em relação a 2020 (aumento de 1,9 p.p.), seu resultado continua menor que o obtido em 2014 (29,0%).

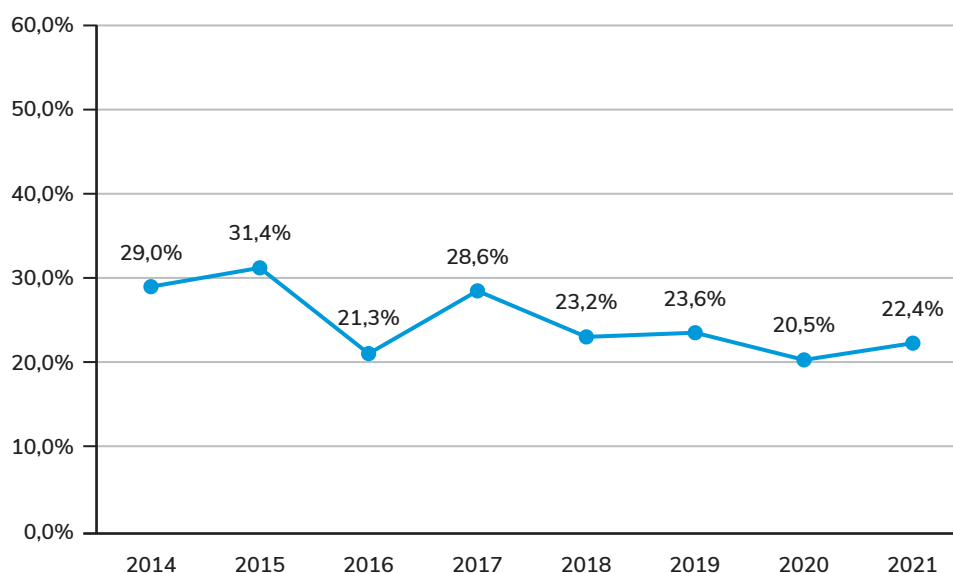


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI – BRASIL – 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

Considerando as grandes regiões do País, observa-se, no Gráfico 7, que os maiores percentuais de escolas de ETI são das Regiões Sudeste (29,7%) e Sul (28,7%) em 2021. A Região Norte é a que apresenta o menor resultado (6,9%), o qual se encontra em um patamar sensivelmente menor do que o apresentado pelas demais regiões, distanciando-se em 22,8 p.p. da Região Sudeste. Esses dados evidenciam a desigualdade existente entre as regiões, em 2021, bem como o aumento da amplitude da desigualdade, visto que a diferença entre o maior e o menor valor percentual, em 2014, foi de 18,9 p.p.

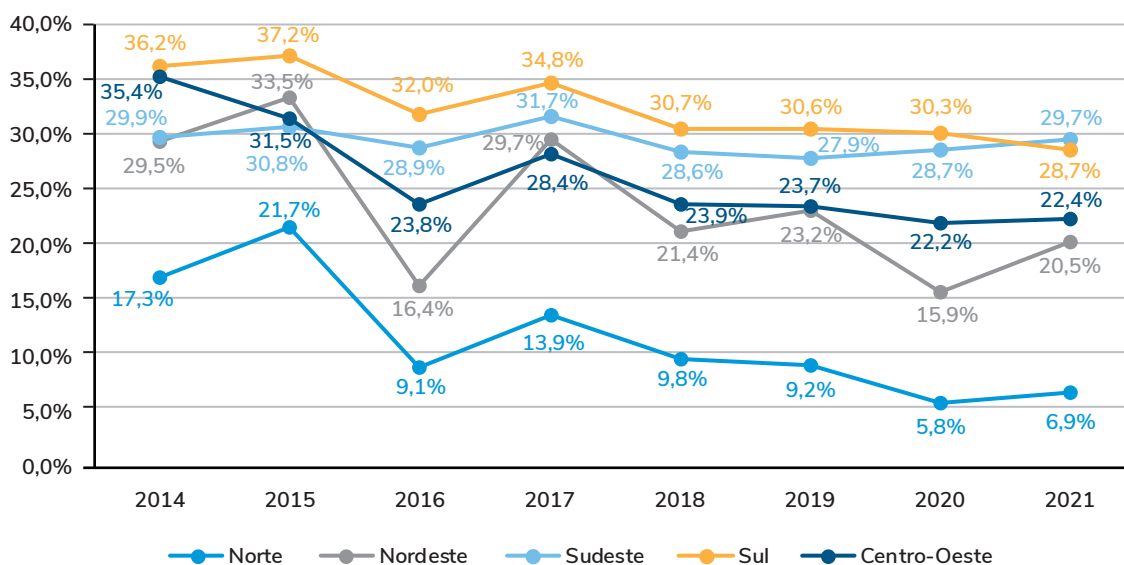


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI POR GRANDE REGIÃO - BRASIL - 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Avaliação da Educação Básica (Dinep) com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

Sobre o cenário das escolas de ETI nas unidades federativas brasileiras, nota-se, de acordo com a Tabela 2, que, em 2021, o Estado do Ceará (38,5%) se destaca, seguido por São Paulo (37,5%), Mato Grosso do Sul (32,2%), Santa Catarina (32,1%) e Paraná (30,2%). Os menores valores percentuais se encontram nos Estados do Acre (3,3%), Amapá (4,6%), Amazonas (5,5%), Pará (5,6%) e Rio Grande do Norte (6,1%), os quais, com exceção do último estado mencionado, evidenciam os desafios que a Região Norte enfrenta para oferecer a ETI aos alunos de suas redes de ensino.

TABELA 2
ESCOLAS DE ETI – BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2014-2021

Brasil/Região/UF	2014			2015			2016			2017			2018			2019			2020			2021		
	Alunos ETI		%	Alunos ETI		%	Alunos ETI		%	Alunos ETI		%	Alunos ETI		%	Alunos ETI		%	Alunos ETI		%	Alunos ETI		%
	Público ETI	N		Público ETI	N		Público ETI	N		Público ETI	N		Público ETI	N		Público ETI	N		Público ETI	N		Público ETI	N	
Brasil	147.026	42.665	29,0%	144.984	45.533	31,4%	144.012	30.618	21,3%	142.028	40.599	28,6%	139.179	32.228	23,2%	137.090	32.290	23,6%	136.423	27.969	20,5%	135.785	30.454	22,4%
Norte	21.420	3.701	17,3%	21.146	4.586	21,7%	20.931	1.898	9,1%	20.771	2.882	13,9%	20.431	1.995	9,8%	20.225	1.862	9,2%	20.160	1.174	5,8%	20.104	1.388	6,9%
Rondônia	1.141	250	21,9%	1.123	338	30,1%	1.109	145	13,1%	1.088	119	10,9%	1.064	68	6,4%	1.050	71	6,8%	1.045	72	6,9%	1.035	67	6,5%
Acre	1.627	267	16,4%	1.601	306	19,1%	1.588	184	11,6%	1.567	144	9,2%	1.535	95	6,2%	1.512	88	5,8%	1.507	82	5,4%	1.497	50	3,3%
Amazonas	5.171	525	10,2%	5.122	795	15,5%	5.055	382	7,6%	5.043	595	11,9%	4.972	277	5,6%	4.930	357	7,2%	4.910	228	4,6%	4.950	270	5,5%
Roraima	741	64	8,6%	745	46	6,2%	762	58	7,6%	782	52	6,6%	787	57	7,2%	797	52	6,5%	799	56	7,0%	796	57	7,2%
Pará	10.486	1.853	17,7%	10.319	2.296	22,3%	10.184	693	6,8%	10.055	1.343	13,4%	9.857	1.121	11,4%	9.759	864	8,9%	9.720	420	4,3%	9.646	536	5,6%
Amapá	762	90	11,8%	753	94	12,5%	756	48	6,3%	755	27	3,6%	748	29	3,9%	749	29	3,9%	757	26	3,4%	759	35	4,6%
Tocantins	1.492	652	43,7%	1.483	711	47,9%	1.477	388	26,3%	1.481	602	40,6%	1.468	348	23,7%	1.428	401	28,1%	1.422	290	20,4%	1.421	373	26,2%
Nordeste	59.001	17.381	29,5%	57.174	19.125	33,5%	56.279	9.203	16,4%	54.563	16.220	29,7%	52.379	11.207	21,4%	50.694	11.772	23,2%	50.059	7.983	15,9%	49.473	10.156	20,5%
Maranhão	11.873	2.338	19,7%	11.614	3.153	27,1%	11.448	1.051	9,2%	11.192	2.102	18,8%	10.803	1.727	16,0%	10.592	2.102	19,8%	10.499	1.043	9,9%	10.378	2.085	20,1%
Piauí	4.958	889	17,9%	4.701	1.420	30,2%	4.580	699	15,3%	4.346	4.346	100,0%	4.088	974	23,8%	3.885	1.001	25,8%	3.813	515	13,5%	3.723	770	20,7%
Ceará	6.467	2.699	41,7%	6.343	2.638	41,6%	6.275	1.087	17,3%	6.169	2.885	46,8%	6.016	1.802	30,0%	5.808	2.651	45,6%	5.799	1.982	34,2%	5.743	2.210	38,5%
Rio Grande do Norte	3.034	1.103	36,4%	2.961	962	32,5%	2.923	380	13,0%	2.879	667	23,2%	2.810	384	13,7%	2.776	386	13,9%	2.736	165	6,0%	2.710	166	6,1%
Paraíba	4.585	1.960	42,7%	4.477	1.732	38,7%	4.382	880	20,1%	4.139	1.490	36,0%	3.975	1.020	25,7%	3.862	962	24,9%	3.834	850	22,2%	3.793	990	26,1%
Pernambuco	7.165	2.630	36,7%	6.898	2.423	35,4%	6.792	1.180	17,4%	6.566	2.222	33,9%	6.276	1.198	19,1%	6.094	1.222	20,1%	6.016	863	14,3%	5.932	885	14,9%
Alagoas	2.657	842	31,7%	2.568	866	33,7%	2.530	420	16,6%	2.493	729	29,2%	2.430	669	27,5%	2.347	597	25,4%	2.305	500	21,7%	2.298	618	26,9%
Sergipe	1.847	467	25,3%	1.820	531	29,2%	1.804	228	12,6%	1.745	428	24,5%	1.691	286	16,9%	1.663	282	17,0%	1.635	186	11,4%	1.621	283	17,5%
Bahia	16.415	4.453	27,1%	15.852	5.400	34,1%	15.545	3.278	21,1%	15.034	4.548	30,3%	14.290	3.147	22,0%	13.667	2.589	18,9%	13.422	1.879	14,0%	13.275	2.149	16,2%
Sudeste	39.495	11.825	29,9%	39.470	12.151	30,8%	39.547	11.422	28,9%	39.513	12.526	31,7%	39.305	11.247	28,6%	39.207	10.930	27,9%	39.259	11.275	28,7%	39.277	11.663	29,7%
Minas Gerais	12.433	2.943	23,7%	12.357	3.162	25,6%	12.311	3.024	24,6%	12.212	3.227	26,4%	12.042	2.799	23,2%	11.866	2.365	19,9%	11.834	2.417	20,4%	11.805	2.435	20,6%
Espírito Santo	2.917	540	18,5%	2.886	572	19,8%	2.852	367	12,9%	2.806	409	14,6%	2.746	323	11,8%	2.716	328	12,1%	2.683	335	12,5%	2.665	393	14,7%
Rio de Janeiro	6.404	2.481	38,7%	6.392	2.126	33,3%	6.415	1.904	29,7%	6.428	2.355	36,6%	6.412	2.038	31,8%	6.448	1.975	30,6%	6.486	1.972	30,4%	6.510	1.966	30,2%
São Paulo	17.741	5.861	33,0%	17.835	6.291	35,3%	17.969	6.127	34,1%	18.067	6.535	36,2%	18.105	6.087	33,6%	18.177	6.262	34,5%	18.256	6.551	35,9%	18.297	6.869	37,5%
Sul	19.540	7.075	36,2%	19.569	7.271	37,2%	19.584	6.272	32,0%	19.483	6.785	34,8%	19.356	5.940	30,7%	19.291	5.911	30,6%	19.276	5.836	30,3%	19.263	5.526	28,7%
Paraná	7.104	2.511	35,3%	7.143	2.637	36,9%	7.203	2.479	34,4%	7.211	2.541	35,2%	7.225	2.304	31,9%	7.234	2.296	31,7%	7.243	2.244	31,0%	7.247	2.191	30,2%
Santa Catarina	4.993	1.843	36,9%	4.999	1.927	38,5%	4.951	1.786	36,1%	4.929	1.832	37,2%	4.881	1.730	35,4%	4.857	1.673	34,4%	4.853	1.681	34,6%	4.857	1.557	32,1%
Rio Grande do Sul	7.443	2.721	36,6%	7.427	2.707	36,4%	7.430	2.007	27,0%	7.343	2.412	32,8%	7.250	1.906	26,3%	7.200	1.942	27,0%	7.180	1.911	26,6%	7.159	1.778	24,8%
Centro-Oeste	7.570	2.883	38,2%	7.625	2.400	31,5%	7.671	1.823	23,8%	7.698	2.186	28,4%	7.708	1.839	23,9%	7.673	1.815	23,7%	7.669	1.701	22,2%	7.668	1.721	22,4%
Mato Grosso do Sul	1.269	456	35,9%	1.283	450	35,1%	1.292	384	29,7%	1.302	429	32,9%	1.308	376	28,7%	1.309	386	29,5%	1.320	400	30,3%	1.326	427	32,2%
Mato Grosso	2.243	788	35,1%	2.245	753	33,5%	2.263	437	19,3%	2.255	516	22,9%	2.247	398	17,7%	2.247	390	17,4%	2.250	340	15,1%	2.242	313	14,0%
Goiás	3.423	1.355	39,6%	3.456	1.117	32,3%	3.477	938	27,0%	3.497	1.164	33,3%	3.504	981	28,0%	3.467	957	27,6%	3.448	881	25,6%	3.449	915	26,5%
Distrito Federal	635	84	13,2%	641	80	12,5%	639	64	10,0%	644	77	12,0%	649	84	12,9%	650	82	12,6%	651	80	12,3%	651	66	10,1%

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

Considerando a localização das escolas de ETI, percebe-se, no Gráfico 8, que em 2021, do mesmo modo que acontece no caso dos alunos, é na área urbana que se encontra o maior percentual de escolas de ETI (29,4%), sendo o resultado na área rural bem menor (11,4%). Quando se analisam as diferenças entre os percentuais em 2014 e em 2021, verifica-se um pequeno aumento das desigualdades, de 16,6 p.p. para 18,0 p.p.

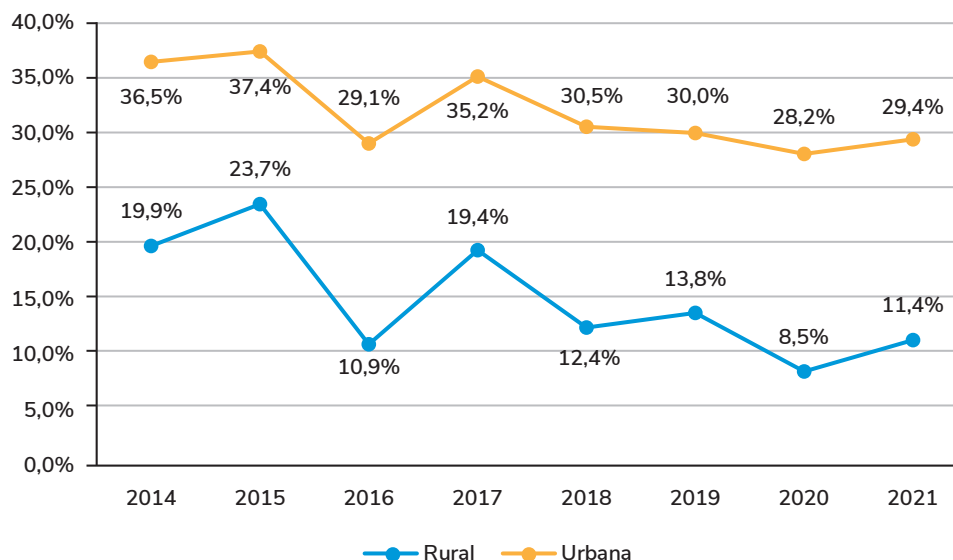


GRÁFICO 8

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

Tratando da dependência administrativa, como mostra o Gráfico 9, o percentual de escolas de ETI (2014–2021) aumentou consideravelmente na rede federal, partindo de 38,2% em 2014 para 50,2% em 2021, um crescimento equivalente a 12,0 p.p. Na rede municipal, os resultados oscilaram, decrescendo para 23,2% em 2016, recuperando para 31,7% em 2017, e decrescendo novamente até 2020. Embora tenha obtido uma leve recuperação em 2021, quando atingiu a marca de 23,9%, esse resultado ainda se encontra abaixo do alcançado em 2014. Já em relação à rede estadual, as oscilações foram mais baixas, e o resultado de 2021 apresentou uma recuperação no período, chegando a 16,1%. No entanto, essa marca continua menor que a do início da série (18,4%). A amplitude das desigualdades para essa desagregação aumentou fortemente no decorrer dos anos, saindo de 19,8 p.p., em 2014, para 34,1 p.p., em 2021.

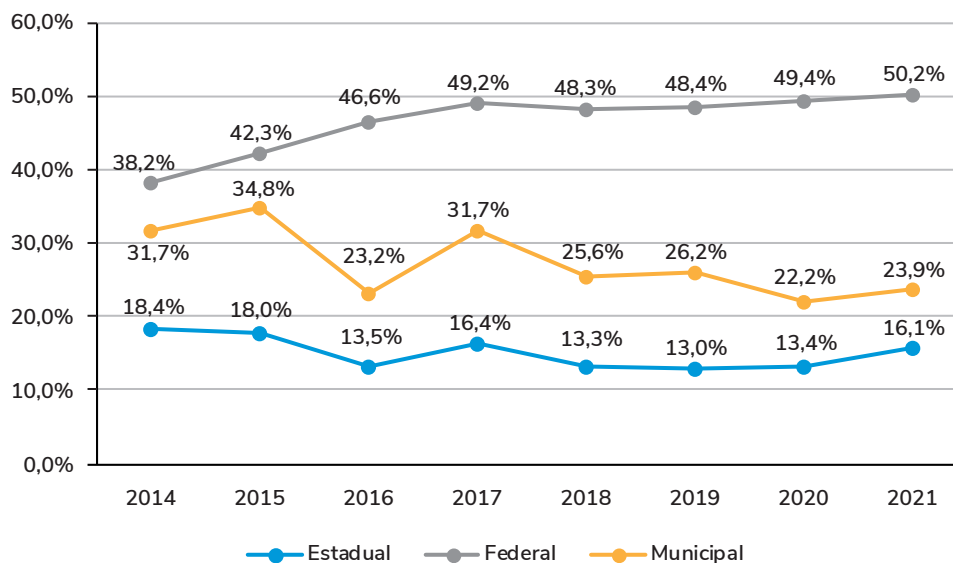


GRÁFICO 9

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

No tocante às etapas de ensino, segundo o Gráfico 10, constata-se que, no ensino médio, o percentual de escolas de ETI apresenta uma tendência de crescimento, saindo de 7,3%, em 2014, para 20,6%, em 2021. Também se observa essa tendência na educação infantil, embora em menor proporção, evoluindo de 19,9% para 23,8% no período analisado. Já nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, os resultados de 2021, apesar de uma pequena recuperação em referência a 2020, são menores: 11,1% e 12,8%, respectivamente. A amplitude da desigualdade entre as etapas de ensino diminuiu consideravelmente, passando de 20,5 p.p., em 2014, para 12,7 p.p., em 2021. Essa redução, porém, ocorre em um contexto onde a oferta da ETI nas escolas públicas de ensino fundamental diminuiu em relação ao início da série histórica, de modo que, ao final, o melhor resultado passou a ser o da educação infantil.

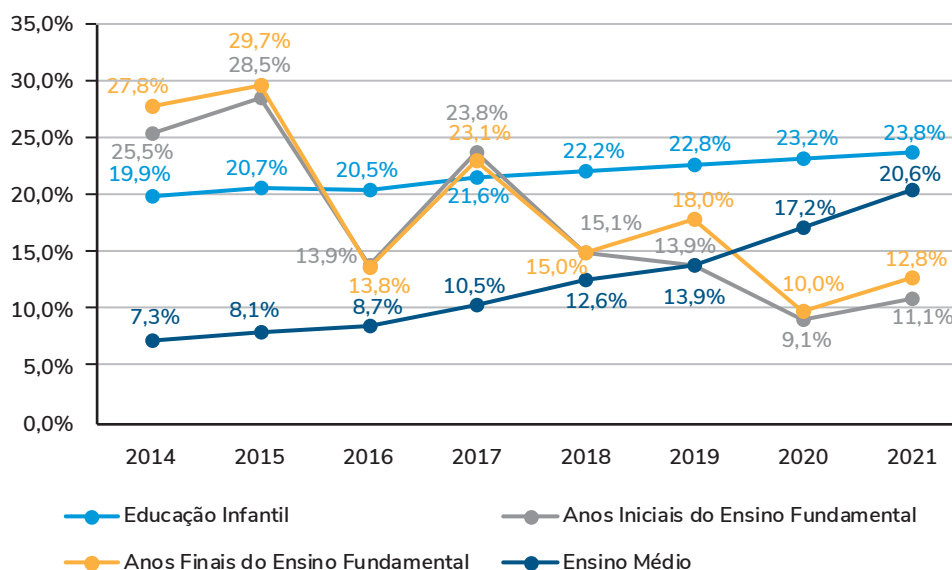


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ETI POR ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2014-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2014-2021).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Em vista das considerações apresentadas, é possível tecer as seguintes conclusões no tocante ao cumprimento da Meta 6 do PNE:

1. Em 2021, os resultados aferidos pelos Indicadores 6A (15,1%) e 6B (22,4%) apontam que as metas ainda estão longe de serem atingidas em 2024. Para alcançá-las, é preciso aumentar em 9,9 p.p. o número de alunos de ETI, assegurando um crescimento médio de 3,3 p.p. por ano; além disso, é preciso aumentar em 27,6 p.p. o número de escolas de ETI, promovendo um crescimento médio de 9,2 p.p. por ano. Tais resultados, a despeito da recuperação em relação a 2020, ano em que se inicia a pandemia de Covid-19 no Brasil, indicam que o atingimento dessas metas exigirá um grande esforço dos governantes e gestores educacionais na ampliação da oferta da educação em tempo integral até 2024.
2. A Região Norte continua apresentando os percentuais mais baixos tanto de alunos quanto de escolas de ETI. A Região Nordeste apresentou o maior percentual de alunos de ETI, e a Região Sudeste, seguida pela Região Sul, apresentou o maior percentual de escolas de ETI. Esses resultados alertam para os desafios que os Estados do Norte do País enfrentam para promover essa forma de educação.
3. A área urbana, desde 2018, apresenta o maior percentual de alunos de ETI e, nos últimos dois anos, aumentou a distância da oferta desse tipo de educação em relação à área rural. No caso das escolas de ETI, o maior percentual também se encontra na área urbana em todo o período analisado, apresentando uma distância maior ainda.

4. A rede federal é a que apresenta os melhores resultados tanto dos alunos quanto das escolas de ETI, embora seja uma rede bem menor que as outras duas em número de estudantes e estabelecimentos de ensino. A rede municipal se encontra em uma situação intermediária para ambos os indicadores; a rede estadual, no que lhe concerne, exibe o menor percentual de alunos e de escolas de ETI.
5. O maior percentual de alunos e escolas de ETI, atualmente, está na educação infantil. O ensino médio é o que apresentou o maior crescimento no percentual de alunos e de escolas de ETI no período analisado, ultrapassando, em 2020, os resultados dos anos iniciais e finais do ensino fundamental nos dois indicadores. Esta etapa é a que concentra o maior número de alunos e a que apresentou a maior queda no percentual de alunos e de escolas no período analisado, a despeito da pequena recuperação que ocorreu de 2020 para 2021.

Para uma análise mais detalhada da oferta da ETI por etapas da educação básica e por redes de ensino, confira os Panoramas das Escolas e dos Alunos de ETI no Brasil, nos Estados e nos Municípios (OLIVEIRA; BARROS, 2021; BARROS; OLIVEIRA, 2022)

REFERÊNCIAS

BARROS, G. T. F. ; OLIVEIRA, A. S. de . *Panorama dos Alunos de Educação em Tempo Integral no Brasil: Proposta de análise das estratégias da Meta 6 do Plano Nacional de Educação no período de 2014/2019*. In: Gustavo Henrique Moraes ; Ana Elizabeth M. Albuquerque ; Santos, Robson. (Org.). *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais*. 1ed. Brasília: INEP, 2022, v. 6, p. 107-146.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da educação básica (2014-2021)*. Brasília, DF, [s. d]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 4 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

OLIVEIRA, A. S. de; BARROS, G. T. F. . *Panorama das escolas de educação em tempo integral no Brasil: proposta de análise das estratégias da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) no período de 2014-2019*. SÉRIE DOCUMENTAL (INEP), v. 48, p. 05-76, 2021.

META 7

FOMENTAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES, COM MELHORIA DO FLUXO ESCOLAR E DA APRENDIZAGEM, DE MODO A ATINGIR AS SEGUINTE MÉDIAS NACIONAIS PARA O IDEB:

Nível de ensino	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2



A Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) diz respeito à melhoria da qualidade da educação básica e toma como indicador central o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ideb agrega duas dimensões: o fluxo escolar, mensurado pela taxa de aprovação da etapa, e o desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Determinando que até o final da vigência do PNE o País deva alcançar Ideb 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental (EF), 5,5 para os anos finais do ensino fundamental e 5,2 para o ensino médio (EM), a Meta 7 apresenta um conjunto de 36 estratégias, dentre as quais destaca-se a Estratégia 7.2, que prevê a melhoria da aprendizagem de forma a garantir que todos os alunos do ensino fundamental e do ensino médio alcancem nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 80% o nível desejado, até o final de vigência do Plano.

O monitoramento da Meta 7 é realizado por meio de três indicadores nacionais:

- *Indicador 7A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental.*
- *Indicador 7B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental.*
- *Indicador 7C: Ideb do ensino médio.*

Este Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta esses indicadores no período de 2007 a 2019¹, comparando os resultados do Ideb obtidos em cada etapa de ensino às metas intermediárias do Ideb fixadas no PNE. Os resultados são desagregados por grande região geográfica, apresentando-se também o número

¹ No momento da elaboração deste relatório, não haviam sido publicados os resultados do Ideb e Saeb 2021.

de unidades da Federação (UFs) e de municípios que atingiram suas metas intermediárias em 2019. Analisam-se ainda, separadamente, os resultados referentes às duas dimensões que compõem o Ideb – a taxa média de aprovação da etapa e o desempenho médio dos alunos nas avaliações nacionais do Saeb –, bem como os níveis de aprendizado alcançados pelos alunos do 5º e 9º anos do EF e da 3ª série do EM nas áreas de Língua Portuguesa (Leitura) e de Matemática, de acordo com as escalas de proficiência do Saeb, em 2019.

IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (EF)

Indicador 7A: Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental.

Meta: Atingir Ideb 6,0 até 2024.

A trajetória do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil foi crescente no período de 2007 a 2019, estando o Ideb obtido sempre acima das metas intermediárias estabelecidas no PNE, conforme demonstra o Gráfico 1. Em 2019, o índice alcançado foi 5,9, acima da meta fixada de 5,7, confirmando a tendência de crescimento, embora este tenha sido menor em 2019 do que nos biênios anteriores.

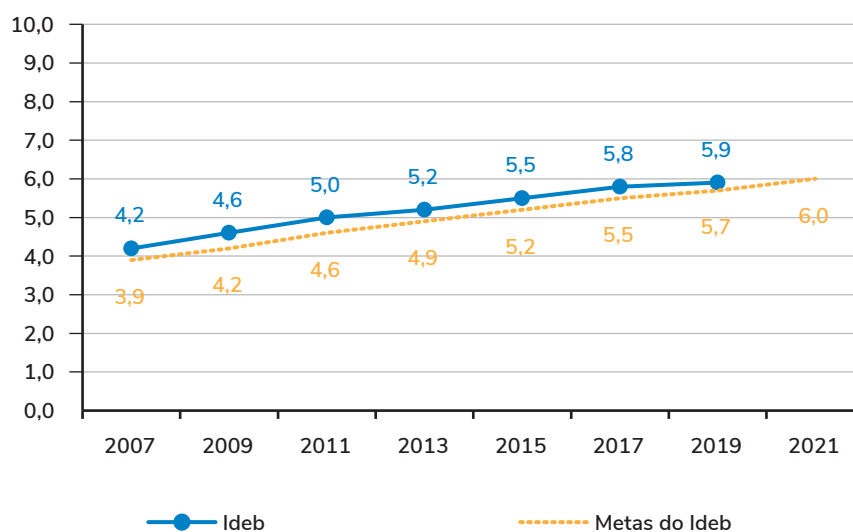


GRÁFICO 1

**IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PNE – BRASIL
– 2007-2021**

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

O percurso do Ideb dos anos iniciais do EF nas grandes regiões geográficas é apresentado no Gráfico 2, juntamente com as projeções das metas intermediárias estabelecidas para cada região, no período de 2007 a 2019. Verifica-se o crescimento do Ideb em todas as regiões, ficando sempre acima das metas intermediárias projetadas. A região Nordeste foi a que demonstrou maior crescimento no Ideb dos anos iniciais do EF em 2019 (0,3 ponto), enquanto as demais regiões tiveram um crescimento de 0,1 ponto percentual (p.p.).

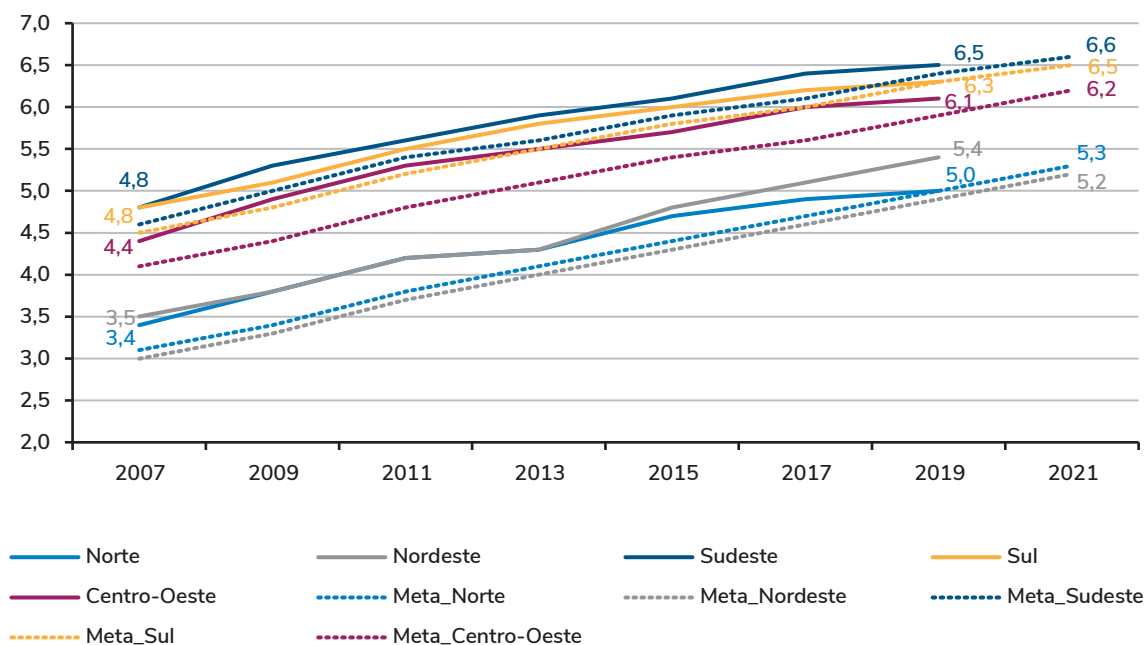


GRÁFICO 2

IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E PROJEÇÕES DO IDEB – GRANDE REGIÃO – 2007-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Considerando as unidades da Federação, verifica-se, em 2019, que 20 das 27 UFs atingiram suas metas do Ideb para os anos iniciais do EF na rede pública de ensino, 3 a menos que em 2017. Quanto aos municípios, decresceu o percentual dos que atingiram suas metas do Ideb para os anos iniciais da rede pública, diminuindo de 71% em 2017 para 61,6% em 2019.

Em relação às duas dimensões que compõem o Ideb – a taxa média de aprovação e o desempenho médio dos alunos do 5º ano nas avaliações do Saeb –, no período de 2007 a 2019, os dados indicam que ambas apresentam um percurso crescente no período (Gráficos 3 e 4). Em 2019, a taxa de aprovação dos anos iniciais do EF alcançou 95,2%, registrando um acréscimo de quase 9 p.p. desde 2007. O desempenho dos alunos do 5º ano do EF nas avaliações do Saeb expresso pela proficiência média padronizada também apresentou crescimento, embora menor do que nos biênios anteriores. Tal crescimento decorre principalmente do aumento na proficiência média em Matemática, uma vez que a proficiência em Língua Portuguesa (Leitura) ficou praticamente paralisada, como demonstra o Gráfico 5.

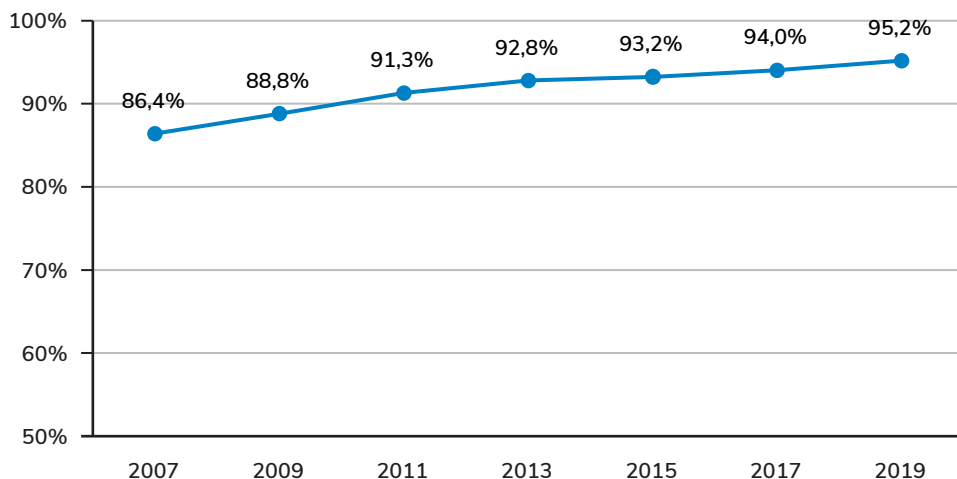


GRÁFICO 3

TAXA DE APROVAÇÃO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2007-2019).

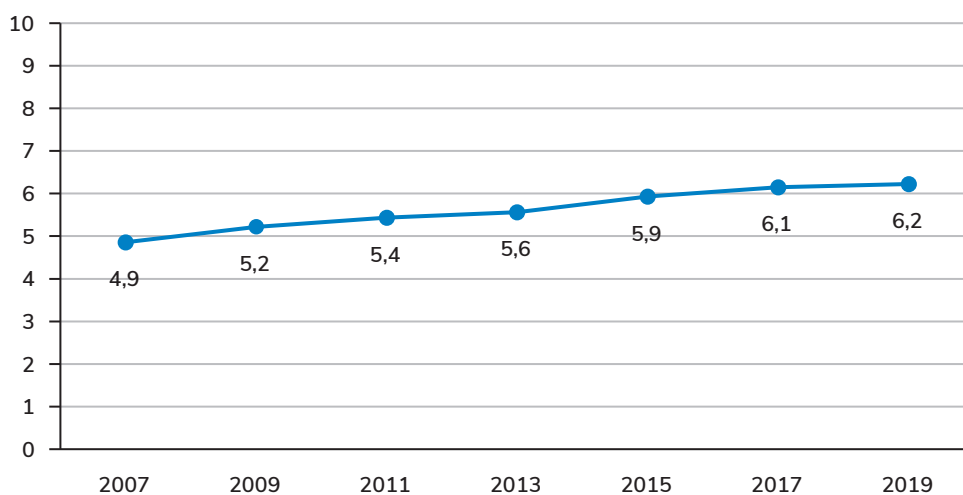


GRÁFICO 4

PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO SAEB – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

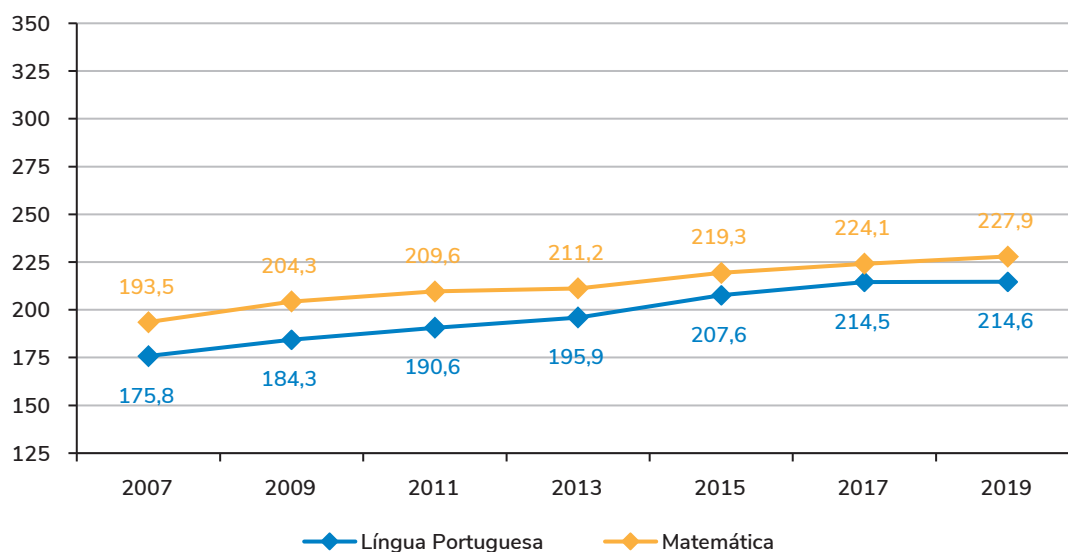


GRÁFICO 5

MÉDIAS DE PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Fazendo referência à Estratégia 7.2 da Meta 7, que prevê assegurar que todos os alunos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo até o final de vigência do PNE, convém notar que o monitoramento integral dessa meta e dessa estratégia está prejudicado, visto que ainda não foram oficialmente definidos os níveis “suficientes” de aprendizado nas áreas avaliadas no Saeb. Diante dessa limitação, a análise é realizada neste relatório com base nos resultados da distribuição dos alunos pelos níveis das escalas de proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática do Saeb, expressa nos Gráficos 6 e 7, respectivamente.

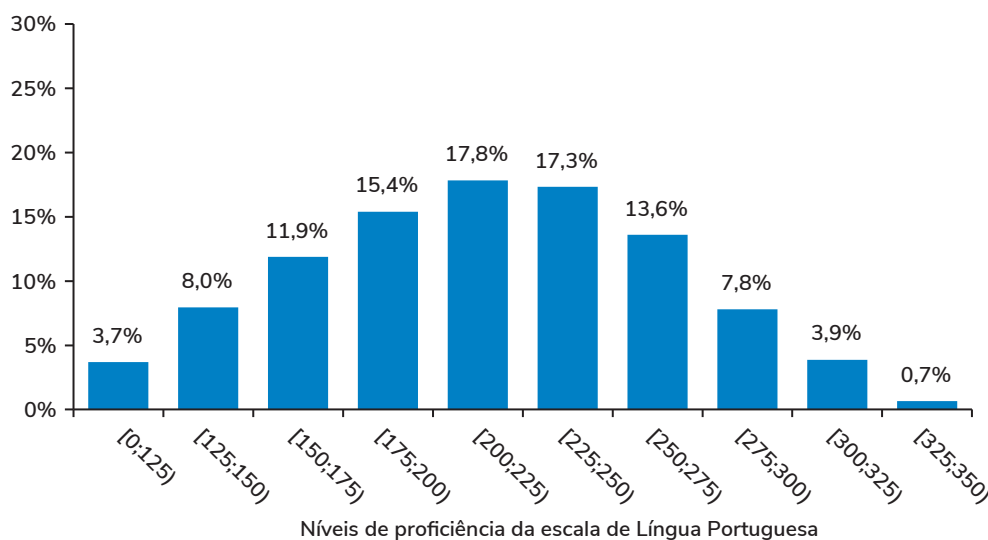


GRÁFICO 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – BRASIL – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em microdados do Saeb/Inep (2019).

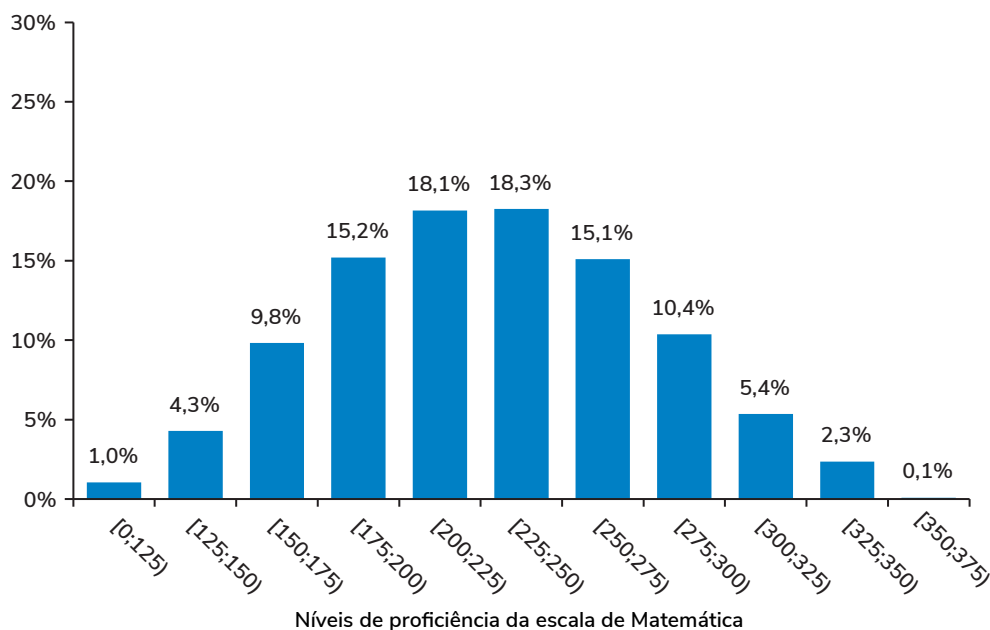


GRÁFICO 7

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção de Avaliação da Educação Básica (Dinep) com base em microdados do Saeb/Inep (2019).

De modo geral, esses resultados apontam que tanto em Língua Portuguesa (Leitura) quanto em Matemática há desigualdades no aprendizado dos alunos do 5º ano do EF, constatando-se um quantitativo considerável deles cuja proficiência se encontra situada nos níveis mais baixos das escalas, o que indica baixo aprendizado. Tais resultados assinalam que o direito à aprendizagem em nível “suficiente” preconizado na Estratégia 7.2 da Meta 7 não estaria sendo garantido a todos os alunos. De fato, vários estudos que estabelecem ou utilizam definições do nível adequado/suficiente de aprendizado² nas duas áreas do conhecimento avaliadas no Saeb evidenciam que uma parcela significativa dos estudantes brasileiros tem desempenho abaixo do nível considerado adequado ou suficiente naquelas áreas. Demonstram ainda as desigualdades no aprendizado devidas a características sociodemográficas dos estudantes, como nível socioeconômico, raça/cor, etc. (Alves et al., 2017; Alves; Ferrão, 2019; Alves; Soares; Xavier, 2016; Bof, 2021; Soares; Delgado, 2016; Soares; Alves, 2003, entre outros).

Uma análise da evolução do aprendizado dos alunos do 5º ano do EF desde a promulgação do PNE revela que, embora tenha havido uma diminuição dos percentuais de estudantes com proficiência situada nos níveis mais baixos das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática e um aumento dos percentuais em níveis mais elevados, ainda é expressivo o percentual de alunos cuja proficiência está localizada nos níveis mais baixos das escalas, indicando aprendizado precário e desigualdades no sistema educacional (Bof, 2021).

² Os parâmetros utilizados foram desenvolvidos por pesquisadores, organizações educacionais e sistemas de avaliação estaduais que definiram os padrões ou níveis de aprendizado adequados/suficientes para cada ano/série e área avaliados.

IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Indicador 7B: Ideb dos anos finais do ensino fundamental.

Meta: Atingir Ideb 5,5 até 2024.

No período de 2007 a 2019, o Ideb dos anos finais do ensino fundamental apresentou crescimento constante, sem, no entanto, conseguir atingir, desde 2013, as metas intermediárias estabelecidas para essa etapa de ensino, como demonstra o Gráfico 8. Em 2019, o Ideb obtido (4,9) ficou abaixo da meta intermediária fixada (5,2).

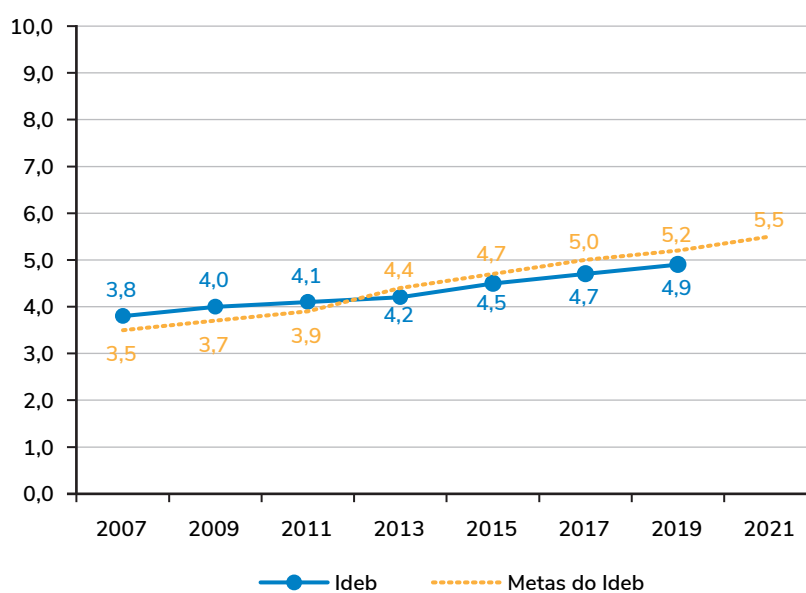


GRÁFICO 8

IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PNE – BRASIL – 2007-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Nas grandes regiões geográficas, percebe-se o aumento do Ideb dos anos finais do EF em 2019, embora nenhuma delas tenha alcançado sua projeção para aquele ano (Gráfico 9). As regiões Nordeste e Centro-Oeste são as que apresentam o maior crescimento no Ideb dos anos finais do EF no período de 2007 a 2019 (1,4 e 1,3 pontos, respectivamente).

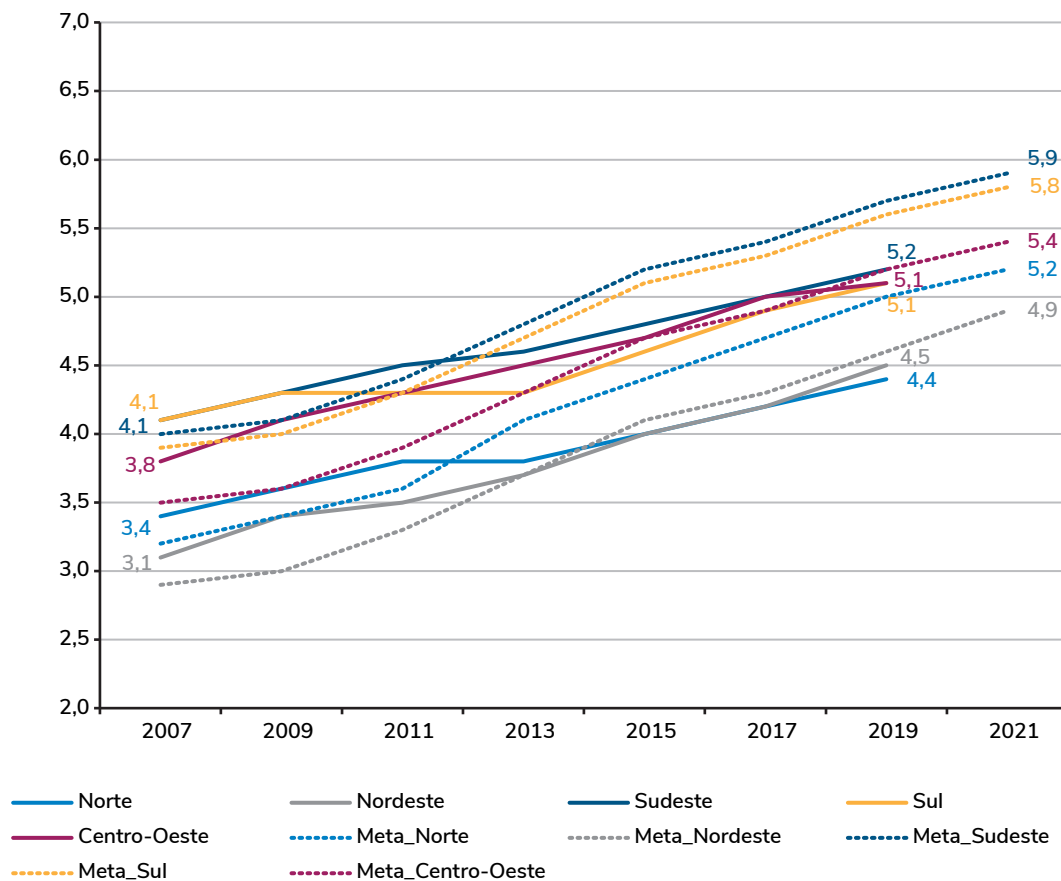


GRÁFICO 9

IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E PROJEÇÕES ESTABELECIDAS – GRANDE REGIÃO – 2007-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Tomando as unidades federativas, verifica-se que apenas 7 das 27 UFs alcançaram suas metas projetadas para o Ideb dos anos finais do EF para a rede pública em 2019. Em relação aos municípios, o percentual dos que alcançaram suas metas do Ideb para os anos finais do EF na rede pública foi de 23,1% em 2019, pouco menor do que em 2017 (23,9%).

Analisando as duas dimensões que compõem o Ideb dos anos finais do EF separadamente – a taxa média de aprovação e o desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais –, nota-se que vem aumentando progressivamente a taxa de aprovação dos anos finais do EF (Gráfico 10). Em 2019, essa taxa foi de 90%, registrando assim 10 p.p. a mais do que no início da série histórica, em 2007. Não obstante, essa taxa indica que aproximadamente 10% dos estudantes seguem uma trajetória escolar irregular nos anos finais do EF, provavelmente marcada pela reprovação e/ou pelo abandono escolar. Assim, embora o País esteja avançando no caminho de assegurar, como estabelece a Meta 2 do PNE, que pelo menos 95% dos alunos concluam o ensino fundamental na idade recomendada (em trajetória regular), será preciso concentrar ainda mais esforços para evitar principalmente a reprovação e o abandono escolar.

Quanto ao desempenho dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental nas avaliações do Saeb, os resultados mostram que, em 2019, a proficiência média padronizada aumentou, atingindo 5,5 (Gráfico 11). Quando consideradas separadamente as áreas de Língua Portuguesa

(Leitura) e de Matemática, observa-se que houve um aumento maior na média de proficiência em Matemática do que em Língua Portuguesa, em 2019, o inverso do que ocorreu no ciclo de monitoramento anterior, em 2017 (Gráfico 12).

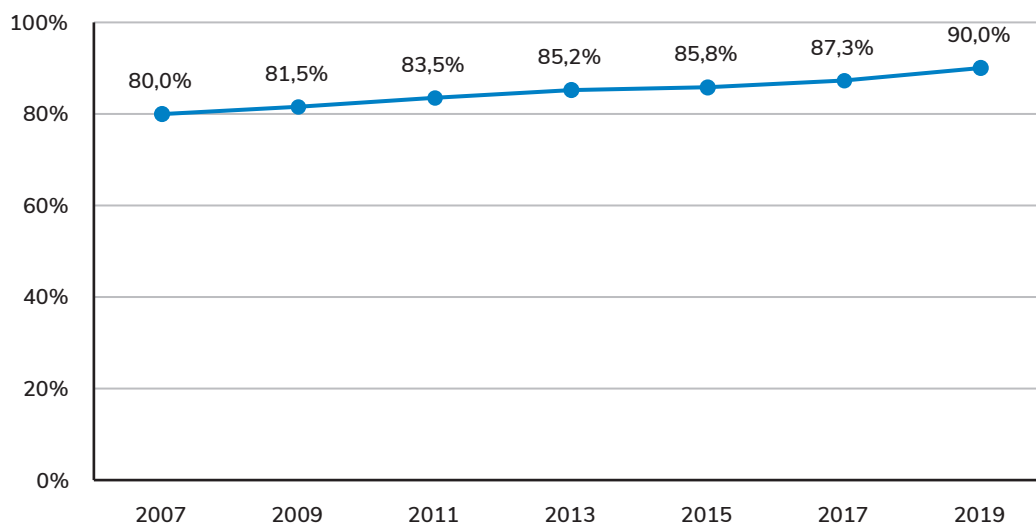


GRÁFICO 10

TAXA DE APROVAÇÃO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2007-2019).

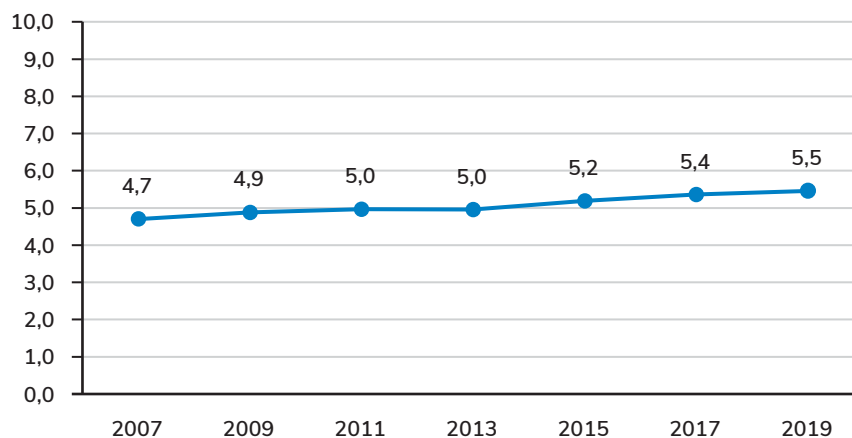


GRÁFICO 11

PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO SAEB – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

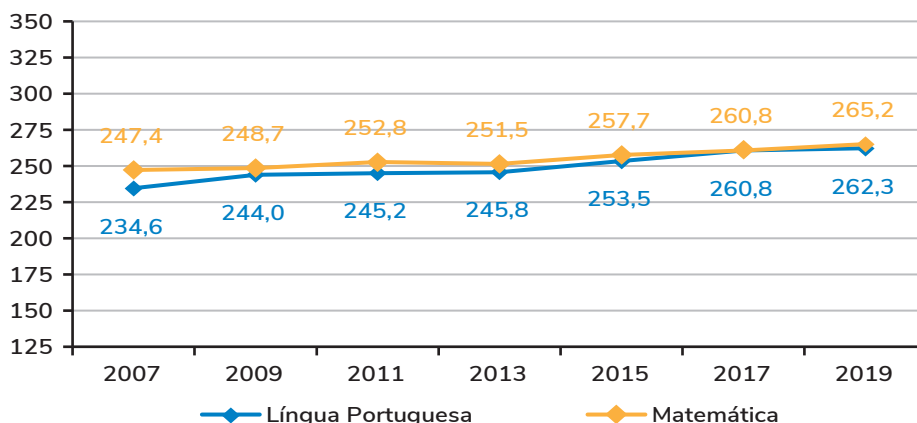


GRÁFICO 12

MÉDIAS DE PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LÍNGUA PORTUGUESA E EM MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Os Gráficos 13 e 14 trazem a distribuição percentual dos alunos do 9º ano do EF de acordo com os níveis de aprendizado alcançados em Língua Portuguesa (Leitura) e em Matemática, segundo as escalas de proficiência do Saeb, em 2019. A falta de uma definição oficial sobre quais são os níveis “suficientes” de aprendizagem nas áreas avaliadas, conforme estabelece a Estratégia 7.2 da Meta 7, dificulta o monitoramento dessa estratégia da meta, isto é, a verificação do percentual de estudantes que efetivamente alcançam o nível suficiente de aprendizado. Não obstante, os resultados apresentados nos Gráficos 13 e 14 permitem que se constatem as desigualdades no aprendizado dos estudantes do 9º ano do EF avaliados e os baixos níveis de aprendizado de um quantitativo expressivo deles, cuja proficiência está situada nos níveis inferiores das escalas.

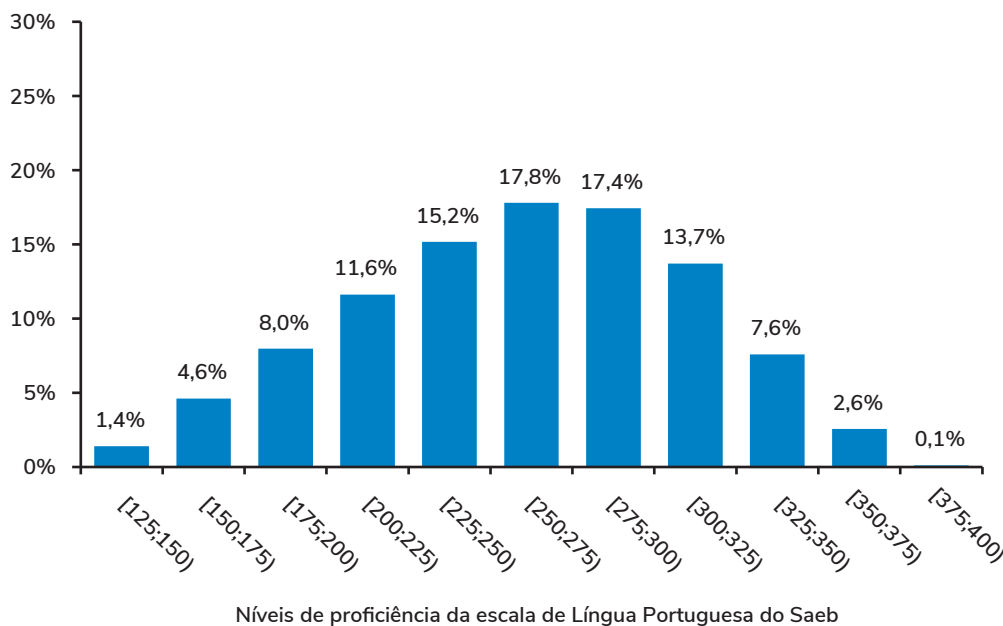


GRÁFICO 13

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – BRASIL – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base nos microdados do Saeb (Aneb/Anresc)/Inep (2019).

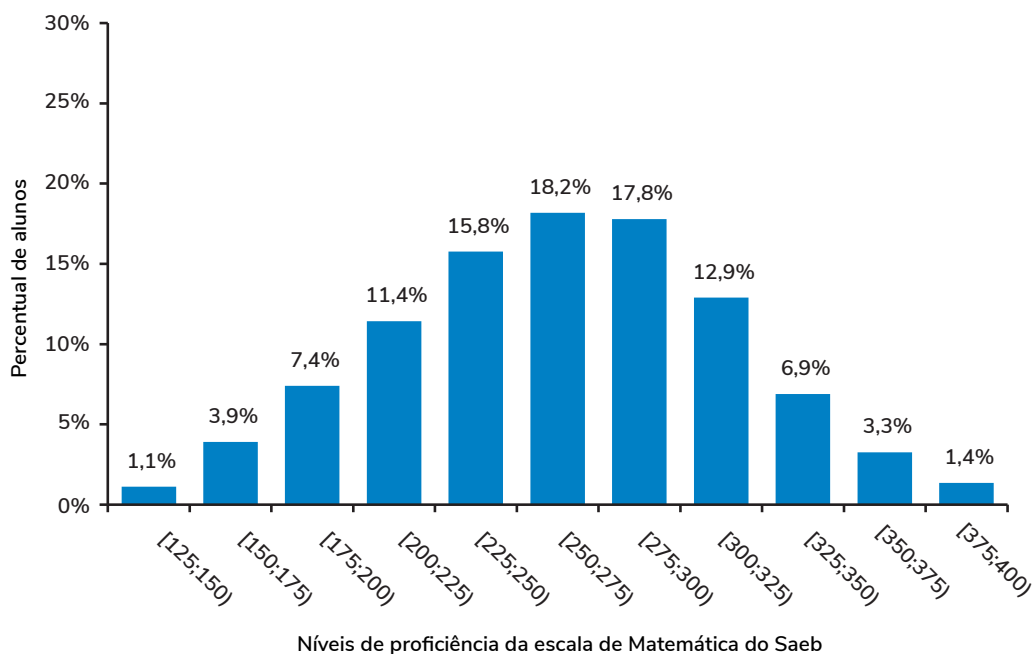


GRÁFICO 14

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base nos microdados do Saeb (Aneb/Anresc)/Inep (2019).

Uma análise comparativa desses resultados com os do Saeb 2013 – edição imediatamente anterior à promulgação do PNE – indica que houve, desde o início da vigência do Plano, um movimento positivo em relação à proficiência dos alunos: decresceram os percentuais de estudantes com proficiência localizada em níveis de aprendizado mais baixos e cresceram os percentuais em níveis mais elevados (Bof, 2021). Mesmo assim, no entanto, verifica-se que em 2019 ainda permanece um quantitativo significativo de alunos com proficiência situada nos níveis mais baixos das escalas, sinalizando aprendizado precário. Estudos identificam o perfil desses alunos que estão em maior número localizados nos níveis mais baixos das escalas, evidenciando as desigualdades que impregnam o sistema educacional brasileiro e a desvantagem educacional que atinge grupos sociais caracterizados por baixo nível socioeconômico e cor/raça preta (Alves et al., 2017; Alves; Ferrão, 2019; Alves; Soares; Xavier, 2016; Soares; Delgado, 2016; Soares; Alves, 2003, entre outros).

IDEB DO ENSINO MÉDIO

Indicador 7C: Ideb do ensino médio.

Meta: Atingir Ideb 5,2 até 2024.

O Ideb do ensino médio apresentou em 2019 o maior crescimento e o melhor resultado observado na série histórica desde 2007: de 3,8, em 2017, atingiu 4,2, em 2019 (Gráfico 15). O índice obtido em 2019, não obstante, permanece abaixo da meta do Ideb do ensino médio estabelecida para esse ano, fato que tem se repetido desde 2013.

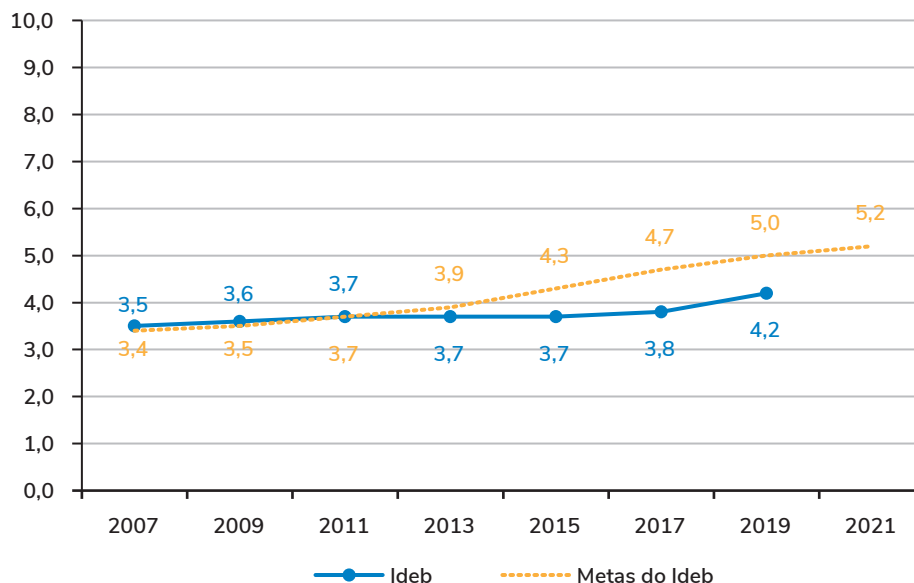


GRÁFICO 15

IDEB DO ENSINO MÉDIO E METAS FIXADAS NO PNE – BRASIL – 2007-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Em todas as grandes regiões brasileiras, houve crescimento do Ideb do ensino médio em 2019, sendo a região Sul a que apresentou o maior aumento, 0,5 ponto, seguida pelas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, 0,4 ponto (Gráfico 16). Em nenhuma das regiões, no entanto, o Ideb atingiu a meta intermediária projetada para 2019, embora tenha diminuído em todas elas a distância entre o Ideb obtido e a meta intermediária estabelecida. A região que demonstra o maior crescimento do Ideb do EM no período de 2007 a 2019 é a Centro-Oeste (1,0 ponto), seguida por Nordeste (0,8 ponto) e Norte e Sudeste (0,7 ponto).

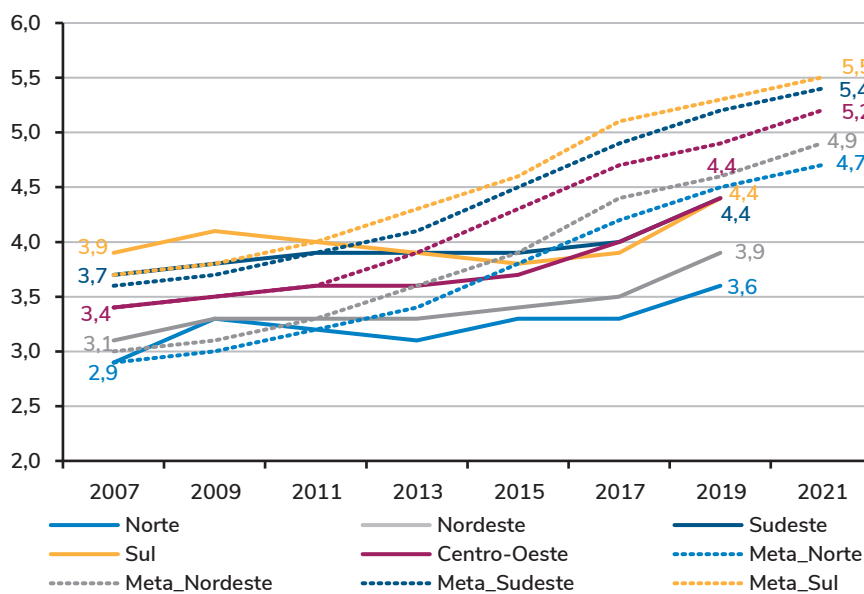


GRÁFICO 16

IDEB DO ENSINO MÉDIO E PROJEÇÕES ESTABELECIDAS – GRANDE REGIÃO – 2007-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Considerando as unidades federativas que atingem as metas projetadas do Ideb para o ensino médio na rede pública estadual, verifica-se que somente duas as alcançaram em 2019. Das 20 UFs que atingiram as metas projetadas para o ensino médio em 2011, somente 6 as alcançaram em 2013, 4 em 2015, 2 em 2017 e novamente 2 em 2019 (Goiás e Pernambuco). Os dados refletem a grande dificuldade das redes públicas estaduais de melhorar o Ideb do ensino médio.

A análise das duas dimensões do Ideb – a taxa de aprovação e o desempenho médio dos estudantes nas avaliações do Saeb – para o ensino médio aponta que houve um aumento tanto da taxa de aprovação (Gráfico 17) quanto da proficiência média padronizada dos alunos da 3ª série do EM participantes das avaliações do Saeb (Gráfico 18).³ A taxa de aprovação em 2019 alcançou 87,1%, registrando o maior crescimento no período (3,2 p.p.), enquanto a proficiência média padronizada dos alunos, envolvendo as duas áreas do conhecimento avaliadas no Saeb 2019, também apresentou o maior aumento (0,3 p.p.) desde o início da série histórica, em 2007.

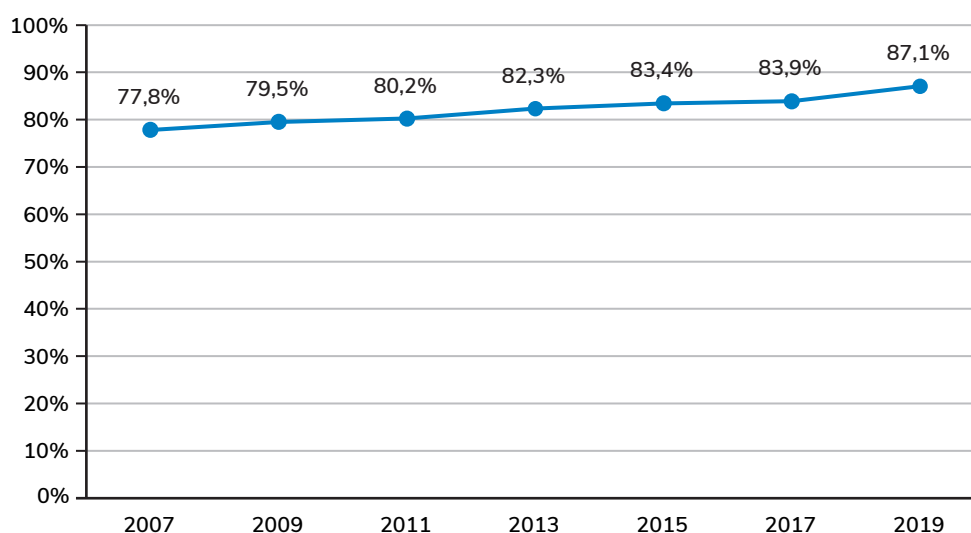


GRÁFICO 17

TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2007-2019)

³ A partir do Saeb 2017, a avaliação dos alunos concluintes do ensino médio da rede pública é censitária.

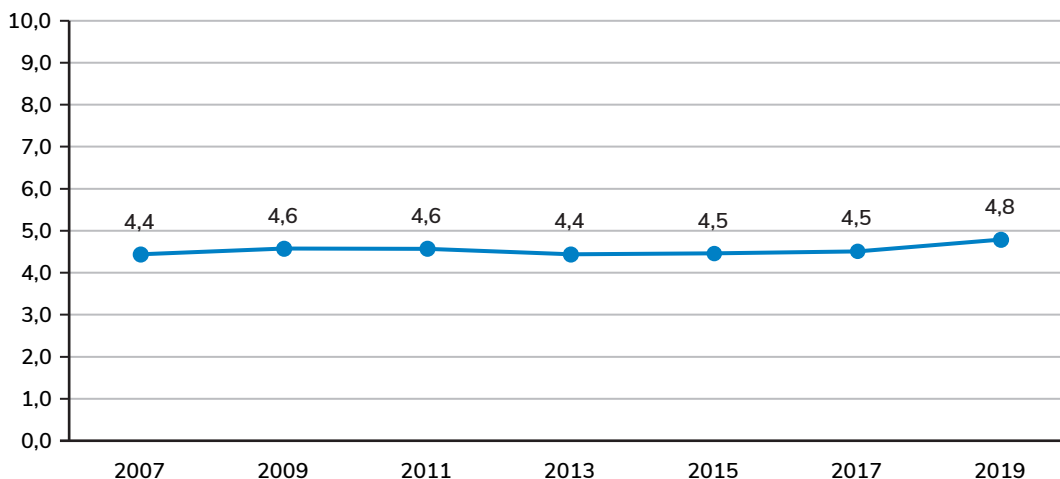


GRÁFICO 18

PROFICIÊNCIA MÉDIA PADRONIZADA DOS ALUNOS DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO NO SAEB – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

Tomando separadamente os resultados do desempenho desses alunos no Saeb 2019 em Língua Portuguesa (Leitura) e em Matemática, constata-se que, nas duas áreas, o aumento da proficiência média dos estudantes em relação ao Saeb 2017 foi expressivo – cerca de 11 pontos em Língua Portuguesa e 8 pontos em Matemática (Gráfico 19).

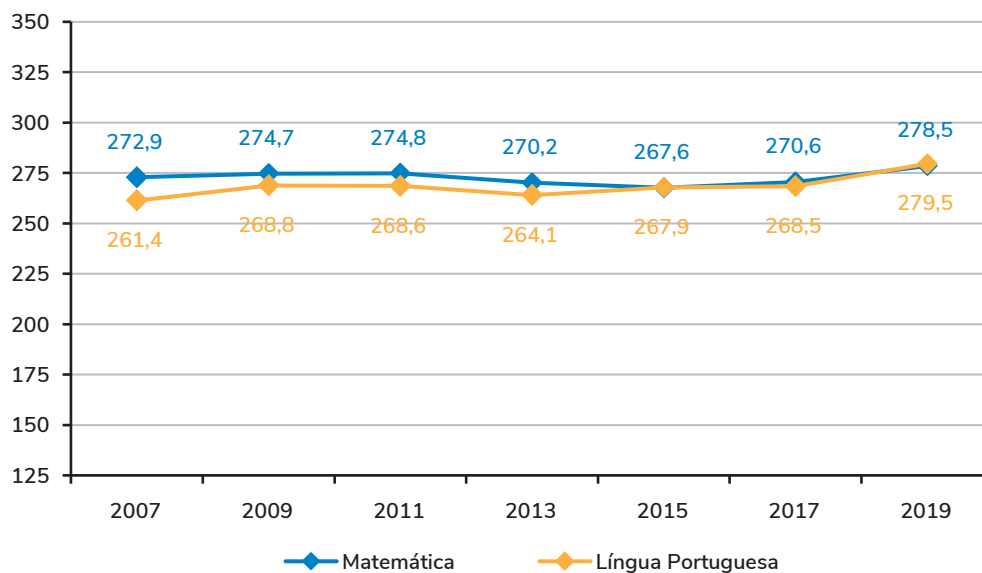


GRÁFICO 19

MÉDIAS DE PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO EM LÍNGUA PORTUGUESA E EM MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2007-2019

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Ideb/Inep (2007-2019).

A análise da distribuição desses estudantes da 3ª série do EM que participaram do Saeb 2019 pelos níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática, não obstante, revela desigualdades no aprendizado. Como demonstram os Gráficos 20 e 21, há um quantitativo desses estudantes que tem desempenho situado nos níveis inferiores das escalas de proficiência tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Isso evidencia o aprendizado precário desses alunos em relação às competências e às habilidades avaliadas no Saeb nessas áreas do conhecimento.

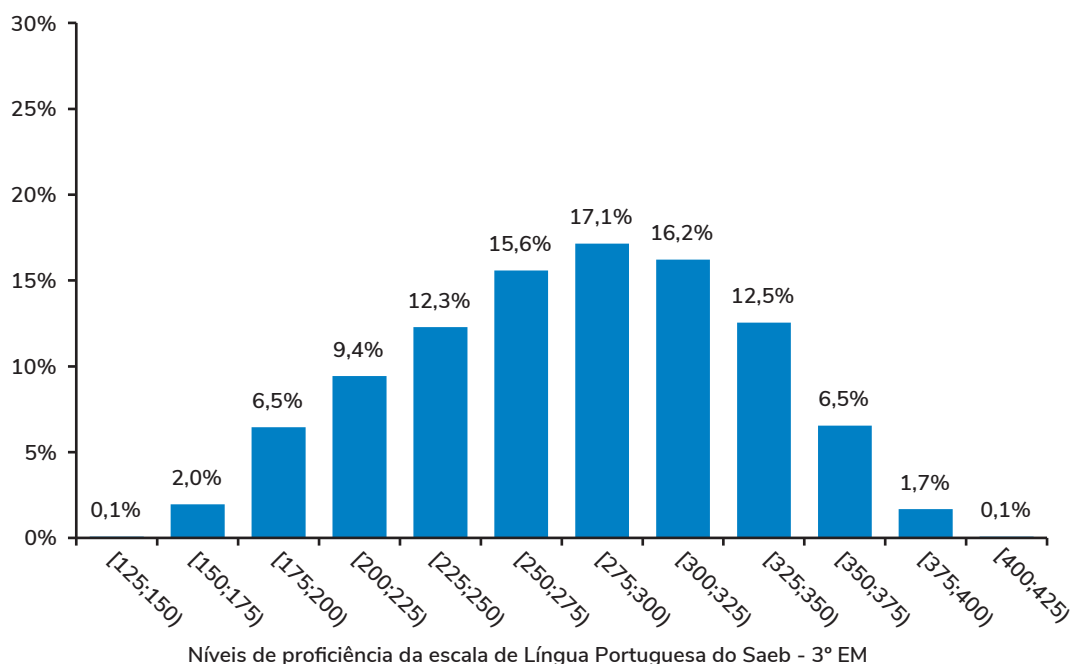


GRÁFICO 20

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO SAEB – BRASIL – 2019

Fonte: Elaborado pela Direção de Avaliação da Educação Básica (Dineb) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) com base em microdados do Saeb (Aneb/Anresc)/Inep (2019).

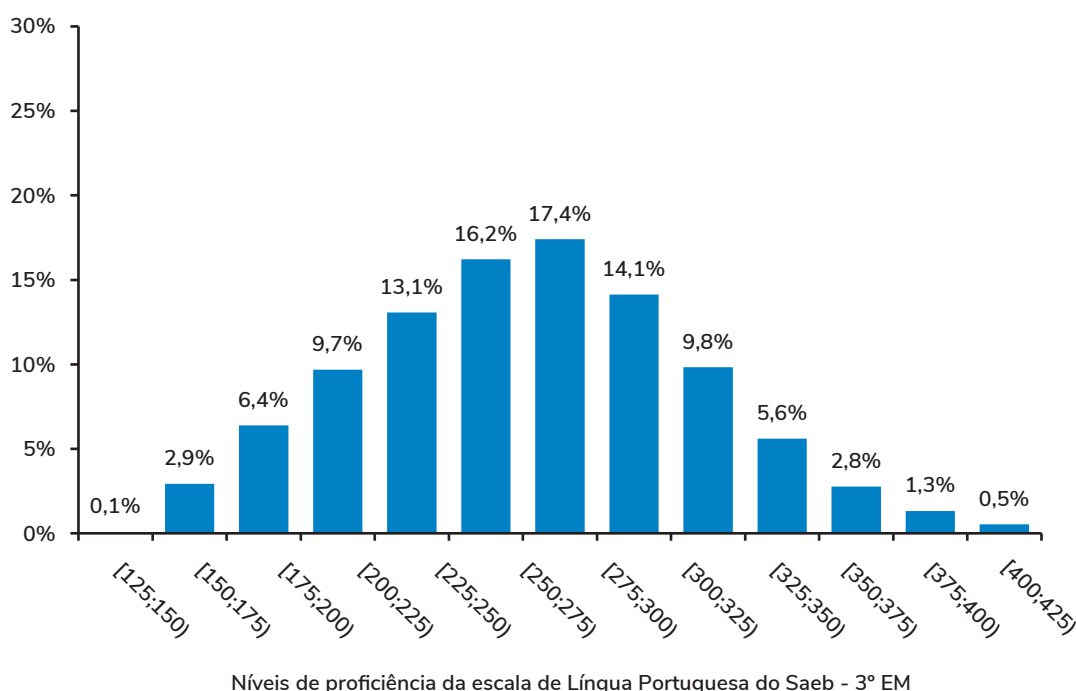


GRÁFICO 21

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA DA ESCALA DE MATEMÁTICA NO SAEB – BRASIL – 2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em microdados do Saeb (Aneb/Anresc)/Inep (2019).

De modo geral, os resultados aqui apresentados sinalizam que o aprendizado dos estudantes do ensino médio, bem como do ensino fundamental, segue desigual, desfavorecendo um quantitativo significativo de alunos, cujo desempenho está situado nos níveis mais baixos das escalas de proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática. Como já aludido nos relatórios de monitoramento do PNE anteriores, é imprescindível que se definam com urgência os níveis “suficientes” de aprendizado, para que se possa realizar o monitoramento efetivo da Meta 7 e sua Estratégia 7.2 e se caminhe na direção de assegurar, no mínimo, níveis adequados de aprendizagem a todos os estudantes brasileiros.

Esses resultados juntamente com as evidências já aquilatadas em vários estudos sobre as desigualdades no aprendizado entre grupos sociais e a caracterização dos estudantes que se encontram em maior desvantagem educacional no País são fundamentalmente importantes para o direcionamento das políticas públicas em educação que visem à melhoria da qualidade educacional com garantia da aprendizagem, bem como à minimização das desigualdades, como ditam as diretrizes do PNE.

Deve-se ressaltar que, como ainda não haviam sido calculados e publicados os dados referentes ao Saeb 2021 no momento da escrita deste texto, tais dados não puderam ser utilizados neste relatório. Sabe-se que eles provavelmente refletirão os impactos da pandemia da covid vivenciada no País em 2020 e 2021. Estudos futuros serão elaborados no âmbito dos Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais do Inep, tratando dos efeitos dessa pandemia na educação brasileira e na consecução das metas do PNE.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Ensino fundamental:

1. O Ideb dos anos iniciais do EF segue uma trajetória crescente no período 2007 a 2019, superando as metas intermediárias fixadas no PNE. Verifica-se uma evolução positiva nas duas dimensões do índice: aumentaram tanto a taxa média de aprovação nos anos iniciais do EF quanto as médias de desempenho dos alunos do 5º ano do EF em Língua Portuguesa e em Matemática nas avaliações do Saeb.
2. Os resultados relativos aos níveis de aprendizado alcançados pelos alunos do 5º ano do EF no Saeb 2019, no entanto, evidenciam grandes desigualdades no aprendizado, revelando que há um quantitativo significativo de estudantes que apresenta desempenho situado nos níveis mais baixos das escalas de proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática, o que indica baixo aprendizado.
3. O Ideb dos anos finais do EF também foi crescente no período 2007 a 2019, não atingindo, no entanto, as metas fixadas para os anos finais no PNE, desde 2013. Em 2019, o Ideb obtido foi 4,9, abaixo da meta intermediária fixada (5,2).
4. Analisando as duas dimensões que compõem o Ideb, verifica-se que a taxa média de aprovação dos anos finais do EF aumentou progressivamente no período, atingindo 90%, em 2019. Essa taxa indica que aproximadamente 10% dos estudantes seguem uma trajetória escolar irregular nos anos finais do EF, causada por reprovação e/ou abandono escolar. Quanto ao desempenho dos alunos do 9º ano do EF nas avaliações do Saeb, constata-se que em 2019 houve um aumento na proficiência média padronizada, maior em Matemática do que em Língua Portuguesa, contrariamente ao que ocorreu em 2017.
5. Não obstante, a verificação dos níveis de aprendizado alcançados por esses alunos no Saeb evidencia desigualdades no aprendizado e um número expressivo de estudantes cuja proficiência está situada nos níveis mais baixos das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática, indicando aprendizado insuficiente.

Ensino médio:

6. O Ideb do ensino médio apresentou em 2019 o maior crescimento observado na série histórica desde 2007: de 3,8, em 2017, atingiu 4,2, em 2019. Entretanto, permanece abaixo da meta do Ideb do ensino médio estabelecida para esse ano, fato que ocorre desde 2013.
7. A análise das duas dimensões do Ideb demonstra aumento na taxa de aprovação, que atingiu 87,1% em 2019, e melhoria no desempenho (proficiência média padronizada) dos alunos da 3ª série do ensino médio nas avaliações do Saeb 2019. Tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, o aumento na proficiência foi expressivo – cerca de 11 e 8 pontos, respectivamente.
8. Não obstante, as análises dos níveis de aprendizado alcançados pelos alunos da 3ª série do EM revela desigualdades no aprendizado, mostrando que há um número

expressivo de estudantes com desempenho situado nos níveis inferiores das escalas de proficiência tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, indicando baixo aprendizado.

9. Vale reforçar, como já aludido nos relatórios de monitoramento do PNE anteriores, que é imprescindível e urgente que se definam os níveis “suficientes” de aprendizado, conforme estabelece a Estratégia 7.2 da Meta 7, para que seja possível monitorar integralmente essa meta e subsidiar o caminho na direção de garantir, no mínimo, níveis suficientes de aprendizagem a todos os estudantes brasileiros.
10. De modo geral, esses resultados apontam que, em que pesem os progressos efetuados, segue desigual o aprendizado dos estudantes brasileiros do ensino fundamental e do ensino médio, em desfavor de um conjunto expressivo de alunos que apresentam baixo nível de aprendizado. Juntamente com evidências já aquilatadas em estudos sobre as desigualdades educacionais existentes e o perfil sociodemográfico dos estudantes que se encontram em maior desvantagem no País (alunos de baixo nível socioeconômico e autodeclarados pretos), essas informações são essenciais para o necessário direcionamento das políticas públicas em educação que visem à melhoria da qualidade com garantia da aprendizagem e à minimização das desigualdades, tal como ditam a Meta 7 e as diretrizes do PNE.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; FERRÃO, M. E. Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e aprovação. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 30, n. 75, set./dez. 2019.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Cristóvão, SE, v. 4, n. 7, p. 49-81, 2016.

ALVES, M. T. G. et al. *Desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas brasileiras: evidências da Prova Brasil (2007 a 2013)*. Brasília: Unesco, 2017. (Série Debates ED, n. 5).

BOF, A. M. Foco na aprendizagem: a evolução do aprendizado dos alunos brasileiros do ensino fundamental a partir do Plano Nacional de Educação. In: MORAES, G. H. M.;

ALBUQUERQUE, A. E. M. (Org.). *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: cenários de direito à educação*. Brasília, DF: Inep, 2021. (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 3).

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE - 2018*. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Microdados: Saeb (Aneb/Provabrazil) 2019*. Brasília: Inep, 2019a. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Ideb: resultados e metas*. Brasília: Inep, 2019b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do PNE - 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 147-165, jan./jun. 2003.

SOARES, J. F.; DELGADO, V. Medida das desigualdades de aprendizado entre estudantes de ensino fundamental. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 754-780, set./dez. 2016.



META 8

.....

ELEVAR A ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 29 (VINTE E NOVE) ANOS, DE MODO A ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) ANOS DE ESTUDO NO ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PLANO, PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA REGIÃO DE MENOR ESCOLARIDADE NO PAÍS E DOS 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) MAIS POBRES, E IGUALAR A ESCOLARIDADE MÉDIA ENTRE NEGROS E NÃO NEGROS DECLARADOS À FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

.....



APRESENTAÇÃO

A Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como objetivo elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo até 2024. Para o monitoramento de tal objetivo em nível Brasil, é empregado o seguinte indicador:

- *Indicador 8A: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade.*

A Meta 8 estabelece ainda que a média de 12 anos de estudo também deve ser alcançada entre os residentes na região de menor escolaridade, no campo e pelos pertencentes aos 25% mais pobres da população; além disso, define ainda que a escolaridade média de negros e não negros seja igualada até o ano de 2024. Para monitorar tais objetivos, além da desagregação do Indicador 8A por grandes regiões, são utilizados os seguintes indicadores:

- *Indicador 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.*
- *Indicador 8C: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita).*
- *Indicador 8D: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.*

Os dados utilizados para o monitoramento são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante destacar que, em decorrência dos efeitos causados pela pandemia da covid-19 em sua coleta, a pesquisa sofreu modificações. Isso impactou o cálculo dos indicadores e, conseqüentemente, o monitoramento do PNE. O primeiro impacto diz respeito ao tamanho da amostra que, em 2020 e 2021, foi menor que a disponibilizada em anos anteriores. Isso pode afetar as estimativas, especialmente em desagregações por unidades da Federação.

A segunda situação, associada às consequências da pandemia no sistema de informações estatísticas, refere-se às novas ponderações aplicadas pela Pnad-c ao peso do domicílio e das pessoas. Como não foi possível a realização do Censo Demográfico em 2020, como previsto, o IBGE teve que fazer ajustes na definição dos pesos amostrais da pesquisa em todas as suas edições anteriores¹. Por isso, a série histórica dos indicadores aqui apresentados foi recalculada, o que pode gerar diferenças em relação aos valores exibidos em relatórios anteriores.

Por fim, no que diz respeito à variável de rendimento domiciliar per capita, os dados aqui demonstrados se restringiram aos anos de 2016 a 2019, isso porque – também em decorrência do contexto pandêmico – não foram divulgados, até a data de fechamento deste relatório, os dados de 2020 e 2021 do Suplemento Anual de Educação da Pnad-c, o qual trazia a referida informação.

De tal modo, é importante considerar na avaliação dos resultados aqui apresentados com base nos dados da Pnad-c – que são os melhores disponíveis para o monitoramento da meta – tais fatores.

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES

Indicador 8A: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade.

Meta: Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo em 2024 para o Brasil e para a região de menor escolaridade.

Em 2021, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos era de 11,7 anos de estudo. Ao longo do período compreendido entre 2012 e 2021, ela se elevou lentamente: um ano no total, visto que, em 2012, era de 10,7 anos (Gráfico 1). No mesmo período, quando se consideram as grandes regiões, as de menor escolaridade continuavam sendo o Norte e o Nordeste, ambas apresentando o valor de 11,2 anos de estudo em 2021. Apesar disso, foram as regiões que registraram o maior crescimento no período: 1,4 anos. Por outro lado, a população de 18 a 29 anos de idade de todas as demais regiões já havia alcançado, em 2021, 12 anos ou mais de estudos, em média (Gráfico 1).

¹ Para mais informações, consultar as notas técnicas disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=notas-tecnicas>.

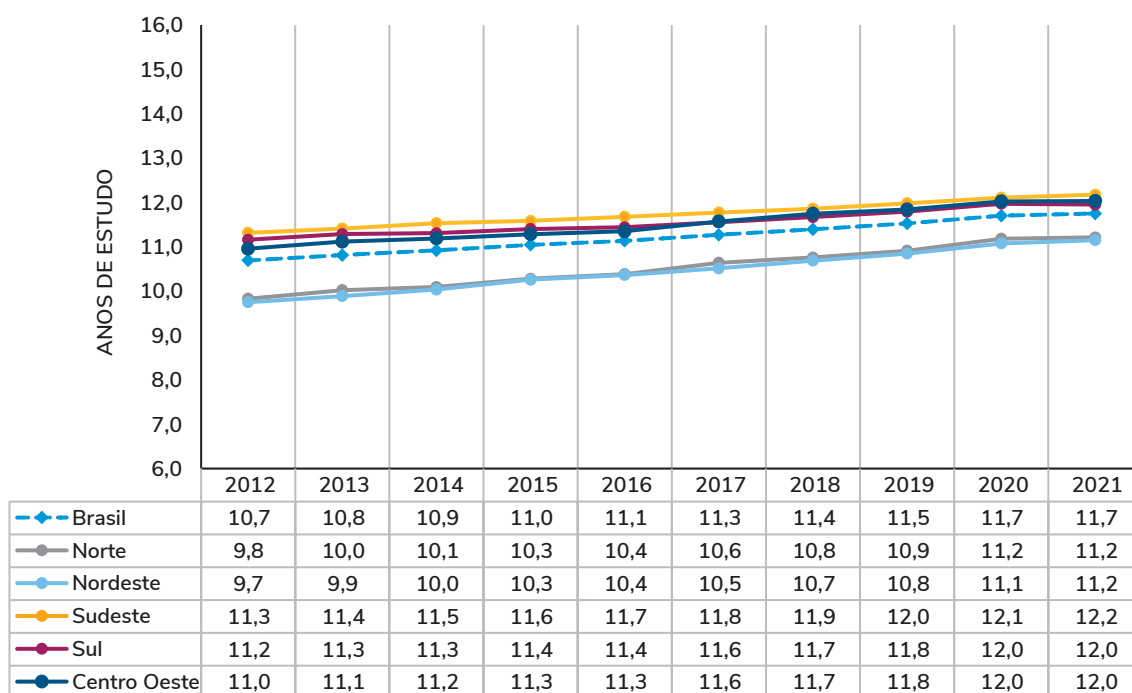


GRÁFICO 1

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

É importante destacar que o Indicador 8A, assim como os demais, é empregado para o monitoramento do Plano Nacional de Educação. Todavia, com a finalidade de compreender em mais detalhes as desigualdades que caracterizam o acesso à educação no País, também são apresentados os valores do indicador desagregados por unidades da Federação (Tabela 1). Em 2021, entre os estados das regiões Norte e Nordeste, nenhum havia alcançado a média de 12 anos de estudo para a população de 18 a 29 anos de idade. O valor de 12 anos ou mais foi observado, no referido ano, em cinco estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, além do Distrito Federal (Tabela 1). O maior crescimento, entre 2012 e 2021, foi registrado nos estados do Maranhão e Piauí, 1,7 ano, enquanto a menor variação ocorreu em Roraima, com crescimento de 0,3 ano.

TABELA 1

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS, POR BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

Abrangência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição (2012-2021) em anos de estudo
Brasil	10,7	10,8	10,9	11	11,1	11,3	11,4	11,5	11,7	11,7	1,0
Norte	9,8	10	10,1	10,3	10,4	10,6	10,8	10,9	11,2	11,2	1,4
Rondônia	10,2	10,3	10,2	10,5	10,4	10,8	10,9	11,3	11,4	11,5	1,3
Acre	9,9	10	10,1	10,2	10,6	10,7	10,9	11	11,3	11,3	1,4
Amazonas	10,2	10,3	10,3	10,5	10,5	10,8	10,9	11,2	11,5	11,5	1,3
Roraima	11,3	11,3	11,2	11,4	11	11,5	11,6	11,7	11,7	11,6	0,3
Pará	9,3	9,6	9,7	9,9	10,2	10,3	10,4	10,5	10,8	10,8	1,5
Amapá	10,7	10,6	10,8	10,8	11,1	11,2	11,3	11,5	11,6	11,6	0,9
Tocantins	10,4	10,5	10,7	11	10,8	11,3	11,4	11,4	11,6	11,8	1,4
Nordeste	9,7	9,9	10	10,3	10,4	10,5	10,7	10,8	11,1	11,2	1,5
Maranhão	9,4	9,8	9,9	10,1	10,1	10,4	10,6	10,8	11,1	11,1	1,7
Piauí	9,8	10,1	10,1	10,3	10,4	10,6	10,8	11,1	11,2	11,5	1,7
Ceará	10,2	10,2	10,3	10,3	10,5	10,8	11,1	11,2	11,4	11,5	1,3
Rio Grande do Norte	9,8	9,9	10,1	10,4	10,7	10,8	10,9	11	11,4	11,4	1,6
Paraíba	9,7	9,6	10	10,2	10,4	10,6	10,6	10,7	10,5	10,8	1,1
Pernambuco	9,8	10	10,1	10,3	10,5	10,6	11	11,1	11,1	11,2	1,4
Alagoas	9,2	9,2	9,3	9,7	9,7	9,9	10,3	10,3	10,8	10,8	1,6
Sergipe	9,8	9,9	10	10,4	10,2	10,5	10,2	10,4	11	10,9	1,1
Bahia	9,7	9,9	10	10,3	10,4	10,3	10,4	10,7	11	11	1,3
Sudeste	11,3	11,4	11,5	11,6	11,7	11,8	11,9	12	12,1	12,2	0,9
Minas Gerais	10,7	10,9	11,1	11,1	11,4	11,4	11,5	11,6	11,8	11,7	1,0
Espírito Santo	10,9	10,9	11,1	11,2	11,3	11,5	11,6	11,6	11,7	11,8	0,9
Rio de Janeiro	11,2	11,2	11,2	11,4	11,4	11,5	11,8	11,9	12	12,2	1,0
São Paulo	11,7	11,8	11,9	11,9	12	12,1	12,1	12,2	12,3	12,5	0,8
Sul	11,2	11,3	11,3	11,4	11,4	11,6	11,7	11,8	12	12	0,8
Paraná	11,2	11,3	11,4	11,4	11,4	11,5	11,6	11,8	12	11,9	0,7
Santa Catarina	11,4	11,5	11,4	11,6	11,6	11,8	11,9	12	12,1	12	0,6
Rio Grande do Sul	11	11,2	11,2	11,3	11,4	11,4	11,5	11,6	11,8	12	1,0
Centro-Oeste	11	11,1	11,2	11,3	11,3	11,6	11,7	11,8	12	12	1,0
Mato Grosso do Sul	10,4	10,6	10,7	10,5	11	11,2	11,3	11,3	11,4	11,7	1,3
Mato Grosso	10,7	11	10,9	11,2	11,2	11,2	11,4	11,7	11,8	11,6	0,9
Goiás	11	11	11,2	11,3	11,4	11,6	11,7	11,8	12,1	12,1	1,1
Distrito Federal	11,8	11,9	11,9	11,9	11,8	12,2	12,5	12,6	12,7	12,6	0,8

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE NO CAMPO

Indicador 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.

Meta: Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo em 2024.

Em 2021, a escolaridade média da população do campo com idade entre 18 e 29 anos era de 10,4 anos de estudo, o que ainda era 1,6 ano inferior ao objetivo de 12 anos traçado pelo PNE para ser alcançado em 2024 (Gráfico 2). A baixa escolaridade entre as populações do campo em relação às populações urbanas constitui uma das características da desigualdade educacional do País. Entre os anos de 2012 e 2021, ocorreu uma ampliação de 1,8 ano na escolaridade média dos jovens de 18 a 29 anos residentes no campo, um avanço de 20,9%; já a diferença entre os grupos, que era de 2,4 anos em 2012, passou a ser de 1,6 em 2021.

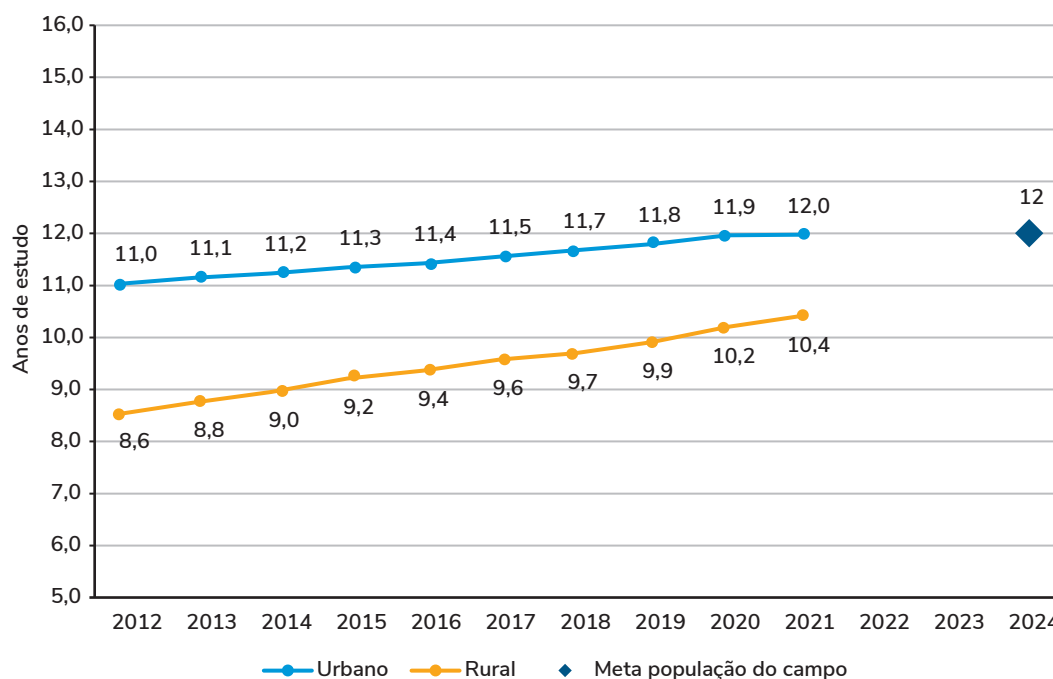


GRÁFICO 2

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE, POR LOCALIZAÇÃO – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

De forma análoga ao que foi realizado com o Indicador 8A, também é apresentada a desagregação do Indicador 8B para as unidades da Federação (UFs) e as regiões. No ano de 2021, em nenhuma UF, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente no campo era de 12 anos de estudo (Tabela 1). No referido ano, Sergipe e Paraíba apresentavam a menor escolaridade para o grupo: 9,5 e 9,7 anos, respectivamente. Santa Catarina e Distrito Federal registravam as maiores médias: 11,5 e 11,7 anos de estudo, respectivamente (Tabela

2). Ao mesmo tempo, cabe apontar que, entre 2012 e 2021, os estados de Tocantins, Alagoas e Amazonas registraram crescimento superior a 2,5 anos de estudo na escolaridade média do grupo.

TABELA 2

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE NO CAMPO, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(continua)

Abrangência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição (2012-2021) em anos de estudo
Brasil	8,6	8,8	9,0	9,2	9,4	9,6	9,7	9,9	10,2	10,4	1,8
Norte	7,8	8,0	8,2	8,6	8,7	9,1	9,2	9,3	9,7	10,0	2,2
Rondônia	8,7	8,7	8,6	9,1	9,5	9,9	10,1	10,2	10,2	10,4	1,7
Acre	7,6	7,6	7,6	7,7	8,4	8,7	8,6	9,0	9,9	9,8	2,2
Amazonas	7,1	7,4	7,3	7,8	8,0	8,5	8,9	9,0	9,6	10,0	2,9
Roraima	10,0	9,3	9,9	10,0	8,8	10,0	10,0	10,1	11,0	10,1	0,1
Pará	7,8	7,9	8,3	8,6	8,7	9,0	9,0	9,1	9,5	9,8	2,0
Amapá	8,9	9,0	8,5	8,5	9,0	9,1	9,6	9,5	10,6	11,2	2,3
Tocantins	8,6	8,1	8,6	9,6	9,6	10,2	9,8	9,8	10,6	11,2	2,6
Nordeste	8,1	8,4	8,6	8,8	9,0	9,2	9,4	9,6	9,9	10,2	2,1
Maranhão	7,9	8,4	8,6	8,9	9,0	9,3	9,5	9,8	10,2	10,2	2,3
Piauí	7,9	8,3	8,5	8,7	8,9	9,2	9,3	9,5	10,2	10,0	2,1
Ceará	8,6	8,9	9,2	9,4	9,4	9,8	10,1	10,3	10,5	10,6	2,0
Rio Grande do Norte	8,6	8,5	8,6	8,7	9,7	9,6	9,5	9,5	10,3	10,4	1,8
Paraíba	7,9	7,8	8,4	8,7	8,7	9,1	9,3	9,5	9,5	9,7	1,8
Pernambuco	7,9	8,1	8,4	8,5	8,7	9,2	9,4	9,4	10,0	10,2	2,3
Alagoas	7,5	8,0	8,2	8,2	8,0	8,6	9,0	9,1	9,8	10,1	2,6
Sergipe	7,8	7,9	7,7	8,4	8,7	8,9	8,6	9,1	9,5	9,5	1,7
Bahia	8,1	8,5	8,5	8,8	9,0	8,9	9,1	9,4	9,4	10,1	2,0
Sudeste	9,3	9,4	9,7	9,9	10,1	10,3	10,3	10,5	10,8	10,8	1,5
Minas Gerais	8,7	8,9	9,3	9,5	9,6	9,9	10,1	10,2	10,5	10,6	1,9
Espírito Santo	8,9	9,1	9,5	9,6	9,9	10,3	10,5	10,5	10,5	10,6	1,7
Rio de Janeiro	9,6	9,3	9,7	9,7	9,6	9,8	10,0	10,2	10,1	10,3	0,7
São Paulo	10,3	10,5	10,6	10,6	11,0	11,0	10,8	11,1	11,4	11,4	1,1
Sul	10,0	10,1	10,2	10,5	10,6	10,7	10,8	11,1	11,3	11,3	1,3
Paraná	9,8	9,9	10,2	10,2	10,5	10,3	10,6	10,9	11,2	11,1	1,3
Santa Catarina	10,1	10,4	10,5	10,9	10,9	11,0	11,2	11,5	11,6	11,5	1,4
Rio Grande do Sul	10,0	10,0	10,0	10,5	10,5	10,8	10,7	10,9	11,1	11,3	1,3

TABELA 2

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE NO CAMPO, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(conclusão)

Abrangência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição (2012-2021) em anos de estudo
Centro-Oeste	9,3	9,4	9,8	10,0	10,0	10,0	10,3	10,5	10,7	10,7	1,4
Mato Grosso do Sul	9,0	8,9	9,4	9,2	9,5	9,8	10,0	9,4	10,2	9,9	0,9
Mato Grosso	9,1	9,3	10,1	10,3	10,5	10,1	10,0	10,8	10,7	10,4	1,3
Goiás	9,2	9,6	9,9	10,0	9,9	10,1	10,7	10,4	10,8	11,3	2,1
Distrito Federal	10,4	10,3	9,5	10,4	9,4	9,6	10,6	11,5	11,5	11,7	1,3

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS PERTENCENTE AOS 25% MAIS POBRES

Indicador 8C: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita).

Meta: Alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudo em 2024.

A redução das desigualdades educacionais entre os grupos de rendimento constitui uma preocupação expressa na Meta 8. Acerca disso, o objetivo é que, até 2024, a escolaridade média da população entre 18 e 29 anos pertencente aos 25% mais pobres seja de, pelo menos, 12 anos de estudo. Como dito anteriormente, em função de alterações acarretadas pela pandemia, o Suplemento Anual de Educação não pôde ser disponibilizado, de modo que os dados mais atuais disponíveis são os de 2019. Naquele ano, os 25% mais pobres, na referida faixa etária, apresentavam escolaridade média de 9,9 anos de estudo, o que era 2,1 anos distantes da meta a ser alcançada em 2024 (Gráfico 3). Para fins de comparação, os 25% mais ricos, com idade similar, apresentavam, então, escolaridade média de 13,6 anos, 3,7 anos a mais que a média dos mais pobres.

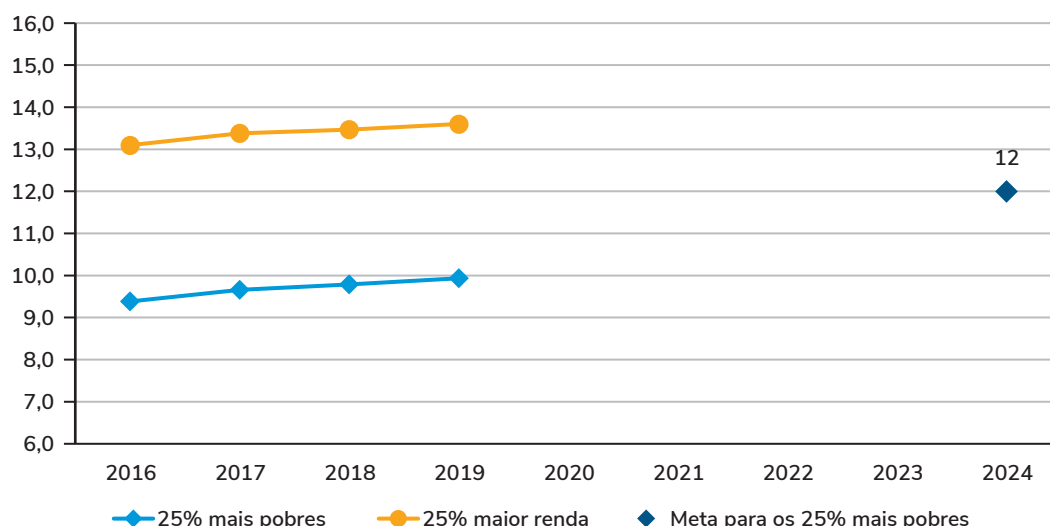


GRÁFICO 3

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DOS 25% MAIS POBRES E DOS 25% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE, POR RENDA (RENDA MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA) – BRASIL – 2016-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Phad-c/IBGE – Suplemento de Educação (2016-2019).

A análise do Indicador 8C por unidades da Federação e grandes regiões aponta que, entre 2016 e 2019, a escolaridade média entre os jovens de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres cresceu pouco em todas elas. Nordeste e Centro-Oeste, regiões que tiveram maior crescimento no período, apresentaram aumento de apenas 0,6 ano na média de anos de estudo. Em relação aos estados, no Rio Grande do Norte, por exemplo, não ocorreu ampliação na escolaridade dos 25% mais pobres; ao passo que a UF que teve a maior ampliação foi Roraima, com um crescimento de 1,3 ano na média de anos de estudo (Tabela 3). Em 2019, os estados do Acre e do Pará apresentavam a menor escolaridade para o grupo: 8,9 anos de estudo, em média; já o Distrito Federal e São Paulo registravam os maiores valores: 10,9 e 11,1 anos de estudo, respectivamente.

TABELA 3

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO 25% MAIS POBRE DE 18 A 29 ANOS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2016-2019

(continua)

Abrangência	2016	2017	2018	2019	Varição em anos de estudo (2016-2019)
Brasil	9,4	9,7	9,8	9,9	0,5
Norte	8,8	9,1	9,3	9,3	0,5
Rondônia	8,9	9,4	9,6	9,9	1,0
Acre	8,6	8,9	8,7	8,9	0,3
Amazonas	8,6	9,2	9,3	9,4	0,8
Roraima	9,4	10,1	10,5	10,7	1,3
Pará	8,7	8,7	8,9	8,9	0,2
Amapá	9,2	9,5	10,1	9,9	0,7
Tocantins	9,0	10,0	10,2	10,1	1,1

TABELA 3

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO 25% MAIS POBRE DE 18 A 29 ANOS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2016-2019

(conclusão)

Abrangência	2016	2017	2018	2019	Varição em anos de estudo (2016-2019)
Nordeste	8,8	9,0	9,3	9,4	0,6
Maranhão	8,7	9,0	9,2	9,5	0,8
Piauí	8,6	9,3	9,3	9,6	1,0
Ceará	9,1	9,5	9,8	10,0	0,9
Rio Grande do Norte	9,1	9,1	9,0	9,1	0,0
Paraíba	8,6	8,7	9,1	9,2	0,6
Pernambuco	8,5	9,2	9,5	9,6	1,1
Alagoas	7,9	8,3	8,8	8,9	1,0
Sergipe	8,3	9,0	8,9	8,9	0,6
Bahia	9,0	8,8	9,1	9,3	0,3
Sudeste	10,3	10,4	10,5	10,6	0,3
Minas Gerais	9,7	9,9	10,1	10,3	0,6
Espírito Santo	9,5	9,9	10,2	10,0	0,5
Rio de Janeiro	9,8	10,1	10,4	10,5	0,7
São Paulo	10,7	10,8	10,8	11,1	0,4
Sul	9,7	9,9	10,1	10,2	0,5
Paraná	9,5	9,8	10,1	10,2	0,7
Santa Catarina	9,9	10,4	10,5	10,4	0,5
Rio Grande do Sul	9,7	9,7	9,9	10,1	0,4
Centro-Oeste	9,8	10,2	10,2	10,4	0,6
Mato Grosso do Sul	9,1	9,5	9,3	9,6	0,5
Mato Grosso	10,0	9,8	10,1	10,3	0,3
Goiás	9,9	10,4	10,4	10,6	0,7
Distrito Federal	10,2	10,7	10,9	10,9	0,7

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE - Suplemento de Educação (2016-2019).

RAZÃO PERCENTUAL ENTRE A ESCOLARIDADE MÉDIA DE NEGROS E NÃO NEGROS

Indicador 8D: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.

Meta: Igualar a escolaridade entre negros e não negros (100%).

Em 2021, a escolaridade média dos negros com idade entre 18 e 29 anos era de 11,3 anos de estudo e a dos não negros de 12,4, números que resultavam em uma razão de 91,1%. Tal valor ainda era 8,9 pontos percentuais (p.p.) distante do objetivo de igualdade previsto para 2024 (Gráfico 4). A diferença entre a escolaridade média da população de 18 a 29 anos desses grupos diminuiu 0,5 ano de estudo nos últimos 9 anos (Gráfico 4): de 1,6, em 2012, para 1,1, em 2021.

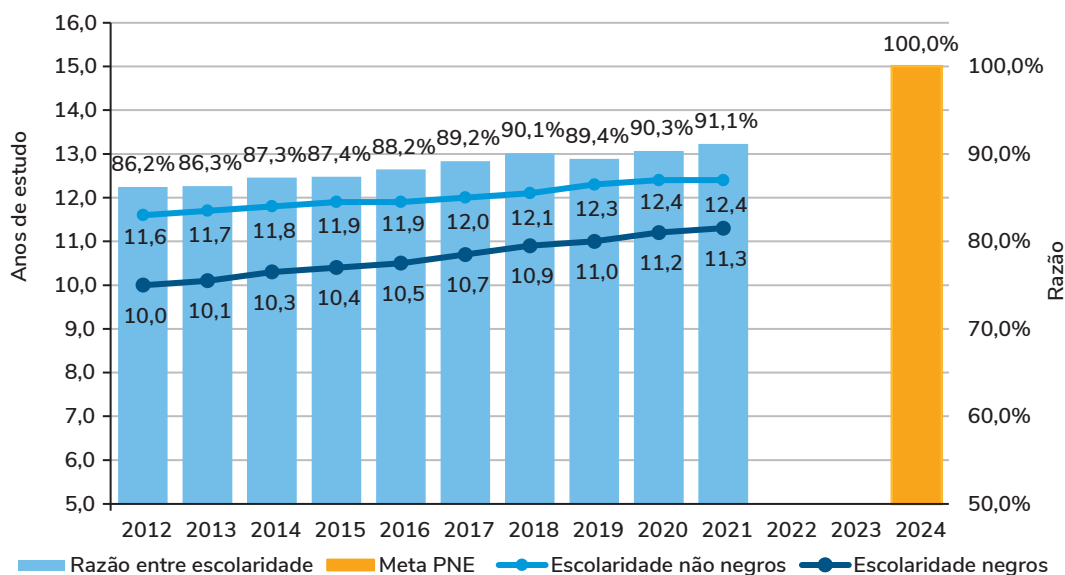


GRÁFICO 4

RAZÃO PERCENTUAL ENTRE A ESCOLARIDADE DE NEGROS (PRETOS E PARDOS) E NÃO NEGROS (BRANCOS E AMARELOS) – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

A desagregação do Indicador 8D por grandes regiões e unidades da Federação visa compreender a desigualdade entre os grupos em mais detalhes. Em relação às regiões, em 2021, constata-se que os maiores percentuais do Indicador 8D foram observados no Nordeste (95,1%) e no Norte (93,5%), ao passo que os menores foram no Sul (89,6%) e no Sudeste (91,5%). Na região Nordeste, entre 2012 e 2021, o indicador cresceu 5,7 p.p., o que constitui o maior aumento, já na região Norte, no mesmo período, a ampliação foi de apenas 2,8 p.p. (Tabela 4).

Em 2021, os estados da Paraíba (98,6%) e do Ceará (96,2%) apresentaram os maiores percentuais, enquanto o Paraná (89%) e o Rio Grande do Sul (89,3%), os menores percentuais para o indicador. De 2012 a 2021, alguns estados, como Roraima (-1,8 p.p.) e Amapá (-1,1 p.p.), apresentaram diminuição no indicador; já Paraíba (10,4 p.p.) e Alagoas (10,0 p.p.) mostraram os maiores crescimentos (Tabela 4).

TABELA 4

RAZÃO PERCENTUAL ENTRE A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA E NÃO NEGRA COM IDADE DE 18 A 29 ANOS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(continua)

Abrangência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição em p.p. (2012-2021)
Brasil	86,3%	86,8%	87,2%	88,1%	88,3%	89,3%	89,7%	89,8%	90,5%	91,2%	4,9
Norte	90,7%	88,8%	90,9%	91,4%	91,9%	91,6%	92,0%	90,8%	94,6%	93,5%	2,8
Rondônia	94,8%	92,8%	89,3%	92,9%	91,9%	95,9%	94,8%	96,3%	93,6%	94,7%	-0,1
Acre	90,4%	88,5%	87,6%	92,5%	91,8%	92,3%	92,7%	89,8%	91,6%	89,8%	-0,6
Amazonas	87,4%	86,3%	87,7%	90,2%	93,0%	89,6%	90,4%	89,1%	92,9%	95,0%	7,6
Roraima	92,0%	93,7%	93,3%	95,5%	95,1%	93,1%	93,8%	92,1%	95,6%	90,2%	-1,8
Pará	91,2%	89,9%	93,7%	91,7%	91,2%	90,3%	92,0%	89,8%	96,0%	93,6%	2,4
Amapá	92,2%	87,2%	91,2%	94,7%	91,8%	97,8%	96,1%	90,8%	95,4%	91,1%	-1,1
Tocantins	90,7%	86,3%	91,7%	90,5%	93,0%	95,0%	89,8%	94,0%	94,7%	94,6%	3,9
Nordeste	89,4%	90,0%	89,8%	90,0%	91,0%	92,2%	92,1%	92,8%	93,2%	95,1%	5,7
Maranhão	90,0%	90,9%	92,4%	92,1%	92,9%	93,9%	93,1%	92,5%	91,1%	95,9%	5,9
Piauí	90,8%	91,1%	89,5%	90,1%	89,2%	93,3%	92,4%	91,7%	95,3%	92,6%	1,8
Ceará	90,9%	90,7%	91,2%	90,6%	92,0%	92,6%	93,1%	95,3%	92,8%	96,2%	5,3
Rio Grande do Norte	89,9%	87,8%	88,9%	86,1%	91,5%	91,4%	91,1%	90,7%	98,6%	95,9%	6,0
Paraíba	88,2%	90,3%	91,0%	90,3%	90,9%	94,9%	90,9%	91,6%	85,8%	98,6%	10,4
Pernambuco	85,7%	85,2%	88,4%	87,9%	89,3%	91,7%	90,8%	92,4%	95,0%	93,1%	7,4
Alagoas	85,7%	91,8%	88,8%	89,6%	88,3%	92,2%	88,6%	92,8%	95,6%	95,7%	10,0
Sergipe	88,9%	89,9%	90,4%	90,9%	96,0%	91,4%	93,5%	94,9%	96,0%	95,0%	6,1
Bahia	92,5%	92,8%	88,7%	91,1%	91,7%	91,9%	95,5%	92,9%	91,4%	95,0%	2,5

TABELA 4

RAZÃO PERCENTUAL ENTRE A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA E NÃO NEGRA COM IDADE DE 18 A 29 ANOS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO
E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(conclusão)

Abrangência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Varição em p.p. (2012-2021)
Sudeste	88,2%	88,7%	89,2%	89,8%	89,0%	90,2%	90,4%	90,6%	90,8%	91,5%	3,3
Minas Gerais	88,3%	90,9%	90,3%	90,7%	89,4%	91,4%	90,6%	92,1%	92,6%	92,7%	4,4
Espírito Santo	89,9%	91,1%	90,8%	90,4%	90,4%	89,5%	91,1%	90,9%	89,0%	90,5%	0,6
Rio de Janeiro	87,6%	87,9%	88,6%	89,4%	89,8%	88,6%	90,8%	90,9%	90,1%	89,6%	2,0
São Paulo	89,7%	89,5%	90,3%	90,8%	89,4%	91,7%	91,1%	90,8%	91,0%	92,9%	3,2
Sul	86,2%	87,3%	87,0%	88,1%	89,1%	88,6%	88,8%	89,2%	89,1%	89,6%	3,4
Paraná	86,7%	88,0%	87,3%	88,6%	89,4%	90,4%	88,7%	90,1%	88,7%	89,0%	2,3
Santa Catarina	82,8%	86,4%	85,1%	87,6%	87,7%	87,9%	89,8%	86,9%	89,7%	90,9%	8,1
Rio Grande do Sul	86,3%	85,2%	86,0%	86,5%	89,0%	86,3%	87,7%	88,6%	88,3%	89,3%	3,0
Centro-Oeste	89,3%	90,0%	89,8%	89,9%	90,9%	91,6%	93,1%	91,4%	93,3%	92,5%	3,2
Mato Grosso do Sul	87,5%	87,5%	86,1%	86,6%	89,1%	88,6%	88,2%	89,3%	87,9%	90,8%	3,3
Mato Grosso	89,5%	89,8%	88,9%	89,9%	89,1%	89,4%	91,8%	89,7%	94,3%	92,5%	3,0
Goiás	89,7%	91,5%	90,7%	91,1%	91,5%	93,5%	95,2%	92,5%	94,9%	92,2%	2,5
Distrito Federal	89,7%	90,2%	91,8%	89,0%	91,6%	90,9%	93,4%	92,8%	92,7%	94,2%	4,5

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Para o monitoramento da Meta 8, é importante também dimensionar o quantitativo de jovens que ainda não possuíam, em 2021, escolaridade de 12 anos de estudo, o que é equivalente à conclusão do ensino médio. Em 2021, das 40.214.328 pessoas entre 18 e 29 anos de idade, 11.880.456 não possuíam o ensino médio completo, o que representava 29,5% da referida população. A Tabela 5 detalha o quantitativo e o percentual, por unidade da Federação, de pessoas na referida faixa etária que não possuíam o ensino médio completo.

TABELA 5

TOTAL E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE, SEGUNDO A POSSE DO ENSINO MÉDIO COMPLETO (SIM OU NÃO), POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2021

UF	Não	Sim	Total da população de 18 a 29 anos	% da população de 18 a 29 anos sem o ensino médio completo
Brasil	11.880.456	28.333.872	40.214.328	29,5%
Rondônia	137.146	247.186	384.332	35,7%
Acre	73.714	136.953	210.667	35,0%
Amazonas	278.903	638.146	917.049	30,4%
Roraima	43.635	92.578	136.213	32,0%
Pará	746.851	1.187.611	1.934.462	38,6%
Amapá	65.731	136.005	201.736	32,6%
Tocantins	99.418	226.033	325.451	30,5%
Maranhão	532.495	959.353	1.491.848	35,7%
Piauí	202.709	447.800	650.509	31,2%
Ceará	574.007	1.285.403	1.859.410	30,9%
Rio Grande do Norte	242.582	424.414	666.996	36,4%
Paraíba	297.974	442.468	740.442	40,2%
Pernambuco	652.216	1.224.436	1.876.652	34,8%
Alagoas	280.353	407.718	688.071	40,7%
Sergipe	206.574	285.068	491.642	42,0%
Bahia	1.151.484	1.655.847	2.807.331	41,0%
Minas Gerais	1.281.405	2.744.183	4.025.588	31,8%
Espírito Santo	220.515	509.529	730.044	30,2%
Rio de Janeiro	745.382	2.324.245	3.069.627	24,3%
São Paulo	1.546.841	6.903.815	8.450.656	18,3%
Paraná	632.890	1.513.236	2.146.126	29,5%
Santa Catarina	350.085	912.905	1.262.990	27,7%
Rio Grande do Sul	598.284	1.335.067	1.933.351	30,9%
Mato Grosso do Sul	181.839	345.548	527.387	34,5%
Mato Grosso	246.785	438.516	685.301	36,0%
Goiás	371.662	1.023.168	1.394.830	26,6%
Distrito Federal	118.976	486.641	605.617	19,6%

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2021).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Todos os indicadores utilizados para o monitoramento da Meta 8 apresentaram tendência de crescimento entre 2012 e 2021. Todavia, esse processo tem ocorrido em um ritmo lento que pode não ser o suficiente para o alcance dos objetivos.
2. As regiões Norte e Nordeste, tal como em anos anteriores, apresentaram a menor escolaridade, ambas com média de 11,2 anos de estudo, distando, assim, 0,8 ano de estudo da meta de 12 anos.
3. Já o Indicador 8B, voltado a monitorar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente no campo, aponta que o grupo continua com menos anos de estudo, em média: no ano de 2021, apresentava 10,4 anos, 1,6 abaixo da meta, enquanto entre os residentes nas áreas urbanas o valor alcançado já era de 12 anos, em média.
4. No que se refere à população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres, em 2019, ela apresentava 9,9 anos de estudo, em média, o que era 2,1 anos distantes da meta de 12 anos a ser alcançada em 2024. Já os 25% mais ricos, com idade similar, tinham escolaridade média de 13,6 anos de estudo, isso não só era 1,6 ano acima dos 12 anos visados pela meta, como representava uma média de escolaridade de 3,7 anos (ou 27,2%) a mais daquela registrada entre os mais pobres.
5. A escolaridade dos negros (pretos e pardos) com idade entre 18 e 29 anos era de 11,3 anos de estudo e a dos não negros de 12,4, o que resultava em uma razão de 91,1% (Indicador 8D). Esse valor era ainda 8,9 p.p. distante do objetivo de igualdade previsto pela meta para 2024. Caso seja mantido o ritmo de crescimento verificado ao longo da série histórica (2012 a 2021), quando o indicador cresceu 4,9 p.p., a meta não será atingida.
6. Em 2021, dos pouco mais de 40 milhões de jovens brasileiros com idade entre 18 e 29 anos, aproximadamente 29,5% (ou 11.880.456) ainda não possuíam o ensino médio completo, o que seria o equivalente a ter 12 anos de estudo.
7. O contexto da pandemia da covid 19 sobre a coleta de dados da Pnad Contínua acarretou mudanças e alguns limites aos dados utilizados para o monitoramento da Meta 8, especialmente quanto à indisponibilidade do Suplemento Anual de Educação e aos dados sobre rendimento domiciliar per capita nos anos de 2020 e 2021. Desse modo, como apontado na Apresentação, é importante considerar essas condições para uma melhor compreensão dos dados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014 - 2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad - c): microdados*. [Rio de Janeiro, 2022]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad - c): suplemento educação: microdados*. [Rio de Janeiro, 2022]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas técnicas: versão 1.6*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.



META 9

.....

ELEVAR A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 (QUINZE) ANOS OU MAIS PARA 93,5% (NOVENTA E TRÊS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS POR CENTO) ATÉ 2015 E, ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DESTE PNE, ERRADICAR O ANALFABETISMO ABSOLUTO E REDUZIR EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) A TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL.

.....



A Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como objetivos principais até 2024: (i) erradicar o analfabetismo absoluto; e (ii) reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Para o monitoramento dessa meta, foram considerados dois indicadores:

- *Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.*
- *Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.*

Com base nas definições adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), neste relatório, devido à implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), considera-se alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever e analfabeta funcional a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de cinco anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever. Para o cálculo da taxa de analfabetismo funcional, cuja meta consiste em uma redução em 50% até 2024, adotou-se a Pnad-c de 2012 como referência. Como a taxa de analfabetismo funcional nesse ano foi de 17,7%, atingir a meta do PNE significa reduzir essa taxa para 8,9%.

Neste relatório, apresenta-se a série histórica dos Indicadores 9A e 9B no período de 2012 a 2021, bem como desagregações por grandes regiões, unidades da Federação (UFs), localização, sexo, cor/raça e renda, a fim de possibilitar a compreensão mais detalhada dos desafios que se colocam à consecução da Meta 9.

Cabe ressaltar que, em função das mudanças empreendidas pelo IBGE em suas pesquisas domiciliares – que englobaram a reponderação da amostra e os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a coleta –, as estimativas dos Indicadores 9A e 9B foram recalculadas para o período de 2012 a 2021, considerando a atualização da Pnad-c disponibilizada em novembro de 2021. Por

isso, a série histórica dos indicadores pode gerar pequenas diferenças em relação aos valores anteriormente publicados. Além disso, para o rendimento domiciliar per capita, os dados aqui apresentados se restringiram aos anos de 2016 a 2019, que eram os mais atuais disponíveis na data de conclusão deste relatório.

ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta: Taxa de alfabetização de 100% até 2024.

A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade no Brasil aumentou 3,2 pontos percentuais (p.p.), saindo de um patamar de 91,8% em 2012 para 95,0% em 2021, como mostra o Gráfico 1. Para que a meta de 100% de alfabetizados seja atingida até 2024, faltam ainda 5,0 p.p.

Verifica-se, no Gráfico 1, que durante todo o período de 2012 a 2021 o padrão de alfabetização por região foi caracterizado por taxas de alfabetização acima do resultado do Brasil no Sul, Sudeste e Centro-Oeste e abaixo desse resultado no Norte e Nordeste, embora, nesse período, tenha havido os maiores aumentos percentuais nas regiões Nordeste (5,9 p.p.) e Norte (3,6 p.p.). Em 2021, a maior taxa de alfabetização (97,5%) foi observada nas regiões Sul e Sudeste e a menor (89,5%), na região Nordeste.

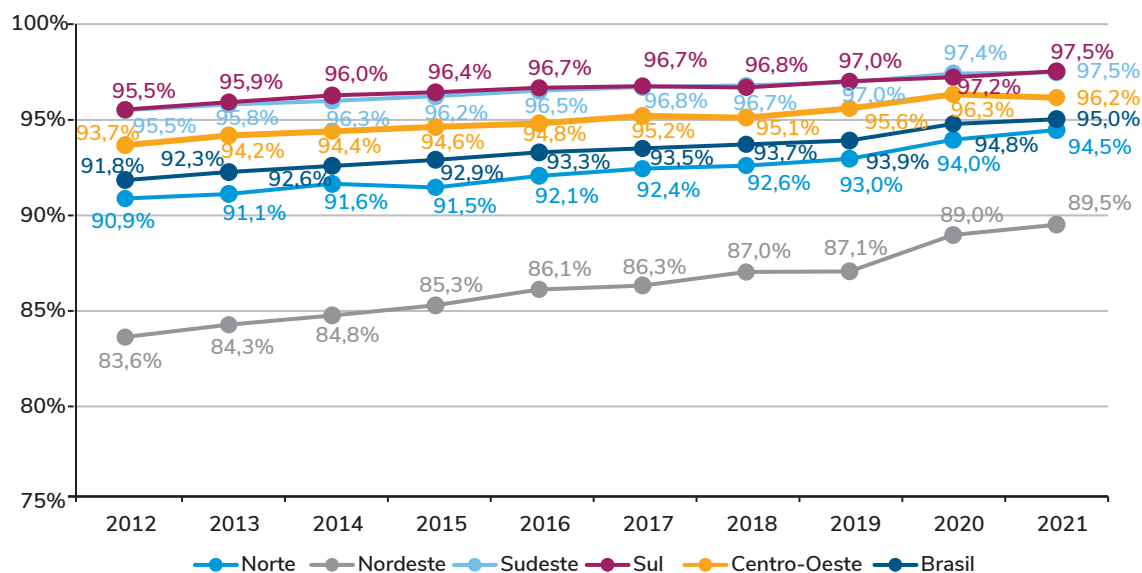


GRÁFICO 1

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Phad-c/IBGE (2012-2021).

A análise por unidades da Federação (Tabela 1) evidencia que, em 2021, com exceção dos estados do Rio Grande do Norte (91,0%), de Pernambuco (91,3%) e da Bahia (90,5%), todos os outros estados da região Nordeste ainda não haviam atingido uma taxa de 90% de alfabetizados na faixa etária de 15 anos ou mais de idade. Vale destacar que os estados do Piauí (86,6%) e da Paraíba (86,4%) exibiram, em 2021, os menores percentuais de população alfabetizada. Já os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, bem como quatro estados da região Norte (Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá), alcançaram, em 2021, taxas de alfabetização maiores ou iguais à taxa nacional de 95,0%. Ainda segundo a Tabela 1, entre 2012 e 2021, a maior variação percentual na taxa de alfabetização ocorreu no Maranhão (7,4 p.p.) e a menor, no Distrito Federal (1,3 p.p.), ao passo que, em relação à variação percentual do Brasil (3,2 p.p.), as maiores variações ocorreram nas regiões Norte (3,6 p.p.) e Nordeste (5,9 p.p.) e as menores, nas regiões Sul e Sudeste (ambas com 2,0 p.p.) e Centro-Oeste (2,5 p.p.).

TABELA 1

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(continua)

Brasil/ Região/UF	Anos										Varição percentual
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2021-2012
Brasil	91,8%	92,3%	92,6%	92,6%	93,3%	93,5%	93,7%	93,9%	94,8%	95,0%	3,2 p.p.
Norte	90,9%	91,1%	91,6%	91,5%	92,1%	92,4%	92,6%	93,0%	94,0%	94,5%	3,6 p.p.
Rondônia	91,6%	92,7%	92,0%	93,0%	94,0%	93,5%	94,2%	94,3%	95,4%	95,0%	3,4 p.p.
Acre	87,0%	86,1%	86,2%	87,2%	87,7%	88,5%	88,7%	89,1%	91,0%	92,4%	5,4 p.p.
Amazonas	92,9%	93,2%	93,3%	92,6%	93,4%	94,1%	94,5%	94,9%	94,8%	95,4%	2,5 p.p.
Roraima	93,7%	93,7%	93,7%	93,8%	93,9%	94,4%	94,5%	95,4%	95,5%	95,2%	1,5 p.p.
Pará	90,3%	90,5%	91,5%	90,9%	91,4%	91,8%	91,8%	92,2%	93,7%	94,2%	3,9 p.p.
Amapá	93,4%	90,5%	93,4%	93,9%	95,3%	95,1%	94,3%	94,9%	95,6%	96,0%	2,6 p.p.
Tocantins	88,5%	89,0%	89,3%	90,2%	90,5%	90,6%	90,9%	91,1%	91,8%	93,3%	4,8 p.p.
Nordeste	83,6%	84,3%	84,8%	85,3%	86,1%	86,3%	87,0%	87,1%	89,0%	89,5%	5,9 p.p.
Maranhão	81,7%	82,6%	82,9%	82,6%	84,2%	84,2%	84,7%	85,4%	88,5%	89,1%	7,4 p.p.
Piauí	80,5%	80,9%	81,6%	81,5%	83,9%	84,4%	84,5%	85,0%	86,2%	86,6%	6,1 p.p.
Ceará	83,6%	84,4%	84,7%	84,9%	85,7%	86,6%	87,6%	87,3%	89,0%	89,1%	5,5 p.p.
Rio Grande do Norte	84,2%	85,0%	85,2%	85,9%	86,2%	87,1%	87,9%	87,4%	90,7%	91,0%	6,8 p.p.
Paraíba	82,0%	81,2%	82,3%	83,3%	84,6%	84,3%	84,8%	84,9%	87,6%	86,4%	4,4 p.p.
Pernambuco	85,8%	86,1%	86,7%	87,0%	88,0%	87,3%	89,0%	89,0%	90,1%	91,3%	5,5 p.p.
Alagoas	80,6%	81,5%	81,3%	81,6%	81,6%	82,7%	83,8%	84,0%	85,3%	87,6%	7,0 p.p.
Sergipe	84,2%	85,3%	85,8%	87,0%	86,1%	86,3%	87,1%	87,4%	89,9%	88,4%	4,2 p.p.
Bahia	84,7%	85,7%	86,2%	87,3%	87,9%	88,0%	88,1%	88,0%	89,7%	90,5%	5,8 p.p.

TABELA 1

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

(conclusão)

Brasil/ Região/UF	Anos										Varição percentual
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2021-2012
Sudeste	95,5%	95,8%	96,0%	96,2%	96,5%	96,7%	96,8%	97,0%	97,4%	97,5%	2,0 p.p.
Minas Gerais	92,3%	92,8%	93,5%	93,7%	94,3%	94,4%	94,6%	95,0%	95,3%	95,7%	3,4 p.p.
Espírito Santo	93,1%	93,4%	94,1%	94,0%	94,3%	94,9%	95,0%	95,2%	95,9%	95,3%	2,2 p.p.
Rio de Janeiro	96,8%	97,0%	96,7%	97,3%	97,5%	97,6%	97,8%	98,1%	98,3%	98,4%	1,6 p.p.
São Paulo	96,6%	96,9%	97,0%	97,2%	97,4%	97,6%	97,6%	97,6%	98,2%	98,1%	1,5 p.p.
Sul	95,5%	95,9%	96,3%	96,4%	96,7%	96,8%	96,7%	97,0%	97,2%	97,5%	2,0 p.p.
Paraná	94,3%	94,8%	95,4%	95,5%	95,9%	95,8%	95,5%	95,9%	96,1%	96,9%	2,6 p.p.
Santa Catarina	96,6%	96,9%	96,9%	97,3%	97,4%	97,6%	97,7%	97,9%	98,5%	98,0%	1,4 p.p.
Rio Grande do Sul	96,1%	96,5%	96,7%	96,8%	97,0%	97,2%	97,2%	97,6%	97,5%	97,9%	1,8 p.p.
Centro-Oeste	93,7%	94,2%	94,4%	94,6%	94,8%	95,2%	95,1%	95,6%	96,3%	96,2%	2,5 p.p.
Mato Grosso do Sul	92,7%	93,8%	94,0%	93,5%	94,3%	95,4%	95,5%	95,4%	96,1%	96,0%	3,3 p.p.
Mato Grosso	92,4%	93,7%	93,2%	94,0%	94,1%	94,0%	93,6%	94,4%	95,6%	95,8%	3,4 p.p.
Goiás	93,4%	93,1%	93,9%	94,1%	94,1%	94,6%	94,8%	95,4%	96,1%	95,6%	2,2 p.p.
Distrito Federal	96,6%	97,4%	97,1%	97,4%	97,6%	97,7%	97,1%	97,5%	97,8%	97,9%	1,3 p.p.

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados da Phad-c/IBGE (2012-2021).

Em relação à localização de residência da população de 15 anos ou mais de idade, no período de 2012 a 2021 (Gráfico 2), a taxa de alfabetização da área urbana manteve-se maior que a da área rural, embora o aumento percentual tenha sido maior na população rural (7,4 p.p.) que na urbana (2,4 p.p.). A desigualdade entre essas populações reduziu 5,0 p.p., passando de 14,3 p.p. em 2012 para 9,3 p.p. em 2021.

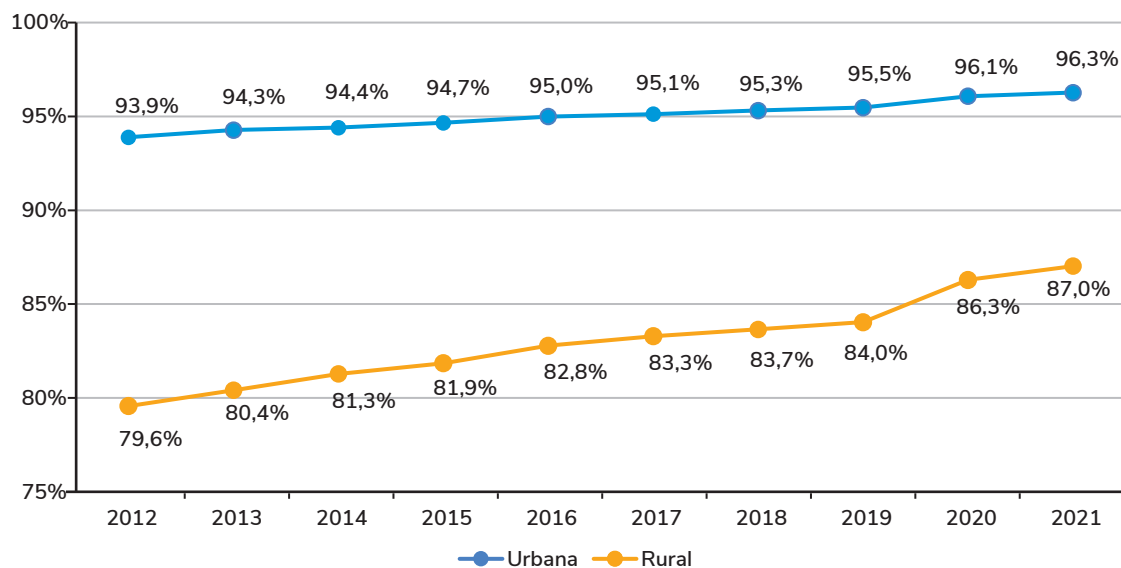


GRÁFICO 2

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR LOCALIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Embora de 2012 a 2021 (Gráfico 3) o aumento percentual nas taxas de alfabetização tenha sido maior entre os negros (4,7 p.p.) que entre os brancos (1,8 p.p.) e a diferença das taxas de alfabetização desses grupos tenha diminuído 2,9 p.p. (de 6,5 p.p. em 2012 para 3,6 p.p. em 2021), ainda persiste uma situação de desigualdade entre negros e brancos: em 2021, a taxa de alfabetização da população branca foi de 97,0%, enquanto a da população negra foi de 93,4%.

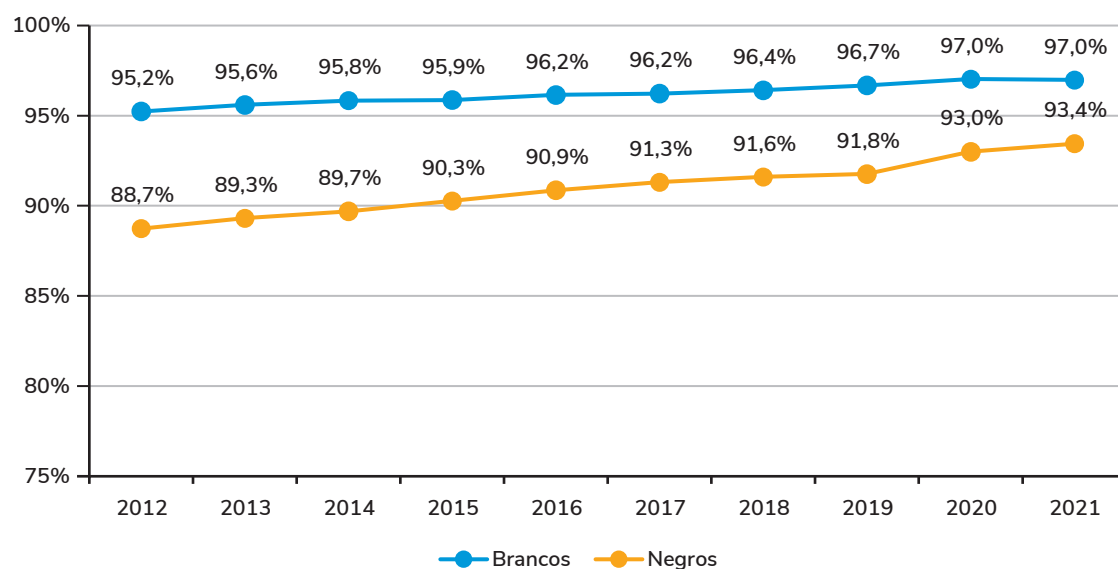


GRÁFICO 3

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR/RAÇA – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Quanto ao sexo, conforme expõe o Gráfico 4, em 2021, a taxa de alfabetização da população feminina foi de 95,3%, ao passo que a da população masculina foi de 94,8%. De 2012 a 2021, a variação percentual na taxa de alfabetização em cada população foi praticamente a mesma (em torno de 3 p.p.) e a diferença percentual entre as taxas de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade desses grupos permaneceu em 0,5 p.p., em 2012 e em 2021.

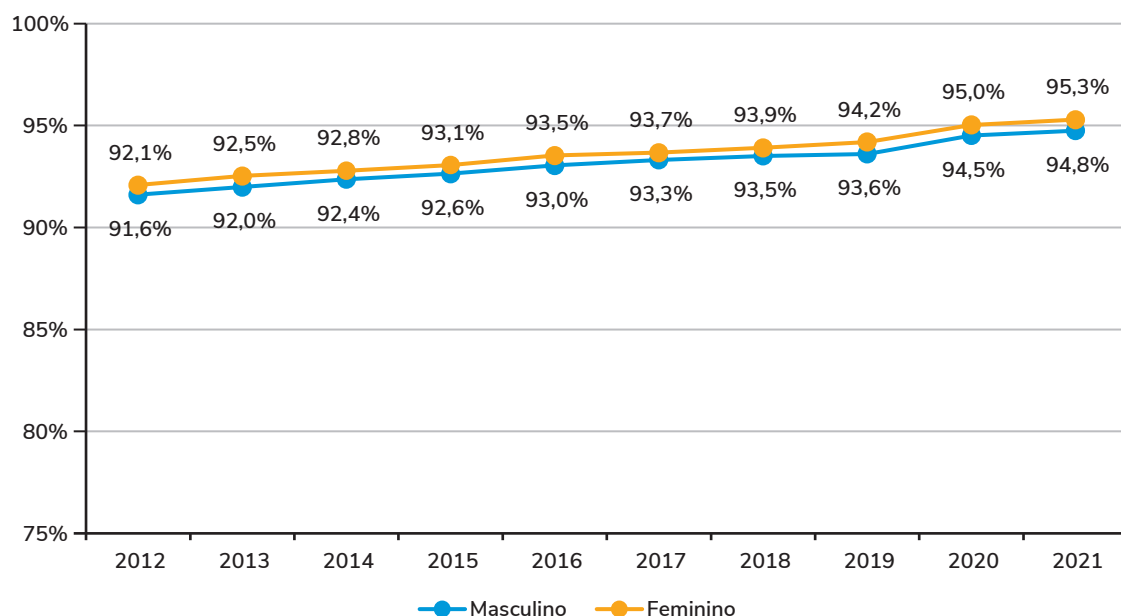


GRÁFICO 4

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Quanto às taxas de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade de acordo com a renda domiciliar per capita (Gráfico 5), lança-se luz sobre a forte desigualdade existente: em 2016 e 2019, as taxas de alfabetização da população pertencente ao estrato de renda dos 25% mais ricos foram praticamente idênticas (em torno de 98%), enquanto as do estrato dos 25% mais pobres foram de aproximadamente 89%.

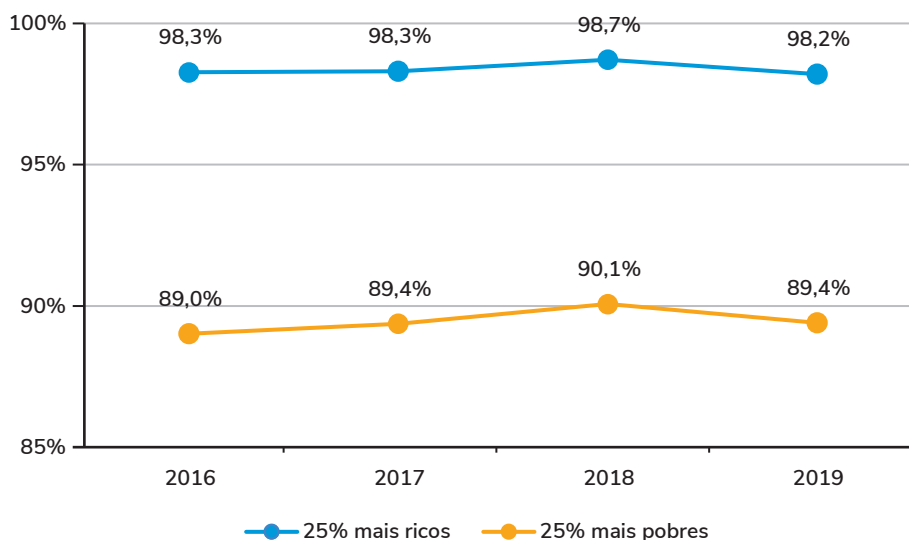


GRÁFICO 5

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR RENDA MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA DOS 25% MAIS POBRES E DOS 25% MAIS RICOS – BRASIL – 2016-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2016-2019).

ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta: Taxa de analfabetismo funcional igual a ou menor que 8,9% em 2024.

Os dados do Gráfico 6 evidenciam que o percentual de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade, em nível Brasil (Indicador 9B) e em todas as grandes regiões, seguiu uma tendência de queda no período de 2012 a 2021. O Indicador 9B foi de 17,7% em 2012 para 11,4% em 2021, demonstrando, portanto, uma queda de 6,3 p.p. Ou seja, para que a meta de 8,9% seja alcançada em 2024, será necessário que ocorra, até lá, uma diminuição de 2,5 p.p. na taxa de analfabetismo funcional do País. Constata-se também, no Gráfico 6, que as regiões Norte e Nordeste apresentaram, no período de 2012 a 2021, taxas acima da nacional, enquanto a região Sudeste, desde 2019, e a região Sul, desde 2020, já atingiram a meta nacional para 2024.

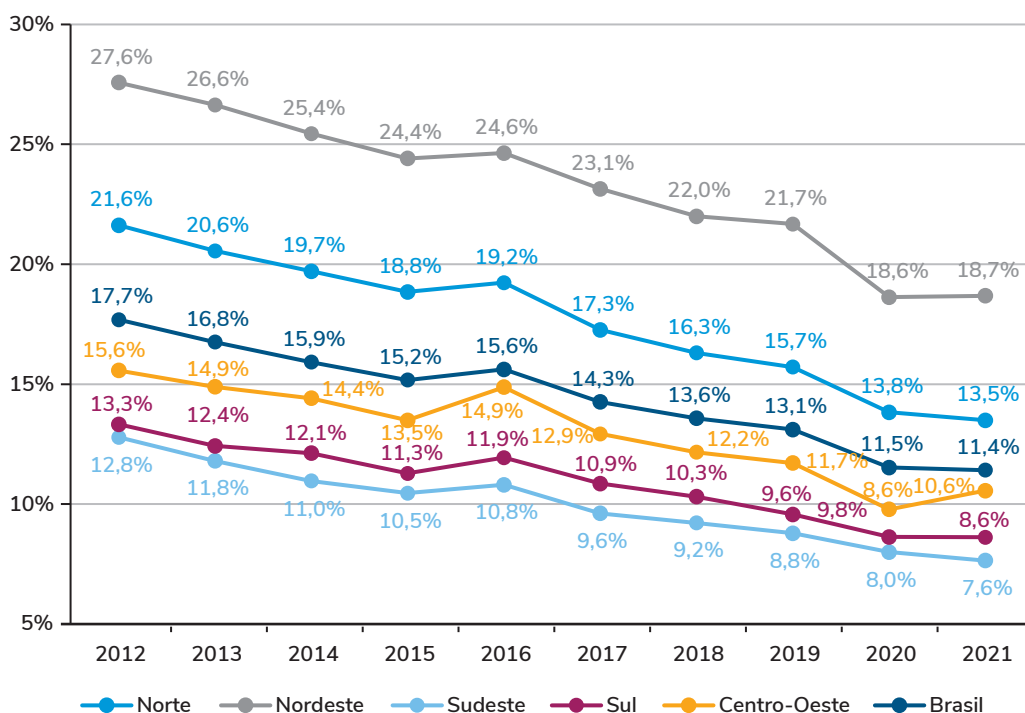


GRÁFICO 6

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR BRASIL E GRANDE REGIÃO – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Analisando as taxas de analfabetismo funcional nas unidades da Federação (Tabela 2), os maiores desafios se colocam, como já indicava a desagregação por grandes regiões, para os estados do Norte e Nordeste. Em 2021, a maioria dos estados do Nordeste, exceto Rio Grande do Norte (15,3%) e Pernambuco (15,7%), apresentou taxas de analfabetismo funcional superiores a 18,0%, com Piauí e Paraíba tendo percentuais acima de 22,0%. Na região Norte, os maiores percentuais de analfabetismo funcional foram constatados nos estados de Tocantins (15,8%) e do Pará (15,0%).

Todos os estados das regiões Sul e Sudeste alcançaram, em 2021, taxas de analfabetismo funcional abaixo da taxa nacional (11,4%), enquanto os três estados da região Centro-Oeste exibiram taxas superiores à nacional. Em 2021, o Distrito Federal (4,9%) foi a unidade da federação com a menor taxa de analfabetismo funcional, seguido pelo Rio de Janeiro (6,1%).

Quanto à variação percentual da taxa de analfabetismo funcional, entre 2012 e 2021, a Tabela 2 mostra também que Maranhão (11,6 p.p.) apresentou a maior queda percentual, ao passo que Santa Catarina (3,1), a menor. Além disso, no mesmo período, em relação à variação percentual em nível Brasil (6,3 p.p.), as regiões Norte (8,1 p.p.) e Nordeste (8,9 p.p.) demonstraram as maiores variações percentuais, enquanto as regiões Sudeste (5,1 p.p.), Sul (4,7 p.p.) e Centro-Oeste (5,0 p.p.), as menores.

TABELA 2

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2012-2021

Brasil/ Região/UF	Anos										Variação percentual
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Brasil	17,7%	16,8%	15,9%	15,2%	15,6%	14,3%	13,6%	13,1%	11,5%	11,4%	6,3 p.p.
Norte	21,6%	20,6%	19,7%	18,8%	19,2%	17,3%	16,3%	15,7%	13,8%	13,5%	8,1 p.p.
Rondônia	22,2%	20,4%	22,4%	18,9%	20,6%	17,0%	15,8%	14,7%	12,7%	14,1%	8,1 p.p.
Acre	24,0%	23,6%	23,6%	22,7%	23,6%	20,4%	19,8%	18,7%	17,0%	14,0%	10,0 p.p.
Amazonas	17,8%	16,7%	16,1%	15,3%	16,5%	13,7%	13,1%	11,6%	11,0%	10,6%	7,2 p.p.
Roraima	13,0%	12,7%	12,3%	11,2%	15,5%	10,6%	11,7%	10,2%	9,2%	9,6%	3,4 p.p.
Pará	23,8%	22,7%	21,3%	20,9%	20,2%	19,2%	17,7%	17,6%	15,4%	15,0%	8,8 p.p.
Amapá	16,8%	17,2%	14,7%	14,8%	13,4%	12,1%	12,3%	12,8%	9,4%	8,7%	8,1 p.p.
Tocantins	21,9%	20,7%	19,2%	18,7%	21,0%	18,9%	18,7%	18,5%	15,8%	15,8%	6,1 p.p.
Nordeste	27,6%	26,6%	25,4%	24,4%	24,6%	23,1%	22,0%	21,7%	18,6%	18,7%	8,9 p.p.
Maranhão	30,2%	27,5%	26,2%	26,8%	26,2%	25,5%	24,1%	23,1%	18,6%	18,6%	11,6 p.p.
Piauí	31,8%	29,9%	29,0%	27,6%	27,1%	25,5%	25,2%	24,8%	23,8%	22,1%	9,7 p.p.
Ceará	26,7%	25,8%	25,3%	25,6%	25,5%	22,8%	20,7%	21,5%	18,6%	18,7%	8,0 p.p.
Rio Grande do Norte	26,2%	24,4%	25,3%	22,2%	22,0%	20,9%	19,4%	20,1%	15,5%	15,3%	10,9 p.p.
Paraíba	30,1%	30,7%	27,3%	26,4%	25,1%	24,9%	24,4%	23,8%	19,6%	22,9%	7,2 p.p.
Pernambuco	24,2%	23,6%	22,1%	21,8%	22,3%	20,4%	18,5%	18,3%	16,4%	15,7%	8,5 p.p.
Alagoas	30,3%	28,9%	28,9%	27,5%	28,7%	27,2%	25,2%	25,3%	22,3%	20,4%	9,9 p.p.
Sergipe	26,7%	27,1%	24,6%	22,1%	24,3%	22,6%	22,8%	21,2%	17,4%	18,3%	8,4 p.p.
Bahia	27,3%	26,9%	25,5%	23,3%	24,0%	22,9%	22,6%	21,7%	18,9%	19,2%	8,1 p.p.
Sudeste	12,8%	11,8%	11,0%	10,5%	10,8%	9,6%	9,2%	8,8%	8,0%	7,6%	5,2 p.p.
Minas Gerais	18,0%	17,0%	15,4%	15,3%	14,4%	13,4%	12,9%	12,8%	11,9%	11,1%	6,9 p.p.
Espírito Santo	14,9%	14,8%	13,5%	13,3%	14,2%	12,0%	11,8%	11,2%	10,5%	9,9%	5,0 p.p.
Rio de Janeiro	10,4%	10,0%	9,4%	8,4%	9,7%	8,9%	7,7%	7,1%	6,3%	6,1%	4,3 p.p.
São Paulo	11,1%	9,9%	9,3%	8,8%	9,3%	7,9%	7,9%	7,4%	6,7%	6,5%	4,6 p.p.
Sul	13,3%	12,4%	12,1%	11,3%	11,9%	10,9%	10,3%	9,6%	8,6%	8,6%	4,7 p.p.
Paraná	16,2%	15,4%	13,9%	13,3%	14,6%	13,9%	12,7%	11,7%	10,2%	10,4%	5,8 p.p.
Santa Catarina	11,1%	9,7%	11,3%	9,6%	10,5%	8,5%	8,2%	8,7%	6,8%	8,0%	3,1 p.p.
Rio Grande do Sul	11,9%	11,2%	10,9%	10,3%	10,2%	9,4%	9,3%	8,1%	8,2%	7,2%	4,7 p.p.
Centro-Oeste	15,6%	14,9%	14,4%	13,5%	14,9%	12,9%	12,2%	11,7%	9,8%	10,6%	5,0 p.p.
Mato Grosso do Sul	18,3%	17,3%	16,9%	17,6%	16,4%	14,9%	13,6%	12,6%	11,2%	11,8%	6,5 p.p.
Mato Grosso	17,6%	16,7%	16,8%	15,1%	17,8%	16,3%	14,8%	13,7%	11,6%	12,2%	5,4 p.p.
Goiás	16,4%	15,9%	15,1%	13,8%	15,4%	13,4%	12,8%	12,9%	10,6%	11,8%	4,6 p.p.
Distrito Federal	9,0%	8,4%	8,1%	7,4%	9,0%	6,4%	6,6%	6,2%	4,8%	4,8%	4,2 p.p.

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Em 2021, segundo revela o Gráfico 7, a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade em áreas rurais foi de 25,6% e em áreas urbanas foi de 9,2%. Ou seja, com relação ao ano de 2012, houve uma queda de 5,2 p.p. e 11,6 p.p. nas taxas de analfabetismo funcional das populações em áreas urbanas e rurais, respectivamente.

Vale notar também que a diferença entre as taxas de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade por localização de residência – urbana e rural – caiu 6,4 p.p. entre 2012 e 2021 (Gráfico 7): de 22,8 p.p. em 2012 para 16,4 p.p. em 2021.

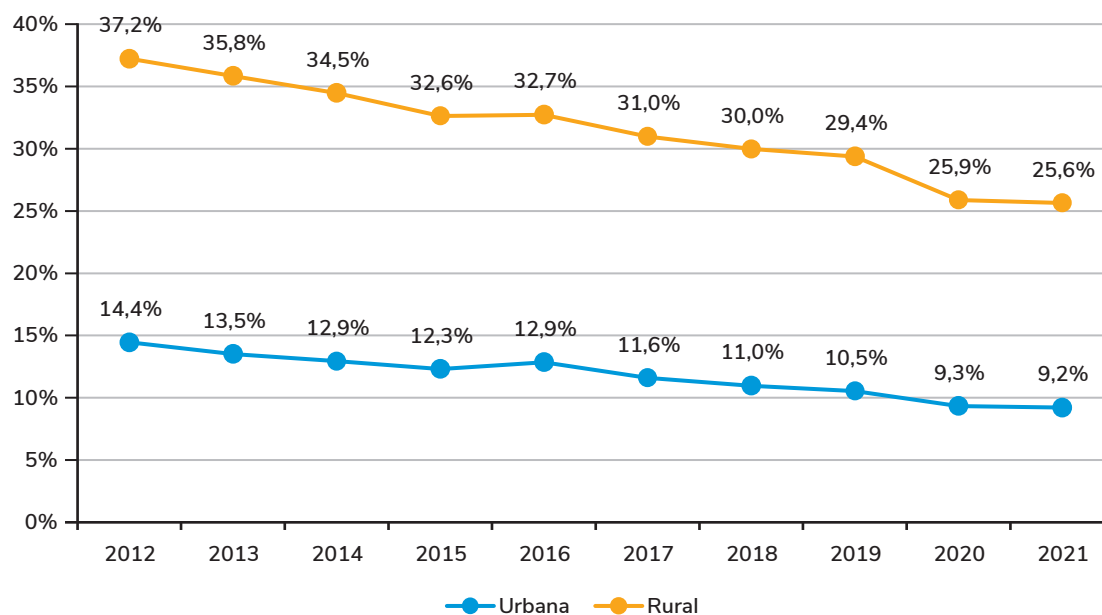


GRÁFICO 7

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR LOCALIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Quanto à desagregação por sexo (Gráfico 8), em 2021, a taxa de analfabetismo funcional da população masculina (11,8%) foi levemente maior que a da população feminina (11,0%). De 2012 a 2021, a diminuição foi de 6,5 p.p. para os homens e de 6,1 p.p. para as mulheres e a diferença entre as taxas de analfabetismo funcional da população masculina e feminina teve uma leve queda de 0,4 p.p.: de 1,2 p.p. em 2012 para 0,8 p.p. em 2021.

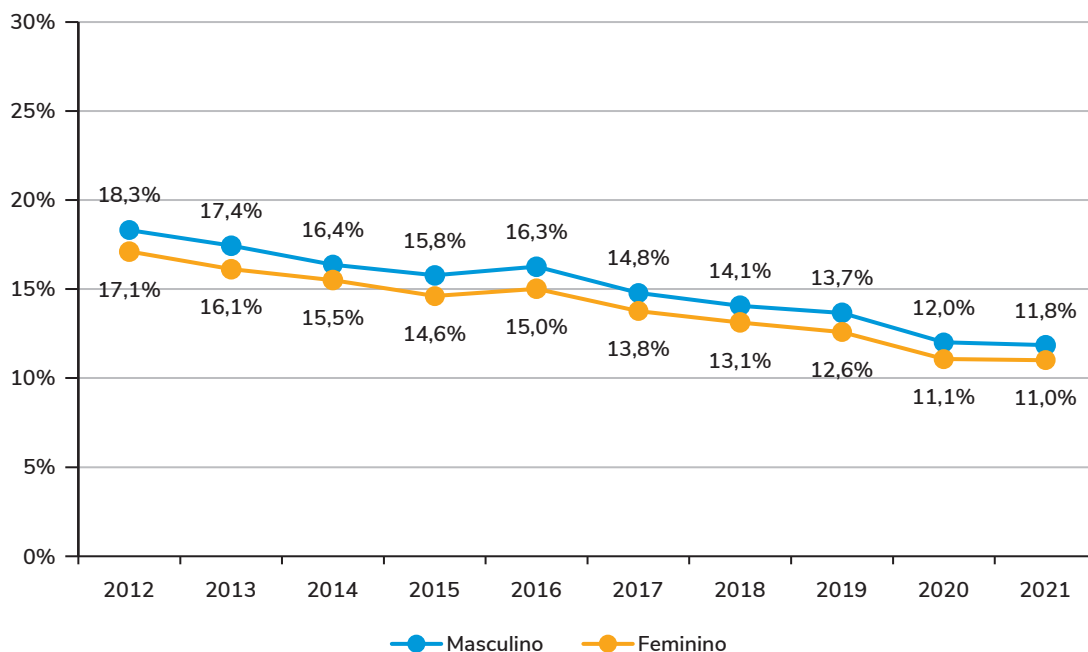


GRÁFICO 8

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO - BRASIL - 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

No tocante à desagregação dos dados por cor/raça (Gráfico 9), nota-se que, em 2021, a diferença da taxa de analfabetismo entre as populações negra (14,0%) e branca (8,3%) foi de 5,7 p.p. e, em 2012, foi de 9,6 p.p., isto é, uma queda de quase 4 p.p. em nove anos.

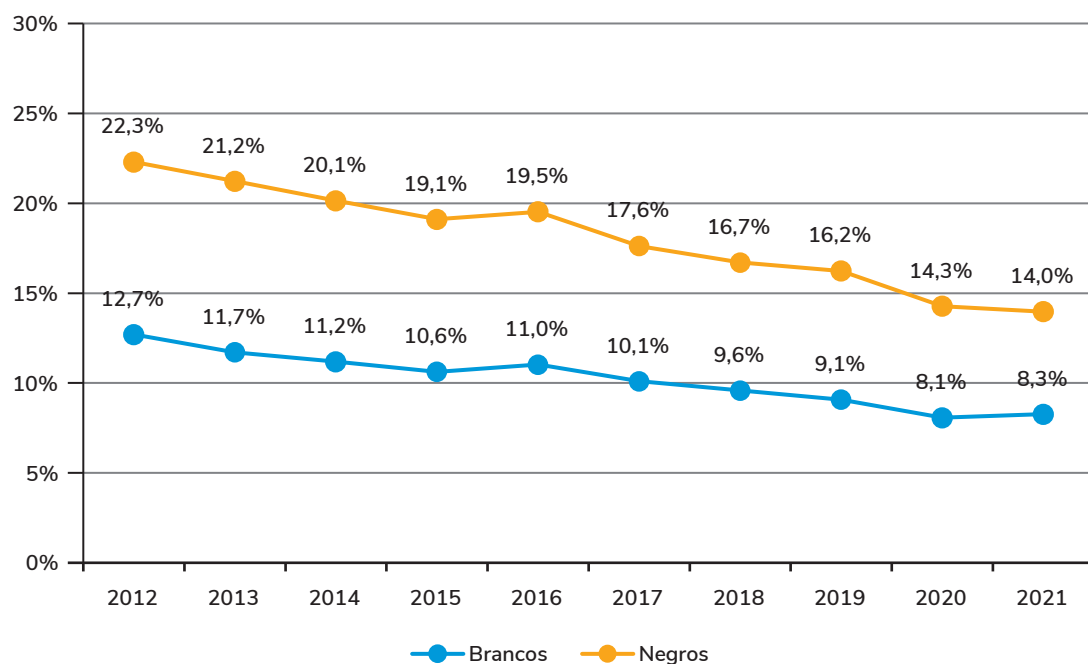


GRÁFICO 9

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR COR/RAÇA - BRASIL - 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).

Em relação às taxas de analfabetismo funcional entre a população de 15 anos ou mais de idade dos quartis superior e inferior de renda mensal domiciliar per capita, isto é, dos 25% mais ricos e dos 25% mais pobres, observa-se que, em 2019, o analfabetismo funcional entre os mais ricos (5,8%) foi menor que entre os mais pobres (20,6%). De 2016 a 2019, a desigualdade entre esses grupos caiu 2,4 p.p. (de 17,2 p.p. em 2012 para 14,8 p.p. em 2019), uma vez que, nesse período, a variação percentual nas taxas de analfabetismo funcional foi de 2,8 p.p. para os mais pobres e de 0,4 p.p. para os mais ricos.

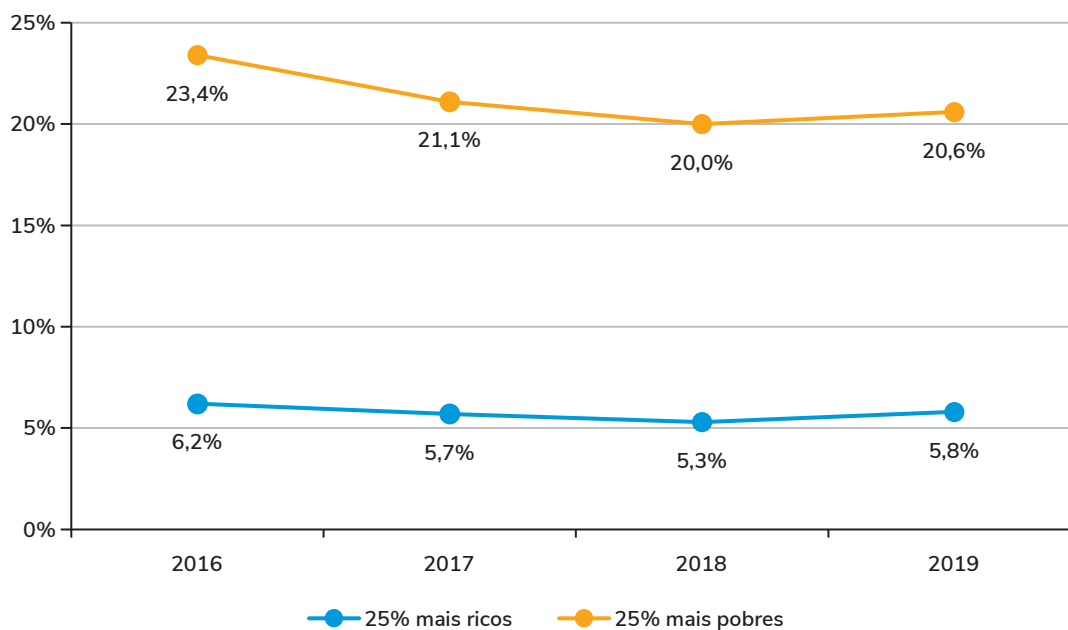


GRÁFICO 10

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR QUARTIL DE RENDA MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA – BRASIL – 2016-2019

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2016-2019).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade do País (Indicador 9A) foi de 95,0%, em 2021, distante, portanto, 5,0 p.p. da meta de 100% para 2024.
2. As taxas de alfabetização nas regiões Nordeste e Norte se mantiveram menores que as observadas para o País de 2012 a 2021, ao passo que, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, as taxas de alfabetização foram maiores no mesmo período.
3. Em 2021, as maiores e as menores taxas de alfabetização ocorreram no Amapá (96,0%) e em Tocantins (93,3%), no Norte; em Pernambuco (91,3%) e na Paraíba (86,4%), no Nordeste; no Rio de Janeiro (98,4%) e no Espírito Santo (95,3%), no Sudeste; e no Distrito Federal (em torno de 98%) e em Goiás (95,6%), no Centro-Oeste. Nos estados do Sul, praticamente, não houve diferença nas taxas de alfabetização: Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ambos com 98%) e Paraná (97%).

4. A taxa de alfabetização dos residentes nas áreas rurais (87,0%) manteve-se menor que a dos residentes nas áreas urbanas (96,3%), em 2021.
5. A desigualdade entre as taxas de alfabetização de negros (93,4%) e brancos (97,0%) persistiu, embora a diferença tenha diminuído no período de 2012 a 2021.
6. Prevaleceu também a desigualdade com relação à taxa de alfabetização dos 25% mais pobres (89,4%) e dos 25% mais ricos (98,2%), em 2019.
7. A taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade (Indicador 9B) seguiu uma tendência de queda no período de 2012 a 2021, atingindo, em 2021, 11,4%, distante, portanto, 2,5 p.p. da meta de 8,9% estabelecida para 2024.
8. As taxas de analfabetismo funcional nas regiões Norte e Nordeste foram as mais elevadas em 2021 (13,5% e 18,7%, respectivamente), mantendo-se acima da taxa nacional (8,9%).
9. Todos os estados das regiões Sul e Sudeste atingiram, em 2021, taxas de analfabetismo funcional abaixo daquela observada para o País (11,4%), enquanto os estados da região Nordeste apresentaram taxas superiores a 20,0%, com exceção do Rio Grande do Norte (15,3%) e de Pernambuco (15,7%). Paraíba (22,9%) e Piauí (22,1%) registraram as maiores taxas e Distrito Federal (4,8%) e Rio de Janeiro (6,1%), as menores.
10. As taxas de analfabetismo funcional dos residentes nas áreas rurais (25,6%) e dos negros (14,0%), em 2021, foram significativamente maiores que as taxas dos residentes nas áreas urbanas (9,2%) e dos brancos (8,3%).
11. Verifica-se grande desigualdade entre as taxas de analfabetismo funcional dos 25% mais ricos (5,8%) e dos 25% mais pobres (20,6%), em 2019, pois a taxa de analfabetismo funcional do grupo dos mais pobres foi 3,5 vezes maior do que a dos mais ricos. Contudo, a diferença entre esses grupos caiu 2,4 p.p., entre 2016 e 2019, devido à maior variação percentual na taxa de analfabetismo funcional entre os mais pobres (2,8 p.p.) que entre os mais ricos (0,4 p.p.).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Plano Nacional da Educação Básica PNE 2014-2024*: linha da base. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad - c)*: microdados. [Rio de Janeiro, 2022]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad - c)*: suplemento educação: microdados. [Rio de Janeiro, 2022]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 27 abr. 2022.



META 10

.....

**OFERECER, NO MÍNIMO, 25%
(VINTE E CINCO POR CENTO) DAS
MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS, NOS ENSINOS
FUNDAMENTAL E MÉDIO, NA
FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL.**

.....



A Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que, no mínimo, 25% das matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) sejam ofertadas de forma integrada à educação profissional. A meta alinha-se aos esforços da universalização da educação básica e de ampliação da escolarização dos jovens e adultos, qualificando a oferta de educação para esse público ao integrá-la à educação profissional, de modo a proporcionar condições mais favoráveis à inserção no mundo do trabalho. Para monitorar esta meta, definiu-se o seguinte indicador:

- *Indicador 10A: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.*

O indicador foi calculado com base nos dados do Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As análises deste relatório contemplam as desagregações por etapas de ensino (fundamental e médio), grandes regiões, unidades da Federação (UFs), localização da escola, dependência administrativa, além das desagregações relativas às características individuais de sexo e cor/raça dos estudantes.

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Indicador 10A: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Meta: Oferecer pelo menos 25% das matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional até 2024.

O Gráfico 1 apresenta a trajetória do Indicador 10A no período de 2013 a 2021. Nos dois primeiros anos da série, o indicador registrou a marca de 2,8% e, em 2015, atingiu o seu maior patamar (3,0%). A partir de 2016, verifica-se um acentuado decréscimo, com o indicador atingindo o menor valor da série (1,3%) em 2018. Desde então, o indicador experimentou pequenos crescimentos de 0,3 ponto percentual (p.p.), em 2019 (1,6%), mais 0,2 p.p., em 2020 (1,8%), e mais 0,4 p.p., em 2021, alcançando 2,2% de matrículas da EJA integrada à educação profissional, mas ainda distante do estabelecido pela Meta 10 para o ano de 2024.

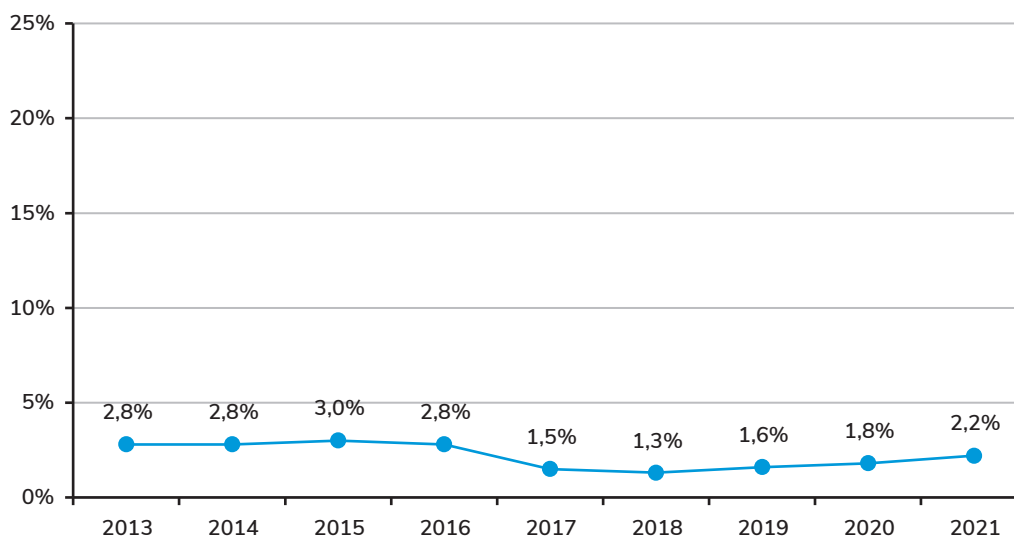


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Com a desagregação por etapa de ensino, exposta no Gráfico 2, constata-se que, no ano de 2021, o percentual de matrículas da EJA integrada à educação profissional no ensino fundamental (1,0%) significou o dobro do verificado em 2020 (0,5%). No ensino médio, também foi registrada uma evolução para 3,8%, em 2021, representando o melhor resultado desde o início da série histórica.

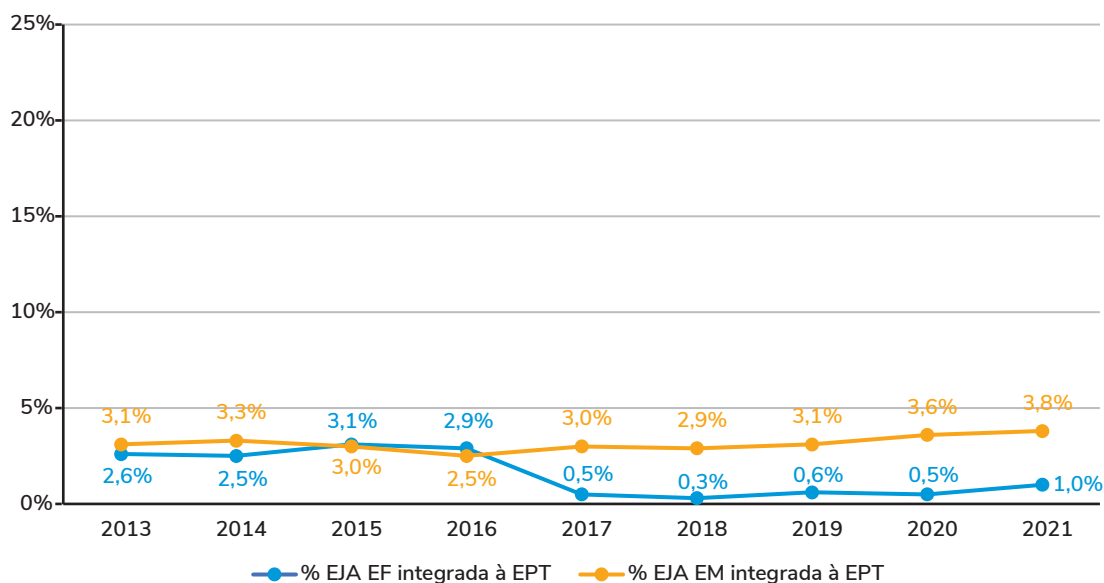


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR ETAPA DE ENSINO (FUNDAMENTAL E MÉDIO) – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A análise dos números absolutos de matrícula, apresentados na Tabela 1, demonstrou que o número total de matrículas da EJA diminuiu 22,7% e o número de matrículas da EJA integrada à educação profissional e tecnológica (EPT), 38,7%, no período de 2013 a 2021. Contudo, também se observa que os números absolutos de matrícula da EJA integrada à EPT têm apresentado pequenos acréscimos desde 2018, ano em que atingiu o menor valor da série, ao mesmo tempo em que o número total de matrículas da EJA tem decrescido. Esse movimento faz com que o indicador venha crescendo desde 2019, embora seu valor atual (2,2%) ainda esteja abaixo do aferido na linha de base, em 2013 (2,8%).

A Tabela 1 expõe em números absolutos as matrículas da EJA integrada à educação profissional, desagregadas por ensino fundamental e ensino médio. No período analisado de 2013 a 2021, no ensino fundamental, o número de matrículas da EJA de oferta regular decresceu 30,0%, enquanto o número de matrículas da EJA integrada à educação profissional decaiu 72,7%. Com isso, o indicador desagregado sofreu uma expressiva redução de 61,5%. Para o ensino médio, observou-se pequena queda de 7,3% do número de matrículas da EJA de oferta regular e crescimento de 14,6% do número de matrículas da EJA integrada à educação profissional, resultando no aumento de 22,6% do indicador. Em relação a 2020, ressalta-se o crescimento de 89,4% ocorrido na oferta de matrículas da EJA integrada à educação profissional no ensino fundamental e de 5,27% nas matrículas da EJA integrada à educação profissional no ensino médio.

TABELA 1

NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR ETAPA DE ENSINO (FUNDAMENTAL E MÉDIO) – BRASIL – 2013-2021

Etapa de Ensino	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ [%] (2013-2021)
EJA EF oferta regular	2.440.151	2.285.645	2.115.217	2.043.623	2.161.168	2.102.460	1.925.784	1.740.841	1.707.462	-30,0%
EJA EF integrada à EPT	64.739	58.839	67.394	61.912	11.736	5.695	11.799	9.328	17.667	-72,7%
Total EJA EF	2.504.890	2.344.484	2.182.611	2.105.535	2.172.904	2.108.155	1.937.583	1.750.169	1.725.129	-31,1%
% EJA EF integrada à EPT	2,6%	2,5%	3,1%	2,9%	0,5%	0,3%	0,6%	0,5%	1,0%	-61,5%
EJA EM oferta regular	1.284.048	1.266.171	1.270.198	1.342.137	1.383.046	1.395.658	1.294.492	1.207.670	1.189.915	-7,3%
EJA EM integrada à EPT	41.269	42.875	39.060	34.502	42.766	42.175	41.593	44.910	47.278	14,6%
Total EJA EM	1.325.317	1.309.046	1.309.258	1.376.639	1.425.812	1.437.833	1.336.085	1.252.580	1.237.193	-6,6%
% EJA EM integrada à EPT	3,1%	3,3%	3,0%	2,5%	3,0%	2,9%	3,1%	3,6%	3,8%	22,6%
EJA integrada à EPT	106.008	101.714	106.454	96.414	54.502	47.870	53.392	54.238	64.945	-38,7%
Total EJA	3.830.207	3.653.530	3.491.869	3.482.174	3.598.716	3.545.988	3.273.668	3.002.749	2.962.322	-22,7%
% EJA integrada à EPT	2,8%	2,8%	3,0%	2,8%	1,5%	1,3%	1,6%	1,8%	2,2%	-20,8%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Considerando as grandes regiões do País (Gráfico 3), nota-se que os maiores percentuais de matrículas da EJA integrada à educação profissional estão no Nordeste (3,9%), seguido pelo Centro-Oeste (1,6%), Sul (1,1%), Norte (0,7%) e Sudeste (0,6%). Embora sejam baixos os percentuais em todo o País, é interessante reconhecer que os resultados alcançados pela região Nordeste são bastante superiores àqueles registrados nas outras regiões. Ressalta-se o fraco desempenho da região Sudeste, uma das mais industrializadas do País, com alta demanda por educação profissional.

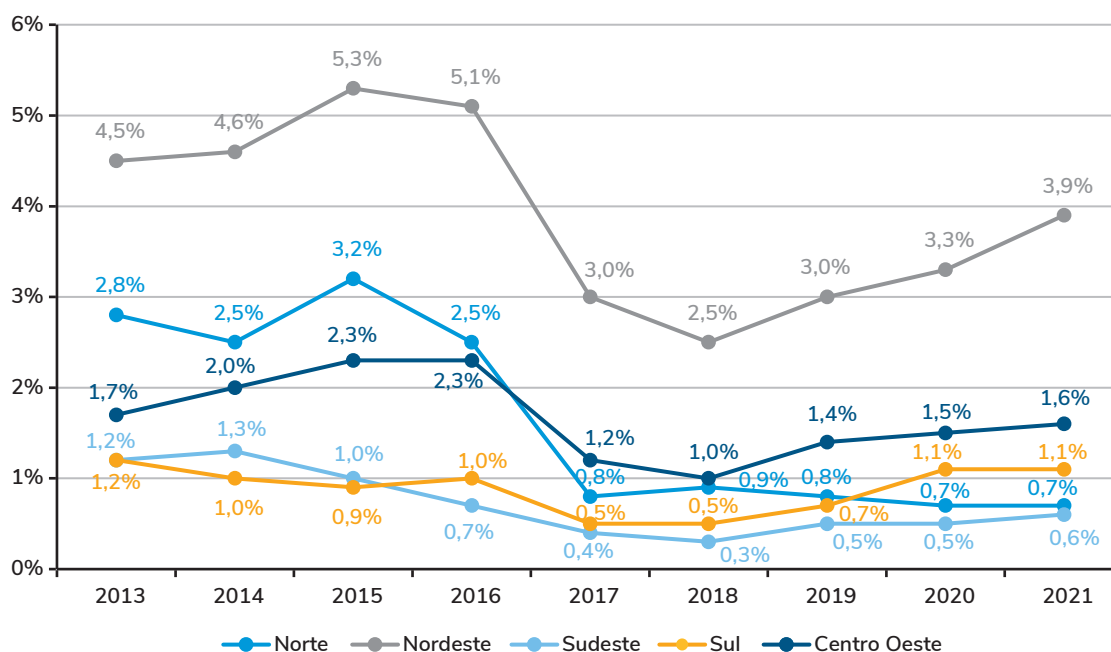


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR GRANDE REGIÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Expandindo-se a desagregação para as unidades da Federação (Tabela 2), nota-se que oito delas registram indicadores maiores do que a média nacional, em 2021. São elas: Alagoas (11,1%), Bahia (6,2%), Espírito Santo (3,7%), Piauí (3,3%), Maranhão (3,2%), Goiás (2,7%), Santa Catarina (2,5%) e Mato Grosso do Sul (2,3%) – todas, no entanto, bastante distantes da meta nacional (25%). Analisando toda a série histórica (2013-2021), constata-se retração do indicador em 19 das 27 UFs e evolução em 8 unidades da Federação: Alagoas (9,0%), Bahia (2,3%), Espírito Santo (2,3%), Distrito Federal (1,3%), Santa Catarina (1,1%), Maranhão (0,6%), Goiás (0,3%) e Rio Grande do Sul (0,1%).

TABELA 2

NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Brasil/Região/UF	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		Δ [%] (2013-2021)									
	EJA EPT	EJA EJA	%	EJA EPT	EJA EJA	%	EJA EPT	EJA EJA	%	EJA EPT	EJA EJA	%	EJA EPT	EJA EJA	%	EJA EPT	EJA EJA	%										
Brasil	106.008	3.830.207	2,8%	101.714	3.653.530	3,0%	96.414	3.482.174	2,8%	54.502	3.598.716	1,5%	47.870	3.545.988	1,3%	53.392	3.273.668	1,6%	54.238	3.002.749	1,8%	64.945	2.962.322	2,2%	-0,6%			
Norte	14.170	502.513	2,8%	12.078	477.940	2,5%	10.603	418.396	2,5%	3.185	418.217	0,8%	3.439	392.908	0,9%	2.615	346.815	0,8%	2.265	326.370	0,7%	2.361	335.685	0,7%	-2,1%			
Roraima	438	65.642	0,7%	239	58.881	0,4%	646	55.999	1,2%	144	51.372	0,3%	11	38.508	0,1%	58	34.357	0,2%	28	32.240	0,1%	19	30.355	0,1%	-0,6%			
Acre	1.196	28.382	4,2%	1.415	28.251	5,0%	642	26.738	2,4%	968	44.745	3,8%	143	43.383	0,0%	0	25.918	0,0%	57	21.961	0,3%	29	22.034	0,1%	-4,1%			
Amazonas	3.707	98.810	3,8%	1.346	96.934	1,4%	2.343	96.411	2,4%	1.983	88.723	2,2%	567	78.889	0,6%	651	74.132	0,9%	728	70.644	1,0%	566	83.766	0,7%	-3,1%			
Roraima	338	9.797	3,5%	943	10.247	9,2%	259	10.195	2,5%	30	9.648	0,3%	68	10.140	0,7%	217	8.047	2,7%	73	8.646	0,8%	18	8.781	0,2%	-3,2%			
Pará	7.182	284.142	2,8%	6.551	239.449	2,7%	8.728	221.075	3,9%	6.116	201.187	3,0%	1.918	183.826	1,2%	1.432	166.647	0,9%	987	157.400	0,6%	1.346	160.007	0,8%	-2,0%			
Amapá	481	23.251	2,1%	342	23.393	1,5%	494	23.791	2,1%	367	23.700	1,5%	174	22.312	0,4%	87	20.861	0,4%	81	17.703	0,5%	50	15.615	0,3%	-1,7%			
Tocantins	828	22.489	3,7%	1.242	20.785	6,0%	1.639	20.923	7,8%	995	18.595	5,4%	304	17.943	1,6%	314	16.254	1,9%	366	17.443	2,1%	333	15.127	2,2%	-1,5%			
Nordeste	68.499	1.519.686	4,5%	67.286	1.465.862	4,6%	72.621	1.361.792	5,3%	68.481	1.330.079	5,1%	42.096	1.415.594	3,0%	35.954	1.388.224	3,0%	40.670	1.240.330	3,3%	52.327	1.350.172	3,9%	-0,6%			
Maranhão	4.748	185.991	2,6%	8.631	180.787	4,8%	11.626	171.517	6,8%	4.864	143.849	3,4%	1.218	170.622	0,7%	816	164.450	0,5%	1.308	153.689	1,4%	5.701	179.384	3,2%	0,6%			
Piauí	9.001	98.368	9,2%	5.455	92.206	5,9%	15.151	87.674	17,3%	14.821	142.538	10,4%	7.146	177.231	4,0%	5.056	184.671	2,7%	7.071	130.486	5,4%	5.172	107.221	4,8%	3,880	116.426	3,3%	-5,8%
Ceará	12.242	187.333	6,5%	9.534	183.777	5,2%	5.848	162.683	3,6%	6.957	165.264	4,2%	7.528	169.164	4,5%	6.738	168.244	4,0%	4.888	170.475	2,9%	4.117	158.632	2,6%	3.364	162.025	2,1%	-4,5%
Rio Grande do Norte	4.301	90.531	4,8%	4.277	82.155	5,2%	2.828	75.709	3,7%	5.001	72.147	6,9%	1.567	69.114	2,3%	588	65.822	0,9%	506	66.648	0,8%	530	63.203	0,8%	486	58.959	0,8%	-3,9%
Parabá	5.717	152.499	3,7%	10.048	153.193	6,6%	6.035	133.640	4,5%	9.264	120.721	7,1%	1.389	123.182	0,4%	522	123.182	0,4%	838	113.110	0,7%	447	107.974	0,4%	466	124.957	0,4%	-3,4%
Pernambuco	10.374	215.550	4,8%	10.075	215.309	4,7%	10.266	203.679	5,0%	8.152	188.436	4,3%	5.865	191.697	3,1%	859	193.302	0,4%	1.605	187.217	0,9%	697	174.062	0,4%	599	166.106	0,4%	-4,5%
Alegois	2.116	101.032	2,1%	2.673	113.880	2,3%	2.919	113.228	2,6%	2.668	105.890	2,5%	1.70	114.049	0,1%	2.360	118.156	2,0%	4.854	121.408	4,0%	5.976	108.906	5,5%	14.903	134.729	11,1%	9,0%
Sergipe	2.868	54.717	5,2%	524	46.576	1,1%	1.687	43.263	3,9%	2.155	41.259	5,2%	368	41.995	0,9%	100	42.620	0,2%	151	43.907	0,3%	148	39.931	0,4%	124	41.960	0,3%	-4,9%
Bahia	17.132	493.665	4,0%	16.069	397.979	4,0%	16.261	370.399	4,4%	14.599	339.476	4,3%	16.845	361.001	4,7%	18.915	358.826	5,3%	19.291	339.632	5,7%	21.468	326.712	6,6%	22.804	365.626	6,2%	2,3%
Sudeste	14.589	1.171.012	1,2%	13.762	1.091.039	1,3%	10.413	1.076.230	1,0%	8.382	1.093.525	0,4%	3.709	1.073.221	0,3%	4.618	985.163	0,5%	4.979	938.887	0,5%	4.633	841.464	0,6%	-0,7%			
Minas Gerais	3.152	351.577	0,9%	2.821	335.165	0,8%	2.453	308.405	0,8%	1.052	347.128	0,3%	526	341.130	0,2%	349	311.815	0,1%	351	250.168	0,1%	341	231.809	0,1%	321	225.371	0,1%	-0,8%
Espírito Santo	1.020	73.172	1,4%	1.226	72.627	1,7%	1.168	64.014	1,8%	967	65.286	1,5%	746	65.043	1,1%	842	63.659	1,3%	952	63.293	1,5%	1.468	60.052	2,4%	1.871	50.089	3,7%	2,3%
Rio de Janeiro	7.994	278.200	2,9%	8.034	235.104	3,4%	5.458	244.787	2,2%	3.723	246.652	1,5%	1.185	241.103	0,5%	1.224	243.803	0,5%	1.982	253.950	0,8%	1.489	254.985	0,6%	997	223.754	0,4%	-2,4%
São Paulo	2.423	468.063	0,5%	1.681	448.143	0,4%	1.334	459.024	0,3%	2.640	446.249	0,4%	1.294	453.944	0,3%	1.333	417.752	0,3%	1.681	392.041	0,4%	1.444	342.250	0,4%	-0,1%			
Sul	4.413	380.810	1,2%	3.682	373.377	1,0%	3.378	365.820	0,9%	3.667	383.155	1,0%	2.017	411.080	0,5%	2.180	409.059	0,5%	2.496	378.387	0,7%	3.406	308.085	1,1%	2.808	257.400	1,1%	-0,1%
Paraná	1.351	151.358	0,9%	1.557	150.023	1,0%	1.371	143.396	1,0%	1.106	151.855	0,7%	362	172.775	0,2%	306	178.500	0,2%	220	172.185	0,1%	178	144.919	0,7%	172	114.388	0,2%	-0,7%
Santa Catarina	1.025	77.267	1,3%	660	76.093	0,9%	426	72.553	0,6%	373	73.404	0,5%	557	76.146	0,7%	538	73.462	0,7%	825	69.270	1,2%	414	60.975	2,8%	1.295	52.777	2,5%	1,1%
Rio Grande do Sul	2.037	152.185	1,3%	1.465	147.261	1,0%	1.581	149.871	1,1%	2.188	157.896	1,4%	1.098	162.159	0,7%	1.336	157.097	0,9%	1.451	136.932	1,1%	2.814	102.191	2,8%	1.341	90.235	1,5%	0,1%
Centro-Oeste	4.337	256.186	1,7%	4.906	245.312	2,0%	5.291	232.895	2,3%	5.281	231.519	2,3%	3.137	260.300	1,2%	2.588	251.527	1,0%	3.151	225.079	1,4%	2.918	189.077	1,5%	2.816	177.601	1,6%	-0,1%
Mato Grosso do Sul	1.398	41.791	3,3%	2.770	43.871	6,3%	3.056	43.344	7,1%	2.122	46.068	4,6%	78	47.803	0,2%	149	41.818	0,4%	505	33.661	1,5%	692	24.550	2,8%	518	22.421	2,3%	-1,0%
Mato Grosso	1.307	99.615	1,3%	680	89.535	0,8%	771	79.435	1,0%	870	71.041	1,2%	480	80.137	0,6%	249	74.493	0,3%	208	74.343	0,3%	196	52.887	0,4%	217	61.286	0,4%	-1,0%
Goiás	1.528	64.312	2,4%	1.400	63.349	2,2%	1.320	58.732	2,2%	1.413	60.703	2,3%	1.637	79.417	2,1%	1.352	84.790	1,6%	1.533	70.173	2,2%	1.611	69.405	2,3%	1.530	56.948	2,7%	0,3%
Distrito Federal	104	50.468	0,2%	56	48.557	0,1%	144	51.384	0,3%	876	53.707	1,6%	942	52.943	1,8%	838	50.426	1,7%	905	46.902	1,9%	419	42.225	1,0%	551	36.946	1,5%	1,3%

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

No que se refere à localização das escolas, a maior parte das matrículas da EJA integrada à educação profissional mantém-se em escolas situadas na área urbana (87,6%), em 2021; contudo, observa-se nas escolas localizadas na área rural (12,4%) um crescimento de 81,2% no número de matrículas em relação ao ano anterior (Gráfico 4).

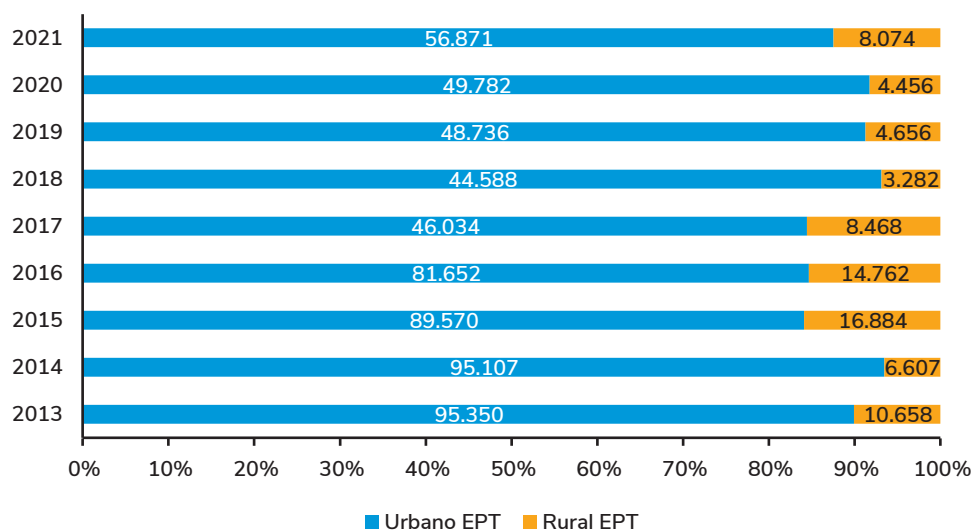


GRÁFICO 4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Os resultados expressos na Tabela 3 demonstram que, em 2021, o percentual de matrículas da EJA integrada à educação profissional apresentou suave recuperação em relação ao ano anterior tanto na localização urbana (0,4 p.p.) quanto na rural (0,5 p.p.), para os ensinos fundamental e médio. Vale ressaltar que os melhores desempenhos do indicador estão no ensino médio tanto nas escolas localizadas nas áreas rurais (4,5%) como nas urbanas (3,8%). Observando-se a série histórica (2013-2021), percebe-se uma evolução no indicador (0,9 p.p.) para as escolas de ensino médio localizadas em áreas urbanas; para todas as outras desagregações, verifica-se uma acentuada queda.

TABELA 3

NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR LOCALIZAÇÃO E ETAPA DE ENSINO (FUNDAMENTAL E MÉDIO) – BRASIL – 2013-2021

Localização	Etapa de Ensino	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ [%] (2013-2021)
Urbana	EJA EF oferta regular	1.991.637	1.853.154	1.719.796	1.716.974	1.779.116	1.717.641	1.565.086	1.423.475	1.277.335	-35,9
	EJA EF integrada à EPT	57.614	55.775	54.076	50.345	7.358	4.889	9.968	7.258	11.825	-79,5
	Total EJA EF	2.049.251	1.908.929	1.773.872	1.767.319	1.786.474	1.722.530	1.575.054	1.430.733	1.289.160	-37,1
	% EJA EF integrada à EPT	2,80%	2,90%	3,00%	2,80%	0,40%	0,30%	0,60%	0,50%	0,92%	-67,2
	EJA EM oferta regular	1.257.489	1.238.397	1.237.842	1.307.941	1.347.797	1.357.453	1.254.208	1.166.557	1.142.973	-9,1
	EJA EM integrada à EPT	37.736	39.332	35.494	31.307	38.676	39.699	38.768	42.524	45.046	19,4
	Total EJA EM	1.295.225	1.277.729	1.273.336	1.339.248	1.386.473	1.397.152	1.292.976	1.209.081	1.188.019	-8,3
	% EJA EM integrada à EPT	2,90%	3,10%	2,80%	2,30%	2,80%	2,80%	3,00%	3,50%	3,79%	30,7
	EJA integrada à EPT	95.350	95.107	89.570	81.652	46.034	44.588	48.736	49.782	56.871	-40,4
	Total EJA	3.344.476	3.186.658	3.047.208	3.106.567	3.172.947	3.119.682	2.868.030	2.639.814	2.477.179	-25,9
% EJA integrada à EPT	2,85%	2,98%	2,94%	2,63%	1,45%	1,43%	1,70%	1,89%	2,30%	-19,5	
Rural	EJA EF oferta regular	448.514	432.491	395.421	326.649	382.052	384.819	360.698	317.366	430.127	-4,1
	EJA EF integrada à EPT	7.125	3.064	13.318	11.567	4.378	806	1.831	2.070	5.842	-18,0
	Total EJA EF	455.639	435.555	408.739	338.216	386.430	385.625	362.529	319.436	435.969	-4,3
	% EJA EF integrada à EPT	1,60%	0,70%	3,30%	3,40%	1,10%	0,20%	0,50%	0,60%	1,34%	-16,2
	EJA EM oferta regular	26.559	27.774	32.356	34.196	35.249	38.205	40.284	41.113	46.942	76,7
	EJA EM integrada à EPT	3.533	3.543	3.566	3.195	4.090	2.476	2.825	2.386	2.232	-36,8
	Total EJA EM	30.092	31.317	35.922	37.391	39.339	40.681	43.109	43.499	49.174	63,4
	% EJA EM integrada à EPT	11,70%	11,30%	9,90%	8,50%	10,40%	6,10%	6,60%	5,50%	4,54%	-61,2
	EJA integrada à EPT	10.658	6.607	16.884	14.762	8.468	3.282	4.656	4.456	8.074	-24,2
	Total EJA	485.731	466.872	444.661	375.607	425.769	426.306	405.638	362.935	485.143	-0,1
% EJA integrada à EPT	2,2%	1,4%	3,8%	3,9%	2,0%	0,8%	1,1%	1,2%	1,7%	-24,2	

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

O Gráfico 5 apresenta a desagregação de matrículas por dependência administrativa e permite verificar o desenvolvimento do indicador entre as redes de ensino, no período de 2013 a 2021. O melhor desempenho do indicador está na oferta da rede federal, na qual a integração da EJA com a educação profissional atinge 78,6%, valor três vezes superior à meta nacional para 2024. Nas redes estaduais o indicador atinge 2,5%, nas municipais 1,3% e nas privadas 0,6%.

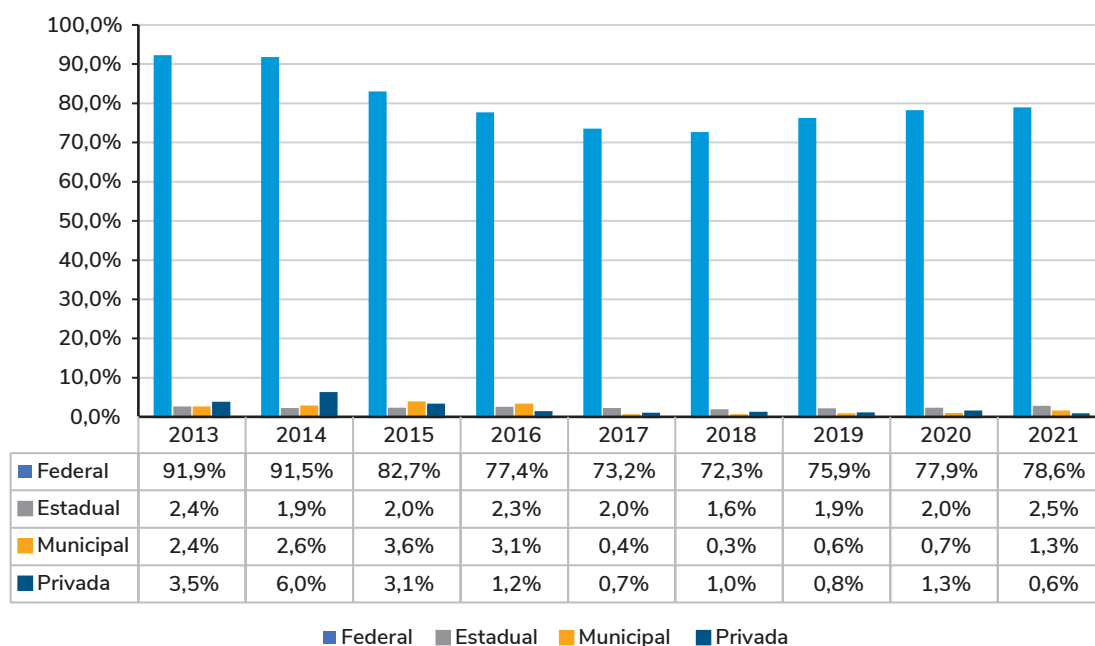


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A Tabela 4 expõe a evolução do indicador em todas as redes de ensino no período de 2013 a 2021. Na rede federal, houve uma retração de 14,5%, o que não representa um problema, uma vez que o indicador se manteve em patamares bastante elevados (78,6%, em 2021). Na rede estadual, o indicador apresentou um pequeno crescimento de 5,0%; contudo, sofreu redução de 44,8% na dependência municipal e de 82,9% na dependência privada.

TABELA 4

NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPA DE ENSINO (FUNDAMENTAL E MÉDIO) – BRASIL – 2013-2021

(continua)

Localização	Etapa de Ensino	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ [%] (2013-2021)
Federal	EJA EF oferta regular	576	515	452	464	415	403	399	365	284	-50,7%
	EJA EF integrada à EPT	329	297	262	261	203	364	295	101	94	-71,4%
	Total EJA EF	905	812	714	725	618	767	694	466	378	-58,2%
	% EJA EF integrada à EPT	36,4%	36,6%	36,7%	36,0%	32,8%	47,5%	42,5%	21,7%	24,90%	-31,5%
	EJA EM oferta regular	595	591	1.611	2.209	2.961	3.201	3.052	2.649	2.254	278,8%
	EJA EM integrada à EPT	13.011	11.595	9.567	8.879	9.032	9.055	10.575	10.521	9.211	-29,2%
	Total EJA EM	13.606	12.186	11.178	11.088	11.993	12.256	13.627	13.170	11.465	-15,7%
	% EJA EM integrada à EPT	95,6%	95,2%	85,6%	80,1%	75,3%	73,9%	77,6%	79,9%	80,30%	-16,0%
	EJA integrada à EPT	13.340	11.892	9.829	9.140	9.235	9.419	10.870	10.622	9.305	-30,2%
	Total EJA	14.511	12.998	11.892	11.813	12.611	13.023	14.321	13.636	11.843	-18,4%
% EJA integrada à EPT	91,9%	91,5%	82,7%	77,4%	73,2%	72,3%	75,9%	77,9%	78,6%	-14,5%	
Estadual	EJA EF oferta regular	791.808	698.793	627.201	681.633	716.788	696.087	576.364	503.600	413.561	-47,8%
	EJA EF integrada à EPT	25.281	17.018	14.304	20.073	6.552	761	3.257	569	302	-98,8%
	Total EJA EF	817.089	715.811	641.505	701.706	723.340	696.848	579.621	504.169	413.863	-49,3%
	% EJA EF integrada à EPT	3,1%	2,4%	2,2%	2,9%	0,9%	0,1%	0,6%	0,1%	0,10%	-96,8%
	EJA EM oferta regular	1.146.926	1.128.268	1.098.753	1.192.234	1.215.693	1.228.757	1.135.465	1.081.536	1.053.394	-8,2%
	EJA EM integrada à EPT	22.011	19.276	21.685	23.280	31.928	31.016	29.441	32.320	37.249	69,2%
	Total EJA EM	1.168.937	1.147.544	1.120.438	1.215.514	1.247.621	1.259.773	1.164.906	1.113.856	1.090.643	-6,7%
	% EJA EM integrada à EPT	1,9%	1,7%	1,9%	1,9%	2,6%	2,5%	2,5%	2,9%	3,40%	80,6%
	EJA integrada à EPT	47.292	36.294	35.989	43.353	38.480	31.777	32.698	32.889	37.551	-20,6%
	Total EJA	1.986.026	1.863.355	1.761.943	1.917.220	1.970.961	1.956.621	1.744.527	1.618.025	1.504.506	-24,2%
% EJA integrada à EPT	2,4%	1,9%	2,0%	2,3%	2,0%	1,6%	1,9%	2,0%	2,5%	5,0%	

TABELA 4

NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E ETAPA DE ENSINO (FUNDAMENTAL E MÉDIO) – BRASIL – 2013-2021

(conclusão)

Localização	Etapa de Ensino	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ [%] (2013-2021)
Municipal	EJA EF oferta regular	1.553.813	1.492.057	1.377.635	1.268.478	1.355.607	1.318.786	1.267.782	1.160.879	1.220.585	-21,4%
	EJA EF integrada à EPT	38.067	40.719	51.719	40.706	4.613	3.907	8.097	8.394	16.974	-55,4%
	Total EJA EF	1.591.880	1.532.776	1.429.354	1.309.184	1.360.220	1.322.693	1.275.879	1.169.273	1.237.559	-22,3%
	% EJA EF integrada à EPT	2,4%	2,7%	3,6%	3,1%	0,3%	0,3%	0,6%	0,7%	1,4%	-41,5%
	EJA EM oferta regular	39.946	36.774	32.655	34.415	35.603	31.449	28.679	25.467	25.682	-35,7%
	EJA EM integrada à EPT	382	429	1.028	807	613	570	17	-	52	-86,4%
	Total EJA EM	40.328	37.203	33.683	35.222	36.216	32.019	28.696	25.467	25.734	-36,2%
	% EJA EM integrada à EPT	0,9%	1,2%	3,1%	2,3%	1,7%	1,8%	0,1%	0,0%	0,20%	-78,9%
	EJA integrada à EPT	38.449	41.148	52.747	41.513	5.226	4.477	8.114	8.394	17.026	-55,7%
	Total EJA	1.632.208	1.569.979	1.463.037	1.344.406	1.396.436	1.354.712	1.304.575	1.194.740	1.263.293	-22,6%
% EJA integrada à EPT	2,4%	2,6%	3,6%	3,1%	0,4%	0,3%	0,6%	0,7%	1,3%	-44,8%	
Privada	EJA EF oferta regular	93.954	94.280	109.929	93.048	88.358	87.184	81.239	75.997	73.032	-22,3%
	EJA EF integrada à EPT	1.062	805	1.109	872	368	663	150	264	297	-72,0%
	Total EJA EF	95.016	95.085	111.038	93.920	88.726	87.847	81.389	76.261	73.329	-22,8%
	% EJA EF integrada à EPT	1,1%	0,8%	1,0%	0,9%	0,4%	0,8%	0,2%	0,3%	0,40%	-64,2%
	EJA EM oferta regular	96.581	100.538	137.179	113.279	128.789	132.251	127.296	98.018	108.585	12,4%
	EJA EM integrada à EPT	5.865	11.575	6.780	1.536	1.193	1.534	1.560	2.069	766	-86,9%
	Total EJA EM	102.446	112.113	143.959	114.815	129.982	133.785	128.856	100.087	109.351	6,7%
	% EJA EM integrada à EPT	5,7%	10,3%	4,7%	1,3%	0,9%	1,1%	1,2%	2,1%	0,70%	-87,8%
	EJA integrada à EPT	6.927	12.380	7.889	2.408	1.561	2.197	1.710	2.333	1.063	-84,7%
	Total EJA	197.462	207.198	254.997	208.735	218.708	221.632	210.245	176.348	182.680	-7,5%
% EJA integrada à EPT	3,5%	6,0%	3,1%	1,2%	0,7%	1,0%	0,8%	1,3%	0,6%	-82,9%	

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Em relação às características individuais dos estudantes, foram realizadas as desagregações por sexo e cor/raça. A desagregação por sexo (Gráfico 6) revela que, para o ano de 2021, a maior parte das matrículas da EJA integrada à educação profissional é de estudantes do sexo feminino (61,6%). Verifica-se, também, que a participação feminina se manteve majoritária para toda a série histórica.

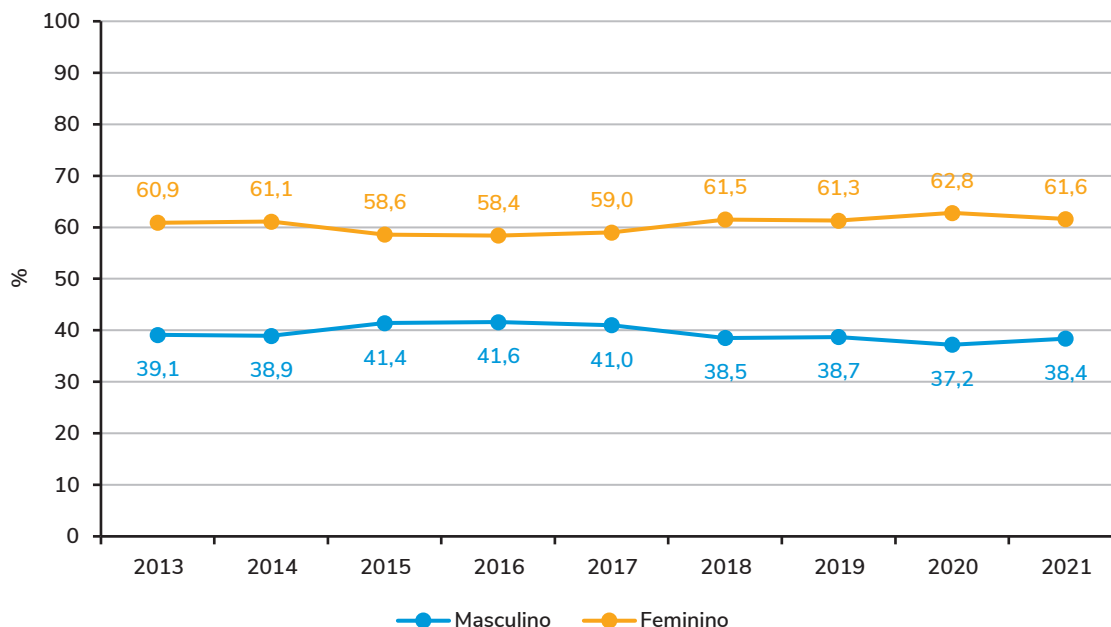


GRÁFICO 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR SEXO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Quanto à desagregação por cor/raça (Gráfico 7), são os estudantes autodeclarados negros (pardos e pretos) que apresentam o maior percentual de matrículas da EJA integrada à educação profissional (59,9%), em 2021. A série histórica (2013-2021) demonstra que a participação relativa dos estudantes negros cresce à medida que decresce o número de estudantes de cor/raça não declarada. Com isso, é possível inferir que a participação real de estudantes negros é substancialmente maior do que a apontada pela estatística atual. Considerando apenas os autodeclarados, constata-se que 84,1% das matrículas são de estudantes negros.

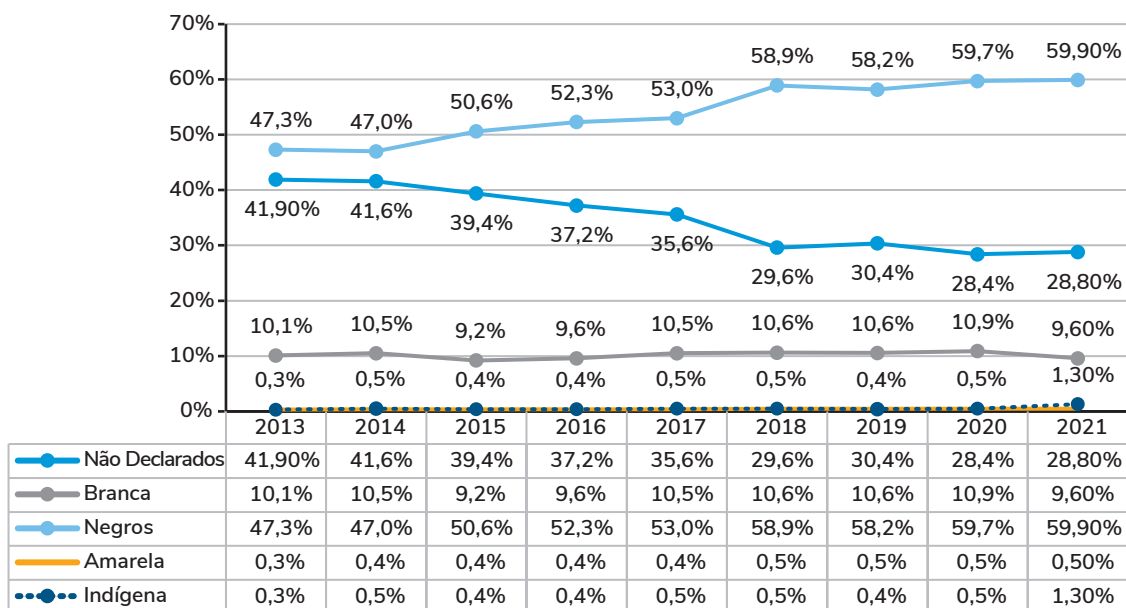


GRÁFICO 7

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POR COR/RAÇA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direde/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. O percentual de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional (Indicador 10A), em 2021, é de 2,2%. Esse resultado representa a continuidade de pequenos crescimentos desde 2019, mas ainda significativamente distante da meta estabelecida para 2024.
2. Quanto às etapas de ensino, em 2021, o percentual de matrículas da EJA integrada à educação profissional foi de 1,0% no ensino fundamental e 3,8% no ensino médio, representando o melhor resultado nesta etapa desde o início da série histórica.
3. Nas grandes regiões do País, verifica-se o melhor resultado para a região Nordeste (3,9%) e o menor para a região Sudeste (0,6%).
4. As unidades da Federação com os resultados mais expressivos são Alagoas (11,1%), Bahia (6,2%), Espírito Santo (3,7%), Piauí (3,3%), Maranhão (3,2%), Goiás (2,7%), Santa Catarina (2,5%) e Mato Grosso do Sul (2,3%); e os menos expressivos, Acre (0,1%), Minas Gerais (0,1%), Rondônia (0,1%), Roraima (0,2%), Paraná (0,2%), Sergipe (0,3%) e Amapá (0,3%).
5. A maior parte dessas matrículas está em escolas situadas na área urbana, atingindo um percentual de 87,6%, em 2021, ao passo que as localizadas em área rural respondem por apenas 12,4%.

6. O indicador retraiu nas redes de ensino privadas (-82,9%), municipais (-44,8%) e federal (-14,5%) e apresentou um pequeno crescimento de 0,1 p.p. (5,0%) nas redes estaduais, no período de 2013 a 2021.
7. Os melhores desempenhos do indicador encontram-se na rede federal, que ofertou 78,6% das matrículas da EJA integrada à educação profissional em 2021.
8. A maior parte das matrículas da EJA integrada à educação profissional, em 2021, é de mulheres (61,6%) e de estudantes que se autodeclararam negros (59,9%).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da educação básica (2013-2021)*. Brasília, DF, [s. d]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 4 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2018*. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.



META
11

.....

**TRIPLICAR AS MATRÍCULAS
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TÉCNICA (EPT) DE NÍVEL MÉDIO,
ASSEGURANDO A QUALIDADE
DA OFERTA E PELO MENOS 50%
(CINQUENTA POR CENTO) DA
EXPANSÃO NO SEGMENTO PÚBLICO.**

.....



A Meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014-2024 – trata da expansão da oferta de educação profissional técnica (EPT) de nível médio, assegurando a qualidade de oferta e propondo triplicar o número de matrículas até 2024, com pelo menos 50% dessa expansão no segmento público.

Para monitorar o desenvolvimento da meta, são utilizados três indicadores, calculados com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep):

- *Indicador 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.*
- *Indicador 11B: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio.*
- *Indicador 11C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública.*

A educação profissional técnica de nível médio compreende os seguintes tipos de oferta: curso técnico integrado, inclusive à educação de jovens e adultos (EJA); curso técnico concomitante; curso técnico subsequente; e curso normal/magistério de nível médio. O presente relatório complementa a série histórica dos indicadores da Meta 11, no período de 2013 a 2021, desagregando-os por tipo de oferta, macrorregiões, unidades da Federação (UFs), dependência administrativa e localização (urbana ou rural), além das análises relativas à expansão da EPT de nível médio no País, considerando-se o estabelecido pela meta. Apresenta, também, a distribuição das características individuais dos estudantes (sexo e cor/raça).

MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Indicador 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.

Meta: Triplicar as matrículas da EPT de nível médio, de forma a ofertar 4.808.838 matrículas em 2024.

A dimensão central da Meta 11 consiste em triplicar o número de matrículas de educação profissional técnica de nível médio observado no início da vigência do PNE (1.602.946, em 2013¹) e alcançar, portanto, o total de 4.808.838 matrículas, o que aponta para uma expansão de 3.205.892 matrículas até 2024.

O Gráfico 1 apresenta a trajetória do Indicador 11A, no período de 2013 a 2021. Houve uma expansão do número absoluto de matrículas de educação profissional técnica de nível médio no Brasil. De 1.602.946 matrículas, em 2013, passou-se a 1.851.541, em 2021, totalizando um crescimento de aproximadamente 15,5% no período. Entretanto, para o atingimento da meta, seria necessário um crescimento de 200%.

Percebe-se o movimento ascendente do indicador entre os anos de 2016 e 2020, com posterior interrupção desse crescimento em 2021, representando redução de quase 50 mil matrículas (49.936) em comparação aos valores de 2020.

Logo no início do processo de monitoramento, o indicador apresentou um desenvolvimento significativo, atingindo 1.886.167 matrículas em 2014 – um aumento de 17,7%. Nos dois anos seguintes, ocorreu um movimento decrescente, com queda de 5,9%. A partir de 2016, passa a se recuperar, crescendo 7,1% em um período de quatro anos, e atinge o pico da série histórica em 2020, com 1.901.477 matrículas. Em 2021, foi interrompida a série de crescimento, presumivelmente um efeito da pandemia, com uma queda de 2,6%, alcançando 1.851.541 matrículas.

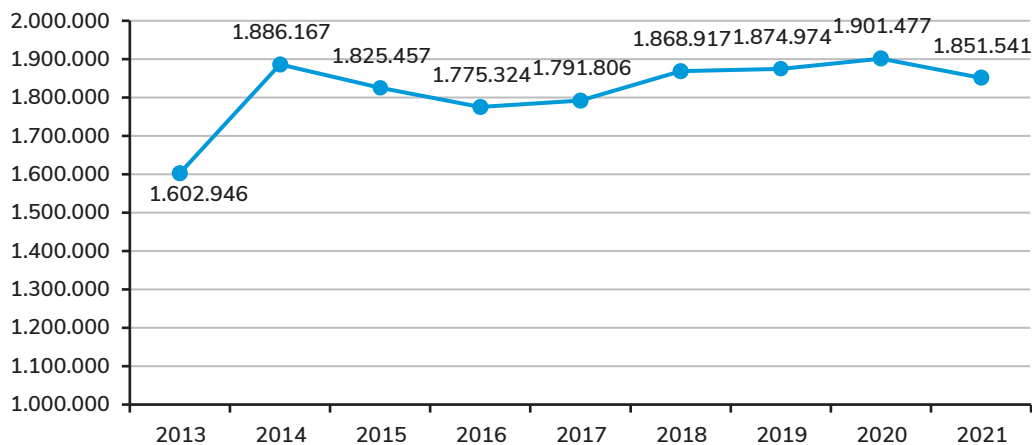


GRÁFICO 1

MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direde/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Considerando o desempenho verificado, no período de 2013 a 2021, a expansão correspondeu a 248.595 matrículas, o que representa 7,8% da expansão necessária (3.205.892) para o atingimento da meta estabelecida para o ano de 2024.

A diferença a ser alcançada para os próximos três anos sugere uma média de quase um milhão (985.766) de matrículas novas por ano. Ao se considerar a expansão ocorrida desde

¹ Consideram-se os valores de 2013, os dados disponíveis à aprovação da Lei nº 13.005/2014.

2013, constata-se que o acréscimo médio foi de 31.074 matrículas por ano, o que equivale a apenas 3,2% do ritmo de crescimento necessário.

Tomando as grandes regiões, observa-se, no Gráfico 2, que a região Sudeste é a que concentra, em 2021, os maiores percentuais de oferta de matrículas de educação profissional técnica de nível médio (41,3%), seguida pelas regiões Nordeste (31,8%), Sul (16,2%), Norte (5,6%) e Centro-Oeste (5,1%).

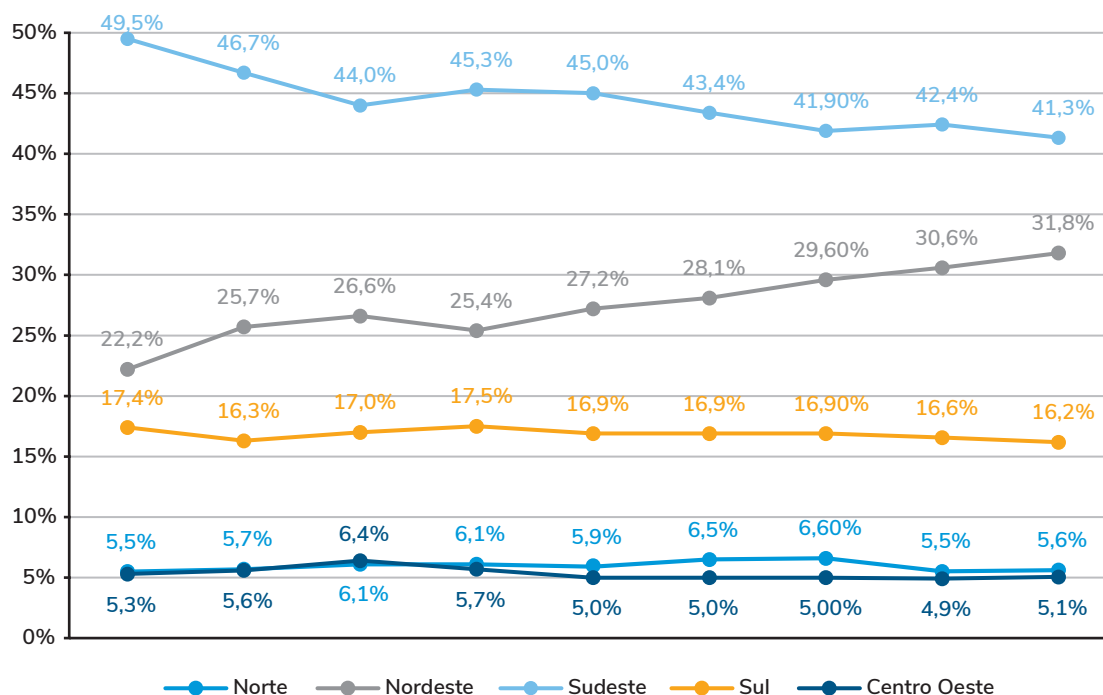


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR GRANDE REGIÃO – BRASIL
– 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Ao considerar a expansão da oferta no decorrer da série histórica de 2013 a 2021 (Tabela 1), ressalta-se o crescimento ocorrido nas regiões Nordeste (65,1%) e Norte (17,0%) e as variações apresentadas para as regiões Sul (7,3%) e Centro-Oeste (9,8%). A região Sudeste, que concentra cerca de 42% da população brasileira, demonstrou decréscimo de matrículas (-3,5%) no período analisado, contrariando o sentido apontado pelo PNE. Essas variações na oferta explicam as tendências expostas no Gráfico 2, de gradativa diminuição da participação relativa da região Sudeste diante da crescente expansão na região Nordeste.

A desagregação por unidades da Federação revelou que 15 estados brasileiros experimentaram uma redução nas matrículas no ano de 2021, enquanto 11 estados e o Distrito Federal experimentaram uma expansão. Esse cenário reflete os impactos decorrentes da pandemia e contribui para a relativa estagnação no desenvolvimento da Meta 11. No período de 2013 a 2021, observa-se que a maioria das UFs apresentou variações positivas, com destaque para Paraíba (138%), Distrito Federal (82,8%), Rio Grande do Norte (79,6%), Alagoas (74,5%) e Bahia (71,5%), que alcançaram crescimento acima de 70%. Entretanto, em nove estados o número absoluto de matrículas na educação profissional técnica de nível médio decaiu e os estados de Minas Gerais (-36,5%), Tocantins (-31,7%) e Mato Grosso (-30,7%) tiveram as maiores reduções no período.

TABELA 1

TOTAL DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO E VARIAÇÃO ENTRE PERÍODOS, POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2021

Brasil/ Regiões/UF	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação 2013 - 2021 (p.p.)	
										Absoluta	%
Brasil	1.602.946	1.886.167	1.825.457	1.775.324	1.791.806	1.868.917	1.874.974	1.901.477	1.851.541	248.595	15,5%
Norte	88.898	107.598	110.441	107.461	106.379	122.241	124.007	104.923	104.041	15.143	17,0%
Rondônia	9.048	10.310	10.833	10.480	9.868	13.601	14.314	10.107	9.157	109	1,2%
Acre	3.192	7.696	6.675	5.352	3.924	7.830	6.239	5.368	4.852	1.660	52,0%
Amazonas	25.273	32.051	32.404	30.261	29.363	28.316	33.492	28.332	26.215	942	3,7%
Roraima	4.000	3.657	4.346	4.241	6.114	5.508	5.592	4.713	3.966	-34	-0,9%
Pará	30.819	34.957	36.565	34.918	38.456	42.858	45.320	42.840	47.531	16.712	54,2%
Amapá	5.577	6.932	7.825	7.624	5.914	9.141	5.408	4.631	4.820	-757	-13,6%
Tocantins	10.989	11.995	11.793	14.585	12.740	14.987	13.642	8.932	7.500	-3.489	-31,7%
Nordeste	356.580	484.742	485.372	451.508	487.045	524.656	554.150	581.611	588.880	232.300	65,1%
Maranhão	27.517	30.769	35.001	31.709	35.751	38.773	43.618	41.249	42.351	14.834	53,9%
Piauí	32.108	39.994	48.386	40.625	51.956	49.446	45.398	49.491	46.785	14.677	45,7%
Ceará	63.081	73.727	86.157	82.363	80.901	87.336	90.494	89.236	92.796	29.715	47,1%
Rio Grande do Norte	26.227	34.662	40.176	34.862	38.922	43.456	42.215	44.987	47.112	20.885	79,6%
Paraíba	20.130	26.488	23.893	22.363	25.997	27.684	32.554	37.671	48.042	27.912	138,7%
Pernambuco	72.450	124.081	100.817	92.085	95.511	103.806	108.952	118.800	114.160	41.710	57,6%
Alagoas	15.869	26.961	24.609	22.525	23.024	24.327	34.124	26.852	27.690	11.821	74,5%
Sergipe	7.028	15.720	12.202	10.358	12.506	12.635	11.774	13.377	11.880	4.852	69,0%
Bahia	92.170	112.340	114.131	114.618	122.477	137.193	145.021	159.948	158.064	65.894	71,5%
Sudeste	792.811	880.806	803.496	804.323	806.210	811.879	786.331	806.565	765.272	-27.539	-3,5%
Minas Gerais	180.235	195.888	160.505	164.346	161.416	163.614	123.412	132.333	114.486	-65.749	-36,5%
Espírito Santo	48.350	49.438	46.288	41.533	37.644	36.801	35.513	41.654	44.364	-3.986	-8,2%
Rio de Janeiro	167.057	188.936	176.080	165.580	171.409	170.571	200.242	173.892	162.880	-4.177	-2,5%
São Paulo	397.169	446.544	420.623	432.864	435.741	440.893	427.164	458.686	443.542	46.373	11,7%
Sul	279.245	307.161	310.205	310.105	302.258	315.813	317.365	315.042	299.585	20.340	7,3%
Paraná	107.637	118.228	115.857	125.089	121.455	125.032	129.801	125.315	99.460	-8.177	-7,6%
Santa Catarina	66.311	72.400	62.547	59.519	60.770	66.366	65.753	65.491	70.382	4.071	6,1%
Rio Grande do Sul	105.297	116.533	131.801	125.497	120.033	124.415	121.811	124.236	129.743	24.446	23,2%
Centro-Oeste	85.412	105.860	115.943	101.927	89.914	94.328	93.121	93.336	93.763	8.351	9,8%
Mato Grosso Sul	21.847	25.124	26.380	22.663	17.598	18.413	18.811	19.531	21.094	-753	-3,4%
Mato Grosso	21.256	24.633	25.227	24.662	23.572	21.239	19.667	16.837	14.739	-6.517	-30,7%
Goias	27.091	31.555	39.149	32.275	26.239	31.612	30.282	30.788	30.112	3.021	11,2%
Distrito Federal	15.218	24.548	25.187	22.327	22.505	23.064	24.361	26.180	27.818	12.600	82,8%

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A agregação por tipo de oferta evidencia os ritmos da expansão e a composição da oferta dos cursos técnicos, no período de 2013 a 2021 (Gráfico 3). No ano de 2021, experimentaram expansão de matrículas os cursos técnicos integrados (8,7%), os cursos técnicos concomitantes (5,0%) e os cursos técnicos integrados à EJA (1,3%); em contrapartida, sofreram redução os cursos normal/magistério (-22,6%) e os cursos técnicos subsequentes (-10,7%). É preciso registrar que os cursos subsequentes foram os mais afetados pelo contexto da pandemia, com queda considerável nos anos 2020 e 2021 (126.785 matrículas). Essa redução é que explica a retração do Indicador 11A. Com essas movimentações, o atual quadro de matrículas na EPT de nível médio é composto majoritariamente pelos cursos técnicos subsequentes (45,2%); em seguida, figuram os cursos de oferta articulada ao ensino médio, conforme esta proporção: técnicos integrados (36,4%); técnicos concomitantes (13,4%); normal/magistério (2,8%); e técnico integrado à EJA (2,2%).

Considerando o período de 2013 a 2021, verifica-se forte tendência de expansão das matrículas nos cursos técnicos integrados, alcançando quase o dobro (99,2%) em relação à linha de base. Para todas as outras ofertas o que se observa são consistentes reduções: normal/magistério (-56,1%); técnicos concomitantes (-20,0%); técnicos subsequentes (-18,3%); e técnicos integrados à EJA (-2,0%).

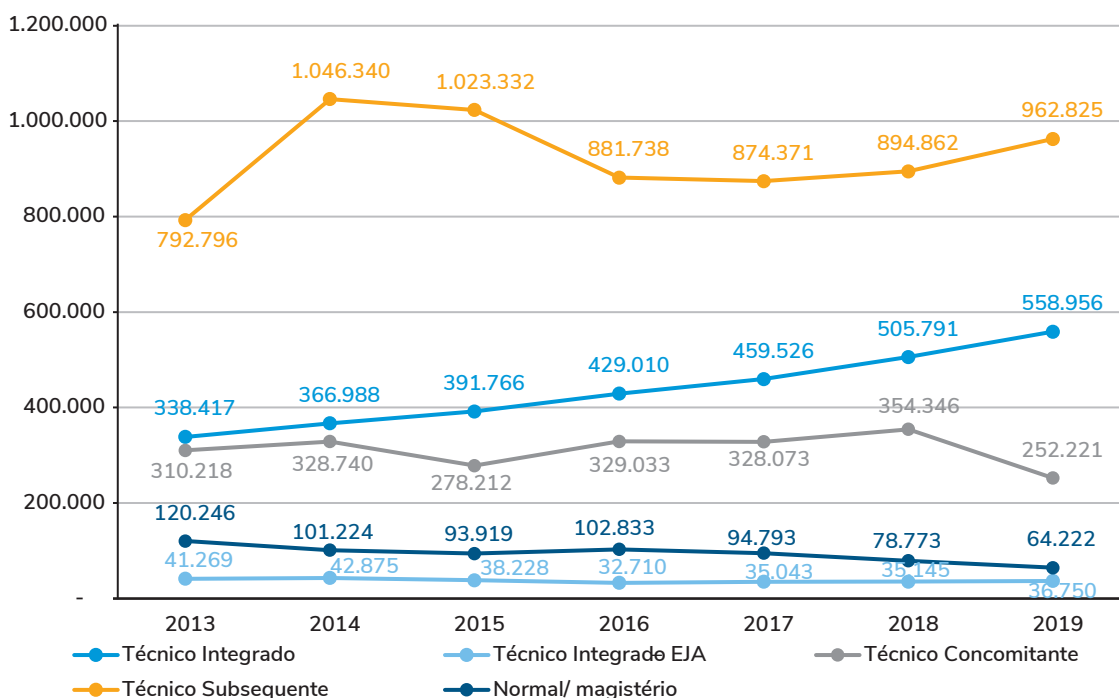


GRÁFICO 3

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR TIPO DE OFERTA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A desagregação por dependência administrativa revela a distribuição das matrículas da educação profissional técnica de nível médio entre as redes de ensino. Os números da Tabela 2 demonstram que, em 2021, o total de matrículas em cursos técnicos decaiu na rede federal (-7,8%), nas municipais (-8,0%) e nas privadas (-2,6%) e permaneceu praticamente constante nas redes estaduais.

O cenário atual, de relativa estagnação, contrasta com a movimentação observada no decorrer da série histórica de 2013 a 2021: a rede federal apresenta a melhor evolução no período, com acréscimo de 36,9% nas matrículas, e as estaduais tiveram crescimento médio de 28,5%, enquanto as municipais apresentaram forte queda (-39,7%) no número de matrículas e as redes privadas uma leve redução de 0,4%.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL
– 2013-2021

Dependência administrativa	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ [%] (2013-2021)
Federal	241.473	249.606	325.097	342.459	347.813	363.022	355.315	358.818	330.655	36,9%
Estadual	621.819	629.226	622.423	660.982	678.223	724.953	724.775	799.972	799.043	28,5%
Municipal	37.227	34.866	29.984	30.023	29.727	28.494	26.466	24.402	22.445	-39,7%
Privada	702.427	972.469	847.953	741.860	736.043	752.448	768.418	718.285	699.398	-0,4%
Total	1.602.946	1.886.167	1.825.457	1.775.324	1.791.806	1.868.917	1.874.974	1.901.477	1.851.541	15,5%

Fonte: Elaborada pela Direção de Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

O Gráfico 4 traz a evolução da participação de cada uma das redes de ensino no cenário nacional. As matrículas em instituições públicas representam 62,2% do total nacional, perante a participação de 37,8% das redes privadas. No período de 2013 a 2021, apenas no ano de 2014 as matrículas em instituições privadas (51,6%) superaram as matrículas em instituições públicas (48,4%). Note-se, com especial atenção, a evolução da participação das redes estaduais, que voltaram a mostrar protagonismo e, em 2021, 43,2% das matrículas da oferta de cursos técnicos.

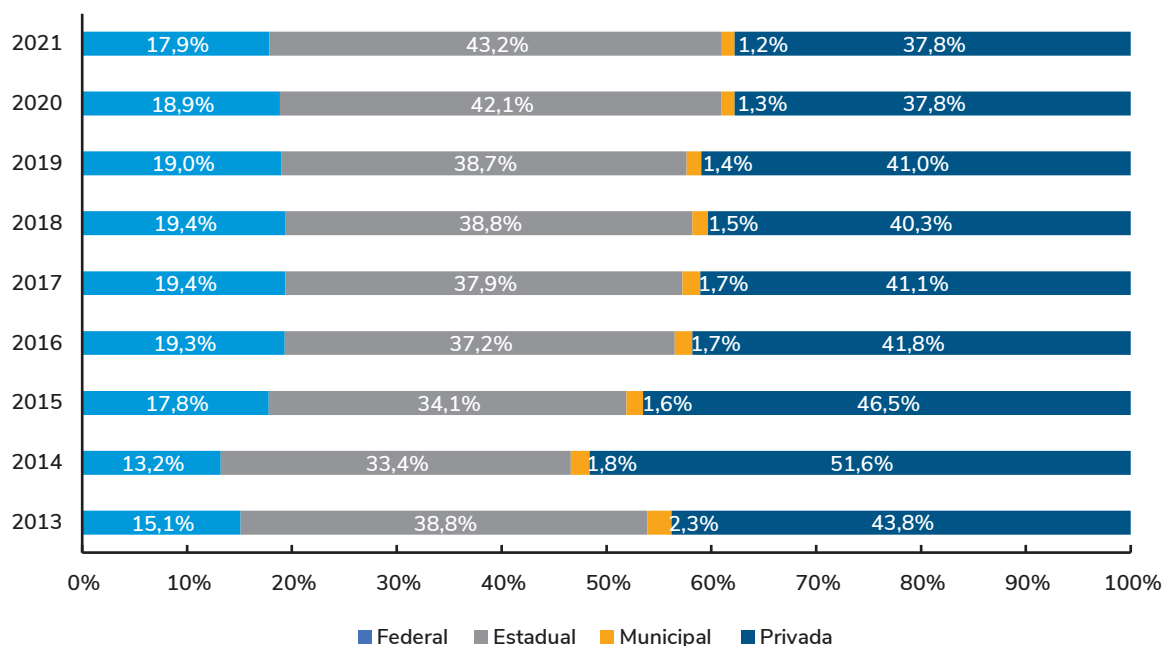


GRÁFICO 4

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A desagregação por dependência administrativa, quando observada isoladamente, pode ocultar realidades mais particulares de cada rede de ensino. Assim, é interessante conjugá-la com a desagregação por tipo de oferta, conforme expõe a Tabela 3.

TABELA 3

TOTAL DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E TIPO DE CURSO – BRASIL – 2013-2021

Dependência Administrativa	Tipo de Oferta	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Δ [%] (2013-2021)
Federal	Total	241.473	249.606	325.097	342.459	347.813	363.022	355.315	358.818	330.655	36,9%
	Técnico Integrado	117.747	127.455	133.562	151.279	173.360	192.233	205.498	216.087	212.542	80,5%
	Técnico Integrado – EJA	13.011	11.595	9.301	8.282	8.280	8.108	9.846	9.841	8.647	-33,5%
	Técnico Concomitante	30.175	27.486	29.611	31.365	28.303	42.107	25.558	19.662	14.200	-52,9%
	Técnico Subsequente	80.540	83.070	152.309	151.390	137.870	120.574	114.176	113.228	95.266	18,3%
	Normal/ magistério	0	0	314	143	0	0	237			0,0%
Estadual	Total	621.819	629.226	622.423	660.982	678.223	724.953	724.775	799.972	799.043	28,5%
	Técnico Integrado	183.637	199.921	224.739	246.516	257.996	285.996	327.160	375.377	430.994	134,7%
	Técnico Integrado – EJA	22.011	19.276	21.593	22.120	25.122	25.234	25.668	28.255	31.247	42,0%
	Técnico Concomitante	74.727	82.374	60.514	62.768	68.299	77.041	66.588	65.651	63.317	-15,3%
	Técnico Subsequente	232.764	235.107	231.026	233.831	239.157	263.761	246.611	267.163	225.286	-3,2%
	Normal/ magistério	108.680	92.548	84.551	95.747	87.649	72.921	58.748	63.526	48.199	-55,7%
Municipal	Total	37.227	34.866	29.984	30.023	29.727	28.494	26.466	24.402	22.445	-39,7%
	Técnico Integrado	10.738	10.489	9.798	10.053	9.149	8.340	8.520	8.657	8.975	-16,4%
	Técnico Integrado – EJA	382	429	840	806	613	570	17		52	-86,4%
	Técnico Concomitante	4.490	5.284	3.832	3.684	3.647	5.047	5.430	3.418	2.210	-50,8%
	Técnico Subsequente	14.938	13.856	11.922	12.644	13.093	11.747	10.006	10.194	8.742	-41,5%
	Normal/ magistério	6.679	4.808	3.592	2.836	3.225	2.790	2.493	2.133	2.466	-63,1%
Privada	Total	702.427	972.469	847.953	741.860	736.043	752.448	768.418	718.285	699.398	-0,4%
	Técnico Integrado	26.295	29.123	23.667	21.162	19.021	19.222	17.778	20.442	21.734	-17,3%
	Técnico Integrado – EJA	5.865	11.575	6.494	1.502	1.028	1.233	1.219	1.825	498	-91,5%
	Técnico Concomitante	200.826	213.596	184.255	231.216	227.824	230.151	154.645	147.589	168.339	-16,2%
	Técnico Subsequente	464.554	714.307	628.075	483.873	484.251	498.780	592.032	545.962	506.746	9,1%
	Normal/ magistério	4.887	3.868	5.462	4.107	3.919	3.062	2.744	2.467	2.081	-57,4%

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013 - 2021).

Ainda que a rede federal tenha apresentado crescimento de 36,9% no período em análise, não se pode afirmar que esse acréscimo ocorreu para todos os tipos de oferta²: as matrículas em cursos técnicos integrados cresceram 80,5%, enquanto as matrículas em cursos técnicos integrados à EJA decaíram 33,5% e as relativas aos cursos técnicos concomitantes sofreram redução de 52,9%. As matrículas em cursos técnicos subsequentes, embora tenham experimentado uma evolução de 18,3%, entre 2013 e 2021, estão em franco processo de declínio, experimentando redução de 37,5% desde 2015. Para os cursos técnicos integrados à EJA e os técnicos concomitantes, houve reduções de 33,5% e 52,9%, respectivamente.

As redes estaduais também demonstraram um processo desigual de crescimento, com as matrículas em cursos técnicos integrados subindo 134,7%, diante da expansão de 42,0% nos cursos técnicos integrados à EJA. Para os cursos técnicos subsequentes, concomitantes e normal/magistério, as reduções foram de 3,2%, 15,3% e 55,7%, respectivamente.

No âmbito das escolas privadas, percebe-se um comportamento bastante distinto daqueles apresentados nas redes estaduais e federal, com decréscimo nas matrículas de cursos técnicos integrados (-17,3%), integrados à EJA (-91,5%), concomitantes (-16,2%) e normal/magistério (-57,4%), com crescimento observado apenas nos cursos técnicos subsequentes (9,1%). Essa movimentação denota que as redes públicas e privadas têm apostado na diferenciação de seus públicos, com as primeiras focalizando a oferta nos estudantes de ensino médio e as segundas dirigindo seus esforços à formação de trabalhadores que já concluíram a educação básica.

No tocante à localização das escolas, expressa no Gráfico 5, verifica-se que, em 2021, a maior parte das matrículas de EPT de nível médio ocorre em escolas localizadas na área urbana (94,8%). Em toda a série histórica, de 2013 a 2021, não se percebem oscilações expressivas em torno desse valor.

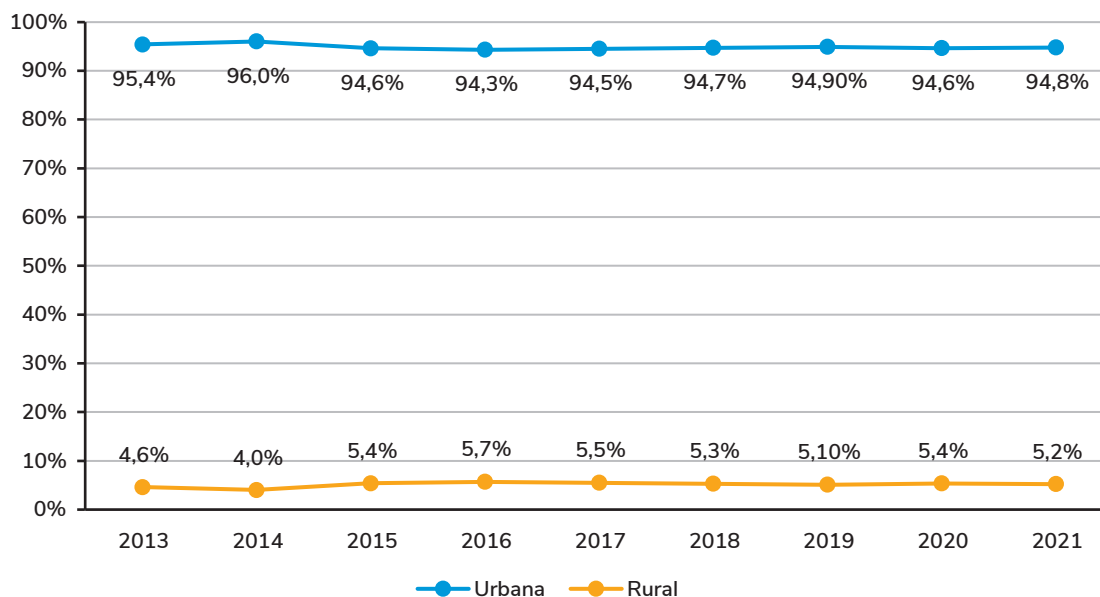


GRÁFICO 5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO, POR LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

² As matrículas em cursos normal/magistério são residuais na rede federal, não permitindo análises de comportamento estatístico mais detalhadas.

Com referência às características individuais dos estudantes, o Gráfico 6 confirma a tendência, desde 2013, de a maior parte das matrículas ser de estudantes do sexo feminino (57,9%). A distância entre os grupos era de 11,8 pontos percentuais (p.p.) em 2013 e, em 2021, passou a ser de 15,8 p.p., denotando um aumento sutil da participação feminina na educação profissional.

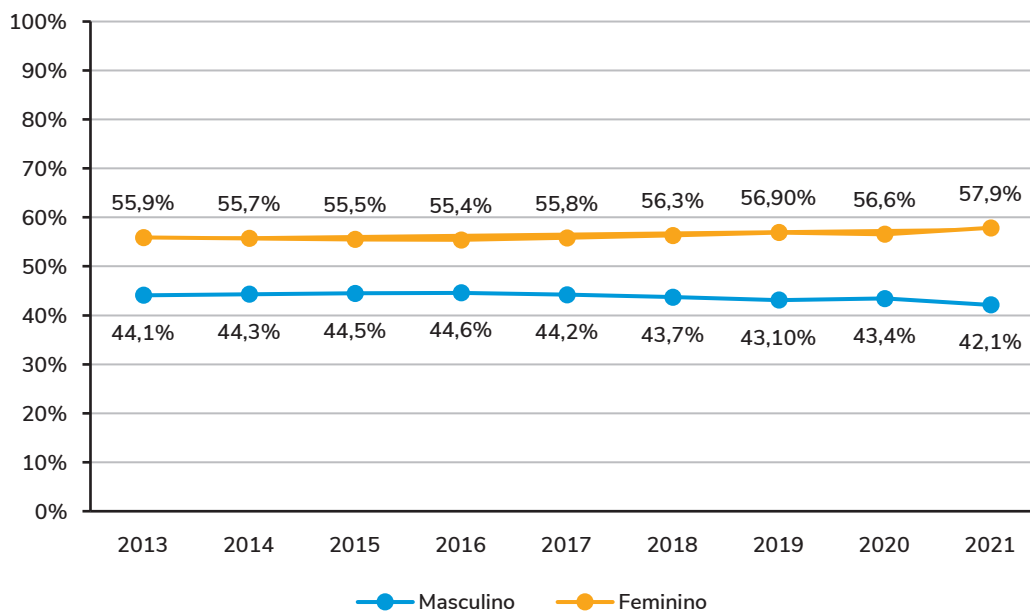


GRÁFICO 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, POR SEXO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direde/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A desagregação por cor/raça, apresentada no Gráfico 7, demonstra que, no ano de 2021, 36,7% dos estudantes da educação profissional técnica de nível médio autodeclararam-se negros (pretos e pardos); 33,1%, brancos; 0,5%, amarelos; e 0,3%, indígenas. Os estudantes que não declararam cor/raça totalizam 29,4%.

No que se refere à parcela de “não declarados”, em 2013, quase metade dos estudantes (45,9%) não declararam cor/raça. Nos anos subsequentes, essa parcela passou por expressiva queda, 16,5 p.p. em oito anos, estabilizando-se em 29,7% desde 2020. A redução da frequência dessa categoria acarretou um aumento de 11,3 p.p. (18,9%) dos estudantes que se autodeclararam negros (pretos e pardos) e de 5,3 p.p. (44,5%) dos que se autodeclararam brancos. Essa movimentação estatística fez com que, desde 2018, a categoria de cor/raça “negra” seja a moda populacional para a educação profissional técnica de nível médio. Considerando-se apenas o público de cor/raça declarada, chega-se a seguinte distribuição: negros – pretos e pardos – (52,0%), brancos (46,9%), amarelos (0,7%) e indígenas (0,4%).

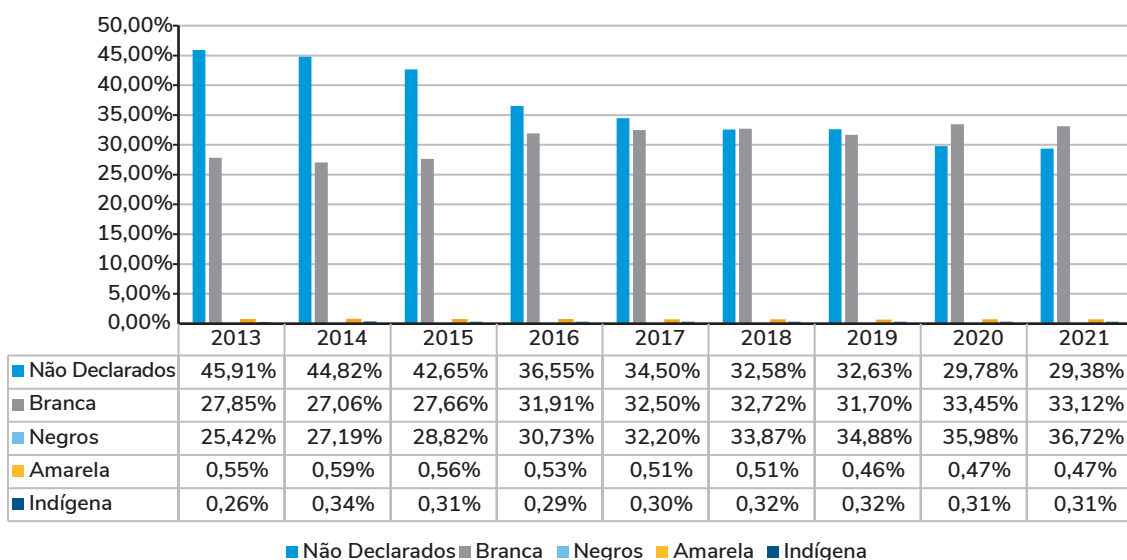


GRÁFICO 7

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, POR COR/RAÇA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO SEGMENTO PÚBLICO

Indicador 11B: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio.

Meta: Pelo menos 50% da expansão [das matrículas da EPT de nível médio] no segmento público.

O Indicador 11B acompanha a participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio. A análise da evolução das matrículas, especificamente no período de 2013 a 2021, demonstrou uma expansão de 248.595 matrículas na EPT de nível médio.

O segmento público experimentou uma expansão superior a esse valor (251.624 matrículas). Assim, o Indicador 11B atingiu, em 2021, o valor de 101,2%. Isso significa que o segmento privado passou por uma retração no período, com o número de matrículas em 2021 estando abaixo do apresentado na linha de base, em 2013. O crescimento verificado assinala, portanto, que o segmento público foi responsável por toda a expansão das matrículas da EPT de nível médio.

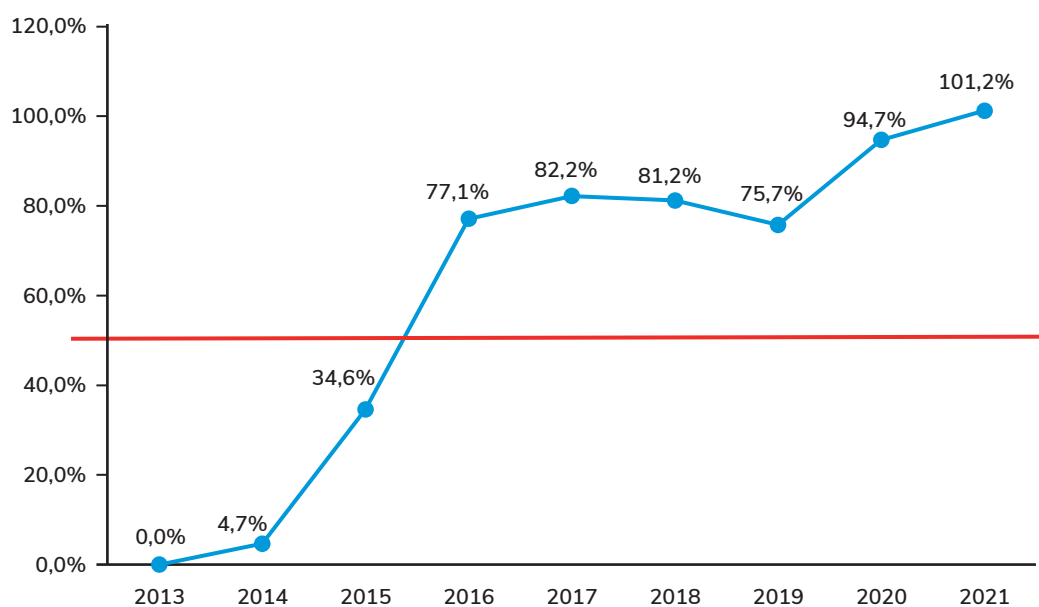


GRÁFICO 8

PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO AO ANO DE 2013 – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

A participação do segmento público na expansão total da EPT de nível médio pode ser melhor compreendida quando observada perante a participação do segmento privado nas matrículas. Analisando a série histórica, percebe-se que, nos dois primeiros anos de monitoramento (2014 e 2015), a expansão se deu fundamentalmente no setor privado, mas, a partir de 2016, a expansão do segmento público foi preponderante (77,1%), chegando ao patamar máximo em 2021 (101,2%). Os índices alcançados pelo setor público se explicam, em parte, pela expansão de suas matrículas e, em outra, pela retração da oferta no setor privado (Gráfico 9).

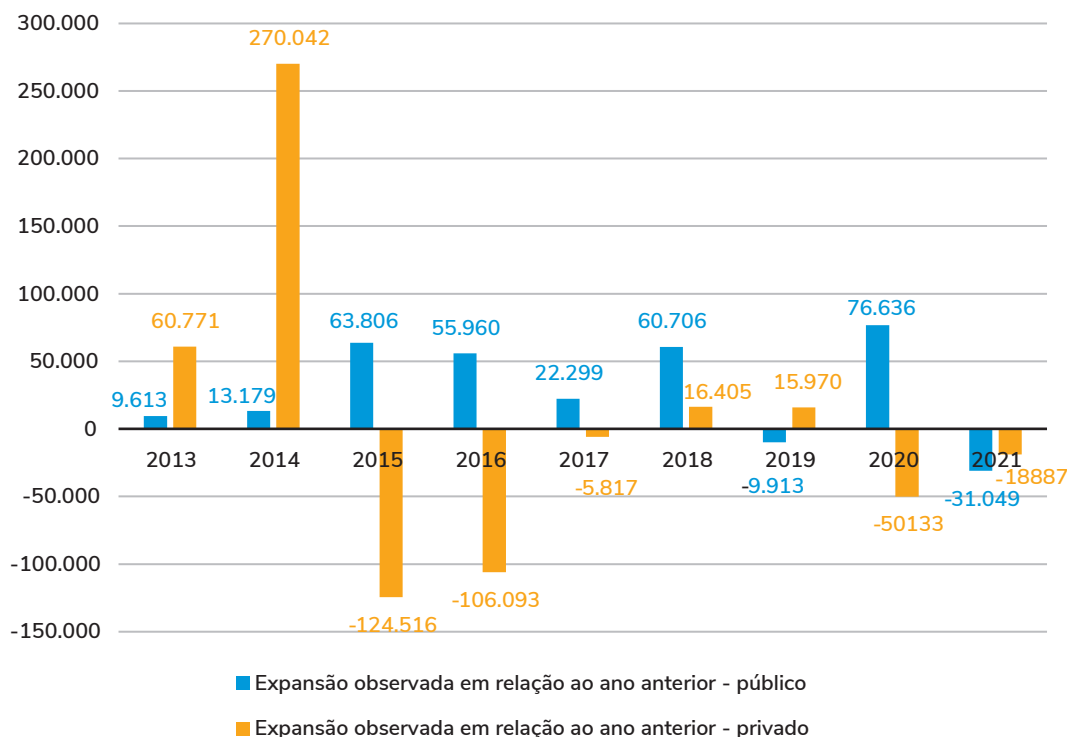


GRÁFICO 9

EXPANSÃO ANUAL DO NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, POR SETOR PÚBLICO E PRIVADO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Atente-se que, em 2019, a educação profissional técnica de nível médio interrompeu a sequência de alta no setor público, com retração de 9.913 matrículas. Já em 2020, o setor público apresentou recuperação, com um crescimento de 76.636 no número de matrículas, enquanto o setor privado seguiu em queda, com redução de 50.133 matrículas. Em 2021, tanto o setor público quanto o privado apresentaram retração nos números.

EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO SEGMENTO PÚBLICO

Indicador 11C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública.

Enquanto o Indicador 11B mensura a participação do segmento público na expansão total da EPT de nível médio, o Indicador 11C se dedica ao monitoramento exclusivo desse segmento, apresentando a sua expansão percentual acumulada.

O Gráfico 10 mostra a trajetória do Indicador 11C no período de 2013 a 2021. Em 2014, verifica-se uma expansão das matrículas na ordem de 1,5 p.p. sobre os valores apresentados na linha de base (2013). Posteriormente, constata-se uma sequência de quatro anos de acréscimos nas matrículas: 7,0 p.p. (2015), 6,3 p.p. (2016), 2,4 p.p. (2017) e 6,8 p.p. (2018). Em 2019,

observa-se a primeira redução do indicador (-1,1 p.p.), seguida de uma recuperação, com o aumento de 8,5 p.p. (2020), representando o maior valor da série histórica, 31,4%. No último exercício (2021), registra-se uma nova retração do indicador (-3,5 p.p), chegando-se aos atuais 27,9% de crescimento acumulado em relação ao ano de 2013.

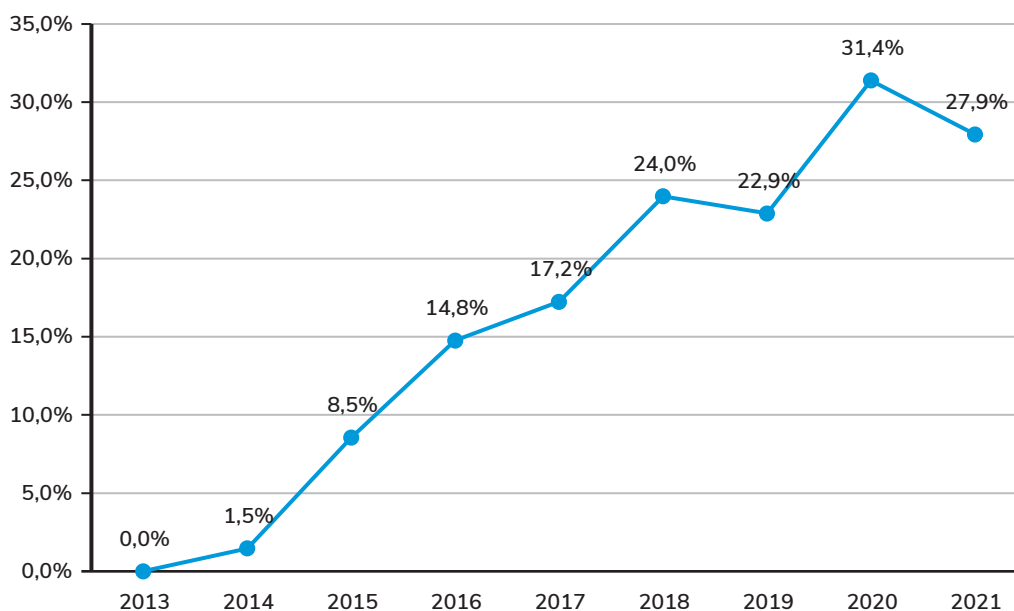


GRÁFICO 10

EXPANSÃO ACUMULADA NO SEGMENTO PÚBLICO NA OFERTA DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO EM RELAÇÃO A 2013 – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Vale ressaltar que esse acréscimo nas matrículas das redes públicas representa 101,2% de toda a expansão da educação profissional técnica de nível médio brasileira.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. De 1.602.946 matrículas em educação profissional técnica de nível médio, em 2013, passou-se a 1.851.541, em 2021, totalizando um crescimento de aproximadamente 15,5% no período. A expansão correspondeu a 248.595 matrículas, o que representa 7,7% da expansão necessária para o atingimento da meta estabelecida para o ano de 2024.
2. A região Sudeste é a que apresenta os maiores percentuais de oferta de matrículas de educação profissional técnica de nível médio (41,3%), seguida pelas regiões Nordeste (31,8%), Sul (16,2%), Norte (5,6%) e Centro-Oeste (5,1%). Ressaltam-se o expressivo crescimento da oferta ocorrido nas regiões Nordeste (65,1%) e Norte (17,0%) e as variações constatadas para as regiões Sul (7,3%) e Centro-Oeste

(9,8%), no período de 2013 a 2021. A região Sudeste, que concentra cerca de 42% da população brasileira, apresentou decréscimo de matrículas (-3,5%), contrariando o sentido apontado pelo PNE.

3. A desagregação por unidades da Federação demonstrou que, no ano de 2021, 15 estados brasileiros experimentaram uma redução nas matrículas, enquanto 11 estados e o Distrito Federal experimentaram uma expansão.
4. Em 2021, experimentaram expansão de matrículas os cursos técnicos integrados (8,7%), os técnicos concomitantes (5,0%) e os técnicos integrados à EJA (1,3%). Em contrapartida, sofreram redução de matrículas os cursos normal/magistério (-22,6%) e os técnicos subsequentes (-10,7%).
5. A rede federal apresenta a melhor evolução no período analisado, com acréscimo de 36,9% nas matrículas, e as redes estaduais tiveram crescimento médio de 28,5%, enquanto as municipais apresentaram forte queda (-39,7%) no número de matrículas e as privadas uma leve redução de 0,4%.
6. O crescimento da rede federal se caracterizou pelo massivo acréscimo nas matrículas em cursos técnicos integrados (80,5%) e pela redução das matrículas em cursos técnicos integrados à EJA (33,5%) e em cursos técnicos concomitantes (52,9%). As matrículas em cursos técnicos subsequentes, ainda que tenham experimentado uma evolução de 18,3%, entre 2013 e 2021, estão em processo de declínio, experimentando redução de 37,5% desde 2015.
7. As redes estaduais apresentam um processo desigual de crescimento, com as matrículas em cursos técnicos integrados subindo 134,7%, perante 42,0% nos cursos técnicos integrados à EJA. Para os cursos técnicos subsequentes, concomitantes e normal/magistério, notam-se reduções de 3,2%, 15,3% e 55,7%, respectivamente.
8. No âmbito das redes privadas, percebe-se um decréscimo de 17,3% nas matrículas de cursos técnicos integrados, com retração no número absoluto de matrículas – valores menores que os da linha de base –, enquanto os cursos técnicos subsequentes tiveram expansão de 9,1%.
9. Das matrículas de EPT de nível médio, 94,8% estão em escolas localizadas em área urbana.
10. A maior parte das matrículas é de estudantes do sexo feminino (57,9%).
11. Dos estudantes da EPT de nível médio, 36,7% autodeclararam-se negros (pretos e pardos); 33,1%, brancos; 0,5%, amarelos; 0,3%, indígenas; e 9,4% não se declararam.
12. Da expansão total de 248.595 matrículas, 251.624 estão no segmento público, o que representa 101,2% da expansão observada e a superação do percentual de 50% de participação prevista no PNE. Contudo, em 2021, a educação profissional técnica de nível médio interrompeu sua sequência de alta no setor público, demonstrando retração de 31.049 matrículas.
13. A expansão das matrículas exclusivamente no segmento público atingiu 27,9%, em 2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da educação básica (2013-2021)*. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base*. Brasília, DF: Inep, 2015.



META 12

.....

ELEVAR A TAXA BRUTA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 50% (CINQUENTA POR CENTO) E A TAXA LÍQUIDA PARA 33% (TRINTA E TRÊS POR CENTO) DA POPULAÇÃO DE 18 (DEZOITO) A 24 (VINTE E QUATRO) ANOS, ASSEGURADA A QUALIDADE DA OFERTA E EXPANSÃO PARA, PELO MENOS, 40% (QUARENTA POR CENTO) DAS NOVAS MATRÍCULAS NO SEGMENTO PÚBLICO.

.....



A Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como foco a expansão, com qualidade, das matrículas nos cursos de graduação e apresenta três objetivos quantificáveis: i) a elevação da taxa bruta de matrícula para 50%; ii) a elevação da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos; e iii) a expansão de ao menos 40% das novas matrículas no segmento público. O monitoramento desses objetivos é realizado por meio de três indicadores:

- *Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM).*
- *Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na educação superior (TLE).*
- *Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação.*

Os Indicadores 12A e 12B são taxas de cobertura populacional da educação superior e possuem como referência o total da população de 18 a 24 anos. Assim como os demais indicadores deste relatório que avaliam a cobertura populacional da educação brasileira, os Indicadores 12A e 12B utilizam a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), com coleta no segundo trimestre, como fonte de dados, e a série histórica abrange o período de 2012 a 2021. O ano de 2012 marca o início do monitoramento da meta, por ser a informação disponível quando o PNE foi promulgado, enquanto as informações referentes ao ano de 2021 foram as últimas disponíveis no momento de elaboração deste relatório. Já o Indicador 12C compara a variação de matrículas no segmento público com a variação total das matrículas

nos cursos de graduação, sendo seu cálculo possível apenas por meio dos dados do Censo da Educação Superior (CES), cuja última edição disponível é referente ao ano de 2020. Por essa razão, a série histórica do Indicador 12C abrange o período de 2012 a 2020¹.

INDICADOR 12A: TAXA BRUTA DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO

A taxa bruta de matrícula (TBM) é definida por meio da razão entre o total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação (independentemente da idade) e o total da população de 18 a 24 anos – faixa etária considerada como referência para o cálculo das taxas de cobertura dos cursos de graduação, de acordo com a Meta 12 do PNE (Brasil, 2014).

A TBM na graduação apresenta uma tendência geral de crescimento no período analisado, partindo do patamar de 30,0%, em 2012, e alcançando 37,4%, em 2021 (Gráfico 1). É possível notar, entretanto, dois comportamentos distintos do indicador nesse período. O primeiro, entre 2012 e 2016, é marcado pelo crescimento gradual e constante na cobertura populacional dos cursos de graduação. O segundo, entre 2016 e 2021, caracteriza-se pela oscilação do indicador, com a alternância de anos de alta e de baixa da TBM. Essa oscilação, no segundo período, prejudicou a evolução do indicador em direção à meta de 50% para o ano de 2024. Nos quatro primeiros anos da série histórica, a TBM apresentou um crescimento total de 4,6 pontos percentuais (p.p.) – aumento médio de 1,15 p.p. ao ano. Nos cinco últimos anos, a TBM teve um crescimento total de 2,8 p.p. – aumento médio de 0,56 p.p. ao ano, menos da metade do período anterior. Nota-se que a queda mais acentuada do indicador ocorreu entre os anos de 2020 e 2021, marcados pela pandemia de covid-19.

O Gráfico 1 demonstra também a distinção entre o percentual da população que declara frequentar instituições de ensino superior (IES) privadas e públicas². A predominância do segmento de ensino privado na oferta da graduação no Brasil é um fato bem conhecido da realidade educacional em nosso País. Destaca-se que a TBM pública registra crescimento desde o ano de 2017. A queda do indicador em 2021 ocorreu em virtude da diminuição da TBM privada, que passou de 28,1%, em 2020, para 26,6%, em 2021. Por fim, o Gráfico 1 revela o quão o País está distante do cumprimento do objetivo do Indicador 12A. No ano de 2021, faltavam 12,6 p.p. para a meta de 50% para a TBM. Seria, portanto, necessário um crescimento médio de 4,2 p.p. ao ano para seu cumprimento.

¹ Para obter informações mais detalhadas a respeito do processo de elaboração e construção desses indicadores, consultar Caseiro e Azevedo (2018) e Brasil. Inep (2020, p. 261). Para o detalhamento de como reproduzir esses indicadores, consultar a ficha técnica ao final deste relatório.

² Dado disponível na Pnad Contínua apenas a partir de 2016.

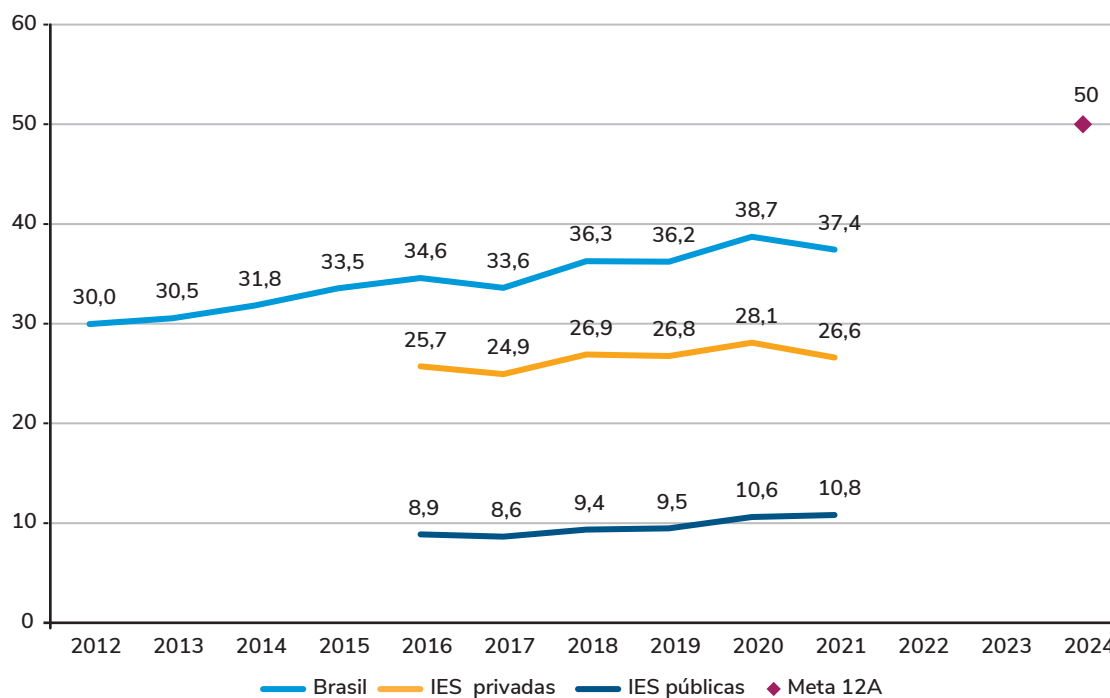


GRÁFICO 1

TAXA BRUTA DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO, POR TOTAL E SEGMENTO DE ENSINO – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

A Tabela 1 apresenta desagregações da TBM por situação de domicílio (rural ou urbana), grandes regiões e unidades da Federação (UF). A desigualdade no acesso à educação superior entre a população residente em domicílios rurais e urbanos é grande no Brasil e em todas as regiões. Essa desigualdade foi pouco alterada ao longo da série histórica, a despeito do crescimento do indicador para as populações rurais e urbanas. No País, a TBM da população urbana em 2021 (41,3%) era 3,3 vezes maior do que a da população rural (12,5%). Essa desigualdade é similar à observada em 2012, quando a TBM da população urbana (33,3%) era 3,6 vezes maior do que a da população rural (9,2%).

TABELA 1

TAXA BRUTA DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO (INDICADOR 12A), POR GRANDE REGIÃO, SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (RURAL OU URBANA) E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2012-2021

Território	Ano									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	30,0%	30,5%	31,8%	33,5%	34,6%	33,6%	36,3%	36,2%	38,7%	37,4%
Rural	9,2%	9,5%	10,9%	11,8%	11,2%	11,2%	12,1%	12,2%	13,8%	12,5%
Urbano	33,3%	34,1%	35,2%	37,2%	38,4%	37,3%	40,2%	40,1%	42,7%	41,3%
Norte	23,9%	25,7%	26,6%	28,1%	28,5%	29,1%	31,1%	31,7%	35,4%	30,8%
Rural	9,2%	9,1%	10,5%	10,8%	8,8%	10,4%	9,9%	10,6%	14,9%	11,1%
Urbano	27,7%	29,9%	30,7%	32,9%	33,8%	34,2%	36,9%	37,5%	41,0%	35,3%
Rondônia	28,1%	31,0%	29,1%	32,9%	32,6%	29,0%	34,8%	38,2%	41,5%	38,1%
Acre	28,1%	31,8%	34,2%	35,8%	39,1%	34,8%	36,6%	34,4%	39,8%	35,1%
Amazonas	29,2%	29,8%	30,3%	30,1%	34,1%	30,7%	29,5%	32,0%	30,5%	25,6%
Roraima	46,1%	45,2%	41,9%	51,1%	39,6%	42,3%	40,2%	39,5%	32,4%	30,9%
Pará	17,9%	20,4%	22,0%	22,2%	21,4%	24,6%	27,3%	27,9%	35,1%	29,8%
Amapá	34,4%	26,7%	30,7%	36,3%	38,3%	40,2%	43,5%	43,6%	38,2%	35,1%
Tocantins	24,6%	27,8%	27,9%	35,3%	34,6%	36,2%	37,9%	32,0%	41,9%	37,4%
Nordeste	22,3%	23,9%	25,8%	27,3%	27,8%	26,8%	30,1%	29,3%	30,3%	28,6%
Rural	6,6%	7,6%	8,6%	8,7%	8,4%	8,0%	9,2%	9,3%	9,5%	10,2%
Urbano	27,6%	29,4%	31,5%	33,8%	34,3%	33,2%	37,3%	36,1%	37,1%	34,4%
Maranhão	16,6%	17,3%	16,4%	19,5%	21,7%	22,4%	26,8%	25,5%	27,7%	26,1%
Piauí	26,2%	27,7%	30,5%	33,1%	30,5%	33,3%	35,3%	35,8%	31,0%	35,2%
Ceará	22,4%	24,1%	25,5%	25,6%	27,2%	28,4%	30,4%	32,9%	33,6%	31,1%
Rio Grande do Norte	24,3%	26,4%	30,2%	34,1%	30,4%	32,4%	36,6%	35,5%	33,0%	32,6%
Paraíba	27,9%	29,2%	33,3%	32,2%	33,6%	34,0%	33,4%	32,5%	25,5%	32,3%
Pernambuco	22,9%	23,9%	25,4%	26,3%	27,2%	23,6%	29,7%	28,1%	27,4%	24,5%
Alagoas	21,5%	22,8%	26,5%	26,5%	26,4%	24,8%	28,0%	23,7%	23,5%	25,3%
Sergipe	28,1%	30,9%	27,3%	29,7%	29,3%	32,0%	27,2%	27,8%	31,4%	28,3%
Bahia	21,1%	23,2%	26,4%	28,3%	28,9%	24,9%	29,1%	27,5%	33,9%	28,8%
Sudeste	32,8%	32,6%	33,5%	35,7%	38,0%	35,4%	38,1%	38,6%	41,8%	41,1%
Rural	9,8%	9,1%	11,9%	13,2%	14,2%	13,8%	14,6%	14,8%	16,9%	12,2%
Urbano	34,5%	34,3%	34,9%	37,2%	39,6%	36,9%	39,6%	40,1%	43,4%	43,1%
Minas Gerais	29,2%	29,0%	30,3%	33,5%	37,8%	31,8%	33,7%	37,0%	37,4%	33,6%
Espírito Santo	32,0%	30,6%	33,1%	34,5%	36,8%	36,4%	35,6%	36,0%	41,4%	40,4%
Rio de Janeiro	31,8%	30,9%	31,7%	34,4%	35,2%	35,0%	41,9%	42,7%	48,0%	48,9%
São Paulo	35,1%	35,1%	35,7%	37,3%	39,3%	37,5%	39,2%	38,1%	41,6%	41,8%
Sul	36,4%	37,0%	38,1%	39,8%	39,2%	41,2%	43,0%	43,0%	47,6%	47,5%
Rural	17,2%	16,2%	17,4%	22,4%	19,6%	20,4%	21,7%	20,7%	24,9%	21,2%
Urbano	39,1%	40,0%	41,0%	42,2%	41,8%	44,0%	45,8%	45,9%	50,8%	51,0%
Paraná	34,4%	32,8%	34,7%	38,2%	34,4%	38,6%	40,3%	40,4%	47,8%	46,9%
Santa Catarina	36,2%	37,2%	38,8%	40,0%	41,6%	41,7%	42,7%	45,0%	47,1%	47,2%
Rio Grande do Sul	38,8%	41,2%	41,4%	41,3%	42,7%	43,6%	46,2%	44,4%	47,6%	48,5%
Centro-Oeste	38,5%	39,1%	40,3%	40,8%	41,2%	41,1%	43,8%	43,3%	43,1%	43,6%
Rural	14,3%	14,9%	15,9%	17,0%	16,0%	16,2%	20,3%	19,8%	18,6%	26,3%
Urbano	40,4%	41,0%	42,5%	42,8%	43,4%	43,2%	45,8%	45,3%	44,9%	44,7%
Mato Grosso do Sul	37,8%	33,8%	37,4%	38,2%	41,7%	41,0%	36,1%	36,6%	37,6%	44,9%
Mato Grosso	36,3%	38,2%	37,5%	38,2%	42,2%	42,9%	46,9%	40,1%	40,4%	35,7%
Goiás	32,4%	33,3%	35,7%	37,4%	35,3%	36,7%	40,6%	40,8%	41,7%	39,8%
Distrito Federal	55,6%	57,3%	55,9%	53,9%	53,3%	48,7%	54,3%	57,2%	54,4%	59,3%

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

A região Sul foi a que apresentou o crescimento mais consistente da TBM, com menores oscilações negativas, ao longo da série histórica. É também a região que atingiu o maior patamar para o Indicador 12A em 2021 (47,5%) e que tem a menor desigualdade interna, com as três UFs que a constituem demonstrando indicadores bem próximos à média regional. A região Centro-Oeste obteve o segundo maior nível da TBM em 2021 (43,6%) e exibiu pequenas oscilações negativas, mas com estagnação no crescimento do indicador a partir de 2018 e com grande desigualdade interna. Desde o início até o final da série histórica, o Distrito Federal foi a única UF com patamares da TBM acima da meta nacional de 50%. Em 2021, a TBM no Distrito Federal atingiu 59,3%. Com o menor nível do Indicador 12A, no Centro-Oeste, o Mato Grosso apresentou TBM de 35,7% nesse mesmo ano, patamar inferior ao que a UF obtivera no início da série histórica (36,3%).

Com os menores patamares da TBM encontram-se o Norte e o Nordeste. As duas grandes regiões foram ainda as mais penalizadas no último ano da série histórica, com decréscimos de 4,6 p.p. e 1,7 p.p., respectivamente, na TBM entre 2020 e 2021. Entretanto, há diferenças na evolução da TBM entre as duas regiões no período. Enquanto a região Norte exibiu crescimento constante do indicador nos anos anteriores a 2020, no Nordeste a TBM teve evolução contínua até 2016, passando a oscilar nos anos subsequentes, de maneira semelhante à média nacional do indicador. Ambas as regiões apresentaram substantiva desigualdade interna. As UFs com os maiores patamares da TBM nas regiões Norte e Nordeste ao final da série histórica foram Rondônia (38,1%) e Piauí (35,2%); e com os menores, Amazonas (25,6%) e Pernambuco (24,5%). Estes dois últimos estados tiveram o indicador bastante penalizado no último ano da série histórica. Notou-se crescimento expressivo da TBM no Pará (11,9 p.p., de 17,9% para 29,8%) e no Maranhão (9,5 p.p., de 16,6% para 26,1%). Estas UFs obtiveram os menores índices no início do monitoramento do Indicador 12A, mas melhoraram a cobertura do ensino de graduação mais do que outras UFs ao longo do período analisado.

A região Sudeste situou-se em patamares intermediários da TBM, porém, sempre acima da média nacional. Nessa região, o Indicador 12A cresceu de maneira consistente até o ano de 2016, demonstrando a partir de então uma pequena tendência de crescimento, com substantivas oscilações anuais. A maior cobertura do ensino de graduação na região Sudeste foi observada no Rio de Janeiro, com TBM de 48,9%, em 2021, próximo ao objetivo nacional de 50% para o indicador. Minas Gerais apresentou o menor patamar do indicador dentre as UFs do Sudeste, com TBM de 33,6% em 2021, sofrendo uma queda de 3,8 p.p. nesse último ano em relação a 2020.

INDICADOR 12B: TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A taxa líquida de escolarização (TLE) na educação superior é constituída pela soma de dois componentes: (i) o percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta cursos de graduação; e (ii) o percentual da população de 18 a 24 anos que não frequenta, mas já concluiu cursos de graduação. Trata-se, portanto, de um aperfeiçoamento da taxa líquida de matrículas, que leva em conta os jovens que já concluíram a graduação, mas ainda se encontram dentro da idade de

referência, evitando que o indicador seja penalizado pela titulação na idade adequada. O Gráfico 2 mostra a evolução da TLE e desses dois componentes em relação à meta de 33% para 2024.

De modo semelhante ao observado com a TBM, nota-se que a evolução da TLE também pode ser segmentada em dois períodos. O primeiro, de 2012 a 2016, marcado pela evolução constante do indicador ano a ano, partindo de 19,5% em 2012 e atingindo 23,1% em 2016. O segundo, de 2016 a 2021, marcado por oscilações anuais, chegando a 25,5% em 2021. No primeiro período, de quatro anos, observou-se um crescimento de 3,6 p.p., com variação média de 0,9 p.p. ao ano. No segundo período, de cinco anos, o aumento foi de 2,4 p.p., com acréscimo médio de 0,48 p.p. ao ano. Novamente, o último ano, marcado pela pandemia de covid-19, foi responsável pela maior variação negativa.

Quando são analisados os dois componentes da TLE, nota-se que a oscilação observada no segundo período foi decorrente da flutuação do percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta a educação superior, que apresentou um comportamento bem semelhante ao Indicador 12A, alternando anos de aumento e decréscimo após 2016. De outro modo, o percentual da população de 18 a 24 anos que já concluiu a educação superior apresentou tendência diversa, com crescimento lento entre 2012 e 2018 e mais acelerado nos três últimos anos da série histórica. Entretanto, por serem ainda relativamente poucos os jovens que concluem a graduação até os 24 anos (5,4%, em 2021), a variação positiva desse componente do indicador não foi suficiente para contrabalancear o decréscimo de 1,4 p.p. na frequência aos cursos de graduação que ocorreu entre jovens de 18 a 24 anos durante a pandemia.

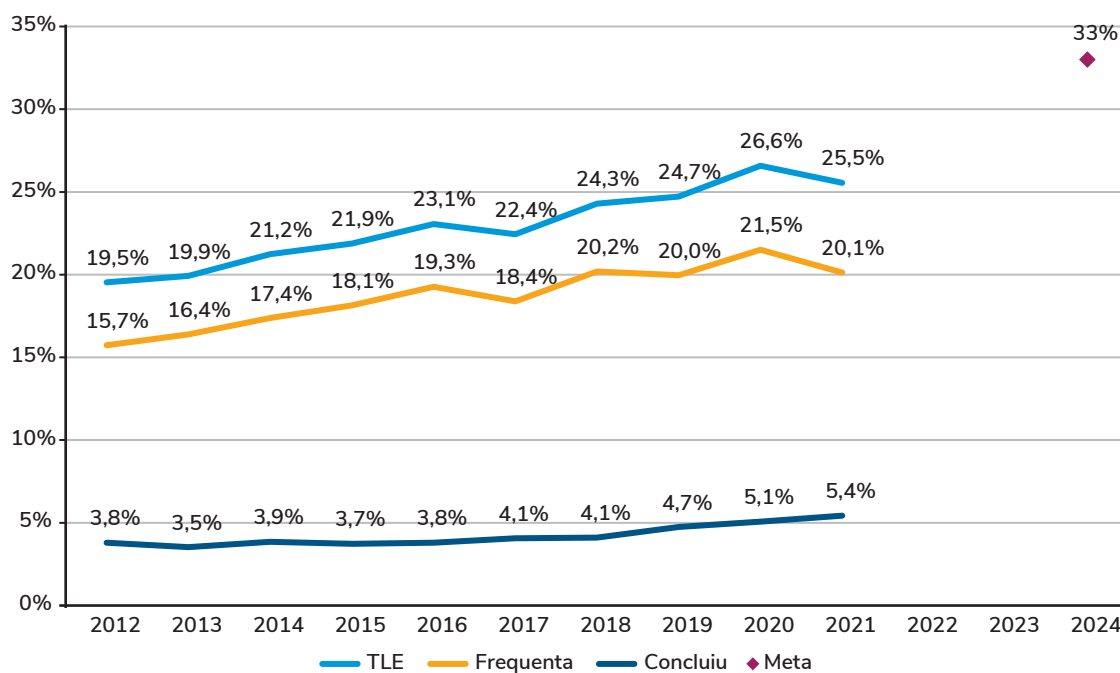


GRÁFICO 2
TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
E SEUS COMPONENTES – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

A Tabela 2 apresenta a TLE para as diferentes situações de domicílio (rural ou urbana), grandes regiões e UFs, combinadas com desagregações por sexo e cor/raça. De maneira semelhante ao observado com a TBM, destaca-se, novamente, a grande desigualdade entre as populações rurais e urbanas. Nota-se, porém, a redução das desigualdades da TLE entre essas populações especialmente nas regiões Sul e Centro-Oeste, onde a TLE dos domicílios rurais alcançou cerca de 20%, diante de 30% dos domicílios urbanos em 2021.

As desigualdades da TLE entre as regiões também apresentam configurações um pouco distantes da TBM. Com os níveis mais elevados da TLE, encontram-se com percentuais praticamente idênticos, no ano de 2021, o Sudeste (29,8%), o Centro-Oeste (29,5%) e o Sul (29,2%). Com os menores índices, o Nordeste (19,1%) e o Norte (19,6%) também apresentam grande proximidade no valor do indicador.

TABELA 2

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA GRADUAÇÃO (INDICADOR 12B), POR GRANDE REGIÃO, SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO, SEXO E COR/RAÇA – BRASIL – 2012/2021

(continua)

Território	Total		Mulheres		Homens		Não brancos (negros e indígenas)		Brancos (brancos e amarelos)	
	2012	2021	2012	2021	2012	2021	2012	2021	2012	2021
Brasil	19,5%	25,5%	22,3%	29,6%	16,8%	21,6%	11,7%	18,7%	29,5%	36,2%
Rural	5,7%	9,5%	7,3%	11,1%	4,2%	7,9%	3,5%	7,3%	10,2%	14,0%
Urbano	21,8%	28,1%	24,7%	32,4%	18,9%	23,8%	13,4%	20,8%	31,7%	38,9%
Norte	13,2%	19,6%	15,2%	24,2%	11,2%	15,4%	11,1%	17,9%	21,5%	28,4%
Rural	3,8%	6,9%	4,9%	10,0%	2,8%	4,4%	3,5%	6,8%	5,5%	8,0%
Urbano	15,6%	22,5%	17,6%	27,2%	13,4%	18,0%	13,1%	20,5%	24,7%	32,4%
Rondônia	17,0%	25,1%	19,1%	27,3%	14,6%	22,6%	15,4%	23,9%	20,4%	29,0%
Acre	16,4%	21,0%	18,8%	29,2%	13,9%	13,6%	14,8%	18,6%	21,7%	35,3%
Amazonas	14,7%	16,7%	16,7%	20,8%	12,8%	12,8%	11,6%	15,2%	28,0%	27,3%
Roraima	25,2%	19,9%	32,9%	24,1%	18,2%	15,5%	22,4%	17,2%	46,3%	30,7%
Pará	9,7%	17,0%	11,6%	20,9%	7,8%	13,6%	8,3%	15,9%	15,6%	22,9%
Amapá	18,8%	23,4%	20,6%	29,2%	17,1%	18,3%	16,5%	20,1%	29,5%	38,3%
Tocantins	15,8%	33,4%	16,7%	42,5%	15,0%	24,7%	12,5%	30,1%	27,9%	44,7%
Nordeste	12,9%	19,1%	15,4%	21,7%	10,3%	16,5%	9,9%	16,9%	22,5%	26,6%
Rural	3,4%	6,8%	4,7%	8,1%	2,2%	5,6%	3,0%	6,8%	5,4%	7,0%
Urbano	16,0%	23,0%	18,9%	25,7%	13,0%	20,1%	12,3%	20,3%	26,8%	31,4%
Maranhão	8,7%	17,0%	10,3%	19,0%	7,0%	15,1%	7,4%	16,1%	14,5%	21,9%
Piauí	17,1%	25,4%	20,1%	30,3%	14,1%	20,3%	14,5%	22,3%	26,5%	36,2%
Ceará	14,3%	18,9%	16,8%	22,3%	11,7%	15,3%	10,5%	16,3%	24,3%	26,0%
Rio Grande do Norte	14,0%	22,2%	17,0%	25,2%	11,1%	18,8%	10,0%	20,0%	20,9%	25,8%
Paraíba	16,8%	20,6%	18,8%	20,7%	14,8%	20,5%	12,4%	19,5%	26,4%	23,2%
Pernambuco	13,9%	18,6%	16,7%	21,0%	11,0%	16,2%	9,0%	15,1%	26,5%	26,8%
Alagoas	12,1%	17,0%	14,9%	19,0%	9,1%	14,7%	9,9%	15,3%	20,1%	21,7%
Sergipe	18,2%	19,3%	20,6%	20,6%	15,8%	17,9%	15,0%	17,7%	29,5%	25,3%
Bahia	10,3%	18,7%	13,1%	21,3%	7,4%	16,1%	8,8%	16,5%	17,5%	30,9%

TABELA 2

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA GRADUAÇÃO (INDICADOR 12B), POR GRANDE REGIÃO, SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO, SEXO E COR/RAÇA – BRASIL – 2012/2021

(conclusão)

Território	Total		Mulheres		Homens		Não brancos (negros e indígenas)		Brancos (brancos e amarelos)	
	2012	2021	2012	2021	2012	2021	2012	2021	2012	2021
Sudeste	22,4%	29,8%	24,9%	35,1%	19,9%	24,5%	12,0%	19,7%	31,7%	40,9%
Rural	7,4%	10,1%	8,8%	11,9%	6,0%	8,2%	4,2%	7,7%	10,8%	12,6%
Urbano	23,5%	31,2%	26,0%	36,8%	20,9%	25,7%	12,7%	20,6%	33,0%	42,9%
Minas Gerais	19,0%	24,0%	21,8%	28,0%	16,4%	20,3%	11,6%	17,5%	29,4%	35,0%
Espírito Santo	20,9%	26,2%	25,6%	26,7%	16,2%	25,6%	13,4%	21,1%	31,7%	37,3%
Rio de Janeiro	19,9%	30,7%	21,1%	34,6%	18,7%	26,7%	11,4%	20,8%	30,7%	43,6%
São Paulo	25,1%	32,5%	27,8%	39,3%	22,5%	25,7%	12,5%	20,5%	32,7%	42,1%
Sul	25,5%	29,2%	30,0%	33,4%	21,0%	25,1%	11,7%	16,2%	29,2%	34,5%
Rural	12,8%	20,2%	16,8%	22,0%	9,2%	18,3%	5,3%	7,7%	14,4%	24,0%
Urbano	27,2%	30,4%	31,6%	35,0%	22,8%	26,0%	12,4%	17,1%	31,4%	36,1%
Paraná	26,9%	30,6%	31,3%	35,4%	22,3%	26,0%	13,6%	18,2%	32,7%	38,0%
Santa Catarina	27,0%	30,8%	31,6%	34,1%	22,4%	27,8%	8,0%	19,1%	29,8%	34,1%
Rio Grande do Sul	23,1%	26,5%	27,5%	30,7%	18,7%	22,1%	9,7%	11,3%	25,7%	31,6%
Centro-Oeste	25,8%	29,5%	29,0%	31,4%	22,5%	27,7%	20,0%	25,6%	35,5%	37,3%
Rural	11,0%	20,3%	12,4%	17,0%	9,5%	23,7%	8,1%	18,4%	17,1%	23,4%
Urbano	26,9%	30,1%	30,4%	32,4%	23,5%	27,9%	21,1%	26,0%	36,8%	38,4%
Mato Grosso do Sul	23,4%	31,0%	27,3%	36,0%	19,8%	26,0%	15,7%	22,7%	33,5%	41,7%
Mato Grosso	23,0%	23,8%	25,0%	23,9%	21,1%	23,6%	18,6%	20,1%	32,0%	32,6%
Goiás	23,4%	26,8%	26,8%	28,5%	19,9%	25,3%	18,8%	23,8%	32,0%	33,2%
Distrito Federal	36,5%	40,2%	40,2%	42,2%	32,9%	38,3%	28,9%	37,4%	47,5%	46,0%

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012/2021).

Entre as UFs, apresentaram os maiores patamares do Indicador 12B, no último ano da série histórica, Distrito Federal (40,2%), Tocantins (33,4%) e São Paulo (32,5%), sendo que as duas primeiras UFs foram as únicas a atingir o percentual estipulado da meta nacional para 2024 (33%). Com os níveis mais baixos do indicador, em 2021, estavam Amazonas (16,7%), Alagoas (17%) e Maranhão (17%). Sublinha-se a evolução da TLE em Tocantins (17,6 p.p., de 15,8% para 33,4%), no Maranhão (8,3 p.p., de 8,7% para 17%) e na Bahia (8,4 p.p., de 10,3% para 18,7%).

Ao analisar as desigualdades entre mulheres e homens, observa-se que as mulheres de 18 a 24 anos possuem taxas de acesso à graduação maiores que as dos homens em quase todo o território nacional, inclusive nas situações de domicílio rurais e urbanas, em cada uma das grandes regiões e em todas as UFs, no início e ao final da série histórica³. Há uma única exceção à afirmação anterior: os domicílios rurais da região Centro-Oeste, onde os homens apresentaram maior taxa de acesso à graduação. Relação semelhante é observada entre os brancos e não brancos da mesma faixa etária, com os brancos apresentando taxas de acesso à graduação mais elevadas do que os não brancos, em todo o território nacional e em cada uma das desagregações analisadas.

³ Há que se sublinhar que a Pnad não permite análises das desigualdades por áreas de formação.

A distância entre a TLE, no nível nacional, das mulheres e dos homens cresceu no período. Em 2012, ela era de 5,5 p.p., com taxa de acesso de 22,3% para as mulheres e 16,8% para os homens. Em 2021, essa diferença subiu para 8 p.p., com TLE de 29,6% para as mulheres e 21,6% para os homens. A maior desigualdade foi observada no Tocantins, com vantagem de 17,8 p.p. para as mulheres. Já entre brancos e não brancos a diferença na TLE permaneceu relativamente estável, em torno de 17 p.p., o que representou um crescimento proporcionalmente maior na taxa de acesso dos não brancos em relação aos níveis iniciais. As maiores diferenças no acesso entre não brancos e brancos são observadas no Sudeste, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde a distância nas taxas de acesso dos dois grupos supera os 20 p.p. As menores distâncias entre os grupos ocorrem nos domicílios rurais das regiões Nordeste (0,2 p.p.) e Norte (1,2 p.p.).

O Gráfico 3 mostra a TLE para a população entre 18 e 24 anos com desagregação para as categorias das variáveis de sexo e cor/raça de maneira conjunta. Nota-se que as desigualdades existentes entre as duas categorias de ambas as variáveis são cumulativas, com as desigualdades de cor/raça sendo predominantes em relação às por sexo. Com os maiores níveis da TLE, em 2021, encontram-se as mulheres brancas (38,3%), seguidas pelos homens brancos (28,6%), pelas mulheres não brancas (22,2%) e pelos homens não brancos (14,7%). As mulheres brancas foram a única categoria cujo acesso à educação superior, em nível nacional, atingira o objetivo do PNE para o Indicador 12B. Constata-se, ademais, que os quatro grupos populacionais analisados tiveram suas taxas de acesso à graduação afetadas negativamente durante o período da pandemia, entre os anos de 2020 e 2021.

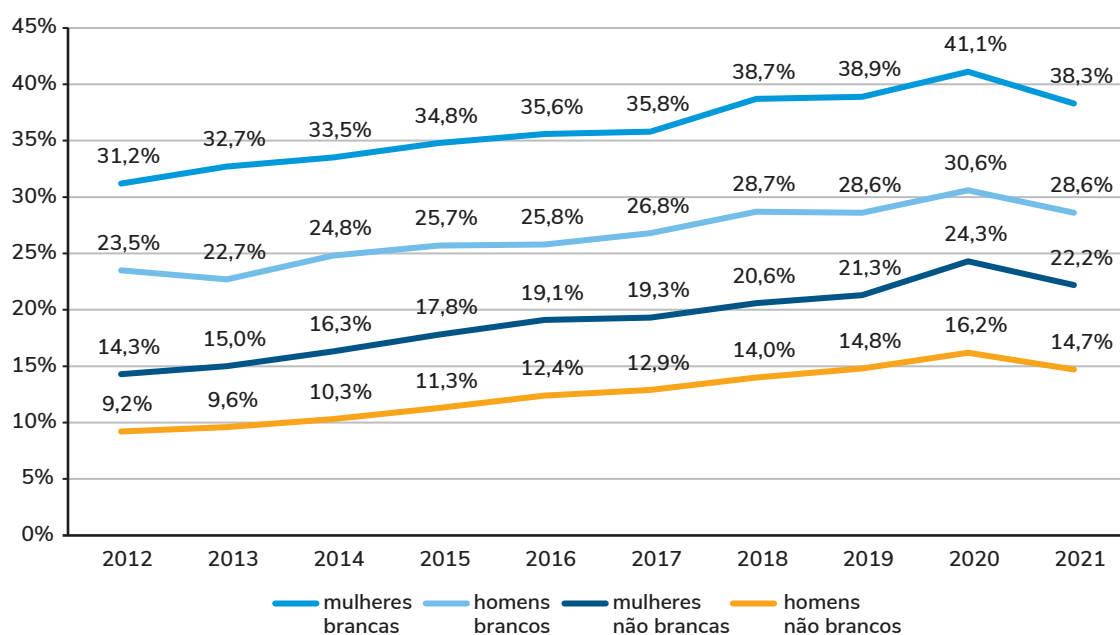


GRÁFICO 3
TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR,
POR SEXO E COR/RAÇA – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

INDICADOR 12C: PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO

O Indicador 12C evidencia o quanto o crescimento das matrículas nas IES públicas contribuiu, em termos percentuais e de forma agregada, para a expansão total das matrículas no nível de graduação no País, desde o início do monitoramento do PNE, que tem como referência o ano de 2012. A participação do segmento público na expansão de matrículas é calculada pela divisão entre a variação do número de matrículas nos cursos de graduação nas IES públicas a partir de 2012 e o crescimento do total de matrículas nos cursos de graduação no mesmo período.

O Gráfico 4 mostra a participação do segmento público na expansão de matrículas dos cursos de graduação entre 2012 e os anos subsequentes até 2020, sempre com referência ao total de matrículas observado no primeiro ano da série; bem como os totais de matrículas nos segmentos público e privado entre 2012 e 2020⁴. Observa-se, ainda no Gráfico 4, que a participação do segmento público na expansão total de matrículas apresentou três oscilações no período em questão. Primeiro, uma oscilação negativa entre os anos de 2013 e 2015, quando partiu de 13,1% e atingiu 5,5%. Segundo, uma oscilação positiva entre 2015 e 2018, quando a participação do segmento público na expansão total de matrículas voltou a crescer, atingindo a marca de 12,7%. Terceiro, uma nova oscilação negativa até atingir a marca de 3,6% no ano de 2020, menor patamar da série histórica.

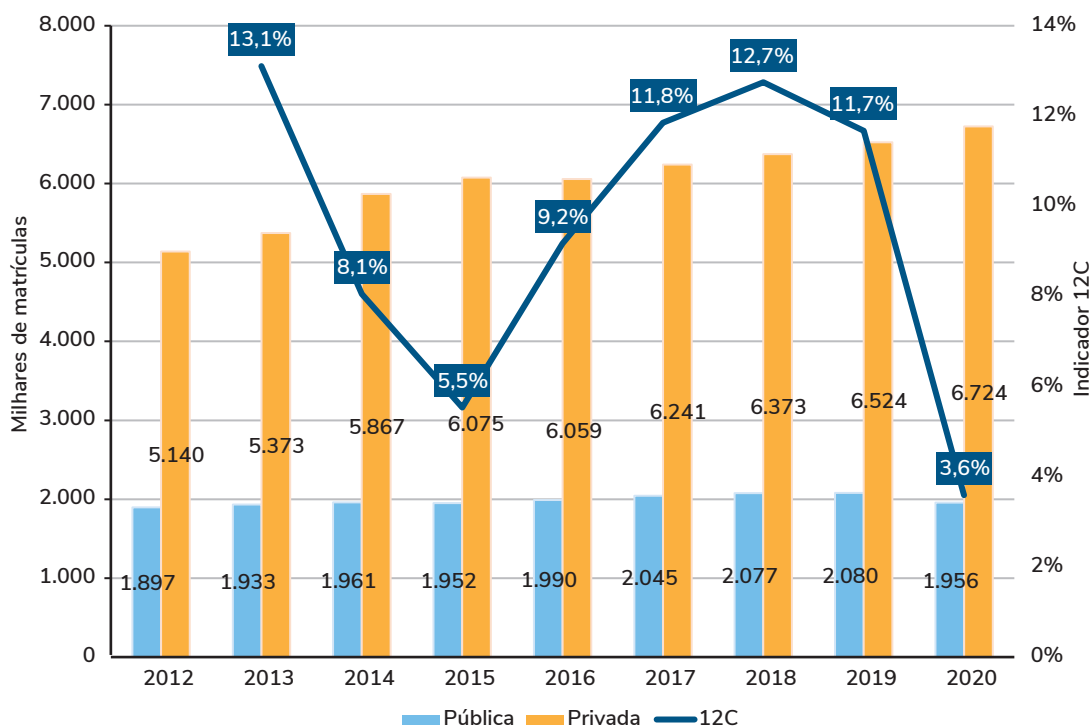


GRÁFICO 4

PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DE MATRÍCULAS E TOTAL DE MATRÍCULAS NAS IES PÚBLICAS E PRIVADAS – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

⁴ Nesse gráfico, a referência da meta nacional de 40% para o Indicador 12C, em 2024, não se encontra representada para possibilitar a melhor visualização da evolução do indicador, cuja série histórica, justamente por se encontrar muito distante da meta nacional, seria comprimida na parte inferior do gráfico caso o alvo da meta fosse representado.

A análise do total de matrículas por segmento (barras do gráfico) ajuda a compreender melhor a dinâmica do indicador (linha). Entre 2012 e 2015, houve aumento de 55 mil matrículas nas IES públicas e de 935 mil matrículas nas IES privadas. Como o acréscimo das matrículas no segmento privado foi 17 vezes maior do que no segmento público, a participação deste último no crescimento das matrículas caiu. Já entre 2015 e 2018, o segmento público aumentou em 125 mil matrículas, enquanto o segmento privado, em 298 mil. Embora a expansão privada tenha sido maior, em comparação ao primeiro período, o crescimento no setor público foi mais acelerado, enquanto o setor privado desacelerou sua taxa de crescimento anterior, fazendo com que o Indicador 12C voltasse a subir, apesar de se encontrar ainda distante do objetivo de 40%. Já no terceiro período, entre 2018 e 2020, houve uma redução de 121 mil matrículas nas IES públicas, enquanto as IES privadas cresceram em 351 mil matrículas.

Chama atenção a magnitude da queda ocorrida nas matrículas do segmento público no último ano da série histórica analisada. Essa queda praticamente anulou a expansão mais acelerada que ocorrera entre 2015 e 2018, colocando o segmento público em um patamar de matrículas próximo ao do ano de 2015. É de se notar também que esse dado do Indicador 12C aparenta estar em contradição à desagregação por segmento de ensino observada no Indicador 12A, que mostrava aumento da população que frequentava o segmento público e a redução daquela que frequentava o segmento privado no último ano analisado (Gráfico 1). Sobre essa aparente contradição, é importante ressaltar que os dois indicadores têm diferentes unidades de análise e são baseados em dados que são coletados de maneira e em tempos distintos. No caso da TBM, os dados da Pnad Contínua são autodeclarados pelos chefes de família que indicam ou não a frequência de pessoas de sua família nos níveis e nas redes de ensino. A data de referência desses dados é o segundo trimestre de cada ano. Já no caso do Indicador 12C, a unidade de análise são as matrículas ativas, ou seja, os vínculos entre os alunos e as IES, que podem ser múltiplos para cada aluno. Esses vínculos são declarados pelas IES e são referentes à situação de matrícula em dezembro de cada ano. O fato de as matrículas estarem ativas significa que o estudante não trancou a matrícula nem formalizou sua desistência do curso, mas não implica, necessariamente, que ele esteja frequentando o curso de graduação. Essa dissociação entre a situação de matrícula ativa e a frequência dos alunos pode ter sido maior durante a pandemia – que também pode ter impactado a coleta de ambos os dados. Embora as informações disponíveis para o monitoramento do PNE não permitam afirmar com certeza as causas dessas tendências aparentemente divergentes, as desagregações do Indicador 12C, analisadas a seguir, ajudam a compreender as possíveis causas de seu decréscimo no período observado.

A Tabela 3 revela que o decréscimo de matrículas no segmento público foi concentrado nas regiões Norte (-88,5 mil), Sul (-32,1 mil) e Nordeste (-4,6 mil). Na região Norte, três UFs – Amazonas, Roraima e Tocantins – tiveram também diminuição no número total de matrículas no período. Para essas UFs, não é possível calcular o Indicador 12C, pois, não havendo crescimento de matrículas, tampouco há participação do segmento público no aumento. Sublinha-se que, nessas UFs, as matrículas nas IES públicas diminuíram mais do que as matrículas totais, sendo, portanto, responsáveis pela redução do total de matrículas.

TABELA 3

PARTICIPÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DE MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO (INDICADOR 12C), POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA
FEDERAÇÃO – BRASIL – 2012/2019/2020

(continua)

Território	2012			2019			2020			Variação 2012-2020		
	Total de matrículas	Matrículas no segmento público	% de matrículas públicas	Total de matrículas	Matrículas no segmento público	% de matrículas públicas	Total de matrículas	Matrículas no segmento público	% de matrículas públicas	Total de matrículas	Matrículas no segmento público	Indicador 12 C
Brasil	7.037.688	1.897.376	27,0%	8.601.965	2.080.146	24,2%	8.678.000	1.956.352	22,5%	1.640.312	58.976	3,6%
Norte	546.503	222.064	40,6%	715.827	193.698	27,1%	677.692	133.610	19,7%	131.189	-88.454	-67,4%
Rondônia	58.559	9.798	16,7%	78.883	12.545	15,9%	79.033	11.066	14,0%	20.474	1.268	6,2%
Acre	29.762	11.728	39,4%	37.832	10.636	28,1%	37.251	9.396	25,2%	7.489	-2.332	-31,1%
Amazonas	142.745	52.994	37,1%	166.321	49.376	29,7%	139.222	21.340	15,3%	-3.523	-31.654	-
Roraima	26.779	12.998	48,5%	27.510	10.221	37,2%	26.723	8.841	33,1%	-56	-4.157	-
Pará	170.405	66.864	39,2%	285.144	72.266	25,3%	273.380	42.517	15,6%	102.975	-24.347	-23,6%
Amapá	28.749	8.846	30,8%	48.168	12.876	26,7%	50.161	14.680	29,3%	21.412	5.834	27,2%
Tocantins	89.504	58.836	65,7%	71.969	25.778	35,8%	71.922	25.770	35,8%	-17.582	-33.066	-
Nordeste	1.434.825	553.508	38,6%	1.866.854	602.518	32,3%	1.828.775	548.886	30,0%	393.950	-4.622	-1,2%
Maranhão	121.731	50.777	41,7%	195.579	70.924	36,3%	190.216	64.511	33,9%	68.485	13.734	20,1%
Piauí	101.320	49.999	49,3%	136.268	50.780	37,3%	129.608	50.673	39,1%	28.288	674	2,4%
Ceará	208.798	76.071	36,4%	316.585	95.735	30,2%	325.967	92.402	28,3%	117.169	16.331	13,9%
Rio Grande do Norte	111.541	48.358	43,4%	121.376	52.163	43,0%	124.019	52.323	42,2%	12.478	3.965	31,8%
Paraíba	119.799	70.163	58,6%	163.324	71.827	44,0%	157.686	64.253	40,7%	37.887	-5.910	-15,6%
Pernambuco	234.814	87.150	37,1%	295.494	86.907	29,4%	300.407	83.846	27,9%	65.593	-3.304	-5,0%
Alagoas	92.255	40.422	43,8%	107.191	36.198	33,8%	105.777	37.250	35,2%	13.522	-3.172	-23,5%
Sergipe	76.987	30.443	39,5%	82.378	27.000	32,8%	81.448	26.516	32,6%	4.461	-3.927	-88,0%
Bahia	367.580	100.125	27,2%	448.659	110.984	24,7%	413.647	77.112	18,6%	46.067	-23.013	-50,0%

TABELA 3

PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DE MATRÍCULAS (INDICADOR 12C), POR GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL
– 2012/2019/2020

(conclusão)

Território	2012			2019			2020			Variação 2012-2020		
	Total de matrículas	Matrículas no segmento público	% de matrículas públicas	Total de matrículas	Matrículas no segmento público	% de matrículas públicas	Total de matrículas	Matrículas no segmento público	% de matrículas públicas	Total de matrículas	Matrículas no segmento público	Indicador 12 C
Sudeste	3.226.248	604.054	18,7%	3.770.422	762.247	20,2%	3.881.291	761.525	19,6%	655.043	157.471	24,0%
Minas Gerais	727.853	171.728	23,6%	861.442	214.193	24,9%	857.444	213.872	24,9%	129.591	42.144	32,5%
Espírito Santo	135.046	27.104	20,1%	154.771	32.220	20,8%	163.916	33.819	20,6%	28.870	6.715	23,3%
Rio de Janeiro	599.732	151.025	25,2%	722.860	189.040	26,2%	784.760	187.311	23,9%	185.028	36.286	19,6%
São Paulo	1.763.617	254.197	14,4%	2.031.349	326.794	16,1%	2.075.171	326.523	15,7%	311.554	72.326	23,2%
Sul	1.163.671	361.587	31,1%	1.461.248	323.259	22,1%	1.520.601	329.533	21,7%	356.930	-32.054	-9,0%
Paraná	439.292	137.891	31,4%	557.074	145.814	26,2%	577.562	143.116	24,8%	138.270	5.225	3,8%
Santa Catarina	282.333	130.722	46,3%	385.950	64.943	16,8%	408.532	66.463	16,3%	126.199	-64.259	-50,9%
Rio Grande do Sul	442.046	92.974	21,0%	518.224	112.502	21,7%	534.507	119.954	22,4%	92.461	26.980	29,2%
Centro-Oeste	666.441	156.163	23,4%	787.614	198.424	25,2%	769.641	182.798	23,8%	103.200	26.635	25,8%
Mato Grosso do Sul	112.473	29.413	26,2%	127.089	35.931	28,3%	126.051	31.128	24,7%	13.578	1.715	12,6%
Mato Grosso	137.969	37.720	27,3%	170.551	49.670	29,1%	163.299	42.959	26,3%	25.330	5.239	20,7%
Goiás	224.922	58.300	25,9%	265.520	71.852	27,1%	261.262	65.752	25,2%	36.340	7.452	20,5%
Distrito Federal	191.077	30.730	16,1%	224.454	40.971	18,3%	219.029	42.959	19,6%	27.952	12.229	43,8%

Fonte: Elaborada pela Direcd/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

Ainda na região Norte, apenas Amapá e Rondônia tiveram crescimento nas matrículas públicas entre 2012 e 2020, sendo que esse aumento respondeu, respectivamente, por 27,2% e 6,2% do total. Quando os registros de matrículas de 2019 e 2020 são comparados, é possível constatar que no Pará toda a diminuição das matrículas públicas foi concentrada no ano de 2020, sendo que houve crescimento desse segmento na UF entre 2012 e 2019. No Amazonas e no Acre, a maior parte da diminuição das matrículas públicas ocorreu também no ano de 2020, mas os estados já apresentavam tendência de redução nas matrículas públicas anterior ao ano de início da pandemia. Apenas no Tocantins e em Roraima, a maior parte da queda nas matrículas públicas ocorreu antes de 2020.

Na região Nordeste, apenas os estados do Rio Grande do Norte (31,8%), do Maranhão (20,1%), do Ceará (13,9%) e do Piauí (2,4%) apresentaram participação positiva do segmento público na expansão das matrículas. Em todos eles, porém, o percentual ficou aquém da meta nacional. Nos demais estados da região, houve decréscimo das matrículas públicas e crescimento das matrículas totais. A maior diminuição das matrículas públicas, entre 2012 e 2020, ocorreu na Bahia. No último ano, a UF tinha cerca de 23 mil matrículas a menos do que em 2012, o que correspondeu a uma redução de 23%. De modo semelhante ao observado na região Norte, na maior parte das UFs da região Nordeste, a queda nas matrículas públicas foi concentrada em 2020, inclusive na Bahia, que apresentou crescimento de 10% nas matrículas do segmento público entre 2012 e 2019. As exceções são Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que já demonstravam tendência anterior de redução das matrículas públicas.

Já na região Sul, a queda das matrículas públicas concentrou-se apenas no estado de Santa Catarina e foi anterior ao ano de 2020. Ela foi provocada não propriamente pela redução da oferta no interior das IES do segmento público, mas sim pela reclassificação da categoria administrativa de dez IES que atuavam nessa unidade da Federação no cadastro do Ministério da Educação (MEC), que alimenta o CES. Trata-se de IES que eram classificadas como especiais no ano de 2012 e passaram a ser consideradas como IES privadas sem fins lucrativos ao longo do período analisado. Essas dez IES totalizavam 75.211 matrículas no ano de 2012, que foram consideradas como sendo da rede pública. No ano de 2020, essas mesmas IES possuíam 57.391 matrículas, mas contribuindo com o somatório da rede privada. Caso essas IES fossem consideradas como privadas desde o início da série histórica, o estado de Santa Catarina teria apresentado um crescimento nas matrículas no segmento público, e não uma redução⁵. Processos de reclassificação de IES no cadastro do MEC atingiram um total de 19 IES especiais ou municipais que passaram a ser classificadas como privadas e afetaram o Indicador 12C em todas as unidades da Federação, porém, nenhuma na mesma magnitude que Santa Catarina. A segunda UF mais afetada foi o Tocantins, na qual o segmento público sofreu uma redução de 2.410 matrículas em função da reclassificação de três IES com presença no estado. Ressalta-se que, mesmo se não houvesse essa reclassificação, o segmento público ainda assim teria reduzido seu quantitativo de matrículas no Tocantins.

O Sudeste foi a região que apresentou crescimento mais homogêneo do segmento público ao longo da série histórica. O aumento das IES públicas na região foi da ordem de 157 mil matrículas, representando 24% da expansão total das matrículas de graduação entre 2012 e 2020. Apesar de o Indicador 12C se encontrar bem acima da média nacional nessa região, ele

⁵ Talvez a reclassificação dessas IES ao longo de toda a série histórica seja mais adequada tecnicamente, porém, optou-se aqui por manter os dados originais para fomentar o debate a respeito dessa questão.

ainda está aquém da meta nacional do PNE de 40% para 2024. Minas Gerais obteve o melhor resultado para o indicador na região, com 32,5% de expansão de matrículas no segmento público. Ressalta-se que essa UF também perdeu um total de 1.393 matrículas no segmento público em virtude da reclassificação cadastral de seis IES especiais em IES privadas. O Rio de Janeiro teve o menor patamar do Indicador 12C na região, com 19,6%. Apesar do resultado relativamente elevado do indicador no Sudeste, quando comparado com o total nacional, os três maiores estados da região (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) também apresentaram pequena redução no total de matrículas públicas no período da pandemia, entre os anos de 2019 e 2020.

A região Centro-Oeste foi, por fim, aquela que demonstrou o melhor resultado para o Indicador 12C, com 25,8% do total da expansão de matrículas ocorrendo no segmento público. Como aconteceu nos Indicadores 12A e 12B, também no Indicador 12C há importantes desigualdades nessa região. Novamente, o Distrito Federal é a única UF do País que ultrapassou o patamar da meta nacional, com 43,8% do crescimento das matrículas ocorrendo no segmento público. O menor resultado para o Indicador 12C na região foi observado no Mato Grosso do Sul, com 12,6% da expansão das matrículas no segmento público.

Apesar de existir uma divergência entre os Indicadores 12A e 12C a respeito do segmento (público ou privado) mais impactado durante o primeiro ano da pandemia, a análise regional de ambos os indicadores mostra que as regiões Norte e Nordeste foram aquelas nas quais o acesso aos cursos de graduação mais diminuiu nesse período.

Os dados do CES permitem, em relação aos da Pnad Contínua, investigar mais a fundo os padrões de expansão do ensino de graduação referentes ao perfil dos cursos e das IES. Nesse sentido, a Tabela 4 apresenta a expansão das matrículas entre 2012 e 2020 por modalidade de ensino do curso (presencial ou a distância) e categoria administrativa da IES. Com contraste mais nítido, nota-se que a expansão das matrículas nas IES públicas se concentrou nos cursos presenciais, enquanto a expansão das matrículas nas IES privadas, nos cursos de educação a distância (EaD). Considerando apenas os cursos presenciais, as matrículas públicas aumentaram em 82,3 mil no intervalo de oito anos analisados, enquanto as IES privadas reduziram o número de matrículas presenciais em 432,5 mil no mesmo período. Nos cursos de EaD, a tendência foi oposta. Os cursos públicos tiveram uma redução total de 24,4 mil matrículas, enquanto o segmento privado apresentou um aumento superior a 2 milhões de matrículas, mais que triplicando sua oferta nessa modalidade. Como resultado dessas dinâmicas, o ensino presencial teve uma redução total de 349,3 mil matrículas nos cursos de graduação, enquanto a EaD exibiu um crescimento total de 1,99 milhão de matrículas entre 2012 e 2020. Não é exagero, portanto, afirmar que a educação a distância foi a principal responsável pela expansão do ensino superior durante o PNE, contabilizando 121,3% da expansão das matrículas no período analisado.

A combinação de categoria administrativa da IES e modalidade de ensino revela, porém, dinâmicas distintas no interior do segmento público e do segmento privado. No segmento público, as IES federais foram as únicas que expandiram as matrículas presenciais. Essa expansão foi de quase 190 mil matrículas, apresentando uma taxa de crescimento de 19% e uma taxa de participação no aumento das matrículas de 11,6%. Já na EaD, as IES federais tiveram uma redução de 24,3 mil matrículas no período, contribuindo negativamente com a expansão total.

TABELA 4

EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS, POR MODALIDADE DE ENSINO DO CURSO E CATEGORIA ADMINISTRATIVA DA IES – BRASIL – 2012/2020

	Matrículas em 2012	Participação no total em 2012	Matrículas em 2020	Participação no total em 2020	Crescimento absoluto 2012/2020	Crescimento percentual 2012/2020	Participação no crescimento 2012/2020
Todos os cursos e IES	7.037.688	100,0%	8.680.354	100,0%	1.642.666	23,3%	100,0%
Total presencial	5.923.838	84,2%	5.574.551	64,2%	-349.287	-5,9%	-21,3%
- Públicos	1.715.752	24,4%	1.798.980	20,7%	83.228	4,9%	5,1%
- Federais	985.202	14,0%	1.175.189	13,5%	189.987	19,3%	11,6%
- Estaduais	560.505	8,0%	547.811	6,3%	-12.694	-2,3%	-0,8%
- Municipais e especiais	170.045	2,4%	75.980	0,9%	-94.065	-55,3%	-5,7%
- Privados	4.208.086	59,8%	3.775.571	43,5%	-432.515	-10,3%	-26,3%
- Lucrativos	1.894.775	26,9%	2.221.022	25,6%	326.247	17,2%	19,9%
- Sem fins lucrativos	2.313.311	32,9%	1.554.549	17,9%	-758.762	-32,8%	-46,2%
Total EaD	1.113.850	15,8%	3.105.803	35,8%	1.991.953	178,8%	121,3%
- Públicos	181.624	2,6%	157.372	1,8%	-24.252	-13,4%	-1,5%
- Federais	102.211	1,5%	78.891	0,9%	-23.320	-22,8%	-1,4%
- Estaduais	64.778	0,9%	75.918	0,9%	11.140	17,2%	0,7%
- Municipais e especiais	14.635	0,2%	2.563	0,0%	-12.072	-82,5%	-0,7%
- Privados	932.226	13,2%	2.948.431	34,0%	2.016.205	216,3%	122,7%
- Lucrativos	659.629	9,4%	2.612.390	30,1%	1.952.761	296,0%	118,9%
- Sem fins lucrativos	272.597	3,9%	336.041	3,9%	63.444	23,3%	3,9%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012/2020).

As IES estaduais, quando consideradas de maneira agregada, apresentaram tendência oposta à das IES federais, com crescimento das matrículas EaD e redução das matrículas presenciais. No entanto, em ambos os casos a variação foi pequena ao longo da série histórica. A redução da modalidade presencial nas redes estaduais foi da ordem de 12,7 mil matrículas, já a expansão da modalidade a distância foi de apenas 11,1 mil. Na totalização das matrículas das redes estaduais, portanto, a tendência resultante foi de não expansão no período, com pequena retração no número de matrículas.

Ainda no segmento público, as IES municipais e especiais tiveram uma grande redução no total de matrículas tanto do ensino presencial quanto da EaD, perdendo, em ambos os casos, mais da metade do número de matrículas que tinham em 2012. Contribuiu para essa redução o processo de reclassificação de 19 IES especiais ou municipais anteriormente analisado. Entretanto, outros fatores, como a pandemia de covid-19, também podem ter influenciado tanto a redução da oferta das IES municipais quanto a estagnação na oferta das IES estaduais, sendo necessários estudos mais aprofundados e uma série histórica mais ampla para avaliá-los.

Por fim, no interior do segmento privado também se observam duas dinâmicas distintas. As IES privadas com fins lucrativos apresentaram crescimento nas duas modalidades de ensino.

No ensino presencial, a expansão das matrículas nessas IES foi da ordem de 326,2 mil entre 2012 e 2020; maior, portanto, do que a observada no ensino presencial da rede federal. Não obstante, essa expansão foi relativamente modesta em relação ao tamanho do setor privado com fins lucrativos e em comparação à expansão que esse setor realizou na modalidade EaD, com crescimento de 1,95 milhão de matrículas. As IES sem fins lucrativos, por outro lado, apresentaram uma forte queda de 758,7 mil matrículas presenciais, o que correspondeu a uma redução de 32,8% das matrículas do setor no ensino presencial. Já na EaD, as IES sem fins lucrativos ampliaram sua participação em 63,4 mil matrículas, um aumento de 23,3% em relação a 2012. Esse aumento não foi suficiente, entretanto, para superar a redução que o setor enfrentou no ensino presencial.

Como resultante dessas tendências, ocorreu uma reconfiguração do ensino superior brasileiro nos oito anos de monitoramento do PNE. Por um lado, há a crescente predominância do ensino privado com fins lucrativos. Em 2012, ele respondia por 36,3% do total de matrículas, enquanto o setor sem fins lucrativos respondia por 36,7%. Havia, portanto, um equilíbrio entre ambos. Em 2020, o setor com fins lucrativos passou a responder por 55,7% das matrículas, enquanto o setor sem fins lucrativos teve a participação reduzida para 21,8%. Por outro lado, o segmento público passou de 27% para 22,5% das matrículas no mesmo período, ficando mais distante, portanto, de alcançar o objetivo do Indicador 12C de 40%.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Os três indicadores da Meta 12 estão em patamares distantes dos objetivos determinados pelo PNE. A TBM (Indicador 12A) alcançou 37,4% da população de 18 a 24 anos em 2021, enquanto a meta do PNE é de 50% para 2024. A TLE (Indicador 12B) chegou a 25,5% nesse mesmo ano, sendo que a meta é de 33%. Já a participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação (Indicador 12C) foi de 3,6% entre 2012 e 2020, ante a meta de 40% até 2024.
2. Os três indicadores do PNE apresentaram queda no último ano da série histórica analisada, que coincidiu com o primeiro ano da pandemia de covid-19 no País. Essa queda foi mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste e tornou os indicadores da Meta 12 mais distantes de serem cumpridos.
3. As taxas de cobertura da graduação (Indicadores 12A e 12B) apresentaram tendência de evolução positiva entre 2012 e 2020. Esta pode ser segmentada em dois momentos. O primeiro, de 2012 a 2016, marcado por uma evolução mais constante e um pouco mais rápida do que nos anos posteriores. O segundo, entre 2016 e 2021, marcado por oscilações anuais no indicador, com alternância de períodos de alta e baixa, com saldo positivo, mas que terminou por produzir uma evolução mais lenta da oferta e do acesso à educação superior para a população na idade de referência.
4. A evolução dos Indicadores 12A e 12B também ocorreu em todo o território nacional e para quase todos os subgrupos populacionais analisados. Apesar dessa evolução, importantes desigualdades regionais ainda persistem, bem como desigualdades de acesso entre mulheres e homens e entre população branca e não branca.

5. A participação do segmento público no total de matrículas (Indicador 12C) oscilou ao longo de toda a série histórica, atingindo seu patamar mais baixo em 2020, último ano observado. Contribuíram de maneira importante para essa tendência a redução das matrículas públicas na modalidade EaD, diante da rápida expansão do segmento privado nessa modalidade de ensino, e a estagnação da expansão das matrículas nas IES estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do PNE- 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior: microdados de 2012 a 2020*. Brasília: Inep, [s.d.].

CASEIRO, L. C. Z.; AZEVEDO, A. R. A construção dos indicadores de monitoramento da Meta 12 do PNE. In: BOF, A. M.; OLIVEIRA, A. S. *Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais*. Brasília: Inep, 2018. p. 213-240. (Coleção Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 1).



META 13

.....

ELEVAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AMPLIAR A PROPORÇÃO DE MESTRES E DOUTORES DO CORPO DOCENTE EM EFETIVO EXERCÍCIO NO CONJUNTO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO), SENDO, DO TOTAL, NO MÍNIMO, 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) DOUTORES.

.....



A Meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como objetivos elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores em efetivo exercício na docência de nível superior. Ambos os objetivos se encontram relacionados, mas a Meta 13 propõe alvos específicos apenas para a elevação da escolaridade docente. Para que esses alvos sejam atingidos, é necessário que, até 2024, 75% do corpo docente em efetivo exercício na educação superior possua ao menos o título de mestrado e 35%, o de doutorado.

Para o monitoramento da Meta 13, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) definiu dois indicadores:

– *Indicador 13A: Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado.*

– *Indicador 13B: Percentual de docentes da educação superior com doutorado.*

O acompanhamento da Meta 13 utiliza como fonte de informações o Censo da Educação Superior (CES), produzido pelo Inep¹. A série histórica abarcada neste relatório tem início em 2012, ano de referência para o início do monitoramento da Meta 13², e termina em 2020, último ano do CES que estava disponível quando este relatório foi elaborado.

Para investigar as desigualdades na distribuição da escolaridade docente pelo território nacional, entre as instituições de educação superior (IES) e entre os indivíduos, são apresentadas desagregações dos indicadores por grande região, unidade da Federação (UF), categoria administrativa e organização acadêmica das IES às quais os docentes encontravam-se vinculados,

¹ Há que se ressaltar que apenas preenchem o CES as instituições de ensino superior que ofertam cursos de graduação. Outras IES, que ofertem apenas cursos de pós-graduação ou especialização, não são contempladas (Brasil. Inep, [s.d.]).

² Para informações a respeito do início da série histórica, consultar a ficha técnica ao final do documento.

e por regime de trabalho, sexo e raça/cor dos docentes. A análise desse conjunto de dados, além de manter a comparabilidade com relatórios anteriores, permite traçar um retrato abrangente do perfil do corpo docente da educação superior brasileira, assim como de sua evolução recente, constituindo-se em uma importante referência para o monitoramento do PNE e para análises a respeito da qualidade nesse nível de ensino.

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

O Gráfico 1 apresenta a evolução dos Indicadores 13A e 13B para todo o Brasil, em relação aos seus respectivos objetivos para o ano de 2024. Como já fora observado nos relatórios de monitoramento dos biênios anteriores, os objetivos para ambos os indicadores da Meta 13 foram alcançados logo no início da vigência do PNE. O alvo de 75% para a formação de mestrado dos docentes em efetivo exercício no ensino superior brasileiro (Indicador 13A) foi alcançado no ano de 2015, enquanto o alvo de 35% para o percentual de docentes com o título de doutorado (Indicador 13B) foi alcançado um ano antes, em 2014, ou seja, no primeiro ano de vigência do PNE. Ambos os indicadores continuaram crescendo de maneira consistente após o alcance dos objetivos da Meta 13. Em 2020, o percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior brasileira chegou a 83,8%, e o percentual de docentes com doutorado alcançou 48,9%. Nota-se que o PNE determinara para esse último indicador um crescimento de apenas 3,2 pontos percentuais (p.p.) entre 2012 e 2024, mas o crescimento observado foi de 16,5 p.p. entre 2012 e 2020.

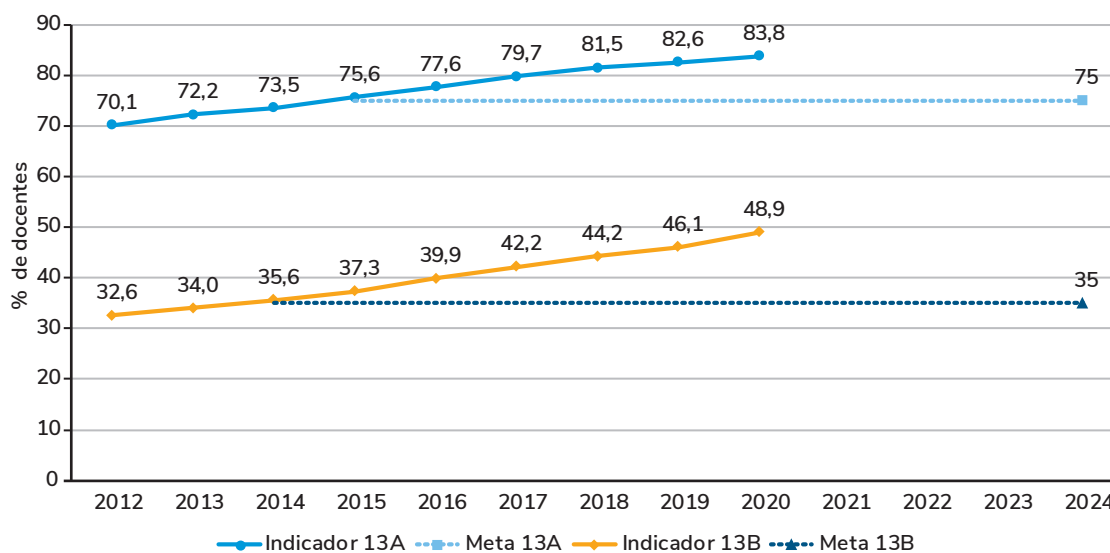


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E/OU DOUTORADO – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

DESIGUALDADES REGIONAIS NA ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A meta nacional foi alcançada nas cinco grandes regiões do País (Tabelas 1 e 2). A região Sul apresentava, em 2020, os maiores percentuais de docentes com ao menos mestrado (86,4%) e com doutorado (51,4%). Com os menores resultados, encontravam-se o Centro-Oeste, para o Indicador 13A, com 77,6% dos docentes com ao menos o título de mestre, e o Norte, para o Indicador 13B, com 42,4% dos docentes com o título de doutor. Essa configuração regional difere da observada em 2012, quando a região Sudeste apresentava o maior percentual de docentes doutores (36,5%) e a região Norte apresentava os níveis mais baixos em ambos os indicadores (13A: 59,7%; 13B: 21,4%). Além da evolução de todas as regiões, foi observada também uma redução das desigualdades regionais, com a diminuição da diferença entre as regiões com os melhores e os piores resultados em ambos os indicadores. Em 2012, essa diferença era de 14,7 p.p. para o Indicador 13A e de 15,1 p.p. para o Indicador 13B. Em 2020, a amplitude regional dos indicadores foi reduzida para 8,8 p.p. e 9,0 p.p., respectivamente.

A maioria das UFs também apresentou resultados superiores à meta do PNE para o País. Para o Indicador 13A (Tabela 1), no ano de 2020, apenas as IES com sede no Mato Grosso (61,1%), em Rondônia (68,4%) e no Amapá (73,7%) encontravam-se abaixo do patamar de 75% dos docentes com mestrado ou doutorado. Os percentuais mais elevados de docentes da educação superior com ao menos mestrado, por sua vez, foram observados no Rio Grande do Sul (91,5%), na Paraíba (88,7%), no Rio de Janeiro (87,7%) e no Rio Grande do Norte (87,4%). É relevante notar que todas as unidades da Federação apresentaram melhora no Indicador 13A entre 2012 e 2020, tendo essa variação positiva sido mais expressiva no Amapá (30,2 p.p.), em Tocantins (27,2 p.p.) e no Piauí (26,5 p.p.), e menos expressiva no Mato Grosso (2,3 p.p.), no Rio Grande do Sul (9,1 p.p.) e na Paraíba (9,5 p.p.).

A distribuição do Indicador 13B pelo território brasileiro (Tabela 2) assemelha-se à do Indicador 13A. O percentual de docentes da educação superior com doutorado encontra-se acima da meta nacional, de 35%, em 25 das 27 UFs, ainda não tendo sido atingido apenas em Rondônia (29,6%) e no Mato Grosso (34,6%). Os maiores percentuais são novamente observados no Rio Grande do Sul (59,3%), no Rio de Janeiro (56,4%), no Rio Grande do Norte (56,4%) e na Paraíba (56,2%). Assim como no Indicador 13A, todas as UFs também apresentaram melhora no percentual de docentes da educação superior com doutorado, ao longo da série histórica, com as maiores variações sendo constatadas no Piauí (26,1 p.p.), em Roraima (25,0 p.p.) e no Amapá (24,8 p.p.). As menores variações ocorreram no Mato Grosso (10 p.p.), em São Paulo (11,6 p.p.) e em Alagoas (14,4 p.p.).

TABELA 1

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO OU DOUTORADO
(INDICADOR 13A), POR REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E SEGMENTO DE ENSINO – 2012-2020

Território	Todas as IES				IES Privadas				IES Públicas			
	2012		2020		2012		2020		2012		2020	
	Total de docentes	13A	Total de Docentes	13A	Total de docentes	13A	Total de docentes	13A	Total de docentes	13A	Total de docentes	13A
Brasil	315.993	70,1	323.376	83,8	180.660	61,7	162.662	76,0	147.315	81,6	168.449	91,8
Norte	20.612	59,7	21.861	79,8	9.270	49,8	8.817	67,2	12.348	68,7	13.457	88,4
Rondônia	2.500	51,8	2.665	68,4	1.843	41,1	1.561	55,5	679	81,7	1.128	86,3
Acre	1.047	56,3	1.334	75,9	396	40,2	394	59,9	675	66,5	963	82,9
Amazonas	5.051	62,0	4.780	80,7	2.361	57,4	1.908	71,4	2.976	68,1	2.971	86,9
Roraima	1.044	59,7	1.160	84,1	361	52,1	244	72,5	753	64,7	943	87,6
Pará	7.269	67,6	7.908	85,6	2.646	61,1	3.452	73,9	5.042	72,1	4.577	94,7
Amapá	1.158	43,5	1.519	73,7	723	31,5	643	65,8	516	61,2	892	79,9
Tocantins	2.589	50,0	2.913	77,2	953	34,3	1.019	64,9	1.725	59,6	1.988	84,0
Nordeste	63.797	67,9	73.161	83,4	28.777	56,6	29.535	73,5	38.160	77,6	45.765	90,1
Maranhão	4.877	55,0	5.758	76,0	2.304	40,7	2.692	65,5	2.811	68,3	3.313	85,3
Piauí	4.953	55,4	5.085	81,9	2.085	42,8	1.723	73,5	3.244	65,0	3.543	86,4
Ceará	8.670	74,2	12.087	86,0	4.502	68,6	5.667	81,5	4.422	80,6	6.643	90,1
Rio Grande do Norte	5.866	72,3	6.139	87,4	1.965	56,6	1.457	69,2	4.138	80,4	4.774	93,0
Paraíba	7.274	79,2	8.773	88,7	2.428	65,5	2.973	78,7	5.113	86,1	6.048	93,7
Pernambuco	11.198	69,3	12.854	84,1	4.916	64,1	5.564	79,1	6.684	74,3	7.602	88,0
Alagoas	3.901	64,0	4.388	79,4	1.844	44,0	2.115	69,6	2.297	81,5	2.445	88,7
Sergipe	2.873	72,5	3.590	86,3	1.291	61,7	1.586	76,4	1.672	81,6	2.065	94,1
Bahia	14.813	65,0	16.337	81,0	7.749	53,6	7.376	69,4	7.943	78,4	9.456	90,7
Sudeste	141.949	72,3	136.602	85,0	95.039	63,9	78.971	78,6	51.418	89,3	60.860	93,9
Minas Gerais	36.410	69,0	36.912	84,6	22.456	58,5	18.474	75,7	14.990	85,8	19.147	93,4
Espírito Santo	5.939	72,8	6.066	84,6	3.843	65,6	3.145	74,4	2.217	86,3	2.997	95,6
Rio de Janeiro	29.219	77,0	28.864	87,7	16.846	67,8	14.073	79,9	13.331	89,8	15.428	95,2
São Paulo	71.018	72,2	66.258	84,4	52.252	65,1	44.574	80,1	20.967	91,8	23.339	93,3
Sul	62.574	74,4	64.488	86,4	33.630	67,1	33.993	78,4	30.891	83,1	31.518	95,3
Paraná	25.418	71,3	25.752	85,6	14.014	59,6	12.368	75,8	12.319	86,0	13.924	94,8
Santa Catarina	15.290	68,2	16.431	80,6	5.708	60,4	9.843	71,8	10.207	73,3	6.847	93,8
Rio Grande do Sul	22.115	82,4	22.633	91,5	14.002	77,6	12.028	86,7	8.430	90,9	10.782	96,9
Centro-Oeste	28.747	63,1	30.842	77,6	14.929	53,7	14.374	69,1	14.843	73,7	17.164	85,4
Mato Grosso do Sul	4.334	68,8	5.512	85,0	2.064	57,5	2.167	72,0	2.408	79,2	3.415	93,4
Mato Grosso	5.720	58,8	6.392	61,1	2.500	41,2	2.644	58,1	3.400	72,6	3.882	63,9
Goiás	11.157	57,6	11.806	79,4	5.467	52,8	5.785	68,7	6.278	63,9	6.405	89,9
Distrito Federal	7.760	71,6	7.473	84,3	5.065	60,2	4.072	76,8	2.781	92,8	3.486	93,3

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

TABELA 2

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO (INDICADOR 13B),
POR REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E SEGMENTO DE ENSINO – 2012-2020

Território	Todas as IES				IES Privadas				IES Públicas			
	2012		2020		2012		2020		2012		2020	
	Total de docentes	13B	Total de Docentes	13B	Total de docentes	13B	Total de docentes	13B	Total de docentes	13B	Total de docentes	13B
Brasil	315.993	32,6	323.376	48,9	180.660	17,0	162.662	27,7	147.315	52,0	168.449	69,6
Norte	20.612	21,4	21.861	42,4	9.270	9,0	8.817	18,5	12.348	30,9	13.457	58,2
Rondônia	2.500	14,9	2.665	29,6	1.843	8,1	1.561	14,0	679	33,9	1.128	51,2
Acre	1.047	23,3	1.334	44,9	396	9,8	394	23,9	675	31,3	963	53,2
Amazonas	5.051	20,0	4.780	39,8	2.361	9,7	1.908	20,9	2.976	28,8	2.971	51,9
Roraima	1.044	20,3	1.160	45,3	361	8,6	244	21,3	753	25,4	943	51,5
Pará	7.269	27,3	7.908	50,0	2.646	11,8	3.452	21,2	5.042	35,3	4.577	71,9
Amapá	1.158	10,7	1.519	35,5	723	4,1	643	23,0	516	19,4	892	44,7
Tocantins	2.589	19,0	2.913	40,8	953	6,1	1.019	19,6	1.725	26,1	1.988	51,5
Nordeste	63.797	29,3	73.161	47,2	28.777	11,6	29.535	22,7	38.160	42,6	45.765	63,0
Maranhão	4.877	20,0	5.758	38,2	2.304	7,6	2.692	17,4	2.811	30,5	3.313	54,8
Piauí	4.953	18,2	5.085	44,3	2.085	5,5	1.723	21,0	3.244	25,6	3.543	55,8
Ceará	8.670	29,8	12.087	45,7	4.502	15,0	5.667	26,7	4.422	45,3	6.643	62,0
Rio Grande do Norte	5.866	35,7	6.139	56,4	1.965	12,5	1.457	19,7	4.138	46,1	4.774	67,3
Paraíba	7.274	38,1	8.773	56,2	2.428	14,1	2.973	27,0	5.113	49,0	6.048	70,0
Pernambuco	11.198	31,4	12.854	48,2	4.916	12,3	5.564	26,3	6.684	45,5	7.602	64,5
Alagoas	3.901	28,0	4.388	42,4	1.844	7,5	2.115	21,3	2.297	43,5	2.445	60,6
Sergipe	2.873	34,0	3.590	53,9	1.291	14,6	1.586	28,2	1.672	48,4	2.065	73,7
Bahia	14.813	27,1	16.337	42,8	7.749	12,2	7.376	21,8	7.943	42,2	9.456	59,7
Sudeste	141.949	36,5	136.602	50,6	95.039	20,0	78.971	31,4	51.418	67,6	60.860	75,9
Minas Gerais	36.410	31,0	36.912	49,1	22.456	13,0	18.474	24,2	14.990	58,3	19.147	73,2
Espírito Santo	5.939	29,2	6.066	45,8	3.843	13,6	3.145	21,7	2.217	56,6	2.997	71,0
Rio de Janeiro	29.219	41,5	28.864	56,4	16.846	22,2	14.073	32,0	13.331	67,2	15.428	79,3
São Paulo	71.018	37,8	66.258	49,4	52.252	22,9	44.574	35,4	20.967	75,8	23.339	76,6
Sul	62.574	33,3	64.488	51,4	33.630	17,8	33.993	29,2	30.891	50,2	31.518	75,5
Paraná	25.418	31,6	25.752	51,1	14.014	13,6	12.368	26,0	12.319	52,2	13.924	73,7
Santa Catarina	15.290	26,6	16.431	41,2	5.708	11,9	9.843	22,6	10.207	34,3	6.847	68,2
Rio Grande do Sul	22.115	40,2	22.633	59,3	14.002	24,6	12.028	38,5	8.430	66,7	10.782	82,6
Centro-Oeste	28.747	27,8	30.842	44,9	14.929	11,8	14.374	22,7	14.843	43,7	17.164	63,4
Mato Grosso do Sul	4.334	32,9	5.512	53,8	2.064	13,3	2.167	23,5	2.408	48,8	3.415	72,9
Mato Grosso	5.720	24,6	6.392	34,6	2.500	7,4	2.644	15,6	3.400	36,7	3.882	47,1
Goiás	11.157	22,2	11.806	41,8	5.467	10,8	5.785	21,8	6.278	32,2	6.405	60,2
Distrito Federal	7.760	36,3	7.473	53,2	5.065	15,9	4.072	31,9	2.781	73,9	3.486	77,9

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

As desigualdades mais acentuadas na distribuição da escolaridade entre os docentes da educação superior são notadas quando se analisa a distribuição dos indicadores da Meta 13 por unidade da Federação e segmento de ensino (privado ou público) de maneira conjunta (Tabelas 1 e 2). Em todas as UFs, o segmento público apresenta níveis mais elevados dos Indicadores 13A e 13B em relação ao segmento privado, tanto no início quanto ao final da série histórica. Nota-se também a redução do número total de docentes nas IES privadas entre 2012 e 2020, a despeito do grande crescimento de matrículas observado nesse segmento de ensino no período. Tendência contrária ocorreu no segmento público, no qual houve aumento do número de docentes. Essas tendências divergentes fizeram com que as IES públicas apresentassem um número total de docentes superior às IES privadas em 2020³. A redução do número de docentes nas IES privadas, entre 2012 e 2020, ocorreu em 15 das 27 unidades da Federação e foi maior, em termos percentuais, em Roraima (-32,4%) e, em números absolutos, em São Paulo (-7.678). Apesar dessa redução nos totais de docentes em exercício nas IES privadas, os Indicadores 13A e 13B apresentaram melhora no segmento privado em todas as UFs. Tendência semelhante ocorreu no segmento público, com exceção do Mato Grosso, onde foi observado um decréscimo de 8,7 p.p. no Indicador 13A entre 2012 e 2020.

ESCOLARIDADE DOCENTE E CARACTERÍSTICAS DAS IES

Há desigualdades na distribuição da formação docente por categoria administrativa, no interior dos segmentos públicos e privados. No Indicador 13A (Gráfico 2), as IES municipais e especiais possuem um perfil de qualificação docente bastante similar às IES privadas com fins lucrativos. Esses dois grupos de IES apresentam os níveis mais baixos para o percentual de docentes com mestrado ou doutorado ao longo de toda a série histórica. A despeito de encontrarem-se na extremidade inferior da distribuição do Indicador 13A, as IES privadas com fins lucrativos e as IES municipais e especiais apresentaram uma evolução expressiva – e quase idêntica – desse indicador entre 2012 e 2020. As IES federais e estaduais apresentam os valores mais elevados do Indicador 13A, atingindo em 2020, respectivamente, os percentuais de 93,5% e 89,9% dos docentes em efetivo exercício titulados em programas de mestrado ou doutorado. É de se sublinhar a redução da diferença entre as IES federais e estaduais ao longo da série histórica. Essa diferença nos níveis do Indicador 13A era de 9,5 p.p. em 2012 e passou a 3,6 p.p. em 2020. As IES privadas sem fins lucrativos, por sua vez, encontram-se com níveis intermediários do Indicador 13A em relação aos dois grupos previamente analisados, tendo apresentado crescimento expressivo da qualificação docente do período, atingindo 79,7% do corpo docente com ao menos a titulação de mestre, patamar superior à meta nacional para o Indicador 13A.

³ Na Meta 13, trabalha-se com a unidade de análise de docentes, a qual se diferencia das funções docentes, mais conhecida do público geral por meio da divulgação das Sinopses Estatísticas da Educação Superior. As funções docentes no segmento privado também diminuíram entre 2012 e 2020, mas continuam em maior número do que no segmento público. No CES, a função docente é o vínculo entre o docente e uma IES. Para mais informações a respeito do cálculo dos indicadores da Meta 13, consultar a respectiva ficha técnica ao final deste relatório. Para informações a respeito do crescimento de matrículas por segmento de ensino, consultar o capítulo destinado ao monitoramento da Meta 12, em especial as análises do Indicador 12C. Para informações a respeito das funções docentes, consultar as Sinopses Estatísticas da Educação Superior (Brasil. Inep, [s.d.]).

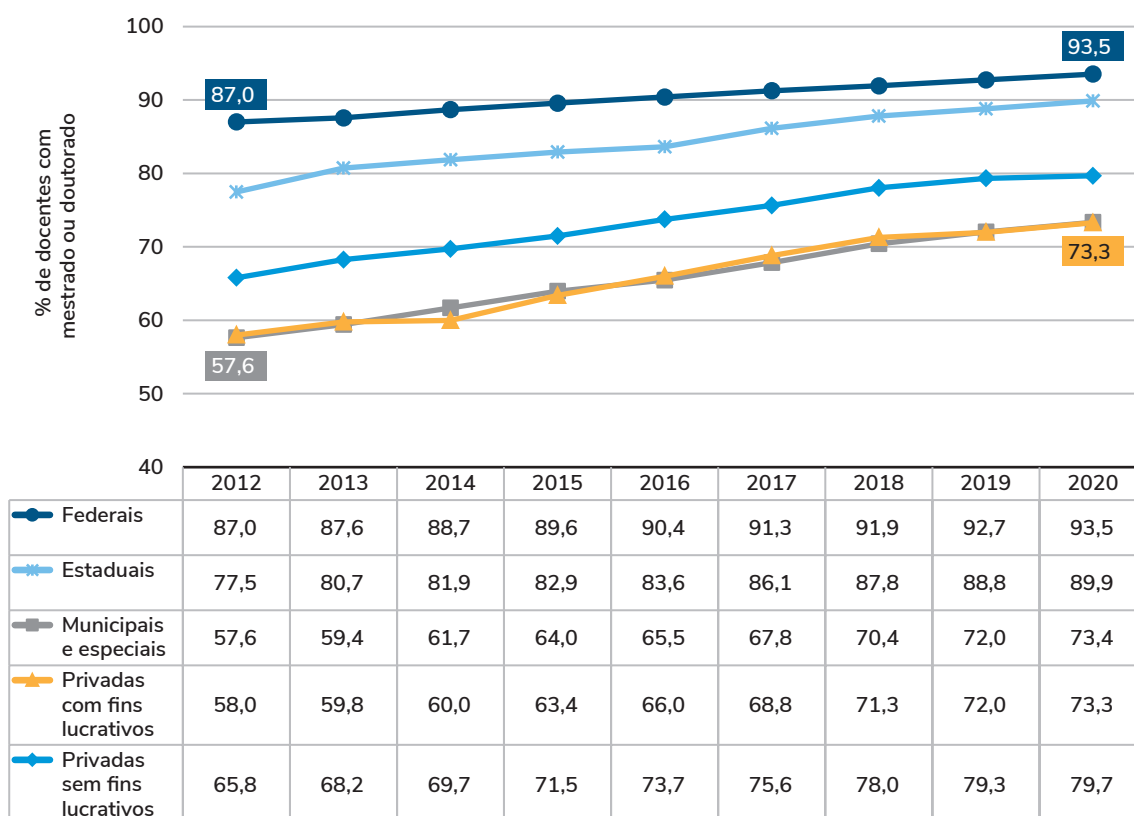


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E/OU DOUTORADO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

A desagregação do Indicador 13B por categoria administrativa é semelhante à observada no indicador 13A, com as IES federais e estaduais apresentando os percentuais mais elevados de docentes em exercício na educação superior com o título de doutorado (Gráfico 3). Notam-se, entretanto, algumas diferenças importantes entre as análises dos Indicadores 13A e 13B, por categoria administrativa. Em primeiro lugar, não ocorreu redução da distância entre as IES federais e estaduais no percentual de docentes com doutorado entre 2012 e 2020. Uma pequena redução dessa distância chegou a ocorrer em 2017, mas depois voltou ao patamar inicial, de cerca de 9,5 p.p. Em segundo lugar, apenas as IES federais e estaduais ultrapassaram a meta nacional de 35% de docentes com doutorado. Em 2020, as IES privadas sem fins lucrativos alcançaram 32,6% de docentes doutores, e as IES municipais e especiais chegaram a 28,7% de docentes com essa titulação. Em terceiro lugar, é possível notar certa convergência no nível do Indicador 13A para as IES de diferentes categorias administrativas, mas as desigualdades se mantiveram em patamares mais elevados na análise do Indicador 13B.

A despeito das desigualdades observadas, é relevante notar que em todas as categorias administrativas a qualificação dos docentes em cursos de pós-graduação *stricto sensu* evoluiu ao longo da série histórica. Essa tendência é observável nos dois indicadores analisados. Mesmo se considerado o grupo de IES com o nível mais baixo do Indicador 13B – as instituições privadas com fins lucrativos –, o patamar de docentes com doutorado cresceu de 13,2%, em 2012, para

23,3% em 2020. Ou seja, um crescimento de 10,1 p.p. (correspondente a uma variação percentual de 76,5%) para o indicador no período.

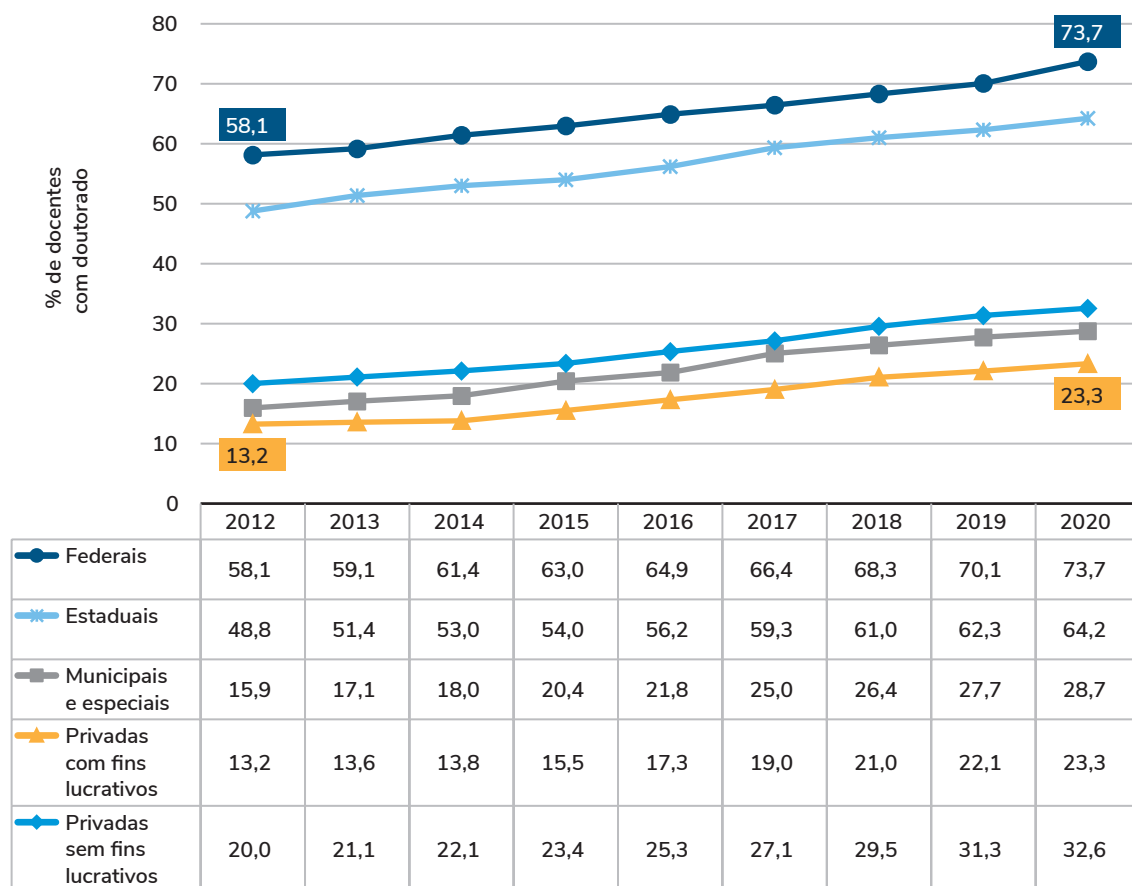


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO,
POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

Também são observadas desigualdades na escolaridade média dos docentes da educação superior segundo a organização acadêmica das instituições às quais eles se encontram vinculados (Gráficos 4 e 5). As universidades possuem o maior percentual de docentes com mestrado ou doutorado ao longo de toda a série histórica. Em 2012, esse percentual era de 79,8%, portanto, acima do objetivo nacional para o Indicador 13A; em 2020, chegou a 90,5%. Os Institutos Federais (IFs) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) aumentaram a escolaridade média de seu corpo docente de forma ainda mais pronunciada. Em 2012, 71,1% dos seus docentes possuíam ao menos o mestrado e, em 2020, esse percentual foi de 87,8%, aproximando-se do patamar do Indicador 13A observado nas universidades.

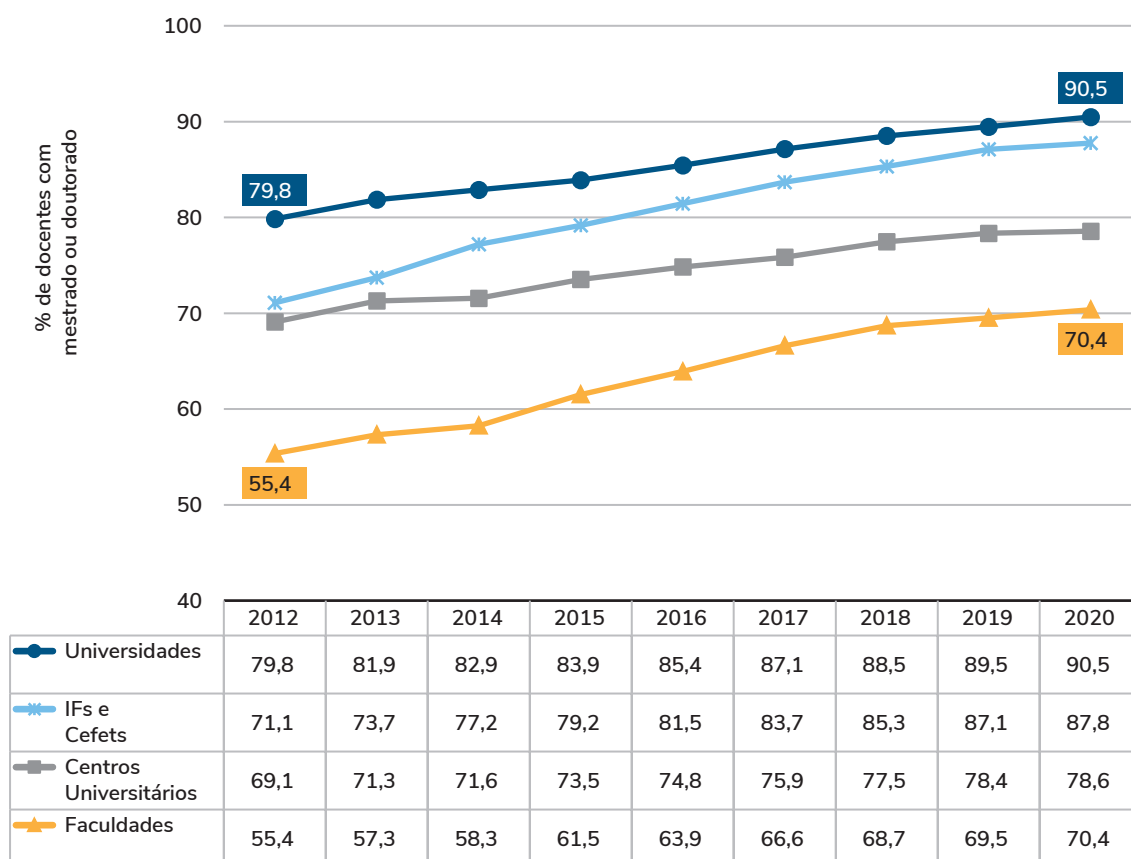
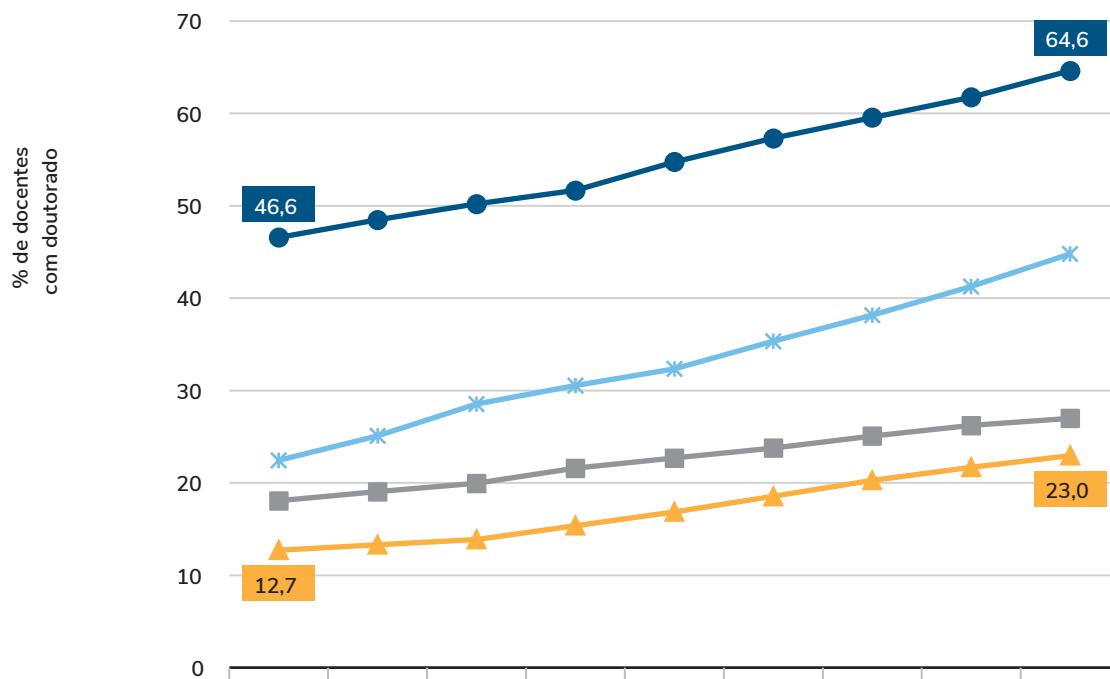


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO OU DOUTORADO, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

Os centros universitários também ampliaram o percentual de docentes titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, porém em ritmo menos acelerado que os IFs e Cefets. Em 2012, ambos os grupos apresentavam um perfil semelhante para o Indicador 13A, com 69,1% dos docentes dos centros universitários com ao menos o título de mestre; em 2020, chegou-se a 78,6%. Ou seja, a despeito do menor crescimento, os centros universitários, quando considerados em conjunto, também ultrapassaram o percentual definido como objetivo nacional para o Indicador 13A. As faculdades apresentaram o nível mais baixo para esse indicador, ao longo da série histórica; não obstante, esse nível cresceu de maneira expressiva, passando de 55,4%, em 2012, para 70,4% em 2020.



	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Universidades	46,6	48,5	50,2	51,7	54,7	57,3	59,5	61,7	64,6
IFs e Cefets	22,5	25,1	28,6	30,5	32,3	35,3	38,2	41,3	44,8
Centros Universitários	18,1	19,1	20,0	21,6	22,7	23,8	25,1	26,2	27,0
Faculdades	12,7	13,3	13,9	15,4	16,9	18,5	20,3	21,7	23,0

GRÁFICO 5

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

A análise do percentual de docentes da educação superior com doutorado, por organização acadêmica, reforça algumas das tendências constatadas anteriormente. As universidades possuem o maior patamar do Indicador 13B, com 46,6%, em 2012, e 64,6% em 2020. Os IFs e Cefets apresentaram o crescimento mais acelerado, quase dobrando o percentual de docentes com doutorado no período, tendo alcançado 44,8% em 2020, distanciando-se do patamar dos centros universitários (com os quais apresentavam maior proximidade em 2012) e ultrapassando o objetivo nacional de 35% para o indicador. Os centros universitários ampliaram o percentual de doutores no corpo docente a taxas mais módicas, partindo de 18,1%, em 2012, e chegando a 27% em 2020. As faculdades, por sua vez, apresentaram melhora mais acelerada no indicador, em comparação aos centros universitários, saindo de 12,7%, em 2012, e alcançando 23,0% em 2020.

Do mesmo modo ao observado na divisão por categoria administrativa, a análise por organização acadêmica também revela uma maior desigualdade entre as IES no Indicador 13B, em relação ao Indicador 13A. Para o Indicador 13A, a distância entre as universidades e as faculdades, em 2020, era de 20,1 p.p. (o patamar desse indicador para as universidades era 28,6% maior em relação às faculdades). Para o Indicador 13B, a distância entre as universidades e as faculdades foi de 41,6 p.p. (180% maior para as universidades em relação às faculdades). É relevante notar que

essa maior diferença no percentual de docentes com doutorado possa ser parcialmente explicada à luz das atribuições legais conferidas às diversas organizações acadêmicas.

As distintas formas de vínculo entre o docente e a IES, caracterizadas pelo regime de trabalho, também apresentam relação com a escolaridade dos docentes da educação superior (Gráficos 6 e 7). A análise dessa relação auxilia na compreensão das diferenças observadas anteriormente. Os docentes contratados em regime de trabalho integral, com dedicação exclusiva, quase sempre possuem ao menos o título de mestre (96,7% em 2020) e, majoritariamente, o título de doutor (80,3% no mesmo ano). Por sua vez, os docentes com regime de trabalho de dedicação integral, mas sem dedicação exclusiva, apresentam percentuais mais baixos, porém ainda elevados, de titulação mínima de mestrado (84,7%), destacando-se que menos da metade (42%) possuía doutorado em 2020. Entre os docentes contratados em regime de trabalho parcial, 76,1% tinham ao menos mestrado e 27,8%, doutorado. Já entre os docentes com vínculo de trabalho horista, 69,7% eram, pelo menos, mestres, e apenas 21,2%, doutores.

Para todos os regimes de trabalho docente na educação superior foi observado um crescimento da escolaridade dos docentes entre 2012 e 2020. Esse crescimento foi menos acentuado para o Indicador 13A entre docentes em regime de trabalho integral, com dedicação exclusiva, tendo em vista que o indicador para essa categoria já se encontrava próximo à universalização no início da série histórica. Com exceção dessa última categoria, as diferenças entre escolarização por regime de trabalho se mantiveram mais ou menos estáveis no período analisado.

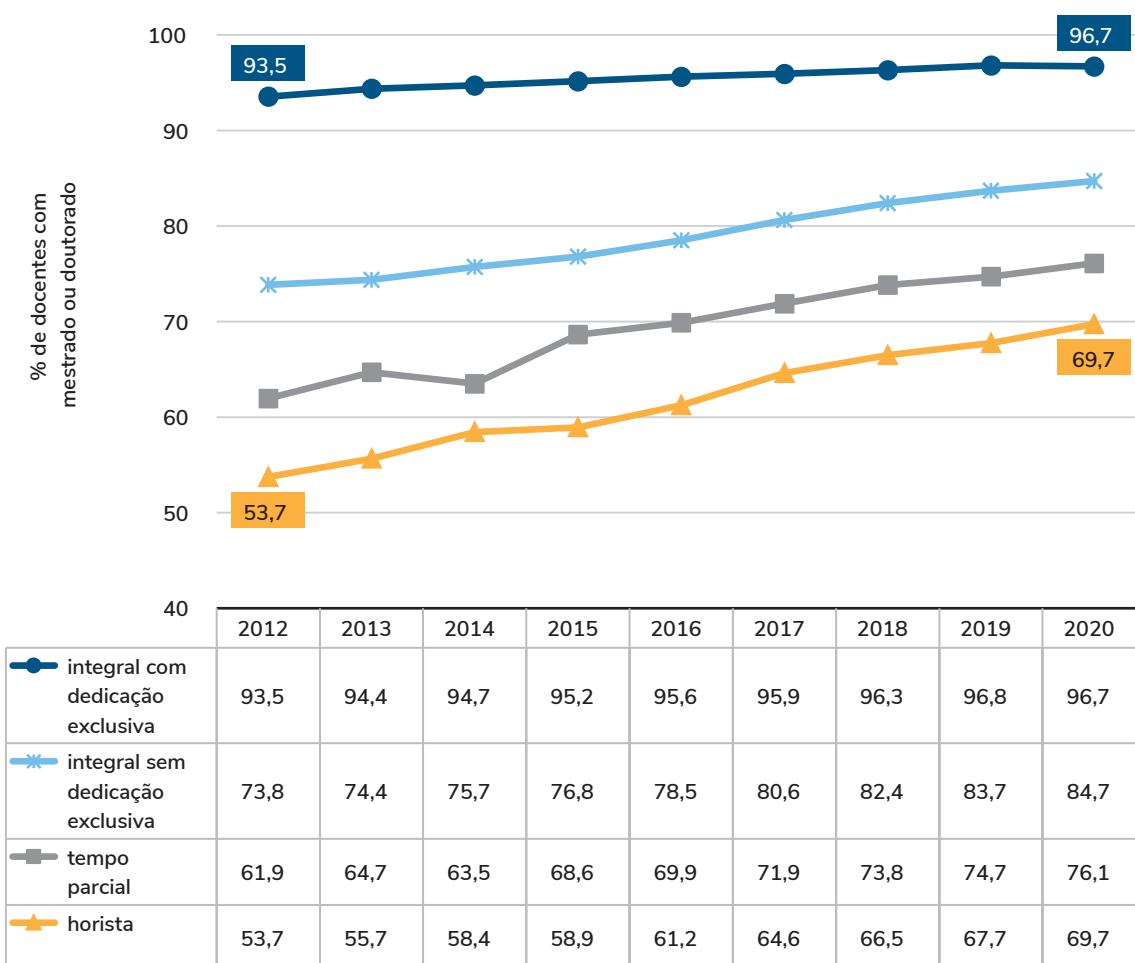


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO OU DOUTORADO, POR REGIME DE TRABALHO – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

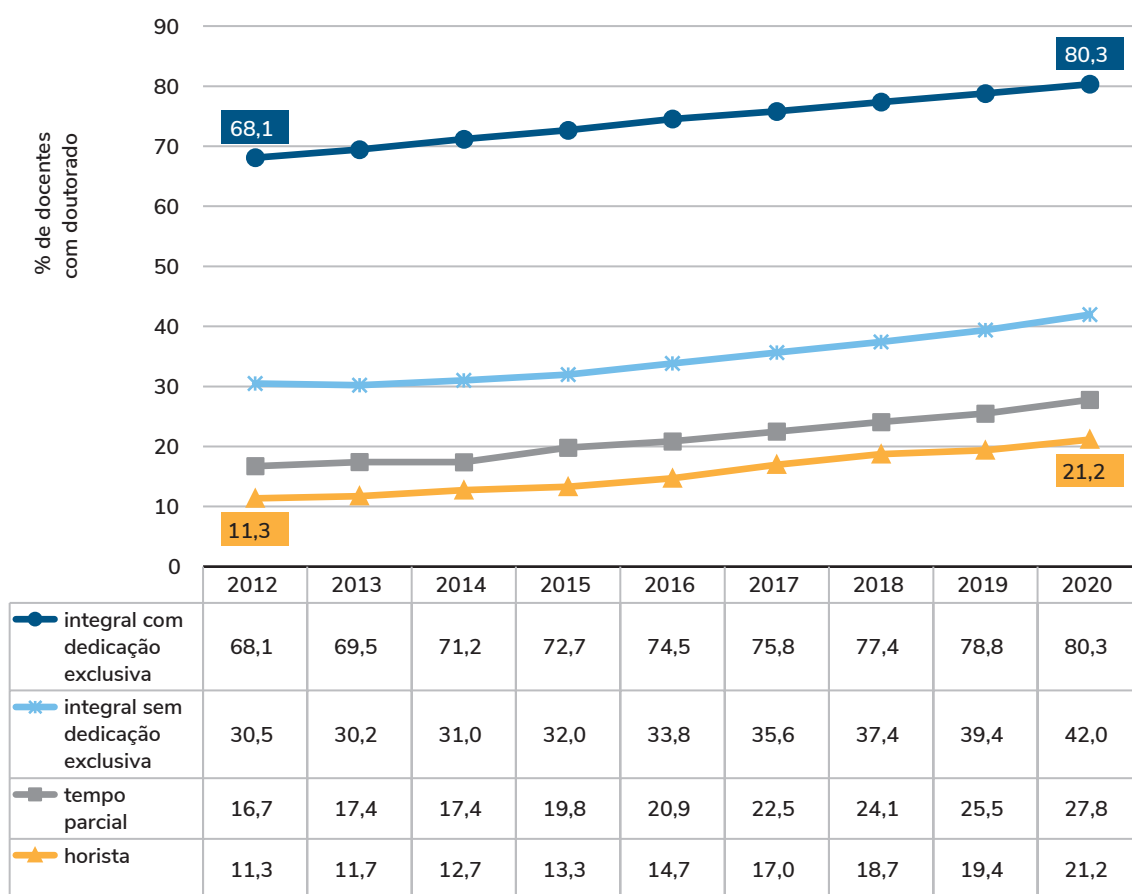


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO, POR REGIME DE TRABALHO – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

ESCOLARIDADE DOCENTE E CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

Quase todos os indicadores de monitoramento das metas do PNE analisados neste relatório apresentam diferenças substantivas relacionadas às características pessoais dos indivíduos, como sexo e cor/raça. No caso dos docentes da educação superior, todavia, não há diferenças muito grandes entre a escolaridade docente dividida por sexo (Gráfico 8), ao menos quando essa desagregação não é analisada em combinação com outras desagregações possíveis. As docentes da educação superior apresentavam um percentual de titulação mínima de mestrado (Indicador 13A) um pouco superior em relação aos docentes do sexo masculino. Essa diferença foi de 1,9 p.p. em 2020.

Na titulação mínima de doutorado, os docentes do sexo masculino apresentam o maior patamar do indicador, mas com uma diferença muito pequena. No ano de 2020, o Indicador 13B para os docentes do sexo masculino era apenas 0,2 p.p. maior do que para as docentes do sexo feminino. O maior patamar dessa desigualdade (1,8 p.p.) foi observado em 2012, primeiro ano da série histórica. A partir de 2015, a desigualdade do Indicador 13B por sexo foi sempre inferior a 0,5 p.p.

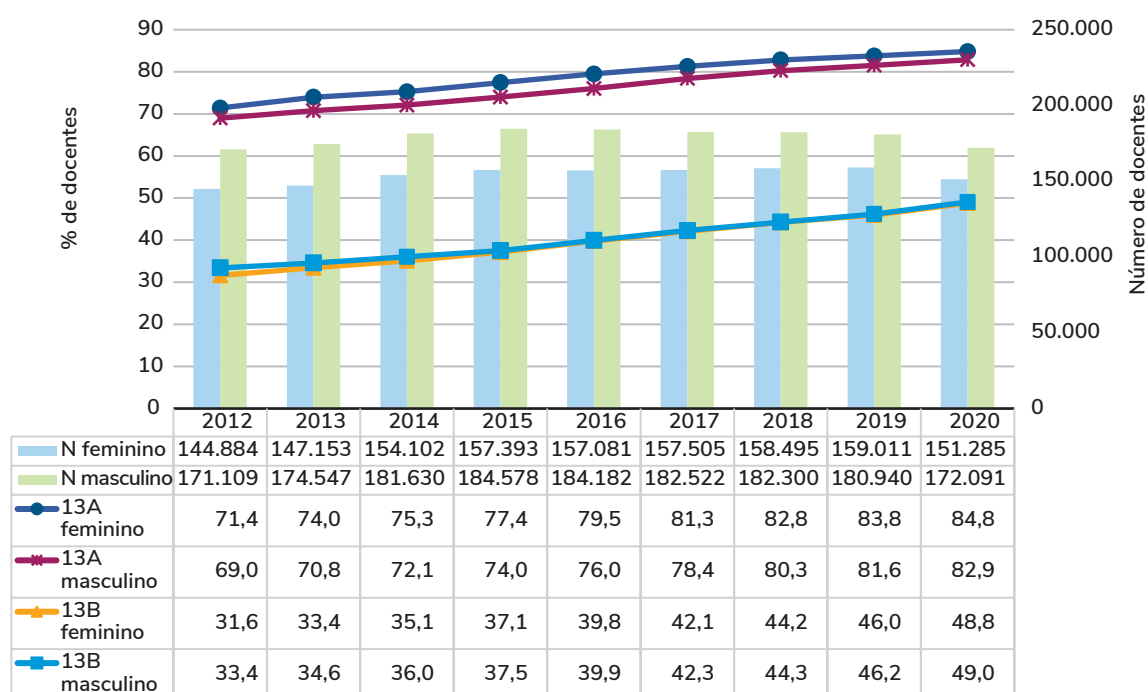


GRÁFICO 8

PERCENTUAL E TOTAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO E/OU DOUTORADO, POR SEXO – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

Não obstante, constata-se importantes desigualdades no número total de docentes em exercício na educação superior por sexo. O número de docentes do sexo masculino é superior ao número de docentes do sexo feminino ao longo de todo o período analisado. Essa desigualdade foi maior no início da série histórica e reduzida ao longo do tempo. Em 2013, as mulheres eram 45,7% do total de docentes da educação superior e, em 2020, chegaram a 46,8% do total⁴.

O Gráfico 8 revela ainda, com maior precisão, uma importante tendência anteriormente observada nas Tabelas 1 e 2: a redução do número total de docentes em exercício na educação superior brasileira. É possível notar que essa redução começa após 2015, quando havia 341.971 docentes em exercício, maior número da série histórica. Até 2019, quando o número de docentes em exercício era de 339.951, a redução foi gradual, totalizando a perda líquida de 2.020 docentes em exercício – o que representa uma redução de 0,6% do total de docentes – ao longo de quatro anos. No ano de 2020, marcado pelo início da pandemia da covid-19, a diminuição no número de docentes em exercício totalizou 16.575, representando uma redução de 4,9% no total de docentes em exercício na educação superior brasileira em um único ano.

Por fim, são analisadas as desigualdades de escolarização docente por cor/raça. Nota-se que, em ambos os indicadores, os docentes indígenas e amarelos apresentam o maior percentual de escolaridade nos níveis de mestrado e/ou doutorado (Gráficos 9 e 10). As séries históricas

⁴ Essas desigualdades crescem quando se analisa a composição do corpo docente por diferentes cursos e áreas do conhecimento, o que não é o foco deste relatório.

dessas duas categorias de cor/raça são aquelas que apresentam também maior oscilação, em virtude do pequeno número de docentes indígenas (0,1% do total), e amarelos (cerca de 1% do total de docentes), segundo o Gráfico 11. Em 2020, 89,5% dos docentes indígenas possuíam títulos de mestrado ou de doutorado. Esse indicador era de 85,8% para os amarelos, 83,9% para os brancos, 81,4% para os pretos e 78,6% para os pardos.

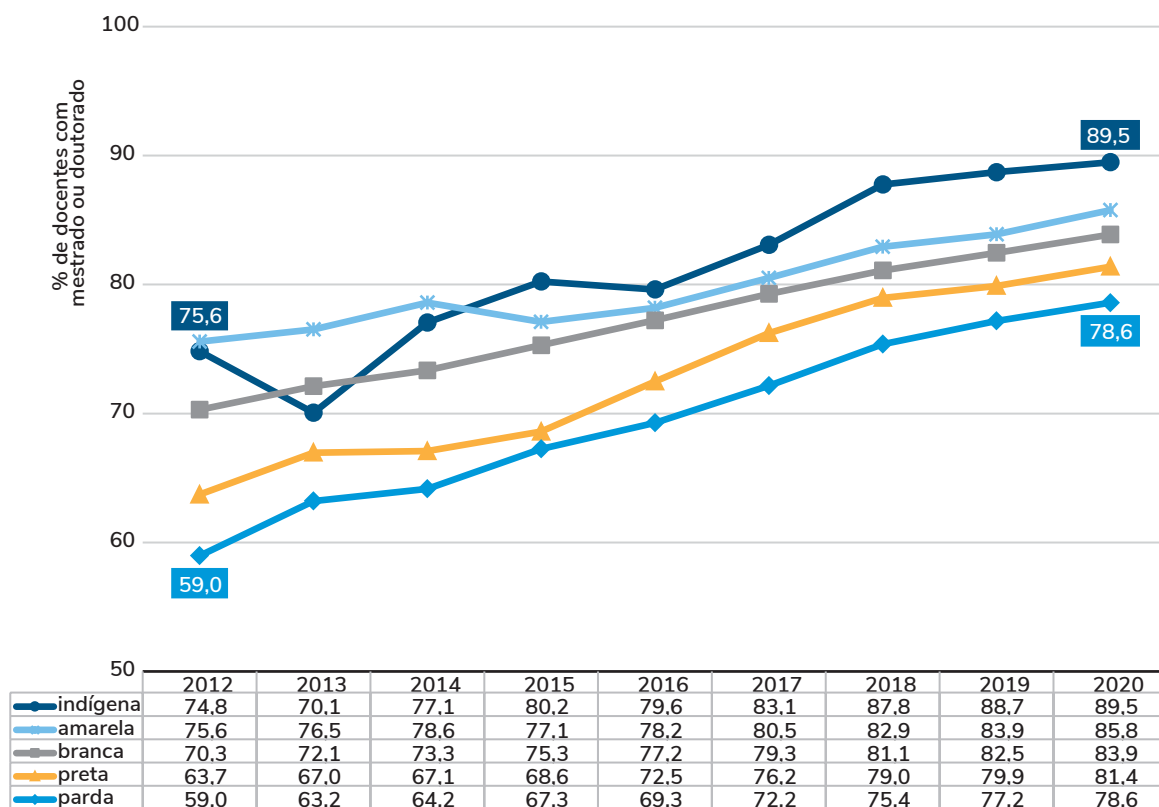


GRÁFICO 9

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO OU DOUTORADO, POR COR/RAÇA – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

Na análise por cor/raça do Indicador 13B, entre docentes classificados como amarelos, 55,3% possuíam título de doutorado no ano de 2020. Esse indicador era de 52,6% para os indígenas, 47,5% para os brancos, 44,1% para os pretos e 37,6% para os pardos. Em ambos os indicadores nota-se, portanto, que os pretos e pardos concentram-se proporcionalmente mais na extremidade inferior da distribuição de escolaridade docente. A despeito dessa desigualdade, ao longo do tempo percebe-se uma convergência na escolaridade em nível de pós-graduação stricto sensu para os docentes das diversas classificações de cor/raça. O percentual de docentes pardos com doutorado mais do que dobrou no período de oito anos analisados, partindo do patamar de 17,2%, em 2012, e chegando a 37,6% em 2020. Variação semelhante ocorreu entre os docentes pretos: 22,3% possuíam o título de doutor em 2012, enquanto em 2020 esse indicador chegou a 44,1%, aproximando-se da taxa de docentes brancos com doutorado, que cresceu de 31,3% para 47,5% no período.

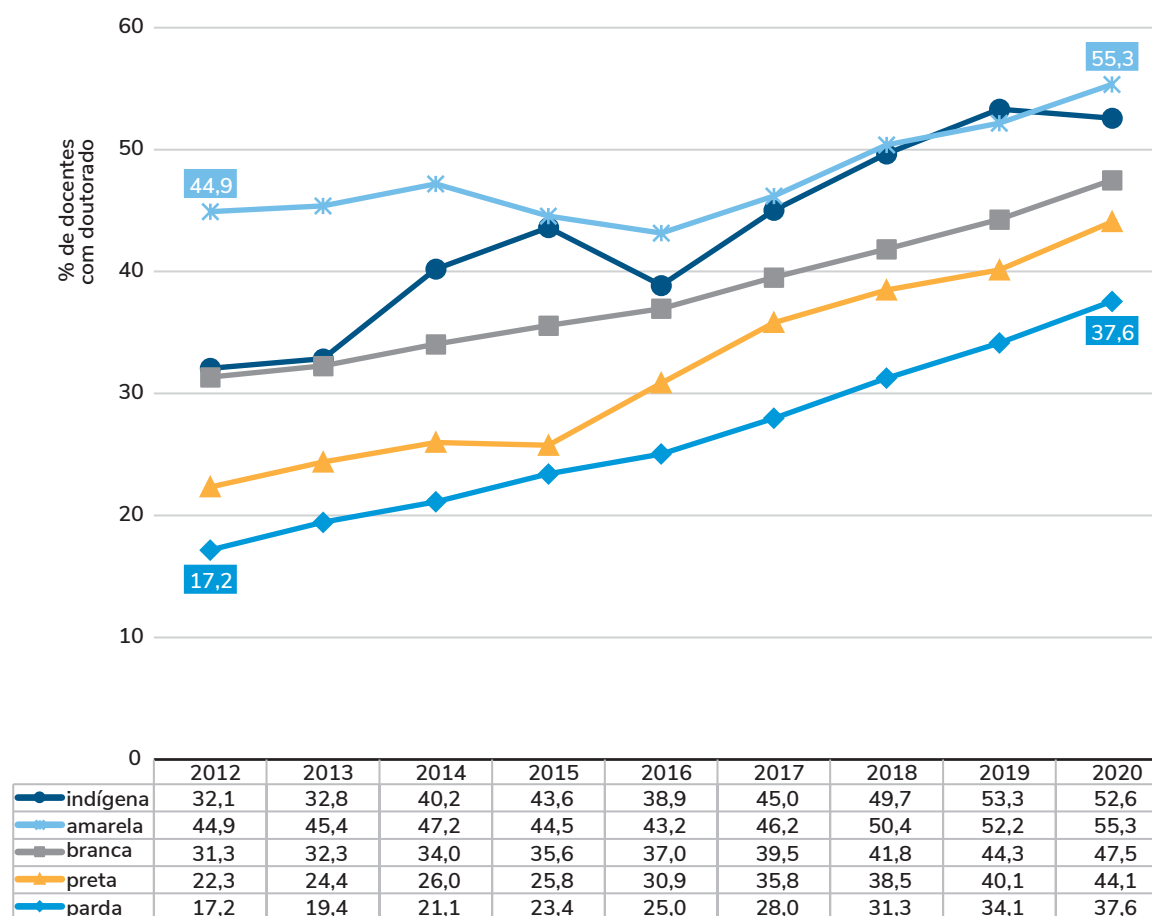


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO,
POR COR/RAÇA – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

De modo semelhante ao que ocorreu na análise por sexo, as principais desigualdades não são observadas na escolaridade dos docentes que estão em exercício na educação superior, mas sim na participação dos diversos grupos de cor/raça no total do corpo docente (Gráfico 11). Esse dado revela ainda uma informação importante para as análises: mais de um quarto dos docentes não possui a informação de cor/raça declarada, prejudicando as análises da sua composição étnico-racial. O aspecto positivo é que o percentual de não declaração tem caído, ainda que gradualmente, ao longo dos anos: em 2020, ele foi de 28,2% dos docentes. Nesse mesmo ano, a maior parte dos docentes era branca (53,9%). Caso não sejam considerados os docentes sem informação de cor/raça – ou, de forma semelhante, assumam-se que eles se distribuem proporcionalmente entre grupos de cor/raça cuja informação é conhecida – o percentual de docentes brancos sobe para 75,1% do total em 2020. Para os demais grupos de cor/raça, a distribuição proporcional dos não declarados alteraria a participação no total de docentes em exercício em 2020 de 0,1% para 0,2% no caso dos indígenas; de 1% para 1,4% de amarelos; de 2,2% para 3% de pretos; e de 14,5% para 20,2% de pardos.

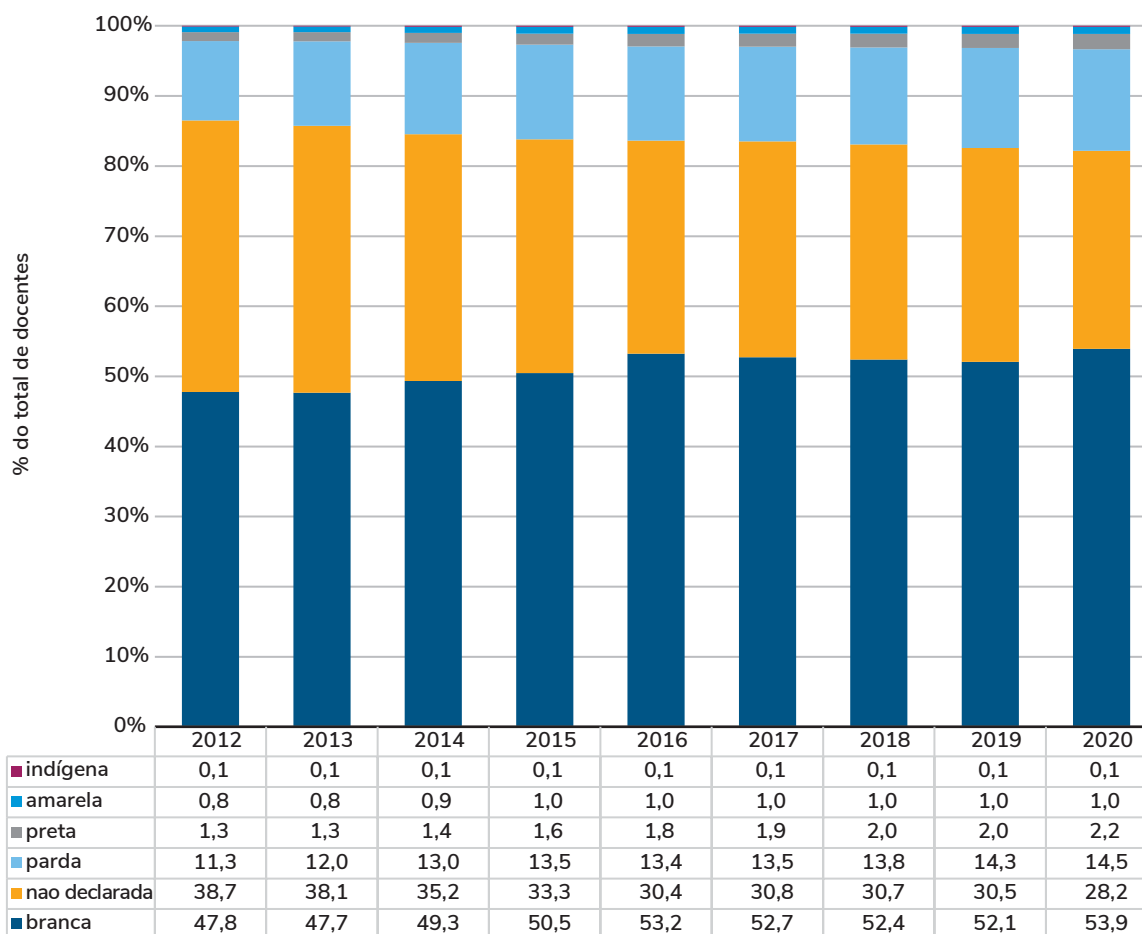


GRÁFICO 11

PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS DE COR/RAÇA NO TOTAL DE DOCENTES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. O objetivo do PNE para o Indicador 13A, de ampliar para 75% o percentual de docentes com mestrado ou doutorado em exercício na educação superior brasileira, foi atingido em 2015. Esse indicador continuou a crescer nos anos posteriores, chegando a 83,8% em 2020.
2. De maneira semelhante, o objetivo do Indicador 13B, de ampliar para 35% o percentual de docentes com doutorado em exercício na educação superior, foi atingido ainda em 2014, no primeiro ano da vigência do PNE. Esse indicador alcançou a marca de 48,9% no ano de 2020.
3. A meta nacional para os Indicadores 13A e 13B também foi alcançada, de maneira agregada, pelas IES localizadas nas cinco grandes regiões do País, e em 24 das 27 unidades da Federação. Entretanto, esse aspecto positivo da evolução da escolaridade

docente da educação superior não eliminou as desigualdades regionais, com as regiões Sul e Sudeste apresentando patamares superiores de ambos os indicadores em relação às demais regiões.

4. Desigualdades mais acentuadas são reveladas ao se combinar as desagregações por localização geográfica e segmento de ensino (público e privado). Em todas as unidades da Federação as IES do segmento público apresentam níveis mais elevados dos Indicadores 13A e 13B.
5. Há também importantes desigualdades no interior dos segmentos público e privado. As IES municipais e especiais possuem um perfil de escolaridade docente mais semelhante às IES privadas com fins lucrativos, com níveis mais baixos dos Indicadores 13A e 13B. Dentro do segmento privado, as IES sem fins lucrativos apresentam, em relação às IES com fins lucrativos, um maior percentual de docentes com mestrado ou doutorado, aproximando-se mais do perfil das IES públicas estaduais (especialmente no indicador 13A).
6. Nas diferenças de escolaridade docente por organização acadêmica, as universidades possuem o corpo docente mais escolarizado, fenômeno que se relaciona à exigência de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nessas instituições. Foi notório, entretanto, o rápido avanço da escolaridade docente nos IFs e Cefets, em especial no Indicador 13A.
7. As desigualdades por sexo são pequenas nos Indicadores 13A e 13B, com leve vantagem para as mulheres no Indicador 13A e para os homens no Indicador 13B. As desigualdades de escolaridade docente por cor/raça são mais acentuadas, mas têm se reduzido. Em ambos os casos (sexo e cor/raça), entretanto, as principais desigualdades encontram-se na composição da força de trabalho dos docentes em efetivo exercício na educação superior, com maior número de homens e de brancos em relação aos demais grupos populacionais.
8. As análises dos números absolutos de docentes revelaram ainda outra tendência importante: redução no número de docentes em efetivo exercício na educação superior brasileira. Essa redução concentrou-se nas IES privadas e teve início no ano de 2016, intensificando-se em 2020. Essa queda mais acentuada no último ano da série histórica pode ter sido uma consequência da pandemia de covid-19 e merece ser investigada em pesquisas ulteriores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior (CES): microdados (2009-2020)*. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 24 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base*. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2018*. 2. ed. Brasília, DF: Inep, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopses Estatísticas da Educação Superior: microdados (2012-2020)*. Brasília, DF, [c2022]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 24 maio 2022.



META
14

.....

**ELEVAR GRADUALMENTE O
NÚMERO DE MATRÍCULAS NA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*,
DE MODO A ATINGIR A TITULAÇÃO
ANUAL DE 60.000 (SESSENTA MIL)
MESTRES E 25.000 (VINTE E CINCO
MIL) DOUTORES.**

.....



A Meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) dedica-se à pós-graduação *stricto sensu* e tem por objetivo elevar o número de títulos em cursos de mestrado e doutorado concedidos em todo o Brasil, atingindo 60 mil títulos de mestres e 25 mil títulos de doutores anualmente. Para o monitoramento da meta, são utilizados dois indicadores:

– *Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano no País.*

– *Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos por ano no País.*

Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GeoCapes), em 21 de fevereiro de 2022, e das estimativas para a população brasileira publicadas em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para efeitos de comparação e a fim de evidenciar uma trajetória recente dos cursos e matrículas, também são apresentados dados que abrangem o primeiro biênio imediatamente anterior (2012-2014) à aprovação do PNE e os posteriores a essa aprovação.

TÍTULOS DE MESTRADO E DOUTORADO CONCEDIDOS NO PAÍS

Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano no País.

Meta: Titulação anual de 60.000 mestres.

Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos por ano no País.

Meta: Titulação anual de 25.000 doutores.

O comportamento dos Indicadores 14A e 14B é exposto nos Gráficos 1 e 2, respectivamente, nos quais é possível observar que o número de títulos de mestrado concedidos no País em 2020 foi de 60.039 e o de doutorado de 20.075. Em ambos os indicadores, o número de titulações anuais no País vinha apresentando uma trajetória de crescimento até 2019, tomando-se como base o ano de 2016: o número de títulos concedidos em 2018 cresceu 12,4% para o mestrado e 13,9% para o doutorado em relação a 2016. No entanto, essa trajetória foi interrompida no período 2018-2020, em que se observa uma queda de 10,4% no número de títulos de mestrado e de 14,5% no de doutorado. Essa retração pode ser associada ao período de pandemia, que obrigou as instituições de ensino a fecharem suas portas e interromperem as atividades acadêmicas.

A meta estabelecida no PNE para o número de títulos de mestrado foi atingida e ultrapassada em 2017, alcançando um pico de aproximadamente 70,1 mil títulos concedidos em 2019. Em 2020, o número de títulos de mestrado concedidos no País foi de 60.039, valor ainda superior ao da meta de 60.000, porém, o menor observado desde 2017.

Para o doutorado, a meta estabelecida pelo PNE é a concessão de 25,0 mil títulos por ano até 2024. Na série histórica analisada no Gráfico 2 (2012-2020), o maior valor verificado ocorreu no ano de 2019, quando este alcançou aproximadamente 24,4 mil títulos. Em 2020, ocorre uma redução do número de títulos em relação aos últimos quatro anos, com a concessão de 20,1 mil títulos de doutorado. Diante desse último valor, é necessário um crescimento de aproximadamente 4,9 mil novos títulos para o alcance da meta do atual PNE em 2024.

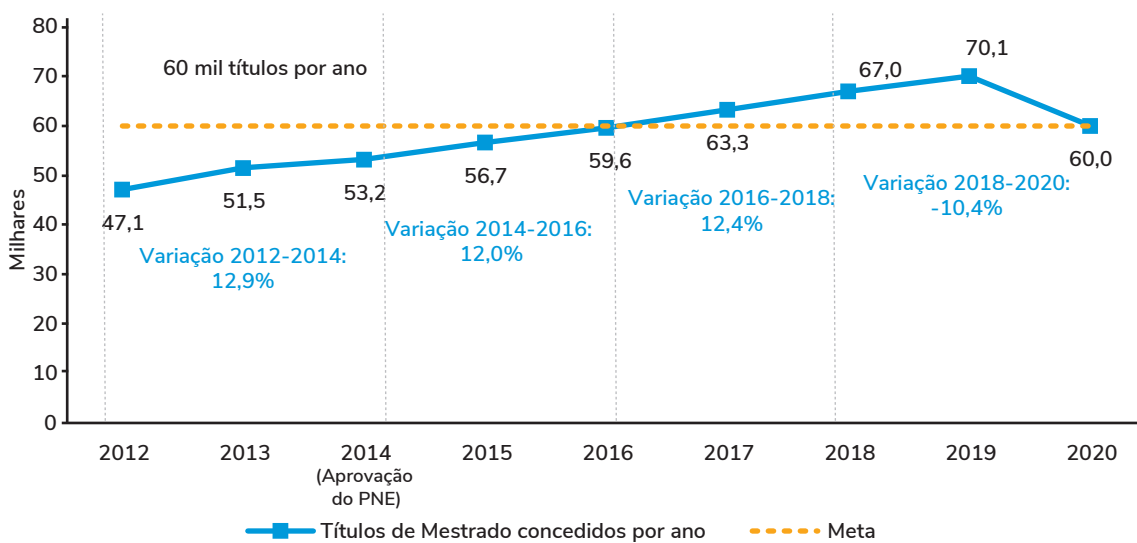


GRÁFICO 1

NÚMERO DE TÍTULOS DE MESTRADO CONCEDIDOS POR ANO – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2012-2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022.

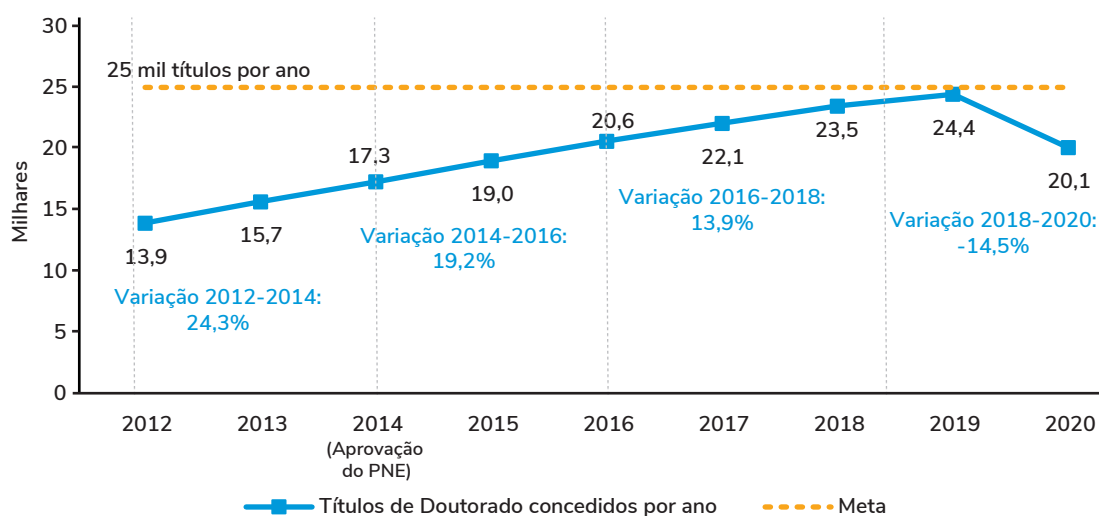


GRÁFICO 2

NÚMERO DE TÍTULOS DE DOUTORADO CONCEDIDOS POR ANO – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2012-2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022.

Os Gráficos 1 e 2 também evidenciam que, apesar de o número de títulos ter crescido no período 2014-2019, esse aumento se arrefeceu entre 2019 e 2020, culminando com o decréscimo da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, que alcança, no último ano observado, patamares próximos ao de 2016, o que pode ser compreendido como consequência do isolamento social e do fechamento de instituições de ensino, medidas necessárias à prevenção da contaminação por covid-19.

No período 2018-2020, manteve-se a tendência anterior (Brasil. Inep, 2020) de crescimento relativo dos cursos de mestrado profissional, que passaram a responder por cerca de 23,3% dos títulos de mestrado concedidos em 2020, um aumento de aproximadamente 3 pontos percentuais (p.p.) da proporção desses cursos em relação a 2018 (Gráfico 3). Além disso, nesse mesmo ano, a Capes começou a coletar dados acerca dos cursos de doutorado profissional no País; todavia, o número de títulos ainda se mostra pouco significativo: 14 titulados em 2018; 10 em 2019; e 9 em 2020.

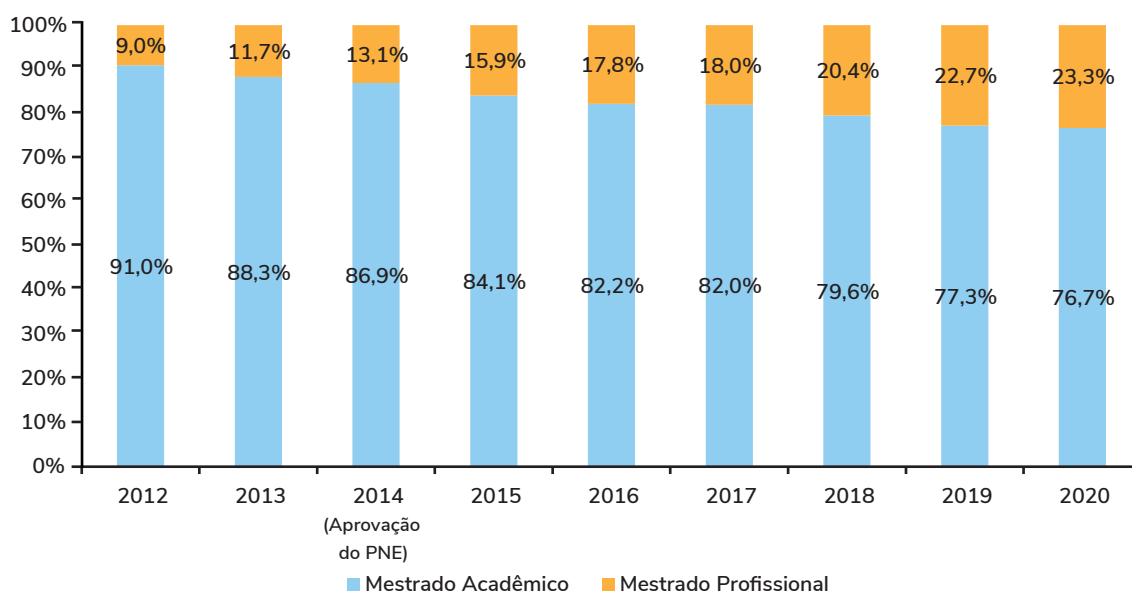


GRÁFICO 3

TÍTULOS DE MESTRADO ACADÊMICO E PROFISSIONAL CONCEDIDOS (COMO PERCENTUAL DO TOTAL DE TÍTULOS DE MESTRADO) – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2012-2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022.

Os Gráficos 4 e 5 trazem, respectivamente, a distribuição e a variação no crescimento dos títulos de mestrado e de doutorado por grande área de conhecimento. Em 2020, Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Multidisciplinar e Saúde sobressaem-se como as áreas mais expressivas, respondendo conjuntamente por aproximadamente 63% dos títulos de mestrado. No doutorado, as quatro maiores áreas de conhecimento são Saúde e Humanas (ambas com cerca de 17%), Agrárias (11,7%) e Sociais Aplicadas (11,1%), respondendo juntas por 57,3% dos títulos de doutorado concedidos no País.

Quando comparamos a variação no número de títulos por grande área, entre 2018 e 2020 (Gráfico 5), notamos que houve decréscimo em todas as áreas do conhecimento tanto para o mestrado quanto para o doutorado. Analisando apenas as variações ocorridas no mestrado, é possível notar que a maior redução ocorreu na área de Engenharias (-19,7%), seguida por Ciências Agrárias (-15,5%); já a menor redução foi constatada na área Multidisciplinar (-2,2%). No nível de doutorado, a maior redução pode ser percebida na área de Ciências Biológicas (-23,5%), seguida por Ciências Agrárias (-17,5%); já a menor redução ocorreu na área de Linguística, Letras e Artes (-0,6%).

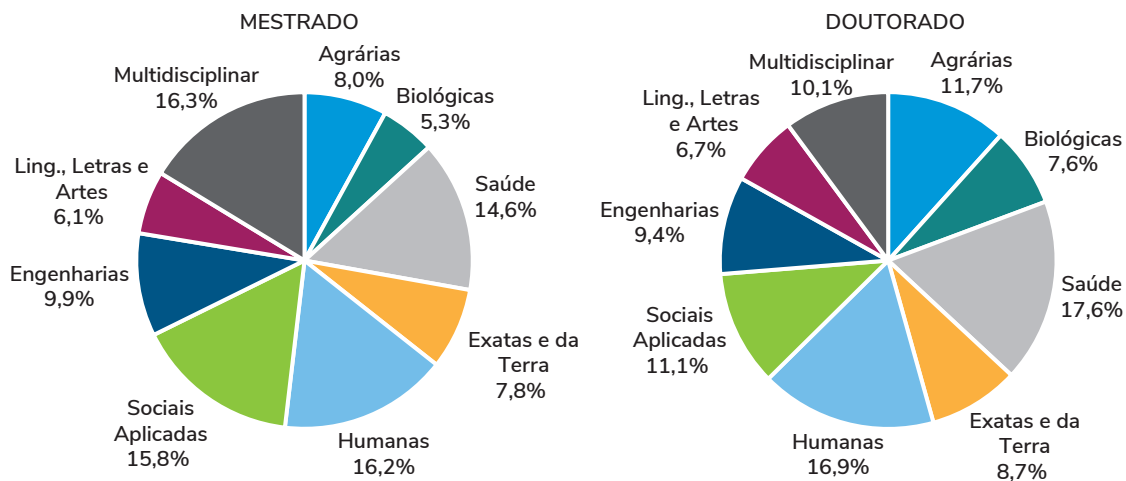


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DO NÚMERO DE TÍTULOS DE MESTRADO E DOUTORADO, POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022.

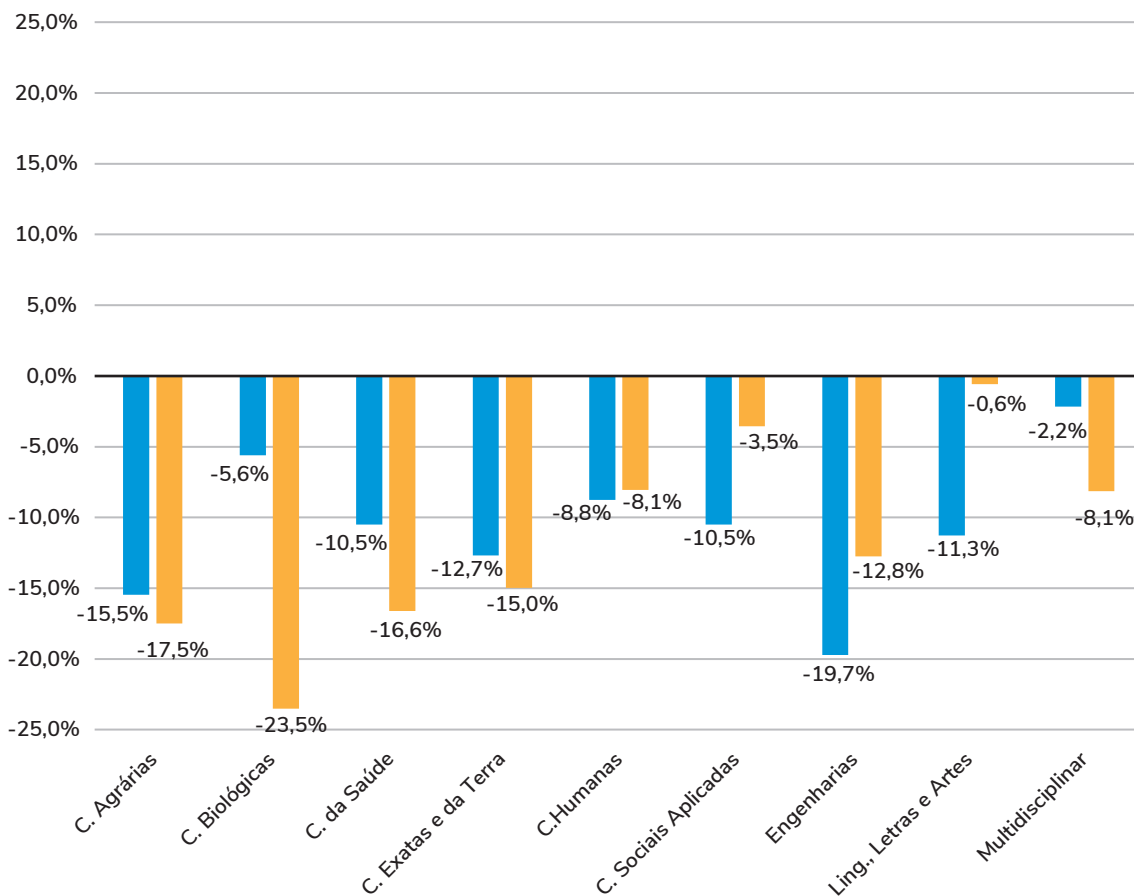


GRÁFICO 5

VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE TÍTULOS DE MESTRADO E DOUTORADO, POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO – BRASIL – 2018-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2018-2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022.

A distribuição de títulos entre instituições públicas e privadas não se alterou de maneira significativa no período, cabendo às públicas a maior parte da formação de novos mestres e doutores. Destaca-se um pequeno aumento da participação das instituições privadas tanto nas titulações de mestrado quanto nas de doutorado, quando comparamos o ano de 2018 ao de 2020: acréscimo de 1,5 p.p. para o primeiro e 2,2 p.p. para o segundo. Conforme exposto no Gráfico 6, universidades e faculdades privadas concederam em torno de 20,2% dos novos títulos de mestrado e 14,7% dos de doutorado, em 2020.

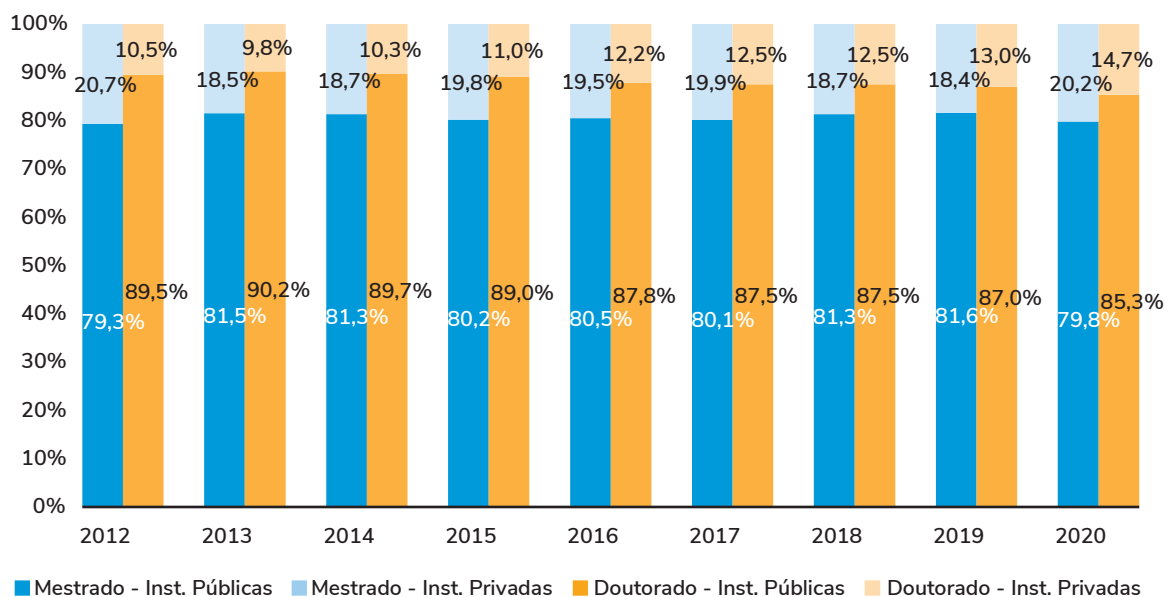


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE TÍTULOS DE MESTRADO E DOUTORADO, POR INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS (FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS) E PRIVADAS – BRASIL – 2012-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2018-2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022.

A distribuição regional também mudou relativamente pouco ao longo do período 2016-2020 para as titulações de mestrado e de doutorado, como se pode observar no Gráfico 7. Com participação de 45,3% nos mestrados e 53,1% nos doutorados, em 2020, a região Sudeste é a principal responsável pelos títulos de pós-graduação *stricto sensu* concedidos anualmente no Brasil, ao passo que a região Norte responde por apenas 5,1% e 3,0% dos títulos anuais de mestrado e de doutorado, respectivamente. Em contrapartida, a região Sudeste vem experimentando, desde 2017, uma redução na participação das titulações de doutorado, passando de 57,8% em 2016 para 53,1% em 2020. Paralelamente, a região Norte, que respondia em 2016 por 2,4% das titulações de doutorado, detém 3,0% das titulações desse nível em 2020, um crescimento de 25%.

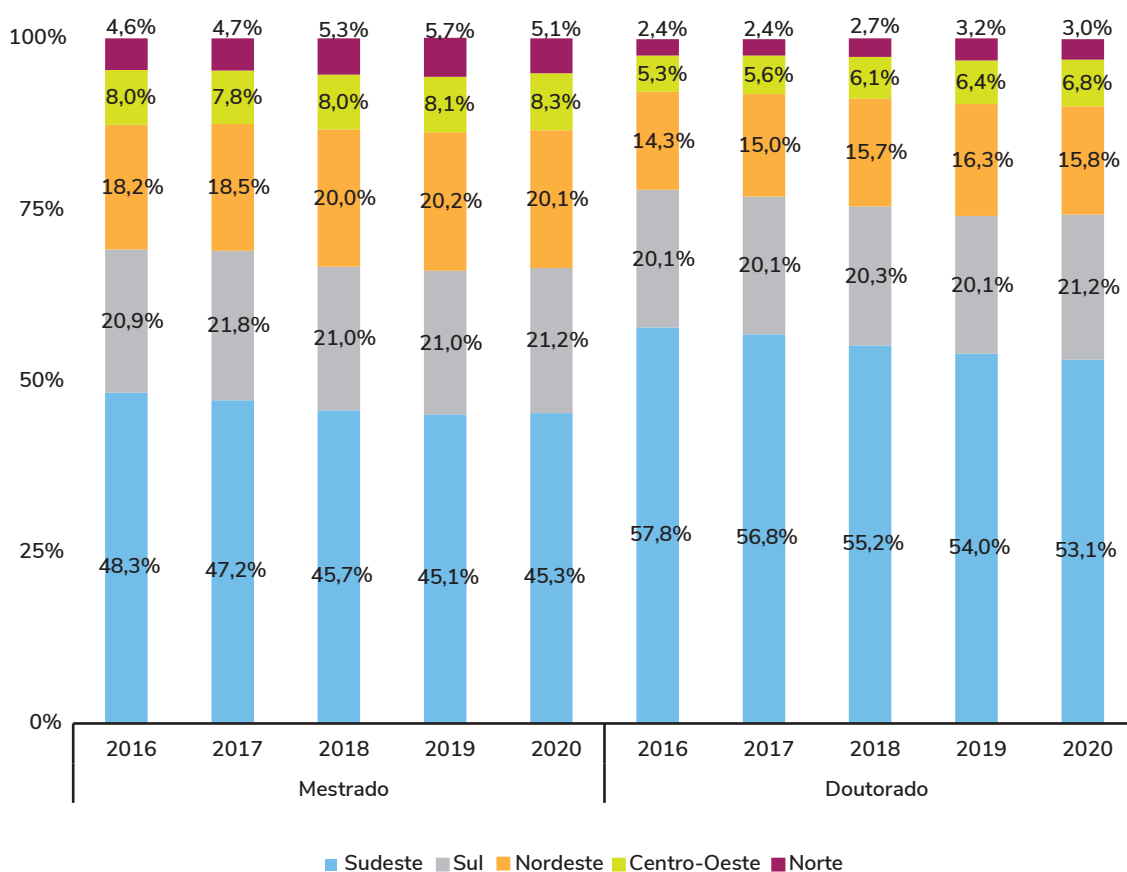


GRÁFICO 7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DE TÍTULOS DE MESTRADO E DOUTORADO, POR GRANDE REGIÃO – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2016-2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022.

Por fim, os Gráficos 8 e 9 trazem a taxa de títulos concedidos por cem mil habitantes para cada unidade da Federação, no ano de 2020. Nota-se que a maior parte dos estados da região Nordeste e a totalidade da região Norte demonstraram uma concentração de títulos de mestrado inferior à média nacional (28,4 títulos por cem mil habitantes); a exceção pode ser observada nos estados do Rio Grande do Norte (42,0), da Paraíba (38,3) e de Sergipe (30,9) – Gráfico 8.

No que se refere à titulação de doutorado, os estados da Paraíba (11,3) e do Rio Grande do Norte (12,2) se destacam na região Nordeste por apresentarem número de títulos por cem mil habitantes superior à média nacional de 9,5, em 2020. O número de titulações de mestrado e de doutorado, por unidade da Federação, em 2020, está expresso na Tabela 1 (Apêndice).

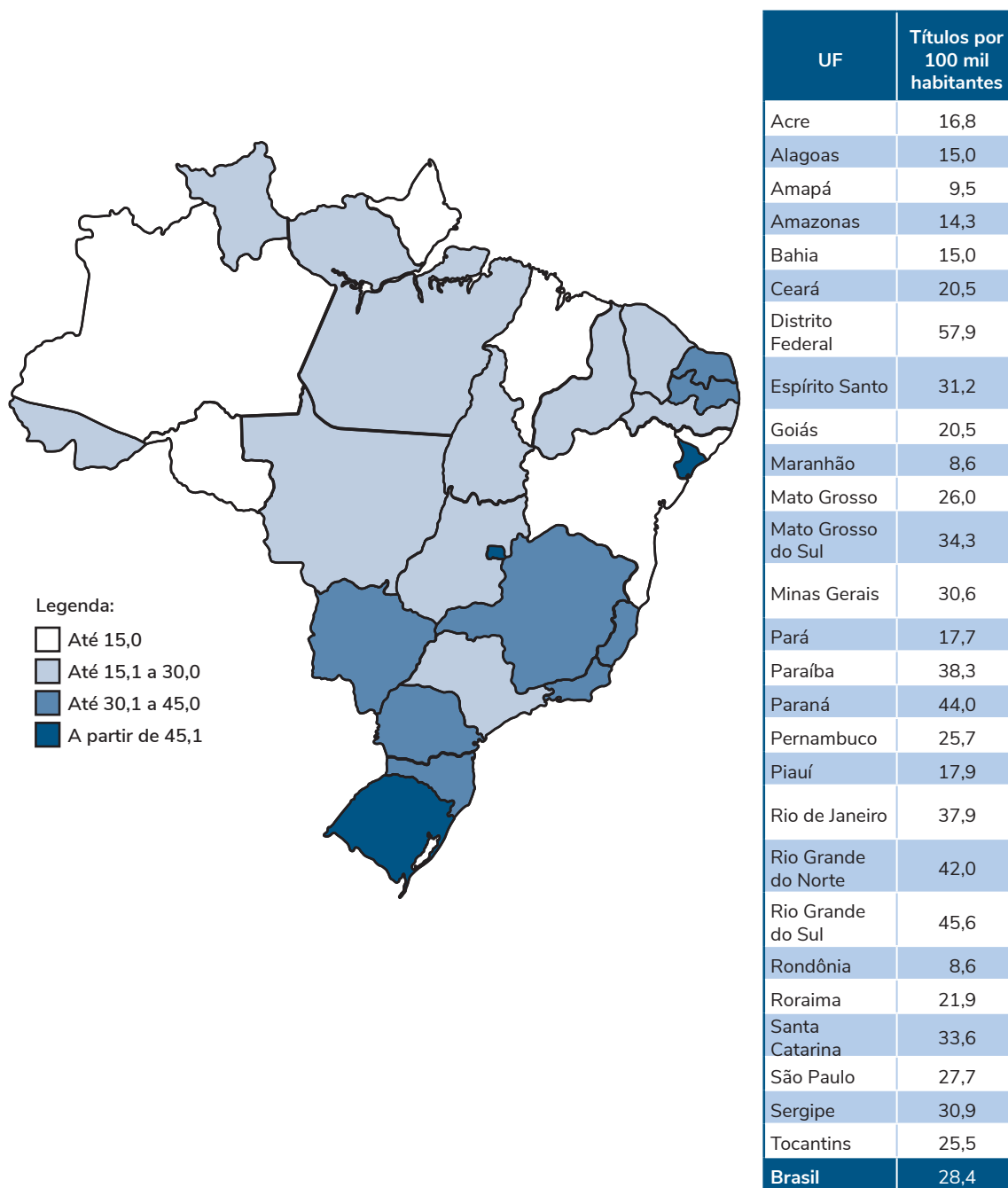


GRÁFICO 8

TÍTULOS DE MESTRADO CONCEDIDOS POR CEM MIL HABITANTES, POR BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2020

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da estimativa de número de habitantes por unidade da Federação (IBGE, 2020) e dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022

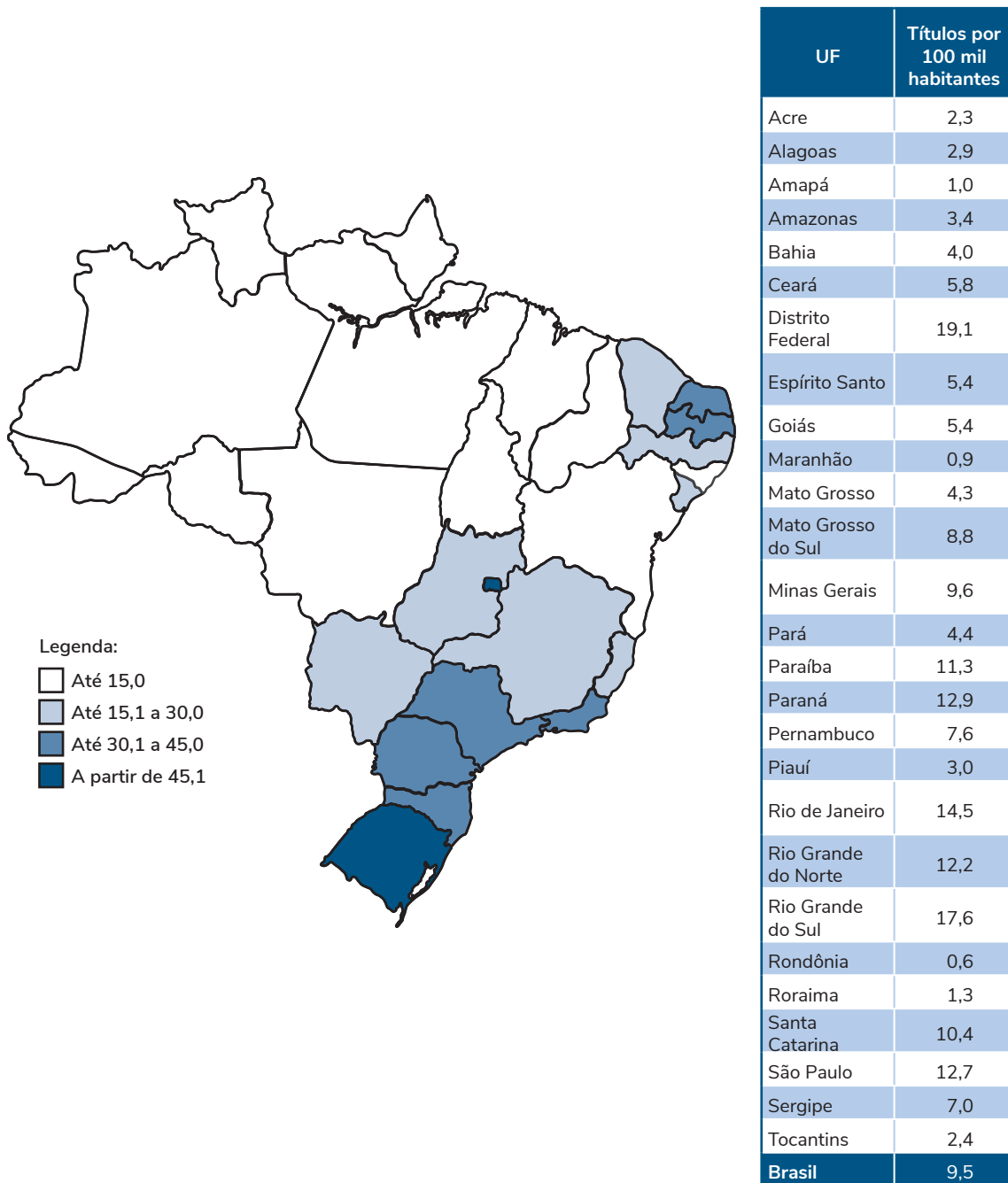


GRÁFICO 9

TÍTULOS DE DOUTORADO CONCEDIDOS POR CEM MIL HABITANTES, POR BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da estimativa de número de habitantes por unidade da Federação (IBGE, 2020) e dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – Geocapes (2020). Extraídos em 21 de fevereiro de 2022

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Os dados apresentados permitem traçar as seguintes conclusões a respeito das titulações anuais de mestrado e de doutorado no Brasil, de 2012 a 2020, para fins de monitoramento da Meta 14 do PNE:

1. Em 2020, o número de títulos de mestrado concedidos no País foi de 60.039 e o de doutorado de 20.075. O número de títulos de mestrado apresentou decréscimo no período 2018-2020, passando de 66.993 títulos concedidos para 60.039 em 2020. O valor observado no último ano, ainda que supere a meta de 60.000 títulos anuais estabelecida pelo PNE, encontra-se em um patamar abaixo da trajetória de crescimento que se verificava até então.
2. Destaca-se nesse processo a queda de 10.032 títulos de mestrado observada entre 2019 e 2020, possivelmente um reflexo da pandemia de covid-19 nos programas de pós-graduação no Brasil, que fechou instituições de ensino e interrompeu as atividades acadêmicas.
3. O número de títulos de doutorado também caiu no período 2018-2020, passando de 23.476 títulos concedidos em 2018 para 20.075 em 2020. Dessa forma, resta um crescimento de 4.925 no número de novos títulos por ano para se atingir a meta de 25.000.
4. O decréscimo nos títulos de mestrado e doutorado no período 2018-2020 foi observado em todas as grandes áreas do conhecimento, com destaque para os títulos de mestrado na área de Engenharia (-19,7%) e de doutorado na área de Ciências Biológicas (-23,5%).
5. Instituições públicas continuam responsáveis pela formação da maior parte dos mestres (79,8% do total) e dos doutores (85,3%) no País.
6. A maioria dos títulos de mestrado e de doutorado foi concedida por instituições localizadas nas regiões Sudeste e Sul. Em 2020 destacam-se os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que apresentaram os maiores números de títulos de mestrado e doutorado concedidos no país.
7. A maior parte dos estados da região Nordeste e a totalidade da região Norte apresentaram uma taxa de títulos por cem mil habitantes inferior à média nacional, enquanto nas regiões Sul e Sudeste a maior parte dos estados se encontrava acima dessa média.
8. Em 2020, as menores taxas de títulos de mestrado por cem mil habitantes foram identificadas nos estados de Rondônia (8,6), Amapá (9,5) e Maranhão (8,6), enquanto a média Brasil era de 28,4. Para a titulação de doutorado, as menores taxas foram percebidas em Roraima (1,3), Amapá (1,0) e Piauí (3,0); a média Brasil no mesmo ano era de 9,5 títulos por cem mil habitantes.
9. As unidades da Federação com as maiores taxas de títulos de mestrado por cem mil habitantes, em 2020, foram Distrito Federal (57,9) e Rio Grande do Sul (45,6); quanto ao doutorado, destacam-se Distrito Federal (19,1), Rio Grande do Sul (17,6) e Rio de Janeiro (14,5).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). *GeoCapes*: Sistema de Informações Georreferenciadas: banco de dados. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014 -2016*. Brasília, DF: Inep, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2020*. Brasília, DF, 2020. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=22367&t=resultados>>. Acesso em: 21 fev. 2022.



.....

APÊNDICE

.....

TABELA 1

NÚMERO DE TITULADOS EM PROGRAMAS DE MESTRADO (ACADÊMICO E PROFISSIONAL) E DOUTORADO EM 2020 E VARIAÇÃO PERCENTUAL NO PERÍODO 2018-2020, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Brasil/Região/UF	MESTRADO		DOUTORADO	
	Títulos concedidos em 2020	Variação % 2018-2020	Títulos concedidos em 2020	Variação % 2018-2020
Centro-Oeste	5.011	-6,5%	1.365	-4,1%
Distrito Federal	1.768	-7,6%	583	-16,0%
Goiás	1.458	-10,8%	381	6,1%
Mato Grosso do Sul	868	-12,2%	248	0,8%
Mato Grosso	917	11,6%	153	23,4%
Nordeste	12.053	-9,9%	3.173	-14,0%
Alagoas	502	-2,9%	97	-4,0%
Bahia	2.246	-18,6%	604	-22,9%
Ceará	1.879	-13,8%	533	-15,0%
Maranhão	611	-2,9%	65	-22,6%
Paraíba	1.548	-14,5%	456	-3,8%
Pernambuco	2.475	0,0%	728	-20,9%
Piauí	589	-3,0%	98	11,4%
Rio Grande do Norte	1.486	-9,9%	430	0,9%
Sergipe	717	-5,2%	162	-13,4%
Norte	3.075	-13,0%	611	-5,1%
Acre	150	-28,6%	21	5,0%
Amazonas	602	-24,1%	145	-19,9%
Amapá	82	-20,4%	9	12,5%
Pará	1.542	-12,9%	379	3,0%
Rondônia	155	-20,5%	11	-31,3%
Roraima	138	-0,7%	8	-27,3%
Tocantins	406	25,7%	38	-5,0%
Sudeste	27.188	-11,3%	10.668	-17,6%
Espírito Santo	1.269	-8,2%	218	8,5%
Minas Gerais	6.513	-11,1%	2.053	-8,9%
Rio de Janeiro	6.580	-14,3%	2.521	-16,9%
São Paulo	12.826	-10,0%	5.876	-21,2%
Sul	12.712	-9,7%	4.258	-10,8%
Paraná	5.068	-3,6%	1.491	3,3%
Rio Grande do Sul	5.204	-14,7%	2.013	-16,0%
Santa Catarina	2.440	-10,4%	754	-18,9%
Total	60.039	-10,4%	20.075	-14,5%

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – GeoCapes (2018-2020).



META 15

.....

GARANTIR, EM REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS, NO PRAZO DE 1 (UM) ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE, POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE QUE TRATAM OS INCISOS I, II E III DO *CAPUT* DO ART. 61 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, ASSEGURADO QUE TODOS OS PROFESSORES E AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA POSSUAM FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE NÍVEL SUPERIOR, OBTIDA EM CURSO DE LICENCIATURA NA ÁREA DE CONHECIMENTO EM QUE ATUAM.

.....



O objetivo da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) é assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Para tanto, assevera que seja garantida uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Com o intuito de monitorar essa meta, elegeram-se quatro indicadores concernentes a cada etapa da educação básica:

- *Indicador 15A – Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.*
- *Indicador 15B – Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.*
- *Indicador 15C – Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.*
- *Indicador 15D – Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.*

Por docência, entende-se a “ação de ensinar-aprender de sujeitos em relação a objetos de aprendizagem, mediada por práticas didáticas, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências” (Brasil. Inep, 2014, p. 4). Para o cômputo dos indicadores, considerou-se como unidade de monitoramento a docência de uma dada disciplina, em

determinada turma, ministrada por um docente específico. Logo, os valores apresentados ao longo desta seção referem-se às combinações existentes entre formações docentes, disciplinas e turmas. Ainda, para fins de definição da adequação da formação docente, no caso dos indicadores 15C e 15D, consideraram-se apenas os docentes com formação superior de licenciatura específica na disciplina que lecionam ou com bacharelado na mesma área, desde que tenham concluído o respectivo curso de complementação pedagógica. Com relação à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram consideradas como adequadas as formações docentes de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica em Pedagogia para o cálculo dos indicadores 15A e 15B¹.

Em consonância com o Indicador de Adequação de Formação Docente estabelecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2014, o cômputo dos quatro indicadores equivale ao percentual de docências no Grupo 1 do referido indicador, isto é, ao percentual de “docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído” (Brasil. Inep, 2014, p. 5).

Neste capítulo, os resultados dos indicadores de monitoramento da Meta 15 serão apresentados de modo a enfatizar comparações entre as etapas de ensino, bem como explorar os seguintes níveis de agregação: Brasil, grandes regiões, unidades da Federação e municípios, além dos recortes por área geográfica (urbana/rural) e categoria administrativa.

¹ Uma exceção a essa regra é, no caso do indicador 15B, para as disciplinas de Língua Estrangeira, em que foram consideradas como adequadas as formações docentes de licenciatura específica na disciplina ou de bacharelado com complementação pedagógica na mesma área.

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS COM PROFESSORES CUJA FORMAÇÃO SUPERIOR ESTÁ ADEQUADA ÀS ÁREAS DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM NAS ETAPAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Indicador 15A: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Meta: 100% das docências da educação infantil com professores cuja formação está adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024.

Indicador 15B: Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Meta: 100% das docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação está adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024.

Indicador 15C: Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Meta: 100% das docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação está adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024.

Indicador 15D: Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Meta: 100% das docências do ensino médio com professores cuja formação está adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024.

O Gráfico 1 apresenta os resultados gerais dos indicadores 15A, 15B, 15C e 15D no período de 2013 a 2021. No último ano, os percentuais de docências com professores cuja formação superior se encontra adequada às áreas de conhecimento que lecionam, em sua respectiva etapa de ensino, foram: 60,7% (educação infantil), 71,2% (anos iniciais do ensino fundamental), 58,5% (anos finais do ensino fundamental) e 66,6% (ensino médio).

No período analisado, houve incrementos em todas as etapas de ensino observadas, ainda que em ritmos distintos. Os maiores resultados se encontram nos anos iniciais do ensino fundamental – etapa que apresentou uma evolução expressiva no período analisado: uma variação absoluta de 17,2 pontos percentuais (p.p.). Já o ensino médio, a despeito de ter apresentado a menor variação no período (somente 8,8 p.p.), encontra-se em segundo lugar em termos de adequação da formação docente, em razão de ter partido do patamar mais elevado em 2013, ano considerado por esta meta como a linha de base. É importante destacar que a educação infantil, antes com a menor adequação da formação docente, foi a etapa que apresentou a maior evolução no período – correspondente a 18,5 p.p. – e alcançou, em 2021, o percentual de 60,7%, muito acima dos 42,2% da linha de base. Por último, os anos finais do ensino fundamental concluíram a série histórica com o menor resultado e um crescimento absoluto de 10,5 p.p.

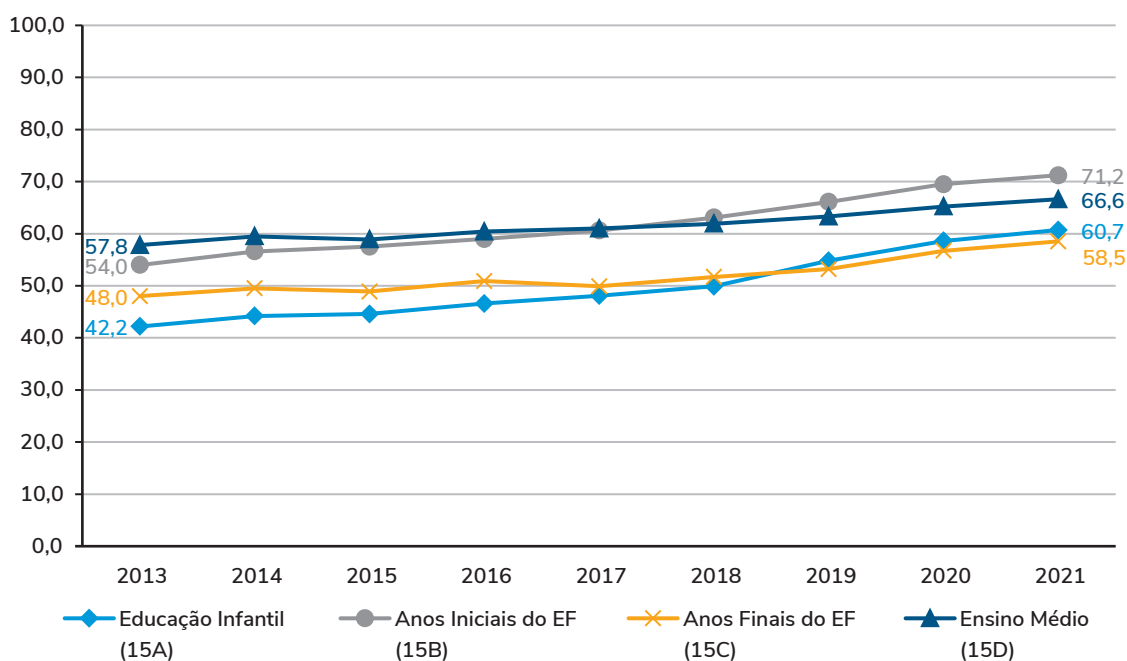


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM – INDICADORES 15A, 15B, 15C E 15D – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2013-2021).

As etapas educacionais que mais evoluíram no período analisado – a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental – são justamente aquelas mais dependentes de docentes formados em Pedagogia, com exceção dos profissionais que atuam em Língua Estrangeira. Já nas demais etapas de ensino, exige-se a formação específica em uma miríade de áreas de conhecimento, uma vez que a docência se torna mais especializada por disciplina. Logo, o que os dados deste relatório apontam é que o provimento de docentes com formação superior adequada a áreas específicas tem crescido em um ritmo inferior ao que se observa com relação aos docentes titulados em Pedagogia.

O Gráfico 2 ilustra a evolução dos quatro indicadores segundo a Grande Região. Houve crescimento em todos os indicadores, embora em ritmos distintos e com diferenças importantes a depender do local. Em comum, os anos iniciais do ensino fundamental apresentaram os maiores resultados em todas as regiões, reforçando a tendência descrita em âmbito nacional de que essa etapa tem apresentado os melhores índices de adequação de formação docente e com uma evolução importante no período.

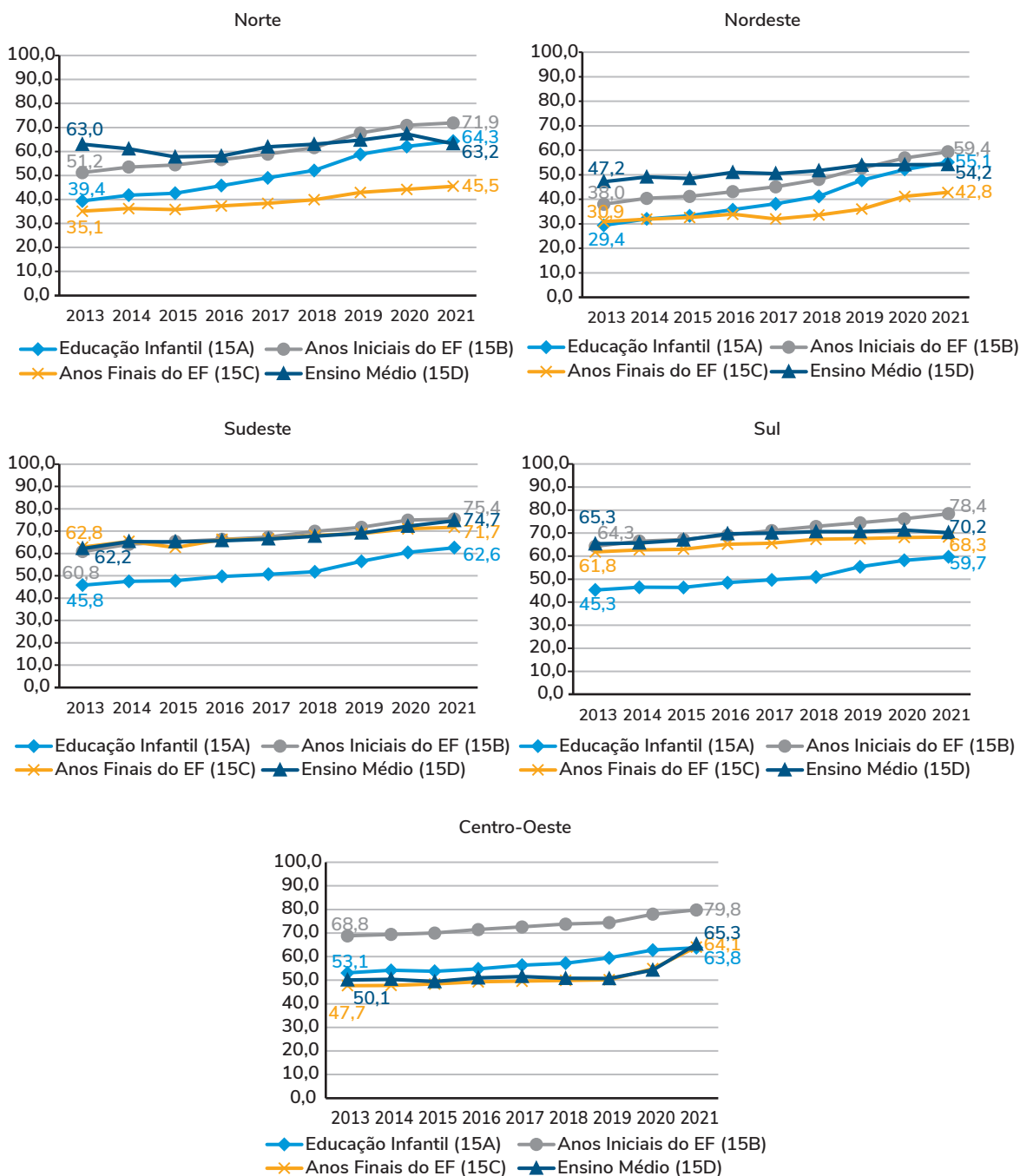


GRÁFICO 2
PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À
ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM – INDICADORES 15A, 15B, 15C E 15D – GRANDES
REGIÕES – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2013-2021).

Uma informação mais detalhada em âmbito nacional, regional e estadual está presente nas Tabelas 1 e 2, em complemento ao Gráfico 2. Com relação à educação infantil (Tabela 1), houve incremento nos resultados do indicador em todas as grandes regiões, embora em ritmos

distintos. Ao passo que a Região Centro-Oeste cresceu 10,7 p.p. entre 2013 e 2021, passando de 53,1% para 63,8%, a Região Nordeste evoluiu 25,7 p.p. no período estudado, crescendo de 29,4% para 55,1%. Ao contrário do que se observou no relatório anterior (Brasil. Inep, 2020), nenhuma unidade da Federação observou queda no percentual de adequação da formação docente. Porém, os crescimentos foram discrepantes: enquanto o Pará evoluiu 35,4 p.p., no mesmo período, o Espírito Santo cresceu apenas 2,3 p.p.

Tendências similares podem ser descritas nos anos iniciais do ensino fundamental (Tabela 1), isto é, os maiores crescimentos foram observados nas Regiões Nordeste e Norte, seguidos pelas Regiões Sudeste e Sul; quanto ao Centro-Oeste, este passou de 68,8% para 79,8% entre 2013 e 2021, correspondente a um aumento de 11,0 p.p., o menor entre todas as regiões. Ademais, não se observou retração na adequação da formação docente em nenhum estado, porém, crescimentos desiguais foram notórios. Novamente, o Estado do Pará apresentou a maior evolução no período (33,8 p.p.), ao passo que Tocantins cresceu somente 2,7 p.p., recuperando-se de uma queda descrita no relatório passado (Brasil. Inep, 2020).

TABELA 1

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM – INDICADORES 15A E 15B – BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

(continua)

Unidade de Agregação	Educação Infantil (15A)				Anos Iniciais do Ensino Fundamental (15B)			
	2013	2017	2021	Variação 2013/2021 (p.p.)	2013	2017	2021	Variação 2013/2021 (p.p.)
Brasil	42,2	48,1	60,7	18,5	54,0	60,6	71,2	17,2
Norte	39,4	49,0	64,3	24,9	51,2	58,9	71,9	20,7
Rondônia	58,7	68,6	78,0	19,3	71,8	76,9	81,5	9,7
Acre	42,4	48,3	58,0	15,6	65,6	66,1	75,4	9,8
Amazonas	51,6	56,1	61,8	10,2	60,9	67,6	70,0	9,1
Roraima	37,7	50,3	63,2	25,5	56,9	61,2	75,7	18,8
Pará	30,2	44,7	65,6	35,4	38,8	51,9	72,6	33,8
Amapá	22,9	34,6	53,1	30,2	35,3	41,2	60,1	24,8
Tocantins	45,6	46,7	61,8	16,2	65,9	57,7	68,6	2,7
Nordeste	29,4	38,2	55,1	25,7	38,0	45,1	59,4	21,4
Maranhão	18,1	25,7	42,4	24,3	23,5	31,0	45,1	21,6
Piauí	31,7	41,8	57,2	25,5	37,3	47,5	58,8	21,5
Ceará	32,9	43,5	62,3	29,4	41,8	48,0	65,7	23,9
Rio Grande do Norte	46,6	55,2	65,5	18,9	64,0	68,6	75,3	11,3
Paraíba	35,8	41,2	50,8	15,0	45,6	51,8	60,6	15,0
Pernambuco	25,6	31,3	48,1	22,5	34,4	38,7	53,4	19,0
Alagoas	26,7	35,6	51,6	24,9	36,8	46,0	59,9	23,1

TABELA 1

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À
ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM – INDICADORES 15A E 15B – BRASIL, GRANDES
REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

(conclusão)

Unidade de Agregação	Educação Infantil (15A)				Anos Iniciais do Ensino Fundamental (15B)			
	2013	2017	2021	Variação 2013/2021 (p.p.)	2013	2017	2021	Variação 2013/2021 (p.p.)
Sergipe	42,2	46,2	58,3	16,1	60,9	64,6	71,9	11,0
Bahia	27,1	38,5	58,7	31,6	34,5	45,0	61,4	26,9
Sudeste	45,8	50,7	62,6	16,8	60,8	67,3	75,4	14,6
Minas Gerais	44,2	47,7	57,3	13,1	69,7	75,4	78,2	8,5
Espírito Santo	54,3	54,9	56,6	2,3	76,4	78,6	86,5	10,1
Rio de Janeiro	19,2	20,6	28,0	8,8	34,9	37,3	41,9	7,0
São Paulo	53,3	59,9	72,9	19,6	64,8	73,9	86,4	21,6
Sul	45,3	49,7	59,7	14,4	64,3	71,1	78,4	14,1
Paraná	47,7	56,9	67,7	20,0	65,8	73,1	78,5	12,7
Santa Catarina	48,8	49,4	57,7	8,9	73,2	79,4	85,5	12,3
Rio Grande do Sul	38,3	41,5	52,4	14,1	56,1	62,1	70,4	14,3
Centro-Oeste	53,1	56,4	63,8	10,7	68,8	72,6	79,8	11,0
Mato Grosso do Sul	55,2	52,6	58,9	3,7	74,7	75,8	83,8	9,1
Mato Grosso	60,4	65,6	68,9	8,5	74,3	79,0	83,7	9,4
Goiás	50,4	57,3	65,5	15,1	62,9	67,3	74,8	11,9
Distrito Federal	45,2	49,8	63,3	18,1	69,3	73,5	81,9	12,6

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2013-2021).

Nos anos finais do ensino fundamental (Tabela 2), é possível observar evolução em todas as unidades federativas. O maior crescimento ocorreu no Mato Grosso, estado cuja adequação da formação docente passou de 26,7% em 2013 para 60,8% em 2021 – aumento correspondente a 34,1 p.p. Em razão disso, a Região Centro-Oeste apresentou a maior evolução média nesse indicador (crescimento de 16,4 p.p. no período). À parte disso, evoluções importantes ocorreram nas Regiões Norte (10,4 p.p.) e Nordeste (11,9 p.p.), que, no entanto, terminaram a série histórica com resultados inferiores aos observados nas demais. Entre todos os estados, o menor crescimento ocorreu em Minas Gerais (4,3 p.p.).

Finalmente, a adequação da formação docente no ensino médio (Tabela 2) apresentou os resultados mais desiguais para o período de 2013 a 2021. O Gráfico 2 acusa uma queda na formação docente nessa etapa de ensino de 67,3% em 2020 para 63,2% em 2021 na Região Norte, o que, em relação ao início da série histórica, representa uma estagnação comparada ao ponto de partida. Se atentarmos às diferenças entre os estados, veremos que isso ocorre

porque, ao passo que determinados estados apresentaram algum crescimento (por exemplo, Rondônia testemunhou uma evolução de 13,8 p.p.), outros praticamente não evoluíram – a título de ilustração, Acre (2,3 p.p.) e Tocantins (1,7 p.p.) –, e o estado do Amazonas observou forte queda, de 17 p.p. até 2021. Em nenhuma outra Grande Região se observou uma retração de tamanha magnitude. Os maiores crescimentos ocorreram no Centro-Oeste (15,2 p.p.) – com destaque para a evolução de 37,1 p.p. no Mato Grosso – e no Sudeste (12,5 p.p.), onde o Estado do Espírito Santo apresentou o maior crescimento entre todas as unidades da Federação: 38,9 p.p. no período considerado.

TABELA 2

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM – INDICADORES 15C E 15D – BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

(continua)

Unidade de Agregação	Anos Finais do Ensino Fundamental (15C)				Ensino Médio (15D)			
	2013	2017	2021	Variação 2013/2021 (p.p.)	2013	2017	2021	Variação 2013/2021 (p.p.)
Brasil	48,0	49,9	58,5	10,5	57,8	61,0	66,6	8,8
Norte	35,1	38,4	45,5	10,4	63,0	61,9	63,2	0,2
Rondônia	46,0	47,0	56,3	10,3	53,8	55,7	67,6	13,8
Acre	25,3	27,1	32,4	7,1	47,1	47,7	49,4	2,3
Amazonas	31,0	35,7	35,4	4,4	68,4	71,3	51,4	-17,0
Roraima	28,4	28,7	41,5	13,1	48,4	47,9	56,5	8,1
Pará	35,5	39,1	49,7	14,2	67,8	60,6	73,9	6,1
Amapá	55,6	60,5	67,8	12,2	75,5	80,6	83,8	8,3
Tocantins	35,4	37,3	42,9	7,5	47,9	46,5	49,6	1,7
Nordeste	30,9	32,0	42,8	11,9	47,2	50,5	54,2	7,0
Maranhão	19,0	20,8	24,7	5,7	49,0	52,5	55,2	6,2
Piauí	34,0	37,1	43,4	9,4	59,2	57,2	58,6	-0,6
Ceará	27,5	22,3	47,6	20,1	50,9	59,6	62,7	11,8
Rio Grande do Norte	40,8	44,4	54,6	13,8	58,1	65,2	80,6	22,5
Paraíba	41,2	45,6	53,4	12,2	56,9	60,1	68,9	12,0
Pernambuco	39,3	40,3	47,6	8,3	50,4	48,1	54,2	3,8
Alagoas	38,0	40,3	49,5	11,5	50,5	55,6	64,8	14,3
Sergipe	48,3	53,2	63,1	14,8	72,3	73,2	78,1	5,8
Bahia	26,4	31,7	39,7	13,3	30,0	34,6	36,7	6,7

TABELA 2

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À
ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM – INDICADORES 15C E 15D – BRASIL, GRANDES
REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2013-2021

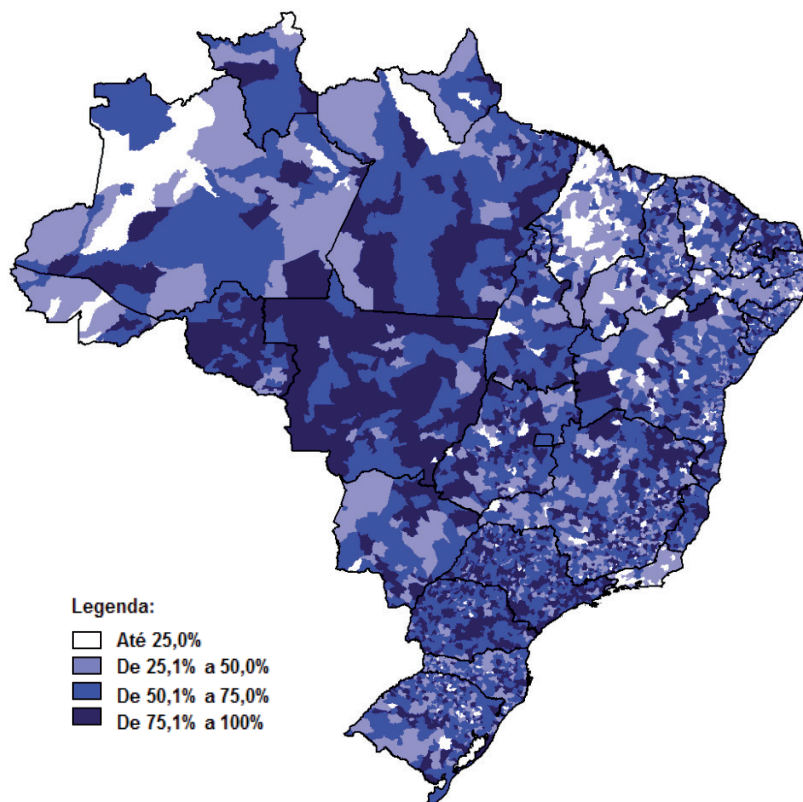
(conclusão)

Unidade de Agregação	Anos Finais do Ensino Fundamental (15C)				Ensino Médio (15D)			
	2013	2017	2021	Variação 2013/2021 (p.p.)	2013	2017	2021	Variação 2013/2021 (p.p.)
Sudeste	62,8	66,5	71,7	8,9	62,2	66,5	74,7	12,5
Minas Gerais	58,0	60,2	62,3	4,3	67,5	68,1	71,2	3,7
Espírito Santo	46,7	55,2	73,1	26,4	41,8	54,6	80,7	38,9
Rio de Janeiro	70,4	70,8	75,6	5,2	68,4	69,6	77,4	9,0
São Paulo	64,6	69,8	75,7	11,1	59,7	65,6	74,8	15,1
Sul	61,8	65,6	68,3	6,5	65,3	70,0	70,2	4,9
Paraná	71,2	77,8	79,4	8,2	70,2	80,1	82,5	12,3
Santa Catarina	57,5	62,8	63,0	5,5	60,8	66,7	64,0	3,2
Rio Grande do Sul	56,1	57,5	64,7	8,6	63,6	62,0	69,0	5,4
Centro-Oeste	47,7	49,6	64,1	16,4	50,1	51,6	65,3	15,2
Mato Grosso do Sul	67,1	71,4	76,9	9,8	65,6	67,2	73,8	8,2
Mato Grosso	26,7	31,2	60,8	34,1	31,2	34,9	68,3	37,1
Goiás	43,7	43,1	52,8	9,1	48,4	47,4	53,5	5,1
Distrito Federal	73,4	75,1	83,1	9,7	76,2	78,5	83,1	6,9

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2013-2021).

Para visualizar graficamente diferenças regionais nos resultados dos indicadores, as Figuras de 1 a 4 exibem cartogramas do percentual de adequação da formação docente em nível municipal, por indicador, acompanhados de tabelas com percentuais relativos às grandes regiões e unidades federativas para o ano de 2021. É possível visualizar que os padrões regionais, estaduais e municipais de desigualdades são variáveis entre as etapas de ensino, em tendências que foram pouco alteradas desde o último relatório de monitoramento do PNE (Brasil, Inep, 2020). A seguir, cada etapa de ensino será explorada singularmente.

Indicador 15A (Educação Infantil)



UF		% docências
Norte	Acre	58,0
	Amapá	53,1
	Amazonas	61,8
	Pará	65,6
	Rondônia	78,0
	Roraima	63,2
	Tocantins	61,8
Total	64,3	
Nordeste	Alagoas	51,6
	Bahia	58,7
	Ceará	62,3
	Maranhão	42,4
	Paraíba	50,8
	Pernambuco	48,1
	Piauí	57,2
	Rio Grande do Norte	65,5
	Sergipe	58,3
Total	55,1	
Sudeste	Espírito Santo	56,6
	Minas Gerais	57,3
	Rio de Janeiro	28,0
	São Paulo	72,9
	Total	62,6
Sul	Paraná	67,7
	Rio Grande do Sul	52,4
	Santa Catarina	57,7
Total	59,7	
Centro-Oeste	Distrito Federal	63,3
	Goiás	65,5
	Mato Grosso	68,9
	Mato Grosso do Sul	58,9
Total	63,8	
Brasil		60,7

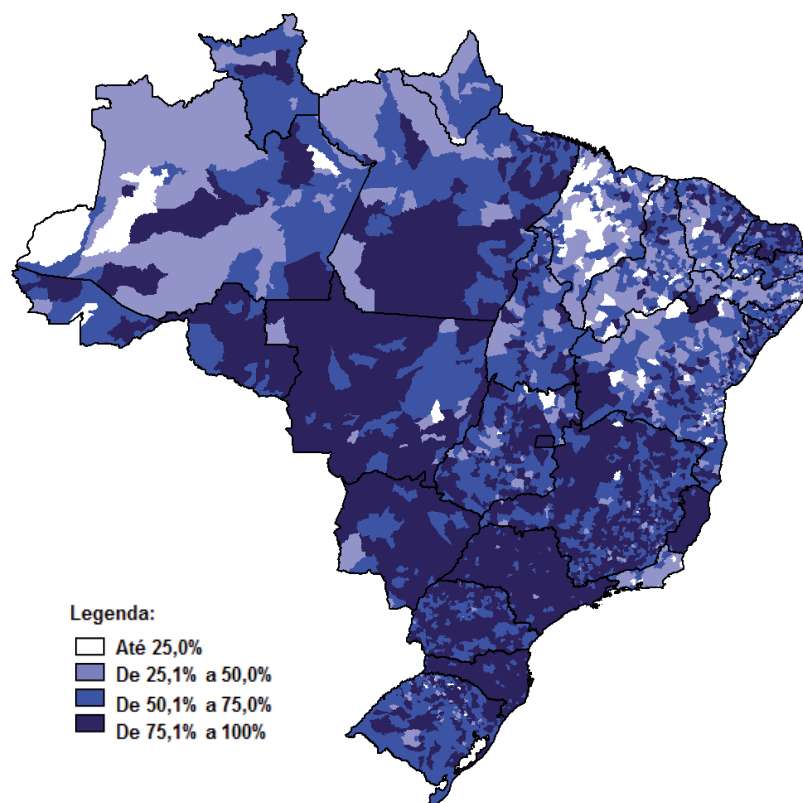
FIGURA 1

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM, POR MUNICÍPIO – BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2021

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2021).

Quanto à educação infantil (Figura 1), há uma distribuição variada no percentual de adequação da formação docente, em que as unidades federativas contêm relativa heterogeneidade interna, possivelmente decorrente das desigualdades entre as redes municipais, por sua vez, as principais responsáveis pela oferta da educação infantil segundo o regime de colaboração entre os entes federados. Igualmente, há fortes disparidades estaduais: o menor valor observado é de 28,0% no Rio de Janeiro; o maior, 78,0% em Rondônia, configurando uma amplitude de 50 p.p. Também se nota que 24 unidades da Federação superaram a marca de 50% de docências com professores que têm formação superior considerada adequada à área em que atuam, uma unidade a mais que as reportadas no relatório anterior (Brasil. Inep, 2020). Isso reforça que, no tocante ao provimento de docências em educação infantil, houve avanço, por parte de diversas unidades federativas, na disponibilização de profissionais devidamente formados em nível superior para o ofício.

Indicador 15B (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)



UF		% docências
Norte	Acre	75,4
	Amapá	60,1
	Amazonas	70,0
	Pará	72,6
	Rondônia	81,5
	Roraima	75,7
	Tocantins	68,6
Total	71,9	
Nordeste	Alagoas	59,9
	Bahia	61,4
	Ceará	65,7
	Maranhão	45,1
	Paraíba	60,6
	Pernambuco	53,4
	Piauí	58,8
	Rio Grande do Norte	75,3
	Sergipe	71,9
	Total	59,4
Sudeste	Espírito Santo	86,5
	Minas Gerais	78,2
	Rio de Janeiro	41,9
	São Paulo	86,4
Total	75,4	
Sul	Paraná	78,5
	Rio Grande do Sul	70,4
	Santa Catarina	85,5
Total	78,4	
Centro-Oeste	Distrito Federal	81,9
	Goiás	74,8
	Mato Grosso	83,7
	Mato Grosso do Sul	83,8
	Total	79,8
Brasil	71,2	

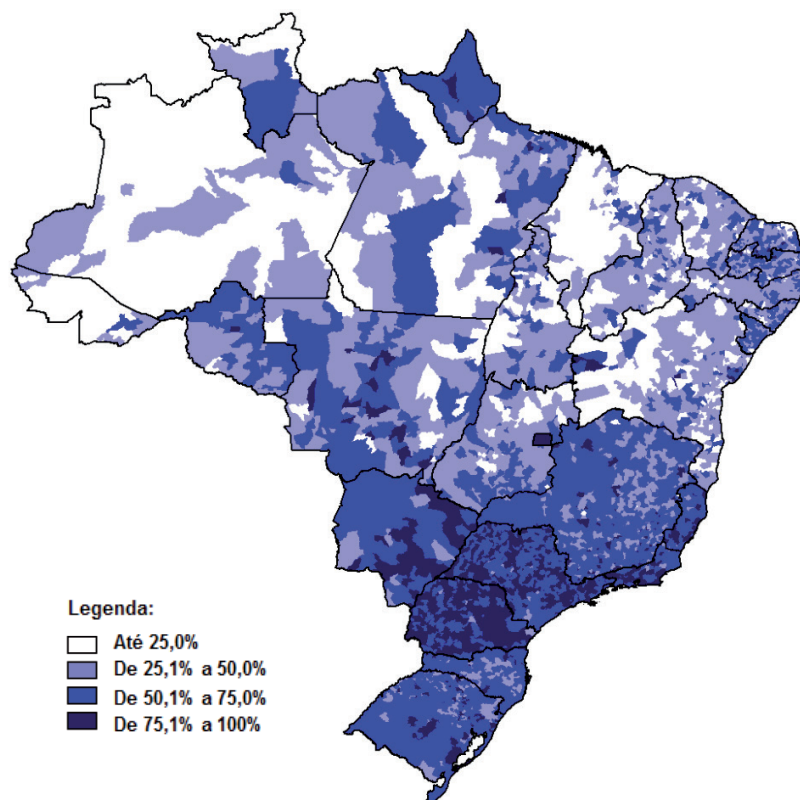
FIGURA 2

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM, POR MUNICÍPIO – BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2021

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2021).

A respeito dos anos iniciais do ensino fundamental (Figura 2), os maiores resultados quanto à adequação da formação docente encontram-se, de modo geral, nos estados das Regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Norte – a exceção é o Rio de Janeiro, cujo estado apresenta uma adequação da formação docente em valores sensivelmente inferiores aos das unidades federativas de seu entorno (os quais se aproximam ou superam o patamar de 80%, em média). Em razão disso, as maiores desigualdades na adequação da formação docente ocorrem na Região Sudeste: enquanto no Espírito Santo a adequação da formação docente nessa etapa de ensino é de 86,5%, no Rio de Janeiro, ela é de 41,9%, correspondente a uma amplitude de 44,6 p.p.

Indicador 15C (Anos Finais do Ensino Fundamental)



	UF	% docências
Norte	Acre	32,4
	Amapá	67,8
	Amazonas	35,4
	Pará	49,7
	Rondônia	56,3
	Roraima	41,5
	Tocantins	42,9
	Total	45,5
Nordeste	Alagoas	49,5
	Bahia	39,7
	Ceará	47,6
	Maranhão	24,7
	Paraíba	53,4
	Pernambuco	47,6
	Piauí	43,4
	Rio Grande do Norte	54,6
	Sergipe	63,1
	Total	42,8
Sudeste	Espírito Santo	73,1
	Minas Gerais	62,3
	Rio de Janeiro	75,6
	São Paulo	75,7
	Total	71,7
Sul	Paraná	79,4
	Rio Grande do Sul	64,7
	Santa Catarina	63,0
	Total	68,3
Centro-Oeste	Distrito Federal	83,1
	Goiás	52,8
	Mato Grosso	60,8
	Mato Grosso do Sul	76,9
	Total	64,1
	Brasil	58,5

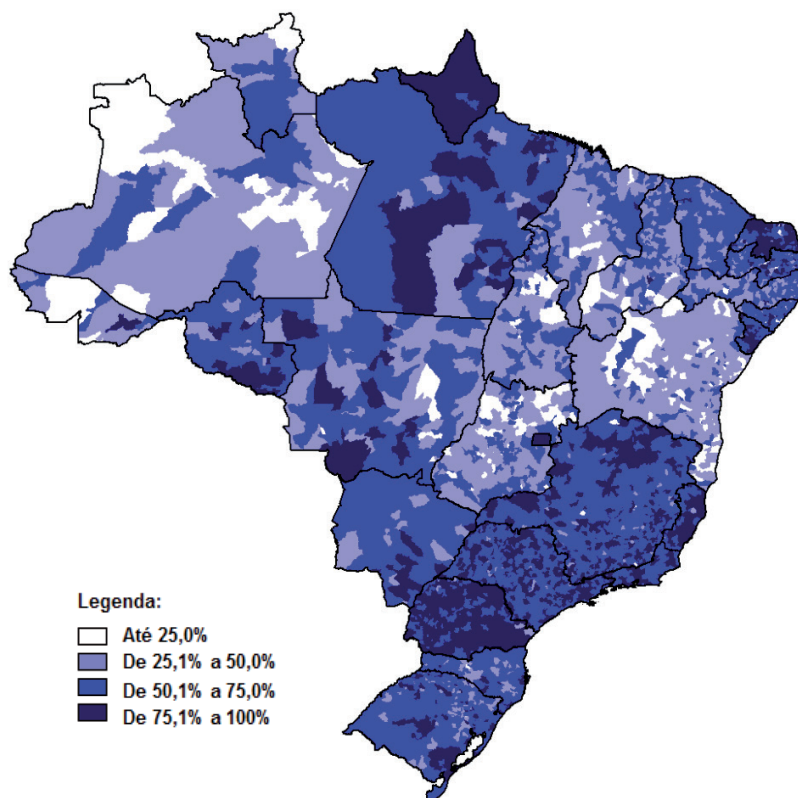
FIGURA 3

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM, POR MUNICÍPIO – BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2021

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2021).

Acerca dos anos finais do ensino fundamental (Figura 3), os resultados indicam fortes desigualdades regionais – as maiores entre todas as etapas de ensino –, sendo possível observar uma concentração dos percentuais mais altos de adequação da formação docente nos estados das Regiões Sudeste e Sul, além do Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Amapá, Sergipe e Rondônia. Comparada à etapa anterior, nesta é possível verificar que os resultados, no geral, apresentam valores menores de adequação da formação docente à área que lecionam. Em âmbito nacional, o valor do indicador varia de 24,7% no Maranhão a 83,1% no Distrito Federal, o que equivale à maior amplitude registrada entre todas as etapas analisadas: uma diferença de 58,4 p.p.

Indicador 15D (Ensino Médio)



UF		% docências
Norte	Acre	49,4
	Amapá	83,8
	Amazonas	51,4
	Pará	73,9
	Rondônia	67,6
	Roraima	56,5
	Tocantins	49,6
Total	63,2	
Nordeste	Alagoas	64,8
	Bahia	36,7
	Ceará	62,7
	Maranhão	55,2
	Paraíba	68,9
	Pernambuco	54,2
	Piauí	58,6
	Rio Grande do Norte	80,6
	Sergipe	78,1
Total	54,2	
Sudeste	Espírito Santo	80,7
	Minas Gerais	71,2
	Rio de Janeiro	77,4
	São Paulo	74,8
Total	74,7	
Sul	Paraná	82,5
	Rio Grande do Sul	69,0
	Santa Catarina	64,0
Total	70,2	
Centro-Oeste	Distrito Federal	83,1
	Goiás	53,5
	Mato Grosso	68,3
	Mato Grosso do Sul	73,8
Total	65,3	
Brasil	66,6	

FIGURA 4

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS NO ENSINO MÉDIO DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM, POR MUNICÍPIO – BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2021

Fonte: Elaborada pela Diretd/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2021).

Finalmente, no ensino médio (Figura 4), os resultados novamente indicam fortes disparidades estaduais, porém com maior dispersão entre as grandes regiões. Os estados das Regiões Sudeste e Sul, de modo geral, apresentaram em 2021 os maiores percentuais de docências do ensino médio, com professores que têm formação superior considerada adequada à área de conhecimento que lecionam. Além desses, outros estados também se destacam, tais como Amapá, Rio Grande do Norte, Pará, e Distrito Federal. Em âmbito nacional, o indicador varia de 36,7% na Bahia para 83,8% no Amapá, resultando em uma distância de 47,1 p.p.

Uma análise em função da localização da escola indica a ocorrência de desigualdades entre as áreas urbana e rural (Gráfico 3). Em síntese, as áreas urbanas apresentam os maiores percentuais de adequação da formação docente em nível nacional, além de menor dispersão, isto é, há menos disparidades entre as etapas de ensino. Quando se observam os resultados para as áreas rurais, percebe-se uma distância maior entre as curvas, denotando maiores desigualdades entre as etapas. No entanto, é preciso reforçar que foi dentro dessa localização que se observaram os maiores crescimentos: na educação infantil, elevou-se de 28,5% em 2013 para 53,3% em 2021 (crescimento de 24,8 p.p.), ao passo que, nos anos iniciais do ensino fundamental, saiu-se de 37,8% para 60,2% no mesmo período (crescimento de 22,4 p.p.).

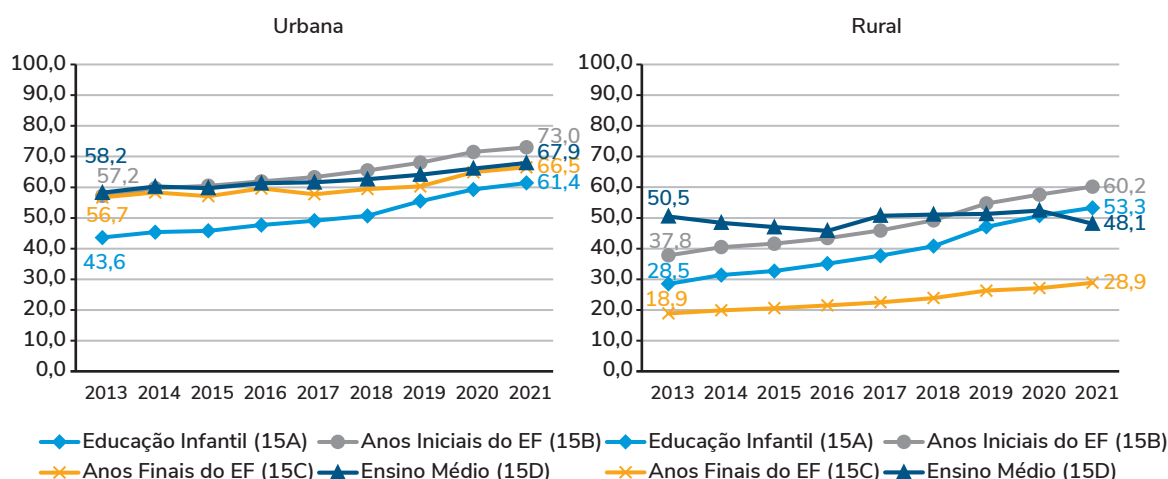


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM, POR LOCALIZAÇÃO – INDICADORES 15A, 15B, 15C E 15D – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direde/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2013-2021).

Nas áreas urbanas, por sua vez, o maior crescimento observado entre as etapas também ocorreu na educação infantil, que partiu de 43,6% para 61,4% (crescimento de 17,8 p.p.) nos nove anos analisados. Também se nota que os resultados para o ensino médio nas áreas rurais têm apresentado queda: observa-se retração no percentual de adequação da formação docente no ensino médio de 52,4% em 2020 para 48,1% em 2021 (redução de 2,4 p.p.). O mesmo não se pode afirmar para o ensino médio nas áreas urbanas, o qual evoluiu 9,7 p.p. no mesmo período: de 58,2% em 2013 para 67,9% em 2021.

Vale notar, de todo modo, que as áreas rurais, ainda que tenham apresentado variações importantes no período, terminam a série histórica com patamares inferiores ao que se observava em 2013 para as áreas urbanas no tocante aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio. Logo, mais investimentos são necessários para se aprimorar a adequação da formação docente nessas regiões, em especial nos anos finais do ensino fundamental – que alcança o resultado mais baixo no final da série histórica: 28,9% –, os quais se encontram muito aquém das demais etapas de ensino.

São dignas de nota também as diferenças nos percentuais de adequação da formação docente entre as dependências administrativas (Gráfico 4). A rede federal apresenta os percentuais de adequação da formação docente mais elevados para os anos finais do ensino fundamental, alcançando 82,1% em 2021; a despeito disso, os resultados da rede federal foram os únicos que apresentaram queda em relação a 2013, em todas as etapas, com exceção da educação infantil.

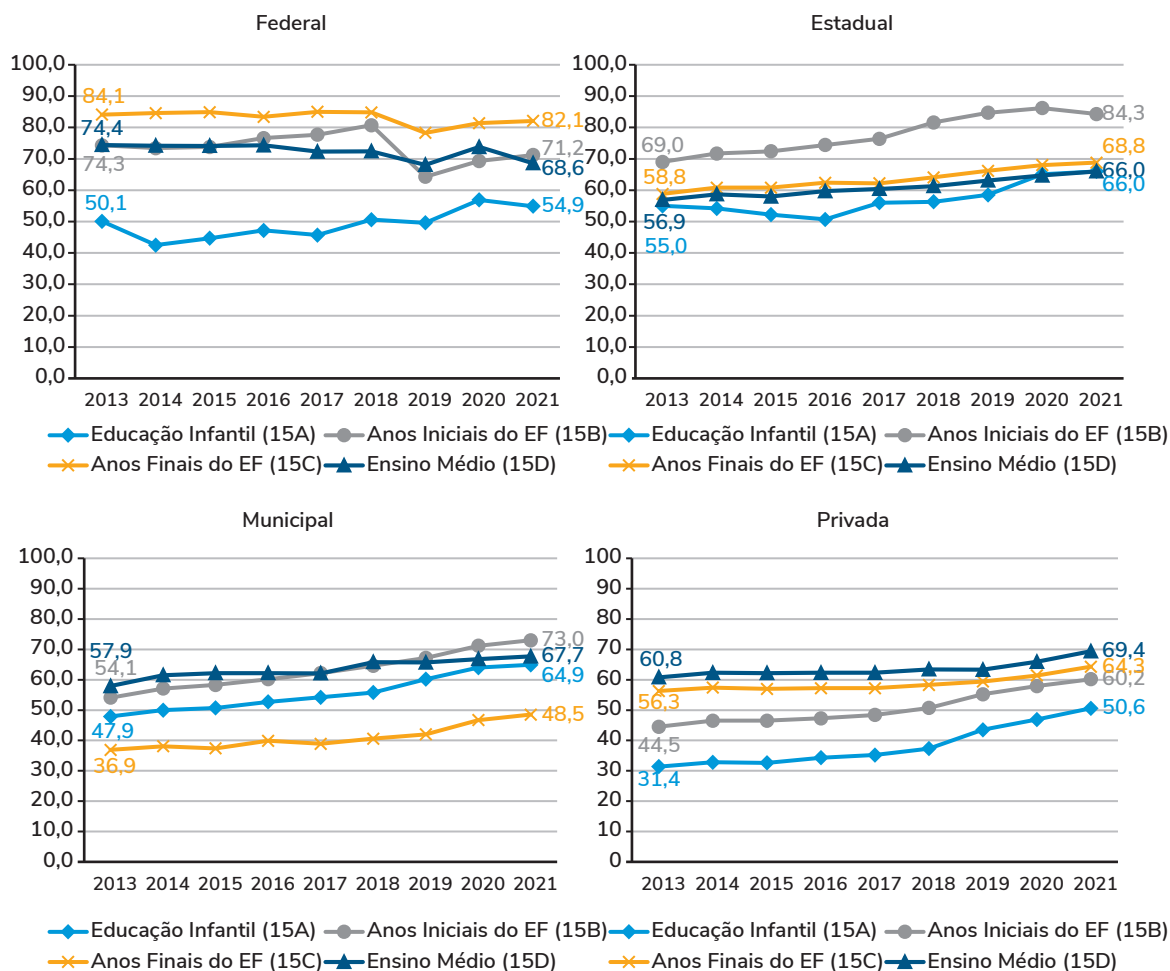


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DE DOCÊNCIAS DE PROFESSORES COM FORMAÇÃO SUPERIOR ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – INDICADORES 15A, 15B, 15C E 15D – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Indicador de Adequação da Formação Docente/Inep (2013-2021).

Nas redes municipais, os maiores crescimentos observados ocorreram nos anos iniciais do ensino fundamental (18,9 p.p.), seguido pela educação infantil (17,0 p.p.). Padrão similar pode ser descrito para as redes estaduais, ainda que em magnitudes inferiores: crescimento de 15,3 p.p. nos anos iniciais do ensino fundamental e de 11,0 p.p. na educação infantil. Em ambas as categorias administrativas, a menor evolução observada foi no ensino médio.

Com relação à rede privada, ela tem alcançado os menores percentuais de adequação da formação docente na educação infantil (50,6%) – embora esta tenha apresentado o maior crescimento (19,2 p.p.) entre todas as redes – e nos anos iniciais do ensino fundamental (60,2%) em 2021. Porém, foi na rede privada que se observaram os maiores valores para o ensino médio (69,4%), que, de forma inédita em 2021, superou o patamar até então observado na rede federal.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados, as seguintes conclusões podem ser extraídas acerca da evolução da adequação da formação docente na educação básica brasileira no período de 2013 a 2021, para fins de monitoramento da Meta 15 do PNE:

1. O percentual de docências ministradas por professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam aumentou no período, chegando em 2021 a 60,7% na educação infantil, 71,2% nos anos iniciais do ensino fundamental, 58,5% nos anos finais do ensino fundamental e 66,6% no ensino médio;
2. Apesar desse crescimento, os percentuais de adequação da formação docente apresentados em 2021 ainda se encontram distantes da meta de 100% das docências da educação básica em todo o País. Com a finalidade de se alcançar a meta até 2024, o percentual de adequação da formação docente deve ser incrementado, para cada etapa de ensino, no seguinte ritmo de crescimento médio anual: educação infantil, 13,10 p.p.; anos iniciais do ensino fundamental, 9,60 p.p.; anos finais do ensino fundamental, 13,83 p.p.; e ensino médio, 11,13 p.p.;
3. Em 2021, o padrão de desigualdades regionais é bastante variável de acordo com a etapa de ensino analisada. Na educação infantil, existe uma dispersão de municípios com altos e baixos percentuais de adequação da formação docente distribuídos em praticamente todas as unidades federativas. De toda forma, vê-se que essa etapa de ensino apresentou o maior crescimento no período: uma variação positiva de 18,5 p.p. – nas Regiões Norte e Nordeste cresceu, respectivamente, 24,9 p.p. e 25,7 p.p.;
4. Os anos iniciais do ensino fundamental também apresentaram importante crescimento no período considerado. Em âmbito nacional, o crescimento foi de 17,2 p.p. entre 2013 e 2021. Esse crescimento foi ainda mais expressivo nas áreas rurais (22,4 p.p.) e na rede municipal (18,9 p.p.). As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores aumentos no percentual de adequação da formação docente nessa etapa de ensino, ambas superando 20 p.p. no período analisado;
5. Nos anos finais do ensino fundamental, diferentemente do que se observa nos anos iniciais, os indicadores de adequação da formação docente sugerem fortes desigualdades regionais, havendo uma concentração de percentuais mais altos de adequação da formação docente nos estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e mais baixos nas Regiões Norte e Nordeste. Esse padrão repete o que se constatou no relatório anterior (Brasil. Inep, 2020). O maior crescimento ocorreu no Centro-Oeste (16,4 p.p.) e na rede municipal (11,6 p.p.);
6. No ensino médio, os resultados indicam disparidades regionais no que se refere às docências com professores que têm formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam. Em média, os maiores valores são encontrados nas Regiões Sul e Sudeste; o maior crescimento médio, no Centro-Oeste. Somente três estados apresentaram percentuais de adequação da formação docente inferiores a 50%: Tocantins (49,6%), Acre (49,4%) e Bahia (36,7%) – para fins de comparação, no relatório anterior eram cinco estados (Brasil. Inep, 2020).

7. As áreas rurais concentram os menores valores dos indicadores, em particular nos anos finais do ensino fundamental, onde a área rural se encontra com uma distância de 37,6 p.p. atrás da área urbana, isto é, enquanto esta apresentou um percentual de adequação da formação docente de 66,5% em 2021, aquela alcançou o valor de 28,9%;
8. A rede federal, embora tenha apresentado queda em três dos quatro indicadores, apresentou os maiores percentuais de adequação da formação docente nos anos finais do ensino fundamental, alcançando o valor de 82,1%. Na educação infantil, os maiores percentuais observados são na rede estadual (66,0%); os menores, na rede privada (50,6%), que, no entanto, observou o crescimento mais elevado no período (19,2 p.p.).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição extra.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota Técnica nº 20/2014*: indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, DF, 21 nov. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.



META 16

.....

FORMAR, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ATÉ O ÚLTIMO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE, E GARANTIR A TODOS(AS) OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES, DEMANDAS E CONTEXTUALIZAÇÕES DOS SISTEMAS DE ENSINO.

.....



A Meta 16 destina-se à promoção da formação e valorização dos profissionais da educação. Para tanto, são descritos dois intentos: a) formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE; b) garantir a formação continuada a todos os profissionais da educação básica, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Com o objetivo de monitorar os propósitos desta meta, foram estabelecidos dois indicadores:

- *Indicador 16A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.*
- *Indicador 16B: Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada.*

Os Indicadores 16A e 16B foram calculados com base nos dados do Censo da Educação Básica e compreendem a série histórica de 2013 a 2021.

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FORMAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU

Indicador 16A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Meta: 50% de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu até 2024.

O percentual de professores da educação básica que em 2021 possuíam nível de formação de pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*) era de 44,7%, correspondendo a um crescimento de 14,5 pontos percentuais (p.p.) desde o início da série histórica, em 2013 (Gráfico 1). Esse percentual representa, em valores absolutos, 997.699 docentes com formação em nível de pós-graduação em 2021, de um total de 2.230.891 professores.

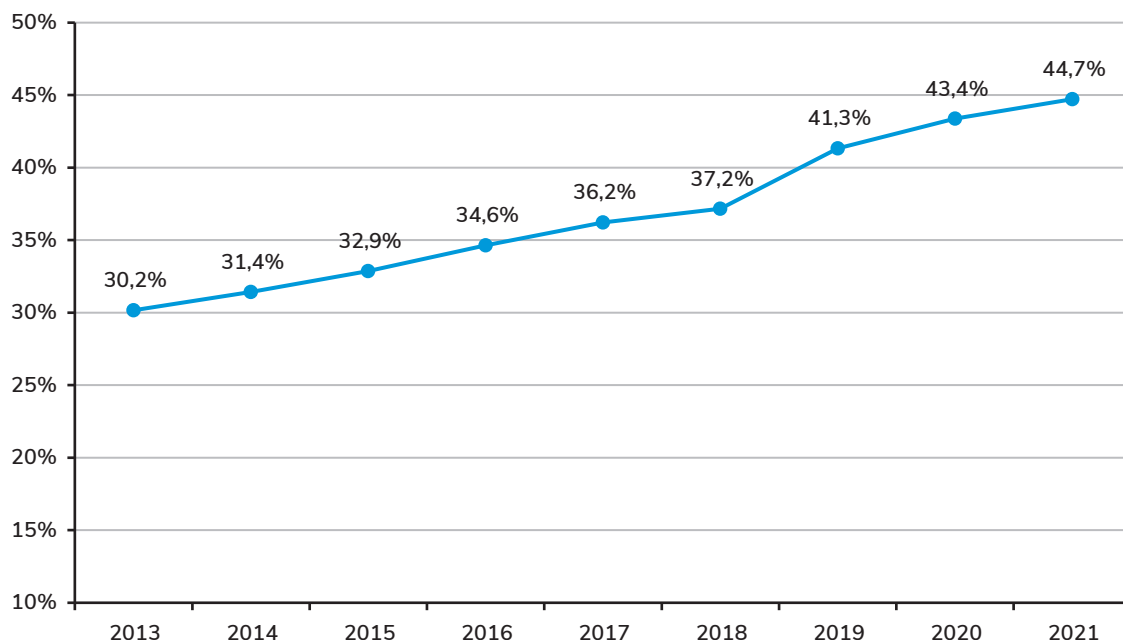


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU* – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Considerando o valor de 44,7% alcançado em 2021, observa-se que para o atingimento da meta, que seria a formação de 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até 2024, será necessário um crescimento de 5,3 p.p. Com base no período restante para a conclusão do PNE, seria requerido um incremento médio anual de pelo menos 1,8 p.p. para o alcance da meta, compatível, portanto, com o aumento médio anual também de 1,8 p.p. observado na série histórica. Dessa forma, sendo mantido o ritmo de crescimento do indicador, a meta poderá ser alcançada até 2024.

Quanto aos tipos de pós-graduação, em 2021, 40,7% dos docentes possuíam o nível de especialização, 3,3% de mestrado e 0,8% de doutorado, como demonstrado no Gráfico 2. Verifica-se que os cursos de especialização são os maiores promotores do incremento do indicador pois, no período em análise, o percentual de docentes com especialização aumentou 12,3 p.p., enquanto os de mestrado e doutorado obtiveram aumentos de 1,7 p.p. e 0,6 p.p., respectivamente.

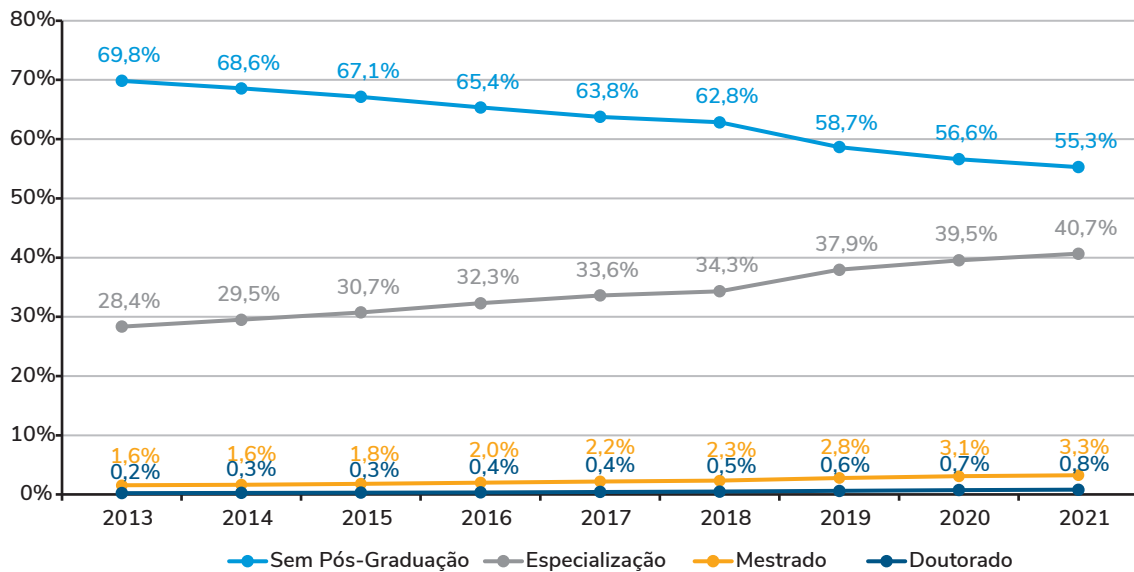


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU, POR MODALIDADE – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Considerando a distribuição por regiões do Brasil (Gráfico 3), a região Sul, com 64,0% em 2021, continua sendo a que possui o maior percentual de professores com pós-graduação, seguida da região Centro-Oeste, com 53,4%. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram uma inversão de posições a partir de 2018, com uma diferença de 2,6 p.p. no último ano da série histórica: 42,2% e 39,6%, respectivamente. A região Norte somou 35,6%. Diante dos dados, observa-se um elevado grau de desigualdade regional visto que a diferença entre a região Sul (64,0%) e a região Norte (35,6%) é de 28,4 p.p.

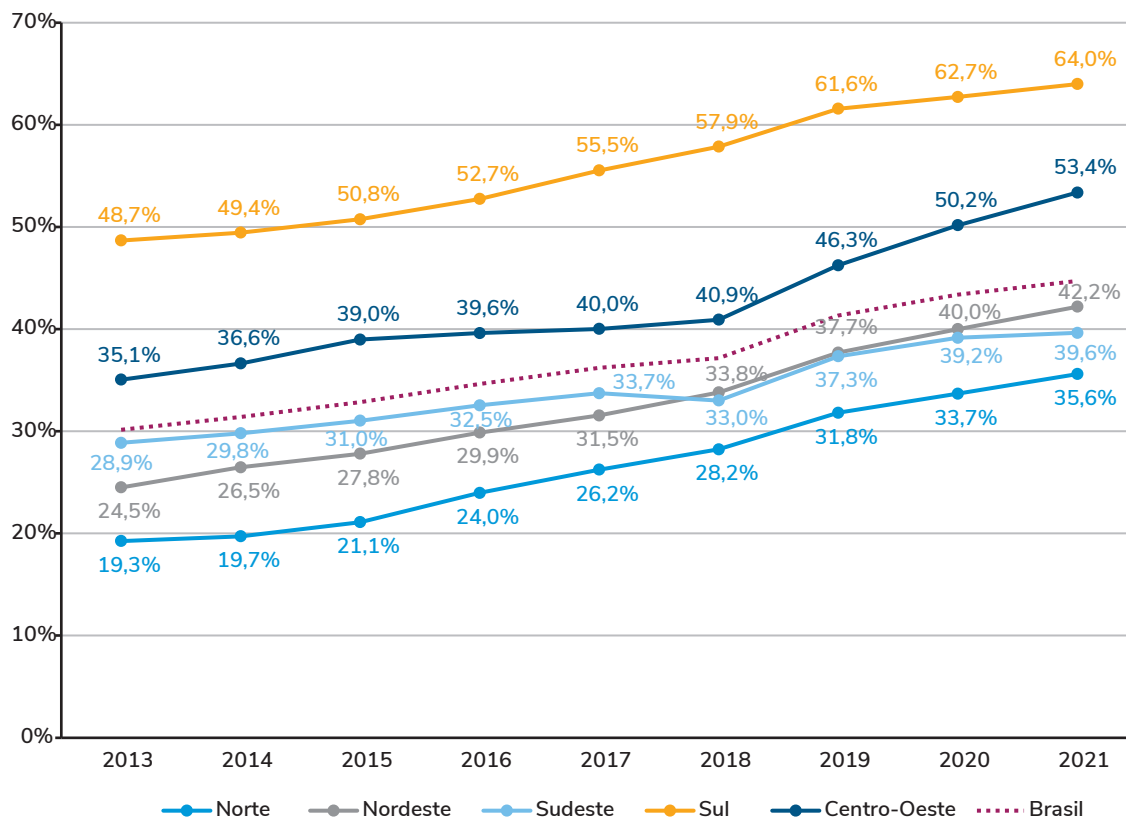


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU*, POR GRANDE REGIÃO - BRASIL - 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Considerando o percentual para o Brasil (44,7%), as regiões Norte, Nordeste e Sudeste apresentaram valores inferiores à média nacional. Entretanto, destacam-se, no Sudeste, o estado do Espírito Santo, com índice de 83,2%; na região Norte, o estado de Rondônia, com índice de 62,7%; e na região Nordeste, os estados do Rio Grande do Norte (49,2%), Sergipe (45,9%), Bahia (45,7%) e Paraíba (45,2%), que apresentaram valores acima da média nacional. As regiões Centro-Oeste e Sul obtiveram índices superiores à média do Brasil. Todas as unidades da Federação apresentaram crescimento do indicador entre 2013 e 2021 (Tabela 1).

TABELA 1

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU*,
POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE FEDERATIVA – 2013/2017/2021

(continua)

Regiões/UFs	2013			2017			2021			Variação p.p.
	Total	Pós-graduação		Total	Pós-graduação		Total	Pós-graduação		
		n	%		n	%		n	%	
Brasil	2.183.858	658.621	30,2	2.244.128	812.949	36,2	2.230.891	997.699	44,7	14,5
Norte	194.027	37.355	19,3	200.629	52.645	26,2	196.608	70.007	35,6	16,3
Rondônia	17.707	7.196	40,6	16.898	8.697	51,5	15.626	9.798	62,7	22,1
Acre	11.202	2.509	22,4	12.612	3.301	26,2	10.135	3.394	33,5	11,1
Amazonas	41.586	7.266	17,5	45.293	11.136	24,6	47.995	14.721	30,7	13,2
Roraima	7.729	1.966	25,4	7.482	2.372	31,7	7.860	3.167	40,3	14,9
Pará	86.140	11.583	13,4	87.026	18.539	21,3	84.355	28.021	33,2	19,8
Amapá	11.147	2.470	22,2	11.761	3.347	28,5	11.556	4.522	39,1	16,9
Tocantins	18.709	4.428	23,7	19.738	5.322	27,0	19.277	6.476	33,6	9,9
Nordeste	626.913	153.668	24,5	642.381	202.644	31,5	614.881	259.441	42,2	17,7
Maranhão	98.013	17.312	17,7	104.344	25.400	24,3	101.666	34.465	33,9	16,2
Piauí	44.922	9.970	22,2	47.989	15.777	32,9	43.603	19.442	44,6	22,4
Ceará	96.027	23.089	24,0	99.508	29.955	30,1	96.729	40.292	41,7	17,7
Rio Grande do Norte	35.549	9.258	26,0	35.429	12.209	34,5	34.452	16.966	49,2	23,2
Paraíba	49.340	12.206	24,7	48.493	17.247	35,6	47.470	21.456	45,2	20,5
Pernambuco	91.775	23.278	25,4	88.675	26.692	30,1	85.652	36.084	42,1	16,7
Alagoas	33.280	5.931	17,8	34.607	10.057	29,1	35.072	13.835	39,4	21,6
Sergipe	22.547	6.858	30,4	23.295	8.294	35,6	22.744	10.439	45,9	15,5
Bahia	158.764	47.237	29,8	163.593	59.121	36,1	151.829	69.400	45,7	15,9
Sudeste	882.824	254.830	28,9	891.858	300.752	33,7	914.750	362.602	39,6	10,7
Minas Gerais	230.287	72.099	31,3	236.984	82.743	34,9	217.258	97.660	45,0	13,7
Espírito Santo	43.604	30.872	70,8	42.502	32.841	77,3	43.210	35.938	83,2	12,4
Rio de Janeiro	160.995	30.464	18,9	162.777	37.572	23,1	155.670	46.724	30,0	11,1
São Paulo	449.152	121.918	27,1	450.913	148.364	32,9	500.130	183.295	36,6	9,5
Sul	326.679	159.040	48,7	343.054	190.530	55,5	343.275	219.676	64,0	15,3
Paraná	127.902	77.092	60,3	138.123	93.300	67,5	136.742	104.079	76,1	15,8
Santa Catarina	77.717	36.018	46,3	84.187	44.795	53,2	91.186	55.509	60,9	14,6
Rio Grande do Sul	121.501	46.238	38,1	121.205	52.826	43,6	115.899	60.555	52,2	14,1

TABELA 1

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU*,
POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE FEDERATIVA – 2013/2017/2021

(conclusão)

Regiões/UFs	2013			2017			2021			Variação p.p.
	Total	Pós-graduação		Total	Pós-graduação		Total	Pós-graduação		
		n	%		n	%		n	%	
Centro Oeste	154.243	54.068	35,1	167.113	66.880	40,0	162.508	86.724	53,4	18,3
Mato Grosso do Sul	28.665	10.562	36,8	32.836	12.369	37,7	31.649	17.980	56,8	20,0
Mato Grosso	35.262	14.980	42,5	40.194	18.994	47,3	40.508	23.126	57,1	14,6
Goiás	60.788	16.781	27,6	62.938	22.305	35,4	59.209	31.357	53,0	25,4
Distrito Federal	30.000	11.931	39,8	31.590	13.432	42,5	31.708	14.585	46,0	6,2

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013/2017/2021).

Considerando a localização geográfica da escola em que atuam, em 2021 ainda se observa que o maior percentual de professores pós-graduados se encontra em áreas urbanas, com 46,1%, enquanto nas áreas rurais o percentual é de 39,6% (Gráfico 4). A análise da série histórica aponta que os percentuais de professores com pós-graduação se mantiveram em crescimento tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas e que há tendência de diminuição gradual da desigualdade existente entre ambas, que em 2013 representava 11,9 p.p. e caiu para 6,5 p.p. em 2021.

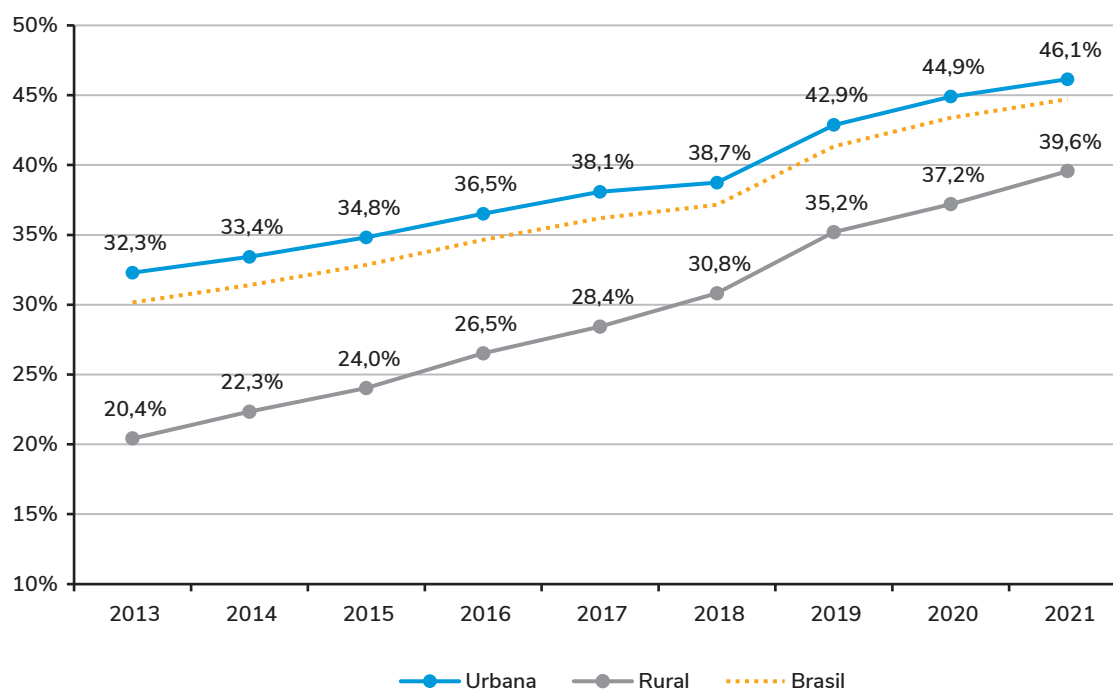


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU*, POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Em relação à dependência administrativa das escolas, observa-se que as redes públicas apresentam percentuais de professores com pós-graduação maiores do que a rede privada durante o período de 2013 a 2021. Na rede federal, em 2021, os professores pós-graduados representavam 85,8%, nas redes estaduais 50,8%, nas redes municipais 50,3% e na rede privada 27,6% (Gráfico 5).

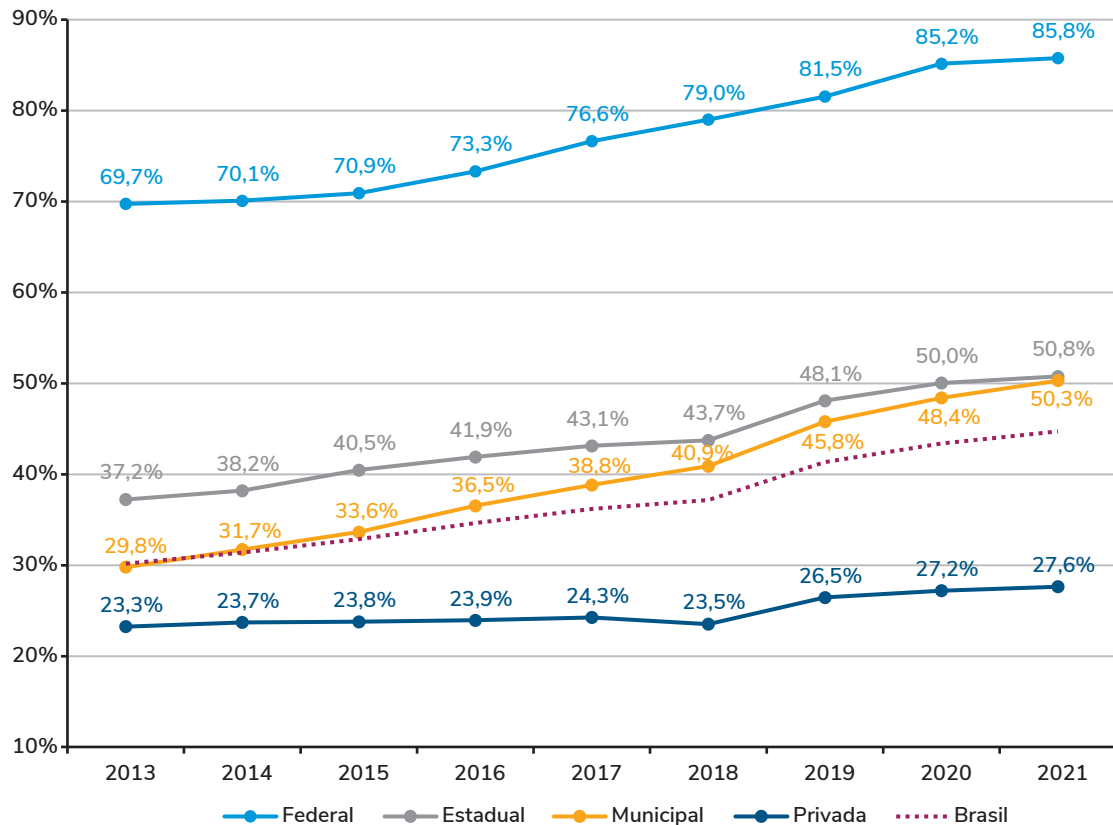


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU*, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Indicador 16B: Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada.

Meta: 100% dos profissionais da educação básica com cursos de formação continuada até 2024.

A Meta 16 do PNE considera os profissionais da educação básica, entretanto, o Indicador 16B agrega apenas os professores em regência de classe, uma vez que o Censo da Educação Básica não coleta informações referentes à formação continuada do conjunto de profissionais. Para efeitos de monitoramento desta meta, o indicador considera as informações referentes a cursos de formação continuada com carga horária mínima de 80 horas nas seguintes áreas:

- i) creche – 0 a 3 anos; ii) pré-escola – 4 e 5 anos; iii) anos iniciais do ensino fundamental;
- iv) anos finais do ensino fundamental; v) ensino médio; vi) educação de jovens e adultos (EJA); vii) educação especial; viii) educação indígena; ix) educação do campo; x) educação ambiental; xi) educação em direitos humanos; xii) gênero e diversidade sexual; xiii) direitos da criança e do adolescente; xiv) educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana; xv) gestão escolar; e xvi) outras áreas. (Brasil. Inep, 2021, p. 65-66).

Conforme demonstrado no Gráfico 6, observa-se uma tendência de crescimento na proporção de professores que realizaram formação continuada em pelo menos uma das áreas especificadas ao longo do período analisado, passando de 30,6% em 2013 para 40,0% em 2021. Percebe-se um crescimento de 0,1 p.p. entre os anos de 2020 e 2021, o menor na série histórica apresentada – com exceção do decréscimo de 0,2 p.p. ocorrido entre os anos 2014 e 2015.

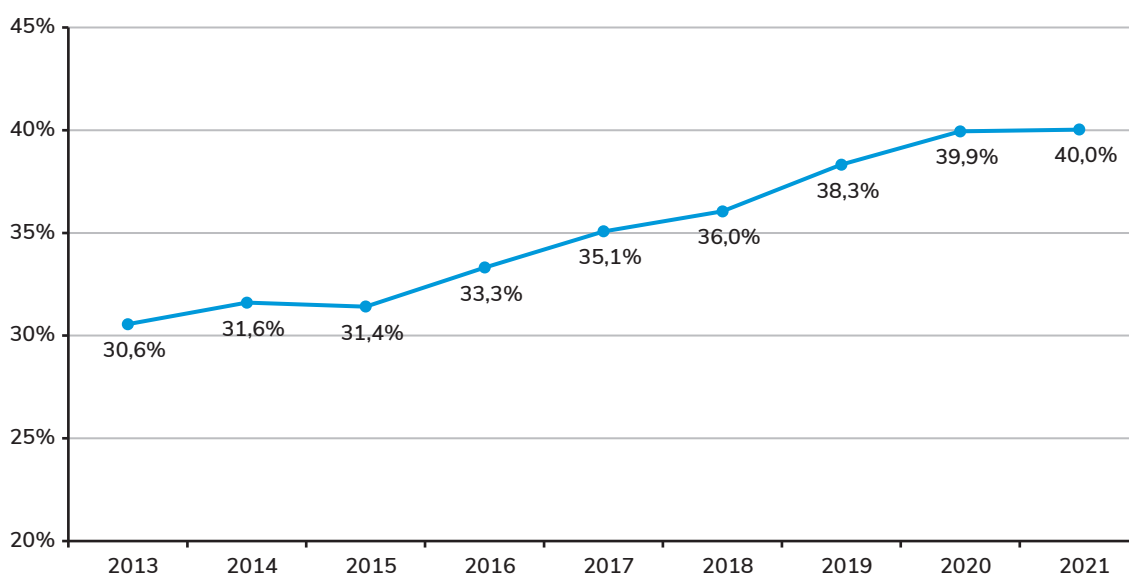


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Em valores absolutos, em 2021, o percentual de 40,0% corresponde a 893.015 professores (de um total de 2.230.891). Assim, para o atingimento da meta, 1.337.876 professores teriam ainda que realizar essa formação até o final do período do plano. Considerando que a meta tem como objetivo atingir 100% dos profissionais da educação básica, e não apenas os professores, fica evidente a dificuldade para que a meta seja alcançada até 2024.

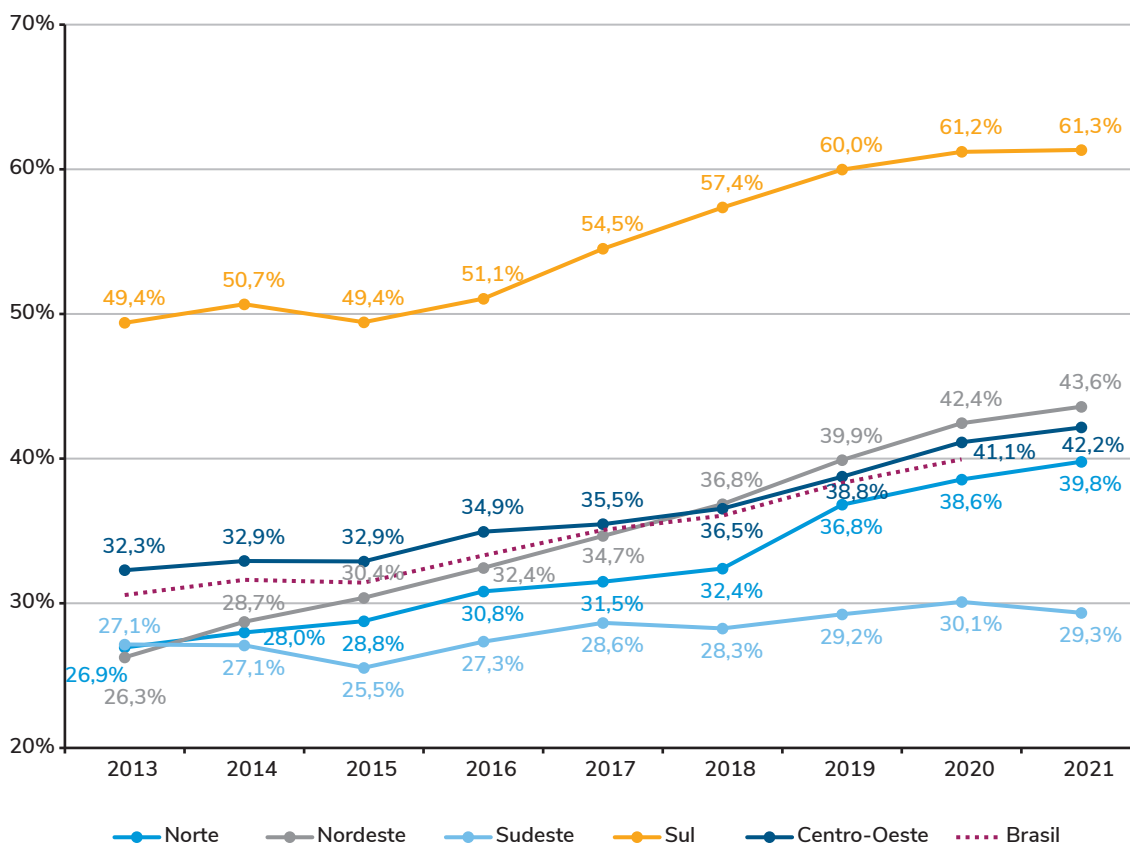


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, POR GRANDE REGIÃO – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

Em 2021, a região Sul destaca-se por estar bastante acima das outras regiões no percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada (61,3%), sendo seguida pelas regiões Nordeste (43,6%), Centro-Oeste (42,2%) e Norte (39,8%), de acordo com o Gráfico 7. A região Sudeste apresentou o menor percentual (29,3%), tendo havido um decréscimo de 0,8 p.p. entre 2020 e 2021. Destaca-se também que o indicador da região Nordeste, que demonstrou, em 2013, o menor percentual dentre todas as regiões, ultrapassou em 1,3 p.p. o valor da região Centro-Oeste em 2020 e em 1,4 p.p. em 2021, restando atrás apenas da região Sul.

No cenário detalhado de cada região (dados completos na Tabela 2), os maiores percentuais de professores com cursos de formação continuada estavam nas seguintes unidades federativas: Acre (52,0%), no Norte; Piauí (56,5%), no Nordeste; Espírito Santo (75,9%), no Sudeste; Paraná

(73,1%), no Sul; e Distrito Federal (53,2%), no Centro-Oeste. Nota-se que São Paulo foi a única unidade federativa que apresentou uma queda na série histórica, com redução de 4,5 p.p. entre 2013 e 2021, e, assim, alcançando nesse último ano o patamar de 20,6%, o menor entre os das unidades federativas.

TABELA 2

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE FEDERATIVA – 2013/2017/2021

(continua)

Regiões/UFs	2013			2017			2021			Variação p.p.
	Total	Form Cont.		Total	Form Cont.		Total	Form Cont.		
		n	%		n	%		n	%	
Brasil	2.183.858	667.277	30,6	2.244.128	787.042	35,1	2.230.891	893.015	40,0	9,4
Norte	194.027	52.276	26,9	200.629	63.168	31,5	196.608	78.217	39,8	12,9
Rondônia	17.707	4.810	27,2	16.898	6.277	37,1	15.626	7.136	45,7	18,5
Acre	11.202	3.934	35,1	12.612	6.473	51,3	10.135	5.270	52,0	16,9
Amazonas	41.586	10.720	25,8	45.293	12.487	27,6	47.995	14.947	31,1	5,3
Roraima	7.729	2.754	35,6	7.482	3.207	42,9	7.860	4.000	50,9	15,3
Pará	86.140	19.649	22,8	87.026	22.954	26,4	84.355	33.701	40,0	17,2
Amapá	11.147	3.403	30,5	11.761	4.326	36,8	11.556	5.026	43,5	13,0
Tocantins	18.709	7.072	37,8	19.738	7.508	38,0	19.277	8.227	42,7	4,9
Nordeste	626.913	164.600	26,3	642.381	222.620	34,7	614.881	268.003	43,6	17,3
Maranhão	98.013	28.883	29,5	104.344	37.728	36,2	101.666	47.163	46,4	16,9
Piauí	44.922	9.163	20,4	47.989	23.356	48,7	43.603	24.647	56,5	36,1
Ceará	96.027	30.541	31,8	99.508	38.227	38,4	96.729	46.147	47,7	15,9
Rio Grande do Norte	35.549	10.280	28,9	35.429	12.092	34,1	34.452	14.849	43,1	14,2
Paraíba	49.340	13.428	27,2	48.493	18.081	37,3	47.470	21.736	45,8	18,6
Pernambuco	91.775	20.466	22,3	88.675	23.913	27,0	85.652	28.141	32,9	10,6
Alagoas	33.280	7.362	22,1	34.607	11.610	33,5	35.072	14.183	40,4	18,3
Sergipe	22.547	6.109	27,1	23.295	7.832	33,6	22.744	9.620	42,3	15,2
Bahia	158.764	39.274	24,7	163.593	51.637	31,6	151.829	64.093	42,2	17,5

TABELA 2

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA,
POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE FEDERATIVA – 2013/2017/2021

(conclusão)

Regiões/UFs	2013			2017			2021			Variação p.p.
	Total	Form Cont.		Total	Form Cont.		Total	Form Cont.		
		n	%		n	%		n	%	
Sudeste	882.824	239.625	27,1	891.858	255.409	28,6	914.750	268.325	29,3	2,2
Minas Gerais	230.287	57.480	25,0	236.984	70.517	29,8	217.258	76.646	35,3	10,3
Espírito Santo	43.604	25.666	58,9	42.502	28.657	67,4	43.210	32.806	75,9	17,0
Rio de Janeiro	160.995	43.997	27,3	162.777	50.922	31,3	155.670	56.725	36,4	9,1
São Paulo	449.152	112.958	25,1	450.913	105.830	23,5	500.130	102.803	20,6	-4,5
Sul	326.679	161.340	49,4	343.054	186.989	54,5	343.275	210.554	61,3	11,9
Paraná	127.902	82.096	64,2	138.123	90.049	65,2	136.742	99.973	73,1	8,9
Santa Catarina	77.717	37.380	48,1	84.187	48.657	57,8	91.186	59.919	65,7	17,6
Rio Grande do Sul	121.501	42.185	34,7	121.205	48.644	40,1	115.899	51.113	44,1	9,4
Centro Oeste	154.243	49.802	32,3	167.113	59.272	35,5	162.508	68.509	42,2	9,9
Mato Grosso do Sul	28.665	10.197	35,6	32.836	12.685	38,6	31.649	16.221	51,3	15,7
Mato Grosso	35.262	9.628	27,3	40.194	13.109	32,6	40.508	14.653	36,2	8,9
Goiás	60.788	16.214	26,7	62.938	18.101	28,8	59.209	21.030	35,5	8,8
Distrito Federal	30.000	13.947	46,5	31.590	15.567	49,3	31.708	16.873	53,2	6,7

Fonte: Elaborada pela Direde/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013/2017/2021).

No que se refere às redes de ensino (Gráfico 8), em 2021, as redes municipais são as que apresentam os maiores percentuais de professores com formação continuada (46,9%), seguidas pelas redes estaduais (36,0%), privada (32,4%) e federal (32,1%). Em relação à rede privada, houve uma queda de 0,2 p.p. entre os anos 2020 e 2021. Percebe-se, em 2021, a diferença de apenas 0,3 p.p. entre as redes federal e privada. Esses dados indicam que, se a meta é chegar a 100% de profissionais da educação básica com formação continuada até 2024, haverá a necessidade de um esforço adicional das redes de ensino para o engajamento dos professores em cursos de formação continuada.

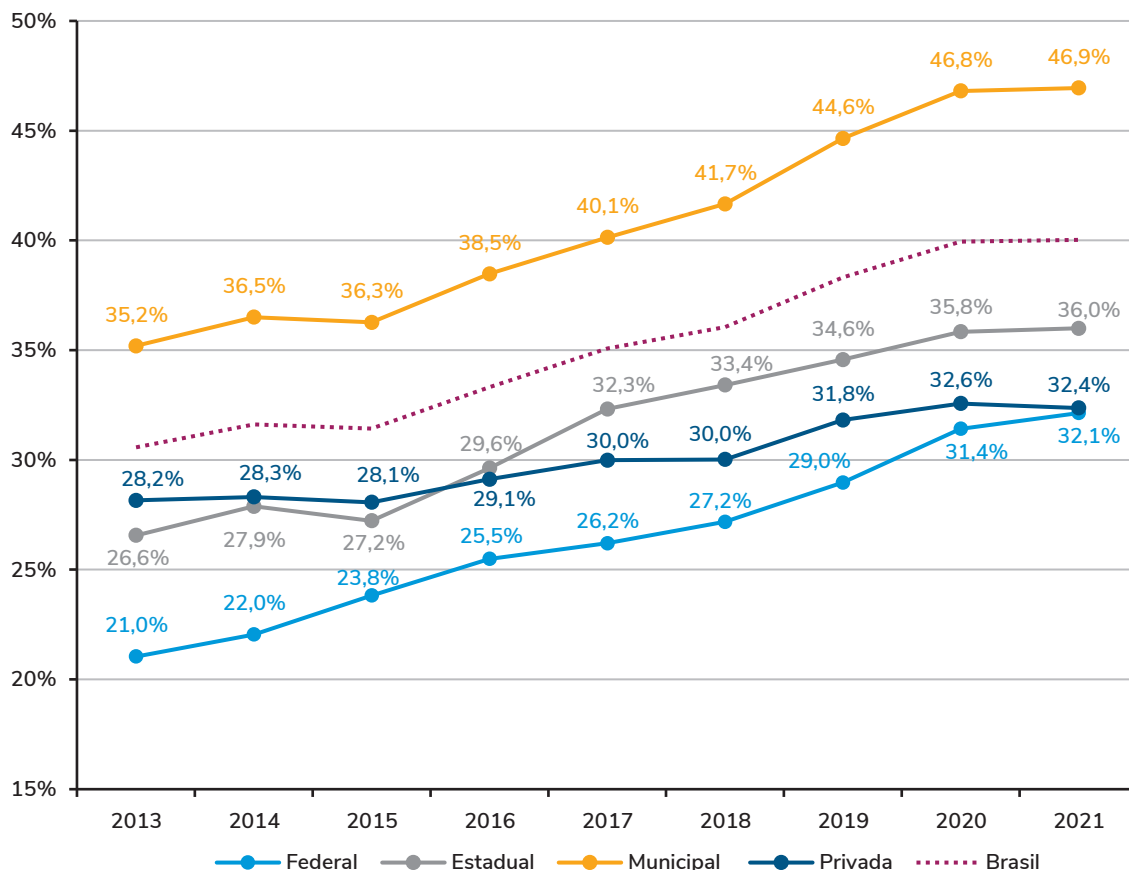


GRÁFICO 8

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2013-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2013-2021).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Os dados apresentados ao longo deste texto permitem traçar as seguintes conclusões acerca da evolução da formação docente em pós-graduação e em formação continuada na educação básica brasileira no período de 2013 a 2021:

1. O percentual de professores com titulação em nível de pós-graduação aumentou, no período de 2013 a 2021, de 30,2% para 44,7%. Caso seja mantido esse ritmo de crescimento, será possível atingir a meta de 50% até 2024.
2. O crescimento no percentual de professores com pós-graduação nesse período se deveu particularmente à titulação em nível de especialização. Em 2021, 40,7% dos docentes na educação básica possuíam o nível de especialização, 3,3% de mestrado e 0,8% de doutorado.
3. Existe desigualdade regional no que tange à formação dos professores da educação básica em nível de pós-graduação: em 2021, os maiores percentuais de professores

pós-graduados estão nas regiões Sul (64,0%) e Centro-Oeste (53,4%), seguidas pelas regiões Nordeste (42,2%), Sudeste (39,6%) e Norte (35,6%).

4. Em 2021, houve uma maior proporção de professores pós-graduados entre os que lecionam em escolas nas regiões urbanas (46,1%) do que nas rurais (39,6%). Não obstante, a distância entre esses percentuais vem diminuindo ao longo do período analisado (de 11,9 p.p. em 2013 para 6,5 p.p. em 2021).
5. Em relação à dependência administrativa das escolas, observa-se que as redes públicas apresentam percentuais de professores com pós-graduação maiores do que a rede privada durante o período analisado, esta se encontrando abaixo da média nacional, com 27,6%.
6. O percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada aumentou, no período de 2013 a 2021, de 30,6% para 40,0%. Entretanto, existem dificuldades para o atingimento da meta de 100% dos profissionais da educação básica, pois, para isso, 1.337.876 professores teriam ainda que realizar essa formação até o final da vigência do PNE.
7. Constatam-se diferenças regionais quanto à formação continuada: em 2021, o quantitativo de professores com formação continuada era maior na região Sul (61,3%), seguida pelas regiões Nordeste (43,6%), Centro-Oeste (42,2%) e Norte (39,8%). A região Sudeste (29,3%) apresentou o percentual mais baixo, com um decréscimo de 0,8 p.p. entre 2020 e 2021.
8. Considerando a série histórica, as redes públicas foram as que mais promoveram a formação dos professores em formações continuadas, com exceção da rede federal (32,1%), que em 2021 apresentou uma diferença de 0,3 p.p. em relação à rede privada (32,4%).
9. Em quase todas as unidades da Federação, observou-se aumento dos percentuais de professores formados, tanto em nível de pós-graduação como em formação continuada, entre 2013 e 2021. A única exceção foi o estado de São Paulo, cujo percentual de professores com formação continuada diminuiu 4,5 p.p.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*. Brasília, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar 2021: matrícula inicial*. Brasília, 2021.



META 17

.....

VALORIZAR OS(AS) PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, DE FORMA A EQUIPARAR SEU RENDIMENTO MÉDIO AO DOS(AS) DEMAIS PROFISSIONAIS COM ESCOLARIDADE EQUIVALENTE, ATÉ O FINAL DO SEXTO ANO DE VIGÊNCIA DESTE PNE.

.....



É inegável o papel dos profissionais do magistério das redes públicas na determinação da qualidade do ensino ofertado na educação básica. Certamente, um aspecto importante para a atuação desses profissionais é a sua valorização, em especial, o nível de seus rendimentos em comparação com os demais profissionais. Esse é o foco da Meta 17. Ela prevê a equiparação dos rendimentos médios dos profissionais do magistério ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Para o monitoramento desta meta, utiliza-se um indicador que estabelece a razão entre os rendimentos médios dos profissionais do magistério e dos demais profissionais com a mesma escolaridade. Essa razão é posteriormente multiplicada por 100, para que se tenha o resultado como uma relação percentual entre as duas remunerações médias consideradas. Assim, para que a meta seja alcançada, essa relação percentual deve ser igual a 100%, como representado a seguir:

$$\frac{\text{Rendimento dos profissionais do magistério das redes públicas da EB}}{\text{Rendimento dos demais profissionais com a mesma escolaridade}} \times 100 = 100\%$$

De acordo com a Estratégia 17.2 do PNE, o acompanhamento da evolução salarial deve ser realizado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad¹, periodicamente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dessa forma, esta pesquisa foi utilizada no Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (Brasil. Inep, 2016). A

¹ A Pnad (IBGE, 2016b) é uma pesquisa amostral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o Brasil, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas.

partir de 2012, o IBGE passou por diversos aprimoramentos em suas pesquisas por amostra de domicílios e implementou uma nova pesquisa – a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c)², substituindo assim a Pnad anterior e a Pesquisa Mensal de Emprego – PME (IBGE, 2016a). Assim, para este relatório, o indicador manteve as mesmas alterações metodológicas que foram realizadas a partir do Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (Brasil. Inep, 2018), a saber:

- a) Substituição da variável “anos de estudo” da Pnad pela variável “nível de instrução mais elevado alcançado”, da Pnad-c.
- b) Inclusão dos profissionais da rede pública de ensino federal, uma vez que a meta faz menção às “redes públicas de educação básica”, da qual a rede federal faz parte.
- c) Ampliação das ocupações consideradas na estimação da renda dos profissionais do magistério: no relatório de monitoramento do primeiro ciclo, considerou-se apenas a renda dos docentes, a partir do segundo ciclo, foram incluídos todos os profissionais do magistério.
- d) Na estimação da renda dos demais profissionais, consideraram-se apenas os profissionais assalariados³.

Para este relatório, a definição do indicador utilizado no monitoramento desta meta manteve-se equivalente ao dos dois ciclos anteriores, sendo assim definido como:

- *Indicador 17A: Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo.*

Nesta seção, apresenta-se a análise da trajetória do Indicador 17A no período entre 2012 e 2021 para o Brasil, para as grandes regiões e para as unidades da Federação (UF). Além do indicador, o relatório também apresenta a evolução do rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de ensino. A avaliação da evolução do poder de compra efetivo dos profissionais do magistério ao longo do período considerado é fundamental, pois o indicador que monitora esta meta tem natureza relativa, sendo assim, a melhoria desse indicador pode ocorrer tanto em função de um aumento no rendimento dos profissionais do magistério ou em função de uma redução na remuneração dos demais profissionais.

Para os ciclos anteriores, eram divulgados resultados para Brasil e para as unidades da Federação. No entanto, em virtude da pandemia de covid-19, a Pnad-c/IBGE, além de sofrer alterações na metodologia de coleta dos dados, teve uma redução considerável de sua amostra em

² Assim como os demais indicadores deste Relatório que utilizam os dados da Pnad-c, os cálculos foram realizados com base na Pnad-c do segundo trimestre de cada ano, em que o tema da educação é mais abordado. Os microdados de todos os anos foram extraídos em 19/1/2022. Essa nova extração dos dados explica as pequenas diferenças existentes no cálculo do indicador para alguns anos que já haviam sido divulgados.

³ Maiores informações e detalhamentos sobre os procedimentos de cálculo do indicador estão disponíveis na ficha técnica da Meta 17A.

2020 e 2021. Essa redução afetou o cálculo dos indicadores de algumas unidades da Federação, especialmente naquelas em que a amostra ficou bastante reduzida. Assim, nesta edição, além dos resultados para Brasil e unidades da Federação, incluiu-se a desagregação dos indicadores por grandes regiões geográficas, trazendo assim um panorama regional e resultados mais robustos do que se observa para as unidades da Federação em que os efeitos da pandemia podem ter comprometido mais fortemente as estimativas. De todo modo, recomenda-se bastante cautela ao analisar os resultados observados para os últimos anos, pois a pandemia não apenas afetou os sistemas e a metodologia de coleta da Pnad-c/IBGE, como também pode ter tido impacto severo no mercado de trabalho, especialmente no que tange às remunerações.

Ainda em relação aos efeitos da pandemia no sistema de coleta de informações estatísticas do IBGE, é necessário considerar as reponderações aplicadas na Pnad-c. Como não foi possível a realização do Censo Demográfico em 2020, o IBGE teve que realizar ajustes na definição dos pesos amostrais da pesquisa em todas as suas edições. Por isso, a série histórica dos indicadores aqui apresentados precisou ser recalculada, o que pode gerar diferenças em relação aos valores apresentados anteriormente⁴.

EQUIPARAÇÃO DO RENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO DOS DEMAIS PROFISSIONAIS

Indicador 17A – Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo.

Meta: Equiparação salarial de 100%.

O Gráfico 1 retrata a trajetória do Indicador 17A para o período entre 2012 e 2021. Em 2012, o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, correspondia a 65,2% do rendimento bruto médio dos demais profissionais assalariados com nível superior. Entre 2012 e 2021, a relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal desses dois grupos apresentou crescimento de 17,3 p.p., atingindo 82,5% ao final do período. Para que a meta de equiparação salarial seja atendida, ainda é necessário um aumento de 17,5 p.p. no indicador.

Importante observar que essa meta preconizava que a equiparação deveria ocorrer até 2020, o que não se concretizou. Além disso, o avanço observado no período é equivalente ao avanço necessário para o atingimento da meta, isso faltando apenas três anos para o término da vigência do PNE 2014-2024 (Brasil, 2014).

⁴ Para mais informações consultar as Notas Técnicas disponíveis em (IBGE, 2022).

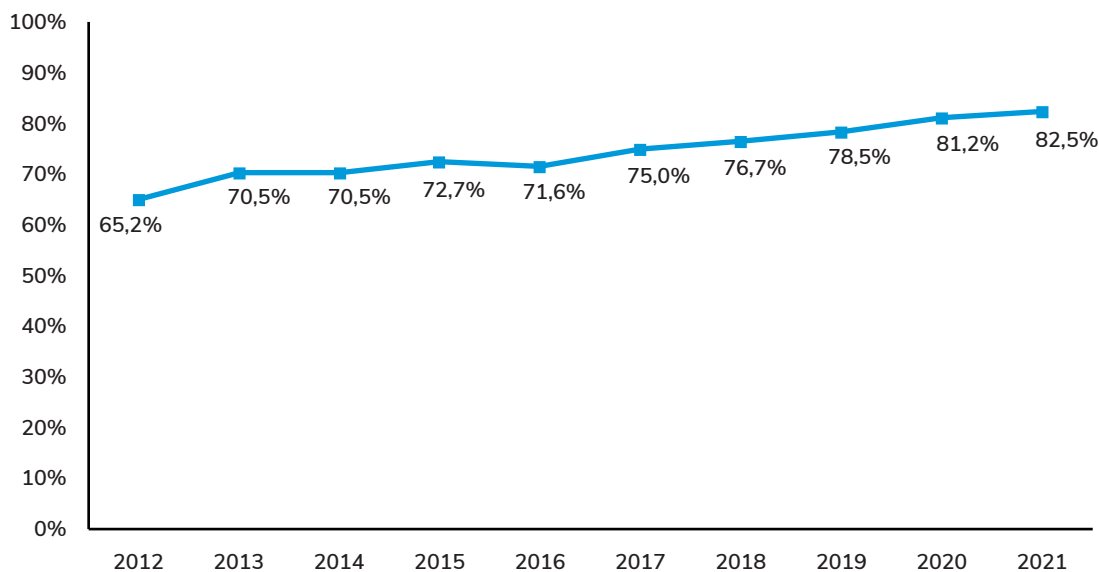


GRÁFICO 1

RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, E O RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS DEMAIS PROFISSIONAIS ASSALARIADOS, COM NÍVEL SUPERIOR – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

A Tabela 1 traz o rendimento bruto médio (a preços de maio/2021⁵) dos profissionais do magistério e dos demais profissionais assalariados no período entre 2012 e 2021. Nota-se que o crescimento do Indicador 17A deve-se, em grande medida, ao decréscimo do rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais, que em 2012 era de R\$ 6.164,71 (em valores constantes de maio/2021) e recuou para R\$ 5.175,31 em 2021. Isso correspondeu a uma perda real de 16% do poder de compra efetivo ao longo dos anos analisados, o que pode ser reflexo do cenário econômico observado nos últimos anos, em que se verificou uma recessão econômica nos anos de 2015 e 2016, um baixo crescimento entre 2017 e 2019 e uma forte retração em 2020, ano da pandemia da covid-19⁶.

Ainda de acordo com a Tabela 1, o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica teve um pequeno avanço real de 6,2% no período, passando de R\$ 4.021,29 em 2012 para R\$ 4.271,03 em 2021. É importante ressaltar que a inflação acumulada apurada no mesmo período foi de 64,9%⁷. Os valores médios do rendimento bruto real mensal dos profissionais do magistério tiveram leve variação no período, sendo o menor valor observado em 2016 (R\$ 3.884,10) e o maior em 2020 (R\$ 4.339,73). O Gráfico 2 traz a evolução do rendimento médio dos profissionais do magistério e dos demais

⁵ Como foi utilizada a Pnad-c do segundo trimestre, o deflacionamento teve como referência o mês de maio de 2021, que é o mês do meio da coleta de dados desse trimestre (abril, maio, junho). Tal procedimento também é adotado pelo IBGE (2019, p. 5) na publicação dos resultados desse trimestre.

⁶ De acordo com o IBGE (2020), a variação de Produto Interno Bruto (PIB) foi de -3,55% em 2015, -3,31% em 2016, pouco mais de 1% para os anos de 2017 a 2019 e -3,88% em 2020.

⁷ Calculado a partir do Índice de Preços ao Consumidor – IPCA (IBGE, [2021]).

profissionais para o período entre 2012 e 2021. Fica evidente que houve uma redução na diferença entre as remunerações dos dois grupos analisados, o que propiciou um avanço no indicador da meta. Entretanto, esse avanço ocorreu de maneira indesejável, pois não foi fruto de uma elevada valorização dos profissionais do magistério, uma vez que a remuneração desses profissionais pouco avançou no período. O que mais contribuiu para o avanço do indicador no período foi a retração de mais de 15% observada na remuneração dos demais.

TABELA 1

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – BRASIL – 2012-2021

Descrição	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Profissionais do magistério	4.021,29	4.204,24	4.212,36	4.219,21	3.884,10	4.125,12	4.198,71	4.178,72	4.339,73	4.271,03
Demais profissionais	6.164,71	5.960,60	5.973,62	5.804,42	5.427,33	5.499,85	5.477,33	5.320,31	5.347,41	5.175,31
Indicador 17A	65,2%	70,5%	70,5%	72,7%	71,6%	75,0%	76,7%	78,5%	81,2%	82,5%

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2021.

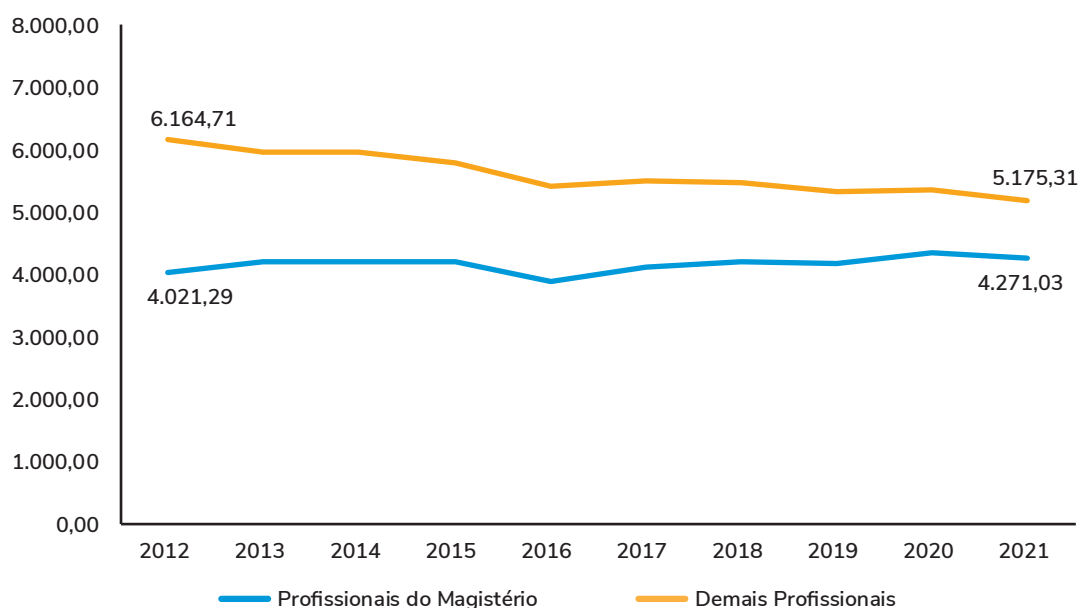


GRÁFICO 2

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL (EM R\$) DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS ASSALARIADOS, COM NÍVEL SUPERIOR – BRASIL – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2021.

A Tabela 2 traz o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério e demais profissionais, bem como o indicador da Meta 17 desagregado por grandes regiões. Em relação à remuneração média mensal dos profissionais do magistério, nota-se que a maior remuneração média observada em 2021 ocorreu para a região Centro-Oeste, onde a remuneração média foi de quase 5 mil reais; para as demais regiões, a remuneração variou entre 4,1 mil a 4,5 mil. No entanto, é interessante observar que, apesar de a região Centro-Oeste apresentar a maior remuneração média dos profissionais do magistério em 2021, ela foi a única em que a remuneração média dos profissionais do magistério teve retração no período, passando de R\$ 5.170,28 em 2012 para R\$ 4.993,44 (redução de 3,4%, conforme Gráfico 3). O maior avanço no período foi observado para a região Nordeste, em que a remuneração média dos profissionais do magistério passou de R\$ 3.566,30 em 2012 para R\$ 4.130,71 em 2021, aumento real de 15,8%. Para a região Norte, o ganho real na remuneração dos profissionais do magistério foi de quase 10% (R\$ 4.135,12 em 2012 para R\$ 4.530,37 em 2021). Já para as regiões Sudeste e Sul, o avanço na remuneração do público-alvo dessa meta foi 3,9% (R\$ 4.041,19 em 2012 para R\$ 4.200,07 em 2021) e 3,4% (R\$ 4.012,40 em 2012 para R\$ 4.149,88 em 2021), respectivamente.

TABELA 2

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2012-2021

	Descrição	Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	Profissionais do magistério	4.021,29	4.204,24	4.212,36	4.219,21	3.884,10	4.125,12	4.198,71	4.178,72	4.339,73	4.271,03
	Demais profissionais	6.164,71	5.960,60	5.973,62	5.804,42	5.427,33	5.499,85	5.477,33	5.320,31	5.347,41	5.175,31
	Indicador 17A	65,2%	70,5%	70,5%	72,7%	71,6%	75,0%	76,7%	78,5%	81,2%	82,5%
Norte	Profissionais do magistério	4.135,12	4.164,22	4.350,75	4.285,90	3.936,99	3.879,01	3.902,63	4.106,30	4.158,50	4.530,37
	Demais profissionais	5.658,05	6.025,90	5.586,87	5.293,49	4.973,81	4.985,43	4.916,58	4.511,47	5.073,14	4.730,77
	Indicador 17A	73,1%	69,1%	77,9%	81,0%	79,2%	77,8%	79,4%	91,0%	82,0%	95,8%
Nordeste	Profissionais do magistério	3.566,30	3.775,02	3.970,86	4.040,57	3.762,03	3.751,21	3.767,34	3.933,25	4.161,43	4.130,71
	Demais profissionais	5.610,76	5.511,92	5.627,05	5.185,14	4.980,22	4.840,92	4.561,98	4.425,39	4.357,28	4.380,89
	Indicador 17A	63,6%	68,5%	70,6%	77,9%	75,5%	77,5%	82,6%	88,9%	95,5%	94,3%
Sudeste	Profissionais do magistério	4.041,49	4.259,82	4.152,38	4.131,35	3.788,57	4.094,61	4.338,24	4.093,33	4.238,08	4.200,07
	Demais profissionais	6.313,16	6.014,32	6.123,90	5.971,79	5.561,06	5.698,56	5.842,56	5.646,14	5.816,08	5.430,99
	Indicador 17A	64,0%	70,8%	67,8%	69,2%	68,1%	71,9%	74,3%	72,5%	72,9%	77,3%
Sul	Profissionais do magistério	4.012,40	4.198,44	4.154,99	4.131,49	3.781,11	4.383,37	4.233,77	4.318,60	4.382,94	4.149,88
	Demais profissionais	5.387,40	5.231,51	5.276,31	5.269,41	4.868,74	5.124,67	4.988,22	5.030,64	4.721,98	4.840,14
	Indicador 17A	74,5%	80,3%	78,7%	78,4%	77,7%	85,5%	84,9%	85,8%	92,8%	85,7%
Centro-Oeste	Profissionais do magistério	5.170,28	5.263,66	5.185,02	5.251,81	4.829,54	5.080,28	5.170,77	5.098,59	5.434,24	4.993,44
	Demais profissionais	7.650,65	7.599,24	7.053,77	7.107,17	6.620,14	6.291,93	6.131,22	5.975,89	5.747,94	5.728,96
	Indicador 17A	67,6%	69,3%	73,5%	73,9%	73,0%	80,7%	84,3%	85,3%	94,5%	87,2%

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2021.

Em relação ao Indicador 17A, observa-se na Tabela 2 que Norte e Nordeste são as regiões cuja remuneração média dos profissionais do magistério mais se aproximou da remuneração média dos demais profissionais em 2021, com Indicador 17A em torno de 95%. Nas demais regiões, esse indicador atingiu, em 2021, 87,2% no Centro-Oeste, 85,7% no Sul e 77,3% no Sudeste. O avanço no Indicador 17A ocorreu para todas as regiões geográficas, mas, assim como foi observado nos resultados nacionais, esse avanço se deve especialmente à retração na remuneração média dos demais profissionais, que ocorreu em todas as regiões, conforme observado no Gráfico 3. As maiores retrações, considerando o ano de 2021 em relação a 2012, ocorreram nas regiões Centro-Oeste (-25,1%), Nordeste (-21,9%) e Norte (-16,4%).

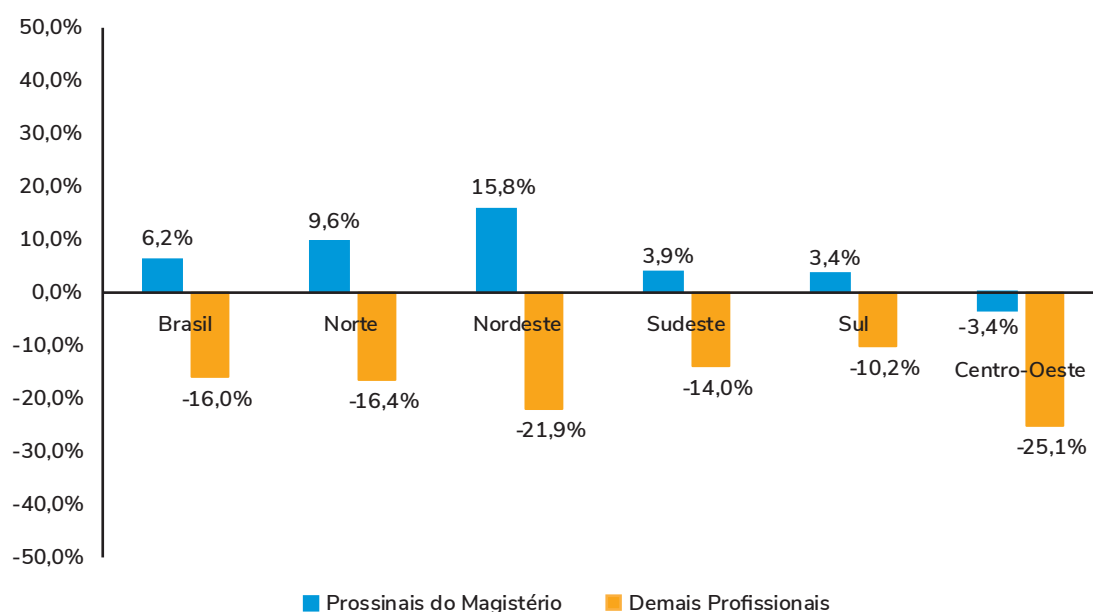


GRÁFICO 3

VARIAÇÃO PERCENTUAL NO RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS ASSALARIADOS, COM NÍVEL SUPERIOR – BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2012-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Para as unidades da Federação (UFs), serão apresentados os resultados do Indicador 17A atualizados para todo o período. No entanto, devido à mudança na metodologia de coleta da Pnad-c e, em especial, à redução não desprezível das amostras em 2020 e 2021, os resultados para estes dois últimos anos serão realçados em tonalidade diferente dos demais resultados. Recomenda-se bastante cautela na interpretação desses resultados, pois eventuais mudanças bruscas observadas nas estimativas das remunerações médias podem ser fruto da perda amostral combinada à mudança na forma de coleta da Pnad-c, mas também pode significar um efeito direto da pandemia no mercado de trabalho.

A Tabela 3 traz os resultados do Indicador 17A e os rendimentos brutos médios mensais dos dois grupos considerados para os estados da região Norte, no período entre 2012 e 2021. Analisando os resultados do Indicador 17A para o ano de 2021, existem quatro estados cuja remuneração média mensal dos profissionais do magistério é equivalente ou superior à

remuneração média mensal dos demais profissionais: Amapá (125,8%), Rondônia (107,5%), Tocantins (107,0%) e Roraima (104,9%). Os estados do Amazonas (87,6%) e Pará (88,4%) foram os que apresentaram, em 2021, os valores percentuais mais distantes da meta estabelecida.

Analisando os rendimentos brutos médios mensais dos profissionais do magistério das sete UFs da região Norte, observa-se que apenas para o Pará, o valor real do rendimento em 2021 foi o mais elevado da série. No período avaliado, o estado de Roraima foi o que apresentou maior retração na remuneração dos profissionais do magistério, com remuneração média estimada em R\$ 5.386,51 em 2012 e R\$ 5.134,87 em 2021 (retração de 4,7%). Já os estados da região Norte com maior acréscimo real no rendimento médio mensal dos profissionais do magistério foram o Amapá, com 22,2% (passando de R\$ 4.878,53 em 2012 para R\$ 5.962,47 em 2021), e o Pará, com 16,8% (passando de R\$ 4.171,03 em 2012 para R\$ 4.871,39 em 2021). Em 2021, o estado da região Norte com maior rendimento médio dos profissionais do magistério foi o Amapá, com estimativa de quase 6 mil reais, enquanto Rondônia e Tocantins apresentaram as menores estimativas para o rendimento dos profissionais do magistério, em torno de 3,7 mil.

TABELA 3

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – ESTADOS DA REGIÃO NORTE – 2012-2021

(continua)

UFs	Descrição	Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RO	Profissionais do magistério	3.647,14	3.487,04	3.549,24	3.738,77	3.443,83	3.334,10	3.431,20	3.831,10	3.866,52	3.732,41
	Demais profissionais	5.810,15	5.634,92	4.655,99	4.544,01	4.247,62	4.579,31	4.473,62	3.753,55	3.907,54	3.473,60
	Indicador 17A	62,8%	61,9%	76,2%	82,3%	81,1%	72,8%	76,7%	102,1%	99,0%	107,5%
AC	Profissionais do magistério	4.697,66	4.901,48	4.872,19	5.188,92	4.746,47	3.872,72	3.912,22	4.052,44	4.731,32	4.674,98
	Demais profissionais	6.113,57	5.722,50	5.692,47	5.678,62	5.308,36	5.188,65	4.608,41	5.243,37	4.410,60	4.993,54
	Indicador 17A	76,8%	85,7%	85,6%	91,4%	89,4%	74,6%	84,9%	77,3%	107,3%	93,6%
AM	Profissionais do magistério	3.809,20	3.544,75	3.823,13	3.685,68	3.380,56	3.548,68	3.825,31	3.981,78	4.554,23	4.135,14
	Demais profissionais	6.248,01	6.965,81	6.224,34	6.306,49	5.907,94	5.759,50	4.972,67	4.760,11	5.657,56	4.722,12
	Indicador 17A	61,0%	50,9%	61,4%	58,4%	57,2%	61,6%	76,9%	83,6%	80,5%	87,6%
RR	Profissionais do magistério	5.386,51	6.622,51	6.252,98	6.257,21	5.739,07	5.568,90	5.637,57	5.464,08	5.388,29	5.134,87
	Demais profissionais	7.074,62	7.033,67	6.480,73	6.675,07	6.294,46	5.959,00	5.733,00	6.387,84	7.026,61	4.894,34
	Indicador 17A	76,1%	94,2%	96,5%	93,7%	91,2%	93,5%	98,3%	85,5%	76,7%	104,9%
PA	Profissionais do magistério	4.171,03	4.093,46	4.381,76	4.136,35	3.790,37	3.985,72	3.822,66	4.008,73	3.921,80	4.871,39
	Demais profissionais	5.275,29	5.382,55	5.440,56	4.745,08	4.458,68	4.478,19	4.902,56	4.221,40	5.479,73	5.507,86
	Indicador 17A	79,1%	76,1%	80,5%	87,2%	85,0%	89,0%	78,0%	95,0%	71,6%	88,4%

TABELA 3

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – ESTADOS DA REGIÃO NORTE – 2012-2021

(continua)

UFs	Descrição	Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
AP	Profissionais do magistério	4.878,53	5.440,33	6.283,07	6.019,98	5.506,67	4.694,08	4.922,02	5.675,73	4.983,28	5.962,47
	Demais profissionais	5.229,44	4.803,18	5.647,13	5.070,04	4.735,87	5.704,85	5.231,82	4.474,49	4.616,19	4.739,97
	Indicador 17A	93,3%	113,3%	111,3%	118,7%	116,3%	82,3%	94,1%	126,8%	108,0%	125,8%
TO	Profissionais do magistério	3.706,55	3.740,85	3.729,04	3.636,16	3.383,99	3.284,17	3.354,22	3.684,92	3.545,77	3.677,33
	Demais profissionais	4.854,23	6.620,04	5.084,93	4.601,05	4.380,61	4.360,26	4.905,13	4.440,30	3.443,02	3.438,36
	Indicador 17A	76,4%	56,5%	73,3%	79,0%	77,2%	75,3%	68,4%	83,0%	103,0%	107,0%

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2021.

Para os estados do Nordeste, os resultados do indicador da Meta 17, bem como a remuneração média mensal dos dois grupos, podem ser conferidos na Tabela 4. Os resultados mostram que quatro estados atingiram ou superaram a meta de equiparação no rendimento dos profissionais do magistério com os demais profissionais em 2021. Esses estados são o Rio Grande do Norte (178,6%), o Sergipe (116,2%), o Maranhão (106,9%) e a Paraíba (101,0%). No entanto, é importante ressaltar que as estimativas de remunerações médias para os profissionais do magistério para os estados do Rio Grande do Norte e Sergipe estão muito distintas do restante da série, dando fortes indícios de que a amostra pode não ter sido suficiente para estimar com precisão a remuneração desses profissionais. Os estados que ficaram mais distantes da meta em 2021 foram: Alagoas (78,0%), Bahia (78,2%) e Pernambuco (81,4%).

Na Tabela 4, é possível observar ainda que apenas dois estados do Nordeste não apresentaram ganhos reais na remuneração média dos profissionais do magistério, Bahia e Alagoas, cujas remunerações médias ficaram muito próximas da remuneração observada em 2012. Nas demais UFs, a remuneração média dos profissionais do magistério teve aumento real no período. Em 2021, os estados do Ceará, Alagoas e Bahia registraram os menores valores para o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério (cerca de 3,5 mil reais), já os maiores rendimentos foram observados para o Rio Grande do Norte e Sergipe (rendimentos superiores a 6,5 mil). Entretanto, é importante reforçar que Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram estimativas de remuneração média dos profissionais do magistério bem diferentes do comportamento usual da série histórica.

TABELA 4

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE – 2012-2021

UFs	Descrição	Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
MA	Profissionais do magistério	3.701,52	3.846,65	3.981,52	4.152,51	3.820,66	4.365,25	4.032,87	3.964,65	4.487,02	4.457,67
	Demaís profissionais	4.901,76	4.942,92	4.128,02	3.828,28	3.776,69	4.612,57	3.652,39	3.580,28	3.983,95	4.168,12
	Indicador 17A	75,5%	77,8%	96,5%	108,5%	101,2%	94,6%	110,4%	110,7%	112,6%	106,9%
PI	Profissionais do magistério	3.318,67	3.493,70	3.233,30	3.681,94	3.377,50	3.445,68	3.462,72	3.862,71	4.057,23	3.645,64
	Demaís profissionais	4.689,90	4.548,10	5.839,37	5.526,48	5.394,17	4.226,36	3.819,78	3.911,64	4.389,09	3.957,76
	Indicador 17A	70,8%	76,8%	55,4%	66,6%	62,6%	81,5%	90,7%	98,7%	92,4%	92,1%
CE	Profissionais do magistério	2.804,23	2.952,78	3.149,09	2.958,86	2.782,82	3.012,58	3.289,61	3.325,78	3.092,70	3.357,42
	Demaís profissionais	4.958,92	5.571,70	5.526,05	5.015,63	4.885,06	4.632,49	4.904,72	4.933,52	4.015,64	3.874,26
	Indicador 17A	56,5%	53,0%	57,0%	59,0%	57,0%	65,0%	67,1%	67,4%	77,0%	86,7%
RN	Profissionais do magistério	3.844,58	4.314,44	4.564,31	4.490,10	4.171,01	4.328,99	4.534,80	4.937,00	4.459,04	6.943,65
	Demaís profissionais	5.386,14	6.130,00	4.791,14	4.734,45	4.596,51	4.661,22	4.680,08	4.158,06	4.233,53	3.887,15
	Indicador 17A	71,4%	70,4%	95,3%	94,8%	90,7%	92,9%	96,9%	118,7%	105,3%	178,6%
PB	Profissionais do magistério	3.540,89	3.701,68	3.593,18	4.219,00	3.861,97	3.271,55	3.753,25	3.520,89	3.649,24	4.132,60
	Demaís profissionais	5.445,33	4.808,14	5.064,31	5.265,32	5.069,98	5.114,21	5.146,50	5.009,74	5.782,96	4.091,81
	Indicador 17A	65,0%	77,0%	71,0%	80,1%	76,2%	64,0%	72,9%	70,3%	63,1%	101,0%
PE	Profissionais do magistério	3.464,17	3.799,89	4.187,48	3.968,22	3.684,38	3.402,43	3.631,40	3.455,92	3.535,17	3.745,26
	Demaís profissionais	6.485,71	6.291,65	7.097,71	5.620,76	5.372,13	4.821,42	5.003,99	4.332,29	4.808,24	4.602,59
	Indicador 17A	53,4%	60,4%	59,0%	70,6%	68,6%	70,6%	72,6%	79,8%	73,5%	81,4%
AL	Profissionais do magistério	3.685,92	3.966,65	3.908,17	4.023,93	3.713,57	3.242,06	3.507,04	3.379,64	3.703,69	3.542,82
	Demaís profissionais	4.309,32	4.364,04	5.579,14	5.218,78	4.984,15	4.240,11	4.128,51	4.328,00	2.984,87	4.541,74
	Indicador 17A	85,5%	90,9%	70,0%	77,1%	74,5%	76,5%	84,9%	78,1%	124,1%	78,0%
SE	Profissionais do magistério	6.031,26	5.829,45	5.575,05	4.904,98	4.508,11	5.594,04	4.458,89	5.477,95	5.562,85	6.697,65
	Demaís profissionais	5.408,56	6.301,73	7.214,60	5.644,02	5.388,29	6.098,08	4.915,36	5.615,74	4.924,18	5.761,75
	Indicador 17A	111,5%	92,5%	77,3%	86,9%	83,7%	91,7%	90,7%	97,5%	113,0%	116,2%
BA	Profissionais do magistério	3.588,47	3.912,30	4.349,94	4.541,60	4.290,82	3.988,79	3.931,50	4.421,06	5.027,74	3.586,12
	Demaís profissionais	5.960,71	5.245,40	4.787,09	5.140,32	4.866,87	5.039,67	4.138,41	4.282,86	4.182,79	4.585,02
	Indicador 17A	60,2%	74,6%	90,9%	88,4%	88,2%	79,1%	95,0%	103,2%	120,2%	78,2%

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2021.

Os resultados para os estados da região Sudeste são apresentados na Tabela 5. Nela é possível observar que a Meta 17 não foi alcançada por nenhuma das UFs do Sudeste. Em 2021, o estado mais próximo de atingir a meta era Minas Gerais, onde a remuneração média dos profissionais do magistério corresponde a cerca de 92,0% do rendimento dos demais profissionais com formação equivalente. Para as demais UFs, o Indicador 17A ficou abaixo de 80%. Rio de Janeiro é o estado mais distante da meta, com remuneração média dos profissionais do magistério equivalendo a 70,2% da remuneração dos demais profissionais.

TABELA 5

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE – 2012-2021

UFs	Descrição	Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
MG	Profissionais do magistério	3.792,54	3.642,92	3.685,21	3.763,36	3.456,67	3.868,41	3.895,18	3.965,70	3.962,84	3.895,14
	Demais profissionais	5.348,15	5.337,06	5.385,31	5.161,51	4.900,08	4.822,63	4.651,97	4.389,00	4.605,16	4.234,26
	Indicador 17A	70,9%	68,3%	68,4%	72,9%	70,5%	80,2%	83,7%	90,4%	86,1%	92,0%
ES	Profissionais do magistério	4.132,53	4.124,10	3.851,13	3.844,09	3.516,31	3.738,90	3.626,02	3.494,51	3.535,45	3.507,36
	Demais profissionais	5.376,24	5.539,25	5.523,53	4.925,34	4.605,95	5.088,79	4.903,83	5.162,91	4.953,08	4.532,19
	Indicador 17A	76,9%	74,5%	69,7%	78,0%	76,3%	73,5%	73,9%	67,7%	71,4%	77,4%
RJ	Profissionais do magistério	4.713,24	5.472,54	5.250,77	4.747,54	4.363,75	5.186,83	5.056,85	4.827,45	4.583,60	4.769,64
	Demais profissionais	6.372,92	6.048,67	6.540,76	6.120,62	5.679,11	6.163,87	6.389,18	6.276,50	6.646,54	6.791,28
	Indicador 17A	74,0%	90,5%	80,3%	77,6%	76,8%	84,1%	79,1%	76,9%	69,0%	70,2%
SP	Profissionais do magistério	3.987,36	4.267,32	4.125,36	4.178,62	3.826,15	3.952,29	4.469,64	3.964,35	4.350,55	4.124,48
	Demais profissionais	6.566,08	6.182,02	6.225,93	6.204,61	5.751,23	5.809,93	6.061,40	5.813,30	5.920,73	5.358,60
	Indicador 17A	60,7%	69,0%	66,3%	67,3%	66,5%	68,0%	73,7%	68,2%	73,5%	77,0%

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2021.

O Espírito Santo foi o único estado da região Sudeste que apresentou variação negativa no rendimento médio bruto mensal dos profissionais do magistério da região, com recuo de 15,1% no período. Os demais estados apresentaram um leve aumento na remuneração desses profissionais, sendo São Paulo de 3,4%, Minas Gerais de 2,7% e Rio de Janeiro de 1,2%.

Em relação à região Sul, o Paraná é o estado cuja remuneração média dos profissionais do magistério está mais próxima da remuneração média dos demais profissionais, tendo o Indicador 17A estimado em 92,7% para o exercício de 2021 (Tabela 6). Para esse estado, o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério avançou 4,6%, passando de R\$ 4.302,70 em 2012 para R\$ 4.498,97 em 2021.

O estado do Rio Grande do Sul, entre 2012 e 2021, também apresentou variação positiva de 6,6% na remuneração dos profissionais do magistério e um aumento de 17 p.p. no Indicador

17A, atingindo 83,3% em 2021. Já em Santa Catarina, a remuneração média dos profissionais do magistério apresentou leve decréscimo no período e o Indicador 17A se manteve em um patamar próximo de 2012 (pouco acima de 75%).

TABELA 6

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – ESTADOS DA REGIÃO SUL – 2012-2021

UFs	Descrição	Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PR	Profissionais do magistério	4.302,70	4.591,22	4.661,09	4.359,80	3.988,05	4.837,92	4.646,44	4.843,16	4.832,00	4.498,97
	Demaís profissionais	5.309,34	5.078,19	4.924,51	5.152,03	4.765,03	4.781,29	4.956,43	4.852,51	4.452,82	4.854,08
	Indicador 17A	81,0%	90,4%	94,7%	84,6%	83,7%	101,2%	93,7%	99,8%	108,5%	92,7%
SC	Profissionais do magistério	3.614,43	3.662,49	3.659,00	3.767,93	3.453,39	3.821,60	3.614,44	3.715,99	3.838,83	3.471,91
	Demaís profissionais	4.776,86	4.517,56	4.792,64	5.062,74	4.663,46	4.770,10	4.339,07	4.490,11	4.814,58	4.522,76
	Indicador 17A	75,7%	81,1%	76,3%	74,4%	74,1%	80,1%	83,3%	82,8%	79,7%	76,8%
RS	Profissionais do magistério	3.946,39	4.132,10	3.909,28	4.137,75	3.784,93	4.260,68	4.193,12	4.142,32	4.281,56	4.207,37
	Demaís profissionais	5.953,60	5.902,86	6.023,86	5.550,01	5.133,53	5.752,74	5.530,03	5.626,92	4.953,39	5.052,01
	Indicador 17A	66,3%	70,0%	64,9%	74,6%	73,7%	74,1%	75,8%	73,6%	86,4%	83,3%

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2021.

Na região Centro-Oeste, em 2021, apenas no Distrito Federal, a remuneração média dos profissionais do magistério não se equiparou à remuneração média dos demais profissionais. Em sete dos dez anos analisados, o estado sul-mato-grossense exibiu seu indicador com percentuais acima dos 100% e, nos outros três anos, apresentou percentual acima de 92% (Tabela 7). Em 2021, a remuneração mensal média dos profissionais do magistério correspondia a 108,0% da remuneração dos demais profissionais com formação equivalente.

Para o estado do Mato Grosso, nos últimos quatro anos, a remuneração dos profissionais do magistério se manteve um pouco acima da remuneração média dos demais profissionais e, considerando todo o período avaliado, o indicador avançou quase 27 p.p. Para o estado de Goiás, entre 2012 e 2021, o indicador avançou 23 p.p., atingindo 106,4% em 2021. Já para o Distrito Federal, o avanço no indicador foi de 5,9 p.p., alcançando 78,8% em 2021.

TABELA 7

RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DOS DEMAIS PROFISSIONAIS COM NÍVEL DE INSTRUÇÃO SUPERIOR COMPLETO (EM R\$) E INDICADOR 17A – ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE – 2012-2021

UFs	Descrição	Anos									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
MS	Profissionais do magistério	4.762,16	4.726,10	5.123,04	5.054,08	4.623,12	5.121,12	5.242,56	5.630,45	5.444,50	4.895,42
	Demaís profissionais	4.395,71	5.106,41	4.803,61	5.225,81	4.849,25	4.717,87	4.848,42	5.129,11	5.041,49	4.534,02
	Indicador 17A	108,3%	92,6%	106,6%	96,7%	95,3%	108,5%	108,1%	109,8%	108,0%	108,0%
MT	Profissionais do magistério	4.344,31	4.043,03	4.301,08	4.059,08	3.731,38	4.324,22	4.739,23	4.628,31	5.360,02	4.254,91
	Demaís profissionais	5.878,71	5.318,12	5.402,90	5.183,63	4.819,84	4.926,68	4.344,92	4.375,27	4.273,12	4.230,16
	Indicador 17A	73,9%	76,0%	79,6%	78,3%	77,4%	87,8%	109,1%	105,8%	125,4%	100,6%
GO	Profissionais do magistério	4.023,49	4.106,72	4.192,58	4.267,11	3.944,30	3.792,93	4.452,19	4.265,22	4.301,88	4.363,70
	Demaís profissionais	4.823,21	4.757,62	4.776,00	4.798,63	4.531,91	4.349,50	4.533,96	4.298,38	4.360,20	4.101,30
	Indicador 17A	83,4%	86,3%	87,8%	88,9%	87,0%	87,2%	98,2%	99,2%	98,7%	106,4%
DF	Profissionais do magistério	8.345,70	9.170,09	7.916,34	8.291,46	7.584,46	7.855,23	7.035,93	6.830,35	7.111,14	6.785,01
	Demaís profissionais	11.452,12	11.464,23	10.444,23	10.455,30	9.616,29	9.446,98	8.827,53	8.715,90	7.984,68	8.609,78
	Indicador 17A	72,9%	80,0%	75,8%	79,3%	78,9%	83,2%	79,7%	78,4%	89,1%	78,8%

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

Nota: Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2021.

Em relação ao rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, o Mato Grosso e o Distrito Federal tiveram variação negativa no período. Para o Mato Grosso, a retração foi de 2,1%; já para o DF, a perda real foi de quase 19%. A remuneração média dos profissionais do magistério do DF foi estimada em R\$ 8.345,70 para 2012 e em R\$ 6.785,01 para 2021. Apesar dessa retração, o DF manteve os rendimentos brutos médios mensais dos profissionais do magistério com os valores mais elevados do País ao longo do período avaliado⁸.

Goiás foi o estado do Centro-Oeste com maior ganho em termos reais no valor do rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério, com um aumento de 8,5% (R\$ 4.023,49 em 2012 e 4.363,70 em 2021). Mato Grosso do Sul também teve variação positiva no período e o ganho real foi de quase 3% (R\$ 4.762,16 em 2012 e 4.895,42 em 2021).

⁸ Apenas para o último ano, 2021, o estado do Rio Grande do Norte apresentou remuneração média para os profissionais do magistério em patamar superior ao do DF. Entretanto, essa estimativa requer uma avaliação cuidadosa, pois o valor estimado para a remuneração dos profissionais do magistério em 2021 no Rio Grande do Norte está muito distante das remunerações estimadas ao longo do período avaliado.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Os resultados do Indicador 17A, o qual prevê equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, aumentou no período abordado, passando de 65,2% em 2012 para 82,5% em 2021. Para que seja alcançada a meta prevista, essa relação percentual deve atingir 100% em 2024.
2. Constata-se que o crescimento do Indicador 17A, nesse período, deve-se, em grande parte, ao decréscimo do rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais, que correspondeu a uma perda real de 16,0% do seu poder de compra efetivo ao longo dos anos analisados. O rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica experimentou modesto avanço entre 2012 e 2021, representando acréscimo real de 6,2%, enquanto a inflação acumulada apurada no mesmo período foi de 64,9%.
3. Para este ciclo, incluíram-se os resultados do Indicador 17A desagregado por grandes regiões. As regiões Norte e Nordeste são as mais próximas do atingimento da meta, com indicador em torno de 95% em 2021. Para o Centro-Oeste e o Sul, a remuneração média dos profissionais do magistério em 2021 equivaleu a pouco mais de 85% da remuneração dos demais profissionais com formação equivalente. Já para o Sudeste, a remuneração do grupo de interesse representava 77,3% dos demais profissionais. Para o período avaliado, o Indicador 17A teve avanços em todas as regiões. O maior avanço ocorreu na região Nordeste (30,7 p.p.) e o menor, no Sul (11,3 p.p.). Assim como no resultado nacional, esses avanços observados se devem, em maior medida, à forte retração nos rendimentos dos demais profissionais.
4. Para este ciclo, em função das alterações ocorridas na Pnad-c de 2020 e 2021, especialmente no que tange à redução da amostra, as estimativas para os dois últimos anos por unidades da Federação devem ser avaliadas com bastante cautela, já que nessa desagregação as amostras ficam ainda menores. Além dos efeitos da pandemia sobre o sistema de coleta do IBGE, também é importante considerar os efeitos sobre a dinâmica do mercado de trabalho, em especial sobre as remunerações dos profissionais. Em 2021, tivemos 11 estados que atingiram a Meta 17: Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. No período entre 2012 e 2021 (dez anos), os estados que tiveram mais pontos da série histórica com percentuais acima de 100% foram Mato Grosso do Sul e Amapá (sete anos).
5. Ao longo do período avaliado, o Distrito Federal manteve seus rendimentos brutos médios mensais dos profissionais do magistério dentre os mais elevados do País. Em 2021, o rendimento médio dos profissionais do magistério do DF foi estimado em R\$ 6.785,01. Já os estados que registraram os menores rendimentos médios mensais em 2021 foram Ceará e Santa Catarina (R\$ 3.357,42 e R\$ 3.471,91, respectivamente);
6. Ao todo, nove estados registraram perdas reais na remuneração bruta média dos profissionais do magistério entre 2012 e 2021. No entanto, oito deles tiveram acréscimos

nos percentuais de seus indicadores entre 2012 e 2021, a despeito das médias dos rendimentos terem registrado perdas reais em seu poder de compra ao final do período analisado. Distrito Federal e Espírito Santo foram os estados que registraram maior retração na remuneração dos profissionais do magistério, com redução estimada em 18,7% e 15,1%, respectivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: Inep, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estudos e tratamento da variável rendimento no censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): 2021*. Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 26 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*. Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 26 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2016b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 26 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: microdados 2012-2021*. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=28690&t=microdados>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: notas técnicas. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=28690&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: 26 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: segundo trimestre de 2019. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>>. Acesso em: 26 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produto Interno Bruto (PIB)*: 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 26 maio 2022.



META 18

.....

ASSEGURAR, NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS, A EXISTÊNCIA DE PLANOS DE CARREIRA PARA OS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR PÚBLICA DE TODOS OS SISTEMAS DE ENSINO E, PARA O PLANO DE CARREIRA DOS(AS) PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, TOMAR COMO REFERÊNCIA O PISO SALARIAL NACIONAL PROFISSIONAL, DEFINIDO EM LEI FEDERAL, NOS TERMOS DO INCISO VIII DO ART. 206 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

.....



A Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) volta-se aos planos de carreira e ao piso salarial para os profissionais da educação pública. Seu monitoramento envolve a verificação: *i*) da existência de plano de carreira e remuneração (PCR)¹ para o magistério; *ii*) do cumprimento da Lei nº 11.738/2008, que estabelece a aplicação do piso salarial nacional profissional (PSNP) como valor mínimo proporcional do vencimento básico para jornada de 40 horas semanais e o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos pelos profissionais do magistério e; *iii*) da existência de um PCR para profissionais da educação que não integram o magistério.

As bases de dados utilizadas no relatório de monitoramento da Meta 18 compreendem: a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e referentes ao ano 2018², e o Censo da Educação Básica referente ao ano de 2021.

Para o monitoramento da Meta 18, são utilizados os seguintes indicadores:

- *Indicador 18A: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais do magistério.*
- *Indicador 18B: Percentual de UFs que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos.*

¹ Entendido como um conjunto de cargos providos por concurso público, dispostos em posições escalonadas, em contraposição a posições isoladas, em que a passagem de uma posição para outra se pauta em critérios estabelecidos e implica, necessariamente, acréscimo no vencimento (Dutra Júnior et al., 2000).

² A cada quatro anos, as Pesquisas de Informações Básicas Estaduais (Estadic) e municipais (Munic) coletam informações para o monitoramento das Metas 18 e 19 do Plano Nacional de Educação.

- *Indicador 18C: Percentual de UFs que atendem ao PSNP.*
- *Indicador 18D: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério.*
- *Indicador 18E: Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério.*
- *Indicador 18F: Percentual de municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos.*
- *Indicador 18G: Percentual de municípios que atendem ao PSNP.*
- *Indicador 18H: Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério.*

PLANOS DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL

- *Indicador 18A: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais do magistério.*
- *Indicador 18B: Percentual de UFs que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos.*
- *Indicador 18C: Percentual de UFs que atendem ao PSNP.*
- *Indicador 18D: Percentual de UFs que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério.*

Todas as unidades da Federação apresentam, atualmente, plano de carreira e remuneração (PCR) para os profissionais do magistério, de modo que o Indicador 18A apresenta o valor de 100%. No que se refere ao Indicador 18B, 23 unidades federativas preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária docente para atividades de interação com os educandos, o que representa 85% dos entes analisados. Apenas os estados de Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não possuem essa previsão (Tabela 1).

TABELA 1

EXISTÊNCIA DE PCR PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DOS NÃO DOCENTES, DE LIMITE DE CARGA HORÁRIA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM ALUNOS E DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2018

UF	18A Plano de Carreira para o Magistério	18B Limite de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos	18C Piso salarial da carreira do magistério público definido em lei estadual	18D Plano de Carreira vigente para os profissionais da educação não docentes
Acre	✓	✓	✓	✓
Alagoas	✓	✓	–	✓
Amapá	✓	✓	✓	✓
Amazonas	✓	✓	✓	✓
Bahia	✓	✓	–	✓
Ceará	✓	✓	✓	–
Distrito Federal	✓	✓	✓	✓
Espírito Santo	✓	✓	✓	✓
Goiás	✓	–	–	✓
Maranhão	✓	✓	✓	✓
Mato Grosso	✓	✓	✓	✓
Mato Grosso do Sul	✓	✓	✓	✓
Minas Gerais	✓	✓	✓	✓
Pará	✓	–	✓	–
Paraíba	✓	✓	✓	✓
Paraná	✓	✓	–	✓
Pernambuco	✓	✓	✓	✓
Piauí	✓	✓	–	✓
Rio de Janeiro	✓	–	✓	–
Rio Grande do Norte	✓	✓	✓	✓
Rio Grande do Sul	✓	–	–	✓
Rondônia	✓	✓	✓	✓
Roraima	✓	✓	✓	–
Santa Catarina	✓	✓	✓	✓
São Paulo	✓	✓	✓	✓
Sergipe	✓	✓	–	–
Tocantins	✓	✓	–	✓
Brasil	27	23	19	22
Brasil (%)	100%	85,2%	70,4%	81,5%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Estadiv/IBGE (2018).

Tomando-se o ano de 2018 como base, enquanto todas as unidades federativas possuíam PCRs e 23 cumpriam o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos, quando se observa o cumprimento do valor do piso salarial nacional profissional (PSNP), indicador 18C, o número de entes reduzia-se a 19 ou 70,4% das UFs. Em 2018, Alagoas, Bahia, Goiás, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins não cumpriam o PSNP (Tabela 1).

O indicador 18D, que se refere a planos de carreira e remuneração destinados aos profissionais da educação que não integram o magistério, evidenciou, em 2018, que, entre as unidades da Federação, 22 declararam possuir PCR, ou seja, 81,5% das UFs. Os estados do Ceará, do Pará, do Rio de Janeiro, de Roraima e de Sergipe não possuíam PCR para profissionais não docentes em 2018 (Tabela 1).

Além dos indicadores diretamente relacionados ao caput da meta, a Estratégia 18.1 estabelece que 90%, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo. A estratégia também aponta o percentual de profissionais da educação não docentes em cargos de provimento efetivo e estabelece que todos estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados. Embora não seja um indicador da meta, os dados disponíveis permitem apenas o cálculo do percentual de profissionais do magistério ocupantes de cargos de provimento efetivo.

No que se refere à estabilidade dos profissionais do magistério a partir das redes de ensino, este relatório apresenta o percentual de professores efetivos na educação básica, calculado a partir da contabilização de vínculos que a rede de ensino estabelece com os docentes e da classificação desses vínculos em função do tipo de contrato estabelecido entre a rede e o docente. Dessa forma, um docente pode ter mais de um vínculo com a mesma rede ou ter vínculos com redes diferentes.

Nas redes estaduais do País, em 2021 e segundo os dados do Censo Escolar, 54,9% dos professores contratados são ocupantes de cargo efetivo. O estado com o maior percentual de professores efetivos é o Rio de Janeiro, alcançando 97,2% de professores efetivos. O estado com o menor percentual de professores nessa condição é o Tocantins, onde o percentual de professores efetivos na rede do estado é de 30,7%, o que evidencia uma amplitude entre estados de 66,5 p.p. entre o maior e o menor valor.

A região Norte destaca-se com 67,8% de professores em cargos de provimento efetivo. Enquanto estados como Pará (87,1%), Rondônia (78,8%), Amapá (78%) e Amazonas (73,5%) apresentam resultado acima da média nacional, Roraima (49,7%), Acre (31,8%) e Tocantins (30,7%) situam-se abaixo dessa referência. Apesar de possuir o maior percentual de professores efetivos, a região Norte é a que apresenta a segunda maior amplitude percentil entre os estados das regiões, com 56,4 p.p. de diferença entre os estados do Pará e do Tocantins, superada apenas pela região Sudeste (64,8 p.p.) (Gráfico 1).

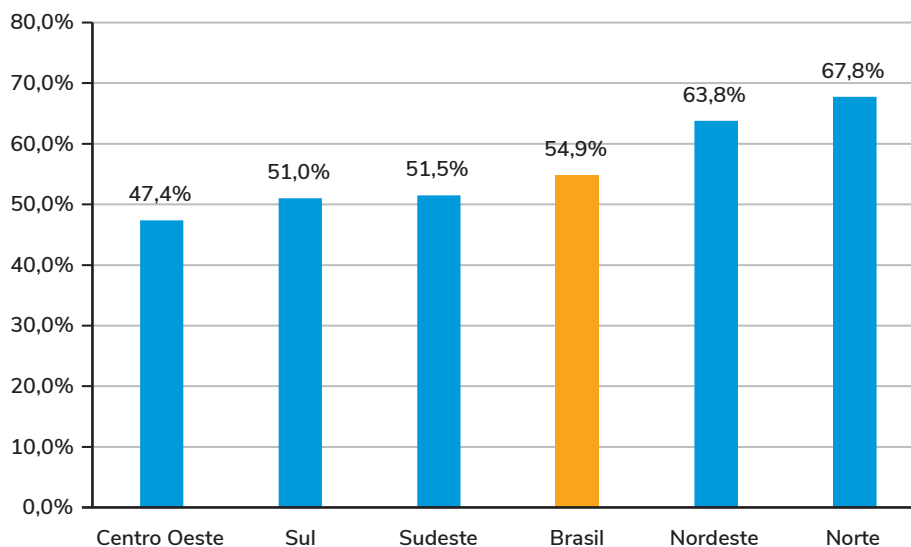


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE VÍNCULOS DOCENTES ESTÁVEIS NAS REDES ESTADUAIS POR GRANDES REGIÕES - BRASIL - 2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep a partir do Censo Escolar da Educação Básica (2021).

A região Nordeste apresenta média regional de professores efetivos acima da média nacional (63,8%) (Gráfico 1). Estados como Piauí (86,4%), Sergipe (85%) e Rio Grande do Norte (83,8%) estão mais próximos de alcançar a meta de 90% dos profissionais do magistério ocupantes de cargos de provimento efetivo. Em uma posição intermediária, e acima da média nacional, estão Bahia (73,9%), Maranhão (64,7%) e Paraíba (55,8%). Com os menores percentuais em relação à Estratégia 18.1 do PNE, estão Alagoas (49,3%), Pernambuco (46,8%) e Ceará (46,8%) (Gráfico 2).

As regiões Sudeste (51,5%), Sul (51%) e Centro-Oeste (47,4%) apresentam percentuais abaixo da média nacional (54,9%). Na região Sudeste, pouco mais da metade dos professores (51,5%) das redes estaduais estão em cargos de provimento efetivo (Gráfico 1). O estado do Rio de Janeiro destaca-se com 97,2% dos seus professores nessa condição, seguido dos estados de São Paulo (54,5%), pouco abaixo da média nacional, do Espírito Santo (33,4%) e de Minas Gerais (32,4%), conforme o Gráfico 2. A diferença no percentual entre o maior e o menor estado da região Sudeste é de 64,8 p.p.

Na região Sul, onde pouco mais da metade do corpo docente encontra-se em cargos efetivos (51%), o estado do Paraná detém o maior percentual da região (59,4%) e está acima da média nacional, enquanto, no Rio Grande do Sul, 53,1% dos professores da rede do estado são efetivos. Em Santa Catarina, esse percentual representa 35,7% da rede do estado (Gráfico 2).

Na região Centro-Oeste (47,4%), o estado de Goiás (60,7%) se destaca, enquanto os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentam percentuais de professores efetivos de 39,2% e 34,9%, respectivamente. O Distrito Federal possui 52,2% dos professores nomeados em cargos efetivos, abaixo da média nacional (Gráfico 2).

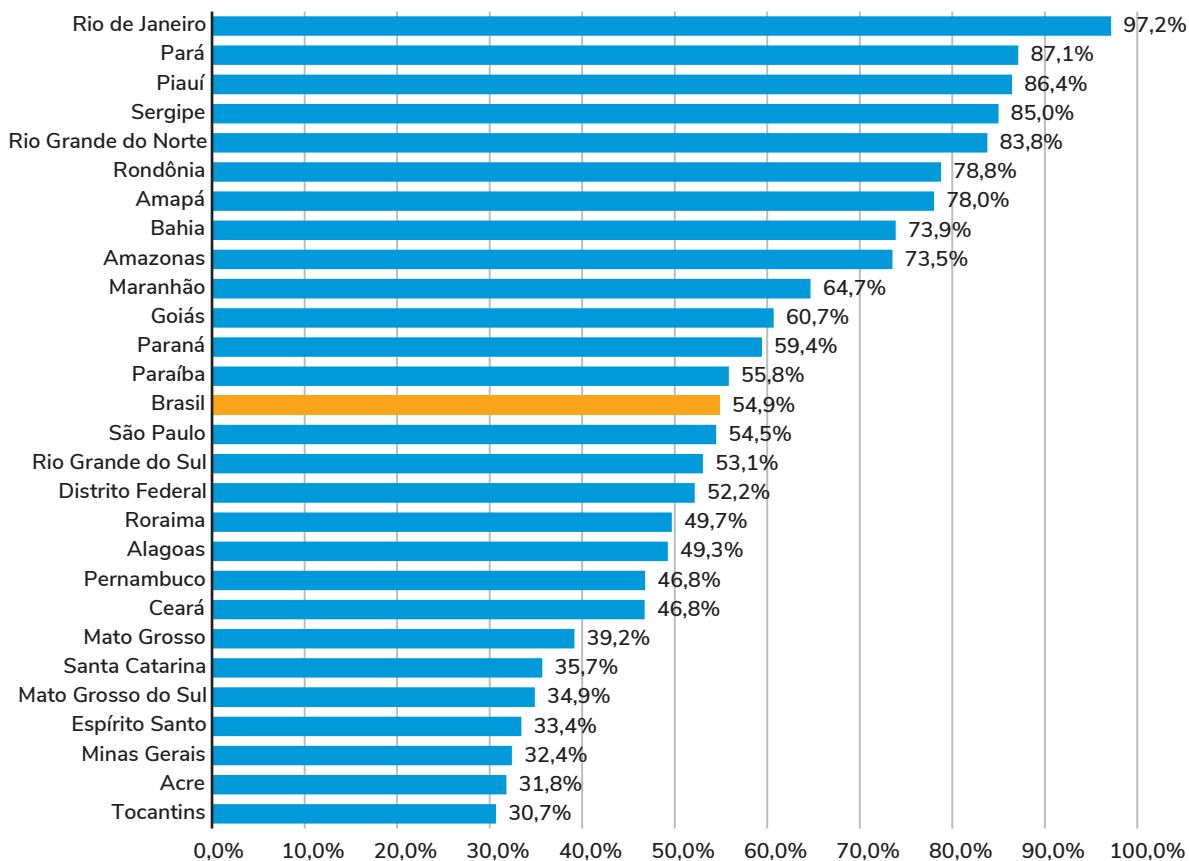


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE VÍNCULOS DOCENTES ESTÁVEIS NAS REDES ESTADUAIS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2021).

PLANOS DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS

Indicador 18E – Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério.

Indicador 18F – Percentual de municípios que preveem limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos.

Indicador 18G – Percentual de municípios que atendem ao PSNP.

Indicador 18H – Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação que não integram o magistério.

Os referidos indicadores dão base à análise da Meta 18 a partir dos municípios brasileiros. Em todo o País, 95,7% dos municípios (Tabela 2) declararam possuir plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em 2018. A diferença entre os municípios do estado com maior percentual de PCRs para profissionais do magistério, Acre (100%), e aqueles de menor percentual, Amapá (12,5%), é de 15,8 p.p.

Desagregados por grandes regiões, a região Sul é a que apresenta o maior percentual de municípios com PCR para o magistério (99,2%), sendo que Santa Catarina constitui o estado de menor percentual, com 97,6% dos municípios com PCR, ainda assim acima da média nacional do Indicador 18A.

Na região Nordeste, o percentual de municípios que declararam possuir PCR para o magistério é de 98,6%. Em alguns estados, como Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, todos os municípios possuem PCR para o magistério. O menor percentual da região está no estado do Maranhão, com 96,3% dos municípios com PCR para magistério, valor também superior à média nacional do indicador.

A região Centro-Oeste também apresenta percentuais acima da média nacional, com 96,4% dos municípios tendo declarado possuir PCR para o magistério. Apenas o estado de Goiás (94,7%) apresentou percentual de municípios pouco abaixo da média nacional.

Na região Norte (92%), o percentual de municípios com planos de carreira para o magistério está abaixo da média nacional de 95,7%. O estado do Tocantins, com apenas 84,2% dos municípios declarando possuir PCR para o magistério, apresenta a menor taxa de cobertura do indicador. A disparidade é evidenciada ao se observar o estado do Acre, em que todos os municípios possuem PCR para o magistério.

Os municípios da região Sudeste possuem o menor percentual de cobertura do indicador, 91,1% dos municípios possuem PCR para o magistério. Apenas os municípios do estado do Espírito Santo (98,7%) e São Paulo (95,2%) possuem percentuais acima da média nacional, enquanto os municípios dos estados do Rio de Janeiro (93,5%) e Minas Gerais (87%) aparecem em seguida (Tabela 2).

TABELA 2

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM PCR PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DOS NÃO DOCENTES, LIMITE DE CARGA HORÁRIA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM ALUNOS E PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, POR UNIDADES FEDERATIVAS – BRASIL – 2018

(continua)

UF	Indicadores			
	18E Possuem Planos de Carreira para o Magistério	18F Preveem limite de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos	18G Atendem ao Piso salarial da carreira do magistério público definido em lei municipal	18H Possuem Planos de Carreira vigentes para os profissionais da educação não docentes
BRASIL	95,7%	74,2%	74,2%	38,8%
Norte	92,0%	75,3%	63,1%	42,9%
Acre	100,0%	81,8%	81,8%	77,3%
Amapá	93,8%	87,5%	87,5%	12,5%
Amazonas	95,2%	74,2%	77,4%	33,9%
Pará	95,1%	68,8%	57,6%	43,8%
Rondônia	96,2%	86,5%	67,3%	59,6%
Roraima	93,3%	93,3%	53,3%	53,3%
Tocantins	84,2%	74,1%	56,1%	36,7%
Nordeste	98,6%	84,1%	76,7%	31,7%
Alagoas	100,0%	85,3%	73,5%	83,3%
Bahia	97,6%	76,5%	68,8%	36,5%
Ceará	100,0%	74,5%	78,8%	15,2%
Maranhão	96,3%	81,6%	71,0%	27,2%
Paraíba	100,0%	90,6%	91,9%	14,8%
Pernambuco	98,4%	88,1%	85,4%	29,7%
Piauí	98,2%	91,5%	77,2%	36,6%
Rio Grande do Norte	100,0%	89,2%	69,5%	23,4%
Sergipe	98,7%	93,3%	84,0%	46,7%
Sul	99,2%	67,3%	78,1%	41,1%
Paraná	99,7%	75,4%	83,0%	43,6%
Rio Grande do Sul	99,6%	56,1%	73,6%	33,0%
Santa Catarina	97,6%	74,9%	79,0%	51,5%
Sudeste	91,1%	64,4%	70,7%	43,0%
Espírito Santo	98,7%	74,4%	75,6%	65,4%
Minas Gerais	87,0%	59,9%	70,1%	50,3%
Rio de Janeiro	93,5%	44,6%	76,1%	59,8%
São Paulo	95,2%	72,1%	70,2%	28,2%

TABELA 2

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM PCR PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DOS NÃO DOCENTES, LIMITE DE CARGA HORÁRIA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM ALUNOS E PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO, POR UNIDADES FEDERATIVAS – BRASIL – 2018

(conclusão)

Indicadores				
UF	18E Possuem Planos de Carreira para o Magistério	18F Preveem limite de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos	18G Atendem ao Piso salarial da carreira do magistério público definido em lei municipal	18H Possuem Planos de Carreira vigentes para os profissionais da educação não docentes
Centro-Oeste	96,4%	87,8%	77,7%	41,5%
Goiás	94,7%	83,7%	72,8%	22,4%
Mato Grosso	98,6%	92,9%	83,0%	75,9%
Mato Grosso do Sul	97,5%	91,1%	83,5%	39,2%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Munic/IBGE (2018).

No tocante ao cumprimento do limite máximo de 2/3 da jornada de trabalho do magistério em atividades de interação com os educandos, os dados da Munic/IBGE 2018 evidenciam que 74,2% dos municípios declararam aplicar o limite máximo, comumente chamado de hora-aula. A diferença entre os municípios do estado com maior cobertura (Rio de Janeiro) e com menor cobertura do indicador (Roraima ou Sergipe) é de 48,7 p.p.

A exemplo dos resultados apresentados para os PCRs, as regiões Centro-Oeste (87,8%), Nordeste (84,1%) e Norte (75,3%) apresentaram valores acima da média nacional do indicador, enquanto as regiões Sul (67,3%) e Sudeste (64,4%) apresentaram os menores percentuais.

Os municípios do estado de Goiás (83,7%) compreendem os que apresentaram o menor percentual da região Centro-Oeste, embora permaneçam 9,5 p.p. acima da média nacional do Indicador 18F.

Na região Nordeste, verificou-se uma grande variação entre os municípios. O estado do Ceará apresentou os menores percentuais de municípios (74,5%) que estabelecem o limite máximo de 2/3 da jornada de trabalho do magistério em atividades de interação com os educandos. No estado de Sergipe, 93,3% dos municípios cumprem o limite de jornada de 2/3 em atividades com os estudantes (Tabela 2).

Na região Norte, também há uma grande amplitude na cobertura do indicador. Enquanto, no estado de Roraima, 93,3% dos municípios cumprem o limite de 2/3 de atividades com os estudantes, no estado do Pará, esse percentual é de 68,8%, uma diferença de 24,5 p.p. Além do Pará, os municípios dos estados do Amazonas (74,2%) e Tocantins (74,1%) apresentaram percentuais abaixo da média nacional do indicador (Tabela 2).

O cumprimento do limite de 2/3 da jornada de trabalho do magistério em atividades de interação com os educandos entre os municípios das regiões Sul e Sudeste, como já referido, está abaixo da média nacional. No estado do Rio Grande do Sul, apenas 56,1% dos municípios

cumprem esse limite. A maior cobertura ocorre entre os municípios do estado do Paraná, uma diferença de 19,3 p.p. entre os dois estados (Tabela 2).

Na região Sudeste, a maior cobertura do indicador ocorre no estado do Espírito Santo, com 74,4% dos municípios declarando cumprir o limite de 2/3 da jornada de trabalho do magistério em atividades de interação com os educandos. Os municípios do estado do Rio de Janeiro, possuem o menor percentual da região, com 44,6% dos municípios cumprindo o limite de atividades com os estudantes (Tabela 2).

Em relação ao cumprimento do valor do piso salarial nacional profissional (PSNP), em 2018, 74,2% dos municípios (4.133) cumpriam o valor do PSNP para o magistério. Contudo, os dados evidenciam grandes diferenças entre as unidades federativas. No estado de Roraima, o PSNP é cumprido em 53,3% dos municípios, o menor percentual de municípios entre as unidades federativas e, na Paraíba, 91,9% dos municípios afirmaram cumprir o PSNP, o que representa uma amplitude de 38,6 p.p. entre os municípios desses estados (Tabela 2).

No que se refere ao Indicador 18G, além dos municípios da Paraíba, nos estados do Amapá (87,5%), Pernambuco (85,4%), Sergipe (84%), Mato Grosso do Sul (83,5%), Mato Grosso (83%), Paraná (83%), Acre (81,8%), Santa Catarina (79%), Ceará 78,8%), Amazonas (77,4%), Piauí (77,2%), Rio de Janeiro (76,1%) e Espírito Santo (75,6%), o percentual de municípios cumprindo o PSNP está acima da média nacional do indicador.

O percentual de municípios que possuem PCRs para seus profissionais da educação que não integram o magistério é de 38,8%, observado pelo Indicador 18H. Assim, diferentemente do magistério, o PCR para os demais profissionais encontra-se pouco disseminado. A diferença entre os municípios do estado com maior percentual de PCRs para profissionais que não integram o magistério, Alagoas (83,3%), e aqueles de menor percentual, Amapá (12,5%), é de 41,7 p.p., indicando uma variabilidade de situações.

Na região Sudeste, os PCRs para profissionais da educação que não integram o magistério ocorrem em 43% dos municípios (Indicador 18H). Na região Norte, o percentual é de 42,9%. A região Centro-Oeste apresenta 41,5% dos municípios com PCRs para os profissionais da educação que não integram o magistério, ao passo que, nas regiões Sul e Nordeste, os percentis chegam a 41,1% e 31,7%, respectivamente (Tabela 2).

Em Alagoas (83,3%), no Acre (77,3%) e em Mato Grosso (75,9%) existem os maiores percentuais de municípios com PCR (Indicador 18F) para os demais profissionais da educação não docentes. Acima da média nacional para os municípios, estão os estados do Espírito Santo (65,4%), Rio de Janeiro (59,8%), Rondônia (59,6%), Roraima (53,3%), Santa Catarina (51,5%), Minas Gerais (50,3%), Sergipe (46,7%), Pará (43,8%), Paraná (43,6%) e Mato Grosso do Sul (39,2%). Abaixo da média nacional, constam Tocantins (36,7%), Piauí (36,6%), Bahia (36,5%), Amazonas (33,9%), Rio Grande do Sul (33%), A diferença entre os municípios do estado com maior percentual de PCRs para profissionais que não integram o magistério, Alagoas (83,3%), e aqueles de menor percentual, Amapá (12,5%), é de 41,7 p.p., indicando uma variabilidade de situações. Pernambuco (29,7%), São Paulo (28,2%), Maranhão (27,2%), Rio Grande do Norte (23,4%), Goiás (22,4%), Ceará (15,2%), Paraíba (14,8%) e Amapá (12,5%), de acordo com a Tabela 2.

Com relação ao percentual de professores nomeados para o cargo efetivo, determinado pela Estratégia 18.1 da meta, as redes municipais apresentaram resultados mais próximos do que o previsto no PNE em 2021. Em todo o País, 71,7% dos professores das redes municipais são efetivos, o que representa 16,8 p.p. acima da média encontrada entre os professores das redes estaduais (Gráficos 2 e 3).

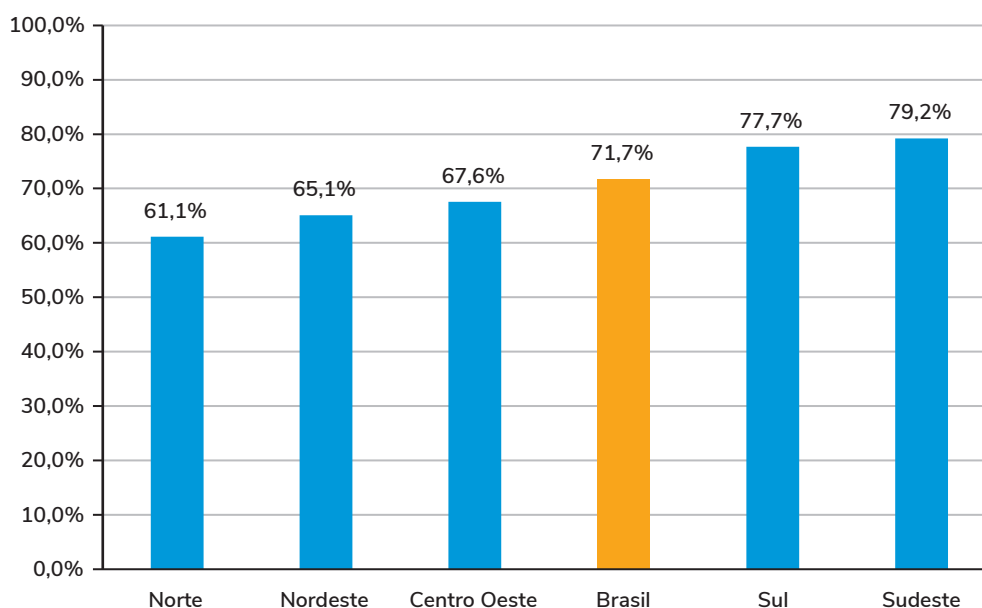


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DE VÍNCULOS DOCENTES ESTÁVEIS NAS REDES MUNICIPAIS POR GRANDES REGIÕES – BRASIL – 2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2021).

Enquanto as regiões Sudeste e Sul apresentaram resultado abaixo da média nacional nas redes estaduais, essas regiões se destacam quando analisadas a partir dos municípios. Na região Sudeste, 79,2% dos docentes municipais são efetivos, seguida da região Sul, com 77,7% dos docentes nessa condição. Abaixo da média nacional municipal estão os professores das redes municipais das regiões Centro-Oeste (67,6%), Nordeste (65,1%) e Norte (61,1%).

Na região Sudeste, os municípios dos estados do Rio de Janeiro (87,2%) e de São Paulo (84,5%) estão acima da média nacional e regional, enquanto os municípios dos estados de Minas Gerais (69,7%) e do Espírito Santo (54,7%) apresentam os menores percentuais (Gráfico 4).

Na região Sul, enquanto, no Paraná, 88,9% dos professores das redes municipais ocupam cargo efetivo, em Santa Catarina, esse percentual é de 55,7% dos docentes municipais. No Rio Grande do Sul, 83,3% dos docentes são efetivos nas redes municipais.

Na região Centro-Oeste, enquanto os municípios do estado de Goiás (84,3%) apresentam percentuais acima da média nacional para o percentual de professores efetivos em suas redes, nos municípios dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o percentual de docentes municipais ocupando cargo efetivo é abaixo da média nacional, com 57,3% e 53,4%, respectivamente.

Na região Nordeste, os percentuais de docentes municipais ocupando cargo efetivo apresenta uma grande variabilidade. Nos municípios do Piauí, 74,7% dos docentes municipais são efetivos, enquanto, nos municípios de Alagoas, esse percentual é de 54,4%, marcando uma diferença com uma amplitude de 20,2 p.p. Estão acima da média nacional os municípios dos estados do Piauí (74,7%), do Rio Grande do Norte (72,1%), de Sergipe (73,6%) e da Bahia (72,5%), de acordo com o Gráfico 4.

A região Norte é a que apresenta a maior variação entre as redes municipais. No estado de Rondônia, 92,6% dos docentes municipais ocupam cargo efetivo. No Amazonas, esse percentual municipal cai para 51,1%, bem próximo do estado do Acre, com 51,3% dos docentes efetivos, estabelecendo-se uma variação de 41,5 p.p. entre os docentes dos municípios dos dois estados (Gráfico 4).

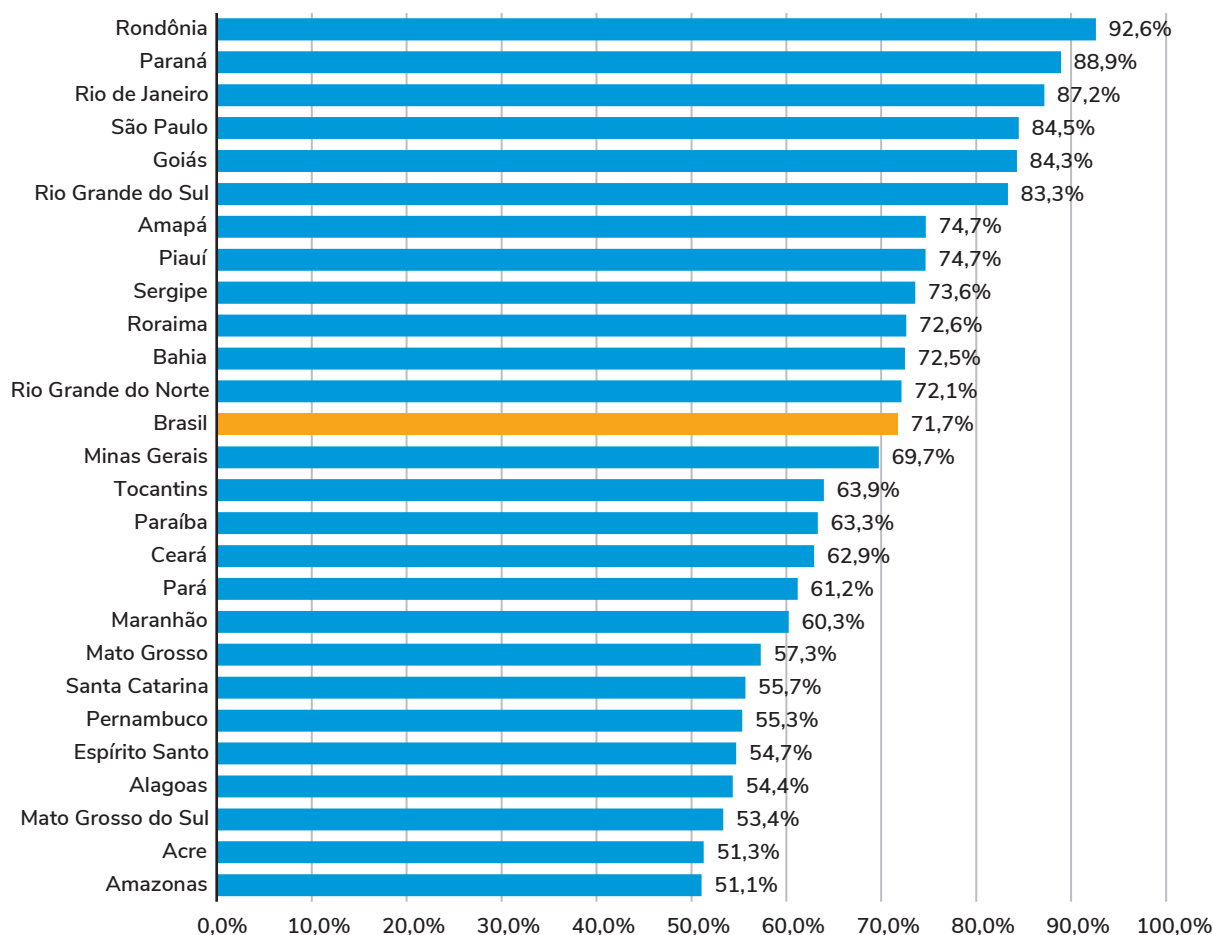


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DE VÍNCULOS DOCENTES ESTÁVEIS NAS REDES MUNICIPAIS POR UNIDADES FEDERATIVAS – BRASIL – 2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2021).

As cinco redes municipais com maior percentual de professores ocupando cargo efetivo estão nos estados de Rondônia (92,6%), Paraná (88,9%), Rio de Janeiro (87,2%), São Paulo (84,5%) e Goiás (84,3%). Já as cinco redes municipais com os menores percentuais de professores efetivos estão nos estados do Amazonas (51,1%), Acre (51,3%), Mato Grosso do Sul (53,4%), Alagoas (54,4%) e Espírito Santo (54,7%) (Gráfico 4).

Nos estados do Piauí (74,7%), Sergipe (73,6%), Roraima (72,6%), Bahia (72,5%) e Rio Grande do Norte (72,1%), mais de 70% dos docentes municipais ocupam cargos efetivos. Minas Gerais situa-se logo abaixo dessa faixa, com 69,7%. Em uma situação intermediária, na faixa dos 60%, estão os municípios dos estados de Tocantins (63,9%), da Paraíba (63,3%), do Ceará

(62,9%), do Pará (61,2%) e do Maranhão (60,3%). Os menores percentuais de docentes efetivos nas redes municipais situam-se na região Norte, a exemplo dos estados de Pernambuco (55,3%) e Alagoas (54,4%), conforme o Gráfico 4.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Todas as unidades da Federação no País possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério vigente no ano de 2018 (Indicador 18A).
2. Possuíam legislação prevendo o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária dos profissionais do magistério para atividades de interação com os educandos (Indicador 18B) 23 unidades federativas (85,2%).
3. Cumpriam o piso salarial nacional profissional (PSNP) no ano-base da pesquisa (Indicador 18C) 19 unidades da Federação (70,4%), e atendiam simultaneamente aos três indicadores da Meta 18 relativos aos docentes 17 entes federativos (63,0%).
4. Possuíam PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério (Indicador 18D) 22 unidades federativas (81,5%).
5. Os ocupantes de cargos de provimento efetivo nas redes estaduais de ensino constituíam 54,9% dos vínculos docentes em 2021.
6. Possuíam plano de carreira e remuneração (PCR) dos profissionais do magistério da educação básica (Indicador 18E) 95,7% dos municípios.
7. Possuíam legislação prevendo o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária dos profissionais do magistério para atividades de interação com os educandos (Indicador 18F) 4.134 municípios (74,2%).
8. Cumpriam o piso salarial nacional profissional (Indicador 18G) 4.133 municípios (74,2%), e atendiam simultaneamente aos três indicadores da Meta 18 relativos aos docentes 3.214 municípios (57,7%).
9. Possuíam, em 2018, PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério (Indicador 18H) 2.162 municípios (38,8%).
10. Os ocupantes de cargos de provimento efetivo nas redes municipais de ensino constituíam 70,6% dos vínculos docentes em 2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da educação básica*. Brasília, DF, [2021]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 19 maio 2022.

DUTRA JÚNIOR, A. et al. *Plano de carreira e remuneração do magistério público: LDB, Fundef, diretrizes nacionais e nova concepção de carreira*. Brasília, DF: MEC/Fundescola, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic): 2018*. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=25509&t=downloads>>. Acesso em: 20 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic): 2018*. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=25506&t=downloads>>. Acesso em: 20 maio 2022.



META 19

.....

**ASSEGURAR CONDIÇÕES,
NO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS,
PARA A EFETIVAÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO,
ASSOCIADA A CRITÉRIOS TÉCNICOS
DE MÉRITO E DESEMPENHO
E À CONSULTA PÚBLICA
À COMUNIDADE ESCOLAR,
NO ÂMBITO DAS ESCOLAS
PÚBLICAS, PREVENDO RECURSOS
E APOIO TÉCNICO DA UNIÃO PARA
TANTO.**

.....



O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, trata da gestão democrática da educação no âmbito das escolas públicas, associando-a à consulta pública e a critérios técnicos de mérito e desempenho. Nessa direção, a primeira estratégia da Meta 19 estabelece que os diretores e diretoras de escolas públicas devem ser nomeados em consonância com tais pressupostos.

As estratégias seguintes prescrevem apoio à criação e ao fortalecimento de espaços colegiados e de capacitação de seus membros, tanto no âmbito das escolas públicas, como no conselho escolar, associações de pais e grêmios, quanto fora delas, nos conselhos de educação e nos colegiados de acompanhamento e controle social de políticas públicas na área da educação.

Dessa maneira, para o monitoramento da Meta 19, definiram-se os seguintes indicadores de gestão democrática da educação:

- *Indicador 19A: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.*
- *Indicador 19B: Percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis) nas escolas públicas brasileiras.*
- *Indicador 19C: Percentual de existência de colegiados extraescolares (conselho estadual de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação) nas unidades federativas.*
- *Indicador 19D: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar pelas unidades federativas.*

- *Indicador 19E: Percentual de existência de colegiados extraescolares (conselho municipal de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação) nos municípios.*
- *Indicador 19F: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros do conselho municipal de educação, dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e dos conselhos de alimentação escolar pelos municípios.*

Para o cálculo dos indicadores foram utilizados os dados do Censo da Educação Básica (2019-2021), da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE/Munic, 2018) e da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (IBGE/Estadic, 2018).

Indicador 19A – Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.

META: 100% dos gestores selecionados por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar em todo o País.

O primeiro indicador da meta visa monitorar a gestão democrática para o cargo de diretor de escola pública, que deve ser escolhido mediante critérios técnicos de mérito e desempenho associados a consulta à comunidade escolar. No Censo da Educação Básica existem seis informações para monitorar as formas de acesso ao cargo de diretor nas escolas públicas: 1) o processo seletivo qualificado e eleição; 2) a indicação/escolha da gestão; 3) o concurso público para o cargo de gestor escolar; 4) o acesso exclusivamente por meio de processo seletivo qualificado; 5) exclusivamente através de eleições com participação da comunidade escolar; e 6) outros. Considera-se, para fins de monitoramento, que o processo seletivo qualificado associado às eleições com a participação da comunidade escolar atende aos critérios estabelecidos na meta.

Dessa maneira, em 2021, a eleição de diretores associada a critérios técnicos de mérito e desempenho ocorre em 6% das escolas públicas do País, sendo que em 2019 esse percentual foi de 6,6%, revelando pequena redução no indicador (Gráfico 1). A indicação do diretor por parte do Poder Executivo continua sendo a forma mais comum de selecionar diretores e diretoras das escolas públicas em todo o País, ocorrendo em 56,3% das escolas (Tabela 1).

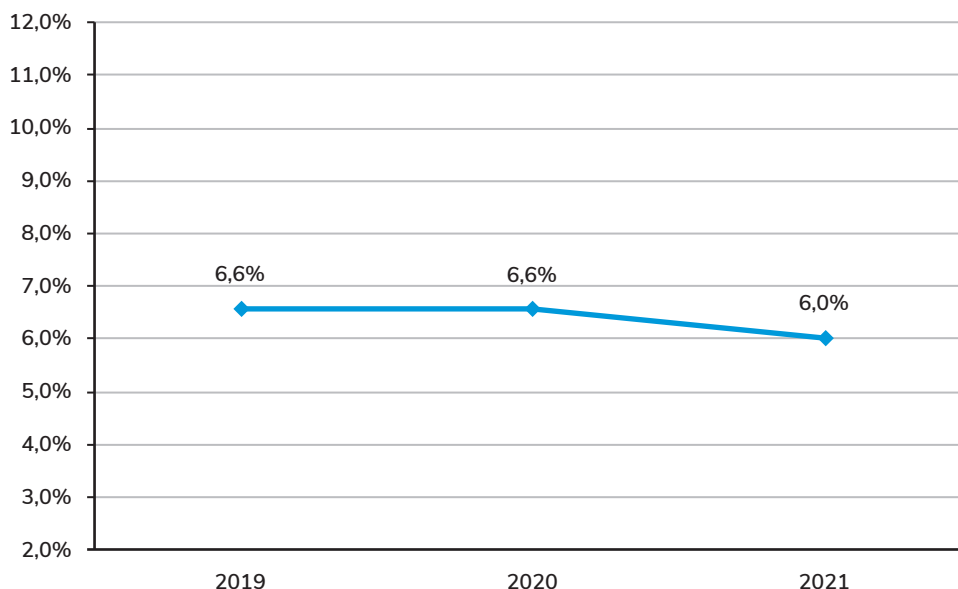


GRÁFICO 1

PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS QUE SELECIONAM DIRETORES POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO QUALIFICADO E ELEIÇÃO COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR – BRASIL – 2019-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

Na Tabela 1 é possível identificar que os dois critérios, eleição de diretores e critérios técnicos de mérito e desempenho, podem ocorrer de forma exclusiva nas escolas brasileiras. Em 2021, em 19,1% das escolas públicas a escolha dos diretores ocorreu exclusivamente por meio de eleições e em 7,7% a escolha se deu por meio de processo seletivo. A forma predominante de escolha de diretores das escolas públicas brasileiras ainda é a indicação por parte da administração, com 56,3% dos diretores selecionados por esse critério (Tabela 1).

TABELA 1

PERCENTUAL DE DIRETORES POR TIPO DE ACESSO – BRASIL – 2019-2021

	2019	2020	2021
Eleição e processo seletivo	6.6%	6.6%	6.0%
Eleição	20.0%	20.1%	19.1%
Indicação	56.2%	54.9%	56.3%
Processo seletivo	7.2%	7.0%	7.7%
Concurso público	8.3%	8.3%	7.4%
Outro	1.7%	3.1%	3.4%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

Em seguida, esses percentuais foram desagregados, considerando a dependência administrativa das escolas. Na rede federal, em 2021, 8,3% das escolas selecionaram seus diretores com base em critérios técnicos de mérito e desempenho e consulta à comunidade escolar (Tabela 2). Ao longo dos três anos (2019 a 2021), ocorreu uma redução percentual no

número de escolas na rede federal que nomeiam seus diretores mediante critérios da Meta 19. Os dados precisam ser contextualizados, uma vez que os institutos federais possuem legislação própria sobre a escolha dos seus diretores, que estabelece a eleição como a forma de escolha adequada, para a qual os candidatos precisam cumprir critérios técnicos de mérito e desempenho (Brasil, 2009b).

Nas redes estaduais, 13% dos diretores das escolas foram selecionados com base em critérios técnicos de mérito e desempenho e consulta à comunidade escolar. Considerando o período entre 2013 e 2019, observa-se uma estabilidade no percentual das redes públicas estaduais. Por outro lado, entre as redes municipais, ocorreu uma redução no percentual de diretores selecionados mediante os critérios da Meta 19. Em 2021, 3,9% dos diretores municipais foram selecionados segundo critérios técnicos de mérito e desempenho e consulta à comunidade escolar; esse percentual foi de 4,6% em 2019 (Gráfico 2).

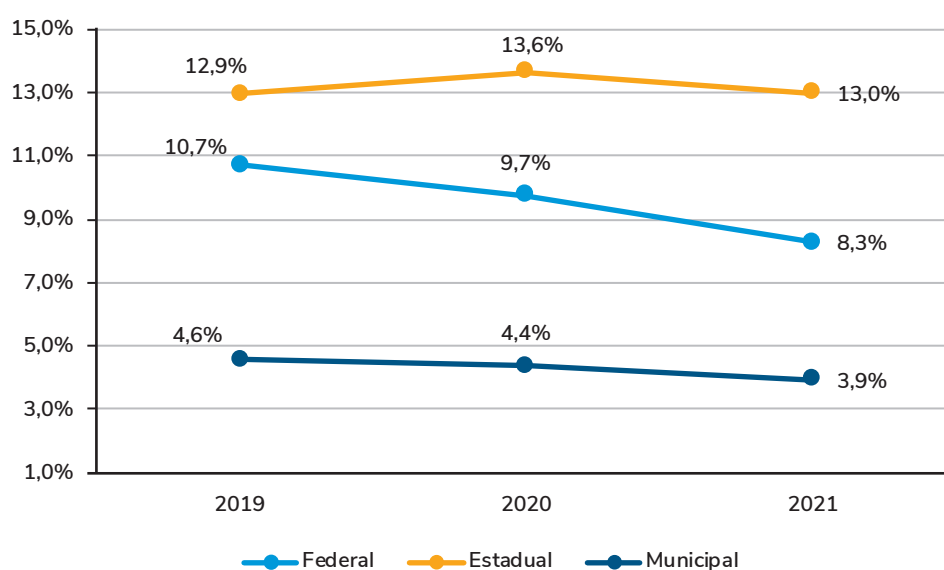


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE DIRETORES SELECIONADOS SEGUNDO CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO E CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2019-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

Na Região Nordeste, 36,6% dos diretores das escolas públicas foram selecionados pelos critérios da Meta 19. Esse percentual é 2,5 p.p. maior que o encontrado em 2019 na região. A Região Sul possui 30,6% dos diretores das escolas públicas selecionados pelos critérios da meta. O maior valor para a região ocorreu em 2020 (32,7%). Em 2021, apesar da redução, a região continuou a figurar como o segundo melhor índice nacional. Com 18,1% de diretores selecionados pelos critérios da meta está a Região Sudeste, seguida da Região Centro-Oeste, com 9% dos diretores nessa condição. A Região Norte é a com o menor percentual, sendo 5,6% dos diretores selecionados segundo critérios técnicos de mérito e eleições (Gráfico 3).

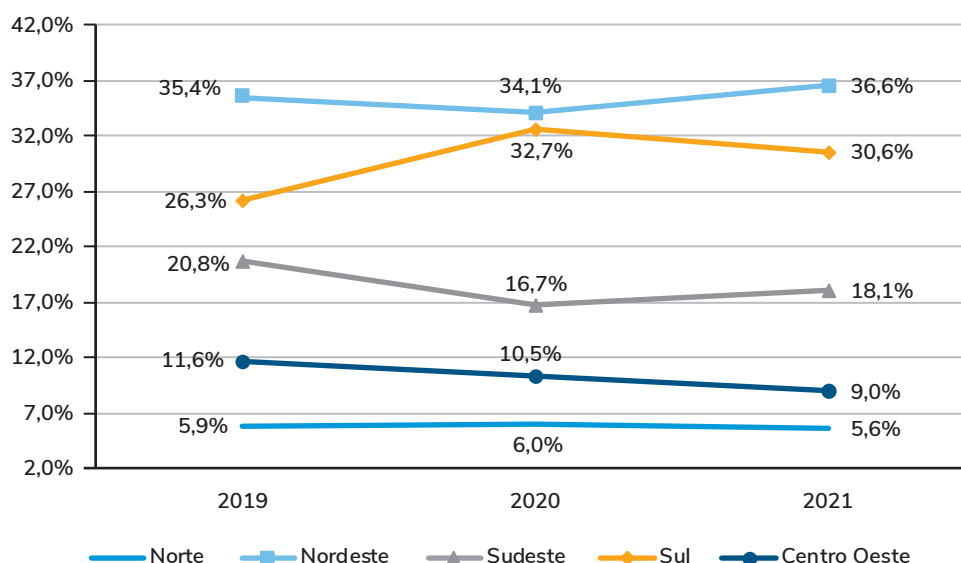


GRÁFICO 3

PERCENTUAL DE DIRETORES SELECIONADOS SEGUNDO CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO E CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR, POR GRANDES REGIÕES – BRASIL – 2019-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

Em relação aos estados e ao Distrito Federal, os quatro estados com o maior percentual de diretores selecionados segundo critérios técnicos de mérito e eleições são: Santa Catarina (17,9%), Bahia (9,9%), Ceará (9,8%) e Paraná (9,7%) (Tabela 2). Com menos de 1% de diretores selecionados segundo critérios da Meta 19 estão os Estados de Roraima (0%), Amazonas (0%), Amapá (0,1%), Piauí (0,2%), Paraíba (0,3%), Rondônia (0,4%), Tocantins (0,5%) e Sergipe (0,7%) (Tabela 2).

TABELA 2

PERCENTUAL DE DIRETORES SELECIONADOS SEGUNDO CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO E CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR, POR BRASIL E UNIDADES FEDERATIVAS – 2019-2021

(continua)

	2019	2020	2021	Diferença 2013/2021 (p.p.)
Rondônia	0.8%	0.5%	0.4%	-0.4
Acre	3.0%	3.2%	3.1%	0.1
Amazonas	0.0%	0.1%	0.0%	0.0
Roraima	0.0%	0.0%	0.0%	0.0
Pará	1.2%	1.4%	1.5%	0.3
Amapá	0.2%	0.1%	0.1%	-0.1
Tocantins	0.6%	0.6%	0.5%	-0.1
Maranhão	4.8%	5.2%	3.8%	-1.0

TABELA 2

PERCENTUAL DE DIRETORES SELECIONADOS SEGUNDO CRITÉRIOS TÉCNICOS DE MÉRITO E DESEMPENHO E CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR, POR BRASIL E UNIDADES FEDERATIVAS – 2019-2021

(conclusão)

	2019	2020	2021	Diferença 2013/2021 (p.p.)
Piauí	0.2%	0.2%	0.2%	0.0
Ceará	8.9%	9.2%	9.8%	0.9
Rio Grande do Norte	1.4%	1.6%	1.6%	0.2
Paraíba	0.2%	0.1%	0.3%	0.1
Pernambuco	9.3%	7.9%	8.1%	-1.2
Alagoas	1.9%	1.5%	2.2%	0.3
Sergipe	0.6%	1.3%	0.7%	0.0
Bahia	8.1%	7.1%	9.9%	1.9
Minas Gerais	6.1%	4.9%	4.5%	-1.6
Espírito Santo	1.7%	2.1%	2.0%	0.3
Rio de Janeiro	9.9%	6.6%	8.2%	-1.7
São Paulo	3.0%	3.1%	3.4%	0.3
Paraná	8.0%	14.4%	9.7%	1.8
Santa Catarina	15.4%	15.5%	17.9%	2.5
Rio Grande do Sul	2.9%	2.8%	3.0%	0.1
Mato Grosso do Sul	3.4%	2.8%	3.1%	-0.3
Mato Grosso	1.3%	1.1%	1.0%	-0.4
Goiás	3.4%	3.6%	2.5%	-0.9
Distrito Federal	3.5%	2.9%	2.5%	-1.1

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

Indicador 19B – Percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres e grêmios estudantis).

META: 100% de colegiados intraescolares (conselhos escolares, associação de pais e mestres e grêmios estudantis) existentes nas escolas públicas brasileiras.

A gestão democrática da educação, no âmbito das escolas públicas e nos termos da Meta 19, prevê a participação da comunidade escolar nos órgãos colegiados como a associação de pais e mestres ou associação de pais (estratégia 19.4), nos conselhos escolares e nos grêmios estudantis (estratégia 19.4), e condições de funcionamento desses colegiados (estratégia 19.5).

Em todo o País, houve um crescimento no percentual de escolas com órgãos colegiados intraescolares. Em 2019, início da série histórica, havia 37,6% de conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis em funcionamento nas escolas públicas brasileiras. Esse percentual cresceu 1,4 p.p. no período e em 2021 alcançou 39% dos órgãos intraescolares em funcionamento nas escolas. A seguir, esses dados foram desagregados, considerando as redes de ensino, grandes regiões e as unidades da Federação (Gráfico 4).

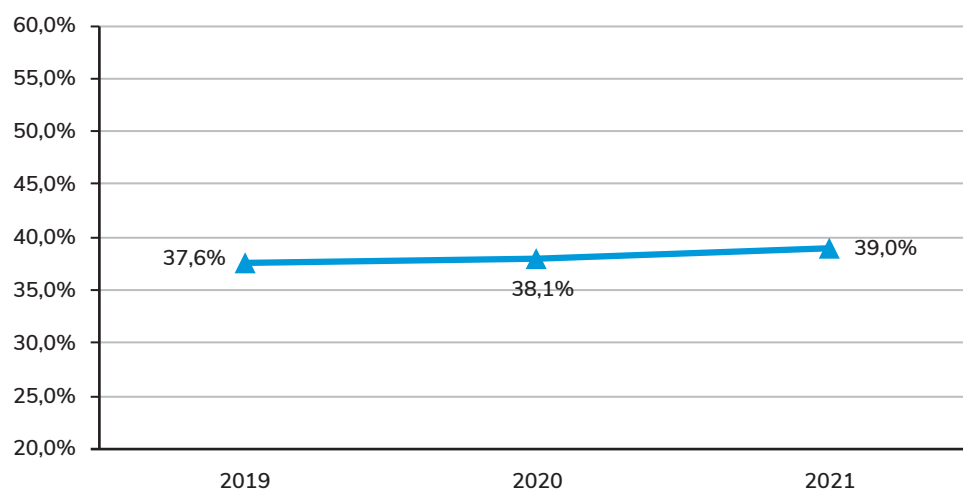


GRÁFICO 4

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES (CONSELHO ESCOLAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E GRÊMIO ESTUDANTIL) – BRASIL - 2019-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

A rede federal obteve um crescimento no percentual de grêmios, associações de pais e mestres e conselhos escolares. No início da série histórica, em 2019, 47,9% das instituições federais possuíam órgãos intraescolares, chegando a 51,5% em 2021 (um crescimento de 3,6 p.p.).

No mesmo período, nas redes estaduais de ensino, em 2021, 54,1% das escolas possuíam órgãos intraescolares em funcionamento, uma redução de 1,1 p.p. em relação ao ano de 2019, quando a rede possuía 55,2% de suas unidades com esses órgãos funcionando.

As redes municipais também obtiveram um crescimento de 2,2 p.p. no período analisado, alcançando 34,8% em 2021, frente a 32,6% de órgãos intraescolares no ano de 2019 (Gráfico 5).

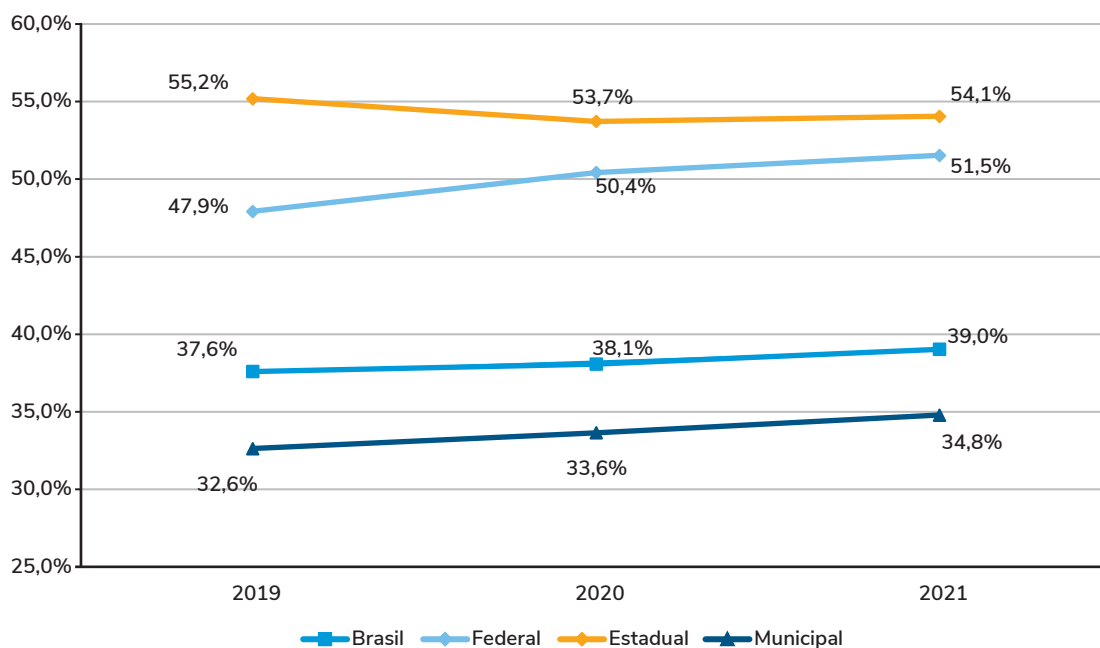


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES (CONSELHO ESCOLAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E GRÊMIO ESTUDANTIL), POR BRASIL E REDES DE ENSINO – 2019-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

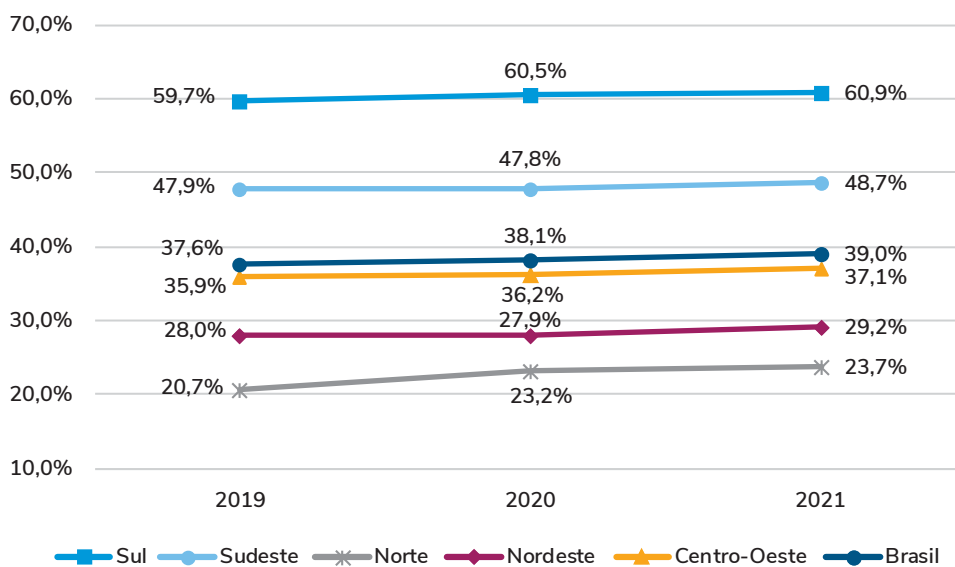


GRÁFICO 6

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES (CONSELHO ESCOLAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E GRÊMIO ESTUDANTIL), POR BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2019-2021

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

Em relação às grandes regiões do País, a Região Sul se destaca com 60,9% das escolas públicas contando com órgãos intraescolares em funcionamento, seguida da Região Sudeste, com 48,7% dos conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis em funcionamento nas escolas. Abaixo da média nacional do indicador estão as Regiões Centro-Oeste (37,1%), Nordeste (29,2%) e Norte (23,7%) (Gráfico 6).

Embora essas regiões possuam percentuais abaixo da média nacional, foram as regiões que mais cresceram no período; a Região Norte cresceu 3 p.p., e as Regiões Nordeste e Centro-Oeste cresceram 1,2 p.p. entre 2019 e 2021 (Tabela 3).

TABELA 3

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS INTRAESCOLARES (CONSELHO ESCOLAR, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E GRÊMIO ESTUDANTIL), POR BRASIL E UNIDADES FEDERATIVAS – BRASIL – 2019-2021

	2019	2020	2021	Diferença 2019/2021 (p.p.)
Brasil	37.6%	38.1%	39.0%	1.4
Rondônia	35.5%	36.1%	36.1%	0.6
Acre	16.4%	18.0%	18.4%	2.0
Amazonas	19.3%	20.3%	20.4%	1.1
Roraima	23.0%	24.4%	24.6%	1.6
Pará	17.6%	21.6%	22.4%	4.8
Amapá	12.0%	13.2%	13.5%	1.5
Tocantins	43.1%	45.1%	46.1%	3.0
Maranhão	18.1%	19.4%	21.6%	3.4
Piauí	29.1%	29.6%	30.5%	1.4
Ceará	44.9%	43.1%	43.6%	-1.3
Rio Grande do Norte	28.1%	29.0%	30.1%	2.0
Paraíba	28.1%	27.4%	28.1%	0.0
Pernambuco	27.6%	28.6%	29.8%	2.2
Alagoas	29.2%	29.8%	31.6%	2.5
Sergipe	29.7%	29.7%	31.4%	1.6
Bahia	27.6%	26.4%	27.6%	0.1
Minas Gerais	23.9%	24.2%	24.8%	0.8
Espírito Santo	28.8%	30.2%	29.9%	1.0
Rio de Janeiro	43.2%	45.2%	45.6%	2.4
São Paulo	69.4%	66.3%	67.6%	-1.7
Paraná	68.1%	69.5%	69.1%	1.1
Santa Catarina	53.9%	54.7%	55.1%	1.2
Rio Grande do Sul	55.4%	55.6%	56.6%	1.2
Mato Grosso do Sul	54.6%	55.7%	55.4%	0.8
Mato Grosso	31.8%	30.5%	32.8%	1.0
Goiás	29.1%	30.1%	30.8%	1.6
Distrito Federal	47.5%	47.7%	47.5%	0.0

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

Em relação aos estados e ao Distrito Federal, os maiores percentuais de conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis encontram-se nos Estados do Paraná (69,1%), São Paulo (67,6%), Rio Grande do Sul (56,6%), Mato Grosso do Sul (55,4%) e Santa Catarina (55,1%); o Distrito Federal aparece em seguida com 47,5% de órgãos intraescolares em seus estabelecimentos. Há uma variabilidade significativa entre os estados, pois a diferença entre o estado com o maior (Paraná) e o menor (Amapá) percentual de órgãos intraescolares é de 55,6 p.p. (Tabela 3).

Em situação inversa, com os menores percentuais de presença de órgãos intraescolares estão os Estados de Minas Gerais (24,8%), Roraima (24,6%), Pará (22,4%), Maranhão (21,6%), Amazonas (20,4%), Acre (18,4%) e Amapá (13,5%). O Estado do Pará foi o que mais cresceu entre o período de 2013 e 2019, aumentando em 4,8 p.p. no período. O Estado do Maranhão também registra um crescimento significativo no período, aumentando 3,4 p.p., assim como o Estado do Acre, que cresceu 2 p.p. no período analisado.

Indicador 19C – Percentual de existência de colegiados extraescolares (fóruns permanentes de educação, conselhos de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar) das unidades federativas.

O Indicador 19C é calculado considerando a quantidade de conselhos estaduais de educação, conselhos de controle e acompanhamento social do Fundeb (CACS), conselhos de alimentação escolar (CAE) e fóruns permanentes de educação (FPE) existentes em cada uma das unidades federativas.

Esses espaços colegiados estão presentes nas estratégias para a efetivação da gestão democrática: os fóruns permanentes de educação são objeto da estratégia 19.3; os conselhos municipais e estaduais de educação, os conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, os conselhos de alimentação escolar e o conselho de transporte escolar (CTE) estão listados na estratégia 19.2.

Em todas as unidades da Federação, os espaços colegiados extraescolares estão em funcionamento. Nesse sentido, é importante considerar que a legislação federal condiciona o acesso aos recursos desses programas à criação dos conselhos de políticas públicas na área da educação, enquanto os conselhos estaduais e municipais de educação estão previstos na legislação educacional há mais tempo (Brasil, 2007, 2009a).

Indicador 19D – Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar das unidades federativas.

META: 100% de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos estaduais de educação e conselhos de acompanhamento e controle social.

Com exceção do fórum permanente de educação, a legislação determina a criação de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar para que estados e municípios possam acessar recursos dos programas sociais da área de educação, mas não há menção à obrigatoriedade de oferta de condições para o funcionamento dos conselhos ou de qualificação do corpo de conselheiros. As estratégias 19.5 e 19.2 visam à qualificação e ao fortalecimento desses conselhos e dos demais conselhos de educação.

O indicador 19D calcula o percentual de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos conselhos estaduais de educação, conselhos de controle e acompanhamento social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar pelas unidades federativas. Em todo o País, 79,0% dos conselhos estaduais possuem infraestrutura para o seu funcionamento e capacitação de seus conselheiros, mas é possível identificar a variação dessa oferta entre as unidades federativas e regiões (Tabela 4).

A Região Norte possui a maior cobertura de infraestrutura e formação de conselheiros estaduais, com 95,2% dos conselhos atendendo aos dois quesitos, seguido das Regiões Centro-Oeste (83,3%), Sudeste (75,0%), Nordeste (70,4%) e Sul (66,7%).

Entre as unidades federativas, nos Estados do Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Roraima, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal, todos os conselhos possuem infraestrutura e oferecem formação aos conselheiros. Nos Estados do Acre, Amazonas e Paraná, a oferta de infraestrutura e capacitação ocorre em 83,3% dos conselhos, e os demais estados do País estão abaixo da média nacional (79,01%).

TABELA 4

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (FÓRUNS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR) COM OFERTA DE INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO AOS CONSELHEIROS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2018

(continua)

	Indicador 19D
BRASIL	79.0%
Norte	95.2%
Acre	83.3%
Amapá	100.0%
Amazonas	83.3%
Pará	100.0%
Rondônia	100.0%
Roraima	100.0%
Tocantins	100.0%
Nordeste	70.4%
Alagoas	66.7%
Bahia	100.0%
Ceará	50.0%
Maranhão	100.0%
Paraíba	50.0%
Pernambuco	50.0%
Piauí	50.0%
Rio Grande do Norte	66.7%
Sergipe	100.0%

TABELA 4

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (FÓRUNS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR) COM OFERTA DE INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO AOS CONSELHEIROS, POR BRASIL, GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 2018

(conclusão)

	Indicador 19D
Sudeste	75.0%
Espírito Santo	66.7%
Minas Gerais	100.0%
Rio de Janeiro	66.7%
São Paulo	66.7%
Sul	66.7%
Paraná	83.3%
Rio Grande do Sul	50.0%
Santa Catarina	66.7%
Centro Oeste	83.3%
Distrito Federal	100.0%
Goiás	100.0%
Mato Grosso	66.7%
Mato Grosso do Sul	66.7%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Estadiv/IBGE (2018).

Indicador 19E – Percentual de existência de colegiados extraescolares (conselhos municipais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação) nos municípios.

META: 100% de existência de colegiados extraescolares (conselhos municipais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação) nos municípios.

Enquanto em nível estadual a existência dos colegiados extraescolares é completa, nos municípios de todo o País, 83,9% dos conselhos e fóruns permanentes de educação estão presentes.

Os conselhos estão em maior percentual nos municípios da Região Sul (88,2%), seguida das Regiões Nordeste (86,7%), Norte (83,2%), Sudeste (79,9%) e Centro-Oeste (77,2%). Na Região Sul, apenas os municípios do Paraná (78,9%) possuem um percentual de conselhos extraescolares menor que a média nacional e, na Região Nordeste, o Estado do Ceará é o estado com o menor percentual, 78,3%, seguido do Estado de Alagoas, bem próximo à média nacional de existência de conselhos extraescolares municipais, com 83,8% de presença (Tabela 5).

O percentual de conselhos extraescolares na Região Sudeste é próximo da média nacional, mas os municípios nos Estados do Espírito Santo (93,3%) e Rio de Janeiro (86,7%) apresentam percentuais superiores. Na Região Centro-Oeste, a presença de conselhos extraescolares nos municípios é abaixo de 80% nos municípios de todos os estados.

A presença dos conselhos é variada entre os municípios dos estados; enquanto no Estado de Sergipe 97% dos conselhos estão em funcionamento, o menor percentual de conselhos ocorre no Estado de Roraima, com 66,7% dos conselhos extraescolares municipais em funcionamento, estabelecendo uma diferença de 30,3 p.p. entre os dois estados e revelando a diversidade de situações encontradas no País.

Indicador 19F – Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos municipais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar nos municípios.

META: 100% de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos municipais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar pelos municípios.

A oferta de infraestrutura para o funcionamento dos conselhos e de formação para os conselheiros ocorre em 60,4% dos conselhos municipais do País, e a região com o maior percentual de oferta é a Sul, com 63,6%, seguida das Regiões Nordeste (62,3%), Sudeste (59,1%), Norte (57,1%) e Centro-Oeste (52,5%). A maior diferença na oferta de infraestrutura e formação para conselheiros ocorre entre os Estados do Rio de Janeiro (74,6%), com o maior percentual de cobertura, e o Estado do Mato Grosso do Sul, com 44,7% de cobertura, estabelecendo uma amplitude entre os municípios dos estados de 29,9 p.p. (Tabela 5).

Na Região Sul apenas o Estado do Paraná (54,5%) ficou abaixo da média nacional de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos. Na Região Nordeste, a maioria dos estados oferta infraestrutura para o funcionamento dos conselhos e a formação dos conselheiros municipais acima da média nacional, com exceção dos Estados do Ceará (56,9%), Pernambuco (59,4%), Piauí (53,2%) e Rio Grande do Norte (55,9%).

O Estado do Rio de Janeiro (74,6%) é o estado com o maior percentual de oferta na Região Sudeste, seguido dos Estados do Espírito Santo (66%) e São Paulo (60,6%), enquanto na Região Norte apenas o Pará (63%) apresenta resultados acima da média nacional. Na Região Centro-Oeste, o menor percentual entre as regiões, em todos os estados a oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos municipais é menor que a média nacional, e a Região Norte possui 60,4% de oferta de infraestrutura para o funcionamento dos conselhos e de formação para os conselheiros.

Os cinco estados com maior percentual de oferta de infraestrutura para o funcionamento dos conselhos e de formação para os conselheiros municipais são: Rio de Janeiro (74,6%), Bahia (70,3%), Rio Grande do Sul (69,3%), Sergipe (67,3%) e Santa Catarina (66,4%). A menor cobertura ocorre nos municípios dos Estados de Goiás (50,3%), Amazonas (48,4%), Acre (46,2%) e Mato Grosso do Sul (44,7%).

TABELA 5

PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DE COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (FÓRUMS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR) COM OFERTA DE INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS, POR MUNICÍPIOS, UNIDADES FEDERATIVAS E REGIÃO – BRASIL – 2018

	Indicador 19E	Indicador 19F
BRASIL	83.9%	60.4%
Norte	83.2%	57.1%
Acre	77.3%	46.2%
Amapá	81.3%	57.3%
Amazonas	81.9%	48.4%
Pará	82.5%	63.0%
Rondônia	76.0%	57.4%
Roraima	66.7%	53.3%
Tocantins	90.1%	57.1%
Nordeste	86.7%	62.3%
Alagoas	83.8%	65.2%
Bahia	88.4%	70.3%
Ceará	78.3%	56.9%
Maranhão	88.0%	64.9%
Paraíba	87.8%	62.9%
Pernambuco	87.4%	59.4%
Piauí	86.8%	53.2%
Rio Grande do Norte	84.6%	55.9%
Sergipe	97.0%	67.3%
Sudeste	79.9%	59.1%
Espírito Santo	93.3%	66.0%
Minas Gerais	76.5%	55.6%
Rio de Janeiro	86.7%	74.6%
São Paulo	81.8%	60.6%
Sul	88.2%	63.6%
Paraná	78.9%	54.5%
Rio Grande do Sul	95.3%	69.3%
Santa Catarina	88.7%	66.4%
Centro Oeste	77.2%	52.5%
Goiás	78.16%	50.3%
Mato Grosso	79.08%	60.2%
Mato Grosso do Sul	70.57%	44.7%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Munic/IBGE (2018).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. 6% dos diretores das escolas públicas do País foram escolhidos por meio de processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar, mostrando estabilidade do indicador 19A;
2. 39% dos grêmios estudantis, conselho escolar e associação de pais e mestres estão presentes nas escolas públicas do País, com crescimento de 1,4 p.p. em relação a 2019;
3. 100% das unidades federativas possuem fóruns permanentes de educação, conselhos estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar;
4. 79% dos conselhos estaduais possuem infraestrutura para seu funcionamento e capacitação para seus conselheiros;
5. 83,9% dos conselhos municipais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar existem nos municípios;
6. 60,4% dos conselhos municipais possuem infraestrutura para seu funcionamento e oferecem capacitação para seus conselheiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jun. 2004. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Seção 1, p. 7. Revogada pela Lei nº 14.113, de 2020, ressalvado o art. 12.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jun. 2009a. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta os arts. 11, 12 e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para disciplinar o processo de escolha de dirigentes no âmbito destes Institutos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 2009b. Seção 1, p. 1. Edição extra.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da educação básica (2019-2021)*. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2018*. Brasília, DF: Inep, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic): 2018*. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic): 2018*. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 20 fev. 2022.



META 20

.....

AMPLIAR O INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DE FORMA A ATINGIR, NO MÍNIMO, O PATAMAR DE 7% (SETE POR CENTO) DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO PAÍS NO 5º (QUINTO) ANO DE VIGÊNCIA DESTA LEI E, NO MÍNIMO, O EQUIVALENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO PIB AO FINAL DO DECÊNIO.

.....



Para o atingimento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é imprescindível a existência de investimentos públicos em educação pública. A Meta 20 do PNE trata da ampliação desse investimento, que precisava atingir 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2019 e 10% do PIB ao final da vigência do Plano (2024).

Para o monitoramento da meta, foi necessário o desenvolvimento de indicadores específicos, voltados aos gastos educacionais apresentados na lei do PNE. No “Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016” (Brasil. Inep, 2016), o indicador de gastos públicos em educação utilizado foi o “Indicador de Investimento Público Total em Educação”, produzido pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep (Deed/Inep). Esse indicador segue as recomendações metodológicas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para fins de comparabilidade internacional. No “Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2016-2018” (Brasil. Inep, 2018) foram definidos indicadores específicos para monitorar a meta 20 do PNE.

Foram elaborados dois indicadores, o indicador de gasto público em educação pública e o indicador de gasto público em educação. Esses indicadores derivam dos dois ordenamentos distintos presentes na Lei nº 13.005/2014, em que são apresentados os gastos públicos em educação, nela tratados como “investimento público em educação”: (1) o *caput* da Meta 20 do plano, que estabelece “ampliar o *investimento público em educação pública*”, atingindo a meta intermediária da aplicação de 7% do PIB após cinco anos a partir da aprovação do plano e 10% do PIB ao final do decênio; e (2) o §4º do art. 5º do PNE, que estabelece um rol de despesas a serem consideradas como gasto público em educação que abrangem, além dos gastos definidos no art. 212 da Constituição Federal (CF), os gastos regulamentados pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Fundeb), os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil, e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial, na forma do art. 213 da Constituição Federal.

O §4º do art. 5º do PNE define o investimento público “em educação” e não “em educação pública”. Assim, foi necessária a construção de dois indicadores de monitoramento dos gastos em educação, diferenciando-se as despesas públicas em educação, das despesas aplicadas na educação pública. Definiu-se, então, um indicador de gasto público em educação pública adaptado ao acompanhamento do *caput* da Meta 20 do PNE (Indicador 20A – gasto público em educação pública em proporção ao PIB) e outro para monitorar o gasto público em educação de forma mais ampla, incluindo os recursos aplicados no setor privado, em uma interpretação literal do art. 214 do texto constitucional (Indicador 20B – Gasto Público em Educação em proporção ao PIB). Portanto, os dois indicadores são definidos da seguinte forma:

– *Indicador 20A – Gasto Público em Educação Pública em proporção ao PIB*

Definição: Despesas Pagas e Restos a Pagar Pagos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e do Distrito Federal e dos Governos Municipais durante o respectivo exercício na realização de atividades educacionais em instituições públicas de ensino e pesquisa educacional em proporção ao PIB.

– *Indicador 20B – Gasto Público em Educação em proporção ao PIB*

Definição: Despesas Pagas e Restos a Pagar Pagos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e do Distrito Federal e dos Governos Municipais e despesas com recursos de Receitas Parafiscais, durante o respectivo exercício na realização de atividades educacionais em instituições públicas de ensino e pesquisa educacional, além dos recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal, em proporção ao PIB.

As principais fontes de dados utilizadas foram o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI/Tesouro Gerencial), para os gastos do governo federal em Aplicações Diretas e Transferências, e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE/FNDE), para a aferição dos gastos de Estados, DF e Municípios.

Para a extração dos dados faltantes na base de dados do SIOPE, no caso dos municípios, foram utilizados os dados do Finbra - Finanças do Brasil, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi/STN. Dessas bases de dados, foram extraídas as despesas pagas. No caso de Estados e do DF que não enviaram dados ao SIOPE, as despesas foram consultadas a partir de seus Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO). Neste caso, apenas foi possível extrair as informações das despesas liquidadas. Os dados dos gastos tributários do Prouni e das “Entidades sem Fins Lucrativos – Educação” e “Entidades Filantrópicas – Educação” foram extraídos do “Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas – 2019 – Série 2017 a 2022” publicado pelo Receita Federal do Brasil. Para aferir os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil foram utilizados os dados divulgados no “Orçamento de Subsídios da União 2021: Relatório de Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios de 2003 a 2020” também do Ministério da Economia. Para a análise pormenorizada das despesas no nível de Ação, foram consultados os sítios oficiais dos programas da União e sua legislação relacionada, além do Cadastro de Ações, da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia.

Além da evolução dos gastos medida pelos dois indicadores, a análise contemplará a desagregação dos resultados por cada um dos entes federativos e por diferentes tipos e fontes de gastos, propiciando um entendimento mais detalhado sobre o cenário geral constatado neste período.

Desse cenário, destaca-se, no ano de 2020, o início da pandemia da Covid-19, com efeitos em várias áreas, com destaque para a atividade econômica. O financiamento da educação brasileira tem como uma de suas características principais a aplicação mínima da receita resultante de impostos e transferências em educação, definida como gastos em Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE) (art. 212, CF).

Como os impostos dependem da atividade econômica, é esperado que as fontes obrigatórias de financiamento sofram restrições em um cenário de crise. Também podem ocorrer movimentos contracíclicos, como a ampliação do esforço de gastos em educação em um contexto de queda na arrecadação. Além do efeito sobre o lado das disponibilidades de recursos, a pandemia também gerou novas necessidades de gastos como os investimentos em tecnologia e treinamento dos professores e técnicos para as aulas remotas. Contudo, neste Relatório, não se faz uma análise específica sobre o impacto da pandemia nos resultados dos indicadores, pois isso se distancia do objeto desta análise, mas é importante reconhecer que os resultados podem estar influenciados por este evento de dimensão internacional.

O PERÍODO DE ANÁLISE

As análises apresentadas neste relatório consideraram a evolução dos indicadores 20A e 20B no período entre 2015 e 2020. Durante todo este período, os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Alagoas não informaram suas despesas educacionais ao SIOPE. O SIOPE é a base principal de análise para estados/DF e municípios, por ser a fonte oficial dos orçamentos públicos educacionais e por ter um maior nível de detalhamento desses gastos. Na ausência de dados no SIOPE, essas informações foram complementadas pelo RREO, que pode ser considerada uma base de dados compatível. Em 2018, além dos três estados já mencionados, Rio Grande do Norte e Distrito Federal, não apresentaram informação ao SIOPE e tiveram seus dados complementados a partir do RREO. A partir de 2019, além dos estados relatadas anteriormente, o Rio de Janeiro também não apresentou seus dados ao SIOPE e seus dados foram extraídos do RREO.

No caso dos municípios, a complementação de dados ausentes do SIOPE também foi maior em 2020 do que para os anos anteriores. A complementação também foi realizada por uma base compatível, o Finbra. Contudo, mesmo para 2020, os dados do SIOPE representaram uma cobertura elevada, 98,1% dos municípios brasileiros. Com a complementação do Finbra, a cobertura passou para 99,7%¹. Em relação aos gastos do governo federal e gastos educacionais provenientes de receitas parafiscais, não houve alteração nas fontes de dados durante o período analisado.

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO E EM EDUCAÇÃO PÚBLICA EM PROPORÇÃO AO PIB

Indicador 20A – Gasto Público em Educação Pública em proporção ao PIB;

Indicador 20B – Gasto Público em Educação em proporção ao PIB.

Meta: Gasto público em educação pública de 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024.

¹ Maiores detalhes sobre as fontes de dados podem ser vistos na Tabela A1 do Apêndice.

TABELA 1

GASTOS EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL – 2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)

Descrição dos gastos e deduções em educação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gastos incluídos no cálculo dos indicadores - Subtotal sem deduções	134.329.581.244,35	149.046.364.386,94	143.442.936.392,26	126.236.627.021,77	118.642.644.357,75	110.610.986.602,05
Gastos totais da base do Tesouro Gerencial/SIAFI - sem deduções	117.864.411.965,55	126.588.816.552,57	125.572.501.448,46	112.321.786.265,98	109.036.548.428,19	100.695.003.588,61
Gastos Tributários - Entidades Filantrópicas (isenção)	2.862.047.401,78	2.942.779.235,95	2.927.519.560,16	2.101.311.701,06	2.123.756.141,16	2.065.058.844,73
Gastos Tributários - Entidades sem Fins Lucrativos - Educação (imunidade)	3.225.524.462,96	3.673.753.415,52	3.698.440.911,00	3.790.915.445,66	2.695.172.836,68	2.513.063.535,80
Gastos Tributários - PROUNI (isenção)	2.141.354.792,38	2.527.663.020,11	2.667.680.618,88	2.818.974.475,78	2.294.857.958,45	2.178.293.632,42
Subsídio Implícito do FIES	8.236.242.621,68	13.313.352.162,79	8.576.793.853,77	5.203.639.133,29	2.492.308.993,27	3.159.567.000,48
Total - Deduções	18.374.807.833,85	24.328.747.301,91	24.427.128.995,04	13.942.990.815,90	10.755.431.774,23	6.513.346.966,29
Dedução - Gastos não educacionais ou não definidos no PNE	18.262.542.042,27	24.254.762.285,32	24.386.363.278,73	13.909.696.085,63	10.726.833.968,36	6.486.461.088,61
Dedução - Transferências Recebidas dos Estados e DF	87.185.325,18	54.165.878,76	28.536.676,97	10.526.745,63	344.090,11	1.963.240,97
Dedução - Transferências Recebidas dos Municípios	25.080.466,41	19.819.137,82	12.229.039,35	22.767.984,63	28.253.715,76	24.922.636,71
Total - Gasto Público em Educação	115.954.773.410,49	124.717.617.085,03	119.015.807.397,22	112.293.636.205,87	107.887.212.583,53	104.097.639.635,76

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Siafi/Tesouro Gerencial (Brasil, ME, STN, [s.d.]). Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas – 2019 – Série 2017 a 2022 (RFB, 2022) e Orçamento de Subsídios da União 2021: Relatório de Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios de 2003 a 2020 (Brasil, ME, Secap, 2021).

A Tabela 1 apresenta os gastos públicos em educação do Governo Federal entre 2015 e 2020. Para além dos gastos de aplicações diretas e transferências do Governo federal informados no SIAFI e extraídos do Tesouro Gerencial (TG), foram considerados os gastos tributários² de imunidade e isenção para Entidades sem Fins Lucrativos da área educacional, os gastos do programa universidade para todos (Prouni) e o subsídio implícito do FIES.

Os gastos tributários e os subsídios para o FIES foram considerados por constarem entre as exceções previstas no §4º do art. 5º do PNE. Já para os gastos tributários, foi feita uma estimativa da proporção das imunidades e isenções destinadas às etapas previstas no §4º do art. 5º do PNE (educação profissional e superior, educação infantil e educação especial)³. Apesar de não constarem no orçamento da União como despesa primária, o subsídio implícito do FIES pode ser considerado como gasto da União. Isto porque, ao conceder empréstimos aos estudantes, mesmo na ausência total de inadimplência, o Tesouro Nacional incorre em despesas ao oferecer taxas de juros inferiores ao custo de captação desse mesmo recurso, resultando em custos para o governo federal que jamais retornarão às contas públicas. Os subsídios do FIES, assim como outros programas similares, são calculados e divulgados pelo Ministério da Economia. Nesta tabela também constam as deduções dos gastos educacionais do governo federal para se obter o Gasto Público em Educação desse ente. São deduções de gastos não educacionais ou não definidos no PNE e as deduções de transferências recebidas de outros entes que são consideradas como esforço fiscal dos entes transferidores. Esses gastos são deduzidos dos gastos diretos e de transferências informados no TG.

De acordo com a Tabela 1, o Gasto Público em Educação do governo federal caiu 10,2% de 2015 a 2020, passando de R\$ 116,0 bilhões para R\$ 104,1 bilhões. Depois de crescimento em 2016, observou-se queda em todos os anos seguintes. Essa queda foi registrada em todos os itens que compõem os gastos do governo federal. Os gastos principais são as aplicações diretas e transferências registradas na base do Tesouro Gerencial/SIAFI. Esses gastos, já considerando as deduções informadas na Tabela 1 e detalhadas na Tabela 4, caíram 5,3% no período como um todo, passando de R\$ 99,6 bilhões para R\$ 94,2 bilhões. A redução maior se deu no ano de 2020, em que a queda foi de 4,2% em relação ao valor apurado no ano de 2019, que foi de R\$ 98,3 bilhões. Outro destaque foi a grande redução dos subsídios ao Fies. De 2015 a 2020, a queda foi de 61,6%, passando de R\$ 8,2 bilhões para R\$ 3,2 bilhões. Em 2016, esse valor tinha chegado a R\$ 13,3 bilhões, o maior dessa série.

A Tabela 2 apresenta as despesas dos estados e DF e dos municípios em educação para o período entre 2015 e 2020. São detalhados os valores das despesas pagas e dos restos a pagar pagos em cada exercício, bem como as deduções de gastos não educacionais (discriminados em detalhe na Tabela 5) e as deduções dos recursos de transferências de outros entes federados⁴.

As despesas pagas, os restos a pagar pagos, as deduções de gastos não educacionais, e as transferências referentes a estados, DF e municípios foram extraídas prioritariamente da base de dados do SIOPE. As transferências do governo federal para estados, DF e municípios foram extraídas do Tesouro Gerencial. Os municípios que não apresentaram dados de despesas pagas na base do SIOPE tiveram essas informações extraídas a partir da base de dados do Finbra, sempre que possível. Para complementar os dados faltantes dos governos estaduais e do DF foram utilizados os dados dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO), uma

² Os gastos tributários são gastos indiretos concedidos por intermédio do sistema tributário para atender objetivos econômicos e sociais, reduzindo a arrecadação potencial de recursos do governo (RF, 2021).

³ Essa estimativa foi realizada com base nas matrículas do Censo Escolar e Censo Superior do Inep. Maiores detalhes podem ser encontrados na ficha técnica.

⁴ Na metodologia adotada, as transferências entre entes governamentais foram consideradas esforço fiscal do ente transferidor.

obrigação para os entes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Tabela A.1 do Apêndice traz a quantidade de municípios e estados com informações de despesas pagas extraídas a partir de cada uma destas fontes de dados. Nota-se que todos os estados e o DF foram contemplados na análise, sendo que, foi necessário complementar os dados do SIOPE com dados obtidos do RREO para 3 estados entre 2015 e 2017, 5 estados em 2018 e 6 estados em 2019 e 2020. Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não informaram seus dados em nenhum dos anos consultados. Não havia dados no Siope para o Distrito Federal e Rio Grande Norte entre 2018 e 2020 e o Rio de Janeiro também não apareceu em 2019 e 2020. Para os governos municipais, nota-se que o número de municípios sem informações foi apenas marginal, inferior a 1,1% para todos os anos considerados. Em praticamente todos os anos, os dados do SIOPE foram complementados a partir dos dados do Finbra para menos de 1% dos municípios. Apenas em 2020 essa complementação chegou a representar quase 2% dos municípios. Como pode ser observado, a complementação de dados a partir do REEO (para os estados) e do Finbra (para os municípios), permitiu contabilizar nos indicadores desta meta os dados de todos os estados e pelo menos 98,9% dos municípios.

TABELA 2

**GASTOS EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS ESTADUAIS, DO DF E DOS GOVERNOS MUNICIPAIS
2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)**

(continua)

Ano	Descrição dos gastos e deduções em educação	Governos dos Estados e do DF	Governos dos Municípios	Total: Estados, DF e Municípios
2015	Gastos Incluídos no cálculo dos Indicadores - subtotal antes de deduções	149.185.974.161,42	177.332.215.106,11	326.518.189.267,53
	Despesas Pagas (Siope)	123.716.360.692,68	169.141.955.102,41	292.858.315.795,09
	Gastos totais de Estados e Municípios com dados ausentes no SIOPE	21.893.016.254,24	644.641.551,44	22.537.657.805,68
	Restos a Pagar Pagos dos Estados, DF e Municípios (SIOPE)	3.576.597.214,50	7.545.618.452,26	11.122.215.666,76
	Total - Deduções	19.373.909.279,05	24.325.173.575,52	43.699.082.854,57
	Dedução - Gastos Não Educacionais ou Não Definidos no PNE	12.143.696.535,90	3.584.640.830,41	15.728.337.366,31
	Dedução de Transferências - recursos de outros entes federados	7.230.212.743,16	20.740.532.745,10	27.970.745.488,26
	Total - Gasto Público em Educação	129.812.064.882,37	153.007.041.530,59	282.819.106.412,96
2016	Gastos Incluídos no cálculo dos Indicadores - subtotal antes de deduções	151.900.894.391,85	177.792.179.717,92	329.693.074.109,77
	Despesas Pagas (Siope)	124.210.288.125,70	169.934.118.236,44	294.144.406.362,14
	Gastos totais de Estados e Municípios com dados ausentes no SIOPE	21.396.387.696,97	669.641.992,06	22.066.029.689,03
	Restos a Pagar Pagos dos Estados, DF e Municípios (SIOPE)	6.294.218.569,18	7.188.419.489,42	13.482.638.058,59
	Total - Deduções	22.026.473.457,42	30.039.919.770,97	52.066.393.228,39
	Dedução - Gastos Não Educacionais ou Não Definidos no PNE	13.870.617.789,07	2.176.369.264,68	16.046.987.053,76
	Dedução de Transferências - recursos de outros entes federados	8.155.855.668,35	27.863.550.506,29	36.019.406.174,63
	Total - Gasto Público em Educação	129.874.420.934,43	147.752.259.946,95	277.626.680.881,38

TABELA 2

**GASTOS EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS ESTADUAIS, DO DF E DOS GOVERNOS MUNICIPAIS
2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)**

(continuação)

Ano	Descrição dos gastos e deduções em educação	Governos dos Estados e do DF	Governos dos Municípios	Total: Estados, DF e Municípios
2017	Gastos Incluídos no cálculo dos Indicadores - subtotal antes de deduções	146.621.659.605,51	176.116.520.391,57	322.738.179.997,08
	Despesas Pagas (Siope)	119.488.227.254,88	170.029.633.042,65	289.517.860.297,53
	Gastos totais de Estados e Municípios com dados ausentes no SIOPE	21.659.555.345,33	205.907.902,79	21.865.463.248,12
	Restos a Pagar Pagos dos Estados, DF e Municípios (SIOPE)	5.473.877.005,30	5.880.979.446,12	11.354.856.451,43
	Total - Deduções	25.003.005.183,64	21.173.948.766,87	46.176.953.950,51
	Dedução - Gastos Não Educacionais ou Não Definidos no PNE	16.872.157.860,54	2.326.287.648,82	19.198.445.509,36
	Dedução de Transferências - recursos de outros entes federados	8.130.847.323,09	18.847.661.118,05	26.978.508.441,14
	Total - Gasto Público em Educação	121.618.654.421,87	154.942.571.624,70	276.561.226.046,57
2018	Gastos Incluídos no cálculo dos Indicadores - subtotal antes de deduções	140.588.530.451,79	182.819.261.412,83	323.407.791.864,61
	Despesas Pagas (Siope)	105.941.190.455,71	174.737.924.611,68	280.679.115.067,38
	Gastos totais de Estados e Municípios com dados ausentes no SIOPE	28.063.246.419,72	947.226.659,66	29.010.473.079,38
	Restos a Pagar Pagos dos Estados, DF e Municípios (SIOPE)	6.584.093.576,36	7.134.110.141,49	13.718.203.717,85
	Total - Deduções	20.392.010.956,71	22.549.927.522,97	42.941.938.479,68
	Dedução - Gastos Não Educacionais ou Não Definidos no PNE	12.879.256.114,88	2.085.742.372,95	14.964.998.487,83
	Dedução de Transferências - recursos de outros entes federados	7.512.754.841,83	20.464.185.150,02	27.976.939.991,86
	Total - Gasto Público em Educação	120.196.519.495,08	160.269.333.889,85	280.465.853.384,93
2019	Gastos Incluídos no cálculo dos Indicadores - subtotal antes de deduções	144.341.963.898,52	193.274.313.572,33	337.616.277.470,85
	Despesas Pagas (Siope)	101.459.631.615,89	183.216.328.896,96	284.675.960.512,85
	Gastos totais de Estados e Municípios com dados ausentes no SIOPE	36.869.710.690,48	2.123.320.314,30	38.993.031.004,78
	Restos a Pagar Pagos dos Estados, DF e Municípios (SIOPE)	6.012.621.592,15	7.934.664.361,06	13.947.285.953,21
	Total - Deduções	24.052.409.483,88	21.438.275.765,28	45.490.685.249,16
	Dedução - Gastos Não Educacionais ou Não Definidos no PNE	16.983.759.439,13	2.233.661.780,42	19.217.421.219,55
	Dedução de Transferências - recursos de outros entes federados	7.068.650.044,76	19.204.613.984,86	26.273.264.029,62
	Total - Gasto Público em Educação	120.289.554.414,64	171.836.037.807,05	292.125.592.221,69

TABELA 2

**GASTOS EDUCACIONAIS DOS GOVERNOS ESTADUAIS, DO DF E DOS GOVERNOS MUNICIPAIS
2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)**

(conclusão)

Ano	Descrição dos gastos e deduções em educação	Governos dos Estados e do DF	Governos dos Municípios	Total: Estados, DF e Municípios
2020	Gastos Incluídos no cálculo dos Indicadores - subtotal antes de deduções	134.766.505.449,50	189.378.255.465,73	324.144.760.915,23
	Despesas Pagas (Siope)	85.058.006.176,65	167.979.480.424,89	253.037.486.601,54
	Gastos totais de Estados e Municípios com dados ausentes no SIOPE	34.966.434.427,49	3.505.327.014,72	38.471.761.442,21
	Restos a Pagar Pagos dos Estados, DF e Municípios (SIOPE)	14.742.064.845,36	17.893.448.026,12	32.635.512.871,48
	Total - Deduções	11.884.001.010,74	19.419.536.768,61	31.303.537.779,35
	Dedução - Gastos Não Educacionais ou Não Definidos no PNE	5.276.096.047,58	2.181.445.225,66	7.457.541.273,24
	Dedução de Transferências - recursos de outros entes federados	6.607.904.963,16	17.238.091.542,95	23.845.996.506,11
	Total - Gasto Público em Educação	122.882.504.438,76	169.958.718.697,12	292.841.223.135,88

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados de Siope (Brasil. FNDE, [s.d.]), Finbra/Siconfi (Brasil. STN, [s.d.]) e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (Alagoas. Sefaz, 2015-2020; Distrito Federal. SEEC, 2018-2020; Minas Gerais. Sefaz, 2015-2020; Rio de Janeiro. Sefaz, 2019-2020; Rio Grande do Sul. Sefaz, 2015-2020; Rio Grande do Norte. Control, 2018-2020).

De acordo com a Tabela 2, podemos observar que os gastos públicos em educação dos estados/DF e municípios brasileiros apresentaram, em termos reais, um leve crescimento entre 2015 e 2020. Nesse período, o aumento com as despesas em educação dos dois entes somados foi de aproximadamente R\$10 bilhões, o que corresponde a um avanço de 3,5%. No entanto, este pequeno avanço se deu em função do aumento de gastos dos governos municipais que cresceu 11,1% no período. Em 2015, os gastos totais dos municípios em educação somavam cerca de R\$153 bilhões, passando a R\$170 bilhões em 2020. Já os governos estaduais, em termos reais, investiram em educação cerca de R\$130 bilhões em 2015 e 2016 e nos anos seguintes reduziram suas despesas para pouco mais de R\$120 bilhões. No período, a retração das despesas dos governos estaduais com educação foi de 5,3% (R\$ 6,9 bilhões).

A contabilização dos gastos educacionais do SENAI, SENAC, SESI e SESC para a composição do indicador de gastos públicos em educação objetiva incluir, para além das despesas dos entes federados, os dispêndios públicos extraorçamentários em educação incluídos entre as exceções elencadas no §4º do art. 5º do PNE. Embora essas despesas não constem no orçamento da União ou dos demais entes federados, são receitas para-fiscais recolhidas pela Receita Federal, e provenientes da arrecadação de contribuições compulsórias de empresas de diversos setores. Como resultado de acordos que enfatizam a finalidade pública destas entidades, o governo federal publicou decretos que fixaram percentuais condicionando suas despesas em educação por meio de acordos de gratuidade junto ao SENAI (Decreto nº 6.635/2008), SENAC (Decreto nº 6.633/2008), SESI (Decreto nº 6.637/2008) e SESC (Decreto nº 6.632/2008). Em decorrência do acompanhamento dessa política de expansão da educação profissional pelo MEC, as informações sobre as despesas referentes a essas entidades do sistema S passaram a ser consolidadas em âmbito nacional, o que permitiu a aferição aproximada dos gastos educacionais provenientes da Receita Líquida de Contribuições Compulsórias.

Como pode ser visto na Tabela 3, o total de gastos públicos em educação estimados dessas entidades apresentou grande queda no período de 2015 a 2020. Nesse período, a queda

acumulada foi de 30,7% (de R\$ 10,3 bilhões para R\$ 7,2 bilhões). Tal resultado foi reflexo de duas grandes quedas ocorridas em 2016 e 2020, já que nos demais anos esses gastos apresentaram leve tendência de alta. Em 2016, esses gastos apresentaram queda de 15,0% em relação ao ano anterior. A queda em 2020, em relação à 2019, foi de 20,7%. Registra-se, ainda, que todas as quatro entidades apresentam queda nos gastos educacionais estimados entre 2015 a 2020.

TABELA 3

GASTOS EDUCACIONAIS PROVENIENTES DE RECEITAS PARAFISCAIS – 2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)

Entidade	Ano	Receita de Contribuições Compulsórias Líquida (RCCL)	Despesa Educação	Despesa Gratuidade	Gastos declarados ou estimados em educação
Senai	2015	3.539.147.092,21	5.391.600.968,54	2.556.185.195,41	2.556.185.195,41
	2016	3.261.474.406,34	4.207.555.510,17	2.117.625.782,84	2.117.625.782,84
	2017	3.160.737.448,76	3.948.913.703,46	2.124.266.495,61	2.124.266.495,61
	2018	3.098.136.561,60	3.801.670.560,46	2.101.079.996,74	2.101.079.996,74
	2019	3.073.580.656,23	3.666.594.546,87	2.120.779.786,70	2.120.779.786,70
	2020	2.583.320.451,02	2.865.789.708,43	1.716.597.298,84	1.716.597.298,84
Senac	2015	2.915.294.047,34	ND	2.688.974.261,72	2.688.974.261,72
	2016	2.854.611.178,22	ND	2.232.614.458,75	2.232.614.458,75
	2017	2.944.621.852,38	ND	1.789.116.010,48	1.789.116.010,48
	2018	2.934.250.261,37	ND	1.771.368.112,77	1.771.368.112,77
	2019	2.968.484.775,23	ND	1.803.149.905,93	1.803.149.905,93
	2020	2.495.662.759,51	ND	1.601.122.015,59	1.601.122.015,59
Sesi	2015	4.809.135.777,40	2.757.256.735,89	1.061.889.530,62	2.757.256.735,89
	2016	4.417.822.457,01	2.177.158.128,79	904.484.752,70	2.177.158.128,79
	2017	4.268.021.755,08	2.189.437.272,07	858.736.215,61	2.189.437.272,07
	2018	4.168.208.627,23	2.200.319.161,43	809.051.179,02	2.200.319.161,43
	2019	4.140.894.118,07	2.051.792.435,48	777.715.375,99	2.051.792.435,48
	2020	3.484.654.114,52	1.693.866.617,05	623.256.064,37	1.693.866.617,05
Sesc	2015	5.227.937.401,18	2.343.125.240,77	1.274.139.399,69	2.343.125.240,77
	2016	5.152.818.662,69	2.265.754.632,95	1.208.953.080,36	2.265.754.632,95
	2017	5.263.389.180,74	2.824.438.754,59	1.418.652.482,44	2.824.438.754,59
	2018	5.236.954.988,42	2.868.907.831,25	1.327.964.109,29	2.868.907.831,25
	2019	5.329.468.173,63	3.073.529.172,60	1.665.426.968,76	3.073.529.172,60
	2020	4.395.697.331,45	2.162.491.297,91	1.056.312.609,82	2.162.491.297,91
Total	2015	16.491.514.318,13	10.491.982.945,20	7.581.188.387,43	10.345.541.433,79
	2016	15.686.726.704,25	8.650.468.271,91	6.463.678.074,65	8.793.153.003,33
	2017	15.636.770.236,96	8.962.789.730,12	6.190.771.204,13	8.927.258.532,75
	2018	15.437.550.438,62	8.870.897.553,14	6.009.463.397,82	8.941.675.102,20
	2019	15.512.427.723,16	8.791.916.154,95	6.367.072.037,38	9.049.251.300,71
	2020	12.959.334.656,50	6.722.147.623,39	4.997.287.988,62	7.174.077.229,39

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados dos Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade Senai (2015-2020), Senac (2015-2020), Sesi (2015-2020) e Sesc (2015-2020).

Nota: ND = Não disponível

A Tabela 4 apresenta os gastos do Governo Federal, tanto os não educacionais quanto os educacionais não incluídos no PNE, que foram excluídos do cálculo dos indicadores. Desse valor, praticamente a totalidade (acima de 99,9%), se referem aos gastos do FIES para a concessão de financiamento estudantil, a administração financeira do programa (taxa de administração referente ao saldo devedor dos estudantes com os agentes financeiros) e gastos com o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo. Apenas os subsídios do Fies foram contabilizados no indicador de gasto público em educação, conforme exceção definida literalmente no §4º do art. 5º do PNE. Os demais gastos excluídos foram residuais e se referem aos gastos com pagamentos de inativos e pensionistas encontrados com base na análise de elementos de despesa, gastos com assistência social não relacionados à educação, e gastos com benefícios de assistência pré-escolar pagos para servidores de áreas alheias à educação.

Os gastos excluídos do FIES tiveram uma expansão real de 33,5% entre 2015 e 2017, passando de R\$ 18,3 bilhões para R\$ 24,4 bilhões. Desse período em diante, as concessões de empréstimos para o Fies vem reduzindo muito em todos os anos. Quando se compara 2020 com 2015, a queda foi de 64,5%, passando de R\$ 18,3 bilhões para R\$ 6,5 bilhões. Ou seja, os empréstimos do Fies passaram a representar um terço do valor do programa em 2015 ou ¼ do valor de 2017.

A Tabela 5 apresenta detalhadamente e evolução dos gastos de estados, DF e Municípios excluídos do cálculo dos indicadores por não serem considerados gastos educacionais, ou quando a sua execução não está definida pelo PNE. Nestas esferas, os gastos excluídos ficaram em torno de 16 bilhões de reais para os anos de 2015 e 2016. Subiram para R\$ 19,2 bilhões em 2017. No ano seguinte recuaram para R\$15,0 bilhões, voltando a subir para o patamar de R\$19 bilhões em 2019. Em 2020, os gastos excluídos foram o menor da série, totalizando cerca de 7,5 bilhões de reais. No entanto, deve-se avaliar este resultado de 2020 com bastante cautela, pois isso não significa que houve redução das despesas não educacionais retratadas na Tabela 5 e sim que elas podem apenas não ter sido declaradas ao Siope⁵. Além disso, em 2020 tivemos 5 estados, o DF e 108 municípios que tiveram seus dados extraídos de outras bases de dados que não permitem a identificação das despesas não educacionais, por não apresentarem o mesmo nível detalhamento das despesas como ocorre na base de dados do Siope.

⁵ Por exemplo, o estado de São Paulo, entre 2015 e 2018, informou gastos com elementos de despesas previdenciárias que variavam entre R\$ 6,4 bilhões (2016) e R\$8,6 bilhões (2018). No entanto, em 2019, esses gastos chegaram a R\$10,5 bilhões, mas em 2020 as despesas com os elementos previdenciários não chegaram a 600 milhões. No entanto, no Demonstrativo de Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino do estado de São Paulo, verificou-se um gasto de 9,6 bilhões de reais destinados a custear a insuficiência financeira da SPPREV (São Paulo. Sefaz, [s.d.]). Tratou-se, portanto, de uma alteração na base de dados recebidas do SIOPE para o caso de São Paulo, indicando que passaram a informar o valor gasto em educação já deduzido das despesas para custear a insuficiência financeira da SPPREV.

TABELA 4

GASTOS NÃO EDUCACIONAIS OU NÃO DEFINIDOS NO PNE EXCLUÍDOS DOS INDICADORES DE GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – UNIÃO – 2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)

Motivo da Exclusão	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gastos Previdenciários	1.902.039,82	4.962.053,47	2.850.614,62	47.208,39	6.857.195,98	28.156,96
Elementos de Despesa: (1) aposent.RPPS, reserva remunerada e reformas dos militares; (3) pensões do RPPS e do militar; (5) outros benefícios previdenciários do servidor ou do militar; (58) outros benefícios do RGPS - área urbana; (59) pensões especiais.						
Gastos Assistenciais	1.324,48	-	-	-	-	-
Subfunção: (243) Assistência à Criança e ao Adolescente						
Assistência pré-escolar de outros Ministérios	2.624,78	-	-	-	-	-
Ação: (2010) Assistência pré-escolar aos dependentes de servidores civis que não sejam do Ministério da Educação						
Gastos com o FIES*	17.345.728.680,19	22.429.130.178,46	23.575.882.535,67	12.793.020.593,30	9.671.138.923,61	5.448.318.197,72
Ação: (00IG) Concessões de Financiamento Estudantil - FIES						
Gastos com o FIES*	914.893.285,37	1.164.148.122,59	807.624.496,01	571.537.435,08	526.245.764,39	538.114.733,93
Ação: (20RZ) Administração Financeira do FIES						
Gastos com o FIES*	-	656.506.020,96	-	545.089.500,00	522.586.700,00	500.000.000,00
Ação: (00M2) Integralização de Cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC)						
Gastos com o FIES*	14.087,63	15.909,85	5.632,43	1.348,87	5.384,38	-
Ação: (0579) Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não Gratuito - Unidade Orçamentária FIES						
Total FIES	18.260.636.053,19	24.249.800.231,85	24.383.512.664,11	13.909.648.877,24	10.719.976.772,38	6.486.432.931,65
Total de Gastos Excluídos	18.262.542.042,27	24.254.762.285,32	24.386.363.278,73	13.909.696.085,63	10.726.833.968,36	6.486.461.088,61

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do SIAFI/Tesouro Gerencial (Brasil, ME, STN, [s.d.]).

Nota: No caso do governo federal, não há despesas excluídas por mais de um motivo. No Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento do PNE (Brasil, Inep, 2016), com dados para 2015, haviam sido excluídos gastos de Transferências ao Exterior (Mod 80) que não se enquadravam no parágrafo 4º do art. 5º, da Lei do PNE (Brasil, Inep, 2014), totalizando R\$ 53,9 milhões (0,06% do total de gastos federais na base do Tesouro Gerencial). Contudo, essa análise foi revista no Relatório do 3º Ciclo (Brasil, Inep, 2020) e a partir da análise qualitativa desses gastos, em todos os anos, constatou-se que eles poderiam ser enquadrados entre os gastos com educação pela Lei do PNE. Foram gastos com organismos internacionais com atividades no Brasil, geralmente relacionados às subfunções de educação superior ou para a educação básica como um todo, sendo que não foi registrado transferências nessa modalidade para as subfunções exclusivas de ensino fundamental (361) e ensino médio (362). O mesmo resultado ocorreu para este Relatório, não sendo necessário excluir despesas nessa Modalidade. Nesse período, não foram registradas Transferências para Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (Mod. 50) para as subfunções (361) ensino fundamental ou (362) ensino médio, conforme exclusão que deve ser feita pelo parágrafo 4º, do art. 5º, da Lei do PNE.

TABELA 5

DESCRIÇÃO DOS GASTOS NÃO EDUCACIONAIS OU NÃO DEFINIDOS NO PNE DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS EXCLUÍDOS DOS INDICADORES DE GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – 2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)

Motivo da Exclusão	Gastos Não Educacionais ou Não Definidos no PNE (SIOPE - 2015)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Juros e Amortizações da Dívida	Grupos de Natureza de Despesa: Juros e Encargos da Dívida (2) e Amortização da Dívida (6)	278.670.244,13	171.558.697,27	117.699.843,32	231.778.140,40	219.162.771,53	162.980.661,82
Subvenções Sociais	Elemento despesa referente a subvenções sociais (43) não destinada às Instituições Educacionais	52.912.034,97	430.710.584,98	138.461.463,75	133.742.233,07	158.182.123,45	148.966.103,97
	Subfunções de Assistência: Assistência ao Portador de Deficiência (242) e Assistência à Criança e ao Adolescente (243)	347.449.593,32	253.454.148,20	306.282.191,82	271.476.371,18	334.222.143,89	336.490.834,68
	Subfunções de Previdência: Previdência Básica (271), Previdência do Regime Estatutário (272), Previdência Complementar (273) e Previdência Especial (274)	11.078.206.884,04	8.998.875.724,83	11.073.418.722,62	9.821.834.682,35	13.266.576.505,62	1.826.889.624,51
	Subfunção Refinanciamento da Dívida Interna (841)	6.095.192,81	7.102.646,35	252.392,88	408.949,59	29.359.487,66	9.947,29
Subfunções não educacionais	Subfunção Difusão Cultural (392)	371.822.365,92	297.900.941,57	273.467.351,97	307.809.905,20	311.860.343,58	239.478.185,99
	Subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (422)	30.166.575,97	26.622.233,69	37.843.051,66	66.236.464,04	4.450.991,57	275.126.327,96
	Subfunção Turismo (695)	3.376.142,84	4.269.554,20	3.787.704,24	2.791.620,11	4.303.244,62	592.560,62
	Subfunção Desporto de Rendimento (811)	0,00	0,00	18.341,62	40.177,48	69.350,83	12.623,50
	Subfunção Desporto Comunitário (812)	65.906.582,08	51.132.282,98	51.322.577,22	57.562.446,94	55.905.329,50	46.036.713,71
	Subfunção Lazer (813)	16.666.883,37	17.297.407,01	12.868.948,12	17.147.180,87	12.255.317,43	8.913.955,58
Gastos não definidos no §4º do Art. 5º do PNE	Transferências ao Exterior (80)	36.457,81	25.140,87	55.779,16	0,00	2.220.211,58	11.164.689,57
Gastos em etapas não definidas no §4º do Art. 5º do PNE	Transferências para instituições sem fins lucrativos nas etapas de ensino fundamental e ensino médio (Modalidade de Aplicação 50 e Subfunções 361 e 362)	1.714.747.443,17	1.515.082.394,88	5.372.414.941,72	1.620.644.316,62	2.181.746.750,04	2.315.622.625,98
Elementos de Despesa Previdenciários	Elementos de Despesa de gastos previdenciários: Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares (01), Pensões do RPPS e do Militar (03), Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar (05), Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (97)	12.657.392.471,72	13.219.602.661,78	12.740.823.855,75	11.345.834.158,37	14.815.165.650,54	2.803.985.060,57
Empréstimos	Elemento de Despesa de Concessão de Empréstimos e Financiamentos (66)	2.907.614,30	3.266.596,44	2.124.749,39	1.775.428,74	1.644.069,24	907.663,64
Total de gastos não educacionais ou não definidos no PNE*		15.728.337.366,31	16.046.987.053,76	19.198.445.509,36	14.964.998.487,83	19.217.421.219,55	7.457.541.273,24

Fonte: Elaborado pela Direcl/Inep com base em dados do Siope (Brasil, FNDE, [s.d.]).

Nota: Parte das despesas não educacionais elencadas foram excluídas por mais de um motivo, portanto, a soma das despesas excluídas não corresponde ao total de Gastos Não Educacionais ou Não Definidos no PNE. Por exemplo, boa parte dos elementos de despesas previdenciários estava contida justamente nas subvenções de Previdência. Portanto, caso fossem somadas as exclusões por esses diferentes filtros, muitos casos seriam duplicados.

Das despesas analisadas por meio da base de dados do SIOPE, foram excluídos os gastos com: juros, encargos e amortização de dívida; subvenções sociais não destinadas às instituições de ensino; assistências; previdência; refinanciamento da dívida interna; difusão cultural, acesso a direitos; turismo; desporto de rendimento; desporto comunitário; lazer; e concessão de empréstimos e financiamento. A principal referência para a exclusão desses gastos é a aplicação do conceito de despesas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Lei nº 9.394/1996, art. 70 e 71) pelo Manual do SIOPE (Brasil. FNDE, 2010), além da lista exaustiva de exceções aos gastos em MDE presente no §4º do art. 5º da Lei nº 13.005/2014 consideradas no indicador de gasto público em educação. As Transferências ao Exterior foram excluídas devido ao acompanhamento do PNE tratar apenas de gastos educacionais no Brasil e que estejam entre as exceções de gastos previstas nesse plano⁶. Também foram excluídas as transferências para instituições sem fins lucrativos nas etapas de ensino fundamental e ensino médio, pois estas etapas de ensino não estão previstas nas exceções da definição constante do §4º do art. 5º do PNE.

Na Tabela 5 é possível verificar a evolução dos gastos excluídos no período de 2015 a 2020. Os maiores gastos se devem aos elementos de despesas e subfunções relacionadas aos gastos previdenciários, que em praticamente todos os anos representou mais de 80% das despesas excluídas⁷. É importante destacar que há interseções entre as despesas excluídas. Logo, o total de gastos excluídos não corresponde à soma dos gastos não educacionais ou não definidos no PNE apresentados nessa tabela.

⁶ No caso do governo federal, a existência na base de dados com informações sobre Programas e Ações facilitou a classificação dos gastos de Transferências ao Exterior deste ente, e verificou-se que parte deles eram destinadas a instituições de pesquisa que atuam no Brasil. Já na base do SIOPE, que possui informações dos estados e municípios, não há dados de Programas e Ações.

⁷ Em relação às despesas não educacionais excluídas, os elementos de despesas e subfunções previdenciários representaram 81,7% dos gastos excluídos em 2015, 82,7% em 2016, 67,14% em 2017, 81,9% em 2018, 82,3% em 2019 e 52,5% em 2020.

TABELA 6

DESCRIÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO PRIVADA - BRASIL - 2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 - IPCA)

Ente	Tipo de Gasto	Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Receitas Parafiscais	Gastos com Receitas Parafiscais	Despesas educacionais oriundas da Receita de Contribuições Compulsórias do SENAI, SENAC, SESI e SESC	10.345.541.433,79	8.793.153.003,33	8.927.258.532,75	8.941.675.102,20	9.049.251.300,71	7.174.077.229,39
		Gastos Tributários - Entidades Filantrópicas (isenção)	2.862.047.401,78	2.942.779.235,95	2.927.519.560,16	2.101.311.701,06	2.123.756.141,16	2.065.058.844,73
Governo Federal	Gasto tributário	Gastos Tributários - Entidades sem Fins Lucrativos - Educação (imunidade)	3.225.524.462,96	3.673.753.415,52	3.698.440.911,00	3.790.915.445,66	2.695.172.836,68	2.513.063.535,80
		Gastos Tributários - PROUNI (isenção)	2.141.354.792,38	2.527.663.020,11	2.667.680.618,88	2.818.974.475,78	2.294.857.958,45	2.178.293.632,42
		Subsídio Implícito do FIES	8.236.242.621,68	13.313.352.162,79	8.576.793.853,77	5.203.639.133,29	2.492.308.993,27	3.159.567.000,48
		Transferências para o setor privado (Tesouro Gerencial)	2.035.704.718,19	1.479.320.100,72	680.104.336,85	699.067.676,00	554.737.323,18	503.958.924,25
Governos Estaduais e DF	Transferências ao Exterior (Tesouro Gerencial)	Transferências à organizações internacionais	71.506.642,46	60.828.416,45	101.353.223,42	118.936.998,14	13.757.016,86	43.038.753,75
		Educação Infantil, Educação Especial, Educação Profissional e Educação Superior	825.188.194,37	717.095.816,28	651.485.496,59	565.688.247,94	763.451.724,35	643.268.747,25
Governos Municipais	Educação Infantil, Educação Especial, Educação Profissional e Educação Superior	Educação Infantil, Educação Especial, Educação Profissional e Educação Superior	3.380.229.811,77	3.552.200.990,12	3.978.158.031,92	4.397.671.750,87	4.731.606.681,86	4.029.268.995,49
		Total	33.123.340.079,37	37.060.146.161,27	32.208.794.565,34	28.637.880.530,94	24.718.899.976,51	22.309.595.663,57

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do SIAFI/Tesouro Gerencial (Brasil, ME, STN, [s.d.]), Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas - 2019 - Série 2017 a 2022 (RFB, 2022), Orçamento de Subsídios da União 2021: Relatório de Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios de 2003 a 2020 (Brasil, Secap, 2021), Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade Senai (2015-2020), Senac (2015-2020), Sesi (2015-2020), Sesc (2015-2020) e Slope (Brasil, FNDE, [s.d.]).

A Tabela 6 descreve os gastos públicos em educação privada no Brasil de 2015 a 2020. A evolução foi similar ao que vem sendo constatado neste Relatório para o governo federal. Houve crescimento em 2016 e depois deste período registrou-se tendência de queda. Em 2016, o crescimento dos gastos privados foi de 11,9%, passando de R\$ 33,1 bilhões para R\$ 37,1 bilhões. Com as quedas sucessivas ocorridas a partir desse período, quando se compara 2020 com 2015, o decréscimo foi de 32,6%. Em 2020, o gasto privado apurado chegou a R\$ 22,3 bilhões. Esse movimento de queda de 2015 para 2020 ocorreu com praticamente todos os gastos privados considerados: gastos parafiscais; tributários; subsídios ao Fies e transferências ao setor privado. A única exceção foram as transferências dos governos municipais ao setor privado não lucrativo. Essas transferências registraram um aumento de 19,2%, passando de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,0 bilhões. Esse movimento acompanhou a tendência de elevação dos gastos em educação dos governos municipais, como já foi registrado anteriormente.

A Tabela 7 traz os gastos por ente com educação, educação pública e educação privada. No período analisado, o gasto público em educação tem apresentado estabilidade em torno de R\$ 400,0 bilhões. Apesar de leve crescimento em 2016 e 2019 (0,5% e 1,8%, em relação a 2015 e 2018, respectivamente), no período como um todo, observou-se decréscimo de 1,2%. Os gastos passaram de R\$ 409,1 bilhões em 2015 para R\$ 404,1 bilhões em 2020. Em 2020, a queda observada em relação a 2019 também foi de 1,2%. Como comentado na Tabela 6, os gastos privados apresentaram tendência de queda no período. Quando se compara 2020 com 2015, o decréscimo foi de 32,6%, com os gastos privados apurados chegando a R\$ 22,3 bilhões. Os gastos públicos em educação pública apresentaram tendência de pequena elevação no período analisado. Registrou-se um movimento de pequena queda em 2016 e 2017 e recuperação em 2018 e 2019. Em relação à 2015, o crescimento em 2019 foi de 2,2%, passando de R\$ 376,0 bilhões para R\$ 384,3 bilhões. Em 2020, observou-se, novamente, ligeira queda de 0,7%. De 2015 a 2020, o crescimento foi de 1,5%, chegando a um valor de R\$ 381,8 bilhões. Esse valor representou 94,5% do total do gasto público em educação nesse ano.

TABELA 7

**GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO, EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E EM EDUCAÇÃO PRIVADA POR ENTE
– BRASIL – 2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)**

(continua)

Ano	Entidade responsável pela despesa	Educação Pública	Educação Privada	Educação
2015	Gastos do Governo Federal - Total	97.382.392.771,06	18.572.380.639,43	115.954.773.410,49
	Gastos do Governo Federal (Tesouro Nacional)	97.382.392.771,06	2.107.211.360,64	99.489.604.131,70
	Gasto tributários federais em educação	0,00	8.228.926.657,11	8.228.926.657,11
	Subsídio Implícito do FIES	0,00	8.236.242.621,68	8.236.242.621,68
	Gastos dos Governos Estaduais e do DF	128.986.876.687,99	825.188.194,37	129.812.064.882,37
	Gastos dos Governos Municipais	149.626.811.718,82	3.380.229.811,77	153.007.041.530,59
	Gastos educacionais de receitas parafiscais	0,00	10.345.541.433,79	10.345.541.433,79
	Total de Gastos	375.996.081.177,87	33.123.340.079,37	409.119.421.257,24
2016	Gastos do Governo Federal - Total	100.719.920.733,49	23.997.696.351,54	124.717.617.085,03
	Gastos do Governo Federal (Tesouro Nacional)	100.719.920.733,49	1.540.148.517,17	102.260.069.250,66
	Gasto tributários federais em educação	0,00	9.144.195.671,58	9.144.195.671,58
	Subsídio Implícito do FIES	0,00	13.313.352.162,79	13.313.352.162,79
	Gastos dos Governos Estaduais e do DF	129.157.325.118,15	717.095.816,28	129.874.420.934,43
	Gastos dos Governos Municipais	144.200.058.956,83	3.552.200.990,12	147.752.259.946,95
	Gastos educacionais de receitas parafiscais	0,00	8.793.153.003,33	8.793.153.003,33
	Total de Gastos	374.077.304.808,47	37.060.146.161,27	411.137.450.969,74

TABELA 7

**GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO, EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E EM EDUCAÇÃO PRIVADA POR ENTE
– BRASIL – 2015-2020 (A PREÇOS DE 12/2020 – IPCA)**

(conclusão)

Ano	Entidade responsável pela despesa	Educação Pública	Educação Privada	Educação
2017	Gastos do Governo Federal - Total	100.363.914.893,13	18.651.892.504,09	119.015.807.397,22
	Gastos do Governo Federal (Tesouro Nacional)	100.363.914.893,13	781.457.560,28	101.145.372.453,41
	Gasto tributários federais em educação	0,00	9.293.641.090,03	9.293.641.090,03
	Subsídio Implícito do FIES	0,00	8.576.793.853,77	8.576.793.853,77
	Gastos dos Governos Estaduais e do DF	120.967.168.925,28	651.485.496,59	121.618.654.421,87
	Gastos dos Governos Municipais	150.964.413.592,78	3.978.158.031,92	154.942.571.624,70
	Gastos educacionais de receitas parafiscais	0,00	8.927.258.532,75	8.927.258.532,75
	Total de Gastos	372.295.497.411,19	32.208.794.565,34	404.504.291.976,54
2018	Gastos do Governo Federal - Total	97.560.790.775,94	14.732.845.429,93	112.293.636.205,87
	Gastos do Governo Federal (Tesouro Nacional)	97.560.790.775,94	818.004.674,14	98.378.795.450,08
	Gasto tributários federais em educação	0,00	8.711.201.622,51	8.711.201.622,51
	Subsídio Implícito do FIES	0,00	5.203.639.133,29	5.203.639.133,29
	Gastos dos Governos Estaduais e do DF	119.630.831.247,14	565.688.247,94	120.196.519.495,08
	Gastos dos Governos Municipais	155.871.662.138,98	4.397.671.750,87	160.269.333.889,85
	Gastos educacionais de receitas parafiscais	0,00	8.941.675.102,20	8.941.675.102,20
	Total de Gastos	373.063.284.162,06	28.637.880.530,94	401.701.164.693,00
2019	Gastos do Governo Federal - Total	97.712.622.313,93	10.174.590.269,60	107.887.212.583,53
	Gastos do Governo Federal (Tesouro Nacional)	97.712.622.313,93	568.494.340,03	98.281.116.653,96
	Gasto tributários federais em educação	0,00	7.113.786.936,29	7.113.786.936,29
	Subsídio Implícito do FIES	0,00	2.492.308.993,27	2.492.308.993,27
	Gastos dos Governos Estaduais e do DF	119.526.102.690,29	763.451.724,35	120.289.554.414,64
	Gastos dos Governos Municipais	167.104.431.125,19	4.731.606.681,86	171.836.037.807,05
	Gastos educacionais de receitas parafiscais	0,00	9.049.251.300,71	9.049.251.300,71
	Total de Gastos	384.343.156.129,41	24.718.899.976,51	409.062.056.105,92
2020	Gastos do Governo Federal - Total	93.634.658.944,32	10.462.980.691,44	104.097.639.635,76
	Gastos do Governo Federal (Tesouro Nacional)	93.634.658.944,32	546.997.678,00	94.181.656.622,32
	Gasto tributários federais em educação	0,00	6.756.416.012,96	6.756.416.012,96
	Subsídio Implícito do FIES	0,00	3.159.567.000,48	3.159.567.000,48
	Gastos dos Governos Estaduais e do DF	122.239.235.691,51	643.268.747,25	122.882.504.438,76
	Gastos dos Governos Municipais	165.929.449.701,63	4.029.268.995,49	169.958.718.697,12
	Gastos educacionais de receitas parafiscais	0,00	7.174.077.229,39	7.174.077.229,39
	Total de Gastos	381.803.344.337,46	22.309.595.663,57	404.112.940.001,03

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do SIAFI/Tesouro Gerencial (Brasil. STN, [s.d.]), Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas – 2019 – Série 2017 a 2022 (RFB, 2022), Orçamento de Subsídios da União 2021: Relatório de Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios de 2003 a 2020 (Brasil. Secap, 2021), Siopre (Brasil. FNDE, [s.d.]); Finbra/Siconfi (Brasil. STN, [s.d.]), Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (Alagoas. Sefaz, 2015-2020; Distrito Federal. SEEC, 2018-2020; Minas Gerais. Sefaz, 2015-2020; Rio de Janeiro. Sefaz, 2019-2020; Rio Grande do Sul. Sefaz, 2015-2020; Rio Grande do Norte. Control, 2018-2020) e Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade Senai (2015-2020), Senac (2015-2020), Sesi (2015-2020) e Sesc (2015-2020).

Nota: Nos gastos do governo federal, dos governos estaduais e do DF e dos governos municipais já estão deduzidas as transferências que não correspondem aos seus esforços fiscais. Também foram deduzidos eventuais gastos não educacionais. Os gastos educacionais de receitas parafiscais são os gastos das entidades do Sistema S que possuem acordos de gratuidade com o MEC, provenientes das Receitas de Contribuições Compulsórias arrecadadas por estas entidades. Estão incluídos os gastos tributários das Entidades sem Fins Lucrativos, das Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópicas e do Pronui.

O Gráfico 1 traz a participação de cada ente, em termos percentuais, nos gastos públicos em educação, para o período entre 2015 e 2020. Nota-se que os governos municipais são responsáveis por cerca de 40% dos gastos públicos com educação. Em 2015, os municípios eram responsáveis por 37,4% dos gastos com educação, já em 2020 essa participação subiu para 42,1%. A participação dos governos estaduais nos gastos públicos em educação ficou em torno de 30%. A União, por sua vez, foi responsável em 2015 por 28,3%, chegando a aumentar para 30,3% em 2016, mas decrescendo a partir daí até uma participação de 25,8% em 2020. Os gastos públicos provenientes de receitas parafiscais, que não constam no orçamento dos entes federais, estaduais e municipais, representaram 2,5% dos gastos públicos em educação em 2015 e 1,8% em 2020.

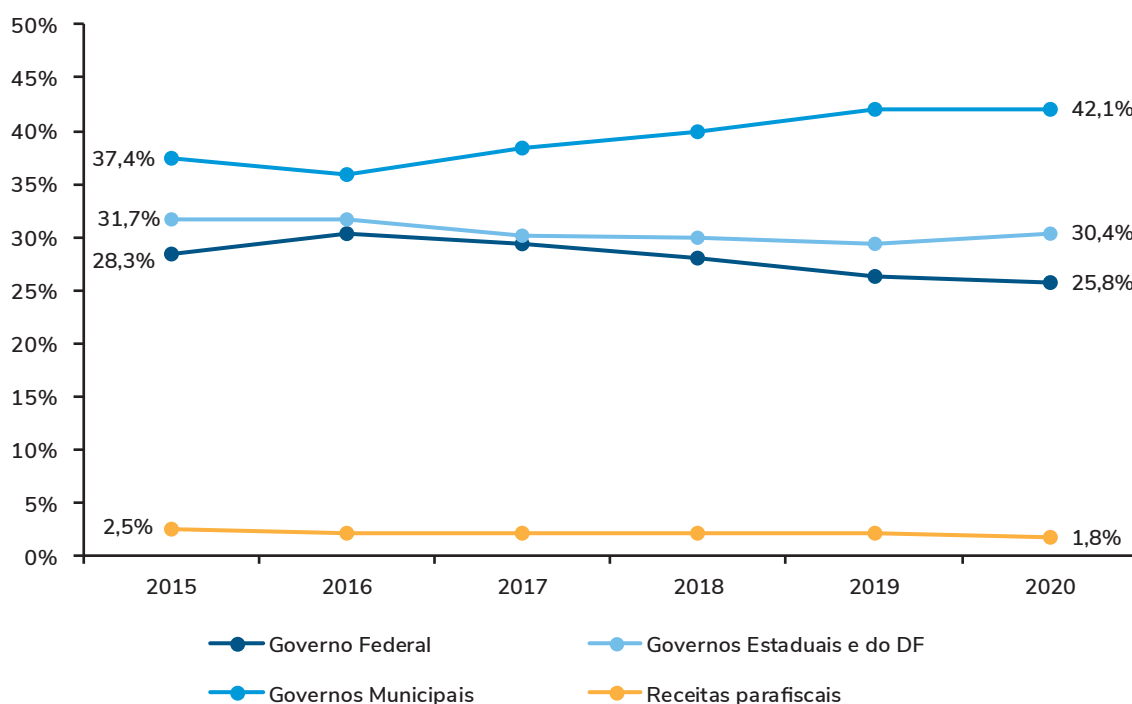


GRÁFICO 1

**PARTICIPAÇÃO DOS ENTES NOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO (%)
BRASIL – 2015-2020**

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep a partir dos dados de Gasto Público em Educação apresentados na Tabela 7.

O Gráfico 2 traz a evolução do gasto público em educação pública para o período entre 2015 e 2020 e a proporção deste gasto em relação ao PIB (Indicador 20A). O gasto público em educação pública em relação ao PIB mostra uma leve oscilação em torno de 5%. O indicador 20A era de 5,1% em 2015, sofreu leve oscilação para baixo, chegando a atingir 4,9% em 2018 e retornando ao patamar inicial em 2020. Em termos reais, nota-se que o gasto com educação pública teve leve alta de 1,5% (R\$ 5,8 bilhões) entre 2015 e 2020. Já o PIB, no mesmo período e corrigido pelo mesmo deflator para efeito de comparação, teve uma elevação de 0,6%. Essa pequena elevação no gasto, combinada ao fraco crescimento do PIB, explica a estagnação observada no indicador 20A.

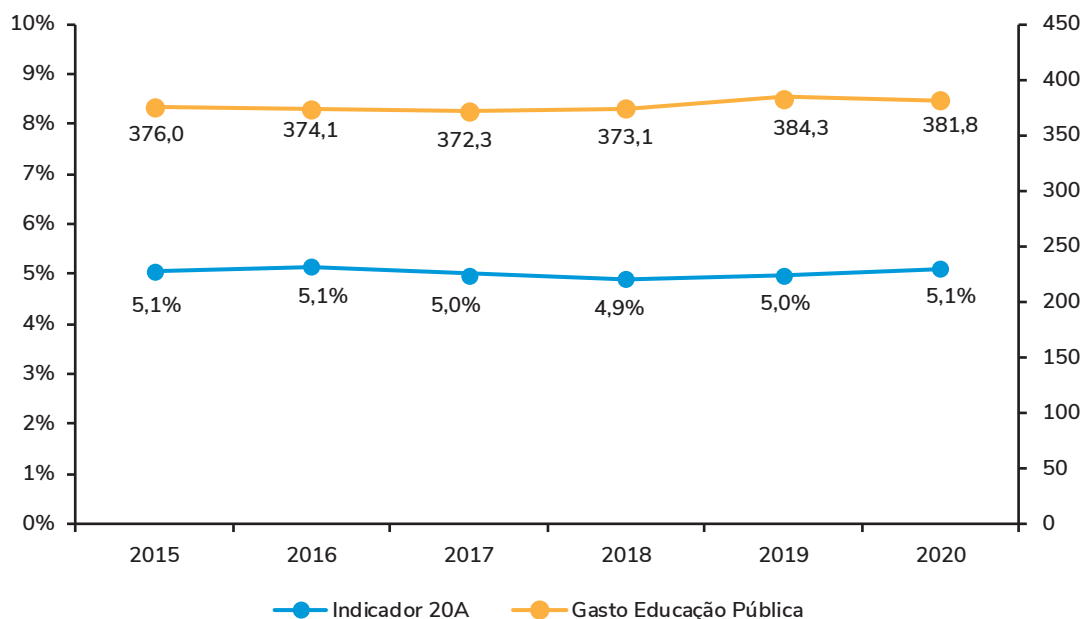


GRÁFICO 2

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA (EM R\$ BILHÕES) E INDICADORES 20A (EM % DO PIB) – BRASIL – 2015-2020

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep a partir dos dados de Gasto Público em Educação Pública apresentados na Tabela 7 e com base em dados do PIB/IBGE (2015-2020).

Nota: Valores corrigidos a preços de 12/2020 – IPCA/IBGE.

O Gráfico 3 retrata a evolução do gasto público em educação e do indicador 20B para o período entre 2015 e 2020. Nota-se que, em relação a 2015, houve um incremento dos gastos públicos em educação no ano de 2016 (0,5%, ou R\$2,0 bilhões), mas a partir daí houve duas quedas, uma em 2017 (1,6%, ou R\$6,6 bilhões) e outra em 2018 (0,69%, ou R\$2,8 bilhões). De 2018 para 2019 houve uma alta de R\$7,4 bilhões e em 2020 temos nova redução de aproximadamente R\$5 bilhões, com os gastos em educação fechando em R\$404,1 bilhões. Em termos do indicador 20B, o gasto público em educação representava 5,5% do PIB em 2015, 5,6% em 2016 e posteriormente retraiu, chegando a atingir 5,3% em 2018 e 2019 e fechou a série em 5,4%. A pequena redução observada no indicador 20B pode ser explicada pela redução marginal nos gastos em educação e pelo baixo crescimento do PIB no período de 2015 a 2020.

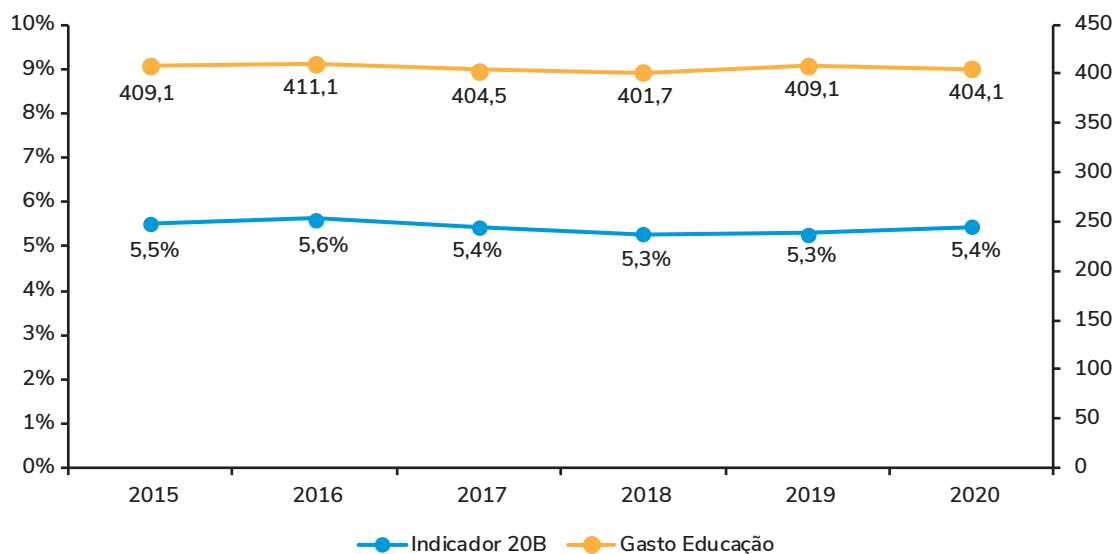


GRÁFICO 3

GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO (EM R\$ BILHÕES) E INDICADOR 20B (EM % DO PIB) BRASIL – 2015-2020

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep a partir dos dados de Gasto Público em Educação apresentados na Tabela 7 e com base em dados do PIB/IBGE (2015-2020).

Nota: Valores corrigidos a preços de 12/2020 – IPCA/IBGE.

A partir dos resultados observados para o indicador 20A e considerando a meta de ampliação dos gastos públicos em educação pública para 10% do PIB até 2024, seria necessário dobrar, em termos reais, os recursos aplicados em educação pública, considerando um cenário hipotético de estabilidade real do PIB. Como pode ser observado, os dois indicadores utilizados para monitorar esta meta permanecem estagnados e distante das metas estabelecidas no PNE. Para se cumprir a meta intermediária de atingir 7% do PIB aplicado à educação pública, prevista para 2019, seria necessário um incremento de pouco mais de R\$ 140 bilhões nos recursos destinados a esse fim (1,9% do PIB de 2020, corrigida a inflação do período). Além disso, a trajetória do percentual do PIB investido em educação pública (Gráfico 2) e em educação (Gráfico 3), quase estagnada no período avaliado, indica uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação. Considerando ainda que esse aumento precisa ocorrer em um prazo relativamente curto, o esforço anual necessário para o atingimento destas metas pode ser considerado bastante elevado, mesmo tomando como referência a meta intermediária.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. O Indicador 20A – Gasto Público em Educação Pública em proporção ao PIB – ficou estável no período avaliado (5,1% em 2015 e 2016, redução nos anos seguintes, perfazendo 5,0% em 2017, 4,9% em 2018, subindo nos anos seguintes para 5,0 em 2019 e 5,1 em 2020).
2. No período de 2015 a 2020, houve pequeno avanço no gasto público em educação pública, passando de R\$ 376,0 bilhões em 2015 para R\$ 381,8 bilhões em 2020. O pequeno avanço de 1,5% do gasto com educação pública, combinado ao baixo crescimento real do PIB no período (0,64%), explicam a estagnação do indicador 20A.
3. O Indicador 20B – Gasto Público em Educação em proporção ao PIB – foi de 5,5% em 2015, apresentou pequeno aumento em 2016 (5,6%), reduzindo nos anos seguintes para 5,4% em 2017, 5,3% em 2018 e 2019 e fechou a série em 5,4% em 2020.
4. Os gastos públicos em educação aumentaram de R\$ 409,1 bilhões em 2015 para R\$ 411,1 bilhões em 2016, mas depois sofreu queda nos dois anos seguintes, chegando a R\$ 401,7 bilhões em 2018, o menor valor no período considerado. Em 2019 os gastos aumentaram para R\$409,1 bilhões e voltaram a cair em 2020 para R\$404,1 bilhões. Considerando todo o período, a retração dos gastos públicos foi de aproximadamente R\$ 5,0 bilhões (1,2%). Mais uma vez, essa pequena queda, aliada ao comportamento do PIB, explica o resultado do Indicador 20B.
5. O ente federado com maior participação no total de gastos públicos em educação foram os governos municipais e com tendência de aumento, passando de 37,4%, em 2015, para 42,1%, em 2020. Os estados e o DF mantiveram sua participação próxima a 30%, tendo em vista que passaram de uma participação em 31,7%, em 2015, para 30,4%, em 2020. O governo federal que tem uma maior participação nos gastos privados, reduziu sua participação de 28,3%, em 2015, para 25,8%, em 2020. Os gastos de receitas parafiscais apresentaram queda no período de 2015 a 2020, passando de 2,5% para 1,8%.
6. Considerando que a meta definida pelo PNE é de ampliação do investimento público em educação pública, atingindo 7% do (PIB) até 2019 e 10% do PIB até 2024, os resultados observados de relativa estagnação dos gastos em torno de 5% e 5,5% do PIB, indicam que a meta intermediária não foi cumprida e que há grandes desafios para o atingimento da meta final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). *Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)*. Maceió, [s.d.]. Inclui “Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)” do estado. Disponível em: <<http://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/43-financas/lei-de-responsabilidade-fiscal/144-relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria-rreo>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Economia (SEEC). *Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO)*. Brasília, DF, [s.d.]. Inclui “Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)” do estado. Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=1512>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.632, de 5 de novembro de 2008. Altera e acresce dispositivos ao Regulamento do Serviço Social do Comércio - SESC, aprovado pelo Decreto nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 nov. 2008. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto nº 6.633, de 5 de novembro de 2008. Altera e acresce dispositivos ao Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, aprovado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 nov. 2008. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto nº 6.635, de 5 de novembro de 2008. Altera e acresce dispositivos ao Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, aprovado pelo Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 nov. 2008. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 6.637, de 5 de novembro de 2008. Altera e acresce dispositivos ao Regulamento do Serviço Social da Indústria - SESI, aprovado pelo Decreto nº 57.375, de 2 de dezembro de 1965. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 nov. 2008. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Seção 1, p. 2745.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição extra.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *SIOPE: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/siope>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior*: microdados. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar*: microdados. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE*: biênio 2014-2016. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE*: biênio 2016-2018. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do PNE*: biênio 2018-2020. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Ministério da Economia (ME). Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap). *Orçamento de Subsídios da União 2021*: relatório de benefícios tributários, financeiros e creditícios de 2003 a 2020. 5. ed. Brasília: ME, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/orcamento-de-subsidios-da-uniao/orcamento-de-subsidios-da-uniao-05a-edicao.pdf/view>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia (ME). Secretaria do Tesouro Nacional (STN). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*. 6. ed. Brasília: STN, 2014.

BRASIL. Ministério da Economia (ME). Secretaria do Tesouro Nacional (STN). *Siconfi*: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília, 2020. Possui dados de Finbra a partir de 2013. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia (ME). Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). *Tesouro Gerencial*. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão (MPOG). Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

Brasília, 1999. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3474-portaria-mpog-n%C2%BA-42-de-14-de-abril-de-1999>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DA GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores IBGE: contas nacionais trimestrais*. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). *Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)*. Belo Horizonte, [s.d.]. Inclui “Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)” do estado. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/lei_responsabilidade_fiscal/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). *Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas: ano calendário 2018*: Série 2016 a 2021. Brasília, 2021 Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/arquivos-e-imagens/dgt-bases-efetivas-2018-serie-2016-a-2021-base-conceitual-e-gereencial.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). *Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas: ano calendário 2019: série 2017 a 2022*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas-new/?_authenticator=a3e9f0d2f3a0bc4174e72d9f00657ca38c2f7066>. Acesso em: 13 jun. 2022.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). *Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)*. Rio de Janeiro, [s.d.]. Inclui “Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)” do estado. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/contabilidade/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jspx?_afLoop=93427711598674573&datasource=UCMServer%23dDocName%3A1169978&_afWindowMode=0&_adf.ctrl-state=l3r4namxt_23>. Acesso em: 13 jul. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. Controladoria Geral (Control). *Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)*. Natal, [s.d.]. Inclui “Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)” do estado. Disponível em: <<http://control.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=CATALG&TARG=178&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Demonstrativos+Fiscais>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). *Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)*. Porto Alegre, [s.d.]. Inclui “Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)” do estado. Disponível em: <<https://cage.fazenda.rs.gov.br/lista/3541/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SÃO PAULO (estado). Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento (Sefaz). Relatório Resumido de Execução Orçamentário. São Paulo, [s.d.]. Inclui “Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)” do estado. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Relat%C3%B3rio-Resumido-da-Execu%C3%A7%C3%A3o-Or%C3%A7ament%C3%A1ria.aspx>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). *Demonstrativo do Cumprimento da Aplicação de Recursos no Programa de Gratuidade- Senac 2015 a 2020*. Brasília, [s.d.]. Documentos oficiais da entidade disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) via portal transparência. Disponível em: <<https://transparencia.senac.br/#/home>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). *Demonstrativo do Cumprimento da Aplicação de Recursos no Programa de Gratuidade- Senai 2015 a 2020*. Brasília, [s.d.]. Documentos oficiais da entidade disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e no endereço eletrônico. Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/senai/canais/prestacao-de-contas-tcu/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). *Demonstrativo do Cumprimento da Aplicação de Recursos no Programa de Gratuidade- Sesc 2015 a 2020*. Brasília, [s.d.]. Documentos oficiais da entidade disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e no endereço eletrônico. Disponível em: <<http://transparencia.dn.sesc.com.br/transparencia>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI). *Demonstrativo do Cumprimento da Aplicação de Recursos no Programa de Gratuidade- Sesi 2015 a 2020*. Brasília, [s.d.]. Documentos oficiais da entidade disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/sesi/canais/prestacao-de-contas-tcu/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.



.....

APÊNDICE

.....

TABELA A.1

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS, ESTADOS E DF COM DADOS DE DESPESAS PAGAS EM CADA UMA DAS FONTES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS – 2015-2020

Ano	Governos Municipais				Governos Estaduais	
	SIOPE	Finbra	Total	% Municípios cobertos	SIOPE	RREO*
2015	5514	32	5546	99,57%	24	3
2016	5471	40	5511	98,94%	24	3
2017	5560	5	5565	99,91%	24	3
2018	5545	21	5566	99,93%	22	5
2019	5520	46	5566	99,93%	21	6
2020	5449	108	5557	99,77%	21	6

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Siope (Brasil. FNDE, [s.d.]), Finbra/Siconfi (Brasil. STN, [s.d.]) e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (Alagoas. Sefaz, 2015-2020; Distrito Federal. SEEC, 2018-2020; Minas Gerais. Sefaz, 2015-2020; Rio de Janeiro. Sefaz, 2019-2020; Rio Grande do Sul. Sefaz, 2015-2020; Rio Grande do Norte. Control, 2018-2020).

Nota: * Para o RREO as despesas se referem as despesas liquidadas.



.....

FICHAS TÉCNICAS

.....



META 1

INDICADOR 1A: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA/CRECHE

FÓRMULA DE

$$\frac{\text{População de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche}}{\text{População de 4 a 5 anos}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c).

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2015 (Pnad) e 2016-2019 (Pnad-c).

DESCRIÇÃO

O Indicador 1A expressa o percentual da população de 4 a 5 anos de idade que frequenta a escola/creche em relação à população total dessa faixa etária.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para identificação da população que compõe o público-alvo da meta, utiliza-se a idade em anos completos, considerando a data de referência de 31 de março, seguindo o que estabelece a Resolução CNE/CEB nº 6, de 21 de outubro de 2010. Essa idade é denominada “idade-cne” e se difere da idade em anos como capturada pela Pnad, que coleta a idade da pessoa na data em que a pesquisa é realizada. O cálculo da idade-cne depende da existência nos dados primários do mês e ano de nascimento da pessoa. Nos casos em que essas variáveis são desconhecidas, o Inep procede à imputação da idade utilizando a idade da pessoa na data de referência da Pnad (variável V8005 na Pnad anual e V2009 na Pnad Contínua). Desse modo, evita-se possível viés no indicador estimado devido à distribuição não aleatória de dados faltantes nas variáveis que indicam o mês e o ano de nascimento.

Esse procedimento de imputação se mostra necessário pelo fato de o número de observações com dados faltantes na Pnad e na Pnad-c quanto ao mês ou ano de nascimento da pessoa crescer significativamente a partir de 2012. Não proceder à imputação da idade, embora esta seja conhecida para a quase totalidade desses casos, ocasionaria potencial viés na estimativa do indicador devido à exclusão das pessoas sem mês ou ano de nascimento conhecidos.

PROCEDIMENTOS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR

- Cria-se a variável “idade-cne”, que indica a idade que a pessoa completa até o dia 31 de março, utilizando-se as variáveis V20081 e V20082, respectivamente, para mês e ano de nascimento. As pessoas que não apresentam informação sobre o mês (V20081) ou o ano (V20082) de nascimento tiveram a idade imputada de acordo com o valor conhecido da variável V2009¹. A variável para a idade, denominada “idade-cnei”, é a variável da idade completa até 31 de março com imputação quando for o caso.
- Com base na variável V3002², é criada uma variável *dummy* (“estuda”) igual a 1, caso a pessoa esteja frequentando a escola ou creche, e igual a 0, caso não esteja frequentando a escola ou creche.
- Utilizando-se do peso da pessoa na amostra (V1028³), estima-se a proporção de pessoas com idade-cnei entre 4 e 5 anos que frequentam a escola/creche.
- Realizam-se as desagregações por: grandes regiões; unidades da Federação (UF); sexo (V2007 ou V0302)⁴; raça/cor (V2010 ou V0404); local de residência (urbana ou rural – V1022 ou V4728); e rendimento mensal domiciliar *per capita* (VDI5008 ou V4742) para cada ano da Pnad (ano ou V0101).
- Para os anos de 2016 a 2019, são utilizadas as variáveis da Pnad-c equivalentes às mencionadas acima e o mesmo procedimento aqui descrito (Tabela 2).

¹ Essas são as variáveis utilizadas da Pnad Contínua para os anos de 2016 em diante. Para os anos anteriores a 2016, utilizam-se as variáveis da Pnad anual correspondentes: V3032 e V3033, respectivamente, para mês e ano de nascimento, e V8005 para a idade da pessoa na data de referência da Pnad.

² Na Pnad anual, anterior a 2016, utiliza-se a variável correspondente V0602.

³ Na Pnad anual, anterior a 2016, utiliza-se a variável correspondente V4729.

⁴ A segunda variável neste parágrafo sempre se refere à variável correspondente na Pnad anual, anterior a 2016.

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 1A

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	DESCRIÇÃO
V0101	Ano de referência	2013 a 2015	Ano de referência da Pnad
UF	Unidade da Federação	11 a 53	Código de UF do IBGE
V0302	Sexo	2	Masculino
		4	Feminino
V3032	Mês de nascimento	1 a 12	Mês
		20	Em caso de idade presumida ou estimada
V3033	Ano de nascimento	0000 a 0120	Idade presumida ou estimada em anos
		1895 a 2015	Ano
V0404	Cor ou raça	2	Branca
		4	Preta
		6	Amarela
		8	Parda
		0	Indígena
		9	Sem declaração
V0602	Frequenta escola ou creche	2	Sim
		4	Não
V4729	Peso da pessoa	Variável contínua	Peso amostral
V4728	Código de localização	1	Urbana – cidade ou vila, área urbanizada
		2	Urbana – cidade ou vila, área não urbanizada
		3	Urbana – área urbana isolada
		4	Rural – aglomerado rural de extensão urbana
		5	Rural – aglomerado rural, isolado, povoado
		6	Rural – aglomerado rural, isolado, núcleo
		7	Rural – aglomerado rural, isolado, outros aglomerados
		8	Rural – zona rural exclusive aglomerado rural
V4742	Rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Valor	R\$
		999 999 999 999	Sem declaração
			Não aplicável

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em IBGE ([2022a]).

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 1A PARA O ANO DE 2016

Código	Descrição	Valores	Descrição
Ano	Ano de referência	2016-2019	Ano de referência da Pnad
UF	Unidade da Federação	11 a 53	Código de UF do IBGE
V2007	Sexo	1	Masculino
		2	Feminino
V20081	Mês de nascimento	01 a 12	Mês
		99	Não informado
V20082	Ano de nascimento	Ano de referência – 130 a ano atual	Ano
		9999	Não informado
V2010	Cor ou raça	1	Branca
		2	Preta
		3	Amarela
		4	Parda
		5	Indígena
		9	Ignorado
V3002	Frequenta escola ou creche	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
V1028	Peso do domicílio e das pessoas	Variável contínua	Peso amostral
V1022	Situação do domicílio	1	Urbana
		2	Rural
VDI5008	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes) (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) (Variável com imputação para moradores de domicílios que estão nas entrevistas 2, 3 ou 4)	Valor	R\$
			Não aplicável
		99999999	Ignorado

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em IBGE ([2022a]).



META 2

INDICADOR 2A: PERCENTUAL DE PESSOAS DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA OU QUE JÁ CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL (TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA AJUSTADA)

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta a escola ou que já concluiu o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c).

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2021 (Pnad-c).

DESCRIÇÃO

O Indicador 2A expressa o percentual de pessoas de 6 a 14 anos de idade que têm acesso ao ensino fundamental ou que já tiveram acesso a essa etapa e a concluíram.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a identificação das pessoas que compõem o público-alvo da meta, utiliza-se a idade em anos completos, considerando a data de referência de 31 de março, seguindo o que estabelece a Resolução CNE/CEB nº 06, de 21 de outubro de 2010. Essa idade é denominada “idade-cne” e difere da idade em anos como capturada pela Pnad, que coleta a idade da pessoa na data em que a pesquisa é realizada. O cálculo da idade-cne depende da existência nos dados primários do mês e do ano de nascimento da criança. Nos casos em que essas variáveis são desconhecidas, o Inep procede à imputação da idade utilizando a idade da criança na data de referência da Pnad (V2009). Desse modo, evita-se possível viés no indicador estimado devido à distribuição não aleatória de dados faltantes nas variáveis que informam o mês e o ano de nascimento.

Esse procedimento de imputação se mostra necessário pelo fato de o número de observações com dados faltantes na Pnad-c quanto ao mês ou ano de nascimento da pessoa ser crescente desde 2012. Não proceder à imputação da idade, embora a idade da pessoa seja conhecida para a quase totalidade desses casos, ocasionaria potencial viés na estimativa do indicador devido à exclusão das pessoas sem data de nascimento conhecida.

Outro aspecto a destacar é que a variável de renda domiciliar *per capita* está disponível na Pnad-c apenas a partir de 2016. Sendo assim, a série histórica do indicador 2A desagregada por renda domiciliar *per capita* é apresentada em 2016.

PROCEDIMENTOS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR

- Cria-se a variável “idade_cne”, que indica a idade que a pessoa completa até o dia 31 de março, utilizando as variáveis V20081 e V20082, para mês e ano de nascimento. As pessoas que não apresentavam informação sobre o mês (V20081) ou ano (V20082) de nascimento tiveram a idade imputada de acordo com o valor conhecido da variável V2009. A variável para a idade, denominada “idade_cnei”, é a variável da idade completa até 31 de março com imputação quando for o caso.
- Com base na variável V3003A, são criadas as variáveis *dummy* “EF_regular” e “EF_EJA”, que assumem valor igual a 1, caso a pessoa esteja frequentando, respectivamente, o ensino fundamental regular ou o ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Com base nas variáveis V3002, V3003A, V3008, V3009A e V3014, é construída a variável *dummy* “EF_concl”, que assume valor igual a 1, caso a pessoa tenha concluído o ensino fundamental.
- Com base nas variáveis *dummy* auxiliares construídas (EF_regula, EF_EJA e EF_concl), é criada a variável *dummy* “2VA”, que assume valor igual a 1, caso a pessoa frequente ou já tenha concluído o ensino fundamental.
- Utilizando o peso da pessoa na amostra (V1028), estima-se a proporção de pessoas com idade-cnei entre 6 e 14 anos que frequentam o ensino fundamental ou já o tenham concluído, mediante a variável criada V2A.
- Realizam-se as desagregações por: grandes regiões; unidades da Federação (UF); sexo (V2007); raça/cor (V2010); local de residência (urbana ou rural – V1022); e rendimento mensal domiciliar *per capita* (VDI5008) para cada ano da Pnad (ano).

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 2A
NO PERÍODO 2013-2021

(continua)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	DESCRIÇÃO
Ano	Ano de referência	2013-2019	Ano de referência da Pnad
UF	Unidade da Federação	11 a 53	Código de UF do IBGE
V2007	Sexo	1	Masculino
		2	Feminino
V20081	Mês de nascimento	01 a 12	Mês
		99	Não informado
V20082	Ano de nascimento	Ano de referência – 130 a ano atual	Ano
		9999	Não informado
V2010	Cor ou raça	1	Branca
		2	Preta
		3	Amarela
		4	Parda
		5	Indígena
		9	Ignorada
V3002	Frequenta escola	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
V3003A	Curso que frequenta	01	Creche (disponível apenas no questionário anual de educação)
		02	Pré-Escola
		03	Alfabetização de jovens e adultos
		04	Regular do ensino fundamental
		05	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
		06	do ensino fundamental
		07	Regular do ensino médio
		08	Educação de Jovens e Adultos (EJA)
		09	do ensino médio
		10	Superior – graduação
		11	Especialização de nível superior
	Mestrado		

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 2A
NO PERÍODO 2013-2021

(continuação)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	DESCRIÇÃO
V3008	Anteriormente frequentou escola	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
V3009A	Curso mais elevado que frequentou anteriormente	01	Creche (disponível apenas no questionário anual de educação)
		02	Pré-Escola
		03	Classe de alfabetização – CA
		04	Alfabetização de jovens e adultos
		05	Antigo primário (elementar)
		06	Antigo ginásio (médio 1º ciclo)
		07	Regular do ensino fundamental ou do 1º grau
		08	Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivo do 1º grau
		09	Antigo científico, clássico, etc. (médio, 2º ciclo)
		10	Regular do ensino médio ou do 2º grau
		11	Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivo do 2º grau
		12	Superior – graduação
		13	Especialização de nível superior
		14	Mestrado
		15	Doutorado
	Não aplicável		
V3014	Concluiu este curso que frequentou anteriormente	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
V1028	Peso do domicílio e das pessoas	Variável contínua	Peso trimestral com correção de não entrevista com pós-estratificação pela projeção de população
V1022	Situação do domicílio	1	Urbana
		2	Rural

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 2A
NO PERÍODO 2013-2021

(conclusão)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	DESCRIÇÃO
VDI5008	Rendimento domiciliar per capita (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes) (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) (Variável com imputação para moradores de domicílios que estão nas entrevistas 2, 3 ou 4)	Valor	R\$
			Não aplicável
		99999999	Ignorado

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base no dicionário de variáveis da Pnad-c/IBGE.

INDICADOR 2B: PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO FUNDAMENTAL CONCLUÍDO**FÓRMULA DE CÁLCULO**

$$\frac{\text{População de 16 anos com o ensino fundamental concluído}}{\text{População de 16 anos}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c).

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2021 (Pnad-c).

DESCRIÇÃO

O Indicador 2B expressa o percentual de jovens de 16 anos de idade que já concluíram o ensino fundamental.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a identificação das pessoas que compõem o público-alvo da meta utiliza-se a idade em anos completos, considerando a data de referência de 31 de março, seguindo o que estabelece a Resolução CNE/CEB nº 06, de 21 de outubro de 2010. Essa idade é denominada “idade-cne” e difere da idade em anos como capturada pela Pnad, que coleta a idade da pessoa na data em que a pesquisa é realizada. O cálculo da idade-cne depende da existência nos dados primários do mês e do ano de nascimento da criança. Nos casos em que essas variáveis são desconhecidas, o Inep procede à imputação da idade utilizando a idade da pessoa na data de referência da Pnad (V2009). Desse modo, evita-se possível viés no indicador estimado devido à distribuição não aleatória de dados faltantes na variável que informa o mês de nascimento.

Esse procedimento de imputação se mostra necessário pelo fato de o número de observações com dados faltantes na Pnad-c quanto ao mês ou ano de nascimento da pessoa ser crescente desde 2012. Não proceder à imputação da idade, embora a idade da pessoa seja conhecida para a quase totalidade desses casos, ocasionaria potencial viés na estimativa do indicador devido à exclusão das pessoas sem data de nascimento conhecida.

Outro aspecto a destacar é que a variável de renda domiciliar *per capita* está disponível na Pnad-c apenas em 2016. Sendo assim, a série histórica do indicador 2B desagregada por renda domiciliar *per capita* é apresentado a partir desse ano.

PROCEDIMENTOS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR

- Cria-se a variável “idade_cne” que informa a idade que a criança havia completado até o dia 31 de março, utilizando-se as variáveis V20081 e V20082, respectivamente, para mês e ano de nascimento. As pessoas que não apresentavam informação sobre o mês de nascimento (V20081) tiveram a idade imputada de acordo com o valor conhecido da variável V2009. A variável para a idade denominada “idade_cnei” é a variável da idade completa até 31 de março com imputação quando for o caso.
- Com base nas variáveis V3002, V3003A, V3008, V3009A e V3014, é construída a variável *dummy* “EF_concl”, que assume valor igual a 1, caso a pessoa tenha concluído o ensino fundamental.
- Utilizando o peso da pessoa na amostra (V1028), estima-se a proporção de pessoas com idade-cnei de 16 anos que já haviam concluído o ensino fundamental, utilizando a variável criada EF_concl.
- Realizam-se as desagregações por: grandes regiões; unidades da Federação (UF); sexo (V2007); raça/cor (V2010); local de residência (urbana ou rural – V1022); e rendimento mensal domiciliar *per capita* (VDI5008) para cada ano da Pnad (ano).

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 2B
NO PERÍODO 2013-2021

(continua)

Código	Descrição	Valores	Descrição
Ano	Ano de referência	2013-2021	Ano de referência da Pnad
UF	Unidade da Federação	11 a 53	Código de UF do IBGE
V2007	Sexo	1	Masculino
		2	Feminino
V20081	Mês de nascimento	01 a 12	Mês
		99	Não informado
V20082	Ano de nascimento	Ano de referência – 130 a ano atual	Ano
		9999	Não informado
V2010	Cor ou raça	1	Branca
		2	Preta
		3	Amarela
		4	Parda
		5	Indígena
		9	Ignorado
V3002	Frequenta escola	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
V3003A	Curso que frequenta	1	Creche (disponível apenas no questionário anual de educação)
		2	Pré-Escola
		3	Alfabetização de jovens e adultos
		4	Regular do ensino fundamental
		5	Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino fundamental
		6	Regular do ensino médio
		7	Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio
		8	Superior – graduação
		9	Especialização de nível superior
		10	Mestrado
		11	Doutorado
	Não aplicável		

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 2B
NO PERÍODO 2013-2021

(continuação)

Código	Descrição	Valores	Descrição
V3008	Anteriormente frequentou escola	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
V3009A	Curso mais elevado que frequentou anteriormente	1	Creche (disponível apenas no questionário anual de educação)
		2	Pré-Escola
		3	Classe de alfabetização – CA
		4	Alfabetização de jovens e adultos
		5	Antigo primário (elementar)
		6	Antigo ginásio (médio 1º ciclo)
		7	Regular do ensino fundamental ou do 1º grau
		8	Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivo do 1º grau
		09	Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)
		10	Regular do ensino médio ou do 2º grau
		11	Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivo do 2º grau
		12	Superior – graduação
		13	Especialização de nível superior
		14	Mestrado
		15	Doutorado
	Não aplicável		
V3014	Concluiu este curso que frequentou anteriormente	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
V1028	Peso do domicílio e das pessoas	Variável contínua	Peso amostral
V1022	Situação do domicílio	1	Urbana
		2	Rural

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 2B
NO PERÍODO 2013-2021

(conclusão)

Código	Descrição	Valores	Descrição
VDI5005	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes) (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) (Variável com imputação para moradores de domicílios que estão nas entrevistas 2, 3 ou 4)	Valor	R\$
			Não aplicável
		99999999	Ignorado

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base no dicionário de variáveis da Pnad-c/IBGE.



META 3

INDICADOR 3A: *PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTA A ESCOLA OU JÁ CONCLUIU A EDUCAÇÃO BÁSICA*

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou que já concluiu a educação básica}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c)/IBGE.

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2021.

DESCRIÇÃO

O Indicador 3A expressa o percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequenta a escola ou que já concluiu a educação básica.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Para a identificação dos jovens que compõem o público-alvo da meta, utiliza-se a idade em anos completos, considerando a data de referência de 31 de março, seguindo o que estabelece a Resolução CNE/CEB nº 06, de 21 de outubro de 2010. Essa idade é denominada “idade-cne” e difere da idade em anos como capturada pela Pnad-c, que coleta a idade na data em que a pesquisa é realizada. O cálculo da idade-cne depende da existência nos dados primários do mês de nascimento da pessoa. Nos casos em que essa variável é desconhecida, o Inep passou adotar para a série histórica da Pnad-c a imputação da idade utilizando a idade do jovem na data de referência (V2009). Desse modo, evita-se possível viés no indicador estimado devido à distribuição não aleatória de dados faltantes na variável referente ao mês de nascimento.

Esse procedimento de imputação da idade se mostra necessário pelo fato de o número de observações com dados faltantes na Pnad-c quanto ao mês de nascimento do jovem ser crescente a partir de 2012. Não proceder à imputação, embora a idade da pessoa seja conhecida na quase totalidade desses casos, ocasionaria potencial viés na estimativa do indicador devido à exclusão daqueles sem mês de nascimento conhecido.

Outro aspecto a destacar é que a variável de renda domiciliar *per capita* está disponível na Pnad-c apenas a partir do ano de 2016 e, em função das limitações trazidas para a coleta pela pandemia, não foram informados os dados para os anos de 2020 e 2021. Sendo assim, a série histórica do indicador 3A desagregada por renda domiciliar *per capita* se estende de 2016 a 2019.

PROCEDIMENTOS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR

- Cria-se a variável “idade-cne”, que indica a idade que o jovem havia completado até o dia 31 de março (utilizando as variáveis V20081 e V20082, respectivamente, para mês e ano de nascimento). Os casos com dados faltantes para a variável mês de nascimento (V20081) tiveram a idade imputada de acordo com o valor conhecido da variável V2009 (idade presumida).
- Com base na variável V3002, é criada uma variável *dummy* “estuda” igual a 1, caso o jovem esteja frequentando a escola, e igual a 0, caso não esteja frequentando.
- Com base na variável VD3004, é construída a variável *dummy* “EM_concl”, que assume valor igual a 1, caso o jovem tenha concluído o ensino médio, esteja frequentando ou concluído o ensino superior.
- Com base nas variáveis construídas (“estuda”, “EM_concl”), é criada a variável *dummy* “V3A”, que assume valor igual a 1, caso o jovem frequente ou já tenha concluído o ensino médio.
- Seleciona-se a população com idade-cne entre 15 e 17 anos.
- Utilizando-se o peso trimestral com correção de não entrevista com pós-estratificação pela projeção de população (V1028), estima-se o percentual de jovens com idade-cne entre 15 e 17 anos que frequentam a escola ou já tenham concluído a educação básica, utilizando-se a variável criada V3A.
- Utilizando-se o Suplemento Anual de Educação, definem-se os grupos pertencentes aos 25% mais pobres e aos 25% mais ricos, com base na variável rendimento domiciliar *per capita* (VDI5008), para o nível Brasil e para cada um dos estados da Federação.

- Realizam-se as desagregações por: grandes regiões; unidades da federação (UF); sexo (V2007); raça/cor (V2010); situação do domicílio (urbana ou rural – V1022); e rendimento mensal domiciliar *per capita* (VDI5008).

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 3 NO PERÍODO 2012-2021

(continua)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	CATEGORIAS
Ano	Ano de referência	Ano	Ano de referência da Pnad-c
UF	Unidade da Federação	11 a 53	Código de UF do IBGE
V2007	Sexo	1	Masculino
		2	Feminino
V20081	Mês de nascimento	1 a 12	Mês
		99	Não informado
V20082	Ano de nascimento	Ano de referência – 130 a ano atual	Ano
		9999	Não informado
V2010	Cor ou raça	1	Branca
		2	Preta
		3	Amarela
		4	Parda
		5	Indígena
		9	Ignorado
V3002	Frequenta escola ou creche	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
VD3004	Nível de instrução mais elevado alcançado (pessoas de 5 anos ou mais de idade), padronizado para o ensino fundamental – SISTEMA DE 9 ANOS	1	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo
		2	Fundamental incompleto ou equivalente
		3	Fundamental completo ou equivalente
		4	Médio incompleto ou equivalente
		5	Médio completo ou equivalente
		6	Superior incompleto ou equivalente
		7	Superior completo
	Não aplicável		
V1028	Peso da pessoa	Variável contínua	Peso amostral

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 3
NO PERÍODO 2012-2021

(conclusão)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	CATEGORIAS
V1022	Situação do domicílio	1	Urbana
		2	Rural
VDI5008	Rendimento domiciliar per capita (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes) (exclui o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) (variável com imputação para moradores de domicílios que estão nas entrevistas 2, 3 ou 4)	Valor	R\$
			Não aplicável
		99999999	Ignorado

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base no dicionário de variáveis da Pnad-c/IBGE.

INDICADOR 3B: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTA O ENSINO MÉDIO OU POSSUI EDUCAÇÃO BÁSICA COMPLETA**FÓRMULA DE CÁLCULO**

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou que já concluiu a escola básica}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c)/IBGE.

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2021 (Pnad-c).

DESCRIÇÃO

O Indicador 3B expressa o percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequenta o ensino médio ou que já concluiu a educação básica.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Para a identificação dos jovens que compõem o público-alvo da meta, utiliza-se a idade em anos completos, considerando a data de referência de 31 de março, seguindo o que estabelece a Resolução CNE/CEB nº 06, de 21 de outubro de 2010. Essa idade é denominada “idade-cne” e difere da idade em anos como capturada pela Pnad-c, que coleta a idade do jovem na data em que a pesquisa é realizada. O cálculo da idade-cne depende da existência nos dados primários do mês de nascimento do jovem. Nos casos em que essa variável é desconhecida, o Inep passou a adotar para a série histórica da Pnad-c a imputação da idade utilizando a idade do jovem na data de referência (V2009). Desse modo, evita-se possível viés no indicador estimado devido à distribuição não aleatória de dados faltantes na variável referente ao mês de nascimento.

Esse procedimento de imputação se mostra necessário pelo fato de o número de observações com dados faltantes na Pnad-c quanto ao mês de nascimento do jovem ser crescente a partir de 2012. Não proceder à imputação da idade, embora a idade do jovem seja conhecida para a quase totalidade desses casos, ocasionaria potencial viés na estimativa do indicador devido à exclusão dos jovens sem mês de nascimento conhecido.

Outro aspecto a destacar é que a variável de renda domiciliar *per capita* está disponível na Pnad-c apenas a partir do ano de 2016 e, em função das limitações trazidas para a coleta pela pandemia, não foram informados os dados para os anos de 2020 e 2021. Sendo assim, a série histórica do indicador 3A desagregada por renda domiciliar *per capita* se estende de 2016 a 2019.

PROCEDIMENTOS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR

- Cria-se a variável “idade-cne”, que indica a idade que o jovem havia completado até o dia 31 de março (utilizando as variáveis V20081 e V20082, respectivamente, para mês e ano de nascimento). Os casos com dados faltantes para a variável mês de nascimento (V20081) tiveram a idade imputada de acordo com o valor conhecido da variável V2009 (idade presumida).
- Com base nas variáveis V3003 (2012 a 2015) e V3003A (2015 a 2019), são criadas as variáveis *dummy* “EM_regular” e “EM_EJA”, que assumem valor igual a 1, caso o jovem esteja frequentando, respectivamente, o ensino médio regular ou o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Com base na variável VD3004, é construída a variável *dummy* “EM_concl”, que assume valor igual a 1, caso o jovem tenha concluído o ensino médio, esteja frequentando ou concluído o ensino superior.
- Com base nas variáveis *dummy* auxiliares construídas (EM_regula, EM_EJA e EM_concl), é criada a variável *dummy* “V3B”, que assume valor igual a 1, caso o jovem frequente o ensino médio ou já tenha concluído a educação básica.
- Seleciona-se a população com idade-cne entre 15 e 17 anos.

- Utilizando-se o peso trimestral com correção de não entrevista com pós-estratificação pela projeção de população (V1028), estima-se o percentual de jovens com idade-cne entre 15 e 17 anos que frequentam o ensino médio, escola, ou já tenham concluído a educação básica, utilizando-se a variável criada V3B.
- Utilizando-se o Suplemento Anual de Educação, definem-se os grupos pertencentes aos 25% mais pobres e aos 25% mais ricos, a partir da variável rendimento domiciliar *per capita* (VDI5008), para o nível Brasil e para cada um dos estados da Federação.
- Realizam-se as desagregações por: grandes regiões; unidades da Federação (UF); sexo (V2007); raça/cor (V2010); situação do domicílio (urbana ou rural – V1022); variável rendimento domiciliar *per capita* (VDI5008).

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 3B NO PERÍODO 2012-2021

(continua)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	DESCRIÇÃO
Ano	Ano de referência	Ano	Ano de referência da Pnad-c
UF	Unidade da Federação	11 a 53	Código de UF do IBGE
V2007	Sexo	1	Masculino
		2	Feminino
V20081	Mês de nascimento	01 a 12	Mês
		99	Não informado
V20082	Ano de nascimento	Ano de referência – 130 a ano atual	Ano
		9999	Não informado
V2010	Cor ou raça	1	Branca
		2	Preta
		3	Amarela
		4	Parda
		5	Indígena
		9	Ignorado
V3002	Frequenta escola ou creche	1	Sim
		2	Não
			Não aplicável
VD3004	Nível de instrução mais elevado alcançado (pessoas de 5 anos ou mais de idade), padronizado para o ensino fundamental – SISTEMA DE 9 ANOS	1	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo
		2	Fundamental incompleto ou equivalente
		3	Fundamental completo ou equivalente

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 3B
NO PERÍODO 2012-2021

(continuação)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	DESCRIÇÃO
VD3004	Nível de instrução mais elevado alcançado (pessoas de 5 anos ou mais de idade), padronizado para o ensino fundamental – SISTEMA DE 9 ANOS	4	Médio incompleto ou equivalente
		5	Médio completo ou equivalente
		6	Superior incompleto ou equivalente
		7	Superior completo
			Não aplicável
V3003	Qual é o curso que frequenta?	01	Pré-escolar (maternal e jardim de infância)
		02	Alfabetização de jovens e adultos
		03	Regular do ensino fundamental
		04	Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino fundamental
		05	Regular do ensino médio
		06	Educação de jovens e adultos (EJA) ou supletivo do ensino médio
		07	Superior – graduação
		08	Mestrado
		09	Doutorado
			Não aplicável
V3003A	Qual é o curso que frequenta?	01	Creche (disponível apenas no questionário anual de educação)
		02	Pré-escola
		03	Alfabetização de jovens e adultos
		04	Regular do ensino fundamental
		05	Educação de jovens e adultos (EJA) do ensino fundamental

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA A ESTIMATIVA DO INDICADOR 3B
NO PERÍODO 2012-2021

(conclusão)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES	DESCRIÇÃO
V3003A	Qual é o curso que frequenta?	06	Regular do ensino médio
		07	Educação de jovens e adultos (EJA) do ensino médio
		08	Superior – graduação
		09	Especialização de nível superior
		10	Mestrado
		11	Doutorado
			Não aplicável
V1028	Peso da pessoa	Variável contínua	Peso amostral
V1022	Situação do domicílio	1	Urbana
		2	Rural
VDI5008	Rendimento domiciliar per capita (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes) (exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico) (variável com imputação para moradores de domicílios que estão nas entrevistas 2, 3 ou 4)	Valor	R\$
			Não aplicável
			Ignorado

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base no dicionário de variáveis da Pnad-c/IBGE..



META 4

INDICADOR 4A: *PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA QUE FREQUENTA A ESCOLA*

Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola}}{\text{população de 4 a 17 anos com deficiência}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Demográfico/IBGE.

SÉRIE HISTÓRICA

2010.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O indicador representa a proporção de indivíduos de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequentam a escola em relação à população total com deficiência nessa faixa etária. São considerados os dados da população de 4 a 17 anos que não consegue ou tem grande dificuldade em pelo menos um dos seguintes aspectos: enxergar, ouvir, caminhar, subir degraus e/ou possui alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais.

O cálculo utiliza dados do Censo Demográfico, cuja periodicidade é de 10 anos. Embora a Pnad seja frequentemente utilizada para o cálculo dos indicadores do PNE, no caso da Meta 4, isso não foi possível em razão da carência de informações sobre o público-alvo da educação especial. Além dessa restrição, ressaltam-se as diferentes metodologias adotadas pelo Censo Demográfico, de um lado, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelo PNE e pelo Censo da Educação Básica, de outro. Enquanto o Censo Demográfico identifica pessoas que não conseguem ou têm diferentes graus de dificuldade permanente para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou ainda possuem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, a LDB, o PNE e o Censo da Educação Básica fazem referência às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, descritos neste relatório como público-alvo da educação especial. O Censo da Educação Básica, entretanto, fornece apenas informações dessa população que frequenta a escola, não permitindo, portanto, a identificação do quantitativo dos indivíduos fora da escola.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

- Selecionam-se os indivíduos com idade entre 4 e 17 anos ($V6036 \geq 4$ & $V6036 \leq 17$).
- Selecionam-se as pessoas que se declararam ou foram declaradas (uma ou mais das seguintes categorias): totalmente incapazes de enxergar ($V0614=1$); com grande dificuldade permanente para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato ($V0614=2$); totalmente incapazes de ouvir ($V0615=1$); com grande dificuldade permanente para ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo ($V0615=2$); incapazes, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa ($V0616=1$); com grande dificuldade de caminhar e/ou subir degraus sem ajuda de outra pessoa, mesmo com o uso de prótese ou aparelho auxiliar ($V0616=2$); ou a existência de deficiência mental permanente que dificulte a realização de atividades diárias ($V0617=1$).
- Faz-se a expansão da amostra do Censo Demográfico, utilizando o peso calculado pelo IBGE ($V0010$).
- Calcula-se, utilizando a fórmula de cálculo do Indicador 4A, o percentual das pessoas selecionadas que frequenta escola ou creche pública ($V0628=1$) ou particular ($V0628=2$) ou que já concluiu ($V0634=1$) a educação básica ($V0633 \geq 9$).
- Por fim, são feitas as desagregações: grandes regiões ($V1001$); UF ($V0001$); idade ($V6036$); sexo ($V0601$); raça/cor ($V0606$); situação do domicílio – urbano ou rural ($V1006$); e rendimento ($V6531$).

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DEMOGRÁFICO UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 4A – 2010

Código da variável	Nome da variável e categorias
V6036	Variável auxiliar da idade calculada em anos
V0010	Peso amostral
V0614	Dificuldade permanente de enxergar: 1– Sim, não consegue de modo algum; 2 – Sim, grande dificuldade
V0615	Dificuldade permanente de ouvir: 1– Sim, não consegue de modo algum; 2 – Sim, grande dificuldade
V0616	Dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus: 1– Sim, não consegue de modo algum; 2 – Sim, grande dificuldade
V0617	Deficiência mental/intelectual permanente: 1– Sim
V0628	Frequenta escola ou creche: 1– Sim, pública; 2 – Sim, particular
V0633	Curso mais elevado que frequentou: 01 – Creche, pré-escolar (maternal e jardim de infância), classe de alfabetização – CA 02 – Alfabetização de jovens e adultos 03 – Antigo primário (elementar) 04 – Antigo ginásio (médio 1º ciclo) 05 – Ensino fundamental ou 1º grau (da 1ª a 3ª série/ do 1º ao 4º ano) 06 – Ensino fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano) 07 – Ensino fundamental ou 1º grau (da 5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano) 08 – Supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau 09 – Antigo científico, clássico etc. (médio 2º ciclo) 10 – Regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau 11 – Superior de graduação 12 – Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas) 13 – Mestrado 14 – Doutorado
V0634	Conclusão deste curso (V0633): 1 – Sim
V1001	Região geográfica
V0001	Unidade da Federação
V0601	Sexo: 1 – Masculino; 2 – Feminino
V0606	Cor ou raça: 1 – Branca; 2 – Preta; 3 – Amarela; 4 – Parda; 5 – Indígena; 9 – Ignorado
V1006	Situação do domicílio: 1 – Urbana; 2 – Rural
V6531	Rendimento domiciliar (domicílio particular) <i>per capita</i> em julho de 2010

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep a partir do Censo Demográfico/IBGE.

INDICADOR 4B: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR E/OU EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação}}{\text{total de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/ Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2009-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O indicador representa a proporção de matrículas em classes comuns do ensino regular e/ou da educação de jovens e adultos da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em relação ao total geral de matrículas desses estudantes. Esse indicador informa apenas o percentual de matrículas desses alunos que estudam em classes comuns do ensino regular e/ou da EJA da educação básica, não captando outros fatores relacionados à qualidade da oferta de ensino, como o atendimento educacional especializado e o uso de salas de recursos multifuncionais, por exemplo.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

- Selecionam-se as matrículas de interesse: (i) alunos que tenham idade entre 4 e 17 anos (NU_IDADE_REFERENCIA >=4 & NU_IDADE_REFERENCIA <=17) e (ii) tenham, também, deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (IN_NECESSIDADE_ESPECIAL=1).
- Para compor o numerador, contabiliza-se o total de matrículas na educação especial em classes comuns do ensino regular e educação de jovens e adultos (IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA=0).
- Para compor o denominador, contabiliza-se o total de matrículas selecionadas em: (i) classes comuns (IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA=0); e (ii) classes exclusivas – de escolas

exclusivamente especializadas e/ou classes especiais do ensino regular ou da educação de jovens e adultos (IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA=1).

- Utilizando-se a fórmula de cálculo do Indicador 4B, verifica-se o percentual das matrículas selecionadas que são de alunos da educação especial em classes comuns do ensino regular e na educação de jovens e adultos.
- Por fim, são feitas as seguintes desagregações: grandes regiões (a partir da variável UF); UF (CO_UF); idade (NU_IDADE); sexo (TP_SEXO); raça/cor (TP_COR_RACA); localização da escola (TP_LOCALIZACAO); etapa de ensino (TP_ETAPA_ENSINO); dependência administrativa (TP_DEPENDENCIA).

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 4B

(continua)

2009-2014	2015-2019	Descrição da variável	Categorias da variável
Variável	Variável		
NU_IDADE_REFERENCIA	NU_IDADE_REFERENCIA	Idade calculada pela idade do aluno na data de referência da coleta do Censo	
ID_POSSUI_NEC_ESPECIAL	IN_NECESSIDADE_ESPECIAL	Aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	0 – Não 1 – Sim
FK_COD_MOD_ENSINO		Modalidade	1 – Ensino Regular 2 – Educação Especial – Modalidade Substitutiva (“2 – Educação Especial” nos Censos de 2009 e 2010) 3 – Educação de Jovens e Adultos
	IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA	Aluno de turma exclusiva de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Classes Especiais):	0 – Não 1 – Sim
FK_COD_ESTADO_ESCOLA	CO_UF	Código UF da escola	
TP_SEXO	TP_SEXO	Sexo	1 – Masculino 2 – Feminino

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS
PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 4B

(conclusão)

2009-2014	2015-2019	Descrição da variável	Categorias da variável
Variável	Variável		
TP_COR_RACA	TP_COR_RACA	Cor/raça	0 – Não declarada
			1 – Branca
			2 – Preta
			3 – Parda
			4 – Amarela
			5 – Indígena
ID_LOCALIZACAO_ESC	TP_LOCALIZACAO	Localização (Escola)	1 – Urbana
			2 – Rural
FK_COD_ETAPA_ENSINO	TP_ETAPA_ENSINO	Etapa de ensino da matrícula	Educação infantil (1,2) Anos iniciais do ensino fundamental (4,5,6,7,14,15,16,17,18) Anos finais do ensino fundamental (8,9,10,11,19,20,21,41) Ensino médio ¹ (25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,36,37,38,39,40,68) Educação de jovens e adultos ² (65,67,69,70,71,73,74)
ID_DEPENDENCIA_ADM_ESC	TP_DEPENDENCIA	Dependência Administrativa (Escola)	1 – Federal
			2 – Estadual
			3 – Municipal
			4 – Privada

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep a partir do Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

¹ Inclui ensino médio comum, integrado, normal/magistério e cursos FIC.² Inclui EJA fundamental ou médio, integrado ou não a cursos técnicos ou cursos FIC.

INDICADOR 4C: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO (TGD), ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{número de matrículas de turmas de escolarização em classes especiais ou escolas exclusivas ou cujo aluno está em turma de atendimento educacional especializado, da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação}}{\text{número de matrículas de escolarização na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2009-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O indicador representa a proporção de matrículas de escolarização na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que estão matriculados em turmas de escolarização em classes especiais ou escolas exclusivas, ou o aluno que está em turma de atendimento educacional especializado.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR NO ANO DE 2019

- Denominador – Público-alvo: Selecionam-se as matrículas de escolarização (TP_ETAPA_ENSINO = 1, 2, 4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 8, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 41, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 68, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 74) dos alunos que tenham idade entre 4 e 17 anos (NU_IDADE_REFERENCIA >=4 & NU_IDADE_REFERENCIA <=17) e que possuem deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (IN_NECESSIDADE_ESPECIAL=1).

- Numerador: das matrículas selecionadas do público-alvo selecionam-se as matrículas em turmas de escolarização em classes especiais ou escolas exclusivas (IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA =1) ou cujo aluno está em turma de atendimento educacional especializado (TP_TIPO_ATENDIMENTO_TURMA = 4).
- Utilizando-se a fórmula de cálculo do Indicador 4C, verifica-se o percentual de matrículas em atendimento educacional especializado, classes especiais, escolas exclusivas no ensino regular e/ou educação de jovens e adultos da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

QUADRO 3

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 4C

(continua)

2012-2014		2015-2018		2019	
Variáveis	Categorias utilizadas	Variáveis	Categorias utilizadas	Variáveis	Categorias utilizadas
PK_COD_MATRICULA	Código da matrícula	ID_MATRICULA	Código único da matrícula	ID_MATRICULA	Código único da matrícula
FK_COD_ALUNO	Código do aluno (ID_INEP)	CO_PESSOA_FISICA	Código do aluno (ID_INEP)	ID_ALUNO	Código do aluno (ID_INEP)
FK_COD_ETAPA_ENSINO	Etapa de ensino da matrícula: Educação Infantil (1,2) Anos Iniciais (4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17 e 18) Anos Finais (8, 9, 10, 11, 19, 20, 21 e 41) Ensino Médio (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40) EJA Educação de Jovens e Adultos (43, 44, 45, 46, 47, 48, 60, 61, 62, 63, 65)	TP_ETAPA_ENSINO	Etapa de ensino da matrícula: Educação Infantil (1,2) Anos Iniciais (4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17 e 18) Anos Finais (8, 9, 10, 11, 19, 20, 21 e 41) Ensino Médio (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 68) EJA Educação de Jovens e Adultos (65, 67, 69, 70, 71, 73, 74)	TP_ETAPA_ENSINO	Etapa de ensino da matrícula: Educação Infantil (1,2) Anos Iniciais (14, 15, 16, 17 e 18) Anos Finais (19, 20, 21 e 41) Ensino Médio (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 68) EJA Educação de Jovens e Adultos (67, 69, 70, 71, 73, 74)
NUM_IDADE_REFERENCIA	Idade do aluno no mês de referência do Censo Escolar (31 de maio)	NU_IDADE_REFERENCIA	Idade do aluno no mês de referência do Censo Escolar (31 de maio)	NU_IDADE_REFERENCIA	Idade do aluno no mês de referência do Censo Escolar (31 de maio)

QUADRO 3

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 4C

(continuação)

2012-2014		2015-2018		2019	
Variáveis	Categorias utilizadas	Variáveis	Categorias utilizadas	Variáveis	Categorias utilizadas
ID_POSSUI_NEC_ESPECIAL	Aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação	IN_NECESSIDADE_ESPECIAL	Aluno de turma exclusiva de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Classes Especiais) (0 – Não; 1 – Sim)	IN_NECESSIDADE_ESPECIAL	Aluno (a) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/ superdotação (0 – Não; 1 – Sim)
FK_COD_TIPO_TURMA	(Tipo de atendimento (0 – Não possui atendimento diferenciado 1 – Classe hospitalar 2 – Unidade de atendimento socioeducativo 3 – Unidade prisional 4 – Atividade complementar 5 – Atendimento Educacional Especializado (AEE))	TP_TIPO_TURMA	Tipo de atendimento (0 – Não possui atendimento diferenciado 1 – Classe hospitalar 2 – Unidade de atendimento socioeducativo 3 – Unidade prisional 4 – Atividade complementar 5 – Atendimento Educacional Especializado (AEE))	TP_TIPO_ATENDIMENTO_TURMA	Tipo de atendimento (1 – Exclusivo Escolarização 2 – Atividade complementar e escolarização 3 – Atividade complementar 4 – Atendimento Educacional Especializado (AEE))
FK_COD_MOD_ENSINO	Modalidade de ensino da matrícula (1 – Ensino Regular 2 – Educação Especial – Modalidade Substitutiva 3 – Educação de Jovens e Adultos)	IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA	Aluno de turma exclusiva de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Classes Especiais) (0 – Não 1 – Sim)	IN_ESPECIAL_EXCLUSIVA	Aluno de turma exclusiva de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/ superdotação (Classes Especiais) (0 – Não 1 – Sim)

QUADRO 3

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 4C

(continuação)

2012-2014		2015-2018		2019	
Variáveis	Categorias utilizadas	Variáveis	Categorias utilizadas	Variáveis	Categorias utilizadas
TP_COR_RACA	Cor/raça (0 – Não declarada 1 – Branca 2 – Preta 3 – Parda 4 – Amarela 5 – Indígena)	TP_COR_RACA	Cor/raça (0 – Não declarada 1 – Branca 2 – Preta 3 – Parda 4 – Amarela 5 – Indígena)	TP_COR_RACA	Cor/raça (0 – Não declarada 1 – Branca 2 – Preta 3 – Parda 4 – Amarela 5 – Indígena)
TP_SEXO	Sexo (1 – Masculino 2 – Feminino)	TP_SEXO	Sexo (1 – Masculino 2 – Feminino)	TP_SEXO	Sexo (1 – Masculino 2 – Feminino)
		CO_REGIAO	Código da região geográfica 1 – Norte 2 – Nordeste 3 – Sudeste 4 – Sul 5 – Centro Oeste	CO_REGIAO	Código da região geográfica 1 – Norte 2 – Nordeste 3 – Sudeste 4 – Sul 5 – Centro Oeste
FK_COD_ESTADO_ESCOLA	Código UF da escola	CO_UF	Código UF da escola	CO_UF	Código UF da escola
ID_LOCALIZACAO_ESC	Localização (Escola) 1 – Urbana 2 – Rural	TP_LOCALIZACAO	Localização (escola) 1 – Urbana 2 – Rural	TP_LOCALIZACAO	Localização (Escola) 1 – Urbana 2 – Rural

QUADRO 3

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 4C

(conclusão)

2012-2014		2015-2018		2019	
Variáveis	Categorias utilizadas	Variáveis	Categorias utilizadas	Variáveis	Categorias utilizadas
ID_ DEPENDENCIA_ ADM_ESC	Dependência Administrativa (Escola) 1 – Federal 2 – Estadual 3 – Municipal 4 – Privada	TP_DEPENDENCIA	Dependência Administrativa (Escola) 1 – Federal 2 – Estadual 3 – Municipal 4 – Privada	TP_ DEPENDENCIA	Dependência Administrativa (Escola) 1 – Federal 2 – Estadual 3 – Municipal 4 – Privada

Fonte: Elaborado pela Direed/Inep com base nos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2012-2019).



META 5

INDICADOR 5

- *Indicador 5A*: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa no Saeb.*
- *Indicador 5B*: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Matemática no Saeb.*

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2019.

SÉRIE HISTÓRICA

O monitoramento da Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) foi efetivado nos relatórios de 2018 e 2020 com a utilização dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada a crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental (EF) e realizada em 2014 e 2016 (extinta em 2017). A partir deste relatório, o monitoramento da Meta 5 passa a utilizar dois indicadores adaptados provindos da avaliação do Saeb para o 2º ano do ensino fundamental. Essa avaliação foi iniciada, de forma amostral, em 2019, tendo como foco diagnóstico os níveis de alfabetização e letramento em duas áreas do conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática. Nesse sentido, a partir da edição de 2019 do Saeb, começa uma nova

série histórica, com indicadores pautados pelos resultados de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática, obtidos no Saeb do 2º ano do ensino fundamental.

Cabe ressaltar que esses indicadores adaptados utilizados a partir de 2019 não são comparáveis àqueles calculados nos ciclos de monitoramento da Meta 5 anteriores, que usavam os resultados da ANA. Tanto os instrumentos utilizados quanto as matrizes de referência e as escalas de proficiência dessas duas avaliações são distintos, não possibilitando a comparação.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES

O Saeb 2019 voltado aos estudantes matriculados no 2º ano do ensino fundamental foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com o objetivo de aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática dessa população-alvo. A edição de 2019 do Saeb buscou adequar suas matrizes referenciais de 2001 aos novos referenciais curriculares implementados a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, em caráter normativo, às etapas da educação infantil e do ensino fundamental. Conforme Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, estabeleceu-se que, até 2018, as matrizes referenciais das avaliações de larga escala deveriam ser alinhadas ao documento norteador¹ (Brasil. Inep, 2021).

Os testes cognitivos do Saeb 2019 direcionados ao 2º ano do ensino fundamental constituíram-se de provas de Língua Portuguesa e de Matemática, estruturadas com base em itens de resposta objetiva e itens de resposta construída, elaborados conforme as matrizes de referência alinhadas à BNCC.

No tocante à abrangência do instrumento aplicado em 2019 nas 27 unidades federativas em escolas com um mínimo de dez alunos matriculados no 2º ano do EF (conforme Censo Escolar de 2018 e 2019), as seguintes desagregações foram passíveis de resultados robustos: por rede (estadual, municipal e privada), unidade da Federação, localização (urbana, rural) e área (capital, interior).

A abrangência da amostra do Saeb para o 2º ano do EF envolveu 2.795 escolas, 3.585 turmas e 84.273 estudantes selecionados. Pela característica do instrumento, as turmas multisseriadas, de correção de fluxo, de educação especial exclusiva e de educação de jovens e adultos, bem como as escolas indígenas que não ministravam o ensino em Língua Portuguesa, foram excluídas da avaliação.

No tocante ao construto da matriz de referência de Língua Portuguesa, definiu-se que:

A alfabetização, nesse teste, foi entendida como a apropriação do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao domínio progressivo de habilidades de leitura e produção de textos com autonomia. Diante disso, assume-se que o sujeito alfabetizado é aquele que, além de compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabética, lê e escreve textos com autonomia. (Brasil. Inep, 2021, p. 20)

¹ Informações aprofundadas sobre as novas matrizes, assim como a matriz do Saeb que demonstra o modelo adotado e os eixos por meio dos quais a educação básica pode ser avaliada, estão disponíveis na publicação Sistema de Avaliação da Educação Básica – Documentos de Referência (versão preliminar).

Três foram os eixos de conhecimento adotados² para Língua Portuguesa:

- *apropriação do sistema de escrita alfabética*, envolvendo as habilidades de: relacionar elementos sonoros das palavras com sua representação escrita, ler palavras e escrever palavras;
- *leitura*, envolvendo as seguintes habilidades: ler frases, localizar informações explícitas em textos, reconhecer a finalidade de um texto e inferir o assunto de um texto; e
- *produção textual*, para as habilidades: inferir informações em textos verbais e inferir informações em textos que articulam linguagem verbal e não verbal.

A escala de proficiência de Língua Portuguesa do Saeb 2019 é composta por oito níveis progressivos e cumulativos nos quais são descritas as habilidades aferidas na avaliação e que os estudantes provavelmente dominam em cada nível. No nível 1, estão as habilidades menos complexas no processo de alfabetização do 2º ano do EF e, no nível 8, as mais complexas. Os estudantes que foram situados abaixo do nível 1 provavelmente não dominam nenhuma das habilidades aferidas na avaliação. A escala de proficiência completa de Língua Portuguesa para o 2º ano do EF do Saeb pode ser consultada no volume 2 do Relatório de resultados do Saeb 2019.

Em relação à Matemática, o construto da matriz de referência foi elaborado por meio da interlocução entre dois eixos cognitivos – “compreender e aplicar conceitos e procedimentos” e “resolver problemas e argumentar” – e eixos de conhecimento que envolvem as cinco unidades temáticas descritas na BNCC: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas e probabilidade e estatística.

A escala de proficiência de Matemática possui oito níveis progressivos e cumulativos, sendo o nível 1 o mais básico e o nível 8 o mais elevado. Os níveis foram descritos tomando em consideração, além das habilidades com alta probabilidade de estarem dominadas pelos estudantes ali situados, os eixos do conhecimento da matriz de referência, nomeadamente: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas e probabilidade e estatística. Acrescentou-se ainda o nível abaixo de 1, em que são alocados os estudantes com baixa probabilidade de dominar as habilidades medidas pelo teste. A escala completa de Matemática para o 2º ano do EF pode ser consultada no volume 2 do Relatório de resultados do Saeb 2019.

As características conceituais e metodológicas da aplicação do Saeb 2019 2º ano, como população-alvo e critério avaliativo, suas matrizes referenciais, instrumentos, escala de proficiência e resultados, podem ser detalhadamente encontradas no Relatório de Resultados do Saeb 2019 – volume 2. Convém salientar que ainda não há uma definição oficialmente sedimentada quanto ao ponto de corte nas escalas de proficiência das avaliações de alfabetização no Brasil que revele, a rigor, se uma criança está ou não alfabetizada (Brasil. Inep, 2020a, p. 130).

² As matrizes de referência em seus detalhes técnico-metodológicos podem ser encontradas em: *Matriz de Referência de Língua Portuguesa e Matemática do Saeb: 2º ano do ensino fundamental*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020* [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório de resultados do Saeb 2019: volume 2: 2º ano do ensino fundamental*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.



META 6

INDICADOR 6A: PERCENTUAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA QUE PERTENCEM AO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (ETI) E QUE ESTÃO EM JORNADA DE TEMPO INTEGRAL

A descrição dos indicadores da Meta 6 requer, para a compreensão adequada, a definição dos seguintes conceitos:

Público-alvo da ETI – Os alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais, e não pertencem à educação de jovens e adultos nem à educação profissional técnica de nível médio oferecida na forma subsequente ou concomitante.

Jornada de tempo integral – É a jornada cuja duração é, em média, igual ou superior a sete horas diárias, contabilizada a partir da soma da carga horária da matrícula de escolarização do aluno na escola pública com a carga horária total das matrículas de atividade complementar (AC) e/ou de atendimento educacional especializado (AEE), realizadas em instituições públicas e/ou privadas.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{Nalunos_{ETI}^t}{Nalunos_{total}^t} * 100$$

Onde:

$Nalunos_{ETI}^t$ – É o número de alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais, e não pertencem à educação de jovens e adultos nem à educação profissional técnica de nível médio, oferecida na forma subsequente ou concomitante, e que estão em jornada de tempo integral no ano t.

$Nalunos_{total}^t$ – É o número de alunos da educação básica cujas matrículas de escolarização são em escola pública, presenciais, e não pertencem à educação de jovens e adultos nem à educação profissional técnica de nível médio, oferecida na forma subsequente ou concomitante no ano t..

INDICADOR 6B: PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE POSSUEM, PELO MENOS, 25% DOS ALUNOS DO PÚBLICO-ALVO DA ETI EM JORNADA DE TEMPO INTEGRAL

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{Nescolas_{ETI}^t}{Nescolas_{total}^t} * 100$$

Onde:

$Nescolas_{ETI}^t$ – É o número de escolas que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral no ano t.

$Nescolas_{total}^t$ – É o número de escolas que possuem, pelo menos, um aluno do público-alvo da ETI no ano t.

As informações a seguir discriminadas se referem aos dois indicadores apresentados:

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2014-2021.

As variáveis utilizadas no cálculo dos indicadores se encontram na tabela de matrículas, do Censo da Educação Básica, conforme descritos nos Quadros 1 e 2.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 6A

- Selecionam-se os alunos do público-alvo com base em sua matrícula de escolarização: dependência administrativa pública (TP_DEPENDENCIA = 1, 2 e 3), etapas de ensino (TP_ETAPA_ENSINO = 1, 2, **4, 5, 6, 7**, 14, 15, 16, 17, 18, **8, 9, 10, 11**, 19, 20, 21, 41, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36, 37, 38, 30, 31, 32, 33 e 34),¹ matrículas de escolarização com a informação do tempo de duração da turma (NU_DURACAO_TURMA > 0) e matrículas de educação presencial (TP_MEDIACAO_DIDATICO_PEDAGO = 1). Em 2014, cabe ressaltar, apenas as matrículas de educação presencial eram coletadas.
- Calcula-se a jornada média do aluno, considerando, além do tempo médio da matrícula de escolarização em escola pública, as informações do tempo médio das suas matrículas de AC e/ou de AEE realizadas em instituições públicas e/ou privadas, pela soma das seguintes variáveis do Censo da Educação Básica: NU_DURACAO_TURMA + NU_DUR_ATIV_COMP_MESMA_REDE + NU_DUR_ATIV_COMP_OUTRAS_REDES + NU_DUR_AEE_MESMA_REDE + NU_DUR_AEE_OUTRAS_REDES.
- Quando a jornada média for igual ou superior a sete horas diárias (maior que 419 minutos), o estudante é definido como aluno da ETI.
- Para criar o indicador, utiliza-se a fórmula do Indicador 6A, apresentada no início desta ficha técnica, ou seja, divide-se o número total de alunos da ETI pelo número total de alunos do público-alvo da ETI e, depois, multiplica-se o quociente dessa divisão por 100.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 6B

- Calcula-se o número total de escolas que possuem, pelo menos, um aluno do público-alvo da ETI;
- Calcula-se o número de escolas que possuem, pelos menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral;
- Para criar o indicador, utiliza-se a fórmula do Indicador 6B, apresentada no início desta ficha técnica, ou seja, divide-se o número total de escolas da ETI pelo número total de escolas que possuem, pelo menos, um aluno do público-alvo da ETI e, depois, multiplica-se o quociente dessa divisão por 100.

¹ É importante advertir que, desde 2019, as categorias da variável TP_ETAPA_ENSINO referentes ao ensino fundamental de oito anos (em negrito) foram descontinuadas. Porém, como a ficha técnica diz respeito à série histórica, tais alternativas foram mantidas, pois são necessárias para o cálculo dos anos anteriores.

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS
PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 6A

(continua)

Censo da Educação Básica			
2014		2015-2021	
Variáveis	Categorias Utilizadas	Variáveis	Categorias Utilizadas
PK_COD_ MATRICULA	Código da matrícula	ID_ MATRICULA	Código único da matrícula
		TP_ MEDIACAO_ DIDATICO_ PEDAGO	Tipo de mediação didático-pedagógica 1 - Presencial
ID_ DEPENDENCIA_ ADM_ESC	Dependência Administrativa (escola) 1 - Federal 2 - Estadual 3 - Municipal	TP_ DEPENDENCIA	Dependência Administrativa (escola) 1 - Federal 2 - Estadual 3 - Municipal
FK_COD_ETAPA_ ENSINO	Etapa de ensino da matrícula Educação Infantil (1, 2) Anos Iniciais (4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18) Anos Finais (8, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 41) Ensino Médio (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38)	TP_ETAPA_ ENSINO*	Etapa de ensino da matrícula Educação Infantil (1, 2) Anos Iniciais (4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18) Anos Finais (8, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 41) Ensino Médio (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38)
NU_DUR_ ESCOLARIZACAO	Tempo médio diário de permanência na turma da matrícula de escolarização do aluno, mensurado em minutos*	NU_ DURACAO_ TURMA	Tempo médio diário de permanência na turma da matrícula de escolarização do aluno, mensurado em minutos*
NU_DUR_ ATIV_ COMP_ MESMA_ REDE	Tempo médio diário de permanência na turma de atividade complementar na mesma rede da turma de escolarização, mensurado em minutos*	NU_DUR_ ATIV_ COMP_ MESMA_ REDE	Tempo médio diário de permanência na turma de atividade complementar na mesma rede da turma de escolarização, mensurado em minutos*

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS
PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 6A

(conclusão)

Censo da Educação Básica			
2014		2015-2021	
Variáveis	Categorias Utilizadas	Variáveis	Categorias Utilizadas
NU_DUR_AEE_OUTRAS_REDES	Tempo médio diário de permanência na turma de atividade complementar em outras redes, mensurado em minutos**	NU_DUR_ATIV_COMP_OUTRAS_REDES	Tempo médio diário de permanência na turma de atividade complementar em outras redes, mensurado em minutos**
NUM_DUR_AEE_MESMA_REDE	Tempo médio diário de permanência na turma de atendimento educacional especializado (AEE) na mesma rede da turma de escolarização, mensurado em minutos**	NU_DUR_AEE_MESMA_REDE (AEE)	Tempo médio diário de permanência na turma de atendimento educacional especializado na mesma rede da turma de escolarização, mensurado em minutos**
NUM_DUR_AEE_OUTRAS_REDES	Tempo médio diário de permanência na turma de atendimento educacional especializado (AEE) em outras redes, mensurado em minutos**	NU_DUR_AEE_OUTRAS_ (AEE) REDES	Tempo médio diário de permanência na turma de atendimento educacional especializado em outras redes, mensurado em minutos**

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base nos microdados do Censo da Educação Básica/Inep (2014-2019).

Notas:

*Conferir as observações feitas na nota de rodapé nº 1.

** A descrição das variáveis foi reformulada, tendo em vista agregar mais informações.

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS
PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 6B

(continua)

Censo da Educação Básica			
2014		2015-2019	
Variáveis	Categorias Utilizadas	Variáveis	Categorias Utilizadas
PK_COD_ MATRICULA	Código da matrícula	ID_ MATRICULA	Código único da matrícula
PK_COD_ ENTIDADE	Código da escola	CO_ ENTIDADE	Código da escola
		TP_ MEDIACAO_ DIDATICO_ PEDAGO	Tipo de mediação didático-pedagógica 1 - Presencial
ID_ DEPENDENCIA_ ADM_ ESC	Dependência Administrativa (escola) 1 - Federal 2 - Estadual 3 - Municipal	TP_ DEPENDENCIA	Dependência Administrativa (escola) 1 - Federal 2 - Estadual 3 - Municipal
FK_COD_ ETAPA_ ENSINO	Etapa de ensino da matrícula Educação Infantil (1, 2) Anos Iniciais (4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18) Anos Finais (8, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 41) Ensino Médio (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38)	TP_ ETAPA_ ENSINO*	Etapa de ensino da matrícula Educação Infantil (1, 2) Anos Iniciais (4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18) Anos Finais (8, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 41) Ensino Médio (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38)
NU_ DUR_ ESCOLARIZACAO	Tempo médio diário de permanência na turma da matrícula de escolarização do aluno, mensurado em minutos**	NU_ DURACAO_ TURMA	Tempo médio diário de permanência na turma da matrícula de escolarização do aluno, mensurado em minutos*
NU_ DUR_ ATIV_ COMP_ MESMA_ REDE	Tempo médio diário de permanência na turma de atividade complementar na mesma rede da turma de escolarização, mensurado em minutos**	NU_ DUR_ ATIV_ COMP_ MESMA_ REDE	Tempo médio diário de permanência na turma de atividade complementar na mesma rede da turma de escolarização, mensurado em minutos*

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS
PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 6B

(conclusão)

Censo da Educação Básica			
2014		2015-2019	
Variáveis	Categorias Utilizadas	Variáveis	Categorias Utilizadas
NU_DUR_ATIV_COMP_OUTRAS_REDES	Tempo médio diário de permanência na turma de atividade complementar em outras redes, mensurado em minutos**	NU_DUR_ATIV_COMP_OUTRAS_REDES	Tempo médio diário de permanência na turma de atividade complementar em outras redes, mensurado em minutos*
NUM_DUR_AEE_MESMA_REDE	Tempo médio diário de permanência na turma de atendimento educacional especializado (AEE) na mesma rede da turma de escolarização, mensurado em minutos**	NU_DUR_AEE_MESMA_REDE	Tempo médio diário de permanência na turma de atendimento educacional especializado na mesma rede da turma de escolarização, mensurado em minutos*
NUM_DUR_AEE_OUTRAS_REDES	Tempo médio diário de permanência na turma de atendimento educacional especializado (AEE) em outras redes, mensurado em minutos**	NU_DUR_AEE_OUTRAS_REDES	Tempo médio diário de permanência na turma de atendimento educacional especializado em outras redes, mensurado em minutos*

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base nos microdados do Censo da Educação Básica/Inep (2014-2019).

Notas:

*Conferir as observações feitas na nota de rodapé nº 1.

** A descrição das variáveis foi reformulada, tendo em vista agregar mais informações.



META 7

INDICADOR 7A: IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{Indicador 7A} = \frac{\text{Taxa média de aprovação nos anos iniciais do ensino fundamental}}{\text{Proficiência média padronizada dos alunos do 5º ano do ensino fundamental nas avaliações do Saeb (Aneb/Prova Brasil)}}$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, municípios, escolas.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2007-2019.

INDICADOR 7B: IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{Indicador 7B} = \begin{array}{l} \text{Taxa média de aprovação} \\ \text{nos anos finais do ensino} \\ \text{fundamental} \end{array} \times \begin{array}{l} \text{Proficiência média padronizada} \\ \text{dos alunos do 9º ano do ensino} \\ \text{fundamental nas avaliações do Saeb} \\ \text{(Aneb/Prova Brasil)} \end{array}$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, municípios, escolas.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2007-2019.

INDICADOR 7C: IDEB DO ENSINO MÉDIO

Ideb do ensino médio.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{Indicador 7C} = \begin{array}{l} \text{Taxa média de aprovação} \\ \text{do ensino médio} \end{array} \times \begin{array}{l} \text{Proficiência média padronizada dos} \\ \text{alunos da 3ª série do ensino médio na} \\ \text{avaliação do Saeb (Aneb)} \end{array}$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2007-2019.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES 7A, 7B E 7C

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador sintético de qualidade educacional que combina informações do desempenho dos alunos em avaliações padronizadas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com informações sobre o rendimento escolar (taxa de aprovação) ao término do ano letivo, obtidas por meio do Censo da Educação Básica.

Com relação ao componente do desempenho escolar, o Ideb baseia-se nas proficiências médias dos alunos da educação básica obtidas nas avaliações do Saeb nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática, considerando as etapas de ensino – 5º e 9º anos (4ª e 8ª séries) do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio.¹ Com base nas proficiências médias obtidas, calcula-se uma proficiência padronizada para as duas disciplinas avaliadas, que varia em uma escala de 0 a 10.

A respeito do componente de rendimento escolar, são calculadas as taxas médias de aprovação das etapas de ensino – anos iniciais do EF, anos finais do EF e EM –, as quais são convertidas para um indicador de rendimento que varia de 0 a 1.

Realizados esses procedimentos, o Ideb é computado separadamente para cada etapa de ensino, por meio da multiplicação do indicador de desempenho escolar (proficiências médias padronizadas em Língua Portuguesa e em Matemática) e do indicador de rendimento escolar (taxa média de aprovação), resultando nos Indicadores 7A, 7B e 7C.²

PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DO INDICADOR

- Realiza-se o *download* das planilhas: (i) Taxa de aprovação, Nota Saeb, Ideb e Projeções até 2021 (anos iniciais do EF, anos finais do EF e ensino médio) – Brasil; (ii) Taxa de aprovação, Nota Saeb, Ideb e Projeções até 2021 (anos iniciais do EF, anos finais do EF e ensino médio) – unidades da Federação e regiões; e (iii) Taxa de aprovação, Nota Saeb, Ideb e Projeções até 2021 (anos iniciais do EF, anos finais do EF e ensino médio) – municípios, no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- Utilizam-se as variáveis: “Ideb 2005 (N x P)”, “Ideb 2007 (N x P)”, “Ideb 2009 (N x P)”, “Ideb 2011 (N x P)”, “Ideb 2013 (N x P)”, “Ideb 2015 (N x P)”, “Ideb 2017 (N x P)”, “Ideb 2019 (N x P)” e “Projeções”.

¹ A população-alvo do Saeb 2017, especificada na Portaria nº 447 Inep/MEC, de 24/05/2017, envolve: em caráter censitário, todos os alunos do 5º e 9º anos (4ª e 8ª séries) do EF e da 3ª ou 4ª série do EM das escolas públicas com pelo menos dez alunos matriculados em cada ano ou série avaliada; e, em caráter amostral, os alunos do 5º e 9º anos do EF e da 3ª ou 4ª série do EM de uma amostra de escolas privadas com pelo menos dez alunos matriculados em cada ano ou série avaliada

² Informações detalhadas sobre o Ideb podem ser obtidas na nota técnica disponível no Portal do Inep, em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>.



META 8

INDICADOR 8A: *ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE*

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{Total da população de 18 a 29 anos de idade}}$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c)/IBGE.

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Dado que o objetivo da Meta 8 é que os indivíduos entre 18 e 29 anos de idade completem 12 anos de estudo, o Indicador 8A expressa a média de anos de estudo da população dessa faixa etária.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

- Seleciona-se a população de 18 a 29 anos de idade (variável V2009).
- Ativa-se a expansão da amostra a partir da variável “Peso do domicílio e das pessoas” (variável V1028) na Pnad-c.
- Descreve-se a média da variável “Anos de estudo” (variável VD3005) de modo a obter a escolaridade média, segundo a fórmula acima descrita para o Indicador 8A.
- A variável “Grandes regiões” é composta a partir da variável “Unidade da Federação” (UF).

INDICADOR 8B: ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE RESIDENTE NA ÁREA RURAL

FÓRMULA DE CÁLCULO

Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade residentes no campo

População de 18 a 29 anos de idade residente no campo

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c).

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Sabendo que a Meta 8 tem como objetivo garantir que a população de 18 a 29 anos residente no campo alcance, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, o Indicador 8B expressa a média de anos de estudo da população dessa faixa etária em que a situação de domicílio (V1022) é rural, conforme designação da Pnad-c.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

- Seleciona-se a população residente no campo a partir da variável “Situação de Domicílio” (variável V1022=2).
- Seleciona-se a população de 18 a 29 anos de idade residente nas áreas rurais (V2009).
- Ativa-se a expansão da amostra a partir da variável “Peso do domicílio e das pessoas” (variável V1028).

- Obtém-se a escolaridade média da população em que a situação de domicílio era rural, segundo a fórmula acima descrita para o Indicador 8B.
- Realizam-se desagregações para a população do campo por unidades da Federação e grandes regiões.
- Para fins de comparação, procede-se também à análise da população de 18 a 29 anos de idade residente nas áreas urbanas (variável V1022=1).

INDICADOR 8C: ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS DE IDADE PERTENCENTE AOS 25% MAIS POBRES (RENDA DOMICILIAR PER CAPITA)

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo das pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos de idade pertencentes aos 25% mais pobres}}{\text{População de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres}}$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) – Suplemento de Educação.

SÉRIE HISTÓRICA

2016 a 2019.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O Indicador 8C expressa a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade pertencente ao primeiro quartil de renda domiciliar *per capita*, ou seja, aos 25% mais pobres. A variável selecionada para a definição dos grupos de renda é a VDI5008, que expressa o “Rendimento domiciliar *per capita*” (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico (variável com imputação para moradores de domicílios que estão nas entrevistas 2, 3 ou 4).

A variável “25% mais pobres” é construída de forma separada para o nível Brasil, para as grandes regiões e por unidades da Federação. Desse modo, os casos que integram os “25% mais pobres”, quando se considera a renda nacional, são elaborados a partir dos quartis de renda em nível Brasil; os que integram os “25% mais pobres” de uma região redundam do cálculo dos quartis da região em particular; o mesmo ocorre em relação às unidades da Federação, para as quais foram calculados 27 quartis de renda distintos, isto é, tomando cada UF como unidade de análise específica.

Os dados sobre rendimento domiciliar *per capita* na Pnad-c somente estão disponíveis no Suplemento de Educação, que é divulgado anualmente, a partir de 2016. Como os dados mais

atuais disponíveis na data de finalização deste relatório eram relativos ao ano de 2019, a série apresentada se estende até esse ano.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

- Ativa-se a expansão da amostra a partir da variável V1028 “Peso do domicílio e das pessoas”.
- Realiza-se a análise descritiva da variável “Rendimento domiciliar *per capita*” (VDI5008) para obtenção dos quartis de renda em cada ano e cria-se a variável “25% mais pobres”, em nível Brasil.
- Seleciona-se a população de 18 a 29 anos de idade e calcula-se a média da variável “Anos de estudo” (VD3005) para o nível Brasil, segundo a fórmula acima descrita para o Indicador 8C.
- Cria-se a variável “Grandes regiões” a partir da variável “Unidade da Federação”.
- Realiza-se a análise descritiva da variável “Rendimento domiciliar *per capita*” (VDI5008) para obtenção dos quartis de renda em cada ano e cria-se a variável “25% mais pobres”, em nível de grandes regiões.
- Seleciona-se a população de 18 a 29 anos de idade e calcula-se a média da variável “Anos de estudo” (VD3005) para cada uma das grandes regiões, segundo a fórmula acima descrita para o Indicador 8C.
- Realiza-se a análise descritiva da variável “Rendimento domiciliar *per capita*” (VDI5008) para obtenção dos quartis de renda em cada ano e cria-se a variável “25% mais pobres”, em nível de unidades da Federação.
- Seleciona-se a população de 18 a 29 anos de idade e calcula-se a média da variável “Anos de estudo” (VD3005) para cada uma das unidades da Federação, segundo a fórmula acima descrita para o Indicador 8C.
- O cálculo do indicador para os 25% mais ricos segue procedimento similar, com a diferença de que seleciona o quartil de renda superior.

INDICADOR 8D: RAZÃO ENTRE A ESCOLARIDADE MÉDIA DE NEGROS E NÃO NEGROS NA FAIXA ETÁRIA DE 18 A 29 ANOS

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\left(\frac{\frac{\text{Soma dos anos de estudo de negros (pretos e pardos) na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{População de negros (pretos e pardos) de 18 a 29 anos de idade}}}{\frac{\text{Soma dos anos de estudo de não negros (brancos e amarelos) na faixa etária de 18 a 29 anos de idade}}{\text{População de não negros brancos e amarelos de 18 a 29 anos de idade}}} \right) \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c).

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O Indicador 8D representa a razão (expressa como um percentual) entre a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos negra (pretos e pardos) e a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos não negra (brancos e amarelos). Quanto mais próximo de 100% for o resultado, maior a igualdade entre a média de anos de estudo de negros e não negros.

Na presente construção do Indicador 8D, os negros agrupam pretos e pardos, já os não negros incluem brancos e amarelos.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

- Criam-se as categorias “negros” e “não negros” a partir da variável “Cor ou raça” (V2010). Isso é feito agregando “pretos” e “pardos” na categoria “negros” e “brancos” e “amarelos” na categoria “não negros”.
- Seleciona-se a população de 18 a 29 anos de idade (V2009).
- Ativa-se a expansão da amostra a partir da variável V1028 “Peso do domicílio e das pessoas”.
- Seleciona-se o grupo englobado na categoria “negros” e descreve-se a escolaridade média.
- Seleciona-se o grupo englobado na categoria “não-negros” e descreve-se a escolaridade média.
- Obtém-se a razão, em percentual, entre a escolaridade dos referidos grupos, de acordo com a fórmula acima.
- Realizam-se os cálculos acima a partir das desagregações por unidades da Federação e grandes regiões.

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C (2º TRIMESTRE DE CADA ANO E SUPLEMENTO ANUAL DE EDUCAÇÃO) UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES 8A, 8B, 8C E 8D

(continua)

Código	Descrição	Categorias	Descrição das categorias
Ano	Ano de referência	Ano	Ano de referência da Pnad-c
UF	Unidade da Federação	11	Rondônia
		12	Acre
		13	Amazonas
		14	Roraima
		15	Pará
		16	Amapá
		17	Tocantins
		21	Maranhão
		22	Piauí
		23	Ceará
		24	Rio Grande do Norte
		25	Paraíba
		26	Pernambuco
		27	Alagoas
		28	Sergipe
		29	Bahia
		31	Minas Gerais
		32	Espírito Santo
		33	Rio de Janeiro
		35	São Paulo
		41	Paraná
		42	Santa Catarina
		43	Rio Grande do Sul
50	Mato Grosso do Sul		
51	Mato Grosso		
52	Goiás		
53	Distrito Federal		

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C (2º TRIMESTRE DE CADA ANO E SUPLEMENTO ANUAL DE EDUCAÇÃO) UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES 8A, 8B, 8C E 8D

(continuação)

Código	Descrição	Categorias	Descrição das categorias
Ano	Ano de referência	Ano	Ano de referência da Pnad-c
V1028	Peso do domicílio e das pessoas	6 dígitos e 8 casas decimais	Peso trimestral com correção de não entrevista com pós estratificação pela projeção de população
V1022	Situação do domicílio	1	Urbana
		2	Rural
V2007	Sexo	1	Homem
		2	Mulher
V2009	Idade do morador na data de referência	0 a 130	Idade (em anos)
V2010	Cor ou raça	1	Branca
		2	Preta
		3	Amarela
		4	Parda
		5	Indígena
		9	Ignorado
VD3005	Anos de estudo (pessoas de 5 anos ou mais de idade) padronizado para o ensino fundamental – sistema de 9 anos	00	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo
		01	1 ano de estudo
		02	2 anos de estudo
		03	3 anos de estudo
		04	4 anos de estudo
		05	5 anos de estudo
		06	6 anos de estudo
		07	7 anos de estudo
		08	8 anos de estudo
		09	9 anos de estudo
		10	10 anos de estudo
		11	11 anos de estudo
		12	12 anos de estudo
		13	13 anos de estudo
		14	14 anos de estudo
		15	15 anos ou mais de estudo
		16	16 anos ou mais de estudo
			Não aplicável

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C (2º TRIMESTRE DE CADA ANO E SUPLEMENTO ANUAL DE EDUCAÇÃO) UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES 8A, 8B, 8C E 8D

(conclusão)

Código	Descrição	Categorias	Descrição das categorias
Ano	Ano de referência	Ano	Ano de referência da Pnad-c
VDI5008	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico (variável com imputação para moradores de domicílios que estão nas entrevistas 2, 3 ou 4)	Valor	R\$
			Não aplicável
		99999999	Ignorado

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Suplemento Educação da Pnad-c/IBGE.



META 9

INDICADOR 9A: TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{População com 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever}}{\text{Total da população com 15 anos ou mais de idade}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação (UFs).

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c/IBGE).

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O Indicador 9A representa a proporção dos indivíduos com 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever em relação à população total dessa faixa etária. Esse indicador é calculado com base em informações declaratórias, fornecidas pela pessoa entrevistada. De acordo com o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analfabeta é a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples. Dessa maneira, o Indicador 9A não avalia a capacidade do indivíduo de utilizar a leitura e a escrita, uma vez que as informações que subsidiam seu cálculo não são baseadas em testes educacionais que mensuram o nível de proficiência da pessoa nessas habilidades. Para a desagregação por renda domiciliar *per capita*, foi utilizado o Suplemento Anual de Educação na Pnad-c, para os anos de 2016 a 2019, visto que essa informação está disponível apenas para esses anos.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 9A UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DA PNAD-C DE 2012 A 2021

- Selecionam-se os indivíduos com 15 anos ou mais de idade (V2009≥15).
- Faz-se a expansão da amostra da Pnad-c utilizando o peso (pós-estratificação) calculado pelo IBGE (V1028).
- Usa-se a variável “saber ler e escrever” (V3001=1), de modo a calcular a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (V2009≥15), conforme a fórmula de cálculo do Indicador 9A.
- Por fim, são feitas as desagregações: unidades da Federação (UFs); sexo (V2007); raça/cor (V2010); situação do domicílio – urbano ou rural (V1022); e renda domiciliar *per capita* (VDI5008), nesse caso, apenas para os anos de 2016 a 2019, com base no Suplemento Anual de Educação na Pnad-c.
- O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas nesse cálculo..

INDICADOR 9B: TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{População de 15 anos ou mais de idade que não concluiu os anos iniciais do ensino fundamental ou não sabe ler/escrever}}{\text{Total da população com 15 anos ou mais de idade}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação (UFs).

FONTE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c/IBGE).

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O Indicador 9B representa a proporção dos indivíduos com 15 anos ou mais de idade que não concluíram os anos iniciais do ensino fundamental em relação à população total dessa faixa etária. O indicador abrange também os indivíduos que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental, mas que, porventura, não sabem ler e escrever. Tradicionalmente, o conceito de analfabetismo funcional adotado pelo IBGE considera analfabetas funcionais as pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo. No entanto, com base nas novas definições do IBGE, neste relatório, devido à implantação da Pnad-c, considera-se analfabeta funcional a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de cinco anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 9B UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DA PNAD-C

- Constrói-se o Indicador 9B por meio do numerador, dado pelos indivíduos que não sabem ler e escrever (V3001=2) e pelos indivíduos que têm menos de cinco anos de estudo completos (VD3005<05), e do denominador, composto pelo total da população com 15 anos ou mais de idade (V2009≥15).
- Faz-se a expansão da amostra da Pnad-c utilizando o peso calculado pelo IBGE (V1028).
- Calcula-se a taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade por meio da fórmula do Indicador 9B.
- Por fim, são feitas as desagregações: unidades da Federação (UFs); sexo (V2007); raça/cor (V2010); situação do domicílio – urbano ou rural (V1022); e renda domiciliar *per capita* (VDI5008), nesse caso, mediante o Suplemento Anual de Educação na Pnad-c de 2016 a 2019.
- O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas nesse cálculo.

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES 9A E 9B

(continua)

Código da variável	Nome da variável e categorias
UF	Unidade da Federação
V1028	Peso do domicílio e das pessoas
V2009	Idade do morador
V3001	Sabe ler e escrever: 1- Sim 2- Não
VD3005	Anos de estudo: 00- Sem instrução e menos de 1 ano de estudo 01- 1 ano de estudo

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD-C UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES 9A E 9B

(conclusão)

Código da variável	Nome da variável e categorias
VD3005	02- 2 anos de estudo 03- 3 anos de estudo 04- 4 anos de estudo 05- 5 anos de estudo 06- 6 anos de estudo 07- 7 anos de estudo 08- 8 anos de estudo 09- 9 anos de estudo 10- 10 anos de estudo 11- 11 anos de estudo 12- 12 anos de estudo 13- 13 anos de estudo 14- 14 anos de estudo 15- 15 anos ou mais de estudo
V2009	Idade do morador
V2007	Sexo: 2- Masculino 4- Feminino
V2010	Raça/Cor: 1- Branca 2- Preta 3- Amarela 4- Parda 5- Indígena 9- Ignorado
V1022	Código da condição censitária: 1- Urbana 2- Rural
VDI5008	Rendimento (efetivo) domiciliar per capita (Suplemento Anual de Educação)

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad-c/IBGE (2012-2021).



META 10

INDICADOR 10A: PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Matrículas da educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio integrada à educação profissional}}{\text{Total de matrículas da educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica.

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O indicador representa a proporção de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional de nível fundamental e médio em relação ao total de matrículas da educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

Tratamento das variáveis do Censo da Educação Básica para o período 2013-2014: Para a contabilização das matrículas referentes ao Indicador 10A, utiliza-se a variável do Censo da Educação Básica que possibilita conhecer o quantitativo de matrículas nas diferentes etapas da educação básica. Essa variável é denominada FK_COD_ETAPA_ENSINO, para os anos de 2013 a 2014, e, a partir de 2015, passou a ser chamada de TP_ETAPA_ENSINO. O Quadro 1 apresenta as etapas de ensino consideradas para contabilizar as matrículas da educação de jovens e adultos, assim como as variáveis que permitem as análises desagregadas e suas respectivas categorias. Feita essa ressalva, os procedimentos para o cálculo do indicador relativo a esse período são os seguintes:

- • Seleccionam-se todas as matrículas categorizadas como educação de jovens e adultos (TP_ETAPA_ENSINO), segundo categorias explicitadas no Quadro 1.
- Seleccionam-se as matrículas da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional (TP_ETAPA_ENSINO), segundo categorias explicitadas no Quadro 1 (integradas).
- Aplica-se a fórmula de cálculo definida para o Indicador 10A.
- Por fim, são feitas as desagregações: grandes regiões e unidades da Federação (CO_UF); localização da escola – urbana ou rural (TP_LOCALIZAÇÃO); dependência administrativa (TP_DEPENDENCIA); sexo (TP_SEXO); idade (NU_IDADE); e raça/cor (TP_COR_RACA).

Tratamento das variáveis do Censo da Educação Básica para o período 2015-2019: – Para o cálculo das matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional de nível fundamental e médio, utilizam-se as seguintes variáveis do Censo da Educação Básica: IN_EJA, que indica as matrículas na modalidade educação de jovens e adultos, e TP_ETAPA_ENSINO, que indica aquelas integradas à educação profissional, no caso. Com essa ressalva, os procedimentos para o cálculo do indicador relativo a esse período são os seguintes:

- • Seleccionam-se todas as matrículas da variável IN_EJA, que aglutina as etapas da modalidade EJA, explicitadas no Quadro 1.
- Seleccionam-se das matrículas da educação de jovens e adultos (IN_EJA) aquelas integradas à educação profissional (TP_ETAPA_ENSINO), segundo categorias explicitadas no Quadro 1.
- Aplica-se a fórmula de cálculo definida para o Indicador 10A.
- Por fim, são feitas as desagregações: etapas – ensino fundamental e ensino médio (TP_ETAPA_ENSINO); grandes regiões (CO_REGIAO) e unidades da Federação (CO_UF); localização da escola – urbana ou rural (TP_LOCALIZAÇÃO); dependência administrativa (TP_DEPENDENCIA); sexo (TP_SEXO); faixa etária (NU_IDADE); e cor/raça (TP_COR_RACA).

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 10A E SUAS RESPECTIVAS DESAGREGAÇÕES

(continua)

Tipos de matrículas de educação de jovens e adultos	2013-2014		2015-2018		2019-2021	
	FK_COD_ETAPA_ENSINO	TP_ETAPA_ENSINO	FK_COD_ETAPA_ENSINO	TP_ETAPA_ENSINO	FK_COD_ETAPA_ENSINO	TP_ETAPA_ENSINO
Integradas	60 – EJA – Presencial – Integrada à educação profissional de nível fundamental – FIC	65 – EJA – Ensino fundamental – Projovem Urbano	67 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível médio	67 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível médio	67 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível médio	67 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível médio
	61 – EJA – Semipresencial – Integrada à educação profissional de nível fundamental – FIC	67 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível médio	73 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível fundamental (EJA integrada à educação profissional de nível fundamental)	73 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível fundamental (EJA integrada à educação profissional de nível fundamental)	73 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível fundamental (EJA integrada à educação profissional de nível fundamental)	73 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível fundamental (EJA integrada à educação profissional de nível fundamental)
	62 – EJA – Presencial – Integrada à educação profissional de nível médio	73 – Curso FIC integrado na modalidade EJA – Nível fundamental (EJA integrada à educação profissional de nível fundamental)	74 – Curso técnico integrado na modalidade EJA (EJA integrada à educação profissional de nível médio)	74 – Curso técnico integrado na modalidade EJA (EJA integrada à educação profissional de nível médio)	74 – Curso técnico integrado na modalidade EJA (EJA integrada à educação profissional de nível médio)	74 – Curso técnico integrado na modalidade EJA (EJA integrada à educação profissional de nível médio)
	63 – EJA – Semipresencial – Integrada à educação profissional de nível médio	74 – Curso técnico integrado na modalidade EJA (EJA integrada à educação profissional de nível médio)				
	65 – EJA – Presencial – Ensino fundamental Projovem Urbano					
Não integradas	43 – EJA – Presencial – Ensino fundamental anos iniciais	69 – EJA – Ensino fundamental – Anos iniciais	69 – EJA – Ensino fundamental – Anos iniciais	69 – EJA – Ensino fundamental – Anos iniciais	69 – EJA – Ensino fundamental – Anos iniciais	69 – EJA – Ensino fundamental – Anos iniciais
	44 – EJA – Presencial – Ensino fundamental anos finais	70 – EJA – Ensino fundamental – Anos finais	70 – EJA – Ensino fundamental – Anos finais	70 – EJA – Ensino fundamental – Anos finais	70 – EJA – Ensino fundamental – Anos finais	70 – EJA – Ensino fundamental – Anos finais
	45 – EJA – Presencial – Ensino médio	71 – EJA – Ensino médio	71 – EJA – Ensino médio	71 – EJA – Ensino médio	71 – EJA – Ensino médio	71 – EJA – Ensino médio
	46 – EJA – Semipresencial – Ensino fundamental anos iniciais					
47 – EJA – Semipresencial – Ensino fundamental anos finais						
48 – EJA – Semipresencial – Ensino médio						

QUADRO1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 10A E SUAS RESPECTIVAS DESAGREGAÇÕES
(conclusão)

		Desagregações	
		2013-2014	2019
FK_COD_ESTADO_ESCOLA	CO-UF	2015-2018	2019
Variável numérica que contém os 27 códigos de UF do IBGE	Variável numérica que contém os 27 códigos de UF do IBGE	Variável numérica que contém os 27 códigos de UF do IBGE	Variável numérica que contém os 27 códigos de UF do IBGE
ID_LOCALIZACAO_ESC	TP_LOCALIZACAO	TP_LOCALIZACAO	TP_LOCALIZACAO
1 – Urbana	1 – Urbana	1 – Urbana	1 – Urbana
2 – Rural	2 – Rural	2 – Rural	2 – Rural
ID_DEPENDENCIA_ADM_ESC	TP_DEPENDENCIA	TP_DEPENDENCIA	TP_DEPENDENCIA
1 – Federal	1 – Federal	1 – Federal	1 – Federal
2 – Estadual	2 – Estadual	2 – Estadual	2 – Estadual
3 – Municipal	3 – Municipal	3 – Municipal	3 – Municipal
4 – Privada	4 – Privada	4 – Privada	4 – Privada
TP_SEXO	TP_SEXO	TP_SEXO	TP_SEXO
1 – Masculino	1 – Masculino	1 – Masculino	1 – Masculino
2 – Feminino	2 – Feminino	2 – Feminino	2 – Feminino
NUM_IDADE	NU_IDADE	NU_IDADE	NU_IDADE
Variável numérica (idade em anos completos)	Idade calculada pelo ano de nascimento do aluno	Idade calculada pelo ano de nascimento do aluno	Idade calculada pelo ano de nascimento do aluno
TP_COR_RACA	TP_COR_RACA	TP_COR_RACA	TP_COR_RACA
0 – Não declarada	0 – Não declarada	0 – Não declarada	0 – Não declarada
1 – Branca	1 – Branca	1 – Branca	1 – Branca
2 – Preta	2 – Preta	2 – Preta	2 – Preta
3 – Parda	3 – Parda	3 – Parda	3 – Parda
4 – Amarela	4 – Amarela	4 – Amarela	4 – Amarela
5 – Indígena	5 – Indígena	5 – Indígena	5 – Indígena

Fonte: Elaborado por Dired/mep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/mep (2013-2021).



META 11

INDICADOR 11A: *NÚMERO ABSOLUTO DE MATRÍCULAS EM EPT DE NÍVEL MÉDIO*

FÓRMULA DE CÁLCULO

Matrículas de educação profissional técnica de nível médio

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O Indicador 11A representa o número total de matrículas na educação profissional técnica (EPT) de nível médio. Para aferi-las, é utilizada apenas a variável do Censo da Educação Básica que informa o quantitativo de matrículas de educação profissional nas diferentes etapas da educação básica. Essa variável é denominada “FK_COD_ETAPA_ENSINO”, para os anos de 2013

e 2014, e “TP_ETAPA_ENSINO”, a partir do ano de 2015, quando o Censo da Educação Básica alterou a nomenclatura de suas variáveis.

O Quadro 1 apresenta em detalhes tanto as etapas de ensino consideradas para contabilizar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio quanto as variáveis que permitem as análises desagregadas e suas respectivas categorias.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 11A, UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2015:

- Selecionam-se todas as matrículas (variável “TP_ETAPA_ENSINO”) categorizadas como “educação profissional técnica de nível médio”, segundo categorias explicitadas no Quadro 1.
- Aplica-se a fórmula de cálculo definida para o Indicador 11A.
- Por fim, são feitas as desagregações: grandes regiões e unidades da Federação (CO_UF); localização da escola – urbana ou rural (TP_LOCALIZAÇÃO); dependência administrativa (TP_DEPENDÊNCIA); sexo (TP_SEXO); idade (NU_IDADE); e raça/cor (TP_COR-RACA).

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2013-2014 E 2015-2019) UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 11A

(continua)

Etapas de ensino da educação profissional	
2013-2014	2015-2019
FK_COD_ETAPA_ENSINO	TP_ETAPA DE ENSINO
30 – Ensino Médio – Integrado 1ª Série	30 – Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 1ª Série
31 – Ensino Médio – Integrado 2ª Série	31 – Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 2ª Série
32 – Ensino Médio – Integrado 3ª Série	32 – Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 3ª Série
33 – Ensino Médio – Integrado 4ª Série	33 – Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 4ª Série
34 – Ensino Médio – Integrado Não Seriado	34 – Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) Não Seriado.
35 – Ensino Médio – Normal/Magistério 1ª Série	35 – Ensino Médio – Normal/Magistério 1ª Série
36 – Ensino Médio – Normal/Magistério 2ª Série	36 – Ensino Médio – Normal/Magistério 2ª Série
37 – Ensino Médio – Normal/Magistério 3ª Série	37 – Ensino Médio – Normal/Magistério 3ª Série
38 – Ensino Médio – Normal/Magistério 4ª Série	38 – Ensino Médio – Normal/Magistério 4ª Série
39 – Educação Profissional (Concomitante)	39 – Curso Técnico – Concomitante

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2013-2014 E 2015-2019) UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 11A

(conclusão)

Etapas de ensino da educação profissional	
2013-2014	2015-2019
FK_COD_ETAPA_ENSINO	TP_ETAPA DE ENSINO
40 – Educação Profissional (Subsequente)	40 – Curso Técnico – Subsequente
62 – EJA – Presencial – Integrado à Ed. Profissional de Nível Médio	74 – Curso Técnico Integrado na Modalidade EJA (EJA integrada à Educação Profissional de Nível Médio)
63 – EJA – Semipresencial – Integrado à Ed. Profissional de Nível Médio	

Desagregações	
2013-2014	2015-2019
FK_COD_ESTADO_ESCOLA(1)	CO_UF(1)
Variável numérica que contém os 27 códigos de UF do IBGE	Variável numérica que contém os 27 códigos de UF do IBGE
ID_LOCALIZACAO_ESC	TP_LOCALIZACAO
1 – Urbana	1 – Urbana
2 – Rural	2 – Rural
ID_DEPENDENCIA_ADM_ESC	TP_DEPENDENCIA
1 – Federal	1 – Federal
2 – Estadual	2 – Estadual
3 – Municipal	3 – Municipal
4 – Privada	4 – Privada
TP_SEXO	TP_SEXO
1 – Masculino	1 – Masculino
2 – Feminino	2 – Feminino
NUM_IDADE	NU_IDADE
Variável numérica (idade em anos completos)	Variável numérica (idade em anos completos)
TP_COR_RACA (2)	TP_COR_RACA(2)
0 – Não declarada	0 – Não declarada
1 – Branca	1 – Branca
2 – Preta	2 – Preta
3 – Parda	3 – Parda
4 – Amarela	4 – Amarela
5 – Indígena	5 – Indígena

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em Censo Escolar da Educação Básica/INEP (2013-2019).

INDICADOR 11B: PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DA EPT DE NÍVEL MÉDIO

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Expansão}_{\text{pública}}}{\text{Expansão}_{\text{Total}}} = \frac{(\text{Matrículas}_{\text{Ano}} - \text{Matrículas}_{2013})_{\text{pública}}}{(\text{Matrículas}_{\text{Ano}} - \text{Matrículas}_{2013})_{\text{Total}}} \times 100 [\%]$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo da Educação Básica.

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O Indicador 11B representa a proporção de matrículas no segmento público no total da expansão das matrículas na educação profissional técnica (EPT) de nível médio.

Para aferi-las, calculam-se a expansão das matrículas na EPT de nível médio entre 2013 (ano referência para o monitoramento) e 2021 e a expansão das matrículas na EPT de nível médio no segmento público entre os anos de 2013 e 2021.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 11B, UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2013-2021:

- Calcula-se a expansão das matrículas na educação profissional técnica de nível médio, subtraindo-se o total de matrículas de EPT de nível médio, no ano 2013, do total de matrículas de EPT de nível médio no ano 2021.
- Calcula-se a expansão das matrículas no segmento público, subtraindo-se o total de matrículas na EPT de nível médio no segmento público, no ano 2013, do total de matrículas na EPT de nível médio no segmento público no ano 2021.
- Divide-se o total da expansão das matrículas na EPT de nível médio no segmento público pelo total da expansão das matrículas na EPT de nível médio.
- As etapas que foram consideradas no cálculo do Indicador 11B são as mesmas do Indicador 11A.

CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA

O Indicador 11B só é definido para os casos em que for registrada a expansão (positiva) de matrículas.

INDICADOR 11C: EXPANSÃO ACUMULADA DA EPT DE NÍVEL MÉDIO PÚBLICA

Ao considerar a possibilidade de retração no número total de matrículas (que impede o cálculo do Indicador 11B), é interessante que se monitore, também, a expansão das matrículas exclusivamente no segmento público.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\left(\frac{(\text{Matrículas}_{\text{Ano}} - \text{Matrículas}_{2013})_{\text{pública}}}{\text{Matrículas}_{2013}_{\text{pública}}} - 1 \right) \times 100 [\%]$$

Em ambos os casos (Indicadores 11B e 11C), resultados negativos configuram retração das matrículas no segmento público.



META 12

INDICADOR 12A: TAXA BRUTA DE MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO (TBM)

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Total da população que frequenta cursos de graduação}}{\text{Total da população de 18 a 24 anos de idade}} \times 100$$

INDICADOR 12B: TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (TLE)

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação}}{\text{Total da população de 18 a 24 anos de idade}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA DOS INDICADORES 12A E 12B

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE DE DADOS DOS INDICADORES 12A E 12B

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

SÉRIE HISTÓRICA DOS INDICADORES 12A E 12B

2012-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES 12A E 12B

Os Indicadores 12A e 12B são taxas de cobertura populacional dos cursos de graduação no Brasil, ou seja, retratam o quanto que a educação superior no nível de graduação é inclusiva em relação ao tamanho da população na idade de referência para cursar esse nível de ensino, definida pelo PNE como a faixa etária de 18 a 24 anos. Apesar das similaridades, há importantes diferenças entre os indicadores.

O Indicador 12A (TBM) é calculado pela razão (expressa como percentual) entre o quantitativo de pessoas de qualquer idade que frequenta cursos de graduação e o total de pessoas entre 18 e 24 anos. Esse indicador tem como propósito demonstrar a capacidade de oferta do sistema de ensino em relação à faixa etária considerada como adequada para cursá-lo. Por esse motivo, o numerador contempla todas as pessoas que frequentam esse nível de ensino, independentemente da idade, enquanto o denominador inclui toda a população na idade de referência.

Já o Indicador 12B (TLE) representa o percentual da população de 18 a 24 anos que teve acesso aos cursos de graduação. A TLE é, portanto, um indicador do acesso da população de 18 a 24 anos à educação superior. Por esse motivo, além das pessoas que frequentam a graduação, são incluídas também aquelas que já concluíram esse nível de ensino, dentro da faixa etária de referência. As pessoas que concluíram a graduação já tiveram o acesso a esse nível de ensino garantido.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 12A

- Faz-se a expansão da amostra da Pnad Contínua utilizando o peso calculado pelo IBGE (V1028).
- Calcula-se o total de indivíduos com idade entre 18 e 24 anos (V2009 >=18 & V2009<=24).
- Calcula-se o total de indivíduos que declararam frequentar cursos de graduação (para os anos de 2012 a 2015: V3003=07; para os anos de 2016 a 2019: V3003A=08).
- Divide-se o total de indivíduos que declararam frequentar cursos de graduação pelo total de indivíduos com idade entre 18 e 24 anos.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 12B

- Faz-se a expansão da amostra da Pnad Contínua utilizando o peso calculado pelo IBGE (V1028).
- Seleciona-se o total de indivíduos com idade entre 18 e 24 anos (V2009>= 18 & V2009 <= 24).

- Calcula-se o percentual desses indivíduos que declararam frequentar ou já ter concluído cursos de graduação:
 - a. Para os anos de 2012 a 2015: (V3003=07 ou V3003=08 ou V3003=09) ou (V3009=11 ou V3009=12) ou (V3009=10, se V3014=1).
 - b. Para os anos de 2016 a 2019: (V3003A=08 ou V3003A=09 ou V3003A=10 ou V3003A=11) ou (V3009A=13 ou V3009A=14 ou V3009A=15) ou (V3009A=12, se V3014=1).

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PNAD CONTÍNUA 2012-2021 UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES 12A E 12B

Código da variável	Nome da variável e categorias
V1028	PESO DO DOMICÍLIO E DAS PESSOAS.
UF	UNIDADE DA FEDERAÇÃO.
V2009	IDADE DO MORADOR NA DATA DE REFERÊNCIA.
V3002A (2016 a 2019)	REDE DE ENSINO: 1 – Privada; 2 – Pública.
V3003 (2012 a 2015)	CURSO QUE FREQUENTA: 07 – Superior – graduação; 08 – Mestrado; 09 – Doutorado.
V3003A (2016 a 2019)	CURSO QUE FREQUENTA: 08 – Superior – graduação; 09 – Especialização de nível superior; 10 – Mestrado; 11 – Doutorado.
V3009 (2012 a 2015)	CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE: 10 – Superior – graduação; 11 – Mestrado; 12 – Doutorado.
V3009A (2016 a 2019)	CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE: 12 – Superior – graduação; 13 – Especialização de nível superior; 14 – Mestrado; 15 – Doutorado.
V3014	CONCLUIU ESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE: 1 – Sim.
V2007	SEXO: 1 – Homem; 2 – Mulher.
V2010	COR/RAÇA: 1 – Branca; 2 – Preta; 3 – Amarela; 4 – Parda; 5 – Indígena; 9 – Ignorado.

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).

INDICADOR 12C: PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DE MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Variação das matrículas em cursos de graduação de IES públicas}}{\text{Variação total das matrículas em cursos de graduação}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA DO INDICADOR 12C

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE DE DADOS DO INDICADOR 12C

Base de cursos, alunos e locais de oferta do Censo da Educação Superior (CES)/Deed/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2020.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR 12C

O indicador representa a participação percentual das IES públicas na expansão total das matrículas em cursos de graduação em relação ao ano de 2012, referência inicial para o monitoramento da Meta 12.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 12C

- Cálculo da variação de matrículas entre os anos de 2012 e 2020:
 - Na base de cursos do CES, selecionam-se apenas os cursos que apresentam valor igual a 1 para a variável TP_NIVEL_ACADEMICO (cursos de graduação). Utiliza-se então a variável QT_MATRICULA_TOTAL (2017 e 2018) para realizar o somatório total de matrículas.
 - Para cada um dos anos entre 2013 e 2020, subtrai-se do valor das matrículas totais o valor das matrículas de 2012.
- Cálculo da variação de matrículas no segmento público entre os anos de 2012 e 2020:
 - Na base de cursos, selecionam-se apenas os cursos com valores da variável TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA = 1 ou 2 ou 3 ou 7 (instituições públicas) e TP_NIVEL_ACADEMICO = 1 (cursos de graduação).
 - Para cada um dos anos entre 2013 e 2020, subtrai-se do valor das matrículas públicas o valor das matrículas públicas de 2012.
- Divide-se a variação das matrículas no segmento público pela variação das matrículas totais.
- Para a desagregação por UF e região, é necessário utilizar a base de alunos e a base de locais de oferta no caso dos cursos de ensino a distância (EaD). Nesses casos, selecionam-se os alunos que estão matriculados em cursos EAD (TP_MODALIDADE_ENSINO=2 & IN_MATRICULA=1) e obtém-se o local da oferta do polo de apoio presencial por meio da junção da base de alunos com a base de local de oferta. Entre os anos de 2012 e 2019, essa junção é feita por meio da variável CO_CURSO_POLO; no ano de 2020, pela variável CO_LOCAL_OFERTA. Soma-se então a variável IN_MATRICULA, agrupando-se pela região de oferta e/ou por outras variáveis para as quais se queira apresentar as desagregações

QUADRO 3

LISTA DE VARIÁVEIS DO CES 2012-2020 UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 12C

Base do CES	Código da variável	Nome da variável e categorias
CURSOS E ALUNOS	TP_NIVEL_ACADEMICO	CÓDIGO DO NÍVEL ACADÊMICO DO CURSO: 1 – Graduação.
CURSOS E ALUNOS	TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA	CÓDIGO DA CATEGORIA ADMINISTRATIVA: 1 – Pública federal; 2 – Pública estadual; 3 – Pública municipal; 4 – Privada com fins lucrativos; 5 – Privada sem fins lucrativos; 7 – Especial.
CURSOS E ALUNOS	QT_MATRICULA_TOTAL	QUANTIDADE DE MATRÍCULAS NO CURSO.
ALUNOS	IN_MATRICULA	INDICADOR DE SITUAÇÃO DE MATRÍCULA ATIVA DO ALUNO: Matriculado: 1.
ALUNOS E LOCAIS DE OFERTA	CO_CURSO_POLO	CÓDIGO IDENTIFICADOR DO POLO DE APOIO PRESENCIAL DOS CURSOS EAD.
ALUNOS E LOCAIS DE OFERTA	CO_LOCAL_DE_OFERTA	CÓDIGO IDENTIFICADOR DOS LOCAIS DE OFERTA DOS CURSOS E POLOS DE APOIO PRESENCIAIS.
CURSOS E LOCAIS DE OFERTA	NO_REGIAO	NOME DA REGIÃO GEOGRÁFICA DO CURSO OU DO LOCAL DE OFERTA DO POLO DE APOIO.
CURSOS E LOCAIS DE OFERTA	CO_UF	CÓDIGO DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO CURSO OU DO LOCAL DE OFERTA DO POLO DE APOIO.
CURSOS E LOCAIS DE OFERTA	TP_MODALIDADE_ENSINO	CÓDIGO DA MODALIDADE DE ENSINO: 1 – Presencial; 2 – Educação a distância.

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep.



META 13

INDICADOR 13A : *PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM MESTRADO OU DOUTORADO*

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{número de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado}}{\text{número total de docentes da educação superior}} \times 100$$

INDICADOR 13B: *PERCENTUAL DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM DOUTORADO*

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{número de docentes da educação superior com doutorado}}{\text{número total de docentes da educação superior}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Base de docentes do Censo da Educação Superior/Deed/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2020.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES 13A E 13B

Os Indicadores 13A e 13B correspondem, respectivamente, ao percentual de docentes com mestrado ou doutorado e ao percentual de docentes com doutorado em efetivo exercício nas instituições de ensino superior (IES) que respondem ao Censo da Educação Superior (CES). Para a reprodutibilidade e a adequada compreensão dos resultados dos cálculos dos indicadores 13A e 13B, três decisões metodológicas são explicitadas: i. a definição da série histórica; ii. a utilização do filtro relativo à situação do vínculo docente em relação à IES; e iii. a escolha entre trabalhar com docentes ou com funções docentes e suas consequências.

O início da série histórica em 2012 ocorre por esse ser o ano de referência para o monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que utilizam os dados do CES, como determinado pelo artigo 4º da Lei do PNE (Brasil, 2014). As informações do CES referentes ao ano de 2012 eram as mais atuais e disponíveis quando a Lei do PNE foi publicada. Por esse motivo, essas informações servem de referência para a evolução dos indicadores de monitoramento das metas que utilizam essa fonte de dados. A série histórica analisada neste relatório termina em 2020, por esse ser o dado mais atualizado no momento de sua elaboração.

A Meta 13 estabelece o objetivo de “ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente *em efetivo exercício* no conjunto do sistema de educação superior” (grifo nosso). Para selecionar apenas os docentes que se encontravam em efetivo exercício em cada edição do CES foi aplicado o filtro TP_SITUACAO = 1. Nos dados mais atualizados disponibilizados pelo Inep, essa variável encontra-se com o mesmo nome em todas as edições do CES. Não obstante, se o usuário possui uma versão antiga dos microdados do CES, entre os anos de 2012 e 2016, na qual a variável TP_SITUACAO não esteja disponível na base de docentes, é necessário aplicar o filtro CO_SITUACAO_DOCENTE = 1.

A escolha por trabalhar com docentes individuais, e não com o dado mais conhecido na literatura de funções docentes, ocorreu durante o processo de definição dos indicadores do PNE, em virtude da compreensão de que a legislação do PNE faz referência à qualificação dos docentes individuais, independentemente do número de funções docentes que eles venham a desempenhar. Nos dados do CES, a função docente é o vínculo entre o docente e cada IES, e a função docente é a unidade primária dos dados da base de docentes do CES. Ou seja, é preciso realizar uma agregação dos dados para extrair o número de docentes.

Essa escolha por utilizar docentes individuais foi feita em conjunto pelos técnicos do Inep e do MEC, com auxílio da comissão assessora de especialistas do Inep, e foi referendada por meio de consulta pública à época. Existem diversos motivos técnicos que corroboram a racionalidade dessa decisão, além da interpretação legal, que é o motivo fundamental. Em primeiro lugar, a escolaridade é um atributo do indivíduo e não da função que ele desempenha. Em segundo lugar, ao considerar a escolarização do indivíduo, evita-se que cada docente seja computado mais de uma vez no cálculo dos indicadores da Meta 13. Por fim, ao considerar os indivíduos, todos os

docentes recebem o mesmo peso, enquanto nas funções docentes os indivíduos que trabalham sem regime de dedicação exclusiva, em especial os horistas, recebem um peso maior no cálculo dos indicadores, pois, em média, trabalham em mais instituições do que os demais.

A possibilidade de computar os docentes individualmente só surge com os microdados individualizados do CES, a partir de 2009. Nesses dados, o docente é identificado por meio do valor numérico da variável CO_DOCENTE ou ID_DOCENTE, dependendo da versão do CES disponível¹. Esse número é uma máscara para o CPF do docente, sendo, portanto, capaz de identificar o mesmo indivíduo nas diversas funções docentes que ele venha a desempenhar nas IES que respondem ao CES. A partir da variável de identificação do docente, é possível excluir a duplicidade de funções docentes para cada uma das desagregações dos Indicadores 13A e 13B.

A exclusão da duplicidade de funções docentes não pode ser feita, entretanto, pela eliminação aleatória de um dos registros do mesmo docente, no interior de cada uma das desagregações. É necessário, antes, realizar um tratamento dos dados, pois há um número não desprezível de docentes que possuem informações conflitantes a respeito do nível de escolaridade nos diferentes vínculos. Ou seja, por vezes ocorre de um mesmo docente ter uma informação de escolaridade declarada por uma IES na qual trabalha (ex.: mestrado) e outra informação de escolaridade em outra IES (ex.: doutorado). Considerando que a escolaridade de um mesmo indivíduo sempre tende a aumentar com o tempo e que, por vezes, os registros administrativos demoram para serem atualizados, optamos por escolher a maior informação de escolaridade disponível para cada docente. Há que se sublinhar que esse procedimento não modifica de maneira substantiva os níveis dos Indicadores 13A e 13B, em comparação a uma escolha aleatória da informação de escolaridade. Na comparação entre as duas metodologias, foram observadas apenas alterações nas casas decimais dos percentuais reportados para ambos os indicadores.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES 13A E 13B, UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DO CES (QUADRO 1)

- Selecionam-se apenas os docentes em exercício (TP_SITUACAO = 1).
- Junta-se a base de docentes com a base de IES, por meio da variável CO_IES, para carregar as informações a respeito das unidades da Federação nas quais as IES estão sediadas.
- Atribui-se, para cada docente, o nível máximo de escolaridade informado para ele entre todas as IES (TP_ESCOLARIDADE = MAX(TP_ESCOLARIDADE), group by CO_DOCENTE).
- Produz-se uma nova base específica para cada uma das desagregações analisadas (região, UF, categoria administrativa etc.). Em cada uma dessas bases, seleciona-se apenas os casos distintos (ou únicos) de docentes e das variáveis necessárias para analisar a desagregação (essas variáveis estão listadas no Quadro 1).

¹ Entre os anos de 2009 e 2017, a variável de identificação do docente era a CO_DOCENTE. Em 2018 e 2019 passou a ser a ID_DOCENTE. Nos dados disponíveis no servidor do Inep, e que são necessários para calcular os indicadores para o ano de 2020, a variável padronizada para todos os anos é a CO_DOCENTE.

- Criam-se variáveis indicativas para os docentes com mestrado ou doutorado (TP_ESCOLARIDADE in (4 5)) e para os docentes com doutorado (TP_ESCOLARIDADE = 5).
- Calculam-se, utilizando a fórmula de cálculo dos Indicadores 13A e 13B, os percentuais de docentes com mestrado ou doutorado e de docentes com doutorado, para cada uma das desagregações.

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2012-2020 UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES 13A E 13B

Código da variável	Nome da variável e categorias utilizadas
TP_SITUACAO	SITUAÇÃO DO DOCENTE NA IES: Em exercício = 1
CO_DOCENTE	CÓDIGO ÚNICO DE IDENTIFICAÇÃO DO DOCENTE NO CES
TP_ESCOLARIDADE	ESCOLARIDADE DO DOCENTE: Mestrado = 4; Doutorado = 5.
CO_UF	UNIDADE DA FEDERAÇÃO NA QUAL ESTÁ LOCALIZADA A SEDE DA IES
TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA: PÚBLICA FEDERAL = 1; PÚBLICA ESTADUAL = 2; PÚBLICA MUNICIPAL = 3; PRIVADA COM FINS LUCRATIVOS = 4; PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS = 5; ESPECIAL = 7.
TP_ORGANIZACAO_ACADEMICA	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA: UNIVERSIDADE = 1; CENTRO UNIVERSITÁRIO = 2; FACULDADE = 3; INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA = 4; CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA = 5.
TP_REGIME_TRABALHO	REGIME DE TRABALHO DO DOCENTE: TEMPO INTEGRAL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA = 1; TEMPO INTEGRAL SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA = 2; TEMPO PARCIAL = 3; HORISTA = 4.
TP_SEXO	SEXO DO DOCENTE: FEMININO = 1; MASCULINO = 2.
TP_COR_RACA	COR/RAÇA DO DOCENTE: Branca = 1; Preta = 2; Parda = 3; Amarela = 5; Indígena = 5; Não dispõe da informação = 9; Não declarado = 0
CO_IES	CÓDIGO ÚNICO DE IDENTIFICAÇÃO DA IES

Fonte: Elaborado pela Direde/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep (2012-2020).



META 14

INDICADOR 14A: TÍTULOS DE MESTRADO CONCEDIDOS POR ANO NO PAÍS

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{Indicador 14A} = \sum_{i=1}^n N_{\text{mestrado}_i}$$

Em que:

i = índice de programas de mestrado (acadêmico e profissional) em funcionamento em instituições de ensino superior brasileiras.

n = número total de programas de mestrado em funcionamento no País a cada ano.

N_{mestrado_i} = número de títulos de mestrado (acadêmico e profissional) concedidos em cada programa (i) a cada ano.

INDICADOR 14B: TÍTULOS DE DOUTORADO CONCEDIDOS POR ANO NO PAÍS

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\text{Indicador 14A} = \sum_{i=1}^n N_{\text{doutorado}_i}$$

Em que:

i = índice de programas de doutorado em funcionamento em instituições de ensino superior brasileiras.

n = número total de programas de doutorado em funcionamento no País a cada ano.

$N_{\text{doutorado}_i}$ = número de títulos de doutorado concedidos em cada programa (i) a cada ano.

ABRANGÊNCIA

Brasil.

FONTE

Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GeoCapes).

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2020.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES 14A E 14B

Os indicadores representam o quantitativo de títulos de mestrado e doutorado concedidos anualmente. Os dados foram obtidos por meio do portal de dados abertos da Capes.

Conforme os metadados divulgados pela Capes, as informações são declaradas anualmente pelos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira, embora se reconheça que “as informações podem sofrer atualizações recorrentes, mesmo aquelas de anos de referência anteriores” (Brasil. Capes, 2017). As informações sobre discentes de pós-graduação *stricto sensu* são levantadas para subsidiar a avaliação dos programas e para a construção de um acervo de dados consolidados sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 14A

- Na base de dados da Capes, as variáveis “Mestrado – Titulado” e “Mestrado Profissional – Titulado” apresentam o número de títulos concedidos anualmente por programa de pós-graduação nas modalidades acadêmica e profissional, respectivamente.
- Foi criada uma nova variável somando os valores das variáveis mencionadas, a qual informa o total de títulos de mestrado concedidos ao ano (“Mestrado e Mestrado Profissional – Titulado”).

- O número de títulos por ano é somado para o cálculo do indicador, conforme a fórmula citada.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 14B

- Na base de dados da Capes, o número de títulos de doutorado concedidos por programa de pós-graduação (variável “Doutorado – Titulado”) a cada ano é somado para o cálculo do indicador, conforme a fórmula citada.

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 14A

Variáveis	Categorias
Ano	Ano de referência (2012 a 2020).
Mestrado – Titulado	Número de títulos de mestrado acadêmico concedidos por programa de pós-graduação.
Mestrado Profissional – Titulado	Número de títulos de mestrado profissional concedidos por programa de pós-graduação.
Mestrado e Mestrado Profissional – Titulado	Número total de títulos de mestrado concedidos por programa de pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – GeoCapes (2012-2020).

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 14B

Variáveis	Categorias
Ano	Ano de referência (2012 a 2020).
Doutorado– Titulado	Número de títulos de doutorado concedidos por programa de pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas – GeoCapes (2012-2020).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Capes: banco de metadados: Brasil - Sucupira: coleta de dados, discentes da pós-graduação *stricto sensu* do Brasil 2013 a 2016. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/119>>. Acesso em: 21 fev. 2022..



META 15

INDICADOR 15A: PROPORÇÃO DE DOCÊNCIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM PROFESSORES CUJA FORMAÇÃO SUPERIOR ESTÁ ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{quantidade de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área do conhecimento que lecionam}}{\text{quantidade total de docências da educação infantil}} \times 100$$

INDICADOR 15B: PROPORÇÃO DE DOCÊNCIAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM PROFESSORES CUJA FORMAÇÃO SUPERIOR ESTÁ ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{quantidade de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área do conhecimento que lecionam}}{\text{quantidade total de docências dos anos iniciais do ensino fundamental}} \times 100$$

INDICADOR 15C: PROPORÇÃO DE DOCÊNCIAS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM PROFESSORES CUJA FORMAÇÃO SUPERIOR ESTÁ ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{quantidade de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área do conhecimento que lecionam}}{\text{quantidade total de docências dos anos finais do ensino fundamental}} \times 100$$

INDICADOR 15D: PROPORÇÃO DE DOCÊNCIAS DO ENSINO MÉDIO COM PROFESSORES CUJA FORMAÇÃO SUPERIOR ESTÁ ADEQUADA À ÁREA DE CONHECIMENTO QUE LECIONAM

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{quantidade de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área do conhecimento que lecionam}}{\text{quantidade total de docências do ensino médio}} \times 100$$

As informações abaixo discriminadas se referem aos quatro indicadores apresentados:

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões, unidades da Federação, municípios e escolas.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES

A respeito da formação de docentes para a educação básica, os indicadores 15A, 15B, 15C e 15D se baseiam nos artigos 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, os quais dispõem que a formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996). Essa regulamentação é completada por um conjunto de recomendações legais¹ acerca da diplomação em licenciatura,

¹ Resoluções CNE/CP nº01 e 02/2002; Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº01/2006; Resolução do Conselho Nacional de Educação/CEB nº07/2010; Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº02/1997; Parecer do Conselho Nacional de Educação/CP nº08/2008; Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº01/2009; Pareceres CNE/CEB nº025/2000, CNE/CEB nº026/2000, CNE/CES nº364/2000, CNE/CEB nº26/2001.

dos cursos de complementação pedagógica e das especificidades da formação docente relativas às etapas de ensino, em função da natureza disciplinar ou multidisciplinar e da adequação às diferentes fases do desenvolvimento humano.

Pensando nisso, o Inep calcula, desde 2013, o Indicador de Adequação da Formação Docente, que considera o percentual de docências da educação básica que contenham professores cuja formação superior encontra-se adequada à área de conhecimento que lecionam. Para fins de cômputo do indicador, entende-se docência como a “ação de ensinar-aprender de sujeitos em relação a objetos de aprendizagem, mediada por práticas didáticas, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências” (Brasil. Inep, 2014, p. 4); ademais, considerou-se como unidade de análise a docência de uma dada disciplina em uma determinada turma ministrada por um docente específico – logo, os resultados apresentados referem-se às combinações existentes entre formações docentes, disciplinas e turmas. Por fim, à guisa de uma definição para a adequação da formação docente para os indicadores 15C e 15D, considerou-se apenas os docentes com formação superior de licenciatura específica na disciplina que lecionam ou com bacharelado nela desde que tenham concluído o curso de complementação pedagógica, de acordo com o Quadro 1.

Com relação à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram consideradas como adequadas as formações docentes de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica em Pedagogia, para fins de cálculo dos indicadores 15A e 15B. Exceção a essa regra se aplica o cálculo do indicador 15B, no caso das disciplinas de Língua Estrangeira ofertadas nos anos iniciais do ensino fundamental, em que se considerou como adequada a formação docente de licenciatura específica para a área da disciplina ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área.

Em tempo, o cômputo dos indicadores da Meta 15 equivale ao percentual de docências no Grupo 1 do Indicador de Adequação de Formação Docente, lançado pelo Inep em 2014. Para conhecer mais detalhes sobre o cálculo do indicador da Meta 15 do PNE, recomendamos a leitura da *Nota Técnica Inep/Deed nº 20*, de 21 de novembro de 2014.

Por fim, importa ressaltar que o indicador ora discutido foi apresentado no *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)* e mantido no *Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)*, não se tratando do mesmo apresentado no *Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016*. Anteriormente, o indicador calculado partia de uma unidade composta pelo docente e pela disciplina lecionada, independentemente do número de turmas em que esse profissional atuava. Considerou-se, no entanto, que uma informação mais completa sobre a adequação da formação docente deveria levar em consideração a quantidade de docências em que efetivamente se leciona, uma vez que um dado professor, formado em um determinado curso superior, pode apresentar diferentes graus de adequação de sua formação a depender de qual(is) turma(s) se está analisando. Em vista disso, o Inep resolveu alterar o indicador empregado para o monitoramento da Meta 15 do PNE e, no segundo relatório, passou a utilizar os valores já divulgados pelo Indicador de Adequação da Formação Docente, sempre de maneira desagregada para a educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Desde então, não houve alterações nesse indicador.

QUADRO 1

DOCÊNCIAS EM DISCIPLINAS E ÁREAS DE FORMAÇÃO CONSIDERADAS ADEQUADAS ÀS RECOMENDAÇÕES LEGAIS (LICENCIATURA EM ÁREA ESPECÍFICA OU BACHARELADO EM ÁREA ESPECÍFICA COM COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA)

(continua)

Disciplinas	Código do curso superior	Formação inicial superior
Língua/Literatura Portuguesa	145F15	Letras – Língua Portuguesa – Licenciatura
	145F17	Letras – Língua Portuguesa e Estrangeira – Licenciatura
	223L01	Letras – Língua Portuguesa – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	220L03	Letras – Língua Portuguesa e Estrangeira – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Língua/Literatura Estrangeira	145F14	Letras – Língua Estrangeira – Licenciatura
	145F17	Letras – Língua Estrangeira – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	222L01	Letras – Língua Portuguesa e Estrangeira
	220L03	Letras – Língua Portuguesa e Estrangeira – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Arte	146F02	Licenciatura Interdisciplinar em Artes (Educação Artística) – Licenciatura
	146F04	Artes Visuais – Licenciatura
	146F07	Dança – Licenciatura
	146F20	Música – Licenciatura
	146F22	Teatro – Licenciatura
	210A01	Bacharelado Interdisciplinar em Artes – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	211A02	Artes Visuais – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	212D01	Dança – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	212M02	Música – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	212T01	Teatro – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Educação Física	146F15	Educação Física – Licenciatura
	720E01	Educação Física – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Matemática	145F18	Matemática – Licenciatura
	461M01	Matemática – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)

QUADRO 1

DOCÊNCIAS EM DISCIPLINAS E ÁREAS DE FORMAÇÃO CONSIDERADAS ADEQUADAS ÀS RECOMENDAÇÕES LEGAIS (LICENCIATURA EM ÁREA ESPECÍFICA OU BACHARELADO EM ÁREA ESPECÍFICA COM COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA)

(continuação)

Disciplinas	Código do curso superior	Formação inicial superior
Ciências	145F01	Ciências Biológicas – Licenciatura
	145F02	Ciências Naturais – Licenciatura
	145F09	Física – Licenciatura
	145F21	Química – Licenciatura
	442Q01	Química – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	441F01	Física – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	421C01	Ciências Biológicas – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	440C01	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (com Complementação Pedagógica)
Química	145F02	Ciências Naturais – Licenciatura
	145F21	Química – Licenciatura
	442Q01	Química – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Física	145F02	Ciências Naturais – Licenciatura
	145F09	Física – Licenciatura
	441F01	Física – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Biologia	145F01	Ciências Biológicas – Licenciatura
	145F02	Ciências Naturais – Licenciatura
	421C01	Ciências Biológicas – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Estudos Sociais	144F12	Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas
	145F10	Geografia – Licenciatura
	145F11	História – Licenciatura
	145F24	Ciências Sociais – Licenciatura
	310C02	Ciências Sociais – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	312A01	Antropologia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	220H01	Bacharelado Interdisciplinar Ciências Humanas (com Complementação Pedagógica)
	225H01	História – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	443G05	Geografia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)

QUADRO 1

DOCÊNCIAS EM DISCIPLINAS E ÁREAS DE FORMAÇÃO CONSIDERADAS ADEQUADAS ÀS RECOMENDAÇÕES LEGAIS (LICENCIATURA EM ÁREA ESPECÍFICA OU BACHARELADO EM ÁREA ESPECÍFICA COM COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA)

(conclusão)

Disciplinas	Código do curso superior	Formação inicial superior
História	145F11	História – Licenciatura
	225H01	História – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Geografia	145F10	Geografia – Licenciatura
	443G05	Geografia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Sociologia	145F24	Ciências Sociais – Licenciatura
	310C02	Ciências Sociais – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
	312A01	Antropologia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Filosofia	145F08	Filosofia – Licenciatura
	226F01	Filosofia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)
Ensino Religioso	145F05	Educação Religiosa – Licenciatura
	221T01	Teologia – Bacharelado (com Complementação Pedagógica)

Fonte: Brasil. Inep (2014).

Nota: Para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram considerados como adequadas as formações docentes de Licenciatura em Pedagogia (código 142P01) ou Bacharelado em Pedagogia (código 142C01) com complementação pedagógica – com exceção das disciplinas de Língua Estrangeira, no caso dos anos iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota Técnica nº 20/2014*: indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, DF, 21 nov. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.



META 16

INDICADOR 16A: PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{professores com pós – graduação}}{\text{total de professores}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O Indicador 16A representa a proporção de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* em relação ao total geral de professores desse nível de ensino. A desagregação dos dados pelas dimensões analisadas (grandes regiões, unidades da Federação, dependência administrativa, modalidade de pós-graduação, etapa e localização

da escola) adotou como parâmetro o número de professores, distintamente, em cada dimensão avaliada. Por exemplo, se um professor leciona na rede municipal e na rede estadual em um mesmo município, quando o nível de agregação for a dependência administrativa, o docente será contabilizado duas vezes, uma para o vínculo com a dependência municipal e uma para a estadual. Porém, se o nível de agregação for o município, esse professor será contado uma única vez, pois agora o vínculo é com o município. Por essa razão, dependendo do nível de agregação analisado, um mesmo professor poderá ser contabilizado mais de uma vez. Não obstante, quando o nível de agregação é o Brasil, cada professor é contado uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma dependência administrativa ou município, por exemplo.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

- Selecionam-se apenas os docentes em regência de classe (ID_TIPO_DOCENTE=1, em 2013 e 2014; TP_TIPO_DOCENTE=1, de 2015 a 2021).
- Quando um docente (FK_COD_DOCENTE, em 2013 e 2014; CO_PESSOA_FISICA, de 2015 a 2017; ID_DOCENTE, em 2018 e 2021) possuir uma formação em nível de pós-graduação (ID_ESPECIALIZACAO=1 ou ID_MESTRADO=1 ou ID_DOUTORADO=1, em 2013 e 2014; IN_ESPECIALIZACAO=1 ou IN_MESTRADO=1 ou IN_DOUTORADO=1, de 2015 a 2021), ele será contabilizado.
- Totaliza-se o quantitativo de pós-graduações realizadas, em casos distintos.
- Para criar o Indicador 16A, utiliza-se a fórmula apresentada acima.
- Para cada desagregação de interesse, o procedimento é repetido, gerando um percentual único por desagregação.

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 16A

(continua)

Ano do Censo da Educação Básica			Categorias utilizadas
2013-2014	2015-2017	2018-2021	(iguais para todos os anos)
Variáveis de docentes			
ID_TIPO_DOCENTE	TP_TIPO_DOCENTE		1 - Docente
FK_COD_DOCENTE	CO_PESSOA_FISICA	ID_DOCENTE	Identificador único do docente
ID_ESPECIALIZACAO	IN_ESPECIALIZACAO		1 - Sim
ID_MESTRADO	IN_MESTRADO		
ID_DOUTORADO	IN_DOUTORADO		

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 16A

(conclusão)

Ano do Censo da Educação Básica			Categorias utilizadas
2013-2014	2015-2017	2018-2021	(iguais para todos os anos)
Variáveis de desagregações			
FK_COD_ESTADO	CO_UF		Códigos das UFs
ID_DEPENDENCIA_ADM	TP_DEPENDENCIA		1 - Federal
			2 - Estadual
			3 - Municipal
			4 - Privada
ID_LOCALIZACAO	TP_LOCALIZACAO		1 - Urbana
			2 - Rural
	TP_ETAPA_ENSINO		**

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2021).

** A desagregação por etapa foi analisada apenas em 2021, considerando os seguintes códigos:

Educação Infantil = etapas (1, 2, 3)

Anos Iniciais = etapas (4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 56)

Anos Finais = etapas (8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 41)

Ensino Médio = etapas (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38).

INDICADOR 16B: PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE REALIZARAM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{professores com com formação continuada}}{\text{total de professores}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, grandes regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2013-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O indicador representa a proporção de professores da educação básica que realizaram algum curso de formação continuada em um determinado ano em relação ao total geral de professores da educação básica. São considerados cursos de formação continuada aqueles com carga horária mínima de 80 horas. Atualmente, o Censo da Educação Básica coleta informações relacionadas à formação continuada dos professores em regência de classe, não levantando esse tipo de informação para todo o conjunto de profissionais da educação básica. Em função disso, o indicador considera apenas a formação continuada dos professores em regência de classe, e não de todos os profissionais da educação básica, conforme estabelece a Meta 16. Assim, a análise desse indicador apurou o percentual dos professores que realizaram pelo menos um curso de formação continuada, em uma das áreas especificadas para cada ano do Censo da Educação Básica.

Ao lado disso, cada professor da base do Censo da Educação Básica foi contabilizado em função do seu vínculo com cada nível de agregação analisado (dependência administrativa, localização, município, estado, região etc.). Por exemplo, se um professor leciona na rede municipal e na rede estadual em um mesmo município, quando o nível de agregação for a dependência administrativa, o docente será contabilizado duas vezes, uma para o vínculo com a dependência municipal e uma para a estadual. Porém, se o nível de agregação for o município, esse professor será contado uma única vez, pois agora o vínculo é com o município. Por essa razão, dependendo do nível de agregação analisado, um mesmo professor poderá ser contabilizado mais de uma vez. Não obstante, quando o nível de agregação é o Brasil, cada professor é contado uma única vez, independentemente de atuar em mais de uma dependência administrativa ou município, por exemplo.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR

- Selecionam-se apenas os docentes em regência de classe (ID_TIPO_DOCENTE=1, de 2013 a 2014; TP_TIPO_DOCENTE=1, de 2015 a 2021).
- Quando um docente (FK_COD_DOCENTE, em 2013 e 2014; CO_PESSOA_FISICA, de 2015 a 2017; ID_DOCENTE, em 2018 e 2021) tiver realizado um ou mais dos seguintes cursos de formação continuada, ele será contabilizado: ID_ESPECIFICO_CRECHE=1 ou ID_ESPECIFICO_PRE_ESCOLA=1 ou ID_ESPECIFICO_ANOS_INICIAIS=1 ou ID_ESPECIFICO_ANOS_FINALIS=1 ou ID_ESPECIFICO_ENS_MEDIO=1 ou ID_ESPECIFICO_EJA=1 ou ID_ESPECIFICO_ED_ESPECIAL=1 ou ID_ESPECIFICO_ED_INDIGENA=1 ou ID_ESPECIFICO_CAMPO=1 ou ID_ESPECIFICO_AMBIENTAL=1 ou ID_ESPECIFICO_DIR_HUMANOS=1 ou ID_ESPECIFICO_DIV_SEXUAL=1 ou ID_ESPECIFICO_DIR_ADOLESC=1 ou ID_ESPECIFICO_AFRO=1 ou ID_ESPECIFICO_OUTROS=1, em 2013 e 2014; IN_ESPECIFICO_CRECHE=1 ou IN_ESPECIFICO_PRE_ESCOLA=1 ou IN_ESPECIFICO_ANOS_INICIAIS=1 ou IN_ESPECIFICO_ANOS_FINALIS=1 ou IN_ESPECIFICO_ENS_MEDIO=1 ou IN_ESPECIFICO_EJA=1 ou IN_ESPECIFICO_ED_ESPECIAL=1 ou IN_ESPECIFICO_ED_INDIGENA=1 ou IN_ESPECIFICO_CAMPO=1 ou IN_ESPECIFICO_AMBIENTAL=1 ou IN_ESPECIFICO_DIR_HUMANOS=1 ou IN_ESPECIFICO_DIV_SEXUAL=1 ou IN_ESPECIFICO_DIR_ADOLESC=1 ou IN_ESPECIFICO_AFRO=1 ou IN_ESPECIFICO_OUTROS=1 ou IN_ESPECIFICO_GESTAO=1, de 2015 a 2021.

- Totaliza-se o quantitativo de formações continuadas realizadas, em casos distintos.
- Para criar o Indicador 16B, utiliza-se a fórmula apresentada acima.
- Para cada desagregação de interesse, o procedimento é repetido, gerando um percentual único por desagregação.

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 16B

(continua)

Ano do Censo da Educação Básica				Categorias utilizadas (iguais para todos os anos)
2013-2014	2015-2017	2018	2019-2021	
Variáveis de docentes				
ID_TIPO_DOCENTE	TP_TIPO_DOCENTE			1 - Docente
FK_COD_DOCENTE	CO_PESSOA_FISICA	ID_DOCENTE		Identificador único do docente
Variáveis de desagregações				
FK_COD_ESTADO	CO_UF			Códigos das UFs
ID_DEPENDENCIA_ADM	TP_DEPENDENCIA			1 - Federal
				2 - Estadual
				3 - Municipal
				4 - Privada
	TP_ETAPA_ENSINO			**
Variáveis de formações realizadas				
ID_ESPECIFICO_CRECHE	IN_ESPECIFICO_CRECHE			1 - Sim
ID_ESPECIFICO_PRE_ESCOLA	IN_ESPECIFICO_PRE_ESCOLA			
ID_ESPECIFICO_ANOS_INICIAIS	IN_ESPECIFICO_ANOS_INICIAIS			
ID_ESPECIFICO_ANOS_FINALS	IN_ESPECIFICO_ANOS_FINALS			
ID_ESPECIFICO_ENS_MEDIO	IN_ESPECIFICO_ENS_MEDIO			
ID_ESPECIFICO_EJA	IN_ESPECIFICO_EJA			
ID_ESPECIFICO_NEC_ESP	IN_ESPECIFICO_ED_ESPECIAL			
ID_ESPECIFICO_ED_INDIGENA	IN_ESPECIFICO_ED_INDIGENA			

QUADRO 2
LISTA DE VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 16B

(conclusão)

Ano do Censo da Educação Básica				Categorias utilizadas (iguais para todos os anos)
2013-2014	2015-2017	2018	2019-2021	
Variáveis de formações realizadas				
ID_ESPECIFICO_CAMPO	IN_ESPECIFICO_CAMPO			1 - Sim
ID_ESPECIFICO_AMBIENTAL	IN_ESPECIFICO_AMBIENTAL			
ID_ESPECIFICO_DIR_HUMANOS	IN_ESPECIFICO_DIR_HUMANOS			
ID_ESPECIFICO_DIV_SEXUAL	IN_ESPECIFICO_DIV_SEXUAL			
ID_ESPECIFICO_DIR_ADOLESC	IN_ESPECIFICO_DIR_ADOLESC			
ID_ESPECIFICO_AFRO	IN_ESPECIFICO_AFRO			
ID_ESPECIFICO_OUTROS	IN_ESPECIFICO_OUTROS	-		
-		IN_ESPECIFICO_GESTAO		
ID_ESPECIFICO_NENHUM	IN_ESPECIFICO_NENHUM			

Fonte: Elaborado pela Direde/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.

** A desagregação por etapa foi analisada apenas em 2017, considerando os seguintes códigos:

Educação infantil = etapas (1, 2, 3).

Anos iniciais = etapas (4, 5, 6, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 56).

Anos finais = etapas (8, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 41, 12, 13, 22, 23, 24).

Ensino médio = etapas (25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38).



META 17

INDICADOR 17A: RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DAS REDES PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, E O RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS DEMAIS PROFISSIONAIS ASSALARIADOS, COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, com nível de instrução superior completo}}{\text{rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível de instrução superior completo}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pnad Contínua – IBGE (Pnad-c).

SÉRIE HISTÓRICA

2012-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

O indicador representa a razão (expressa como um percentual, ou seja, uma fração de 100) entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica com nível de instrução superior completo e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais com algum vínculo empregatício e com mesmo nível de instrução. O indicador pode variar de 0% a valores superiores a 100%. O percentual de 100% expressa que a média salarial mensal dos profissionais do magistério e dos demais profissionais é equivalente, sendo esse o objetivo almejado pela Meta 17.

A Lei do PNE (Lei nº 13.005/2014) define, em sua Estratégia 17.2, que serão utilizados para o cálculo do Indicador 17A os dados referentes à Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). Em virtude da substituição, por parte do IBGE, da Pnad pela Pnad Contínua, esta última passará a ser considerada como a base de dados oficial para o monitoramento da meta.

Para efetivar a construção desse indicador, foram utilizadas sete variáveis da Pnad Contínua, a saber: V1028 – Peso do domicílio e das pessoas; VD3004 – Nível de instrução mais elevado alcançado; V4014 – Área do trabalho; V4039 – Horas trabalhadas por semana; V403312 – Rendimento bruto mensal (valor em dinheiro); V4012 – “Vínculo empregatício”; e V4010 – Código da ocupação (cargo ou função).¹

A equação (1) apresenta a fórmula detalhada para o cálculo do indicador utilizando as variáveis da Pnad Contínua.

$$\text{Indicador 17A} = \frac{\left[\frac{V403312}{(10h \leq V4039 \leq 60h)} \times 40 \right] \text{ se } VD3004 = 7 \text{ e } V4014 = (1,2 \text{ ou } 3) \text{ e } V4010 = (2320, 2330, 2341, 2342, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356 \text{ ou } 2359)}{\left[\frac{V403312}{(10h \leq V4039 \leq 60h)} \times 40 \right] \text{ se } VD3004 = 7 \text{ e } V4012 = (2,3 \text{ ou } 4) \text{ e } V4010 \neq (2310, 2320, 2330, 2341, 2342, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356 \text{ ou } 2359)} \times 100 \quad (1)$$

Inicialmente, será descrito o procedimento de cálculo do numerador da equação (1), referente ao “rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica com nível de instrução superior completo”.

A primeira etapa do cálculo se dá por meio da construção de uma variável derivada denominada “rendimento bruto médio mensal ponderado em 40 horas semanais”. Essa variável foi constituída utilizando-se as variáveis V403312 e V4039. Utilizando-se da expressão (2), foi obtido o rendimento bruto médio mensal para a carga horária semanal de trabalho equivalente a 40 horas. Com relação à variável V4039, estabeleceu-se a delimitação para a jornada de trabalho variando entre 10 e 60 horas semanais trabalhadas. Na fórmula:

$$\left[\frac{V403312}{10h \geq V4039 \geq 60h} \times 40 \right] \quad (2)$$

As próximas etapas do cálculo do numerador são os filtros de seleção para identificar o conjunto de observações referentes: 1 - aos profissionais do magistério da educação básica; 2

¹ Maiores detalhes sobre as variáveis da Pnad Contínua estão descritos na Tabela 1, disponível no final desta ficha técnica.

- às redes de ensino públicas da educação básica; e 3 - o nível de instrução dos profissionais do magistério.

A seleção de profissionais do magistério da educação básica é realizada utilizando a variável V4010. Selecionam-se os códigos de ocupações profissionais de acordo com a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares – COD. Os códigos COD utilizados para a composição dos profissionais do magistério da educação básica foram: 2320, 2330, 2341, 2342, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356 e 2359 (Vide Quadro 1).

As redes de ensino públicas da educação básica são selecionadas por meio da variável V4014, considerando as categorias: 1 - federal; 2 - estadual; e 3 - municipal.

Quanto ao nível de instrução dos profissionais do magistério da educação básica, a identificação é realizada por meio da variável VD3004, na qual é selecionada a categoria referente ao nível de instrução mais elevado alcançado pelo profissional, no caso, a categoria 7 - Nível Superior.

Após a conclusão desse procedimento, é possível obter o resultado do numerador do ^(continua) indicador, também interpretado como o “rendimento bruto médio mensal ajustado para carga horária semanal de 40 horas dos profissionais do magistério da educação básica com nível de instrução superior completo nas redes de ensino públicas federal, distrital, estaduais e municipais”.

A etapa seguinte consiste no procedimento de cálculo do denominador do Indicador 17A, a saber, o “rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível de instrução superior completo”.

Visando manter a padronização no procedimento de cálculo dos rendimentos brutos médios mensais entre os dados do numerador e denominador do Indicador 17A, grande parte do procedimento adotado para calcular o denominador é idêntico ao desenvolvido para o numerador. Portanto, inicialmente deve ser replicada a construção da variável denominada “rendimento bruto médio mensal ajustado para carga semanal de 40 horas”, conforme procedimento descrito anteriormente.

Sequencialmente, são aplicados os filtros que identificam o conjunto de profissionais cuja escolaridade é de nível superior completo (VD3004) e que se encontram em ocupações profissionais que não sejam as de profissionais do magistério (V4010) — ou seja, consideram-se todos os códigos da COD, exceto aqueles selecionados para compor o numerador e o COD 2310 (professores de universidades e do ensino superior).

Por fim, foram utilizados filtros de seleção para identificar o conjunto de observações referentes aos demais profissionais que possuem algum tipo de vínculo empregatício em suas respectivas ocupações por meio da variável V4012. Assim, constituem o grupo de demais profissionais assalariados: os celetistas, os estatutários civis e militares e, ainda, os profissionais contratados temporariamente e formalmente pelo setor público e privado.

Concluído o procedimento de cálculo do Indicador 17A, deparamo-nos com a questão dos valores dos rendimentos médios mensais considerados discrepantes. Algumas observações para a variável “rendimento bruto médio mensal ajustado para 40 horas semanais”, tanto para os profissionais do magistério (numerador) como para os demais profissionais (denominador), apresentaram distorções que influenciam os resultados médios mensais, principalmente quando aferidos no nível de unidades da Federação.

Uma importante questão é que a equiparação salarial almejada na Meta 17 deve ser buscada com relação à média estadual, o que demanda a aplicação de algum método de detecção e exclusão de outliers (valores atípicos) para cada unidade de Federação. Após proceder à retirada

dos outliers, quando existentes, em cada uma das 27 unidades da Federação, consideram-se os resultados válidos para calcular o indicador no nível Brasil. É importante destacar que o procedimento de detecção de outliers deve ser realizado após a ativação da variável de expansão da amostra (V1028 – peso do domicílio e das pessoas). ^(conclusão)

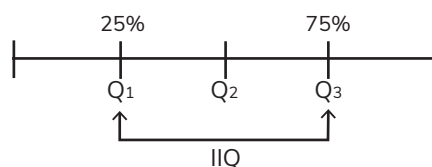
A metodologia utilizada para a detecção de outliers da cauda inferior foi adotar como ponto de corte todos os rendimentos brutos médios mensais ajustados para 40 horas semanais que apresentassem valores abaixo do salário mínimo nacional estabelecido para cada exercício.

A metodologia adotada para a detecção de outliers da cauda superior foi o método do quartil, também conhecido como Box Plot. A metodologia Box Plot considera como provável outlier qualquer observação que se encontre fora do intervalo de tolerância fixado entre “n” unidades das respectivas amplitudes interquartis. Qualquer observação que esteja além das “n” unidades definidas das amplitudes interquartis é considerada como outlier extremo.

Para o cálculo do Indicador 17A, foram utilizadas 6,0 unidades da amplitude interquartil, uma vez que o rendimento médio mensal ajustado para 40 horas semanais apresenta grande dispersão na cauda superior da distribuição. Vale ressaltar que esse critério de seleção dos candidatos a outliers é o mesmo utilizado na pesquisa coordenada pela Gerência Técnica do Censo Demográfico da Diretoria de Pesquisas do IBGE denominada “Estudos e tratamento da variável rendimento no Censo Demográfico 2010” (IBGE, 2012).

Com base no método adotado no estudo citado, calculou-se, para cada unidade da Federação, o terceiro quartil (Q3) e o intervalo interquartil desses resultados tanto para o numerador como para o denominador do Indicador 17A. Surge, então, a regra de seleção de *outliers*: o resultado do rendimento bruto mensal do profissional deve ser superior a Q3 mais seis vezes o intervalo interquartil (IIQ).

Exemplo:



Fórmula de cálculo dos *outliers*

$$Q_3 + 6 \times (\text{IIQ})$$

Uma vez identificados os *outliers*, eles são excluídos da base de dados antes de executar os procedimentos descritos para calcular o Indicador 17A.

APÊNDICE A

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 17A – 2012-2021

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CATEGORIAS
V403312	Qual era o rendimento bruto/ retirada mensal que (...) recebia/fazia normalmente nesse trabalho? (valor em dinheiro)	Valor em Reais (R\$)
V4039	Quantas horas (...) trabalhava normalmente, por semana, nesse trabalho principal?	Horas (entre 10 e 60 horas semanais trabalhadas)
VD3004	Nível de instrução mais elevado alcançado. (pessoas de 5 anos ou mais de idade)	Categoria considerada: 7 – Superior completo.
V4014	Esse trabalho era na área:	Categorias consideradas: 1 – Federal; 2 – Estadual; e 3 – Municipal.
V4010	Código da ocupação (cargo ou função)	Categorias que se referem aos profissionais do magistério da educação básica de acordo com a "Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares – COD": 2320 – Professores de formação profissional; 2330 – Professores do ensino médio; 2341 – Professores do ensino fundamental; 2342 – Professores do ensino pré-escolar; 2351 – Especialistas em métodos pedagógicos; 2352 – Educadores para necessidades especiais; 2353 – Outros professores de idiomas; 2354 – Outros professores de música; 2355 – Outros professores de artes; 2356 – Instrutores em tecnologias da informação; e 2359 – Profissionais de ensino não classificados anteriormente.
V4012	Nesse trabalho, (...) era:	Categorias consideradas: 2 – Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar; 3 – Empregado do setor privado; e 4 – Empregado do setor público (inclusive empresas de economia mista).
V1028	Peso do domicílio e das pessoas	Peso trimestral com correção de não entrevista com pós estratificação pela projeção de população.

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2021).



META 18

INDICADOR 18A: PERCENTUAL DE UNIDADES FEDERATIVAS QUE POSSUEM PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO (PCR) DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{unidades federativas com PCR vigentes}}{\text{total de unidades federativas}} \times 100$$

INDICADOR 18B: PERCENTUAL DE UNIDADES FEDERATIVAS QUE PREVEEM O LIMITE MÁXIMO DE 2/3 DA CARGA HORÁRIA PARA ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM OS EDUCANDOS

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{unidades federativas que preveem o limite máximo de } \frac{2}{3} \text{ da carga horária para atividades de interação com os educandos}}{\text{total de unidades federativas}} \times 100$$

INDICADOR 18C: PERCENTUAL DE UNIDADES FEDERATIVAS QUE ATENDEM AO PISO SALARIAL NACIONAL PROFISSIONAL (PSNP)

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{unidades federativas que atendem ao PSNP}}{\text{total de unidades federativas}} \times 100$$

INDICADOR 18D: PERCENTUAL DE UNIDADES FEDERATIVAS QUE POSSUEM PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO (PCR) DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE NÃO INTEGRAM O MAGISTÉRIO

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{unidades federativas com PCR vigentes para profissionais da educação que não integram o magistério}}{\text{total de unidades federativas}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic)/IBGE.

SÉRIE HISTÓRICA

2018.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES 18A, 18B, 18C E 18D

Os indicadores representam o percentual de unidades federativas que, respectivamente, possuem plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério; preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos; atendem ao piso salarial nacional profissional; e possuem PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério.

INDICADOR 18E: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM PCR DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{municípios que possuem PCR dos profissionais do magistério}}{\text{total de municípios}} \times 100$$

INDICADOR 18F: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE PREVEEM O LIMITE MÁXIMO DE 2/3 DA CARGA HORÁRIA PARA ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM OS EDUCANDOS

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{municípios que preveem o limite máximo de } \frac{2}{3} \text{ da carga horária para atividades da interação com os educandos}}{\text{total de municípios}} \times 100$$

INDICADOR 18G: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE ATENDEM AO PISO SALARIAL NACIONAL PROFISSIONAL (PSNP)

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{municípios que atendem ao PSNP}}{\text{total de municípios}} \times 100$$

INDICADOR 18H: PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE POSSUEM PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO (PCR) DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE NÃO INTEGRAM O MAGISTÉRIO

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{municípios com PCR vigentes dos profissionais da educação que não integram o magistério}}{\text{total de unidades federativas}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil e municípios.

FONTE

Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic)/IBGE.

SÉRIE HISTÓRICA

2018.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES 18E, 18F, 18G E 18H

Os indicadores representam o percentual de municípios que, respectivamente, preveem Plano de Carreira e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério; preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos; atendem ao piso salarial nacional profissional e dos municípios; e possuem PCR para os profissionais da educação que não integram o magistério.



META 19

INDICADOR 19A: *PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS QUE SELECIONAM DIRETORES POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO QUALIFICADO E ELEIÇÃO COM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR*

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Quantidade de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar}}{\text{Quantidade total de escolas públicas}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, redes públicas de educação básica, regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2019-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Este indicador está sendo calculados pela primeira vez neste relatório com base em informações de gestão escolar que foram coletadas pelo Inep no Censo Escolar entre os anos de 2019 e 2021.

O indicador representa a razão, expressa como percentual, entre a quantidade de escolas das respectivas redes de ensino que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar e a quantidade máxima de escolas que poderiam ser atingidas.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DO CENSO ESCOLAR (QUADRO 1)

- Fazendo uso da tabela de gestor (GESTOR.CSV), selecionam-se os gestores com cargo de diretor (TP_CARGO_GESTOR = 1) em escolas públicas federais (TP_DEPENDENCIA = 1), estaduais (TP_DEPENDENCIA = 2) e municipais (TP_DEPENDENCIA = 3), deixando de lado, portanto, os gestores de outros cargos e das escolas privadas.
- Em seguida, em uma nova filtragem, selecionam-se as escolas a partir da variável TP_TIPO_ACESSO_CARGO = 6 e faz-se a desagregação dos resultados deste indicador para as redes federal, estaduais e municipais (TP_DEPENDENCIA), por região geográfica (CO_REGIAO) e por unidade da Federação (CO_UF).

QUADRO 1

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO ESCOLAR UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 19A

Código da variável	Nome da variável e categorias
TP_DEPENDENCIA	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: 1 – Federal; 2 – Estadual; 3 – Municipal; 4 – Privada.
TP_CARGO_GESTOR	1 – Diretor(a); 2 - Outro Cargo.
TP_TIPO_ACESSO_CARGO	1 – Ser proprietário ou sócio-proprietário da escola (apenas escolas privadas) 2 – Exclusivamente por indicação/escolha da gestão (escolas públicas e privadas) 3 – Processo seletivo qualificado e escolha/nomeação da gestão (escolas públicas e privadas) 4 – Concurso público específico para o cargo de gestor escolar (apenas escolas públicas) 5 – Exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar (apenas escolas públicas) 6 – Processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar (apenas escola pública) 7 – Outro (escolas públicas e privadas)
CO_REGIAO	REGIÃO GEOGRÁFICA: Código do IBGE
CO_UF	UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Código do IBGE.

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

INDICADOR 19B: PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DOS COLEGIADOS INTRAESCOLARES (CONSELHOS ESCOLARES, ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES E GRÊMIOS ESTUDANTIS) NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Quantidade dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) existentes nas escolas públicas de educação básica}}{\text{Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados intraescolares (conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis) nas escolas públicas de educação básica}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, redes públicas de educação básica, regiões e unidades da Federação.

FONTE

Censo Escolar da Educação Básica/Inep.

SÉRIE HISTÓRICA

2019-2021.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Este indicador está sendo calculado pela primeira vez neste relatório com base em informações de gestão escolar que foram coletadas pelo Inep no Censo Escolar entre os anos de 2019 e 2021.

O percentual de existência dos colegiados intraescolares específicos nas escolas públicas representa a razão, expressa como percentual, entre a quantidade dos órgãos colegiados dos quais a coleta do Censo Escolar procurou verificar o funcionamento e a quantidade máxima deles que poderia ser atingida.

Os órgãos colegiados específicos que integraram o instrumento de coleta do Censo Escolar foram quatro: 1) associação de pais; 2) associação de pais e mestres; 3) conselho escolar; 4) grêmios estudantis. Entretanto, considerou-se, para efeito de cálculo deste indicador, que a associação de pais e a associação de pais e mestres são órgãos similares e quase mutuamente exclusivos, ou seja, a existência de um praticamente eliminaria a possibilidade da existência do outro. Dessa forma, decidiu-se por agrupar essas duas categorias em uma única que considera o funcionamento da associação de pais ou da associação de pais e mestres.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DO CENSO ESCOLAR (QUADRO 2)

- Fazendo uso da tabela de escola (ESCOLAS.CSV), selecionam-se as escolas públicas federais (TP_DEPENDENCIA = 1), estaduais (TP_DEPENDENCIA = 2) e municipais (TP_DEPENDENCIA = 3) que estão em atividade (TP_SITUACAO_FUNCIONAMENTO = 1), deixando de lado, portanto, todas as escolas privadas e escolas paralisadas ou extintas.

- Com a tabela resultante, cria-se uma nova variável intitulada IN_ORGAO_ASS_PAIS_OU_PAIS_MESTRES, que terá a função de identificar as escolas que possuem em funcionamento uma associação de pais (IN_ORGAO_ASS_PAIS = 1) ou uma associação de pais e mestres (IN_ORGAO_ASS_PAIS_MESTRES = 1). Caso a escola possua pelo menos uma dessas associações, o valor “1” será atribuído à variável criada; caso não possua nenhuma das duas, o valor atribuído à variável será “0”.
- Calcula-se, pela soma dos valores encontrados nas variáveis IN_ORGAO_ASS_PAIS_OU_PAIS_MESTRES, IN_ORGAO_CONSELHO_ESCOLAR e IN_ORGAO_GREMIO_ESTUDANTIL, a quantidade total de associações de pais ou pais e mestres, conselhos escolares e grêmios estudantis em funcionamento nas escolas públicas de educação básica.
- Calcula-se a quantidade máxima possível dos órgãos colegiados atrás mencionados que poderiam existir em funcionamento nas escolas, multiplicando-se por 3 (três), o número de escolas que informaram sobre o funcionamento dos referidos órgãos.
- Calcula-se o indicador em nível nacional pela razão entre a quantidade total dos órgãos colegiados de interesse encontrados em funcionamento nas escolas e a quantidade máxima desses órgãos que poderiam existir em funcionamento. O resultado é multiplicado por 100 (cem) para que seja apresentado na forma de percentagem (%).
- Por fim, faz-se a desagregação dos resultados desse indicador para as redes federal, estaduais e municipais (TP_DEPENDENCIA) e por unidade da Federação (CO_UF).

QUADRO 2

LISTA DE VARIÁVEIS DO CENSO ESCOLAR UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 19B

Código da variável	Nome da variável e categorias
TP_DEPENDENCIA	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: 1 – Federal; 2 – Estadual; 3 – Municipal; 4 – Privada.
TP_SITUACAO_FUNCIONAMENTO	SITUAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: 1 - Em atividade; 2 – Paralisada; 3 – Extinta (ano do Censo); 4 – Extinta em anos anteriores.
IN_ORGAO_ASS_PAIS	ÓRGÃOS COLEGIADOS EM FUNCIONAMENTO NA ESCOLA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS: 0 – Não; 1 – Sim; 9 - Não informado.
IN_ORGAO_ASS_PAIS_MESTRES	ÓRGÃOS COLEGIADOS EM FUNCIONAMENTO NA ESCOLA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES: 0 – Não; 1 – Sim; 9 - Não informado.
IN_ORGAO_CONSELHO_ESCOLAR	ÓRGÃOS COLEGIADOS EM FUNCIONAMENTO NA ESCOLA – CONSELHO ESCOLAR: 0 – Não; 1 – Sim; 9 - Não informado.
IN_ORGAO_GREMIO_ESTUDANTIL	ÓRGÃOS COLEGIADOS EM FUNCIONAMENTO NA ESCOLA – GRÊMIO ESTUDANTIL: 0 – Não; 1 – Sim; 9 - Não informado.
CO_REGIAO	REGIÃO GEOGRÁFICA: Código do IBGE.
CO_UF	UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Código do IBGE.

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo Escolar da Educação Básica/Inep (2019-2021).

INDICADOR 19C: PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DOS COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DO FUNDEB, CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E FÓRUNS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO) NAS UNIDADES FEDERATIVAS

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes nas unidades federativas}}{\text{Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nas unidades federativas}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadic (IBGE).

SÉRIE HISTÓRICA

2018.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Este indicador está sendo calculado pela primeira vez neste relatório com base em informações de gestão escolar que foram coletadas pelo IBGE mediante a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadic, relativa ao ano de 2018.

O percentual de existência de colegiados extraescolares específicos nas unidades federativas representa a razão, expressa como percentual, entre a quantidade de órgãos colegiados dos quais a Estadic procurou verificar o funcionamento e a quantidade máxima desses órgãos que poderia ser atingida.

Os órgãos colegiados específicos que integraram o instrumento de coleta da Estadic 2018 foram quatro: 1) Fórum Permanente de Educação; 2) Conselho Estadual de Educação; 3) Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb; 4) Conselho de Alimentação Escolar.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DA ESTADIC 2018 (QUADRO 3)

- Fazendo uso dos dados de educação da Estadic 2018, calcula-se a quantidade total de Fóruns Permanentes de Educação (EEDU15 = “Sim”), Conselhos Estaduais de Educação (EEDU22 = “Sim”), Conselhos de Controle de Acompanhamento Social do Fundeb (EEDU30 = “Sim”) e Conselhos de Alimentação Escolar (EEDU35 = “Sim”) existentes nas unidades da Federação.

- Calcula-se a quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares mencionados que poderiam existir, multiplicando-se por 4 (quatro) o número de unidades da Federação (27).
- Calcula-se o indicador em nível nacional pela razão entre a quantidade total de colegiados extraescolares específicos existentes nas unidades da Federação e a quantidade máxima desses órgãos que poderiam existir. O resultado é multiplicado por 100 (cem) para que seja apresentado na forma de percentagem (%).
- Por fim, faz-se a desagregação dos resultados desse indicador para regiões e unidades da Federação (Cod Uf).

QUADRO 3

LISTA DE VARIÁVEIS DA ESTADIC 2018 UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 19C

Código da variável	Nome da variável e categorias
EEDU15	Tem Fórum Permanente de Educação instituído/constituído? “Sim” / “Não”.
EEDU22	Existe Conselho Estadual de Educação? “Sim” / “Não”.
EEDU30	Existe Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb? “Sim” / “Não”.
EEDU35	Existe Conselho de Alimentação Escolar? “Sim” / “Não”.
Cod Uf	UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Código do IBGE.

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base na Estadiv/IBGE (2018).

INDICADOR 19D: *PERCENTUAL DE OFERTA DE INFRAESTRUTURA E DE CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DO FUNDEB E CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELAS UNIDADES FEDERATIVAS*

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas}}{\text{Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Estaduais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelas unidades federativas}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadic (IBGE).

SÉRIE HISTÓRICA

2018.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Este indicador está sendo calculado pela primeira vez neste relatório com base em informações de gestão escolar que foram coletadas pelo IBGE mediante a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadic, relativa ao ano de 2018.

O percentual de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos conselhos estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar pelas unidades federativas representa a razão, expressa como percentual, entre a quantidade de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros de colegiados específicos descritos pela Estadic e a quantidade máxima de oferta e capacitação de membros desses colegiados que poderia ser atingida.

Os órgãos colegiados específicos dos quais a Estadic 2018 verificou a existência de oferta de infraestrutura e de capacitação de membros foram três 1) conselho estadual de educação; 2) conselho de controle e acompanhamento social do Fundeb; 3) conselho de alimentação escolar.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DA ESTADIC 2018 (QUADRO 4)

- Fazendo uso dos dados de educação da Estadic 2018, calcula-se a quantidade total de oferta de infraestrutura aos conselhos estaduais de educação (EEDU27 = “Sim”), conselhos de controle de acompanhamento social do Fundeb (EEDU34 = “Sim”) e conselhos de alimentação escolar (EEDU40 = “Sim”) pelas unidades da Federação; e de capacitação *continuada* ou *eventualmente* aos membros dos conselhos estaduais de educação (EEDU261 = “Sim” ou EEDU262 = “Sim”), conselhos de controle de acompanhamento social do Fundeb (EEDU331 = “Sim” ou EEDU332 = “Sim”) e conselhos de alimentação escolar (EEDU391 = “Sim” ou EEDU392 = “Sim”) pelas unidades da Federação.
- Calcula-se a quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos órgãos colegiados extraescolares atrás mencionados multiplicando-se por 6 (seis) o número de unidades da Federação (27).
- Calcula-se o indicador em nível nacional pela razão entre a quantidade total de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos colegiados extraescolares atrás mencionados e a quantidade máxima possível dessa oferta. O resultado é multiplicado por 100 (cem) para que seja apresentado na forma de percentagem (%).
- Por fim, faz-se a desagregação dos resultados deste indicador para regiões e unidades da Federação (Cod Uf).

QUADRO 4

LISTA DE VARIÁVEIS DA ESTADIC 2018 UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 19D

Código da variável	Nome da variável e categorias
EEDU27	Disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho Estadual de Educação? "Sim" / "Não".
EEDU261	Realiza capacitação continuada para os membros do Conselho Estadual de Educação? "Sim" / "Não".
EEDU262	Realiza capacitação eventualmente para os membros do Conselho Estadual de Educação? "Sim" / "Não".
EEDU34	Disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb? "Sim" / "Não".
EEDU331	Realiza capacitação continuada para os membros do Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb? "Sim" / "Não".
EEDU332	Realiza capacitação eventualmente para os membros do Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb? "Sim" / "Não".
EEDU40	Disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar? "Sim" / "Não".
EEDU391	Realiza capacitação continuada para os membros do Conselho de Alimentação Escolar? "Sim" / "Não".
EEDU392	Realiza capacitação eventualmente para os membros do Conselho de Alimentação Escolar? "Sim" / "Não".
Cod Uf	UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Código do IBGE.

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Estadiv/IBGE (2018).

INDICADOR 19E: PERCENTUAL DE EXISTÊNCIA DOS COLEGIADOS EXTRAESCOLARES (CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DO FUNDEB, CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E FÓRUNS PERMANENTES DE EDUCAÇÃO) NOS MUNICÍPIOS

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Quantidade de órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) existentes nos municípios}}{\text{Quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares (Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nos municípios}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic (IBGE).

SÉRIE HISTÓRICA

2018.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Este indicador está sendo calculado pela primeira vez neste relatório com base em informações de gestão escolar que foram coletadas pelo IBGE mediante a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic, relativa ao ano de 2018.

O percentual de existência de colegiados extraescolares específicos nos municípios representa a razão, expressa como percentual, entre a quantidade de órgãos colegiados dos quais a Munic procurou verificar o funcionamento e a quantidade máxima desses órgãos que poderia ser atingida.

Os órgãos colegiados específicos que integraram o instrumento de coleta da Munic 2018 foram quatro: 1) fórum permanente de educação; 2) conselho municipal de educação; 3) conselho de controle e acompanhamento social do Fundeb; 4) conselho de alimentação escolar.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DA MUNIC 2018 (QUADRO 5)

- Fazendo uso dos dados de Educação da Munic 2018, calcula-se a quantidade total de fóruns permanentes de educação (MEDU15 = “Sim”), conselhos municipais de Educação (MEDU22 = “Sim”), conselhos de controle de acompanhamento social do Fundeb (MEDU30 = “Sim”) e conselhos de alimentação escolar (MEDU35 = “Sim”) existentes nas unidades da Federação.
- Calcula-se a quantidade máxima possível dos órgãos colegiados extraescolares mencionados que poderiam existir multiplicando-se por 4 (quatro) o número de municípios (5569).
- Calcula-se o indicador em nível nacional pela razão entre a quantidade total de colegiados extraescolares específicos existentes nos municípios e a quantidade máxima que poderia existir desses órgãos. O resultado é multiplicado por 100 (cem) para que seja apresentado na forma de percentagem (%).
- Por fim, faz-se a desagregação dos resultados deste indicador para regiões e unidades da Federação.

QUADRO 5

LISTA DE VARIÁVEIS DA MUNIC 2018 UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 19E

Código da variável	Nome da variável e categorias
MEDU15	Tem Fórum Permanente de Educação instituído/constituído? “Sim” / “Não”.
MEDU22	Existe Conselho Municipal de Educação? “Sim” / “Não”.
MEDU30	Existe Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb? “Sim” / “Não”.
MEDU35	Existe Conselho de Alimentação Escolar? “Sim” / “Não”.

Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados da Munic/IBGE (2018).

INDICADOR 19F: PERCENTUAL DE OFERTA DE INFRAESTRUTURA E DE CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONSELHOS DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DO FUNDEB E CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELOS MUNICÍPIOS

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Quantidade de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios}}{\text{Quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb e Conselhos de Alimentação Escolar pelos municípios}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil, regiões e unidades da Federação.

FONTE

Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic (IBGE).

SÉRIE HISTÓRICA

2018.

COMENTÁRIOS SOBRE O INDICADOR

Este indicador está sendo calculado pela primeira vez neste relatório com base em informações de gestão escolar que foram coletadas pelo IBGE mediante a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic, relativa ao ano de 2018.

O percentual de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos conselhos municipais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e conselhos de alimentação escolar pelos municípios representa a razão, expressa como percentual, entre a quantidade de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros de colegiados específicos descritos pela Munic e a quantidade máxima de oferta e capacitação de membros desses colegiados que poderia ser atingida.

Os órgãos colegiados específicos para os quais a Estadic 2018 verificou a existência de oferta de infraestrutura e de capacitação de membros foram três: 1) conselho municipal de educação; 2) conselho de controle e acompanhamento social do Fundeb; 3) conselho de alimentação escolar.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES UTILIZANDO AS VARIÁVEIS DA MUNIC 2018 (QUADRO 6)

- Fazendo uso dos dados de Educação da Munic 2018, calcula-se a quantidade total de oferta de infraestrutura aos conselhos municipais de educação (MEDU27 = “Sim”), conselhos de controle de acompanhamento social do Fundeb (MEDU34 = “Sim”) e conselhos de alimentação escolar (MEDU40 = “Sim”); e de capacitação *continuada* ou *eventualmente* aos membros dos conselhos municipais de educação (MEDU261 = “Sim” ou MEDU262 = “Sim”), conselhos de controle de acompanhamento social do Fundeb (MEDU331 = “Sim” ou MEDU332 = “Sim”) e conselhos de alimentação escolar (MEDU391 = “Sim” ou MEDU392 = “Sim”) pelos municípios.
- Calcula-se a quantidade máxima possível de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos órgãos colegiados extraescolares mencionados multiplicando-se por 6 (seis) o número de municípios (5569).
- Calcula-se o indicador em nível nacional pela razão entre a quantidade total de oferta de infraestrutura e de capacitação aos membros dos colegiados extraescolares mencionados e a quantidade máxima possível dessa oferta. O resultado é multiplicado por 100 (cem) para que seja apresentado na forma de percentagem (%).
- Por fim, faz-se a desagregação dos resultados deste indicador para regiões e unidades da Federação.

QUADRO 6

LISTA DE VARIÁVEIS DA MUNIC 2018 UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DO INDICADOR 19F

Código da variável	Nome da variável e categorias
MEDU27	Disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho Municipal de Educação? "Sim" / "Não".
MEDU261	Realiza capacitação continuada para os membros do Conselho Municipal de Educação? "Sim" / "Não".
MEDU262	Realiza capacitação eventualmente para os membros do Conselho Municipal de Educação? "Sim" / "Não".
MEDU34	Disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb? "Sim" / "Não".
MEDU331	Realiza capacitação continuada para os membros do Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb? "Sim" / "Não".
MEDU332	Realiza capacitação eventualmente para os membros do Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundeb? "Sim" / "Não".
MEDU40	Disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar? "Sim" / "Não".
MEDU391	Realiza capacitação continuada para os membros do Conselho de Alimentação Escolar? "Sim" / "Não".
MEDU392	Realiza capacitação eventualmente para os membros do Conselho de Alimentação Escolar? "Sim" / "Não".

Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Munic/IBGE 2018).



META 20

INDICADOR 20A: GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA EM PROPORÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Despesas Pagas e Restos a Pagar pagos no exercício, em educação pública}}{\text{Produto interno bruto do exercício}} \times 100$$

INDICADOR 20B: GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO EM PROPORÇÃO AO PIB

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$\frac{\text{Despesas Pagas e Restos a Pagar pagos, gasto tributários, gastos com receitas parafiscais e subsídios, em educação}}{\text{Produto interno bruto do exercício}} \times 100$$

ABRANGÊNCIA

Brasil.

FONTES*Indicador 20A – As fontes utilizadas no indicador 20A são apresentadas no Quadro 1.*

QUADRO 1
FONTES UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DO INDICADOR 20A

Item do Indicador 20A	Fonte – Sistema/Documento	Fonte – Instituição	Fonte – Ano
Aplicações diretas e transferências do governo federal	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)/ Tesouro Gerencial	Secretaria do Tesouro Nacional (STN).	2015-2018
Aplicações diretas e transferências dos governos estaduais, do DF e Municípios	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	2015-2018
Dados faltantes no SIOPE de municípios	Finanças do Brasil (Finbra) - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)	Secretaria do Tesouro Nacional.	2015-2018
Dados faltantes no Siope de estados e DF	Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO)	Secretaria de Estado de Fazenda: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Alagoas.	2015-2020
		Secretaria de Estado de Fazenda: Rio Grande do Norte e Distrito Federal.	2018-2020
		Secretaria de Estado de Fazenda: Rio de Janeiro	2019-2020
PIB – Valores correntes	Sistema de Contas Nacionais – SCN.	Instituto Brasileiro da Geografia e Estatística (IBGE).	2015-2018

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Siope (Brasil. FNDE, [s.d.]), Finbra/Siconfi (Brasil. STN, [s.d.]), Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (Alagoas. Sefaz, 2015-2020; Distrito Federal. SEEC, 2018-2020; Minas Gerais. Sefaz, 2015-2020; Rio de Janeiro. Sefaz, 2019-2020; Rio Grande do Sul. Sefaz, 2015-2020; Rio Grande do Norte. Control, 2018-2020) e IBGE (2015-2020).

Indicador 20B – Todas as fontes utilizadas no indicador 20A e as fontes adicionais apresentadas no Quadro 2.

QUADRO 2

FONTES ADICIONAIS UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DO INDICADOR 20B

Item do Indicador 20B	Fonte – Documento	Fonte – Instituição	Fonte Ano
Gastos tributários do Prouni, das Entidades Sem Fins Lucrativos – Educação e das Entidades Sem Fins Lucrativos – Filantrópicas da Educação.	Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas 2019 – Série 2017 a 2022	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).	2015-2020
Subsídio implícito do FIES	Orçamento de Subsídios da União 2021: Relatório de Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios de 2003 a 2020	Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. (SECAP)	2015-2020
Gastos educacionais provenientes de Receitas Parafiscais do SENAI	Relatório de Acompanhamento da Gratuidade SENAI/MEC Consolidação Nacional.	SENAI	2015-2020
Gastos educacionais provenientes de Receitas Parafiscais do SENAC	Acompanhamento do Acordo de Gratuidade do Serviço de Aprendizagem Comercial - Senac.	SENAC	2015-2020
Gastos educacionais provenientes de Receitas Parafiscais do SESC	Relatório de Acompanhamento do Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG) SESC / MEC - Consolidação Nacional.	SESC	2015-2020
Gastos educacionais provenientes de Receitas Parafiscais do SESI	Relatório de Acompanhamento da Gratuidade SESI/MEC.	SESI	2015-2020

Fonte: Elaborado pela Dired com base em dados de Brasil. ME. Secap (2021), RFB (2022), Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade Senai (2015-2020), Senac (2015-2020), Sesi (2015-2020) e Sesc (2015-2020).

SÉRIE HISTÓRICA

2015-2020.

COMENTÁRIOS SOBRE OS INDICADORES

Indicador 20A – O indicador de Gastos Públicos em Educação Pública em Proporção ao PIB abarca somente as despesas correntes e de capital dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais com atividades que ocorrem em instituições públicas de educação. Os recursos contabilizados correspondem aos gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal/1988), além dos gastos em programas de Alimentação e Assistência à Saúde, pois fazem parte do compromisso do Estado com a garantia da educação

(art. 208 da CF/1988, VII) e são mantidos com recursos vinculados à educação básica, a Contribuição Social do Salário Educação.

Indicador 20B – O indicador de Gasto Público em Educação em Proporção ao PIB abarca os gastos elencados no §4º do art. 5º do PNE, incluindo todos os gastos públicos em educação pública contabilizados no Indicador 20A, além dos gastos públicos em educação privada nas etapas e modalidades citadas no §4º do art. 5º do PNE. Como no indicador 20A, também foram incluídos os gastos em programas de Alimentação e Assistência à Saúde.

Assim, para a obtenção do montante de gastos privados regulamentados no PNE, considerou-se:

1. As Transferências para Entidades Sem Fins Lucrativos, da Modalidade de Aplicação 50 das bases de dados do SIOPE e SIAFI, em todas as etapas contempladas nos recursos privados §4º do art. 5º do PNE, ou seja, as etapas e modalidades da educação básica e superior, exceto as etapas de ensino fundamental e médio da educação básica que não sejam das modalidades de educação especial e educação profissional;
2. As Transferências ao Exterior nas etapas de ensino supracitadas (§4º do art. 5º do PNE);
3. Os gastos em educação com Receitas Parafiscais do SENAI, SENAC, SESI e SESC, os Gastos tributários do Proni, das Entidades Sem Fins Lucrativos – Educação e das Entidades Sem Fins Lucrativos – Filantrópicas da Educação;
4. As Bolsas de Estudo redirecionadas ao setor privado;
5. O subsídio implícito do FIES; e

Segue abaixo comparativo das despesas contabilizadas em ambos indicadores (Quadro 3).

QUADRO 3
DESPESAS CONTABILIZADAS NOS INDICADORES 20A E 20B – 2015

(continua)

Item da despesa	Indicador 20A – Gasto público em educação pública	Indicador 20B – Gasto público em educação
Os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (§4º do art. 5º Lei nº 13.005/2014)	Recursos gastos em Manutenção e desenvolvimento do Ensino para cumprimento do mínimo constitucional e Despesas do Fundeb das matrículas em instituições públicas.	Recursos gastos em Manutenção e desenvolvimento do Ensino para cumprimento do mínimo constitucional e Despesas do Fundeb – inclusive os recursos destinados às instituições privadas (creches, pré-escolas, educação especial e formação por alternância).
Programas suplementares de alimentação e assistência à saúde (art. 208, EC nº 59/2009).	Recursos da União, dos Estados e Municípios aplicados em programas suplementares de alimentação escolar (Subfunção 306) e em programas de saúde na escola.	

QUADRO 3

DESPESAS CONTABILIZADAS NOS INDICADORES 20A E 20B – 2015

(conclusão)

Item da despesa	Indicador 20A – Gasto público em educação pública	Indicador 20B – Gasto público em educação
Os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal.	-	Gastos Tributários do Proni. Gastos Tributários destinados às Entidades sem Fins Lucrativos – Educação e Entidades sem Fins Lucrativos – Filantrópicas de Ensino profissional e Superior: estimados por meio da proporção de matrículas de educação profissional e superior das entidades sem fins lucrativos e as matrículas totais nessas instituições. Gastos educacionais do SENAI, SENAC, SESI e SESC provenientes da Receita de Contribuições Compulsórias.
Os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil.	-	Subsídio implícito do FIES: estimativa do custo para o governo federal realizar um empréstimo aos estudantes a uma taxa de juros inferior ao seu custo de captação.
O financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.	-	Transferências às instituições privadas sem fins lucrativos destinados às instituições privadas (creches, pré-escolas, educação especial). Gastos Tributários destinados às Entidades sem Fins Lucrativos – Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos – Filantrópicas nas creches, pré-escolas e na educação especial: estimados por meio da proporção de matrículas nessas etapas e modalidades em entidades sem fins lucrativos e as matrículas totais nessas instituições.

Fonte: Elaborado pela Dired com base nos arts. 208, 212, 213 da CF/88, §4º do art. 5º da Lei nº 13.005/2014.

PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DOS INDICADORES

Os códigos das variáveis utilizadas foram utilizados de acordo com as Classificações por Natureza de Despesa, Programática e Funcional, descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (Brasil. ME. STN, 2014).

GOVERNO FEDERAL

- Acessou-se o SIAFI no módulo Tesouro Gerencial (<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>).
- Selecionaram-se as variáveis (chamadas de Atributos no módulo): Função Governo, Subfunção Governo, Unidade Orçamentária, Programa Governo, Ação Governo, Categoria Econômica Despesa, Grupo Despesa, Modalidade Aplicação, Elemento Despesa, Ano Lançamento, e Item Informação.

- Selecionou-se a Métrica “Saldo - Moeda Origem (Item Informação)”, para verificar o somatório dos gastos do ano.
- No Tesouro Gerencial, criou-se um filtro com a variável “Ano Lançamento” para a seleção dos exercícios de 2015-2020.
- Criou-se um novo filtro com a variável “Item Informação” para a seleção do item “Pagamentos Totais”, que corresponde às Despesas Pagas mais os Restos a Pagar Pagos no exercício.
- O próximo filtro selecionou o valor 12 na variável “Função Governo” ou os valores 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367 ou 368 na variável “Subfunção Governo”. Por meio desse filtro, objetivou-se selecionar todos os gastos da Função Educação (12) e todos os gastos educacionais presentes em outras Funções, selecionando-se as Subfunções típicas da educação: Ensino Fundamental (361), Ensino Médio (362), Ensino Profissional (363), Ensino Superior (364), Educação Infantil (365), Educação de Jovens e Adultos (366), Educação Especial (367) e Educação Básica (368). (Brasil. MPOG,1999).
- Após a análise quantitativa e qualitativa dos dados encontrados, foram criados os filtros para a exclusão de gastos “não educacionais” ou gastos educacionais não definidos no PNE:
 1. Produziu-se um filtro para a seleção dos elementos de despesa previdenciários para posterior exclusão. O filtro foi composto pelos elementos de despesa 01 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares, 03 - Pensões do RPPS e do Militar, 05- Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar, 58 - Outros Benefícios do RGPS – Área Urbana e 59 - Pensões Especiais.
 2. Para a exclusão de gastos assistenciais, considerados não educacionais, produziu-se o filtro para seleção da Subfunção de valor 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente.
 3. Os benefícios trabalhistas contabilizados nos indicadores de monitoramento dos gastos educacionais são apenas aqueles que incidem sobre trabalhadores da educação. Em 2015, havia gastos na Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis (2010) contabilizadas como subfunções educacionais. Para excluir gastos trabalhistas contabilizados como gastos educacionais, utilizou-se o Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação (2109). Assim, criou-se o filtro para posterior exclusão: (AçãoGoverno = “2010” & ProgramaGoverno ~ = “2109”). Esse filtro exclui os gastos na Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis (2010) que não eram do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação (2109). Entre 2016 e 2020, não foram encontrados casos, como ocorrido em 2015. Nesse ano, os dois casos totalizaram R\$ 2120,93, em valores correntes.
 4. Por meio da seleção dos valores 00IG (Concessão de Financiamento Estudantil – Fies (Lei nº 10.260, de 2001)), 0579 (Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito), 20RZ (Administração do Financiamento Estudantil – Fies), e 00M2 (Integralização de Cotas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC) da variável Ação Governo, produziu-se um filtro para seleção dos gastos em concessão de empréstimos do FIES, para posterior exclusão. No caso do FIES, são incluídos no indicador apenas os subsídios implícitos desse programa.

5. No Relatório do Segundo Ciclo de Monitoramento foram excluídos os gastos na modalidade 80 (transferências ao exterior) com os programas '2109' (Programa Gestão e Manutenção MEC) e '2030' (Educação Básica). Contudo, reavaliou-se que esses Programas poderiam conter gastos que deveriam ser mantidos pelo § 4º art. 5º da Lei do PNE (educação infantil, especial, profissional, por exemplo). Assim, nos dois Relatórios seguintes, manteve-se a definição conceitual, excluir os gastos de transferências a entidades privadas sem fins lucrativos ou ao exterior (organismos internacionais) que não fossem para as modalidades previstas no § 4º art. 5º da Lei do PNE, mas alterou-se a forma de interpretação para a exclusão. A análise continuou sendo qualitativa, tendo em vista que a base do Tesouro Gerencial permite ter a informação sobre o Programa e Ação de cada gasto. Foram analisados os nomes dos programas e ações que aparecem nessa modalidade de transferência, buscando constatar se eles se referiam exclusivamente ao ensino fundamental ou ensino médio regular. Da análise qualitativa, nenhum caso foi excluído, pois não foi possível identificar casos exclusivos para essas etapas/modalidades, mas sim para a educação básica como um todo.
 6. Foi criado um Filtro para exclusão dos gastos na Modalidade 50 - Transferências para Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos para as etapas não previstas no § 4º, do art. 5º, da Lei do PNE. No período em análise, não ocorreram transferências na modalidade 50 para as subfunções ensino fundamental e ensino médio regular, mas sim para as subfunções relacionadas à educação básica como um todo, ao ensino profissional e ao ensino superior. Sendo assim, essas transferências não foram excluídas.
 7. Em seguida, criou-se uma variável para a verificação das despesas incluídas ou excluídas, a partir da soma dos resultados do tipo 0 ou 1 dos filtros (0 para não selecionado e 1 para selecionado). Como variáveis-filtro foram feitas para selecionar justamente os casos que se desejava excluir, os casos de interesse são aqueles cuja soma dessas variáveis-filtro é zero. Assim, recodificou-se essa variável para os casos selecionados (1) serem os de soma 0 e todas as somas maiores ou iguais a 1 representarem os casos não selecionados (0).
- Os gastos tributários selecionados por adequarem-se aos parâmetros presentes no §4º do art. 5º do PNE são denominados Entidades sem Fins Lucrativos – Educação, Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica – Educação e Prouni. Contudo, esses incentivos não foram considerados em sua totalidade, pois parte deles poderia ter sido destinado ao ensino fundamental e médio regular que não estão previstos no §4º do art. 5º do PNE. Assim, a estratégia adotada foi considerar uma parcela dos gastos tributários equivalente à proporção de matrículas que atendem aos requisitos do §4º do art. 5º do PNE em relação ao total de matrículas em entidades sem fins lucrativos. Dessa forma adotou-se o seguinte procedimento de análise para cada ano:
 1. Verificou-se o quantitativo de matrículas nas referidas etapas em instituições privadas sem fins lucrativos do Censo da Educação Básica (TP_CATEGORIA_ESCOLA_PRIVADA= 2 – Comunitária ou 3 – Confessional ou 4 – Filantrópica) e do Censo da Educação Superior (CO_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA= 5 - Privada sem fins lucrativos);

2. Calculou-se a razão das matrículas nessas etapas pelas matrículas totais em instituições privadas sem fins lucrativos.
 3. Multiplicou-se esta razão pelo total dos gastos tributários em Entidades sem Fins Lucrativos – Educação, Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica – Educação.
 4. Somou-se o total de gastos do Prouni à estimativa dos demais gastos tributários e depois aos gastos totais do governo federal.
- O subsídio implícito do FIES para os anos de 2015 a 2020 foi extraído do Orçamento de Subsídios da União 2021: Relatório de Benefícios Tributários, Financeiros e Creditícios de 2003 a 2020. (Brasil. ME. Secap, 2021) e somado integralmente aos gastos do governo federal.

GASTOS FINANCIADOS COM RECEITAS PARAFISCAIS

- Os gastos educacionais financiados pela Receita Líquida de Contribuições Compulsórias (RLCC) foram extraídos dos respectivos relatórios de acompanhamento dos acordos de gratuidade do SENAI, SENAC, SESI e SESC, indicados pela SETEC/MEC.
- Para a estimativa das despesas em educação do SENAI e do SENAC considerou-se a “despesa em gratuidade”, enquanto para o SESI e SESC, foram utilizadas as informações sobre “despesa em educação”. Inicialmente, buscou-se conhecer qual parcela da RLCC era utilizada em educação, mas as informações disponíveis eram “gastos em educação (inclusive financiado pelos estudantes)” ou “gastos em educação gratuita provenientes da RLCC”. Portanto, utilizaram-se as *despesas em gratuidade* como estimativa dos gastos educacionais apresentadas pelo SENAI e SENAC devido à ausência de detalhamento das demais despesas educacionais destas instituições¹.

GOVERNOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS:

- Utilizou-se a base de dados de gastos em educação do SIOPE/FNDE, recebida diretamente do FNDE em 28/03/2022.
- Verificou-se que a base apresentava repetição de valores de gastos para cada um dos níveis hierárquicos da classificação por Natureza de Despesa (Categoria Econômica de Despesa, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa) e ainda por Subelemento de Despesa².
- Para não haver repetição de valores de gastos, foram selecionados apenas os casos em que as contas contábeis eram classificadas como sendo dados brutos (menor nível de desagregação), ou seja, aquelas em que a variável TIPO_CONTA= 'ANALÍTICO'. Dessa forma, foram descartadas as contas em que TIPO_CONTA= 'SINTÉTICO', que representam totais parciais, restando na base apenas os registros das contas analíticas.

¹ Um dos subsídios para essa decisão foram as reuniões com especialistas sobre finanças públicas ou financiamento da educação realizadas entre 2015 e 2016.

² A classificação de “subelementos de despesa” ou “subtítulos” ou “localizador” é uma classificação própria do sistema SIOPE, que pode ser extraído em Brasil. FNDE ([s.d.]).

- As despesas não educacionais ou não definidas no PNE não devem ser consideradas no cálculo dos indicadores 20A e 20B. Foram elaboradas regras para a identificação de quais registros se enquadram nestas restrições, sendo então criadas variáveis na base para marcar estas ocorrências. Estas regras que definem os casos a serem excluídos são descritas a seguir:
 1. Os grupos de natureza de despesa 2 e 6, respectivamente referentes aos juros e encargos da dívida e à amortização da dívida. Dessa forma, foram excluídas as contas contábeis 3320000000 e 3360000000;
 2. O elemento de despesa 43 que trata das subvenções sociais destinadas às instituições de caráter de assistência social, cultural e de assistência em saúde. Assim, foram excluídas as contas contábeis 3335043050 e 3335043010. Todavia, foram mantidas as despesas de subvenções sociais destinadas às instituições de caráter educacional presentes na conta contábil 3335043010. Estas despesas podem ser identificadas quando a variável NO_CONTA_CONTABIL for preenchida como “Instituição de Carater Educacional”;
 3. As contas relacionadas às subfunções não educacionais. Para identificar as subfunções foram utilizadas as variáveis CODIGO_SUBF_PASTA que classifica as subfunções relacionadas às etapas de ensino e subfunções não-típicas da educação e CO_EXIBICAO_PASTA que, em geral, detalha os gastos em Modalidades de Ensino (Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial etc.) e subfunções de Administração (Planejamento e Orçamento, Administração Geral etc.). Assim, foram excluídas as contas contábeis em que pelo menos uma dessas variáveis assumissem os seguintes valores: 242 (Assistência ao Portador de deficiência), 243 (Assistência à Criança e ao adolescente), 244 (Assistência Comunitária), 271 (Previdência Básica), 272 (Previdência do Regime Estatutário), 273 (Previdência Complementar), 274 (Previdência Especial), 392 (Difusão Cultural), 422 (Direitos Individuais), Coletivos e Difusos), 695 (Turismo), 811 (Deporto de Rendimento), 812 (Desporto Comunitário), 813 (Lazer) e 841 (Refinanciamento da Dívida Interna);
 4. Os elementos de despesa previdenciários: Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares (01); Pensões do RPPS e do Militar (03); Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar (05); Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (97). Assim, foram excluídas as seguintes contas contábeis: 3319001000, 3319003000, 3319005000 e 3339197000;
 5. O elemento de despesa de Concessão de Empréstimos e Financiamentos (66), sendo então, excluída a conta contábil 3459066000;
 6. A modalidade de aplicação 80 que se refere às transferências ao exterior, pois o PNE trata apenas de gastos educacionais no Brasil ou regulamentados pelo §4º do art. 5º do PNE. Assim, devido à ausência de informações sobre esses gastos no SIOPE, este não foi contabilizado nos indicadores³. Assim, foram excluídas as contas contábeis 3338000000, 3448000000 e 3458000000;

³ No caso do governo federal, a existência na base de dados de informações sobre Programas e Ações facilitou a classificação gastos de Transferências ao Exterior deste ente, e verificou-se que estas eram destinadas a instituições de pesquisa que atuam no Brasil. Já na base do SIOPE, que possui informações dos estados e municípios, não há dados sobre Programas e Ações.

7. A modalidade de aplicação 50 (transferências para instituições privadas sem fins lucrativos) nas etapas de ensino fundamental e de ensino médio, desde que não sejam das modalidades de educação especial e de educação profissional. Isto porque estas etapas de ensino não estão incluídas nas exceções de financiamento público para instituições privadas previstas no §4º do art. 5º do PNE. Assim, foram excluídas as contas contábeis da modalidade de aplicação 50 destinadas às subfunções 361 (ensino fundamental) e 362 (ensino médio), desde que não estivessem ligadas às subfunções 363 (ensino profissional) e 367 (ensino especial). Para identificar as subfunções, foram utilizadas as variáveis CODIGO_SUBF_PASTA e CO_EXIBICAO_PASTA, sob a seguinte lógica de exclusão: (((CODIGO_SUBF_PASTA igual a 361 ou 362) e (CO_EXIBICAO_PASTA diferente de 363 ou 367)) ou ((CO_EXIBICAO_PASTA igual a 361 ou 362) e (CODIGO_SUBF_PASTA diferente de 363 ou 367))).
 8. Para a base de despesas educacionais dos estados e DF foram excluídas as contas contábeis 3334081000 e 3334081009, pois estas contas não se tratam de despesas com educação e sim transferências constitucionais obrigatórias de estados aos municípios que levavam a dupla contagem se incluídas como gastos desses entes.
- A partir destas variáveis de exclusão, foi possível calcular os gastos totais dos estados, DF e municípios com cada tipo de despesas não educacionais ou não definidas no Plano Nacional de Educação. Para o cálculo dos indicadores 20A e 20B foram considerados, então, apenas os registros das bases de dados que não incorreram em nenhuma destas regras de exclusão.

ESTADOS E MUNICÍPIOS COM DADOS DE DESPESAS PAGAS FALTANTES

- Para a extração dos dados faltantes na base do SIOPE, no caso dos Estados de Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de 2015 a 2020, Rio Grande do Norte e Distrito Federal, de 2018 a 2020 e Rio de Janeiro, de 2019 e 2020, as despesas foram consultadas a partir de seus Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, que é uma obrigação bimestral da Lei de responsabilidade fiscal. As despesas consideradas deste relatório se referem às despesas liquidadas.
- Para a complementação dos dados faltantes de municípios da base de dados do SIOPE, utilizou-se os dados do Finbra - Finanças do Brasil, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi/STN. Foram considerados os valores de despesas pagas na função 12 (Educação) e na subfunção 28.847 (Transferências para a educação básica).
- O percentual de municípios considerados no computo dos indicadores da meta 20 foi bastante elevado. Como pode ser visto na Tabela 1, para todos os anos considerou-se no mínimo de 98,9% do número total de municípios. Além disso, é possível notar que a maioria dos municípios apresentaram suas informações de gastos com educação na base do Siope. Assim, a complementação feita a partir da base de dados do Finbra foi apenas residual, sendo um pouco maior para o ano de 2020.

TABELA 1
QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS E ESTADOS COM DADOS DE DESPESAS PAGAS EM CADA UMA DAS FONTES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS – 2015-2020

Ano	Governos municipais				Governos estaduais e distrital	
	Siope	Finbra	Total	% municípios cobertos	Siope	RREO*
2015	5514	32	5546	99,6%	24	3
2016	5471	40	5511	98,9%	24	3
2017	5560	5	5565	99,9%	24	3
2018	5545	21	5566	99,9%	22	3
2019	5520	46	5566	99,9%	21	3
2020	5449	108	5557	99,8%	21	7

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Siope (Brasil. FNDE, [s.d.]), Finbra/Siconfi (Brasil. STN, [s.d.]) e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (Alagoas. Sefaz, 2015-2020; Distrito Federal. SEEC, 2018-2020; Minas Gerais. Sefaz, 2015-2020; Rio de Janeiro. Sefaz, 2019-2020; Rio Grande do Sul. Sefaz, 2015-2020; Rio Grande do Norte. Control, 2018-2020).

Nota: * Para o RREO as despesas se referem as despesas liquidadas.

RESTOS A PAGAR PAGOS DE ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

- Foram utilizadas as bases de dados “Outras Informações Complementares” de Estados, Distrito Federal e Municípios do SIOPE de 2015 a 2020. Desta base, foram identificados os itens de restos a pagar (RAP) pagos do exercício, correspondentes às seguintes contas contábeis:
 - 14 - Pagamentos do Fundeb Efetuados até o bimestre - Restos a Pagar (itens 48.2, 49.2 e 54 do RREO);
 - 15 - Pagamentos de Restos a Pagar, no exercício, de MDE;
 - 165 - Restos a Pagar com recursos do Salário Educação
 - 1653 - Restos a Pagar com recursos do Salário Educação - Pagamentos de RP.
- Os estados que não apresentaram dados de despesa no SIOPE tiveram suas informações de gastos educacionais complementados pelo RREO, que traz informações sobre as despesas liquidadas. Logo se utilizássemos a base de restos a pagar do Finbra para as unidades da Federação sem informação no Siope, poderíamos incorrer em dupla contagem dos valores. Nesse Relatório, a etapa da despesa que mais se aproxima do conceito que foi utilizado para as demais bases, total de despesas pagas, incluindo os restos a pagar pagos, foi a despesa liquidada. A liquidação é uma etapa anterior ao pagamento, sendo o reconhecimento que o bem/serviço foi entregue. Contudo, parte dos valores liquidados podem não ter sido pagos no exercício corrente. Assim, para não distanciar ainda mais do conceito utilizado para as demais bases, os restos a pagar pagos desses estados no Finbra não foram incluídos no cálculo.

PROCEDIMENTOS PARA O TRATAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS ENTRE ENTES FEDERADOS

O tratamento das transferências entre entes federados tem como objetivo evitar a dupla contagem no somatório total dos gastos educacionais no Brasil. Assim, as transferências foram atribuídas ao ente transferidor e deduzidas do ente receptor da transferência:

- À União são atribuídas as Transferências a estados (30 e 31 do SIAFI) e as Transferências a Municípios (40 e 41 SIAFI), e deduzidas as Transferências dos Estados e dos Municípios à União (20 SIOPE).
- Quanto aos Estados e Distrito Federal, mantém-se a parte referente a estes das Transferências à União (parte do 20 SIOPE) e as Transferências de Estados a Municípios (40 SIOPE) e deduz-se a Transferência da União aos Estados e DF (30 e 31 do SIAFI) e as Transferências de Municípios a Estados e DF (30 SIOPE).
- Quanto aos Municípios, são mantidas a parte referente a estes das Transferências à União (parte do 20 SIOPE) e as Transferências de Municípios a Estados e DF (30 SIOPE), e deduz-se Transferências da União a Municípios (40 e 41 SIAFI) e as Transferências dos Estados a Municípios (40 SIOPE).



CC BY-NC

VENDA PROIBIDA

INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

